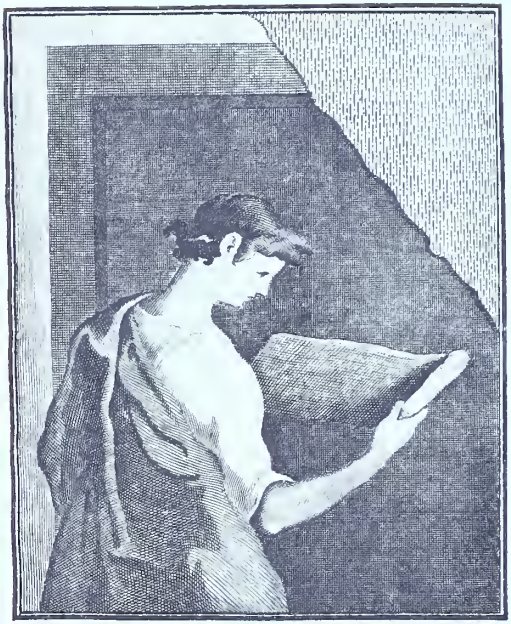


THE J. PAUL GETTY MUSEUM LIBRARY

Digitized by the Internet Archive
in 2017 with funding from
Getty Research Institute

https://archive.org/details/oarcheologoportu12muse

VOL. XII JANEIRO A ABRIL DE 1907 N.os 1 A 4

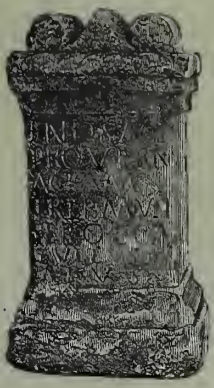
O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLLECÇÃO ILLUSTRADA DE MATERIAES E NOTICIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

PREHISTORIA — EPIGRAPHIA



NUMISMATICA — ARTE ANTIGA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1907

SUMMARIO

Materiaes para o estudo das moedas arabico-hispanicas em Portugal: 1.

Numismatica e Archeologia: 23.

Projecto de organização dos archivos e museus da India: 32.

Ara celtiberica da epoca romana: 36.

Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia Portuguesa: 52.

Lapide romana de Ferreira do Alemtejo: 70.

Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Archeologia: 72.

A matriz de Villa do Conde: 76.

Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães: 79.

Miscellanea: 92.

Acquisições do Museu Ethnologico Português: 105.

Onomastico medieval português: 111.

Chronica: 125.

Bibliographia: 127.

Registo bibliographico das permutas: 128.

Este fasciculo vae illustrado com 16 estampas.

O ARCHEOLOGO

PORTUGUÊS

Obra composta e impressa na Imprensa Nacional

Edição e propriedade do Museu Ethnologico Português

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLLECÇÃO ILLUSTRADA DE MATERIAES E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

REDACTOR — J. LEITE DE VASCONCELLOS

VOL. XII

PREHISTORIA — EPIGRAPHIA

NUMISMATICA — ARTE ANTIGA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1907

O ARCHEOLOGO PORTUGUÈS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÈS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XII JANEIRO A ABRIL DE 1907 N.os 1 A 4

Materiaes para o estudo das moedas arabico-hispanicas em Portugal

Da minha collecção monetaria fazem parte alguns exemplares de moedas arabes, que não dispertam a attenção nem pela quantidade, nem pela qualidade. São poucos e communs.

No entanto parece-me de alguma utilidade publicar a sua descrição, não só porque a numismatographia arabico-hispanica é pobrissima em Portugal, contrastando singularmente com a da vizinha Hespanha, mas ainda porque o estudo e conhecimento das moedas arabes, cunhadas na peninsula, ou que nella tiveram curso, é interessantissimo sob todos os aspectos, principalmente por nellas se encontrarem, por vezes, indicações e dados, que muito podem contribuir para esclarecer alguns capitulos da historia do dominio muçulmano no occidente, ainda infelizmente bastante obscuros. Não julgo por isso tempo perdido o que se empregar em recolher, e tornar conhecidas, moedas d'esta serie, ainda as que pareçam de somenos valor numismatico.

Demais, é possivel que o exemplo frutifique, e que os colleccionadores portugueses comecem a dedicar ás moedas arabes a attenção de que ellas são dignas, chegando ao convencimento da sem razão com que allegam, para justificar o abandono a que as tem votado, que uma collecção de taes numismas é pouco interessante pela sua monotonia, e que o desconhecimento da lingoa lhes não permitte classificá-las e descrevê-las convenientemente. E *a priori* da improcedencia do allegado se convencerão, reflectindo que, se uma collecção de moedas arabes é monotona, como aliás o são todas as collecções de objectos, qualquer que seja a sua fórma e natureza, não o é mais do que a de algumas secções da serie monetaria portuguesa—*cruzados novos, macutas, patacas, etc., etc.*, com seus *multiplos* e *sub-multiplos;* e que, se não é necessario o conhecimento, que ninguem possue, da lingoa ou lingoas, que antigamente se fallaram e escreveram na peninsula,

para classificar e descrever as moedas *ibericas,* da mesma fórma não é indispensavel saber arabe para seriar e descrever as moedas arabes. Por isso me abalancei a descrever em breves e despretensiosas noticias, que successiva e desordenadamente irão apparecendo n-*O Archeologo Português,* graças á benevolencia do seu sabio Director, as poucas moedas arabes, que possuo, demonstrando assim praticamente que a serie das moedas arabico-hispanicas é mais variada do que geralmente se pensa e diz, e que ellas podem ser classificadas e descritas sabendo-se da lingoa arabe apenas o que se póde aprender no classico *Tratado de Numismática Arábigo-Española,* do venerando professor e academico Sr. D. Francisco Codera, e no excellente livro *Monedas de las Dinastías Arábigo-Españolas,* do entendido numismata Sr. D. Antonio Vives.

Com tão seguros guias e com trabalho algo se consegue.

*

Moedas de Al-Háquem II

Fallecido, depois de um reinado de 50 annos, 7 meses e 3 dias, em Novembro de 961 de Christo—*ramadhan* de 350 da Hegira, الامام عبد الرحمن الناصر لدين الله امير المومنين, *o soberano Abd Arrahman, protector da religião de Deus, principe dos crentes,* succedeu-lhe seu filho الحكم, *Al-Háquem*, que por então contava 47 a 48 annos de idade, e cuja ascensão ao throno foi festejada com deslumbrante pompa, a que nem sequer faltaram os canticos dos poetas celebrando-lhe as virtudes e exalçando-lhe os meritos, e os vaticinios dos astrologos profetizando-lhe a continuação do glorioso reinado de seu pae. E, contra o que geralmente succede, nem estes se enganaram nas suas profecias, nem aquelles foram mentirosamente lisonjeiros nos seus louvores.

Al-Háquem appellidou-se[1] المستنصر بالله, *o que implora o auxilio de Deus,* e continuou a usar os titulos sultanicos de *soberano* e *principe dos crentes,* que Abd Arrahman se arrogara; appellido e titulos que figuram nas suas moedas, nas quaes foi conservado o typo geral adoptado por seu pae depois de 316 da H. —25 de Fevereiro de 928 a 14 de Fevereiro de 929 de C.—, quando se proclamou امير المومنين,

[1] D. Modesto Lafuente, *Hist. Gen. de España,* parte II, libr. I, cap. XVI, diz, transcrevendo da *Chronica muçulmana,* que Al-Háquem II se appellidou *Almostancer Billah* no seu regresso a Cordova em 963 de C. (351-352 da H.), depois de terminadas com exito as operações militares, que nesse anno emprehendera, contra o Conde de Castella, Fernan González. As inscripções das moedas contradizem porém formalmente esta asserção, pois já nas de 350 da H. (961-962 de C.), primeiro anno do seu reinado, apparece o seu nome com o *lacab* de— المستنصر بالله.

principe dos crentes; isto é, no campo do anverso: a profissão de fé; e no do reverso: o seu nome, appellido e titulos; nas orlas: numa a indicação da officina monetaria e o anno da cunhagem, e na outra a missão profetica. Em quasi todas ainda figura, ora no anverso, ora no reverso—um *nome proprio:* já o do primeiro ministro com designação do cargo; já, sem essa indicação o de outras personagens, cujas funcções officiaes, e razão por que apparecem nas moedas, só pelos dados historicos, e muitas vezes só por meras hypotheses, se podem determinar com maior ou menor grau de certeza; suppondo-se, todavia, com fundamento, que se trata na maioria dos casos dos superintendentes ou directores da casa da moeda.

Os nomes que se encontram nas moedas de Al-Háquem II constam do seguinte quadro:

Anverso	Reverso	Annos
———	يحيى	350 e 351 da Hegira.
———	عبد / الرحمن	351 a 356 da Hegira.
شهيد	———	356 da Hegira.
عامر	———	356 a 361 da Hegira.
عامر	الحاجب / جعفر	357 a 359 da Hegira.
———	عامر	360 e 361; 363 a 365 da Hegira.
محمد	———	360 a 363 da Hegira.
———	نصر	361 da Hegira.
———	يحيى	363 da Hegira.

Observações. — Os traços horizontaes do interior de cada rectangulo, na 1.ª e 2.ª columnas, representam respectivamente, as legendas nos campos do anverso, e do reverso das moedas.

Só nas moedas de 357 a 359 da H. apparece o nome de جعفر بن عثمن المصحفى, *Jafar Ben Otman Al-Mashafi,* general conceituado, e homem poderoso que, logo ao assumir o poder, em 350 da H., Al-Háquem II nomeara الحاجب, *primeiro ministro.* Os nomes de يحيى, *Yahia,* عبد الرحمن, *Abd-Arrahman,* شهيد, *Xohaid* e عامر, *Amir,* formam porém serie seguida, e sem penetração de 350 a 361 da H., serie que, interrompida em 362 da H., em que as moedas contém apenas o nome do imperante [1], continua com o nome de عامر, *Amir* de 363 a 365 da H. É porém de notar que na serie se intercallam os nomes de محمد, *Mohammed,* نصر, *Nasr?* e يحيى, *Yahia,* respectivamente em 360 e 363; 361; e 363 da H., anomalia que não tem sido explicada satisfatoriamente; e que de 361 e 363 da H. existem tambem moedas tendo apenas, com exclusão de qualquer outro, o nome do soberano [2]; e ainda que o Sr. Codera *(ob. cit.,* p. 306) dá conta de duas moedas, nas mesmas circunstancias, dos annos 353 e 365 da H., de que aliás o Sr. Vives não faz menção.

*

Não se conhecem moedas de cobre, فلس—*felus,* d'este periodo; suppondo-se por isso que Al-Háquem II cunhara apenas moeda de prata: درهم, *dirhemes,* e de ouro: دينر, *dinares.*

Continuou neste reinado a funccionar a casa da moeda em مدينة الزهرا, *Cidade de Azzahra,* onde Abd Arrahman III a installara em 336 da H. —23 de Julho de 947 a 14 de Julho de 948 de C.—, reapparecendo no entanto no ultimo anno do reinado de Al-Háquem II a indicação da cunhagem *em Alandaluz,* بالاندلس.

*

Simplesmente para facilidade do estudo e da descrição podem as moedas de Al-Háquem II dividir-se nestes grupos, typos e sub-typos:

---

[1] O Sr. Codera, *Trat. de Num. Arábigo-Española,* p. 90, diz que o nome de عامر, no reverso, figura nas moedas de 360 a 365 da H.; e a p. 305 dá conta de duas moedas, e dubitativamente de mais outra do mesmo typo, do anno de 362 da H., que conhecia de *visu* ou pela descrição.

O Sr. Vives, *Mon. de las Din. Arábigo-Españolas,* p. XVIII, tambem diz que o nome de عامر, no reverso das moedas, appareee de 360 a 365. Não obstante de pp. 54 a 61 da ob. cit., n.os 447 a 497, não se encontram do anno de 362 da H. mais do que um *dinar* (n.º 484) e um *dirheme* (n.º 485), e em nenhum d'elles figura nome algum, quer no anverso, quer no reverso, a não ser o de Al-Háquem II.

[2] F. Codera e A. Vives, *ob. e loc. cit.*

A) Moedas de ouro

Typos	Sub-typos	Anverso		Reverso		Annos da cunhagem
		Campo	Orla	Campo	Orla	
N.º 1	–	لا اله الا (*a*) الله وحده لا شريك له	Missão profetica (*b*)	لامام الحكم (*c*) امير المومنين المستنصر بالله	Data (*d*)	Dinares: 361, 362 e 363 da Hegira.
N.º 2	1.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*d*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella يحيى (*e*)	Missão profetica (*b*)	Dinares: 363 da Hegira.
	2.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Missão profetica (*b*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella يحيى (*e*)	Data (*d*)	Dinares: 363 da Hegira; $^1/_3$: 363 da Hegira.
	3.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Missão profetica (*b*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella عامر (*f*)	Data (*d*)	Dinares: 360, 361, 363, 364 da Hegira.
	4.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Missão profetica (*b*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella نصر (*g*)	Data (*d*)	Dinares: 361 da Hegira.

Typos	Sub-typos	Anverso		Reverso		Annos da cunhagem
		Campo	Orla	Campo	Orla	
N.º 3	–	Profissão de fé = N.º 1 (*a*) Sob ella عامر (*f*)	Data (*d*)	الحاجب (*h*) Legenda = N.º 1 (*c*) جعفر (*h*)	Missão profetica (*b*)	Dinares: 357, 358, 359 da Hegira; 1/3: 357, 358 da Hegira.
N.º 4	–	لا (*i*) اله لا الله وحده لا شريك له	Data (*d*)	لامام (*j*) الحكم امير المومنين المستنصر بالله	Missão profetica (*b*)	Dinares: 363 da Hegira.

B) **Moedas de prata**

N.º 5	–	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*k*)	Legenda = N.º 1 (*c*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 361, 362, 363 da Hegira.
N.º 6	1.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*) Sob ella شهيد (*l*)	Data (*k*)	Legenda = N.º 1 (*c*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 356 da Hegira.
	2.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*) Sob ella عامر (*f*)	Data (*k*)	Legenda = N.º 1 (*c*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 356, 357, 358, 359, 360, 361 da Hegira.

	3.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*) Sob ella محمد (*u*)	Data (*k*)	Legenda = N.º 1 (*c*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 360, 363 da Hegira.
N.º 7	1.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*k*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella يحيى (*e*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 350, 351, 363 da Hegira.
	2.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*k*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella عامر (*f*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 363, 364 da Hegira.
	3.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*k*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella مصر (*n*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 364 da Hegira.
N.º 8	1.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*k*)	عبد (*o*) Legenda = N.º 1 (*c*) الرحمن (*o*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 351, 352, 353, 354, 355, 356 da Hegira.
	2.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*k*)	عا (*p*) Legenda = N.º 1 (*c*) مر (*p*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 364 da Hegira.
N.º 9	-	لا اله الا (*q*) الله وحده لاشريك له عامر	Data (*k*)	الامام (*r*) الحكم امير المومنين المستنصر بالله	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 360 da Hegira.

Typos	Sub-typos	Anverso		Reverso		Annos da cunhagem
		Campo	Orla	Campo	Orla	
N.º 10	–	لا اله الا (*s*) الله وحده لا شريك له	Data (*k*)	(*t*) الامام الحكم امير المومنين المستنصر بالله	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 361 da Hegira.
N.º 11	–	Legenda = N.º 9 (*q*)	Data (*k*)	Legenda = N.º 10 (*t*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 360, 361 da Hegira.
N.º 12	1.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*u*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella عامر (*f*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 365 da Hegira.
	2.	Profissão de fé = N.º 1 (*a*)	Data (*u*)	Legenda = N.º 1 (*c*) Sob ella مصر (*n*)	Missão profetica (*b*)	Dirhemes: 365 da Hegira.

Notas

(*a*) Profissão de fé: *Não ha mais do que—um só Deus—e sem companheiro.*

(*b*) Missão profetica: محمد رسول الله ارسله بالهدى ودين الحق ليظهره على الدين كله ولو كره المشركون, *Mohammed é o enviado de Deus; enviou-o com a boa direcção e a religião da verdade para que elle a fizesse prevalecer sobre todas as outras, ainda que os polytheistas a detestem.*

(*c*) *O soberano Al-Háquem—principe dos crentes—o que implora o auxilio de Deus.*

(*d*) Data:..... بسم الله ضرب هذا الدينر بمدينة الزهرا سنة, *Em nome de Deus. Foi cunhado este dinar na cidade de Azzahra no anno .....*

(*e*) *Yahia.*

(*f*) *Amir.*

(*g*) *Nasr?*

(*h*) $\frac{\text{O primeiro ministro}}{\text{Jafar}}$

(*i*) Profissão de fé: *Não—ha mais do que—um só Deus—e sem companheiro.*

(*j*) *O soberano—Al-Háquem, principe—dos crentes—o que implora o auxilio—de Deus.*

(*k*) Data: ..... بسم الله ضرب هذا الدرهم بمدينة الزهرا سنة, *Em nome de Deus. Foi cunhado este dirheme na cidade de Azzahra, no anno .....*

(*l*) *Xohaid.*

(*m*) *Mohammed.*

(*n*) $\frac{A}{m.....ir.}$

(*o*) $\frac{Abd}{Arrahman.}$

(*p*) $\frac{A}{mir.}$

(*q*) *Não ha mais do que—um só Deus—e sem companheiro—Amir.*

(*r*) *O soberano—Al-Háquem—principe dos crentes—o que implora o auxilio—de Deus.*

(*s*) *Não ha mais do que—um só Deus—e sem companheiro.*

(*t*) *O soberano—Al-Háquem, principe—dos crentes—o que implora o auxilio—de Deus.*

(*u*) Data:..... بسم الله ضرب هذا الدرهم بالاندلس سنة, *Em nome de Deus. Foi cunhado este dirheme em Alandalús no anno.....*

Nos typos e sub-typos, pormenorizados nos quadros antecedentes, ainda se distinguem variedades, resultantes: já de sinaes de adorno, que se observam quer nos campos das moedas, quer acompanhando as legendas das orlas; já provenientes da diversidade das datas, e do mais ou menos completas, que se apresentam as legendas das orlas pela melhor ou peor distribuição das letras; e ainda pelos differentes typos d'estas.

*

Devido decerto á paz interna que, durante os dezaseis annos do seu reinado, se manteve na parte peninsular do Califado do Occidente, e á prosperidade publica, fomentada por um governo illustrado, e protector desvelado das artes e das letras, e deveras empenhado no desenvolvimento e progresso da agricultura e das industrias, que tanto floresceram no tempo de Al-Háquem II, as moedas d'este monarcha são bastante communs.

Do exame do quadro de pp. 484–485 das *Mon. de las Din. Arábigo-Españolas,* do Sr. Vives, conclue-se que em 1893 eram por elle conhecidas 89 moedas de ouro e 1003 de prata de Al-Háquem II, fazendo parte de 51 collecções hespanholas e estrangeiras,—moedas que se distribuiam pela fórma seguinte:

1) Classificadas por typos e sub-typos

A) Moedas de ouro (89)

Typo n.º 1	10	Typo n.º 2–4) . . .	7
Typo n.º 2–1) . . .	3	Typo n.º 3	35
Typo n.º 2–2) . . .	12	Typo n.º 4	2
Typo n.º 2–3) . . .	20		

B) Moedas de prata (1:003)

Typo n.º 5	50	Typo n.º 8–1) . . .	520
Typo n.º 6–1) . . .	16	Typo n.º 8–2) . . .	5
Typo n.º 6–2) . . .	276	Typo n.º 9	4
Typo n.º 6–3) . . .	2	Typo n.º 10	1
Typo n.º 7–1) . . .	69	Typo n.º 11	6
Typo n.º 7–2) . . .	34	Typo n.º 12–1) . .	12
Typo n.º 7–3) . . .	1	Typo n.º 12–2) . .	7

2) Classificadas por annos

Annos	Moedas		Annos	Moedas	
	ur	Prata		Ouro	Prata
350	–	34	359	9	32
351	–	100	360	13	90
352	–	90	361	16	52
353	–	105	362	2	23
354	–	99	363	21	39
355	–	79	364	2	30
356	–	95	365[1]	–	19
357	11	81			
358	15	35		89	1:003

Apesar d'estes quadros se referirem a 1893, ainda assim, d'elles se deduz, com relativa segurança, qual a raridade absoluta e relativa das moedas de Al-Háquem II.

As mais communs de ouro são os dinares do typo n.º 2–3) do anno de 360 da H., e os do typo n.º 3 do anno 358 da H., dos quaes eram conhecidos 13 e 11 respectivamente; e as mais raras os dinares do typo n.º 3 do anno 361 da H. de que era apenas conhecido um exemplar existente na collecção do Sr. Vives.

De prata são mais abundantes as do typo n.º 8–1) dos annos de 353 e 354 da H., de que eram conhecidos 105 e 99 exemplares respectivamente; e as que em menor numero existiam eram dirhemes do typo n.º 6–3) dos annos de 360 e 361 da H. de que eram conhecidos apenas dois exemplares, um de cada anno, existentes na collecção do Sr. Vives, e as dos typos n.º 7–3) do anno 364 da H., e n.º 10 do anno 361 da H., de que tambem eram conhecidos apenas dois exemplares, um de cada typo, e pertencentes á collecção de P. Gayangos, e finalmente um dirheme do typo n.º 11 e de 361 da H. existente no Museu Archeologico de Hespanha.

---

[1] Delgado, *Cat. des Mon. et des Méd. Ant. de M. G. D. de Lorichs*, e Lavoix, *Cat. des Mon. Musulmanes de la Bibliothèque Nationale*, citados por Vives, descrevem respectivamente um dirheme de 366 da H., cunhado em Alandalús e outro da mesma data da cidade de Azzahra.

Moedas de Al-Háquem II, existentes na collecção de M. F. de V.

Numero na serie	Designação	Metal	Typo de comparação	Diametro — Millimetros	Peso — Grammas	Differenças entre o typo de comparação e o exemplar comparado
1	Dirheme	℞	N.º 7–1.	24	2,75	Anv.—Data: سنة خمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta.* As palavras: بسم الله ضرب, *Em nome de Deus. Foi cunhado,* em linha recta; o resto da legenda da orla, ligeiramente polygonal. Rev.—Missão profetica: até كله, *todas,* faltando, por não caber na moeda, o resto da legenda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas.* Sinaes particulares: Fig. 1.
2	Dirheme	℞	N.º 8–1.	25	2,65	Anv.—Data em legenda circular: سنة احدى وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e um.* Rev.—Missão profetica completa. Sinaes particulares: O ر da palavra شريك muito floreado; Fig. 2.
3	Dirheme	℞	N.º 8–1.	25	2,92	Anv.—Data em legenda circular: سنة احدى وخمسين وثلث, *anno trez-[entos] e cincoenta e um;* faltando o final مايةٍ, *centos,* por não caber na moeda. Rev.—Missão profetica completa. Sinaes particulares: O ر de شريك floreado; Fig. 3.
4	Dirheme	℞	N.º 8–1.	23	2,25	Anv.—Data em legenda circular: سنة اثنتين وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e dois.* Rev.—Missão profetica faltando, por não caber na moeda, o ن da ultima palavra المشركو[ن], *polytheistas.* Sinaes particulares: O ر de شريك e o ن de خمسين muito floreados; Fig. 4.

Numero na serie	Designação	Metal	Typo de comparação	Diametro — Millimetros	Peso — Grammas	Differenças entre o typo de comparação e o exemplar comparado
5	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	23	3,02	Anv.—Data em legenda circular: سنة اثنتين وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e dois.* Rev.—Missão profetica completa. Sinaes particulares: O ن final de اثنتين algum tanto, o ر de شريك e o ن de خمسين bastante floreados; Fig. 5.
6	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	22,5	2,25	Anv.—Data em legenda circular: سنة اثنتين وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e dois.* Rev.—Missão profetica, faltando, por não caber na moeda, o ن da ultima palavra المشركو[ن], *polytheistas.* Sinaes particulares: O ن final de اثنتين bastante, o ر de شريك e o ن de خمسين muito florcados; Fig. 6.
7	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	22,5	2,93	Anv.—Data em legenda circular: سنة اثنتين وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e dois.* Rev.—Missão profetica completa. Sinaes particulares: O ر de شريك muito, e o ن de خمسين muito pouco floreados; Fig. 7.
8	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	23	2,13	Anv.—Data em legenda circular: سنة اثنتين وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e dois.* Rev.—Missão profetica, faltando, por não caber na moeda as syllabas finaes كون de المشر[كون], *polytheistas.* Sinaes particulares: O ن final de اثنتين um tanto, e o de خمسين bastante floreados; Fig. 8.
9	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	23	2,60	Anv.—Data em legenda circular: سنة ثلث وخمسين وثلثمية, *anno de trezentos e cincoenta e tres.*

Numero na serie	Designação	Metal	Typo de comparação	Diametro — Millimetros	Peso — Grammas	Differenças entre o typo de comparação e o exemplar comparado
						Rev.—Missão profetica até كلد, *todas*, faltando, por não caber na moeda, o resto da legenda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: O ن de خمسين um tanto floreado; Fig. 9.
10	Dirheme	Ar	N.º 8-1.	22	2,46	Anv.—Data em legenda circular: سنة ثلث وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e tres.* Rev.—Missão profetica até كره, *a detestem*, faltando, por não caber na moeda, o final المشركون, *polytheistas*. Sinaes particulares: O ر de شريك muito floreado; Fig. 10.
11	Dirheme	Ar	N.º 8-1.	21	2,60	Anv.—Data em legenda circular: سنة ثلث وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e tres.* Rev.—Missão profetica, faltando o ن da ultima palavra [المشركو]ن, *polytheistas*, por não caber na moeda. Sinaes particulares: O ن de خمسين, um tanto, e o ر de شريك muito floreados; Fig. 11.
12	Dirheme	Ar	N.º 8-1.	22	2,45	Anv.—Data em legenda circular: سنة ثلث وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e tres.* Rev.—Missão profetica completa. Sinaes particulares: O ر de شريك muito floreado; Fig. 12.
13	Dirheme	Ar	N.º 8-1.	21	2,12	Anv.—Data em legenda circular: سنة ثلث وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e tres.* Rev.—Missão profetica, bastante apagada, mas parecendo completa. Sinaes particulares: O ر de شريك muito floreado; Fig. 13.

Numero na serie	Designação	Metal	Typo de comparação	Diametro — Millimetros	Peso — Grammas	Differenças entre o typo de comparação e o exemplar comparado
14	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	23	3,02	Anv.—Data em legenda circular: سنة الربع وخمسين وثلثمية (*sic*), *anno trezentos e cincoenta e quatro* (*a*). Rev.—Missão profetica até كله, *todas*, faltando, por não caber na moeda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: Fig. 14.
15	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	23,5	2,93	Anv.—Data em legenda circular: سنة اربع وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e quatro*. Rev.—Missão profetica até كله, *todas*, faltando, por não caber na moeda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: Fig. 15.
16	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	23	2,40	Anv.—Data em legenda circular: سنة اربع وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e quatro*. Rev.—Missão profetica até كله, *todas*, faltando, por não caber na moeda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: Fig. 16.
17	Dirheme	Æ	N.º 8-1	23	2,25	Anv.—Data em legenda circular: سنة اربع وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e quatro*. Rev.—Missão profetica até كله, *todas*, faltando, por não caber na moeda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: O ر de شريك e o ن de خمسين, muito floreados; Fig. 17.
18	Dirheme	Æ	N.º 8-1.	22	2,47	Anv.—Data em legenda circular: سنة خمس وخمسين وثلثمنة, *anno trezentos e cincoenta e cinco*.

Numero na serie	Designação	Metal	Typo de comparação	Diametro — Millimetros	Peso — Grammas	Differenças entre o typo de comparação e o exemplar comparado
						Rev.—Missão profetica até كله, *todas*, faltando, por não caber na moeda: ولو كره المسركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: O ر de شريك muito floreado; Fig. 18.
19	Dirheme	Ar	N.º 6-2.	21,5	2,41	Anv.—Data: سنة سبع وخمسين وثلث, *anno trez[entos] e cincoenta e sete*. Não coube na moeda o final مايۃ, *centos*. As palavras بسم الله ضرب, *Em nome de Deus. Foi cunhado*, em linha recta; o resto da legenda da orla ligeiramente polygonal. Rev.—Missão profetica até كله, *todas*, faltando, por não caber na moeda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: O ن de خمسين, levemente floreado; Fig. 19.
20	Dirheme	Ar	N.º 6-2.	22	2,71	Anv.—Data em legenda circular: سنة سبع وخمسين وثلثمية, *anno trezentos e cincoenta e sete*. Rev.—Missão profetica até الدين, *a religião*, faltando, por não caber na moeda: كله ولو كره المشركون, *as outras todas, ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: Fig. 20.
21	Dirheme	Ar	N.º 6-2.	21	2,12	Anv.—Data: سنة ثمان وخمسين و, *anno [trezentos] e cincoenta e oito*. Não coube na moeda: ثلثماية, *trezentos*. As palavras بسم الله ضرب, *Em nome de Deus. Foi cunhado*, em linha recta; o resto da legenda da orla ligeiramente polygonal.

Numero na serie	Designação	Metal	Typo de comparação	Diametro — Millimetros	Peso — Grammas	Differenças entre o typo de comparação o o exemplar comparado
						Rev.—Missão profetica até ولو, *ainda que*, faltando, por não caber na moeda: كره المشركون, *a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: O ن de ثمان um pouco floreado; Fig. 21.
22	Dirheme	Æ	N.º 6-2.	22	3,52	Anv.—Data em legenda circular: ستين وثلثمية, (falta a palavra سنة, *anno*) *trezentos e sessenta* (*b*). Rev.—Missão profetica a que falta ارسله, *enviou-o*. Sinaes particulares: Fig. 22.
23	Dirheme	Æ	N.º 6-2.	23	2,50	Anv.—Data em legenda circular: سنة ستين وثلثمية, *anno trezentos e sessenta*. Rev.—Missão profetica até كله, *todas*, faltando, por não caber na moeda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: Fig. 23.
24	Dirheme	Æ	N.º 6-2.	22	3,40	Anv.—Data em legenda circular, bastante apagada, parecendo todavia ser: سنة ستين وثلثمية, *anno trezentos e sessenta*. Rev.—Missão profetica, bastante apagada no final, mas parecendo concluir em كله, *todas*, faltando, por não caber na moeda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas*. Sinaes particulares: Fig. 24.
25	Dirheme	Æ	N.º 6-2.	22	2,55	Anv.—Data: سنة ستين و, *anno* [*trezentos*] *e sessenta*. Não coube na moeda: ثلثماية, *trezentos*. As palavras بسم الله ضرب, *Em nome de Deus. Foi cunhado*, em linha recta; o resto da legenda da orla circular.

Numero na serie	Designação	Metal	Typo de comparação	Diametro — Millimetros	Peso — Grammas	Differenças entre o typo de comparação e o exemplar comparado
						Rev.—Missão profetica até على, *sobre*, faltando, por não caber na moeda: الدين كله ولو كره المشركون, *todas as outras ainda que a detestem os polytheistas.* Sinaes partieulares: Fig. 25.
26	Dirheme	Æ	N.º 6–2.	22	2,20	Anv.—Data: سنة احدى وستين و, *anno [trezentos] e sessenta e um.* Não coube na moeda: ثلثماية, *trezentos.* As palavras بسم الله ضرب, *Em nome de Deus. Foi cunhado,* em linha recta; o resto da legenda da orla sensivelmente eireular. Rev.—Missão profetica até على, *sobre,* faltando, por não caber na moeda: الدين كله ولو كره المشركون, *todas as outras, ainda que a detestem os polytheistas.* Sinaes partieulares: Fig. 26.
27	Dirheme	Æ	N.º 7–1.	23	2,98	Anv.—Data: سنة ثلث وستين و, *anno [trezentos] e sessenta e tres.* Não coube na moeda: ثلثماية, *trezentos.* As palavras بسم الله ضرب, *Em nome de Deus. Foi cunhado,* em linha reeta; o resto da legenda da orla levemente polygonal. Rev.—Missão profetica até كله, *todas,* faltando, por não caber na moeda: ولو كره المشركون, *ainda que a detestem os polytheistas.* Sinaes partieulares: Fig. 27.

(*a*) A. Vives, *Mon. de las Din. Arábigo-Españolas,* p. 55, n.º 453, dá conta de um dirheme do mesmo typo, sub-typo e anno, em que as unidades da era estão assim: رابع.

(*b*) A. Vives, *Mon. de las Din. Arábigo-Españolas,* p. 56, n.º 462, dá conta de um dirheme, d'este typo e sub-typo, a que tambem falta سنة, mas de 361 da H.

*

É impossivel, por falta de dados, fazer o inventario das moedas de Al-Háquem II existentes nas collecções portuguesas. O illustre professor Sr. David Lopes dá, n-*O Archeologo Português,* 1, 4, um succinto exame de 18 moedas arabes pertencentes á familia Sousa Rocha, de Castro Marim (Algarve), das quaes 7 (n.os 9 a 15) são *dirhemes* de Al-Háquem II.

A n.º 9 é do typo n.º 8–1) e de 355 da H.;

As n.os 10 e 11 são do typo n.º 6–2) e de 357 da H.;

As n.os 14 e 15 do typo n.º 7–1) e de 363 da H.; e finalmente:

As n.os 12 e 13 são, respectivamente, de 360 e 361 da H.; e se, como é de suppor, não se tratando de *dinares,* que então pertenceriam ao typo n.º 2–3), não houve lapso ou equivoco na descrição, são *dirhemes* do typo n.º 7–2), e constituem duas variedades desconhecidas, *pela data,* ao Sr. A. Vives, *ob. cit.,* que só apresenta, assinadas com عامر no reverso, *dinares* de 360, 361, 363 e 364 da H., e *dirhemes,* nas mesmas circunstancias, de 363 e 364 da H.

—No Museu Municipal do Porto não existia em 1882 moeda alguma de Al-Háquem II (*Catalogo das moedas arabes existentes no Museu Municipal Portuense, descritas, classificadas e ordenadas chronologicamente* por José Pereira Leite Netto, Lisboa 1882).

—A riquissima collecção monetaria do Sr. Judice dos Santos, infelizmente perdida para Portugal, tinha, como se vê do catalogo para a venda no leilão, que se effectuou em Amsterdam em principios de Junho de 1906, alem de 11 *dirhemes* (lote n.º 3:031) que não vem descritos, mais os seguintes:

Typo n.º 7–1)—1 de 350 da H. e 1 de 363 da H.

Typo n.º 8–1)—2 de 351 da H.; 3 de 353 da H.; 4 de 354 da H.; 3 de 355 da H.; e 1 de 356 da H.

Typo n.º 6–1)—1 de 356 da H.

Typo n.º 6–2)—1 de 356 da H.; 5 de 357 da H.; 1 de 359 da H. e 3 de 361 da H.

Typo n.º 12–1)—1 de 365 da H.

E ainda os dois interessantissimos numismas:

a) *Dirheme* de 363 da H., variedade unica do sub-typo 1)

ou do sub-typo 2)

do typo n.º 12, o que não se póde determinar por insufficiencia da descrição, e que vem demonstrar que já anteriormente a 365 da H., contrariamente ao que era admittido pelos numismatas, apparece nas moedas de Al-Háquem a *ceca* الاندلس.

b) *Dirheme* de 365 da H., constituindo um novo sub-typo do typo n.º 12 de qualquer das tres fórmas:

o que não é possivel precisar por deficiencia da descrição; exemplar tambem unico, e que aos nomes proprios, que figuram nas moedas de Al-Háquem II, vem juntar mais o de عبد الله, *Abdallah*.

Em resumo: da collecção, que antigamente pertenceu ao Sr. Judice dos Santos, faziam parte, pelo menos, 40 *dirhemes* de Al-Háquem II, entre os quaes dois extremamente raros.

Faz pena ver como tem saido, e vae saindo, para fóra do país, tanta preciosidade, que religiosamente devia ser conservada.

—De outras collecções publicas e particulares não possuo esclarecimentos alguns, em parte por culpa minha, visto que ao Sr. Dr. José Leite de Vasconcellos, meu prezadissimo amigo, Director do Museu Ethnologico Português e Conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, devo o gentil favor, que mais uma vez lhe agradeço e que infelizmente ainda me não foi possivel utilizar, de poder examinar e descrever as moedas de Al-Háquem II que, com outras, existem naquelles estabelecimentos publicos, encontradas em differentes localidades do nosso país.

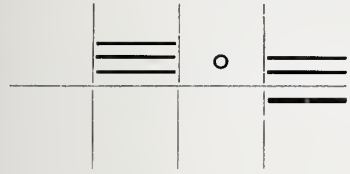
Fig. 1.ª 

Fig. 2.ª

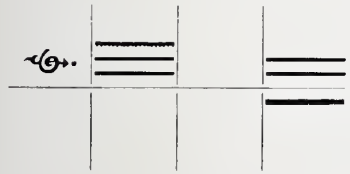
Fig. 3.ª 

Fig. 4.ª

Fig. 5.ª

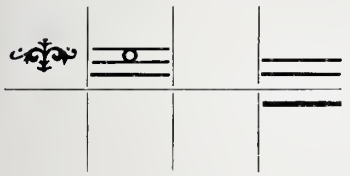
Fig. 6.ª 

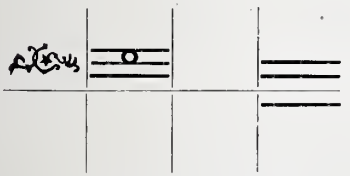
Fig. 7.ª 

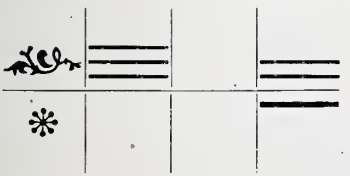
Fig. 8.ª 

Fig. 9.ª

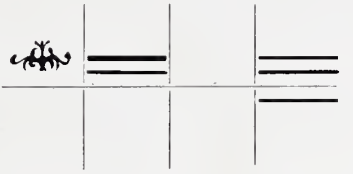
Fig. 10.ª 

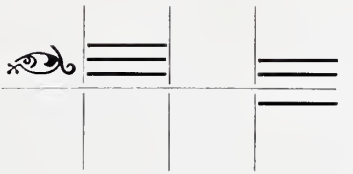
Fig. 11.ª 

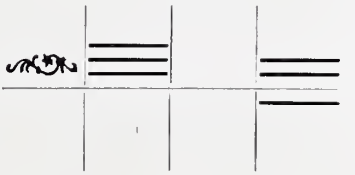
Fig. 12.ª 

Fig. 13.ª

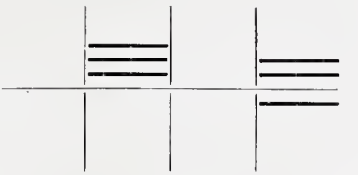
Fig. 14.ª 

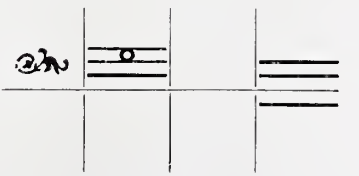
Fig. 15.ª 

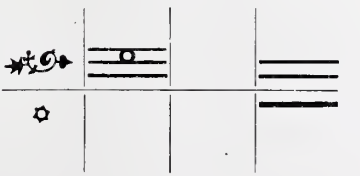
Fig. 16.ª 

Fig. 17.ª

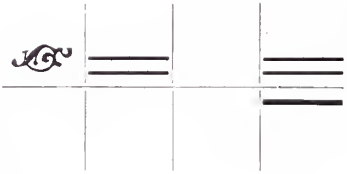
Fig. 18.ª 

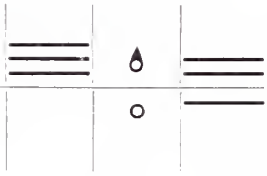
Fig. 19.ª 

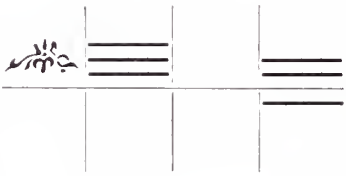
Fig. 20.ª 

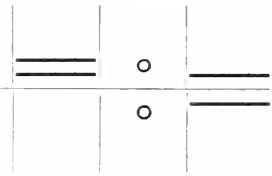
Fig. 21.ª 

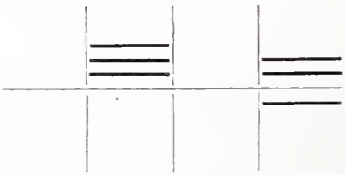
Fig. 22.ª

Fig. 23.ª

Fig. 24.ª

Fig. 25.ª

Fig. 26.ª

Fig. 27.ª 

N. B. Em cada figura o traço horizontal contínuo representa a legenda das moedas: na 1.ª e 3.ª columnas as dos campos do anverso e do reverso, respectivamente; na 2.ª e 4.ª columnas as das orlas do anverso e reverso, respectivamente. O que no desenho está acima ou abaixo d'esse traço é o que se vê nas moedas —sobre ou sob as legendas dos campos—, ou circundando as legendas das orlas, ou é por ellas circundado.

Lisboa, Abril de 1907.

M. F. de Vargas.

Numismatica e Archeologia

I

Moedas romanas coloniaes (hispanicas) achadas em Trás-os-Montes e Beira

É apenas de seis a minha collecção.

Foram obtidas ao acaso, e na sua descrição e classificação sigo o *Tratado de Medallas de las Colonias, Municipios y Pueblos Antiguos de España,* por Fr. Henriquez Flores, Madrid 1757, e o *Catalogo das Moedas e Medalhas antigas do Museu Lorichs,* redigido por D. Antonio Delgado, 1857.

A proposito de cada uma indicarei a sua proveniencia.

A) **Calagurris Julia**

1.ª—H. Flores, t.ª XIII, e D. A. Delgado, n.º 694.

Anv.—IMP. CAESAR AVGVSTVS.—Cabeça de Augusto, laureada, voltada para a direita. No exergo PP . . . . ℙ

℟.—Boi para a direita. Deante do boi VIR. Por baixo á esquerda Q . . . . EELAVO.—Diametro $0^{m},028$.

Anverso, bom. Reverso, mediocre.

Foi-me dada pelo Rev.do P.e Adriano Guerra, de Moncorvo.

2.ª—H. Flores, t.ª XIII, n.º 8 (?), e A. Delgado, n.º 702 (?).

Anv.—T. CAESAR DIVI AVG F AVGVSTV . . . —Cabeça laureada de Augusto para a direita. Contramarca no collo: a cabeça de uma aguia.

℟.—Boi voltado para a direita. Sobre o boi CCERE. Adeante VIIR. Atrás M . . . . Por baixo CRECT.—Diametro $0^{m},029$.

Bom exemplar.

Differe das moedas descritas por Flores em ter por contramarca a cabeça da aguia e não um C', e da do Museu Lorichs em *ter contramarca.*

Esta moeda foi encontrada em Rio Torto, concelho de Valpaços, com uma moeda romana de cobre e com uma fivela tambem de cobre e um alfinete, por um lavrador que numa pequena propriedade, que possue perto d'essa povoação, tem achado muitas vezes moedas e outros objectos.

Obtive a moeda, assim como a fivela e o alfinete, por intervenção de um empreiteiro das Obras Publicas, Joaquim Martins, d'esta villa.

B) **Celsa Augusta**

1.ª—H. Flores, t.ª XVIII, n.º 10. Falta no catalogo Larichs.

Anv.—AVCVSTVS DIVI.—Cabeça nua de Augusto para a direita.

℞.—Boi voltado para a direita. + Sobre o boi L · SVRA. Á esquerda C · V· ICEL. Deante . . . R. Debaixo L · BVCCO—Diametro 0m,029.

Exemplar bom.

Foi obtido em Lamego, numa collecção que lá comprei ha seis annos.

2.ª—H. Flores, t.ª XIX, fig. 1 e A. Delgado, n.º 805.

Anv.—AVCVSTVS DIVIF.—Cabeça laureada de Augusto á direita.

℞.—Touro de cauda levantada voltada para o lado direito. Não se distingue nesta face senão, por baixo do touro, . . . FEST.—Diametro 0m,027.

Esta medalha está em muito mau estado, por ter sido atacada pelas aguas sulphurosas do Moledo, como muitas outras, todas mais ou menos deterioradas. Algumas apresentam-se com o aspecto de uma esponja.

Estas moedas pertencem á casa da Ferreirinha, no Porto.

3.ª—H. Flores, t.ª XXIX, fig. 1

Anv.—AVCVSTVS (á direita), DIVIF (á esquerda). Cabeça laureada de Augusto voltada para a direita.

℞.—Touro de cauda levantada e voltada para a direita. Por cima do touro L BACCIO. Adeante VIR. Por baixo . . FEST. . Atrás C. . . .—Diametro 0m,028.

Mediocre.

Esta moeda, ao contrario da do n.º 2, tem o reverso em melhor estado do que o anverso, que estragaram para a limparem.

Foi obtida em Lamego, na mesma collecção da 1.ª de Celsa.

C) **Clunia**

1.ª—H. Flores, t.ª XIX, fig. 11, e A. Delgado, n.º 824.

Anv.—TI CAESAR AVGF · AVGVSTVIMP.—Cabeça laureada de Tiberio para a direita.

℞.—Touro á esquerda. Em cima Clunia. Em volta CNPONP. AMOTAN . . RANIIIIVIR. Sem contramarca.—Diametro 0m,027.

Exemplar bom.

Ha differenças entre Flores e Delgado no reverso, na palavra A'O, que em Delgado é interpretada AVO, e em Flores ANTO.

℟.—Boi á direita. Em cima Clunia. No exergo . . . TCON . . . Em volta . . . . ANO . . . IIIIVIR.

Anverso, bom. Reverso, mediocre.

Quando, ha annos, foi explorada a nascente do rio Douro, appareceu grande quantidade de moedas coloniaes romanas, mais ou menos deterioradas, no Moledo, cujas thermas são bem conhecidas. D'estas algumas foram entregues aos empregados da casa da Ferreirinha, que as levaram para o Porto, onde m'as mostraram no escritorio que, nesse tempo, era na Rua dos Ingleses.

No Moledo foram vendidas pelos trabalhadores muitas aos banhistas, e entre ellas, com todas as probabilidades, as que comprei em Lamego e a que me foi offerecida pelo meu bom amigo P.e Guerra.

É de presumir que todas as moedas, menos a de Rio Torto, fossem encontradas no Moledo, junto ao Rio Douro, no local da nascente.

II

Objectos prehistoricos do concelho de Alijó

Por um meu amigo de Villa Verde, o Sr. Joaquim Alves Rodrigues, foram-me dados tres objectos de pedra prehistoricos que offereci, com outros da mesma proveniencia, ao Sr. Dr. Leite de Vasconcellos.

São os seguintes:

1.º) Um objecto de fórma eliptica de 0m,115 de comprimento, de 0m,05 de largura, de 0m,03 de espessura.

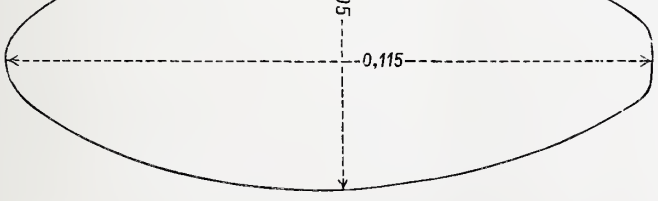


Fig. 1.ª

É de ardosia, polido nos bordos, convergentes para as extremidades d'estes, assim como nas de uma das faces.

Parece de schisto ardosiano e tem configuração differente das de todos os outros que temos visto. Fig. 1.ª

2.º) Uma linda enxó de pedra de côr marmoreada, e perfeitamente polida nas faces, desengrossadas symetricamente para a base e vertice de modo que fórma dois gumes, um no vertice e outro na base. Os bordos são rombos. O comprimento é de 0m,05; a largura na base é de 0m,035 e no vertice de 0m,012. A maior espessura é de 0m,01. Fig. 2.ª

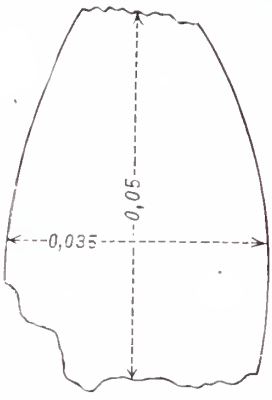


Fig. 2.ª

Fig. 3.ª

3.º) É um instrumento perfeitamente polido, de quartzo marmoreado, cortante apenas no gume, que é convexo e formado pelo desengrossamento de uma das faces. Fig. 3.ª

O seu comprimento é de 0m,045, a sua largura de 0m,015 e a maior espessura de 0m,01.

III

Lapides com inscripções romanas do districto de Villa Real

I. Concelho de Villa Pouca de Aguiar

1. No concelho de Villa Pouca, na freguesia das Tres-Minas, em volta das explorações do tempo dos Romanos, conhecidas pelos nomes de *Lagos de Covas* e *Ribeirinha,* appareceram tres lapides que pude obter, duas ha mais de vinte annos, e uma ha tres.

As duas primeiras, de fórma prismatica, de secção quasi quadrada e de 0m,80 de altura aproximadamente, cedi-as ao illustradissimo archeologo F. Martins Sarmento para o Museu a que tão justamente deram o nome de *Martins Sarmento,* e lá foram recolhidas com grande satisfação d'aquelle homem de bem que não possuia nesse tempo lapides dedicadas a Jupiter.

Uma das lapides foi desenterrada e conduzida logo para minha casa, e encontrava-se em muito bom estado; a outra serviu muitos annos para maçarem linho nella, e tinha parte das letras bastante gastas, o que não obstou a que Martins Sarmento as decifrasse da maneira seguinte:

I. O. M.
VOT...
MIL. LEG.
VII GEM.
PVLLIN....

Jovi Optimo Maximo. Votum [solverunt] milites Legionis Septimae Geminae Pallin[us] (posuit?).

I. O. M.
MIL-CH.
I. GALLI
CAE. EQ.
C. RV. S
L. M.

Jovi Optimo Maximo. Milites cohortis primae Gallicae equitatae civium Romanorum solverunt libentes merito.

A inscripção da primeira foi interpretada pelo mesmo distinctissimo archeologo na *Rev. de Guimarães,* vol. XI, n.º 4, Outubro 1894, p. 205.

A terceira lapide tem fórma muito differente das outras duas. É uma grande pedra de granito, de grão miudo. Tem de comprimento 1m,1 e de largura 0m,75; a espessura é desigual, mas grande em quasi toda a sua extensão. A lapide tem as extremidades quebradas, muito bem lavrada na frente, o que não se dá nas costas e lados. A inscripção está dentro de uma moldura de fórma polygonal, cavada na pedra, de alguns centimetros de largura e de profundidade. Por cima da inscripção vêem-se uma folha de hera dentro de uma meia-lua. Fig. n.º 1.

A inscripção, cuja decifração está confiada ao Sr. Dr. J. Leite de Vasconcellos, a quem tive o prazer de offerecer a lapide, vae copiada na fig. 1.ª

Esta lapide, em razão do seu grande peso, foi difficil de transportar para o Museu Ethnologico, mas lá está collocada e em condições de ser estudada [1].

---

[1] [A inscripção diz: *Prima L(ucii) Iuli Dextri lib(erta), Amanda [L](ucii) Juli Dextr[i] [l]ib(erta) h(ic) [s](itae).* Talvez que no fim houvesse primitivamente mais letras, mas não se póde saber isso, por estar quebrada a pedra. Traducção: «Prima e Amanda, libertas de Julio Dextro, estão aqui sepultadas». *Amanda,* que na origem é participio do verbo *amare,* não está ainda registado no *Corpus* das inscripções da Hispania, sómente o masculino *Amandus.* Do cognome *Dexter* registam-se lá mais exemplos. *Iuli* por *Iulii* é corrente.—Esta lapide torna-se notavel pelo symbolismo que apresenta na parte superior: um crescente com uma folha de hera dentro d'elle,—e é a primeira vez que o encontro (do crescente com uma estrella ha exemplos: cf. *Portugalia,* II, 126–127, artigo de R. Severo; e conheço outros). Altura da pedra (granito) 1m,12; largura 0m,80. Altura das letras: 0m,07 a 0m,09.—Mais uma vez agradeço ao Sr. Dr. Henrique Botelho a sua dadiva. É já avultado o número de objectos que o Museu deve á generosidade de tão prestante e illustrado cavalheiro.—J. L. de V.].

2. Na mesma freguesia das Tres Minas, no logar de Villarelho, havia parte de uma lapide de pedra que estava a formar o peitoril de uma janella e ainda tem as letras que se lêem no desenho junto (altura da lapide, granito, 1^{m},05, largura, 0^{m},60; altura das letras, 0^{m},07. (Fig. 2.ª).

Não se vê o resto da inscripção por faltar parte da pedra, a qual foi encontrada por um lavrador da povoação, quando lavrava um souto. Estava a cobrir uma sepultura vazia, cujas pedras lá deixaram enterradas.

Fig. 1.ª

Fig. 2.ª

A pedra é de granito, de fórma elliptica, com uma faixa em alto relevo em toda a peripheria, menos na parte quebrada; tem na parte superior uma especie de tympano, com uma figura circular provida de um ponto central.

Comparando estas letras com as que vem a p. 480 das *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga,* pelo contador de Argote, parece poder affirmar-se que é a lapide a que elle se refere.

A outra metade, a despeito de todos os esforços do meu bom amigo Hermenegildo dos Reis Teixeira, a quem devo muitos obsequios no que diz respeito a antiguidades da freguesia das Tres Minas, e entre elles esta lapide que offereci ao Sr. Leite de Vasconcellos, não foi encontrada.

A inscripção, como vem nas *Memorias,* de Argote, copiada depois de lhe juntarem a parte da pedra, que lhe disseram servia de lado a um forno, é a seguinte:

C. COVNE.
ANCVS
FVSCIECLU
N·XL
LA ᶜ CIV
.....
.....
VSC
XXXHSE

II. Concelho de Villa Real

Na parede de um palheiro de Sangunhedo, e freguesia de Mouçós, pude descobrir uma pedra com uma inscripção, de que fiz acquisição, mandando substituir a pedra por outra.

É de fórma rectangular, de grão grosseiro, a pico miudo na face em que está a inscripção, e mal e grosseiramente desbastada na face opposta á outra, assim como nos bordos.

No alto da pedra, acima da inscripção, vê-se uma especie de tympano (?) arredondado muito irregularmente. Fig. n.º 3.

A decifração da inscripção é pouco facil.

A lapide foi, como as outras, para o Museu Ethnologico.

Tal como nós a pudemos ler, e com as nossas duvidas, apresentamo-la ao leitor, que póde ir estudá-la no Museu:

DMS
ANI·AVITO
AN·XLCO·C
ET·PI·PO·ALB
ALBINAAVI
AVITÆ·F·AN
XIICET·PI·PG▾

Numa vinha de Mateus, pertencente á casa Paulo, appareceu uma lapide com uma inscripção, alem de outros objectos de que tenho feito menção noutras noticias para *O Archeologo.*

A lapide foi mandada pelo Sr. Conde de Villa Real para uma propriedade sua, e lá esteve durante muitos meses. Nos fins do anno de 1905 foi recolhida no Museu Ethnologico, a pedido do Sr. Dr. Leite de Vasconcellos, a quem o Sr. Conde a offereceu gostosamente. É de granito de grão miudo, e com molduras simples; apresenta algumas fracturas de pequenas dimensões. Nas faces anterior e lateral esquerda encontram-se duas excavações rectangulares, que não vi ainda nas outras lapides de que tenho conhecimento; devem ser accidentaes.

Fig. 3.ª

A altura da lapide é de 0^{m},65, a largura 0^{m},15 e a espessura de 0^{m},30.

Na base e na parte superior ha tres molduras muito perfeitas.

A inscripção, cujas letras estão muito distinctas e bem conservadas, vae representada na fig. 3 (altura da pedra, 0^{m},71; largura, 0^{m},30; altura das letras, 0^{m},05).

III. Novas lapides funerarias do Concelho de Villa Pouca de Aguiar

1. Ultimamente pude obter para o Museu Ethnologico Português (para onde irá brevemente) mais uma lapide funeraria, apparecida em Campo, freguesia da Vereia de Jalles, concelho de Villa Pouca.

Ao lavrar-se um campo de milho deu o arado com ella, ao pé de outras lapides, que os donos extraviaram.

Tem uma inscripção, que, ao que nos parece, diz o seguinte:

D·M·S
F ORTVC
NATA FILI
A MATRI
AVNIAE
PIA·P·FT
PATRIIM
·OAA[?]

É de granito, de grão grosso, a lapide, de fórma de pyramide irregular, de secção triangular, sem molduras de especie alguma, com algumas quebraduras na face anterior junto á face lateral esquerda,

e no lado direito e esquerdo da parte inferior da face anterior. D'isto tudo resultou estarem destruidas algumas letras.

Muito perto de Campo ha um castello e trabalhos importantes dos Romanos, a que se refere Argote nas suas *Memorias Ecclesiasticas do arcebispado de Braga,* t. II. Diz a tradição que numa das grandes valas mencionadas por Argote, e que se conservam muito distinctas, apparecera, em tempos remotos, uma grande barra de ouro com a fórma de um pedal de tear antigo.

Não longe de Campo, em Moreira, encontrou-se ha muito uma lapide com uma inscripção, em que figura um *Reburrus,* a qual se perdeu, e de que não pude obter a menor noticia. Faz d'ella menção Argote. Alem de vestigios importantes de archeologia romana, ha perto de Campo alguns dolmens, todos devassados já.

Do castello conhecido pelo nome de *Castello de Cidadelha,* tenho uma noticia que o meu amigo Hermenegildo dos Reis Teixeira, a quem devo o descobrimento d'esta lapide, assim como das de Villarelhos, me enviou ha alguns meses, e que se publicará logo que haja opportunidade.

2. Outra lapide de Villarelho, freguesia de Tres Minas, concelho de Villa Pouca.

Depois de perdidas as esperanças de descobrir o resto da lapide de Villarelho, descrita supra, pp. 28–29, um lavrador de Villarelho veio offerecer outra lapide com algumas letras, as quaes são as mesmas que vem na inscripção copiada nas *Memorias* de Argote, t. II, p. 480, e que são as seguintes:

V S C
X X X H S E

A pedra tem de comprimento $0^{m},56$, de largura $0^{m},40$ e de espessura $0^{m},20$, é de granito de grão meudo, e não parece ser da mesma constituição da mencionada acima; pelo contrario parece fazer parte de outra diversa d'esta.

Encontra-se actualmente no Museu, para onde a enviei com a outra.

Villa Real de Trás-os-Montes, 1905–1906.

H. Botelho.

«Le vrai patriotisme.. veut avant tout s'appuyer sur la vérité, écarte les illusions, et cherche à fonder la conscience du présent et l'espérance de l'avenir sur la connaissance exacte et le sentiment juste du passé».

Gaston Paris, *La Littérature Normande,* Paris 1899, pp. 4–5.

Projecto de organização dos archivos e museus da India

Pela portaria de 6 de fevereiro de 1906 foi encarregado o Sr. Dr. Alberto Osorio de Castro, Procurador da Coroa e Fazenda, e Vogal da Commissão de Archeologia, no Estado da India, dos serviços e estudos relativos a algumas sciencias auxiliares da Historia. São estas a archivistica, a archeologia e a ethnographia.

Como é sabido, a organização dos archivos é extremamente rudimentar em todo o territorio português, e por isso tanto mais louvavel se torna qualquer disposição attinente a conservar e inventariar a classe dos monumentos escritos em papel e pergaminho, tão facilmente sujeitos á destruição. Os archivos da India mencionados na portaria são os da Repartição Superior de Fazenda, os municipaes das Ilhas, Salsete e Bardez, e os ecclesiasticos hospitalares da Misericordia, confrarias, fabricas e communidades. O intuito que se tem em vista é colligir e catalogar «os documentos que interessam á historia da sociedade luso-indiana em todos os seus complexos aspectos e principalmente das instituições juridicas e economicas da India Portuguesa». Os documentos colligidos são destinados «para a formação de um tombo especial». A palavra *tombo* aqui empregada revela bem a influencia de um jurisperito na redacção da citada portaria.

Simples como parece este programma, é todavia na essencia cheio de difficuldades, e só definitivamente realizavel por uma ou mais gerações de individuos applicados. A tentativa, porém, de separar num montão de documentos aquelles que são importantes e unicamente de valor historico já deu as suas provas, e taes ellas foram, que hoje d'isso se lamenta a sciencia historica em França [1]. Todos os documentos desnecessarios para os negocios correntes são hoje considerado historicos. Em logar, porém, de notar os inconvenientes trazidos pelo cumprimento literal da portaria nesta parte, mencionarei, applicando-o á India, o sistema mais radical usado nos paises adiantados da Europa, não obstante certas divergencias secundarias.

Num edificio isolado, bem protegido dos incendios e das intemperies, situado em Nova-Goa reunir-se-hiam todos os archivos das diversas repartições e tribunaes de que se compõe o Estado da India Por-

[1] Não me refiro a Portugal por brevidade, sendo aliás bem de suppor as orgias de-desorganização que entre nós se praticaram.

tugnesa, que não fossem necessarios para os negocios correntes, para o que se escolheria uma data extrema de recolhimento, por exemplo, 1834. Os documentos posteriores a este anno continuariam a guardar-se nos estabelecimentos respectivos. Os livros e documentos recolhidos ficariam dispostos de tal fórma que continuassem a conservar a ordem que tinham no estabelecimento d'onde provieram, evitando-se que se misturassem para dispô-los chronologicamente ou por outra qualquer fórma.

Todas as outras autoridades administrativas e ecclesiasticas (catholicas e acatholicas), corporações municipaes, religiosas e beneficentes seriam obrigadas a ter em boa ordem os seus archivos ou cartorios, devendo remetter dentro de certo prazo ao Governo do Estado da India um inventario de todos os livros e documentos de que estivessem de posse. Toda a autoridade ou corporação que se provasse ter ao abandono o seu cartorio e não cumprisse a disposição acima, deveria ser desapossada da parte delle, anterior a 1834, a qual se encorporaria no Archivo Geral da India.

Assim que fosse possivel, o Governo mandaria publicar os inventarios dos livros e documentos, devidamente numerados, que se houvessem completado, para facilitar as investigações historicas e administrativas.

Por fórma igual ou semelhante se olharia pelos cartorios notariaes.

Concluirei esta leve nota sobre os archivos indianos recommendando a leitura de uma obra que poderá servir de guia util, posto se refira a França, ás pessoas que o tomarem a peito. Intitula-se *Le Service des Archives Départementales. Conférences faites aux élèves de l'École des Chartes les 10, 18, 25 e 30 juin 1890 par Gustave Desjardins, Chef du bureau des Archives au Ministère de l'Instruction Publique et des Beaux-Arts* E. Bourlston, Paris, 1890, 104 pp. in-8.º

A segunda disposição da portaria versa sobre as escavações que possam fazer-se nas ruinas da Velha Goa, a Goa de Affonso de Albuquerque, da cidade inolvidavel para todos os portugueses, e que hoje jaz por terra como o poderio e quasi a independencia de Portugal. O estudo d'estas ruinas, a desobstrucção das ruas, a collocação, em museu especial, dos objectos encontrados, farão reviver nos tempos presentes a cidade luso-indiana dos tempos heroicos da conquista portuguesa. Teriamos então na nossa frente uma Pompeios dos sec. XVI e XVII.

A terceira disposição, relativa a um museu ethnographico em que sejam representados exemplares da cultura e da arte indiana no passado e no presente, e que sirva de modelo de estudo, é de absoluta e

inadiavel necessidade para conservar e registar objectos muitas vezes unicos, que, se assim não se proceder, desapparecerão com perda manifesta da sciencia. Para a parte archeologica e ethnographica os periodicos *Revista Lusitana, O Archeologo Português,* a *Portugalia* e o *Boletim* da Sociedade de Geographia de Lisboa poderão offerecer modelos para classificações adaptadas ás circunstancias asiaticas. Os objectos duplicados poderiam ser removidos para a metropole.

A tarefa imposta ao Sr. Dr. Osorio de Castro não é de pequena monta, por isso que se offerece á sua comprovada competencia, dedicação e reconhecimento pelo valor dos estudos historicos, vastos campos de actividade. Mas, alem da exploração e do recolhimento, ainda compete olhar por um outro assunto a que geralmente se não presta attenção. É necessario implantar a semente dos estudos historicos, obter auxiliares e fazer proselytos, de fórma que se continue no futuro e alargue no presente a exploração dos terrenos por desbravar. É necessario que o obtido com tanto esforço se conserve para o futuro dando-se-lhe o devido valor. A verdadeira civilização consiste no aproveitamento da sabedoria do passado, aperfeiçoando o util e eliminando o superfluo. Nós os portugueses pecamos extremamente nesta parte, por isso que raras vezes aproveitamos a experiencia já feita, sendo o resultado o procedermos sempre revolucionariamente e sem contacto com o preterito. A nossa individualidade e independencia perdem-se sempre em tentativas que, quando chegam a resultados proficuos, não duram mais do que a vida do inventor. Vem a talho de foice referir que o que a portaria de 6 de fevereiro pretende criar no ramo de archivos, já existiu na India, porquanto tambem ahi houve no sec. XVII uma Torre do Tombo.

É, porém, de suppor que a intelligencia e a tenacidade da pessoa em quem recaiu a nomeação d'estes serviços logre estabelecer de vez na nossa colonia, minuscula na superficie, mas grande na historia, os estudos historicos, quer indianos quer portugueses, no país em que tanta actividade Portugal desenvolveu. No logar eminente que occupa, e tendo á mão agentes expeditos e habeis, poderá o Dr. Osorio de Castro deixar um monumento importante da sua passagem.

É necessario, porém, ter a franqueza de confessar que, tirando o pequeno numero de iniciados, de neophytos e de amadores, que, apesar de todos reunidos, dispõem de pouca influencia a totalidade do nosso povo se não é hostil pelo menos é cordialmente indifferente a todas e quaesquer investigações scientificas. Entre nós, a sciencia que brilha com mais intensidade e mais bem cuidada é, limita-se á medicina pratica. O povo que ha seculos multiplicava os estabelecimentos religiosos

com o fim de ser agradavel a Deus, a quem deixava o encargo de evitar as pestes e de lhe prolongar a vida, é o mesmo que reconhece hoje na medicina o mesmo fim, não recusando, portanto, aos modernos sacerdotes, os meios de trazerem sempre em dia a sciencia respectiva. Sendo o medo da morte o que faz com que tragamos a sciencia medica a par dos progressos realizados, e não tendo as outras sciencias a mesma arma, segue-se que o progresso d'ellas muito se assemelha entre nós a retrocesso. Urge, portanto, incutir nas classes pudentes, não com fórmas poeticas, sentimentaes e eclamatorias, mas com modos correctos e positivos, a necessidade de conhecer todas as manifestações do passado. Neste ponto, a unica arma, o unico recurso é a demonstração quotidianamente exemplificada de que os negocios correntes do Estado e o bem-estar dos cidadãos perdem-se e são mal encaminhados pela ignorancia do passado. Quasi a cada passo, a cada disposição das leis, vemos erros flagrantes, que se não praticariam, se disposições anteriores fossem conhecidas. Precisamos manter constantemente a união com o passado, como Bismarck dizia que era politicamente um mal e um perigo, quando a nação perdia o sentimento de contacto com o seu passado historico, sentimento que só era mantido com frescura pela historiographia baseada em fontes autenticas [1].

Pedro A. de Azevedo.

*

«A folha official de antehontem publicou a seguinte portaria, que damos na integra pela importancia do assunto:

«Considerando a urgencia de se proceder a um estudo regular e methodico dos ricos archivos da Repartição Superior de Fazenda, mal conhecidos ainda, e tambem dos das municipalidades das Ilhas, Salsete e Bardez, da Santa Casa da Misericordia, confrarias, fabricas e communidades, colligindo-se e catalogando-se para a formação de um tombo especial, os documentos que interessem á historia da sociedade luso-indiana, em todos os seus complexos aspectos, e principalmente das instituições juridicas e economicas da India Portuguesa;

Considerando ainda o alto interesse scientifico de se proceder, sob uma direcção propria e especializada, ao serviço de escavações archeologicas de desobstrucção da antiga rede de arruamentos da Velha Ci-

[1] Apud Dr. Koser, director geral dos archivos da Prussia, *Über den gegenwärtigen Stand der archivalischen Forschung in Preussen*, 1900, p. 29.

dade em ruinas, mandando-se, para tanto, instaurar todos os pleitos de revindicação, que sejam rigorosamente necessarios para esse fim, ou propôr superiormente a conveniencia de expropriações a fazer, e outrosim fiscalizar a conservação dos monumentos que forem classificados como nacionaes, ou dignos de perdurar como testemunhos de historia, ficando, quanto ao serviço de escavações e classificações de monumentos, como corpo consultivo a Commissão de Archeologia da India Portuguesa, criada pela portaria provincial n.º 133 de 25 de maio de 1903;

Sendo indispensavel fazer-se um estudo sobre a historia da cidade de Goa, e seus habitantes, e, como parte importante d'esse ensaio, o estudo de todas as industrias artisticas ou de luxo das populações de Goa, tanto sob o ponto de vista da historia da arte indiana e suas influencias estrangeiras, e da educação esthetica do povo, pela exposição methodica no Museu Real de S. Caetano de todos os especimes representativos de uma corrente tradicional ou merecedores de fixação ou adaptação, como sob o ponto de vista economico de um commercio de exportação e concorrencia, devendo como consequencia d'este trabalho e como elemento primeiro de inquerito para um estudo de reorganização do ensino industrial, recolher-se de todos os edificios do Estado, ou mesmo adquirirem-se dos particulares os exemplares dignos de entrar numa exposição de arte decorativa ou industrial:

Hei por conveniente, attendendo ás circunstancias que concorrem no bacharel Alberto Osorio de Castro, Procurador da Coroa e Fazenda e Vogal da Commissão de Archeologia, incumbi-lo de todos os serviços e estudos acima designados, do que apresentará periodicamente relatorios que officialmente serão publicados».

(*O Heraldo*, de Nova Goa, de 6 de fevereiro de 1906).

Ara celtiberica da epoca romana

(Um novo «Genio»)

I

Nas sciencias historicas, evocar do passado um facto desconhecido constitue, como verdadeira criação que é, uma das mais appetecidas colheitas para quem lavra nesta penosa messe da antiguidade, e redunda num dos melhores gozos intellectuaes para quem vive na pesquisa do homem que passou.

O caso que enseja esta consideração é o descobrimento de uma ara de granito, votada a uma divindade tutelar inedita do olympo iberico-romano [1].

Um dedicado amigo meu [2] escrevia-me num dos primeiros meses de 1905 que, haveria tres annos, ao fazerem-se obras no altar-mór da igreja parochial de Estorãos, a um palmo do pavimento, e nas substrucções do mesmo altar, apparecera uma pedra escrita que, depois de transferida para o adro, servia de «pé» a uma mesa de pedra.

A freguesia de Estorãos (de «Asturianos», *Arch. Port.*, IV, 149) fica a duas leguas de Ponte de Lima, pela estrada de Vianna, nas raizes orientaes da serra de Arga. O Lima, quieto e manso, passa ahi, ao longo de grandes e fecundas varzeas que devem ter sido irresistivel prisão das migrações, ao surgirem na crista das asperas serras, que guiam ao mar o *flumen oblivionis* de L. Floro. Estorãos quasi margina a via militar no troço de Braga a Tuy; miliarios com a numeração XVIII e XXI mp. conservam-se ainda naquelles logares («Milliarios», por M. Capella, p. 54). O Museu Ethnologico possue um, dividido ao alto em dois, com a numeração de XXI mp.; o qual veio da Correlhã, freguesia fronteira de Estorãos, na margem esquerda do Lima [3].

Ara celtiberica da epoca romana

Colheu-se agora ahi, em plena era lusitano-romana, um estadio de uma civilização pre-romana; ámanhã hão de encontrar-se os das civilizações que ainda precederam aquella. Assim se avança no presente, recuando cada vez mais no passado.

A ara de Estorãos está hoje no Museu Ethnologico Português; é uma das suas mais bellas acquisições, avultada no tamanho e na valia. Por solicitação do Rev.^{do} P.^{e} Cunha Brito, conseguiu-se que o Rev.^{do} Parocho da freguesia, abbade José Fiuza da Rocha, resolvesse prontamente a sua cedencia ao Museu, ficando na igreja uma copia de gesso,

---

[1] Em 16 de novembro de 1906 era publicada na *Palavra*, do Porto, uma leitura feita sobre o ealco de gesso, que fieou em Estorãos, na igreja, por memoria da remessa da ara para o Museu Ethnologico. Essa leitura porém differe um poueo da minha, que é feita directamente sobre a pedra.

[2] P.^{e} Manoel J. da Cunha Brito, então professor no lyeeu de Ponte de Lima. Não poueo lhe deve a archeologia do Alto-Minho.

[3] Mercê da interfereneia d'este mesmo meu amigo.

da inscripção. Honrosissimo procedimento, que deu causa a que se não extraviasse um monumento do mais alto valor archeologico.

O cippo é o maior que possue o referido Museu. A altura total é de $1^{m},07$, e a largura a meio do corpo, é de $0^{m},44$. A epigraphe occupa um campo de $0^{m},62 \times 0^{m},44$ e os caracteres tem de alto a média de $0^{m},065$. As molduras, espessas, estão por assim dizer esboçadas, e a base, muito volumosa, grosseiramente desbastada, afigura-se ter tido o destino primitivo de ficar enterrada no solo, collocado o monumento no logar proprio. Na face superior da ara ha uma cavidade, que mede nos lados $0^{m},10$ e de fundo $0^{m},06$. Creio não ser *foculus,* mas encaixe adequado a segurar a base de qualquer remate que o cippo supportasse: uma estatua ou busto do Genio. Ha no Museu Ethnologico mais exemplos d'este facto. Nas faces lateraes da ara não ha nenhum simbolo ou emblema.

A leitura do texto faz-se sem difficuldades, mas as letras são um pouco toscas e desiguaes. As palavras tem pontuação.

Lê-se:

1 C AA L A · A R
Q V I · F · T A L
A B R I G E N
S I S · G E N I O · T
5 I A V R A/C E A I
C O V · S · L · M

Isto corresponde aos seguintes dizeres: *Camala Arqui filia Talabrigensis Genio Tiauranceaico* (ou *Tiaurauceaico*) *votum solvit libens merito.*

Traduzindo: *Camala Talabrigense, filha de Arquio, cumpre de boamente um voto ao Genio Tiauranceaico* (ou *Tiaurauceaico*).

É uma lapide dedicatoria ou votiva a uma divindade ignota. o Genio Tiauranceaico.

A analyse propriamente epigraphica d'este titulo tem secundaria importancia deante dos inesperados elementos de estudo que nesta curta formula se encontram. Pelo menos assim me pareceu.

Na 1.ª linha ha 3 letras conjuntas: A M A de *Camala.* Era, por assim dizer, uma fórma estereotypada nesta palavra; tão commum é o seu emprego.

Na 5.ª linha o abridor gravou um A. Esta feição de A encontra-se em algumas epigraphes do *Corpus* de caracter mais rude e attribuidas, as que o podem ser, ao sec. II ou III. Mas não se póde localizar

em nenhuma região especial da Hispania (Vid. *Corp. Inscr. Lat.*, II, 5148, 5431, 6163, 6191 e indices).

Na mesma linha apparecem duas outras letras conjuntas, e essas são discutiveis. Serão A V ou A N? Precisamente são parte da palavra mais interessante da epigraphe.

Querendo ser rigoroso com a paleographia do monumento, a fórma d'este digamma corresponde a A N e não a A V; é ler a p. LXVIII dos *Exempla Script. epigraph.*, de Hübner.

Na 4.ª linha ha um N, que se póde considerar importante elemento para a capitulação chronologica da ara. Diz Hübner (*ob. cit.*, p. LXIII) que esta fórma do N é caracteristica do fim do sec. III ou IV (Vid. *Corp. Inscr. Lat.*, II, 512); e nos epitafios christãos do sec. VI vemo-la muito empregada (*Inscr. Hisp. Christ.*, Hübner; passim).

Segue-se, pois, que é um sinal de epoca de decadencia e transformação epigraphica, e que, por isso e pelo facto de ser a letra de emprego mais tardo na presente inscripção, é ella que serve especialmente para datar a ara de Estorãos do sec. III ou IV, o que ainda assim a agrupa na serie menos numerosa da epigraphia lusitano-romana (*Exempla Script. epigraph.*, p. 269).

II

A quem tiver noticia das circunstancias do apparecimento d'esta e de outras aras votivas da epoca lusitano-romana, uma reflexão logo acode ao perpassá-las: é a persistencia dos achados d'esta natureza em templos christãos. Esta ara de Estorãos procede das substrucções de um altar, o altar-mór da igreja parochial.

A lapide votiva de Villa-Mou, ha pouco estudada, provém dos escombros de uma igreja parochial. O cippo de Santa Vaia, relatado nas *Religiões da Lusitania*, II, appareceu nas paredes de uma capella castreja, por sinal com o titulo de S. Cipriano[1].

Em S. Miguel da Mota (Terena), o exemplo é estrondoso; as pedras votivas a Endovellico appareceram lá nas mesmas condições em grande copia, como se póde ver na obra citada, p. 111.

Neste mesmo livro referem-se varias outras inscripções consagradas a divindades indigenas, cujos monumentos foram exautorados e derribados nas fundações dos novos templos de um Deus unico, como vencidas que eram e proscritas. Parece-me presumivel existir sobre

[1] Esta informação estava inedita, mas asseguro a sua autentieidade por a ter recebido sem intermediarios.

estes factos, repetidos e generalizados, uma intenção constante. Os logares do culto antigo conservaram-se; os *fana* tiveram de ser arrasados, e por sobre os seus destroços e á custa dos seus mais privilegiados materiaes, emergiu a igreja christã, deante da qual se viram desfilar os mesmos romeiros e as mesmas romagens, inalteravelmente eivadas do antigo sentimento pagão, da antiga concepção naturalistica, e da tradição ethnographica [1].

São muitas vezes referidos os canones da Igreja na luta contra o aspecto persistente e contumaz da religião popular, que ainda hoje conserva inconscientemente muito do seu ritual ethnographico [2]. O phenomeno geral, pois, é já do dominio dos publicistas (cfr. v. g. *Revista de Guimarães,* I, 167); este aspecto especial que tenho desenvolvido é que me parece não ter ainda vindo a terreiro.

Complementarmente, emquanto não são raras nestas condições as lápides votivas, as funerarias faltam por completo.

O seu diverso caracter, a sua innocuidade religiosa não as faziam aproveitaveis para a affirmação de um triunfo, e talvez fossem consideradas impuras para material constructivo de uma igreja christã.

Respondem a estas reflexões nas *Religiões da Lusitania,* vol. II, as lápides dos Lares Cusicelenses (p. 181), dos Erredicos (p. 183), dos Cerenaecos (p. 183), do Tutela Viriense (p. 197), das deusas Cabar... (p. 317), do deus Turiaco (p. 324) e do Durberico (p. 329).

Mas são exemplos mais frisantes aquellas outras aras a que primeiro me refiro.

III

Esta ara, como aliás todos os monumentos d'esta especie, tem uma parte ethnologica e uma parte hagiographica; como quem dissesse: uma parte humana e uma parte divina. Primeiro a pessoa dedicante, depois o deus aclamado.

---

[1] São muito curiosos, pelo seu sabor tradicional, os factos narrados em uma monographia do Sr. Fed. Mancineira y Pardo sobre *El Santuario de S. Andrés do Teixido* (1907).

[2] Para exemplificar referirei apenas o que se faz com aquelle S. Cipriano de que falo no texto. Quando o povo de Santa Vaia de Rio de Múinhos (Valdevez) sente a sêde de agua dos seus campos, a imagem do Santo é levada a uma fonte do *castro* e ahi mergulhada. Quando é o sol que é reclamado: ao mesmo logar vae o Santo em procissão, e d'esta vez affrontam-lhe o astro escondido. Ai do clerigo que não cumpre elle proprio, com vestes rituaes, esta liturgia, toda pagã!

No logar de Tibo, freguesia da Gavieira (mesmo concelho), quando alguem morre, mettem-lhe numa algibeira da mortalha um bocado de broa «para a viagem».

Quanto áquella:

a) Temos a ethnicidade e a diffusão geographica. *Camala* era de um sangue muito abundante na Callaecia em particular (Citania, Viseu, Braga . . .). A lapidaria lusitano-romana frequentemente o declinou. Escusado é comprová-lo.

Camala é em Holder (*Alt-Celt. Sprachschatz*) o feminino do nome celtico *Camalo-s* [1].

b) Vamos a *Arquius*. Pertence ao espolio celtico, na opinião de Holder.

Este nome vê-se na legenda da celebre pátera de Alvarelhos, em que, segundo a interpretação de Hübner e Mommsen, se deve ler *S(extus) Arqui(us)*, nome do dedicante. Diz o Sr. Dr. Leite de Vasconcellos que *Arqui(o)* podia naquella legenda ser um nome de divindade por estar depois de um hipothetico *S(acrum)*, mas que por outro lado *Arqui(us)* tambem occorre varias vezes como cognome. Na ara de Estorãos, *Arquius* é mais uma vez nome pessoal.

Temos pois, em região de Grovios, nova lapide com onomastico pessoal de tronco celtico; uma observação porém devo fazer: é que não eram oriundos d'essa região os dedicantes nella residentes, senão da Lusitania.

Nos *Monum. Ling. Ibericae* encontraremos *Arquius* no indice dos nomes ibericos da Hespanha (p. 255), e ao mesmo tempo Hübner (p. CXXIV) o inclue em o numero dos que se transformaram por influencia das terminações latinas; de *Arquio* procede *Arquius*, visto que o suffixo *-ius* é romano.

c) De *Talabriga*, se dizia a dedicante de Estorãos. No *Itinerario* de Antonino ha menção de um *oppidum* assim denominado. Quem lhe chama *oppidum* é Plinio, texto mais antigo que o *Itinerario* (*Nat. Hist.*, IV, XXXV). Tambem chama *oppidum* a Conimbriga e bem sabemos a que condições estrategicas correspondem as ruinas de Condeixa-a-Velha e de todos os outros *oppida*.

Alem d'isto, o elemento *brĭga* é considerado celtico e significa: «altura, castello» (*Alt-Celt. Sprachschatz*, A. Holder, s. v. *brĭgā*). Isto

---

[1] Hübner, cuja obra *Monumenta Linguae Ibericae* é anterior a Holder, duvida da celticidade d'este nome. Veja-se *ob. cit.*, pp. CXX, CXXIII e 257. Na *Revue Celtique*, XXXIII, no artigo «Les celtes de la Lusitanie portugaise» do Sr. Dr. Leite de Vasconcellos, p. 78, lê-se: *Camalus* = *Cam-al-us*, où entre le suffixe *-al-* (Zeuss, *Gram. Celt.*, p. 776) et l'élément cam-, qui est en rapport avec l'irlandais *camb, cumachta* «potestas». O celtismo d'esta palavra está hoje autenticado na ara de Bandoga, onde um *Celtius* era filho de *Camalus* (*Relig. da Lusit.*, II, p. 317).

demonstra que Talabriga deverá ser povoação de origem preromana e situada numa eminencia, acaso provida de cintura de muralhas ou equivalente sistema de defesa. A *Talabriga* do *Itinerario,* na via romana Lisboa-Braga, não está ainda identificada. Suppôs-se que seria Aveiro ou junto d'esta cidade. O que porém acabo de dizer é sufficiente, creio eu, para enfraquecer esta opinião; as ruinas de *Talabriga* não terão de encontrar-se em terrenos planos e sem cabeços apropriados, como são as cercanias de Aveiro.

É plausivel acreditar que a patria do dedicante da ara de Estorãos seja a *Talabriga* do *Itinerario,* como a mais proxima e conhecida do logar habitado por Camala.

Æmiuium está hoje provado, por uma inscripção romana, ser a actual Coimbra (A. Filipe Simões, *ob. cit.,* pp. 24 sqq., e Borges de Figueiredo, «Oppida Restituta» in *Bol. da Soc. de Geographia,* n.º 2, 1884 e *Rev. Arch. e Hist.,* II, 66 e *Inscr. Hisp. Lat.,* suppl. n.º 5239).

Talabriga distanciava-se 18 milhas para o sul aproximadamente de *Langobriga* (*sic* no Itinerario) e 31, na mesma orientação, de *Calem,* que corresponde a uma cidade marginal do Douro, perto da foz d'este (*Religiões da Lusitania,* II, 29, n. 7).

Langobriga seria, no pensar do Sr. Dr. Leite de Vasconcellos (*Relig. da Lusit.,* II, 34), a povoação de *Longroiva,* entre Marialva e Freixo de Numão, no concelho de Meda. *Langobriga,* computada a milha romana em 1:481 metros [1], dista 26:658 m. de *Talabriga* e 19:253 m. de *Calem.* A situação d'aquella Longroiva não corresponde á distancia marcada no *Itinerario* com respeito a Gaia; em linha recta, seriam 169 kilometros para leste. Havia pois mais que uma *Langobriga,* reconhecendo-se que aquelle vocabulo deve ser etymo de Longroiva.

Só de *Æminium* e de *Calem* do Itinerario, por serem pontos incontroversos, principalmente o primeiro, é que podemos partir para verificar a situação de *Talabriga.* E á identificação d'esta cidade com Aveiro ou arredores obstam, alem do que já expus, as medições do Itinerario e outros considerandos, que mais categoricamente desenvolvo em especial artigo, que fica no prelo.

Depois de registada a conclusão a que chego, embora conclusão de gabinete, restará pesquisar *in loco* as ruinas ou os vestigios que possam confirmar ou enjeitar o alvitre apresentado. Ora segundo as medições do Itinerario, que, nesta parte, concordam com a realidade, como de-

---

[1] Veja-se *Dict. des antiq. grecq. et rom.,* por Saglio & Daremberg, s. v. *Milliarium.* A milha exacta era 1481,50 metros.

monstrarei, *Talabriga* distava 59^{km},240 ou XL mpm. de Eminio, para norte; este afastamento não se concilia com o de Aveiro, mas obriga a collocar o velho oppido ao norte de Vouga e não muito longe de Albergaria-a-Velha.

Plinio (*Nat. Hist.*, IV, XXXV) dá-nos *Talabriga* como cidade dos *Turduli veteres*, situada entre o Tejo e o Douro, na região do Vouga e do Mondego. Alem d'este escritor antigo, tambem Ptolemeu e Appiano referem *Talabriga*. Aquelle inclue-a na lista das cidades dos lusitanos (*Cl. Ptolemaei Geographia*, ed. de Car. Müller, I, 137). Este narra um episodio da campanha de Decimo J. Bruto passado com esta cidade, uma das menos resignadas, a principio, ao dominio romano (*Appiani Alex. Rom. Hist. q. s.* Didot, 1840).

Parece que na Hispania não era uma só a povoação com este nome, o que aliás succedia, como acabo de mostrar, com *Langobriga* e, alem d'estes, com outros nomes. Hübner chega a dizer que, talvez em nenhuma outra região como na peninsula iberica, se encontrem repetidos tres e quatro vezes os mesmos nomes de rios, montes, povos e oppidos (*Mon. Ling. Iber.*, p. IC)[1]. Ainda succede o mesmo.

IV

d) GENIO TIAVRAVCEAICO.

É esta a parte mais interessante da presente ara da Gallaecia e o extravagante appellido um dos motivos do titulo com que individuei este escrito. Estamos em dominios do idioma *iberico* pela divindade proclamada; como nos achavamos entre *celticos* pela prosapia dos dedicantes e porventura pelo seu habitaculo.

Devemos recordar, o leitor e eu, que este monumento é do final do seculo III ou IV, epoca em que a romanização da Hispania era completa. Comtudo ainda os descendentes da raça celtica não tinham esquecido os seus patronimicos, nem a hagiographia nacional tinha sido completamente transformada ou supplantada pela mithologia romana.

---

[1] Esta repetição do onomastico local póde explicar-se, ou porque alguns nomes tenham sido outr'ora appellativos, ou porque as migrações os tenham transportado de uns a outros logares; em todo o caso indicam que a mesma lingua estava espalhada por largo espaço. Quanto a *Talabriga*, já referi que o segundo elemento é celtico; o primeiro não o é. Entre as trinta palavras que trazem o componente *briga*, só tres, na opinião de Glück, é que parecem ter tambem a raiz celtica, e são —Nemetobriga, Nertobriga, Segobriga. As outras raizes são mais semelhantes ás ibericas (*Mon. Ling. Iber.*, p. XCVIII). Sendo assim a duplicação das *Talabrigas*, devia dar-se depois de assim constituida a palavra debaixo da influencia da civilização celtica, e portanto tambem na área respectiva.

Um *genius* naturalizava-se cá e tomava nome de origem autenticamente iberica: *Tiauranceaicus* (ou *Tiaurauceaicus*).

Sem ter a pretensão de profundar o assunto, vou em todo o caso, com mão prudente, encadear certo numero de considerações tendentes a pesquisar a procedencia d'aquella invocação.

Em primeiro logar, ninguem duvidará de que *Genio Tiauranceaico* está em dativo, sendo o primeiro termo do grupo um substantivo latino em concordancia com o segundo, que é fórma adjectival terminada pelo suffixo *-aico,* cujo nominativo latino seria *-aicus.*

Tiauranceaico (ou *Tiaurauceaico*) é uma palavra genuinamente iberica. O thema está por assim dizer autenticado por uma das mysteriosas lapides ibericas ou turdetanicas. Não póde ter melhor abonação. Os romanos interpretaram a seu modo, talvez até para os tornar mais accessiveis á loquela do Lacio (*Mon. Ling. Iber.,* p. LXXXIX), os nomes ibericos (*ignobiles et barbarae appelationis populus,* no dizer de Plinio)[1]; este phenomeno reconhece-se nas moedas e nas inscripções em latim (*Mon. Ling. Iber.,* CXXI, CXXXVIII). Ahi pois não os vemos puros; o que representa a genuina lingua iberica são as epigraphes escritas em caracteres proprios (*Ibid.,* CXX e CXXXIX). Podemos não comprehender a lingua que representam, mas é esse o unico enigma que espera o seu Edipo; ao resto, a separação das palavras já é algumas vezes possivel. Por isso apparecer interpretada, pela vez primeira, numa inscripção latina, uma palavra de que se encontra por assim dizer o correspondente, o original traçado com caracteres ibericos, parece-me facto digno de nota, e até mais importante do que se o termo fosse apenas um inedito latino-iberico.

A primeira parte da palavra iberica em estudo é precisamente a mesma que Hübner interpretou e insulou na lapide LXIV dos seus *Monumenta,* procedente de Ourique:

|[...o] k q r i | a r a i h th
| A ꟼ A ꟽ H ⊟
(Estorãos)... ARVAI T
←

O thema pois d'esta palavra vem confirmar e consagrar a leitura feita por aquelle grande epigraphista e ratificar a correcção que elle

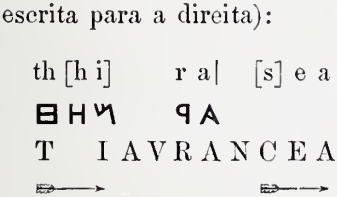
[1] A interpretação ou adaptação romana póde, neste caso, visto como a dedicante era de estirpe celtica, ter sido ainda precedida de uma adaptação phonetica celtica, pelo que pensa Hübner, *ob. cit.,* pp. CXX e CXXI. Todavia, através da possibilidade d'estas transformações, o radical surge intacto, como se póde ver.

entendeu que devia fazer na folha ou copia de Cenaculo, pela qual é conhecida a inscripção de Ourique. Esta circunstancia dá ao monumento galleco peculiar valor.

Mas não é só isto.

Na inscripção LXV dos mesmos *Monumenta,* Hübner leu (ponho agora em escrita para a direita):

th [h i] r a| [s] e a s a [h] k p ŭ || *etc.*



Aqui temos a mais do que no precedente titulo, e em mais completa correspondencia ou equivalencia com a palavra de Estorãos, duas ou tres letras, pois que esta se continua com t i a u r a n c e a (ou t i a u r a u c e a), embora lhe falte o digamma *au* do radical; o que póde ser incidente de antiga interpretação. Esta differença não impedirá ninguem de ver numa e noutra palavra a mesma raiz[1].

Cotejemos ainda o titulo LXI de *Alcalá del Rio* (margens do Guadalquibir). Hübner leu nesta inscripção:

th i r a e a c a

Na epigraphe que primeiro adduzi, viu-se que o 1.º *a* de *thiara* correspondia a *au* na leitura de Estorãos; e agora póde tambem notar-se que ao 2.º *a* de *thiareaca* talvez corresponda um *au* na mesma lapide, se se dever interpretar o *A* por AV e não por AN, como aliás presumi. Este relacionamento dependeria em todo o caso do valor phonico do *c* (...*ceai*...) de Estorãos, correspondente ao *s* hipothetico da epigraphe LXV de Hübner (...*a*[*s*]*ea*...) e ao *c* da epigraphe n.º LXI em ...*aca*[2].

Estas duvidas porém não invalidam a identidade do thema do nome da divindade agora estudada e da palavra das lapides referidas.

---

[1] Hübner fez uma separação de palavra antes do [*s*]. Apesar d'isto, competia-me notar a correspondencia ou sobreposição de elementos até onde era possivel.

[2] Na epigraphe bilingue dos *Mon. Ling. Iber.*, n.º XLV (Cfr. *Corp. Inscr. Lat.* II, 3294) ha um nome iberico escrito em latim: CASTLOSAIC(*om*) (ou *us?*) que parece corresponder a *Castulonensis*. Em *Tiauranceaico* o suffixo é o mesmo, e o *ce* parece corresponder ao *s* da inscripção bilingue. Haverá identica correspondencia nas epigraphes LXV e LXI a que me refiro no texto? Poder-se-ha perguntar se os romanos interpretaram sempre com o mesmo sinal cada som da linguagem indigena...

Conseguimos assim chegar a este quadro:

Ara latina de Estorãos	TIAVRANC...
Lapides ibericas de Ourique	THIARA (*Mon. Ling. Iber.*, LXIV).
	TH[HI]RA (*Idem*, LXV).
Lapide alcalaense	THIRAEAC... (*Idem*, LXI).

Em Hübner estas interpretações trazem indicação dubitativa; uma primeira illação da epigraphe de Estorãos é tornar certo o que para aquelle seguro espirito ainda era incerto (*Mon. Ling. Iber.*, Indice I, p. 219); o thema apparece-nos escrito e trasladado pelos caracteres romanos contemporaneos em coincidencia suggestiva com a interpretação moderna dos sinaes ibericos.

No estudo dos elementos que compõem as palavras que nos restam do idioma escrito nas lapides ibericas, Hübner ministra-nos alguns argumentos que nos interessam. Assim o digamma *ea* (-ia) deve considerar-se caracteristicamente iberico, e o exemplo é precisamente *Tear* (*Tiar*), nome de povo ou logar (*Mon. Ling. Iber.*, proleg. § 38, p. CVI).

O ditongo *au* (*Tiaura..*) é frequente nas fórmas antigas, como em *Itaraugatae, Bauda*, etc. Os exemplos de Hübner são todos da Gallecia, onde tambem estamos (*Ibid.*, p. CV, CXI e CXXVI). De Holder colhe-se a mesma indicação.

Em iberico, o *a* póde juntar-se a *u* para ditongo, como vimos (e ainda mais a p. LXIII), mas tambem póde o mesmo ditongo vir antes de *r* para formar *aur*, o que encontramos na nossa ara em *Tiaur..* (*Ibid.*, p. LXV). Não só esta raiz é um nome geographico [1], mas para Hübner as tres palavras das lapides ibericas que acima recordei, palavras terminadas em *a*, correspondem a nomes de oppidos (*Mon. Ling. Iber.*, p. CXXXIX), como identicos vocabulos inscritos nas moedas (*Ibid.*, p. CXXIV). Aqui temos pois um caso de toponimia iberica, no oeste da peninsula.

---

[1] Holder, s. v. *Tiar, Tear*, reporta-se a Hübner, que cita Plinio, *Nat. Hist.*, II, 23 (*Teari qui Julienses*) no Convent. Tarrac. Alem de Plinio, Ptolemeu, II, 6, 63. Consultando a edição de C. Müller (*Cl. Ptolemaei Geographia*, I, p. 187), encontra-se entre os *oppida mediterranea* dos Ilercavones: *Tiariulia*. E, em uma nota, refere o editor o que traz Plinio e accrescenta que ha outro *Tiar* entre Ilici e Carthaginem, hoje no castello de Tiar, campo de Salinas, junto a San Gines. Este é pois do Convent. Carthagin.

Holder, s. v. *Thiar*, diz que é nome de logar, na Hespanha (Orihuela).

O *Dicc. Enciel. hesp. amer.* regista *Thiar* e *Thiar Julia* ou *Thiarulia* (Θιαρ Ιουλια de Ptolemeu); mas na Argelia ha tambem uma *Tiaret*, em Oran, onde restam ruinas romanas.

D'esta fórma podemos desde já concluir que a expressão adjectival *Tiauranceaico* (ou *Tiaurauceaico*) em concordancia com *Genio* se reporta ao nome de um oppido do qual se invocava o Genio protector, como na epigraphe do *Corpus,* II, 3294 (Cfr. *Mon. Ling. Iber.,* XLV), o termo *Castlosai-c* (*om* ou *-us*) é um adjectivo concordante com *Diphilus,* indicativo da sua patria.

Mais difficultoso é certamente o exame dos elementos consecutivos ao radical e intermedios da palavra de origem iberica, que estou apreciando nas considerações já expostas.

O terreno nesta parte sinto-o menos chão, e demandaria estudos mais especiaes de glottologia antiga. Direi em todo o caso o que pode ter confronto com Hübner.

Na epigraphe de Estorãos pareceu-me mais harmonico com a paleografia latina desfazer o A˜ em AN do que em AV, lendo assim *Tiauranceaico* e não *Tiaurauceaico.* Creio que pelos exemplos Huberianos, se a alguma copulação se póde dar preferencia, será á de *au,* como já vimos. *Nc* vem porém exemplificada na p. LXX e *uc* veja-se a p. LXV.

Confesso-me porém mal documentado nesta parte do vocabulo de que me occupo e por isso passarei ao suffixo *-aico.*

Diz o sabio epigraphista allemão que, entre os testemunhos do idioma iberico, avultam com especial importancia os oitenta nomes de deuses e deusas, com as suas denominações tiradas das dos logares ou iguaes a estas (*Mon. Ling. Iber.,* 339, p. CVIII e Indice, III, 1, *a*). Na nomenclatura d'este olympo refere-se Hübner, entre outros, aos nomes que terminam em *aicus,* etc., e que abundam nas regiões setentrionaes da Callecia e Asturias, onde existem muitas memorias da antiga religião e «aediculas sanctorum ex fanis paganorum ortas» (*Ibid.,* p. CX).

O rigor do parallelo ninguem m'o contestará. Não só o suffixo *-aicus* (*Tiauranceaicus*) no nome da divindade, como a natureza e origem d'esta (nome de logar), como a proveniencia da ara (templo christão successor de um *fanum* pagão) tudo concorre para o bom cabimento da minha citação.

Diz o Sr. Adolfo Coelho (*Revista de Guimarães,* III, 169) que este suffixo é ao mesmo tempo dos mais frequentes e dos mais caracteristicos do antigo onomastico peninsular, sendo a Callecia que offerece o maior numero de nomes em *-aico* (ou *-aeco*). Fóra da Hespanha é rarissimo[1].

[1] Este suffixo não o regista Holder; mas uma das palavras apontadas por Hübner com o suffixo *-aicus* é *Cerenaici,* e Holder considera-a celtica. Quanto ao suffixo *-aigus,* que é identico, Holder cita *Ceceaigus* ou *Ceceaecus*, e pergunta se será vocabulo iberico.

Acrescenta o Sr. A. Coelho que, debaixo do aspecto geographico, é provavel que os nomes em *aico,* de que apresenta uma lista haurida no *Corpus* e nos AA. gregos e latinos, pertençam a uma mesma lingua ou dialectos affins, e mais abaixo que para explicar estas formações em *aico,* será preciso proceder ao estudo dos themas de que os nomes respectivos derivam, e dos outros elementos do antigo onomastico. Parte das bases d'estes nomes, entende o illustre professor, póde provir de linguas diversas d'aquella do suffixo. No nosso caso o thema era já conhecido por varias epigraphes gravadas em caracteres ibericos, o que, só por si e quanto á lingua, pouco ou nada diz, porquanto os mesmos caracteres podiam reproduzir uma ou mais linguas, que nos ficam desconhecidas.

Hübner insiste na frequencia de certas formações em determinadas regiões da peninsula, mas para não sair d'esta conclusão: iberico ou celtiberico (*Mon. Ling. Iber.,* p. CIII), acreditando porém que uma só seria a lingua falada na Iberia. (*Ibid.,* § 39).

No que em todo o caso do celtico é conhecido, não se encontra o suffixo *-aico* e para os que, como o signatario d'este estudo, estes assuntos especializados offerecem, por falta de preparação, difficuldades insuperaveis, o meio de o averiguar é a consulta do diccionario celtico de Holder, onde não se encontra o suffixo *-aico,* o que confere com a supradita observação do Sr. A. Coelho de que, fóra de Hespanha, estas formações são «rarissimas» (Cfr. Hübner, *Monumenta Linguae Ibericae,* p. CXII) [1].

Do que já deixo escrito poderei, com segurança, deduzir que o Genio, invocado com fórma adjectival na ara de Estorãos, era a divindade protectora de um oppido, cujo nome, escrito por caracteres ibericos em monumentos lapidares contemporaneos entre si e interpretado pelo idioma latino igualmente em monumento lapidar da epoca romana, correspondia a *Tiaura*... ou *Tiauran*... ou *Tiaurance*...

Se percorrermos nas *Religiões da Lusitania,* II, 324, as divindades dos Grovios e as conjecturas do A. sobre a sua natureza ethnica, veremos que, ou são consideradas celticas (umas segundo o Sr. Dr. Leite de Vasconcellos, outras segundo o Sr. A. Coelho *in Rev. Lusitana,* I, 35) ou duvidosas e obscuras; e se as compararmos com o que acêrca do *Genio* de Estorãos temos estudado, parece que a esta não póde caber

---

[1] *Desunt igitur omnino* (nomina Gallica deorum), *quae in Hispania tam frequentia sunt, in* -aicus, -aegus, -icus, *formata*... Veja-se tambem *Rev. Lusitana,* I, 278, e *Rev. Archeologica,* III, 5.

a classificação de *celtica,* mas de *iberica,* senão pela formação adjectival, ao menos pelo radical [1].

V

D'aqui se póde, julgo eu, tirar alguma lição para o estudo ethnico d'aquelles antigos habitadores de Alem-Douro, tão suggestivamente lembrados pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcellos no *Arch. Port.,* x, 287.

Esta lição pretendi eu aventurá-la com o confronto das duas cartas abaixo apresentadas. A carta A é decalcada sobre a que illustra o artigo referido. São os logares, onde o onomastico revela ainda hoje revivescencias do ethnico *Grovio,* logares que estão inscritos no perimetro d'aquelles povos, deduzido dos textos. A carta B é estrezida sobre uma parte da que Hübner traçou, localizando a distribuição dos monumentos ibericos na peninsula; essa parte, nitidamente confinada e insulada, abrange a região de *Alem-Douro,* onde se demonstrou o habitaculo dos Grovios. As alludidas epigraphes d'esta região não appareceram gravadas em caracteres ibericos, como as da Lusitania meridional; apesar d'isso, o sabio allemão inseriu-as na sua carta, porque o iberico que ellas contém não deixou de o ser, pelo facto de estar exarado em caracteres latinos. Demonstrada a absoluta identidade da palavra TIAVRANCEAICO ás outras que se lêem nas lapides ibericas do sul da peninsula, julguei-me autorizado a ampliar este mappa de Hübner com a notação do sitio de Estorãos.

E assim vemos que na região dos Grovios, delimitada como está das que a circundam, se accumularam inscripções de lingua iberica, insulando-se da inteira escassez que, nesta especie de monumentos, caracteriza as regiões circumjacentes, como se póde verificar no mappa completo de Hübner (*Mon. Ling. Iber. in fine*).

Este confronto faz-me ir mais longe do que fui no meu artigo «Um Grovio autentico» (*Arch. Port.,* xi, 202). Poder-se-ha deduzir da comparação dos dois mappas que as minhas reservas acêrca do celtismo fundamental dos Grovios, esboçadas naquelle meu escrito, tem agora mais um fundamento, que não é facil anniquilar ou esquecer. Vê-se que

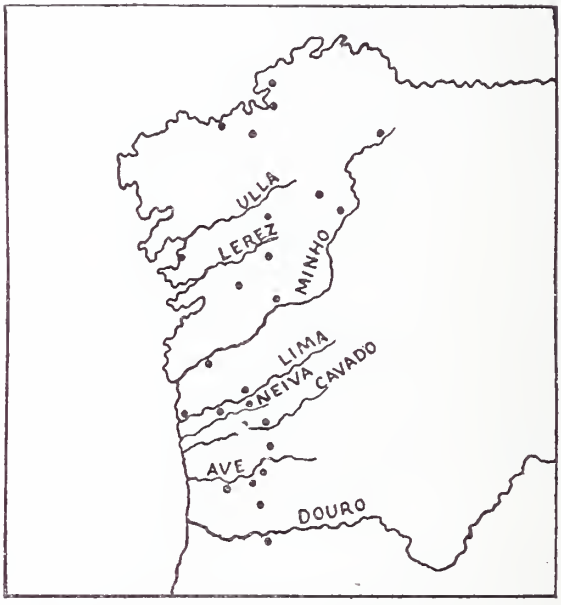
---

[1] Para, a exemplo de Hübner, lhe chamar *celtiberico,* confesso que na palavra em estudo não me dizem os AA. citados nenhum elemento definidamente celtico. Aquelle grande epigraphista escreve porém: «Itaque etiam deorum nomina haec, etiamsi Celtica quaedum insunt — nam suos sibi deos secum tulisse Celtas, cum in paeninsulam immigraverint, atque ibi coluisse non mirabimur — propria tamen eunt Iberorum pleraque vereque dici possunt Celtiberica» (*Mon. Ling. Iber.,* p. cxi). Vid. *Rev. Archeologica,* iii, 5.

a lingua iberica tinha grossas raizes em região de Grovios. Mais alem d'isto, é que tambem não irei, por emquanto [1].

VI

Onde localizar a povoação tutelada por este Genio? É verosimil acreditar que, embora proviesse de região estranha (*Turduli veteres*) a dedicante da ara, o Genio invocado sê-lo-hia do proprio logar em



Carta A — Area geographica das palavras *Grovia*, etc., segundo o Sr. Dr. Leite de Vasconcellos. (*Arch. Port.*, x, 287).

que a Camala habitava; a especial indole d'estas divindades impede-me de julgar importado [2] o proprio onomastico d'ella [3].

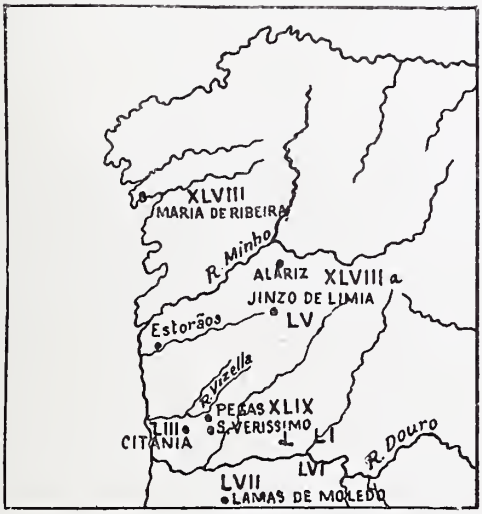
---

[1] Tratando da epigraphe XLVIII (*Mon. Ling. Iber.*), Hübner diz que a palavra *Crougintoudadigoe*, nome provavel de divindade, é semelhante ao vocabulo *Grovii*. Assim, este parentesco philologico não parece indifferente ás minhas reservas. Holder, (*ob. cit.*) s. v. *Grovi*, não affirma que seja celtica esta palavra ou relacionavel com o celtico, mas simplesmente lhe junta esta interrogação: *ibcrisch?*

[2] O suffico *-aico* em *Castlosaicus* (vid. supra) parece corresponder ao *-ensis* latino (*Castulonensis*). Talvez o *-saicus* tenha sido aqui interpretado por *-ccaico* e então teriamos um ethnico *Tiaurancensis* e um tópico *Tiauran*... Algumas porém das derivações em *-aico* são patronimicas (Vid. A. Coelho, *loco cit.*).

[3] Proximo de Estorãos ha um castro; é o castello da Formiga (*Arch. Port.*, IV, 149). Será este o oppido?

Esta nova inscripção votiva veio: *a*)—comprovar a existencia no norte de Portugal do mesmo elemento iberico do sul [1], particularmente affirmado pelas lapides chamadas tambem turdetanicas; *b*)—dar-nos pela primeira vez, em monumento lapidar autentico, uma referencia ao oppido preromano *Talabriga*, conhecido pela literatura antiga e pelo *Itinerario*; *c*)—offerecer-nos mais um *Genio* de nome indigena (Vid. *Rel. da Lus.*, pp. 194 e 312), o que é um phenomeno de romanização cultual; *d*)—revelar-nos uma palavra inedita de origem autenticamente iberica.



Carta B — Mappa dos *Monumenta Linguae Ibericae* segundo E. Hübner. (Fragmento com as inscripções do noroeste da peninsula ou Alem-Douro)

Na epoca d'este monumento, a escrita iberica estava já decerto abandonada e substituida pela latina; ainda assim a tenacidade da lingua indigena mantinha-se na interpretação romana.

O facto a que esta ara corresponde é o seguinte:

Uma dona de estirpe celtica, e pessoa de qualidade, pois que, mulher, podia mandar lavrar e erigir a expensas proprias um monumento de grandes dimensões, veio da Lusitania no sec. III ou IV d. C.

---

[1] A lenda narrada por Estrabão é, como em muitos outros casos, o vestigio de um facto historico, qual, neste caso, a immigração de Celtas e Turdulos no noroeste da peninsula. Não está longe de o pensar tambem o Sr. Dr. Leite de Vasconcellos nas *Religiões da Lusitania*, II, 65.

habitar na Gallecia um logar a cuja protectora divindade de caracter iberico dedicou um altar, e, por isso que a região estava romanizada, na lingua de Roma foi lavrada a inscripção. É um facto de celtiberismo passado ainda nos ultimos seculos da epoca lusitano-romana. E a razão do titulo d'esta noticia.

Agosto de 1906.

Felix Alves Pereira.

Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia Portuguesa

Summario

Noticia acêrca da instituição da Academia.—Origens, no seio d'ella, do estudo da Medalhistica em Portugal.—Conferencia Academica de 22 de Outubro de 1721, em que se fez a entrega de uma medalha a D. João V.—Descrição da medalha.—Considerações a respeito d'ella, e referencias a um projecto de Vieira Lusitano.—Appendice: breve noticia de umas medalhas que a Academia projectou para commemorar os casamentos do Principe do Brasil, D. José, com D. Mariana Victoria, e da Infanta D. Maria Barbara com o Principe das Asturias.—Outros projectos de Vieira Lusitano.

No dia 4 de Novembro de 1720 communicou D. João V a D. Manoel Caetano de Sousa a ideia que tivera de fundar em Lisboa uma associação literaria, com o fim de escrever a Historia de Portugal. Poucos dias depois o P.e D. Manoel Caetano de Sousa apresentou ao monarcha o seu parecer, por escrito, no qual desenvolvidamente mostrava a utilidade da ideia, e indicava a fórma de a pôr em pratica. Em vista d'esse parecer encarregou-o D. João V de proceder aos trabalhos preliminares e de estudar as bases em que deveria assentar a futura Academia.

O incansavel organizador da associação, tratando de dar cumprimento a esta ordem, reuniu, em 19 de Novembro do mesmo anno, no seu proprio quarto, que era na Casa de N.ª Sr.ª da Divina Providencia, alguns personagens illustres: o Marquês de Alegrete, o Conde da Ericeira, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, e o Conde de Villa Maior. Nesta assembleia preparatoria tomaram-se deliberações importantes, que o monarcha approvou.

Com a mesma actividade com que caminhavam estes trabalhos, procedia-se ao arranjo de uma das salas do antigo Palacio dos Duques de Bragança, pois que era alli que, no dia de N.ª Sr.ª da Conceição, a 8 de Dezembro, se deveria realizar a primeira sessão inaugural.

Na conferencia preparatoria de 3 de Dezembro declarou o director que D. João V havia conferido o titulo de Academia Real da Historia Portuguesa á nova instituição, da qual se constituia protector, e na de 6 de Dezembro tomaram parte, pela primeira vez, os Marqueses de Abrantes e de Fronteira.

Com a assistencia de 34 socios, conforme o desejo do soberano, realizou-se no dia 8 de Dezembro de 1720 a sessão solemne de inauguração da nova Academia.

Fez-se esta cerimonia começando o director pela leitura do decreto que fundava a instituição, datado do mesmo dia. Ordenava o monarcha que esse decreto fosse registado [1], e nelle declarava que a escolha do dia de N.ª Sr.ª da Conceição fôra intencional.

Terminada a leitura, D. Manoel Caetano de Sousa, que tinha sido eleito director na ultima conferencia preparatoria, proferiu um desenvolvido discurso, e, por fim, elegeram-se os socios encarregados de elaborar os estatutos, sendo eleitos, o director, o Marquês de Alegrete, o Conde da Ericeira e D. Francisco Xavier de Menezes. O projecto que esta commissão apresentou na sessão de 21 de Dezembro foi approvado, e veio a receber a sancção real em 4 de Janeiro de 1721.

Nos dez paragraphos de que se compunham, determinavam os estatutos, entre outros assuntos: que os academicos seriam em numero de 50, cuja eleição ficaria sempre dependente da confirmação regia; que o fim da Academia era escrever a Historia de Portugal, devendo começar pela ecclesiastica; que todos os annos, a 9 de Dezembro, haveria eleições dos cargos de director e de censores; que o logar de secretario, cujas amplas attribuições eram definidas no § V, seria perpetuo. Foi este cargo por largos annos desempenhado pelo Conde de Villa Maior, depois Marquês de Alegrete, D. Manoel Telles da Silva.

Desde o 1.º de Maio até o fim de Setembro, aos domingos, de quinze em quinze dias, pelas quatro horas da tarde, haveria sessões geraes, podendo, alem d'essas, os censores terem as que quisessem com o director.

Para auxiliarem os academicos haveria officiaes e escreventes em numero sufficiente. Nos dias dos anniversarios do Rei e da Rainha as conferencias realizar-se-hiam no Paço, onde os academicos deveriam ler producções literarias.

---

[1] A Academia Real da Historia tinha diversos livros para registos, que hoje estão na Biblioteca Nacional de Lisboa. O primeiro intitula-se: *Livro Primeyro em que se hão de lançar o Decreto de Sua Magestade da instituição da Academia, os seus estatutos, etc., etc.* Biblioteca Nacional. Ms. n.º 684.

A Academia adoptou para empresa «o simulachro da Verdade, como a representam os antigos com esta letra: RESTITUET OMNIA». O sêllo compunha-se do escudo das armas reaes, estando debaixo d'elle a figura do *Tempo*, preso com cadeias; em volta tinha uma legenda, cuja redacção, porém, não agradou, e fez levantar graves discussões, que terminaram com a intervenção do monarcha, a quem foram apresentadas nada menos de tres legendas. D. João V mandou adoptar a seguinte[1]: SIGILLVM REGIAE ACADEMIAE HISTORIAE LVSITANIAE.

O cargo de protector que o monarcha a si proprio se impôs não foi apenas honorifico. Dotou a Academia com uma renda annual de um conto de réis[2]; mandou vir do estrangeiro typographos e gravadores; isentou as suas producções da licença do desembargo do Paço, desde que fossem approvadas pelos censores; assistiu a muitas conferencias; pôs ao dispor da instituição todos os archivos do reino; e, por decreto de 14 de Agosto de 1721, prohibiu que se destruissem quaesquer monumentos antigos, que servissem para documentar a Historia, não sendo esquecidas as moedas e as medalhas, as quaes mandava que se conservassem[3].

Esta Academia, se não cumpriu á risca o seu programma, não deixou por isso de prestar serviços relevantes á Historia do nosso país. Produziu numerosas obras de vulto, que occupam logar de honra na bibliographia portuguesa, sendo esta fecundidade devida á illustração e boa vontade dos seus socios e ao methodo e disciplina, verdadeiramente notaveis e dignos de serem imitados.

Por isso, tanto a memoria de D. João V, que assinalou o seu reinado com a instituição d'esta Academia, como a das illustres individualidades que nella floresceram, são credoras da nossa mais viva admiração e respeito.

---

[1] Vid. *Historia da Academia Real da Historia*, p. 84 sqq.

Tanto a empresa como o sêllo foram compostos pelo Marquês de Abrantes, segundo o que elle proprio disse na 8.ª conferencia, que se realizou a 18 de Março de 1721. Vid. o liv. II dos registos das conferencias, do anno de 1721, a fl. 26 *v.* Biblioteca Nacional. Ms. n.º 685.

[2] Por decreto de 6 de Janeiro de 1721. Esta quantia era paga aos *quarteis* pela thesouraria da Casa da Moeda ao thesoureiro-mór do reino, que a despendia por *ordens* da Academia. O decreto está registado no liv. II do Registo Geral da Casa da Moeda, a fl. 287 (no archivo respectivo), e no liv. I dos registos da Academia, a fls. 34 e 34 *v.* Biblioteca Nacional. Ms. n.º 684.

[3] Este decreto tambem está registado no ultimo livro citado na nota antecedente, a fls. 83 e 84.

Depois da morte do monarcha perdeu a Academia, pouco a pouco. a sua primitiva actividade até que, por fim, cedeu o seu logar á Academia Real das Sciencias.

*

Cumpre-nos agora accentuar um facto: É ao seio da Academia Real da Historia que se vae buscar a origem do estudo methodico da Medalhistica em Portugal, pois que foi um dos seus mais illustres membros, o Marquês de Abrantes, D. Rodrigo Annes de Sá Menezes e Almeida, quem o iniciou.

Até então, afóra uma ou outra indicação avulsa[1], ainda nenhum português tinha feito estudos especiaes sobre este assunto, não obstante alguns escritores terem já tratado de Numismatica.

Foi o proprio Marquês que, por sua livre vontade, quis esse encargo. Na oitava conferencia, realizada em 18 de Março de 1721, de que foi director, fallando da obrigação que cada um dos academicos tinha de apresentar o estado de adeantamento dos seus trabalhos, disse que de si «pouco podia dizer, pois se lhe não encarregara mais, que a compozição da empreza, e do sêllo da Academia, ao que logo obedecera; porém que para demonstrar que sacrificava de boa vontade a sua inhabilidade ao commum interesse d'esta grande obra, se encarregava de reduzir a dous volumes a descripção de todas as medalhas[2], e moedas que desde que se introduzio no mundo esta especie até o presente, se tem publicado neste Reyno, e a collecção das mais dignas inscripçoens antigas, e modernas, que nos pertencem, pois que humas, e outras contem noticias, que estampadas, e manuscriptas em metaes, e em marmores conservão apezar das injurias do tempo a gloriosa fama da nossa Nação no templo da immortalidade»[3].

---

[1] Por exemplo: Manoel Severim de Faria descreveu uma medalha nas suas *Noticias de Portugal*, discurso VIII, no final da biographia do Cardeal D. Jorje da Costa, p. 262 da edição de 1740, que temos á mão. A 1.ª é de 1655.

[2] A palavra medalhas empregada neste discurso do Marquês abrange, evidentemente, não só as antigas, como, por exemplo, as romanas, mas tambem as modernas, portuguesas, pois que o fim que elle tinha em vista era publicar em dois volumes a *descripção de todas as medalhas* e moedas, que desde que se introduziu no mundo esta especie, *até o presente*, se tinha publicado neste reino Os seus trabalhos confirmam o que dizemos.

[3] Biblioteca Nacional. Ms. n.º 685, fl. 26 *v.* Este discurso foi mandado imprimir, segundo consta do mesmo livro a fl. 30 *v.* Em conformidade com o plano traçado, começou o Marquês os seus trabalhos pelas moedas, e na conferencia de 13 de Agosto de 1722 disse o seguinte: «agora desejava mostrar que se não

Infelizmente, o Marquês de Abrantes não chegou a publicar a sua obra, que, segundo parece, estava bastante adeantada; mas, graças a um sinal que D. Antonio Caetano de Sousa adoptou, podemos hoje apreciá-la. As estampas das medalhas, que no tomo IV da *Historia Genealogica da Casa Real* apparecem com ausencia de filete, foram mandadas gravar pelo Marquês, que as destinava ao seu trabalho. São apenas sete; nisto se resume a sua obra sobre Medalhistica. Quem ha, porém, que lhe negue o devido valor? Se á primeira vista o numero parece diminuto, não se deve esquecer que nada mais poderia fazer-se numa epoca em que as medalhas não abundavam. Demais, uma d'ellas, a de D. Affonso VI[1], teria ficado desconhecida, pois que nem mesmo D. Antonio Caetano de Sousa a viu.

Algumas eram tão raras que já em 1795, Bouch, no seu prospecto, dizia[2]: «Em Inglaterra um ourives irlandez, Daniel Coningham, já fallecido, fez passar as medalhas portuguezas summamente raras dos Senhores D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II, cujos exemplares debalde nos cansariamos para os acharmos hoje em Lisboa, pois que os dos referidos monarchas provém da mobilia do defuncto marquez de Abrantes, Rodrigo Annes de Sá».

Porém, todo o trabalho do Marquês de Abrantes acêrca de Medalhistica ter-se-hia irremediavelmente perdido se, dentro da mesma Academia, não houvesse outro homem, não menos illustre, que o aproveitasse. D. Antonio Caetano de Sousa, o celebre autor da *Historia Genealogica da Casa Real,* querendo continuar o trabalho encetado pelo seu collega, dedicou um capitulo especial ás medalhas portuguesas no tomo IV d'esta sua monumental obra, e, muito honradamente, como era proprio do seu caracter, declarou que publicamente confessava, no grande theatro do mundo, que lhe haviam servido de base os trabalhos do primeiro[3].

---

descuidava das moedas Portuguezas dando á Academia á imitação dos catalogos huma synopesis de mais de cento e vinte moedas dos nossos Reys, cunhadas nos tres metaes, e que a muitos dos Academicos era notorio que a improvisa ausencia de hum artifice lhe difficultara a execução deste intento, mas que já outro trabalha, e esperava que poderia conseguir o que desejava de sorte, que satisfaça a curiosidade publica». Biblioteca Nacional. Ms. n.º 686, fl. 231.

[1] *Historia Genealogica*, tomo IV, fl. EE, n.º 2. Lopes Fernandes, n.º 16.

[2] Ainda não conseguimos ver este prospecto de Bouch, nem as reproducções de medalhas por elle feitas, de que falla Lopes Fernandes na sua *Memoria das medalhas,* a p. 2. Transcrevemos, por isso, este passo do livro de Aragão, tomo I, p. 119.

[3] Vid. *Historia Genealogica,* tomo IV, pp. 103 e 104.

Pelos referidos frisos, que estão collocados em volta das estampas[1], facilmente se distinguem as que D. Antonio Caetano de Sousa addicionou ás do Marquês de Abrantes.

Ás sete medalhas que este tinha deixado gravadas juntou mais treze, dando assim á publicidade um total de vinte. Para maior elareza fez as suas descrições que, por vezes, são acompanhadas de importantes noticias bibliographicas.

Se é, pois, digno de elogio o trabalho do Marquês de Abrantes, não o é menos o de D. Antonio Caetano de Sousa.

Muitas das medalhas que veem estampadas na *Historia Genealogica* são hoje quasi lendarias! Os collecionadores fixam nellas olhares gananciosos, com esperança de as poderem alcançar! Mas é tempo perdido. Quando muito, poderão obter uma ou outra, em algum leilão no estrangeiro... mas falsa!

Ainda que com estas considerações alongassemos demais este artigo, julgamos ser desculpados d'essa falta, pois que seriamos bastante injustos, se, ao fallarmos da Academia Real da Historia, não prestassemos justa homenagem á memoria d'aquelles dois illustres academicos, que tanto a honraram, e que criaram entre nós o estudo da Medalhistica,—o Marquês de Abrantes e D. Antonio Caetano de Sousa, o primeiro como fundador e o segundo como continuador, não menos illustre.

*

Em obediencia aos preceitos dos estatutos, a Academia realizou a sua conferencia no Paço Real em 22 de Outubro de 1721, dia do anniversario de D. João V.

Fez-se esta solemnidade com a magnificencia propria da epoca. A Familia Real sentou-se em rico throno, coberto com docel, e as damas, os officiaes e o resto da côrte accommodaram-se nos seus respectivos logares. Para os academicos havia um recinto reservado, dentro da teia.

Findo o beija-mão, o Marquês de Abrantes, na sua qualidade de director, em discurso laudatorio, dirigiu ao monarcha felicitações pelo seu anniversario natalicio, e em seguida, pela ordem alfabetica dos nomes, varios academicos leram os seus trabalhos. Coube o primeiro logar a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, seguindo-se-lhe depois o P.e Fr. Miguel de S.ta Maria, Fr. Pedro Monteiro e o P.e D. Rafael Bluteau.

---

[1] Vid. o livro citado na nota antecedente, p. 106.

Por ultimo, como academico, tornou a fallar o Marquês de Abrantes, que começou o seu discurso por offerecer a D. João V uma medalha, commemorativa da instituição da Academia, dizendo: «Offerece Senhor a V. Mag.de esta Real Academia a sua primeira Medalha, é nella da parte principal figurado o decorozo aspecto de V. Mag.de com o gloriozo titulo do seu Augusto nome nestes termos: *Joannes V Lusitanorum Rex.*

Da outra parte da Medalha se reprezenta V. Mag.de em pé revestido da Real purpura, dando a mão ao simulacro, ou figura da Historia, para que se levante, com tão soberano arrimo do abatido estado, em que de muitos tempos a esta parte jazia, dizendo-lhe a inscripção: *Historia Resurges.*

E na parte inferior se lê notado o tempo, em q. V. Mag.de creou esta Academia: *Regia Academia Historiae Lusitanae instituta VI Idus decembris CIↃIↃCCXX.*

Medalha semelhante publicou o senado Romano em tempo do Emperador Vespasiano, com a differença porém, que a figura, a quem o Emperador dava a mão, era a de Roma, tanto inferiores huma e outra, quanto são mais estimaveis o simulacro da Historia, que o symbolo de Roma, a imagem de V. Mag.de que o retrato de hum Emperador dos Romanos...»[1].

Depois de entregue a El-Rei o exemplar, de ouro, distribuiram-se muitos outros, de onro e de prata, pela Familia Real, pelos academicos e pessoas da côrte.

*

Temos uma d'estas medalhas. Vid. a fig. 1.ª

Anv.—Busto de D. João V, laureado e com grande cabelleira, voltado á esquerda. O monarcha está vestido com armadura ornamentada, sobre a qual tem lançado um manto de arminho, que dá volta

---

[1] Vid. a descrição da solemnidade, bem como este discurso, no livro dos registos das conferencias da Academia Real da Historia do anno de 1721. Biblioteca Nacional. Ms. n.º 685, fl. 119 *v* e sqq. O discurso vem na p. 124, e é curioso que antes do começo deixaram um espaço em branco, precisamente o necessario para nelle ser desenhada a medalha, em tamanho natural, o que infelizmente não fizeram.

Vid. tambem a *Collecçam dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia,* ordenadas pelo Conde de Villa Maior, tomo I, no capitulo que traz as noticias da Academia Real da Historia de 22 de Outubro de 1721. (As paginas d'este livro não tem numeração; como porém no exemplar da Biblioteca houve o cuidado de fazer esse trabalho, a lapis, podemos citar a p. 206).

pelo peito e se prende sobre o hombro esquerdo com um broche de pedras preciosas. Neste mesmo hombro, ornamentando a armadura, ha uma cabeça de leão. Em volta do pescoço tem collarinho de cambraia encannudado, e no exergo, escrita com caracteres bem legiveis, a assinatura do gravador: A. MENGIN.

No areo superior da orla, a legenda: IOANNES * V * LUSITANORUM * REX *

℟.—Sobre o friso que separa o exergo, do lado direito, D. João V, de pé, offerece a mão direita á «Historia», personificada em figura de mulher, que na sua frente está semi-ajoelhada.

D. João V tem grande cabelleira e coroa de louro; está vestido com armadura e coberto com grande manto de arminho. Uma ponta d'este fica suspensa do braço que o monarcha tem estendido. Com alguns dedos da mão esquerda *apanha* uma outra parte do manto, de modo que este fica com uma curva graciosa, junto da cintura. Com o dedo indicador d'essa mesma mão segura o sceptro, que está encostado ao hombro e ao longo do tronco.

Do lado direito vê-se a ponta da espada, em posição obliqua.

A figura da mulher, que personifica a «Historia», está descalça, tem vestuario leve e simples e os braços nus. Apoia o joelho direito em terra tendo o outro erguido. Na mão direita segura uma penna, com a qual pretende escrever num papel que está no chão, por detrás do seu pé. A situação do papel obriga-a a ficar com o braço estendido, em posição forçada. Com a mão esquerda segura a que o Rei lhe estende... *para se erguer com este soberano arrimo.*

No areo superior da orla ha a legenda: * HISTORIA * RESURGES * e no exergo, em tres linhas, a data da instituição da Academia, nestes termos:

REG. ACAD. HIST. LVSIT.
INSTIT. VI. ID. DEC.
CIↃIↃCCXX

Esta medalha é de prata; pesa 59^{gr},20; tem de diametro 49,5 millimetros e de espessura 3,5. É muito rara.

Está bem conservada, não obstante ter um furo na parte superior, que a atravessa de um a outro lado, feito como intuito de a suspenderem, e estar levemente amolgada na face do busto do anverso e por cima da figura da «Historia». Estes defeitos, porém, pouco a prejudicam.

Nunca vimos medalhas iguaes de cobre.

Vem estampada e descrita nas seguintes obras: *Collecçam dos Documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia,* tomo I,

p. 209 *v* [1] (o reverso tambem vem estampado no frontispicio de todos os outros volumes d'esta mesma obra); *Hist. Gen.*, tomo IV, fl. GG, n.º 1 e p. 492; *Memoria das Medalhas*, de Lopes Fernandes, n.º 31 e p. 25.

Vem sómente descrita: na *Historia da Academia Real da Historia*, tomo I, pp. 372–373; no *Elogio Funebre e Historico de D. João V*, por Francisco Xavier da Silva, p. 229; na *Histoire du Travail*, de Aragão, p. 102, nº 1376; no *Catalogo da Collecção do Sr. Eduardo Carmo*, feito pelo Sr. Dr. Pedro Augusto Dias, p. 161, n.º 5; no *Panorama* de 1840, tomo IV, pp. 29–31, que dá uma noticia acêrca da Academia; e no catalogo intitulado: *Medalhas do Museu Municipal do Porto*, feito por Manoel Joaquim Pereira, guarda do mesmo museu, sob o n.º 5.

*

Estas medalhas foram cunhadas na Casa da Moeda, com autorização de D. João V, como consta da seguinte nota, que transcrevemos:

«Reg.to de hum Aviso do Secretario de Estado e ordem do Vedor da faz.da, e desp.o desta Caza p.a q. nella se lavrem medalhas de ouro e prata com o retrato de S. Mag.de q. Ds. g.de

S. Mag.de q. Ds. g.de he Servido q. V. Ex. mande cunhar na Caza da moeda huma medalha feita com o retrato de S. Mag.de por occazião da instituição da Academia Real da Historia Portugueza, e que se lavrem de ouro doze, e de prata cento e vinte q. se entregarão a An.o Rebello da Fonseca das quais nos dará conta e assim a despeza dos metais, e do lavor como a dos cunhos, e do officjal q. os esculpe as.im conforme o seu ajuste se deve pagar o trabalho de os gravar tudo se satisfaça pello thezr.o da Caza ficando nella os cunhos p.a se puderem lavrar mais medalhas semelhantes quando S. Mag.de assim o ordenar, e conservará tambem o thezr.o algumas medalhas já feitas p.a o cazo em q. S. Mag.de as queira em breve tempo, e quando estas se gastarem se fabricarão logo outras p.a q. sempre se achem promptas quando S. Mag. as quizer. Ds. g.de a V. Ex.a Paço a tres de outubro de mil sette centos e vinte e hum.

P.l Marques de Frontr.a Diogo de Mendonsa Corte Real». (Seguem-se os despachos do Vedor da Fazenda e do Provedor)[2].

---

[1] As paginas d'este livro não são numeradas, como já dissemos; porém um dos exemplares da Biblioteca Nacional tem numeração a lapis. Noutro exemplar, do mesmo estabelecimento, não vem a gravura.

[2] Vid. no Archivo da Casa da Moeda o liv. II do *Registo Geral* (anno de 1687 a 1723), a fl. 264 *v.*

Aragão não transcreveu este registo no seu livro, como fez com varios outros registos referentes a medalhas, mas citou o logar onde elle existe, em uma nota por elle posta no exemplar da obra de Lopes Fernandes que lhe pertencia, o qual hoje está em poder do nosso bom amigo o Sr. D. Fernando de Almeida. Guiados por essa citação fomos copiá-lo á Casa da Moeda.

A proposito diremos que nos é sempre agradavel termos ensejo de patentear ao publico a nossa gratidão para com as pessoas qué amavelmente se pron-

A determinação regia foi cumprida, pois que ainda hoje existem na Casa da Moeda os seguintes ferros:

1) Punção com o retrato de D. João V, que serviu para o cunho do anverso.

2) Cunho do anverso, no qual se lê a assinatura do gravador.

3) Punção com as figuras do lado do reverso, levemente variadas das que estão na medalha. A variante mais notavel é a ausencia do sceptro na mão do Rei. (Comp. com a figura da medalha).

4) Outro punção com as figuras do reverso, no qual está o sceptro mas falta a parte do manto que fica pendente do braço que o monarcha tem estendido. Não obstante esta circunstancia, parece que foi este o que serviu, pois que, alem de se ajustar no cunho com que se bateu a medalha, era costume antigamente, segundo me informou pessoa competente, deixarem os punções incompletos e depois gravarem no proprio cunho o que faltasse.

5) Uma matriz d'este ultimo punção.

6) Um cunho do reverso em bom estado; nelle se adapta a nossa medalha.

7) Outro cunho do reverso, quebrado, que varia do antecedente nas dimensões das letras das legendas. Cremos que fosse inutilizado intencionalmente, porque continha uma imperfeição notavel: a data que se lê no exergo não se ajustava ao centro da linha, ficando mais desviada para o lado da figura da Historia, de modo que, para se corrigir esse defeito, foi preciso preencher um pequeno espaço, que restava á direita, com dois arabescos, sem graça nem symetria[1].

Os cunhos que serviram para bater a medalha devem, pois, ser os que vão indicados sob os n.os 2 e 6.

Foi seu autor Antonio Mengin, gravador francês que viveu durante bastantes annos em Lisboa. Nasceu em 1690. Foi nomeado abridor de cunhos para a Casa da Moeda em 26 de Maio de 1721. Falleceu em 1772 deixando dois filhos, Paulo Aureliano Mengin e Pedro

---

tificam a auxiliar os nossos trabalhos. Estão nesse caso o Sr. Casimiro José de Lima, muito digno Director da Casa da Moeda, e o Sr. Julio Vigon Ibañez: o primeiro, alem de importantes informações que nos forneceeu, concedeu-nos autorização para consultarmos documentos e vermos os ferros; e o segundo, que com muita intelligencia dirige o archivo d'aquelle estabeleeimento, prontificou-se a attender-nos com toda a benevolencia.

Aqui lhes tributamos, pois, o nosso reconheeimento.

[1] Todos estes ferros estão no gabinete do Director da Casa da Moeda, guardados em estantes.

Antonio Mengin, que foram seus discipulos e que tambem se dedicaram á mesma arte[1].

Continuando a compulsar os livros de registos da Academia, averiguámos que a ideia de se cunhar a medalha partiu do Marquês de Abrantes. Assim, na junta dos censores, que teve logar em 20 de Agosto de 1721, disse elle o seguinte: «Como lhe tocava fazer as medalhas achava preciso que se fizesse huma para se publicar na Academia[2] dos annos de El-Rey visto que o tempo não permitia que fosse na de sette de setembro, e que El-Rey se agradava muito disto e que se fizesse de prata para os Academicos, e de ouro para El-Rey, e que elle Marquês daria conta do que ella havia conter que devia ser sobre a instituição da Academia»[3].

Vê-se d'esta acta que havia intenção de entregar a medalha a El-Rei na sessão de 7 de Setembro, a qual deveria realizar-se no Paço por ser o dia do anniversario da Rainha. A falta de tempo determinou o adiamento da entrega, que se fez na conferencia do dia dos annos do soberano, como vimos.

Quis o proprio Marquês encarregar-se da escolha do typo da medalha, mas para levar a effeito este desejo viu-se obrigado a destruir certas observações, que alguns dos seus collegas lhe fizeram quando apresentou o projecto: da acta da junta dos censores, de 8 de Outubro de 1721, consta que «o Marquês de Abrantes leo hum discurço em que convencia de pouco efficazes as duvidas que dous Academicos pozerão á medalha que estava feita, e sogeitando-se a censura da conferencia se assentou que na medalha proposta se não devia mudar nada por estar composta com toda a felicidade e acerto»[4].

De facto assim era. A medalha continha um bonito pensamento, que, embora não original, se impunha pela *felicidade* da adaptação.

Do discurso que o Marquês de Abrantes proferiu na presença de D. João V vê-se que o illustre academico se inspirou em uma medalha romana, a qual nos não foi difficil conhecer, em virtude dos elementos de que dispomos. Assim, da segunda parte d'esse discurso deduz-se:

1) que a medalha era do tempo do Imperador Vespasiano;

2) que este dava a mão á figura de Roma para a ajudar a levantar-se;

3) que era semelhante áquella de que nos occupamos;

---

[1] Vid. as respectivas biographias no livro de Aragão, *Descripção Geral e Historica, etc.*, tomo I, pp. 76, 80 e 81.

[2] Isto é, sessão academica.

[3] Biblioteca Nacional. Ms. n.º 685, fl. 85.

[4] Biblioteca Nacional. Ms. n.º 685, fl. 111 *v.*

4) que foi dedicada ao Imperador pelo Senado Romano.

Ora, procurando no livro de Cohen[1] as descrições das medalhas referentes a Vespasiano, ahi encontramos uma que contém todos os requisitos acima expostos; foi, por conseguinte, essa a que inspirou o Marquês.

Cohen descreve-a da seguinte fórma: IMP. CAESAR VESPASIANVS AVG. P. M. T. P. P. P. COS. II. Sa tête laurée à droite.

℟. ROMA RESVRGES. Vespasien lauré debout, donnant la main à Rome agenouillée qui lui est présentée par un soldat. F. G. B[2].

A semelhança das legendas do reverso ainda mais corrobora o nosso parecer.

Na medalha da Academia foi eliminado o soldado (Marte?), que está na romana, porque nella não convinha representar senão os dois personagens que lá figuram: o monarcha e a Historia.

Como na collecção da Biblioteca Nacional ha algumas reproducções[3] d'esta medalha romana, fizemos estampar uma d'ellas, para que melhor se possa fazer o confronto. Vid. a fig. 2.ª

Na figura 3.ª apresentamos o reverso da mesma, ao qual mandámos eliminar o soldado; a semelhança é completa. (Comp. com a figura da medalha da Academia).

Pelo estudo que fizemos de uma interessante collecção de desenhos de Vieira Lusitano, que existe na Biblioteca de Evora, nos convencemos de que este artista não foi estranho á execução da medalha de que tratamos, pois que entre elles apparece o seguinte projecto (Vid. a fig. 4.ª, onde vae representado em tamanho natural):

Á direita ha um anjo, que sustenta com a mão esquerda um livro e colloca com a outra uma coroa de louro sobre a cabeça de D. João V, que está de pé sobre os degraus de um throno, coberto com docel. O monarcha traja de Imperador romano e tem grande manto. A seus pés está ajoelhada a «Historia», personificada, sobre cuja cabeça elle estende o manto com o braço direito. A Historia segura flores com a mão direita e a seus pés ha varios livros. Leg.: MERCES VIRTVTVM. No exergo outra legenda, em tres linhas: ACADEMIA HISTORIÆ—PROTECTIONE SVSCE—PTA 1720.

---

[1] *Description historique des monnaies frappées sous l'empire romain*, tome 1, p. 317, nº 391.

[2] Cohen não menciona as duas letras S C que se lêem na medalha.

[3] Ha tambem um exemplar na Biblioteca da Universidade, que vem descrito no *Catalogo das moedas romanas*, feito pelo Sr. Dr. Mendes dos Remedios, p. 59, n.º 79.

Nota-se que esta legenda alterou outra que primitivamente existiu, da qual ainda se vêem vestigios.

Este desenho a sanguina, apenas esboçado, contém em parte o pensamento da medalha adoptada: *o rei, de pé, estende a mão sobre a cabeça da Historia que na sua frente está ajoelhada.*

Conclue-se, assim, que o Marquês de Abrantes, ao pretender adaptar á medalha da Academia a ideia contida na romana, se dirigiu a um artista de valor, como era Vieira Lusitano [1]. Este projecto representa certamente o primeiro ensaio, que depois soffreu modificação.

Faz parte de um quadro que contém cinco desenhos, collados em cartão, dispostos com symetria e adornados de filetes.

Na parte superior está ornamentado com os emblemas da pintura, que são atravessados por uma fita onde se lê: PENSAMENTOS ORIGINAIS DO INSIGNE VIEIRA (*sic*).

Tanto a disposição dos desenhos como a parte ornamental são obra de um antigo collecionador, que tambem era artista de merecimento.

Na fig. 5.ª fizemos reproduzir o referido quadro, que tem o n.º 221, para que o leitor possa ver o logar que nelle occupa o projecto [2].

No dia 22 de Outubro de 1722, pelo motivo do anniversario de D. João V, realizou-se nova conferencia no Paço, e, «antes que principiasse este acto mandou o Director, que foi o Marquês de Abrantes,

---

[1] Como se sabe, Vieira Lusitano foi muito protegido pelo Marquês de Abrantes, que o levou na sua companhia para Roma quando para lá foi como embaixador. Havia, pois, entre ambos intimas relações de amizade. Este facto corrobora a nossa conclusão.

Vid. o interessante poema: *Pintor insigne, leal esposo,* pelo proprio Vieira e *Amores de Vieira Lusitano,* por Julio de Castilho (Visconde de Castilho). Este esplendido livro contém preciosas noticias biographicas d'aquelle pintor e fixa varias datas que só puderam ser determinadas á custa de laboriosas investigações. A epoca em que este projecto foi feito coincide com a estada de Vieira em Lisboa. Acêrca do ordenado de Vieira, vid. Biblioteca Nacional. Ms. 716, fl. 7.

[2] Com autorização do Sr. Gabriel Pereira, muito digno e illustre Inspector dos archivos do reino, que teve a extrema benevolencia de attender o nosso pedido, o que muito reconhecidamente agradecemos, fomos á Biblioteca de Evora mandar tirar as photographias d'esses desenhos, e ali nos recebeu, attenciosa e muito amavelmente, o seu illustrado director, o Sr. Antonio Joaquim Lopes da Silva Junior, o que em extremo nos captivou e a quem ficámos altamente reconhecidos.

Tivemos conhecimento da existencia d'estes desenhos por dois livros do Sr. Gabriel Pereira; o primeiro intitulado: *Estudos Eborenses, fasciculo que trata de Exposições de Arte Ornamental,* p. 20; e o segundo: *A collecção de desenhos e pinturas da Biblioteca de Evora em 1884.*

A numeração actual dos desenhos já não corresponde á d'este ultimo folheto.

que o Porteiro da Academia distribuisse pelos Academicos a medalha que tinha composto na instituição da Academia»[1].

Em um dos citados livros de registos[2] encontra-se uma outra nota, muito vaga, que diz: «sobre se se hão de dar as estampas da medalha se mandou que se publiquem sem ordem». Ter-se-hiam publicado as medalhas em estampa?

No livro das despesas[3] tambem figura a seguinte verba: «0600— Por dourar hũas medalhas».

Se esta nota se refere ás medalhas que estudamos, certamente algumas foram douradas por ordem da Academia.

O facto de ter havido o cuidado de distribuir medalhas aos academicos, antes de entrarem para a sala do Paço, e de a nossa medalha estar furada na parte superior, leva-nos a admittir, como possivel, que elles as tivessem usado como insignia, pendentes do pescoço. Não temos, porém, dados que confirmem esta supposição.

Pareee-nos ceioso perder tempo em apontar defeitos nas estampas que reproduzem as medalhas, pois que os estudiosos já lhes conhecem as causas; comtudo sempre diremos que em todas as obras que citámos, onde vem estampada a presente medalha, houve, entre muitos outros descuidos, o de não ser mencionada a assinatura do gravador.

Dá-se um facto curioso: alguns escritores[4], e por sinal os mais importantes, descreveram d'este modo a legenda do reverso: HISTORIA RESURGENS. Ora esta observação passaria sem reparo, pois que podia tomar-se como simples descuido, analogo a tantos outros que a cada passo escapam a quem se dedica a estes trabalhos, se o erro não fosse antigo.

Vaillant[5], ao descrever a medalha romana que serviu de modelo a esta, escreveu ROMA RESURGENS, e igual erro commetteu Bellorius[6].

Num livro que pertence ao illustrado numismata o Sr. Ferreira Braga, onde a referida medalha vem estampada, algum possuidor an-

---

[1] Biblioteca Nacional. Ms. n.º 686, fl. 306, in fine.

[2] Biblioteca Nacional. Ms. n.º 685, fl. 119 *v.*

[3] Biblioteca Nacional. Ms. n.º 714, fl. 9.

[4] Aragão, *Histoire du Travail*, nº 1376. Lopes Fernandes, *Memoria das Medalhas*, p. 25, e *Catalogo da collecção pertencente a Eduardo Carmo*, p. 161, n.º 5.

[5] *Numismata Imperatorum Romanorum Praestantiora a Julio Caesare ad postumum usque, etc.*, edição de Roma, 1743, tomo I, p. 32. Biblioteca Nacional, n.º 205

[6] *Adnotationes nunc primum evulgatae in XII priorum Caesarum numismata ab aenea vico parmensi*, olim edita... p. 62, n.º 17. Biblioteca Nacional, n.º 502 (secção de Numismatica).

tigo collocou um til sobre o segundo E da palavra RESURGES, para que esta ficasse com o som de *resurgens*![1]

Mas, depois de percorrermos todos os autores citados, tivemos ainda a surpresa de encontrar a referida legenda escrita da seguinte fórma no livro de Jacobus Musellius[2], que é escrito (o que é mais grave), em latim: «ROMA RESURGES *(sic)s*! Isto é, o autor collocou a palavra *sic* por achar a legenda mal redigida!

Em vista pois da insistencia que tem havido em alterar estas legendas, não deve tomar-se esse proposito como simples descuido. Aos autores citados soava melhor a expressão *resurgens* do que *resurges*, mas sem razão, pois que tanto na medalha romana, como na da Academia se lê, respectivamente: ROMA RESURGES e HISTORIA RESURGES, e estas palavras cuja traducção é «Roma, resurgirás», «Historia, resurgirás», exprimem, por modo bastante elevado, o pensamento que nellas se contém.

Appendice

Em um dos livros da Academia Real da Historia[3] está registada a seguinte carta:

«Do Marq.ˢ de Abrantes

Meu irmão e meu s.ʳ: dias ha q. sou devedor a v. e. não de amizade, por q. pontualm.ᵉ lhe pago, mas de hũa carta e de hũa advertencia. Na carta me favorecia v. e. por ocazião das minhas funções com tão encarecidos termos q. só lhes acho comparação na generozid.ᵉ do animo de v. e. e no meu reconhecido agradecim.ᵒ; a advertencia me fez v. e. como secret.ᵒ da Acad.ᵃ p.ª q. nesta ocazião se estampassem algũas medalhas: confesso q. o assumpto he daquelles que dizem mais no tit.ᵒ em q. se propoem, do q. deixão p.ª os tercetos em q. se declara o conceito.

---

[1] O livro é de Antonius Zantanius, e intitula-se: *Primor XII Caesarum verissimae imagines ex antiquis numismatib'. dessumptae*, editio tertia, 1614, n.º 17 das medalhas de Vespasiano.

[2] *Numismata antiqua* a Jacobo Musellio, collecta et edita Veronae, anno MDCCLI, tomo I, p. 79. Biblioteca Nacional, n.º 390 (secção de Numismatica).

[3] Biblioteca Nacional. Ms. n.º 712, fls. 137 e 138. Muito antes de procedermos á nossa busca nestes livros já nos tinha sido communicada a existencia d'este passo pelo Sr. Manoel Joaquim de Campos, que o encontrou quando procedia a trabalho identico. Como bom amigo, entregou-nos a citação do livro, dispensando-se assim de publicar esta curiosa noticia, o que agradecemos.

Algum tempo depois, foi-nos de novo indicado o mesmo passo pelo Sr. José Antonio Moniz, illustrado conservador da Biblioteca Nacional, a quem nunca nos cansaremos de agradecer muito provcitosas indicações que por vezes nos fornece.

Já se sabe, que o corpo das medalhas hande ser os retratos dos noivos, não só porq. assy se costuma em semelhantes cazos, mas porq. ainda q. muito se procure se não acharão milhores corpos. Sendo dous os casam.tos devem ser duas as medalhas; e sendo elles tão ignaes, não podem ellas ser m.to diferentes porq. se o fossem, escandalizariamos a hña das partes, quando com ambas nos achamos igualm.e empenhados; e assy me parece q. a face principal da medalha ha de reprezentar o retrato del Rey na forma, e com o tit.o costumado, ao q. acrescentará O. M. ou P. F. dizendo=Joannes Quintus Lusitanorum Rex, Optimus Maximus, ou Pius Felix; e que na outra face se aprezentem os retratos dos noivos, em forma mais pequena p.a bem poderem caber com as suas epigraphes, como vão apontadas na folha incluza; em baixo de cada busto o seu nome; em cima á roda da face da medalha a sua legenda e na parte inferior, a que os franceses chamam exergue, a sua data.

Tudo vay sogeito a deliberação dos s.es censores e á critica de v. e. ainda q. seja rigoroza como a do Conde de Assumar e não benigna como a do nosso amavel companhr.o; que bom chaseo me deu não só no publico dessa Acad.a mas ainda no desta corte, em q. o seu Panegirico tem sido admirado. Fico á obed.a de v. e.a q. Deos g.e; Madrid 24 de Fev.o de 1728».

A *folha inclusa,* a que esta carta se refere, tambem está registada no mesmo livro, e contém o seguinte:

«Publicam hilaritatem reciprocant.

Josephus Maria Anna
Princ. Lusit. Hisp. Reg. F.
Conjugali fide
VIII Kal. Jan. anno
CIↃIↃCCXXVII
Accepta

Mutuam tranquilitatem firmant

Ferdinandus Maria
Princ. Hisp. Lusit. Reg. F.
Connubiali Feedere
III Idus Januarii
MDCCXXVIII
Sancito».

Relacionando-se com o mesmo assunto encontrámos mais os seguintes registos:

1) Na reunião dos censores de 10 de Março de 1728: «Em primeiro lugar leo o Secretario a carta que tinha recebido do Marquês de Abrantes em resposta da que se lhe tinha escrito para dispor a medalha que se hade formar pela occazião dos casamentos de suas Altezas, na qual dá a forma da medalha, e mandando tambem os retratos dos Principes das Asturias, e da Princessa do Brazil e as Epigrafes e legendas q.e hão de ter as duas medalhas, q. tantas parecem ao Marquês que devem ser, e votando-se se duvidou se se havia de aprovar logo, ou se se devia communicar a mais alguma pessoa, e se assentou que se mandasse abrir

ao buril para que aprovandosse e dandose conta a S. Mg.de se mande cunhar nos metais que S. Mg.de ordenar»[1].

2) Na junta dos censores de 27 de Abril de 1728: «Disse mais o Director (que era o Conde da Ericeira) q. El Rey tinha visto a idéa para a medalha q. se detremina fazer quando chegar a Princessa do Brazil, e q. detreminaria o q. se devia executar»[2].

Em vista d'estes documentos faremos algumas considerações, que elles naturalmente suggerem.

Mallogrado o projecto de casamento da Infanta de Hespanha, D. Mariana Victoria, filha de Filipe V, com Luis XV, Rei de França[3], mostrou aquelle monarcha desejos de que a mão da joven Infanta fosse dada ao herdeiro da coroa de Portugal, D. José, pedindo em troca, para o Principe das Asturias, a Infanta portuguesa D. Maria Barbara[4].

Assim foi communicado ao nosso embaixador, Antonio Guedes Pereira.

D. João V, acceitando a proposta com agrado, mandou a Madrid, como enviado extraordinario para tratar d'este negocio, José da Cunha Brochado, que, pouco tempo depois de ali chegar, assinou, com o seu collega Guedes Pereira, em 7 de Outubro de 1725, os preliminares do tratado de casamento. Ratificados estes pelos respectivos soberanos, houve troca de embaixadores extraordinarios, a quem foram dados plenos poderes para tratarem dos contratos definitivos.

Para Lisboa veio o Marquês de Belvazes e para Madrid foi o Marquês de Abrantes, que ali chegou em 3 de Setembro de 1727.

Ambos estes embaixadores fizeram entradas publicas solemnissimas nas respectivas côrtes.

---

[1] Biblioteca Nacional. Ms. n.º 692, fls. 27 e 28.

[2] Vid. o mesmo livro citado na nota antecedente, fl. 44.

[3] Tinha a Infanta apenas 3 annos de idade quando foi ajustado o seu casamento com o Rei de França, que contava 11. D. Mariana Victoria esteve em Paris durante bastante tempo. Fez a sua entrada solemne naquella côrte onde foi apresentada como a futura esposa do Rei! Por conveniencias politicas, foi posto de parte o projecto d'este casamento quando Luis XV attingiu a idade de 14 annos, dando-se como pretexto a pouca idade da Infanta, que então tinha 6 annos. Commemorando estes projectos matrimoniaes, cunharam-se algumas medalhas, uma das quaes figura no catalogo das *Médailles françaises dont les coins sont conservés au Musée Monetaire*, edição de 1892, p. 216, n.º 31.

[4] Acêrca d'estes casamentos vid. o livro intitulado: *Fasto de Hymeneo, ou historia panegyrica dos desposorios dos Fidelissimos reys de Portugal, nossos senhores, D. José I e D. Maria Anna Victoria de Borbon*, etc., por Fr. Joseph da Natividade, etc. Lisboa 1752.

Fig. 1.ª

Fig. 2.ª

Fig. 3.ª

ESTAMPA SUPPLEMENTAR I

Fig. A

Fig. B

Na occasião em que o Marquês de Abrantes estava em Madrid, por este motivo, recebeu uma carta do secretario da Academia, o Conde de Villa Maior, em que o *advertia* da conveniencia de serem cunhadas medalhas commemorativas de tão faustuoso acontecimento. O Marquês, apaixonado amador da Medalhistica, abraçou a ideia com enthusiasmo e escreveu então a carta que publicámos, na qual indicava o typo que ellas deveriam conter e, diplomaticamente, aconselhava que se cunhassem duas semelhantes para não escandalizar nenhuma das partes.

Teve igualmente o cuidado de remetter os retratos dos principes hespanhoes.

Do final da carta parece deprehender-se que o Marquês, ao escrevê-la, adivinhava algum dissabor. Se assim é, não se enganava.

Na junta dos censores de 10 de Março (cuja acta transcrevemos), á qual assistiu o Conde de Assumar, levantaram-se duvidas, resolvendo-se, por fim, mandar *abrir as medalhas a buril* e dar conta a El-Rei [1].

Porém, alguma cousa de mysterioso envolvia este plano, pois que El-Rei viu o projecto, *ficando de determinar o que havia de executar-se*...

O facto é que o tempo foi passando; os dois monarchas com suas familias fizeram magnificentissimas jornadas através dos seus territorios, para se encontrarem nas fronteiras em um palacio expressamente

---

[1] É possivel que um outro desenho de Vieira Lusitano, que tambem faz parte da collecção da Biblioteca de Evora, onde tem o n.º 137, seja um projecto para alguma d'estas medalhas. Parece que se relaciona com os casamentos que então se effectuaram, mas não temos provas para affirmar que fosse feito para as medalhas que a Academia projectou.

Na duvida, não obstante não condizer com as indicações enviadas pelo Marquês de Abrantes de Madrid, fizemos reproduzi-lo na estampa supplementar n.º 1, fig. A.

Descripção:

Á esquerda estão duas rainhas, que se abraçam, sentadas num banco de pedra, e á direita Mercurio e o Hymeneu, de pé, abraçando-se tambem. Junto de uma das rainhas está encostado um escudo. Leg.: FELICITAS DVPLEX.

Visto que se offerece o ensejo, é opportuno fazermos referencia a mais dois projectos de medalhas, do mesmo artista, e que tambem fazem parte da referida collecção. O primeiro, que vae reproduzido na estampa supplementar n.º 1, fig. B, é um projecto para uma medalha commemorativa da chegada dos reis e principes a Lisboa, em 1729, que tinham ido á fronteira trocar as princesas, como dissemos.

Representa uma quadriga, guiada pelo Hymeneu, sobre a qual vae sentada uma figura symbolica (talvez a Concordia), que sustenta um escudo bipartido onde estão as armas de Portugal e de Hespanha. Leg.: CONCORDIÆ TRIVM-

construido sobre o rio Caia; trocaram as princesas, realizaram se os casamentos,... mas as medalhas, pelo menos que nos conste, não se cunharam. Porquê? Ter-se-hia opposto o Conde de Assumar com a sua *critica rigorosa?*

Junqueira, Fevereiro de 1907.

Arthur Lamas.

Lapide romana de Ferreira do Alemtejo

Faz parte da collecção lapidar do Museu Ethnologico Português, aonde entrou ha pouco, por generosa dadiva de S. Ex.ª o Sr. Visconde de Ferreira do Alemtejo, o monumento que se representa na figura junta.

Este monumento constitue a parte inferior de um cippo funerario da epoca romana. É de marmore e tem as seguintes dimensões: altura $0^{m},60$; largura $0^{m},50$; espessura $0^{m},38$. Na parte anterior lê-se, em duas linhas, um fragmento de inscripção, cujos elementos vou discutir.

L. 1.ª A primeira letra, comquanto á primeira vista parcça o, é sem duvida Q, seguido de um ponto. Adeante está IVNIVS, mas o segundo I é muito menor que as restantes letras. Depois a pedra acha-se um tanto delida; em todo o caso parece-me ahi distinguir R, que póde estar seguido de A. A última letra que se distingue é claramente F. Adeante d'ella devia haver a letra I, mas nem a vista, nem o tacto a reconhecem.

L. 2.ª Não offerece difficuldade a leitura d'esta linha. A última letra é muito menor que as restantes, e está collocada no alto da linha. Cf. o I da linha antecedente.

PHVM: e no exergo: ADVENTVS REGVM PRINCIPVM —QVE VLISIPONI— MDCCXXIX.

No campo, escritas com letra do sec. XVIII, estão as seguintes palavras italianas: *li carateri piu picinini* (?).

Cremos que este projecto não tem nenhuma relação com os projectos da Academia.

Este desenho, que reproduzimos em tamanho natural, está contido no mesmo quadro que vae representado na fig. 5.ª

Na estampa supplementar n.º II. fig. C, vae estampado o segundo projecto. Refere-se este ao nascimento da princesa da Beira, depois D. Maria I, primeiro fruto do casamento de D. José com D. Mariana Victoria.

Á esquerda, de pé, está a figura de Juno, que tem junto de si o competente pavão, segurando nos braços a princesa para a apresentar ao deus Pan, que na sua frente está sentado, empunhando a flauta e espargindo flores. Leg.: SPES ALTERA; e no exergo, em tres linhas: NATALIS PRINCIPIS BERLÆ— XVI KAL IANVARI ANNO—MDCCXXXIV.

Em vista d'isto leio: *Q(uintus) Iunius pa(ter) f[i]lio pientissimo,* isto é «..Quinto Junio, seu pai, dedicou este monumento ao piedosissimo filho». O nome do fallecido estava na parte que falta na pedra.

Nas inscripções peninsulares não é vulgar vir apenas o *praenomen* com o *nomen gentilicium,* sem cognome, como aqui; todavia ha *Q. Vilius* no *Corp. Inscr. Lat.,* II, 1913, *L. Iulius* na mesma obra, 5308, etc. Comquanto nas inscripções romanas se encontre frequentemente *filio pientissimo,* ou *filio* acompanhado de outro adjectivo, sem que o epi-

Lapide romana de Ferreira do Alemtejo

theto *pater* preceda esta formula, pois elle é pleonastico, lê-se porém *pater filio.. -issimo* no *Corp. Inscr. Lat.,* II, 2741, e *pater filio piissimo* na mesma obra, n.º 3177. Pelo contrário, o epitheto *mater* é muito usado: *ibid.* 319, 330, 348, 534. Outros epithetos: *fil(ius) patri piissimo,* 989; *filia mater pientissimae,* 357; *filii matri karissimae,* 3700.—No index das abreviaturas do vol. II do *Corpus* não vem PA = PA(ter), só ha M = MA(ter); no *Cours d'Épigraphie* de Cagnat,

no respectivo index, vem comtudo PA = PA(ter). Por isso justifica-se a explicação que a cima dei.

Segundo me informou o Sr. Visconde, esta lapide appareceu, em 1898, numa courella de terra de semeadura de cereaes chamada *dos Alpendres,* annexa á herdade da Fonte-Boa, que pertence a S. Ex.ª, e fica na freguesia e concelho de Ferreira do Alemtejo. Com ella havia outras, que, numa occasião em que o Sr. Visconde estava ausente, uns pedreiros metteram nos alicerces de um «casão» que andavam construindo na Fonte-Boa; a unica a que o mesmo Sr. pôde acudir, quando voltou, foi a que com tanta amabilidade offereceu ao Museu Ethnologico.

Provavelmente no local do apparecimento houve outr'ora uma *villa* romana, como as lapides o dão a entender. Consta que d'antes se encontravam tambem por ali restos de construcções e grandes tijolos, o que mais confirma o que digo. O povo, conforme o costume, dizia que tudo isto era *do tempo dos Moiros.*

O pequeno monumento, na sua modestia, vem preencher uma lacuna no Museu Ethnologico, onde ainda não havia nenhuma lapide romana d'aquella localidade, e é ao mesmo tempo padrão historico que, nobilitando o concelho em que appareceu, enaltece tambem *ipso facto* os pergaminhos do illustre fidalgo que tem no seu titulo heraldico o nome de Ferreira do Alemtejo.

J. L. de V.

Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Archeologia

26. Excavações archeologicas em Numancia

«Madrid, 10 de outubro.—Prometti ir dando conta dos interessantissimos trabalhos de excavação que realizam actualmente as duas commissões hespanhola e allemã nas ruinas da Numancia.

. . . . . .

Todas as pessoas medianamente instruidas sabem o que representa nos annaes da Peninsula Iberica esse feito verdadeiramente homerico —a defesa de Numancia contra o cêrco apertado, crudelissimo, posto á modesta povoação por Scipião Emiliano, o ferreo destruidor de Carthago [sec. II a. C.].

. . . . . .

E tem sob este aspecto valor excepcional a reconstituição historica que, decorridos dois mil annos, se está fazendo por iniciativa da Allemanha primeiro, e do governo hespanhol depois, em terrenos proximos da actual povoação de Garray, a curta distancia de Soria, os quaes abrangem não só o territorio da velha e nobre Numancia, como o comprehendido pelas varias fortificações romanas dispostas e governadas por Scipião no memoravel cêrco.

Nas ruinas de Numancia trabalha este anno a commissão de peritos nomeada pelo governo hespanhol. Nos terrenos exteriores, fazendo a curiosissima investigação dos acampamentos romanos, trabalham actualmente os dois sabios allemães, Sr. Schulten, cathedratico da Universidade de Goettingen, e Sr. Hofmann, cathedratico da de Heidelberg, estando este ultimo especialmente encarregado de medições, alçados e desenhos.

O professor Schulten tem já publicado um livro intitulado *Numantia*, e tem em via de publicação outro que naturalmente abrange os estudos e investigações realizados este ultimo anno no terreno circumjacente, o dos acampamentos romanos. Com Schulten tem trabalhado este anno cêrca de quarenta operarios. Considera o sabio professor allemão como a primeira autoridade na historia de Numancia o romano Appiano, porque referiu o depoimento de uma testemunha presencial, Polybio, companheiro de Scipião na conquista da heroica povoação. Segundo esse depoimento, os Romanos organizaram o primeiro cêrco sobre a base de dois grandes acampamentos que deviam ter-se estabelecido aos dois lados do cerro de La Abuela. Suppõe Schulten que um d'esses acampamentos demorasse no hoje chamado «Cerro del Castillejo», numa excellente posição estrategica sobre o «Cerro de la Muela» onde se estendia Numancia. Mas ainda não colheu elementos sufficientes para confirmar esta supposição.

Depois d'esses dois acampamentos principaes, parece que as tropas de Scipião apertaram mais o cêrco com uma linha de circumvalação, a uns 300 metros da povoação sitiada, e nella estabeleceram mais sete acampamentos. Um d'estes está já completamente a descoberto, a sudeste de Numancia, num sitio conhecido por Penaredondo. Este acampamento, tal como está a descoberto, considera-se capaz para tres ou quatro mil homens.

Schulten está tão satisfeito com estes seus trabalhos do presente anno como com os anteriores realizados no recinto numantino.

O descobrimento dos acampamentos confirma a existencia de Numancia, já antes demonstrada.

Schulten tenciona agora dedicar-se repousadamente a escrever a

sua obra definitiva sobre Numancia, a qual permittirá que seja livremente traduzida em castelhano.

Os visitantes da parte já descoberta das ruinas, onde são admittidos por bilhete, estão encantados do trato affavel d'este sabio, que se levanta com o sol e está em toda a parte, acompanhando os operarios e trabalhando com elles, feliz ante o descobrimento de um muro completo ou de qualquer objecto digno de figurar no Museu Numantino que em Garray se está organizando.

O achado dos projecteis de pedra despertou vivissimo interesse. Suppõe Schulten que naquelle sitio deviam estar as catapultas. Recebendo communicação do facto, o imperador da Allemanha, que acompanha com o maior interesse os actuaes trabalhos de reconstituição historica, pôs ao dispôr de Schulten doze mil marcos para a investigação exclusiva do alcance da «artilharia» romana, construindo-se uma catapulta com que pôde arremessar-se a trezentos e vinte metros um projectil de onze libras hespanholas.

Os trabalhos realizados no recinto propriamente numantino pela commissão hespanhola despertam tambem interesse vivissimo. O que importa muito é que a commissão disponha de mais largos meios materiaes para a delicada empresa a que metteu hombros.

Crêem alguns historiadores que, após a espantosa tragedia numantina, Scipião devia ter destruido a parte da cidade respeitada pelas chammas, vendendo depois as terras aos habitantes das povoações vizinhas já submettidas ao jugo romano.

Das investigações praticadas agora, conclue-se que houve uma cidade celtibero-romana sobreposta á destruida Numancia, na construcção da qual se respeitou a antiga disposição, até no traçado das ruas, tendo estas em geral a largura de tres a quatro metros e, por excepção, cinco.

As casas d'esta povoação celtibero-romana deviam estar assentes sobre as numantinas, sendo apenas a sua construcção mais simples e mais modesta. Os restos de ceramica, encontrados em abundancia, e que devem attribuir-se a essa epoca, tem todos os attributos caracteristicos dos romanos, feitos de barro vermelho lustroso. Encontram-se misturados com outros de procedencia iberica.

Suppõe a commissão hespanhola que dirige estas excavações que a cidade romana duraria até a invasão dos Barbaros.

Todos os dias se vae enriquecendo o nascente Museu Numantino de Garray, um dos maiores attractivos, sem duvida, offerecidos aos olhos dos visitantes amadores da reconstrucção historica, que dentro de pouco tempo acudirão interessadissimos a esta especie de Pompeios

hespanhola, que o governo hespanhol emfim se resolveu a patrocinar depois que o impulso veio com força das sabias terras da Allemanha».

(Correspondencia assinada por «Caiel», e publicada no *Diario de Noticias* de 15 de Outubro de 1906).

*

Como appendice a esta noticia, póde accrescentar-se que o Prof. Schulten, com o fim de se inteirar do conhecimento da archeologia lusitana, esteve ultimamente no nosso país, onde visitou varios monumentos archeologicos e museus. Tambem esteve no Museu Ethnologico por varias vezes, cujas ricas collecções muito interesse despertaram nelle.

27. Monetario Berlinés

«Berlin, 26 Setiembre. — El monetario berlinés, cuya organización actual data sólo del siglo XIX, estaba aún hasta ahora muy por bajo de los monetarios del British Museum e de la Bibliothèque Nationale, yendo á la zaga de estos en compañía de todos los monetarios del mundo, pues ambos gozaban la fama de insuperables. Merced á una nueva extraordinaria adquisición, el monetario nuestro no sólo ha llegado á competir con aquellos, sinó que en varios conceptos hasta los ha superado. Un coleccionista particular, Arturo Löbbecke, de Brunswick, ha reunido en treinta años, guiado por sus conocimientos estéticos y científicos, una colección muy célebre y casi única, que cuenta nada menos que 27.904 ejemplares, entre ellos 341 piezas de oro ó «electron» y 8.444 monedas de plata ó «potin». Esta colección la ha podido comprar el monetario berlinés por 575.500 marcos, adquiriendo así gran número de rarezas y acuñaciones curiosas. Es rica especialmente en magníficos ejemplares de arte monetario griego, disponiendo ahora el monetario berlinés de más 100.000 monedas griegas en junto».

(Esta noticia, impressa em papel avulso, foi enviada á redacção d-*O Archeologo Português* pelo Sr. D. Pedro de Mugica, professor em Berlim).

28. Fouilles en Égypte

Nous lisons, dans *Nature* de Londres, d'intéressants détails sur des fouilles faites récemment en Égypte par le Dr. Reisner pour le compte de l'Université de Californie. Il s'agit d'une vaste nécropole renfermant des sépultures partant des époques préhistoriques et allant jusqu'aux époques coptes et ptolémaïques. A Girga, dans la Haute-

Égypte, on a exploré des tombes remontant à 8.000 ans au moins et qui renfermaient des corps admirablement conservés, grâce probablement à l'extrême sécheresse de l'atmosphère et à la perfection des moyens employés pour l'embaument. Le Dr. Elliot Smith, professeur d'anatomie à l'École de médecine du Caire, les a étudiés. Les cheveux, les ongles, les ligaments, les muscles et les nerfs eux-mêmes sont en excellent état. Parfois même le cerveau et les yeux munis de leur cristallin ont été observés. Enfin le Dr. E. Smith a pu faire plusieurs fois l'anatomie des plexus nerveux des membres.=*M. B.*

(De *L'Antropologie,* vol. XIII, pp. 414-415).

A matriz de Villa do Conde

Quando, ao percorrer o ultimo fasciculo d-*O Archeologo,* se me deparou o excellente artigo de Monsenhor Ferreira, acêrca da linda rainha do Ave, toda a minha pena me não foi bastante para me lamentar de não terem sido reproduzidas então duas photographias, que ha annos eu tomára em Villa do Conde e precisamente do portico e do arco do côro da igreja a que o esclarecido ecclesiastico se refere.

Retrotráiam porém os leitores as minhas illustrações ás palavras enthusiasticas de Monsenhor Ferreira e verão que, áparte a differença de meritos, lhes parece que umas foram feitas para as outras, tanto se completam.

Não quero pôr de minha casa prata de mau quilate, e por isso selecciono de tres escritores algumas linhas que não permittirão que as photographias vão assim muito nuas de commentario autorizado.

O primeiro escritor é estrangeiro e parece que, por não ser dos nossos dias, anda agora um pouco esquecido. Pois viu muito no nosso país e a sua penna não nos fere. Diz, falando da «.... architectura de D. Manoel: estilo participante do gotico e que serve de passagem para o renascimento, estilo tão variado, que produziu tantos fragmentos curiosos de architectura entre 1480 e 1550. Em todos estes generos de architectura ha alguma cousa de particular que pertence sómente a Portugal». (*Les arts en Portugal,* par le Comte A. de Raczinski, p. 410).

É uma apologia da arte nacional d'aquelle periodo, embora escrita com economia de palavras.

Agora de um escritor português, tratando mesmo de Villa do Conde:

«A sua bella igreja parochial, da invocação de S. João Baptista,

é obra do sec. XVI. O seu estilo, posto que já muito deturpado pelas successivas restaurações, póde definir-se como pertencendo ao chamado impropriamente de decadencia—a evolução do estilo gotico em Portugal, que o torna gotico florido porventura menos severo e menos contemplativo e que entre nós se generaliza desde os dias de D. Manoel até D. Sebastião». (*A Arte e a Natureza em Portugal:* II. «Villa do Conde», por J. Caldas).

O terceiro e ultimo escritor é o Sr. Ramalho Ortigão no *Culto da arte em Portugal.* Desde p. 142 por deante o brilhante critico investe contra o dogmatismo que pretende ver na igreja da Batalha o ultimo e inaccessivel modelo de architectura em Portugal, appellidando de decadencia quanto se lhe seguiu mas que para aquelle claro espirito «é a modificação portuguesa d'esse estilo (o gotico), é a sua nacionalização, é a originalidade local, imposta pelos architectos portugueses do sec. XVI, a um sistema geral de construcção, commum a toda a Europa». (P. 146).

O Sr. Ramalho Ortigão não traz nenhuma referencia particular ao monumento de Villa do Conde, mas faz o encarecimento do estilo manoelino e do que elle vale e significa como producto do trabalho nacional. Por isso o chamo para aqui.

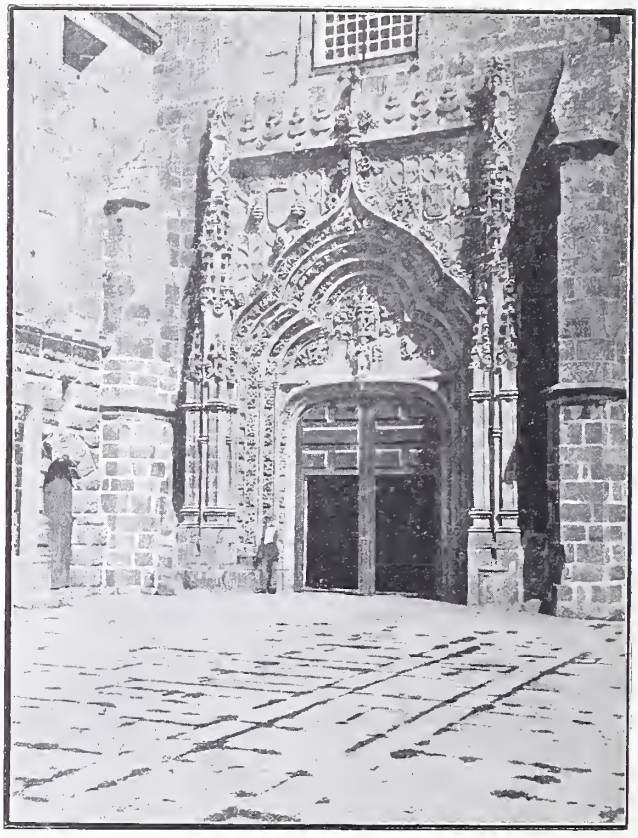
«Em Portugal tem sido accusados os architectos manoelinos de invadirem pelo vegetabilismo ornamental todos os perfis da construcção, submettendo assim as fórmas constructivas á ornamentação escultural. Os grandes criticos da Inglaterra, que tão consideravel impulso teem dado ás ideias estheticas e á moderna evolução artistica, entendem porém, ao contrario dos nossos, que a sciencia de edificar e de dispor linhas é na construcção de um monumento um ramo secundario da arte de esculpir. Esta affirmativa envolve a consagração da escola manoelina pela critica que neste seculo mais minuciosamente e mais profundamente tem estudado a arte gotica e a arte da renascença». (P. 145).

Ainda esta ironia: «É á *decadencia* do gotico da Batalha que nós devemos o incomparavel claustro dos Jeronimos. segundo Haupt *o mais bello claustro de todo o mundo,* bem como a fachada da igreja de Christo, em Thomar, onde a flammejante janela da sala do capitulo é a obra mais eloquente, mais convicta, mais poetica. mais enthusiasticamente patriotica, mais estremecidamente portuguesa, que jamais realizou em nossa raça o talento de esculpir e de fazer cantar a pedra». (P. 147).

A matriz de Villa do Conde é um d'esses monumentos, gerado na idade aurea da nossa historia, numa villa que tinha a seus pés aquelle mar invio, mas que para nós foi a senda illuminada do engrandecimento. Bastará encarar a sincera majestade e graça d'esse portico para ex-

pulsar do nosso criterio essa ideia de *decadencia,* com que se pretende apoucar a escola manoelina. A inexpressão fria e despotica do *Renascimento* como que foi obrigada a vir sorrir-se em Portugal nos edificios manoelinos.

As obras d'esta epoca no nosso pais dão-me a ideia de uma construcção mais ou menos riscada pelas linhas e fórmas do *Renascimento,* mas transparentemente colgada de uma renda tecida na ornamentação

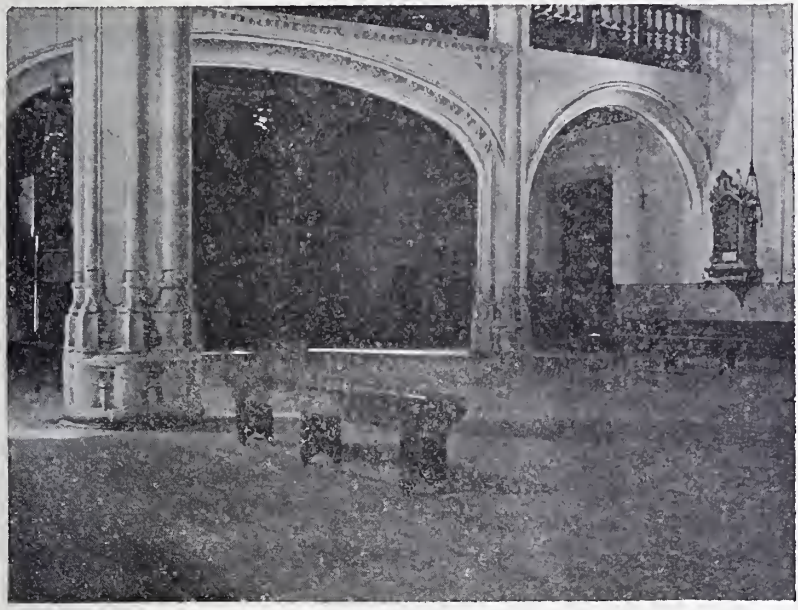


Portico da igreja matriz de Villa do Conde

gotica por mãos de portugueses que se criavam e viviam pelo mar. O gosto architectonico que edificava estas estrophes de pedra era como uma saudade do estilo ogival que passava, sentida e enviada pelo novo estilo, que no incessante rodar do tempo e da arte surgia algemado á immutabilidade do classicismo.

Seria um serviço prestado á historia da arte nacional o publicarem-se todos os especimes d'esta nossa architectura, ainda os mais sin

gelos, que poderão esconder-se inesperadamente nos recantos das provincias. Em aldeias humildes da Beira-Baixa tenho eu visto numerosos, embora modestos, exemplares do gosto manoelino em portas, em janelas



Arco do côro da igreja matriz de Villa do Conde

de edificios simples, mas cheios do encanto português. Estudemos o que ha e é nosso para sabermos o que devemos ser e não somos.

F. Alves Pereira.

Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães

(Continuação. Vid. o *Arch. Port.*, XI, 219)

CCXLI

24 de novembro de 1429

Traslado da clausula testamentaria de Leonor Domingues, pela qual lega aos clerigos coreiros 40 soldos annualmente com obrigação de uma missa cantada e duas rezadas.

O testamento foi apresentado pelo testamenteiro Joyam (?) de Sousa, abbade de Santa Christina, do termo do mosteiro e couto de Travanca, estando presente Fernando Affonso, abbade de Cortegaça e procurador dos coreiros; e o traslado foi passado em Fonte *Marteya* (talvez Murteira, pois existe hoje um casal com esta denominação), logar da dita freguesia, por Affonso Annes, tabellião do julgado de Santa Cruz de Riba Tamega.

CCXLII

12 de fevereiro de 1430

Posse da igreja de Santo Estevam de Urgeses, que os procuradores do cabido de Guimarães, em virtude da carta de annexação referida sob n.º CCXL, tomaram quando se celebrava a missa do dia.

Foi feito o inventario dos ornamentos que nella havia, a saber: «cinco livros, hum missal mistico e outro santal de quanto e outro colheytanho e outro santal de resar e hum salteiro e hum quaderno de officio de Corpore Xpi e de Santa Maria das Neves e huma ara e hum calez destanho e duas vestimentas e dous pichos e huma caldeyrinha e duas campaynhas britadas e huma cruz darame».

Escrito o instrumento pelo tabellião de Guimarães João Annes, que pelo caminho contou XXX reaes.

CCXLIII

5 de julho de 1430

Escambo entre o cabido de Guimarães (sendo conego que tem o carrego de chantre Martim Affonso, e thesoureiro Pedro Annes) e Pedro Domingues, mercador, e mulher Catalina de Freitas, ficando estes com umas casas do cabido sitas na rua de Val de Donas e o cabido com herdades fora da villa, que receberia annualmente 3 libras da moeda antiga emquanto não fosse entregue das herdades.

Escrito pelo tabellião Nicolau de Freitas, sendo testemunhas o almoxarife Diogo Martins, e João Martins, abbade de S. Lourenço de Riba de Selho.

CCXLIV

29 de julho de 1430

Emprazamento, em tres vidas, de umas casas sitas a par de S. Paio conjuntas com a albergaria da confraria do Serviço de Santa Maria, feito por esta confraria a Alvaro Gonçalves, çapateiro, e mulher Leonor Gil, com o foro de 1 maravidi.

Escrito na *Clasta* de Santa Maria pelo tabellião Vasco Affonso.

CCXLV

18 de agosto de 1430

Doação das casas, que chamam Torneiro, e dos campos de Lamas, sitos na freguesia de S. Pedro de Escudeiros, e da vinha da bouça da devesa com seu campo na freguesia de S. Vicente de Penço, feita ao cabido de Guimarães (sendo thesoureiro Pedro Annes, e conegos Gervaz Gonçalves, abbade de S. Gens de Montelongo; João Gonçalves, abbade de Cerzedo; Affonso Rodrigues, abbade de S. Martinho de Candoso); por João da Porta e mulher Maria Lourenço, da dita freguesia de Escudeiros, com obrigação de uma missa officiada annualmente na sexta feira anterior ao dia de Natal.

Escrito em Guimarães pelo tabellião Alvaro Annes, sendo uma das testemunhas um criado de João Fogaça, cavalleiro.

CCXLVI

12 de outubro de 1430

Sub-emprazamento, em tres vidas, do casal de Ansede, sito no Couto de Moreira, feito por Gil Lourenço, cavalleiro, alcaide de Miranda, e mulher Joanna Gonçalves, que o possuiam por prazo do cabido de Guimarães, a Gonçalo Lourenço e mulher Maria Pires, com a renda annual de 13 1/2 teigas de pão meado, marrã, regueifas, cabaça de vinho, uma duzia de colmo, 5 homens para cavar, 7 homens com bois, um par de gallinhas.

Escrito no dito Couto nas casas dos referidos emphyteutas, pelo tabellião de Guimarães João Vasques, vassallo de el-rei.

CCXLVII

12 de outubro de 1430

Sub-emprazamento, em tres vidas, do casal da Carreira, sito no Couto de Moreira, feito pelos emphyteutas referidos no numero antecedente a Fernando Affonso e mulher Domingas Domingues, com a renda annual de 12 maravidis da moeda antiga, geira cada doma, marrã, regueifas, cabaça de vinho, 4 homens para cavar, 2 homens com bois.

Escrito no mesmo logar do antecedente e pelo mesmo tabellião, sendo uma das testemunhas Fernando Ayres, sobrinho do dito Gil Lourenço.

CCXLVIII

12 de outubro de 1430

Sub-emprazamento, em tres vidas, do casal do Outeiro, sito no Couto de Moreira, feito pelos mesmos emphyteutas referidos no numero an-

tecedente a Affonso Domingues e mulher Margarida Domingues, com a renda annual de 13 maravidis da moeda antiga, geira cada doma, 4 homens, 2 com bois, marrã, regueifas, cabaça de vinho, e com reserva para os sub-emprazantes de 4 soldos que adquiriram no mesmo casal dos filhos de Martim Annes.

Escrito no mesmo logar referido e pelo mesmo tabellião.

CCXLIX

29 de junho de 1431

Doação do direito, que tinha no moinho da Bouça, sito em Riba de Selho, freguesia de Santa Maria de Silvares, feita por Constança Annes, viuva de João Garcia, mestre de obras, ou da obra, a Lopo Martins, alfaiate, e mulher Maria Gonçalves, sobrinha da doadora.

Escrito em Guimarães, nas casas da morada da doadora, pelo tabellião João Vasques, sendo testemunhas, entre outros, dois *custureiros* de Affonso Gil, alfaiate.

CCL

15 de janeiro de 1452

Sentença proferida em Braga por Gil Affonso Leitão, arcediago do Couto, por João Fernandes, bacharel em degredos e conego de Braga, e por Fernando Affonso, bacharel em leis, vigarios geraes do arcebispo D. Fernando, julgando que o prior do Convento de S. Torquato tinham direito a receber annualmente 40 soldos por umas herdades sitas na freguesia de S. Romão de Sisto.

Conserva pendente o sêllo da côrte da igreja de Braga, um baixo relevo verde, redondo, em cera branca, tendo no centro a imagem da Virgem sentada com o Menino no regaço.

Na orla: + SELLO..... Braga.

É o que julgo ler.

CCLI

8 de fevereiro de 1432

Posse da igreja de S. Cosmade da Lobeira, vaga pela transferencia para outra de João Annes Albernaz, tomada pelo prior de S. Torquato Alvaro Martins, em virtude da sentença de annexação de 24 de abril de 1425 (doc. n.º CCXXIV), estando presente Bernaldo Annes, conego de S. Torquato e capellão da dita igreja, que se empossou dos objectos a ella pertencentes, a saber: um livro de missas de festas, um dito de baptisar e encommendar, duas vestimentas velhas rotas,

um calix de estanho, um thuribulo de arame, dois pichos de estanho, uma cruz de pau coberta de *lemogenes,* uma caldeirinha de cobre de benzer a agua, uma cuba de 7 palmos de ter vinho, duas de pão velhas, outra de ... moio velha, uma arca velha sem cobertoira, outra cuba velha.

O instrumento foi lavrado pelo tabellião de Guimarães João Annes.

CCLII

28 de abril de 1432

Doação do casal de Riba, sito na freguesia de S. João de Semelhe, couto de Braga, feita ao cabido de Guimarães por Vasco Gonçalves, dito Meyrim, e mulher Joana Domingues, por serviço de Deus e da imagem de Santa Maria da Oliveira, com obrigação annual de anniversarias rezadas e uma missa.

Escrito no dito casal pelo notario apostolico Pero Lourenço, conego de Braga.

CCLIII

19 de agosto de 1433

Carta de confirmação e instituição canonica, dada no mosteiro de Mancellos pelo arcebispo D. Fernando, de João Annes, clerigo de missa, como capellão perpetuo da igreja de Santo Estevam de Urgezes, assinando-lhe para seu salario e sustentamento 40 libras da moeda antiga, que o cabido de Guimarães, apresentante, lhe pagaria, e o pé de altar.

O arcebispo conferiu-lhe a collação «nom embargante a constituiçom da nossa egreja de Braga na quall se contem que nenhum nom possa seer provido das egrejas parochiaes ou capellas senom aquelle que souber leer e cantar e entender ao menos quanto ao pee da lettra pera elle poder teer e receber licitamente a dita egreja ou capella nom embargante a dita constituiçom como dito he porque nós achamos o dito Johane Annes por delligente inquiriçom elle seer de honesta e laudavil conversaçom e boa fama e assaz bem responder dos sacramentos ecclesiasticos».

CCLIV

28 de dezembro de 1434

Carta de el-rei D. Duarte confirmando ao abbade de Tollões todas as graças e privilegios, que lhe tinham sido concedidas pelos seus antecessores.

Dada em Santarem por Affonso Geraldes e Luis Martins, vassallos de el-rei e do seu desembargo.

Conserva pendente o sêllo real em cera, mas já partido.

CCLV

9 de março de 1435

Posse de metade de uma casa sita na rua da Enfesta em virtude da sentença proferida a 7 do mesmo mês, no Paço do concelho, pelo juiz ordinario de Guimarães, Pedro Alvares, mercador, a qual foi tomada pelo procurador dos clerigos coreiros João Martins, abbade de S. Lourenço de Riba de Selho.

Esta casa foi legada aos referidos clerigos pela clausula testamentaria de Fernando Affonso, abbade de S. Lourenço de Calvos, com obrigação de uma vigilia e missa por sua alma e de sua mãe e irmã.

Escrito pelo tabellião Pero Annes.

CCLVI

16 de novembro de 1436

Nota de emprazamento, em tres vidas, do casal do Outeiro, freguesia de S. Torquato, que se obriga a fazer na fórma legal, pela côrte de Braga, o prior do mosteiro de *S. Torcade,* Alvaro Martins, a Affonso Gonçalves e mulher Catalina Gonçalves, com o foro de 5 maravidis da moeda antiga, pagos a 700 por um como agora el-rei manda; 5 homens para cavar no dito mosteiro, em cima de fevereiro ou á entrada de março; o dizimo do que Deus der; um carneiro ou uma marrã, á escolha do prior; e obrigação de ir ao prado tirar a agua como é de costume.

Escrito em Guimarães pelo tabellião João Annes.

CCLVII

? de março de 1437

Emprazamento, em tres vidas, de uma vinha com suas divesas, sita no logar de Aldeia, termo de Guimarães, feito pela confraria do Serviço de Santa Maria com o foro de 3 maravidis.

Escrito na crasta de Santa Maria, na capella de Alvaro Gonçalves de Freitas, pelo tabellião Vasco Annes.

CCLVIII

31 de janeiro de 1438

Confirmação e instituição canonica de João Vicente, conego de Guimarães, em uma ração da igreja de S. Gens de Montelongo, vaga por morte de Martim Esteves, conferida por Affonso André, conego de Guimarães e abbade da referida igreja.

O collator, sentado junto dos paços do Conde D. Affonso, impôs o barrete sobre a cabeça do raçoeiro, que estava ajoelhado ante elle.

Escrito pelo tabellião João Annes, sendo uma das testemunhas Gonçalo Martins, escudeiro de Martim Vasques da Cunha.

CCLIX

25 de maio de 1439

Emprazamento, em tres vidas, de uma casa sita a cêrca da porta da villa, que chamam de Val de Donas, feito pelos clerigos do côro, sendo prioste Vasco Affonso, a Vasco Annes, pregoeiro da villa, com o foro de 2 maravidis da moeda antiga, pagos a 700 por um.

Escrito pelo tabellião João Annes.

CCLX

9 de janeiro 1440

Emprazamento, em tres vidas, do casal de Aldão, feito pelo cabido, sendo chantre Pedro Affonso, a Alvaro Annes e mulher Leonor Fernandes, com a renda de 5 maravidis de moeda antiga, a 700 por um.

Escrito no côro pelo tabellião João Annes, sendo uma das testemunhas João Martins, abbade de S. Lourenço de Riba de Selho.

CCLXI

10 de janeiro de 1440

Doação de metade de umas casas, sitas na rua Nova do Muro, feita por Domingos Gonçalves, sapateiro, á confraria do Serviço de Santa Maria, com obrigação de o admittir por confrade e de celebrar, por sua morte, uma missa annual por sua alma.

Escrito na capella de S. Brás, onde se dizem as missas da confraria, pelo tabellião Rodrigo Annes.

CCLXII

10 de fevereiro de 1440

Emprazamento perpetuo do terço de uma casa, sita dentro da cêrca velha do Castello na rua direita, feito pela confraria do Serviço de

Santa Maria a Affonso Lourenço, prior do mosteiro de Souto, e ao seu convento, com o foro de 20 soldos.

Escrito na crasta de Santa Maria, a par da capella de S. Brás, onde se dizem as missas da confraria, pelo tabellião Rodrigo Annes, sendo uma das testemunhas o confrade Affonso Vasques Peixoto.

CCLXIII

10 de fevereiro de 1440

Posse de metade das casas da rua Nova do Muro, em que mora Gonçalo Annes, pintor, doadas á confraria do Serviço pelo documento n.º CCLXI.

Escrito pelo tabellião Rodrigo Annes, criado da Rainha.

CCLXIV

14 de março de 1442

Sentença proferida no paço do concelho por Affonso Vasques Peixoto, vassallo de el-rei e juiz de Guimarães, lavrada pelo tabellião Fernando Affonso, sendo testemunhas os tabelliães João Vasques, Vasco Annes, Luiz de Amaral, Nuno de Avis, Affonso Pires e João Affonso, e o juiz dos reguengos Vasco Martins, julgando deserto o aggravo interposto pelos reus contra a sentença proferida a 29 de novembro de 1441 pelo juiz de Guimarães Pedro Alvares, mercador.

A acção foi intentada a 22 de novembro do mesmo anno perante Lopo de Castro, vassallo de el-rei e juiz de Guimarães, por Alvaro Martins, prior do mosteiro de S. Torquato, contra diversos lavradores que, fazendo moinhos e presas, impediam a correnteza da agua da foz de Rial e de Requeixo no rio de Selho para as terras do mosteiro. O prior apresentou em publica forma os seguintes documentos:

1.º Sentença proferida em Guimarães, a 16 de julho da era de 1441 (Ch. 1403), por Payo Rodrigues, vassallo de el-rei e juiz de Guimarães, em acção intentada por Affonso Martins, prior crasteiro, por então não haver prior maior, mantendo a este e ao mosteiro o direito e posse da referida agua.

2.º Sentença proferida em Guimarães, a 20 de janeiro da era de 1450 (Ch. 1412), por Gil Domingues e Alvaro Annes, juizes de Guimarães, mandando cumprir a sentença antecedente.

3.º Sentença proferida no paço do concelho, a 29 de julho da era de 1451 (Ch. 1413), por Alvaro Annes, inquiridor e ouvidor em lugar de Diogo Martins, almoxarife de el-rei em Guimarães, julgando que

Affonso da Batoca regue as suas propriedades reguengas, sem embargo do prior de S. Torquato, mas não faça presas, nem as ajude a fazer, no rio de Selho, desde o moinho de Vasco de Figueiras até a veiga de Freitas, e fazendo-as, ou qualquer outro, o prior as poderia desfazer.

A sentença, proferida a 29 de novembro de 1441, manda cumprir e guardar esta ultima.

No verso: Sentença proferida no paço do concelho a 4 de julho de 1492 por Alvaro Pinto, escudeiro fidalgo e juiz de Guimarães, isentando da multa em que incorrera Pero Gonçalves, de Reboredo, por impedir a correnteza da mesma agua, porque provou não ter conhecimento d'esta sentença.

CCLXV

13 de dezembro de 1443

Posse de umas casas, sitas na rua Çapateira, que tomaram os clerigos do côro, representados pelo prioste João Affonso e pelo seu procurador João Martins, abbade de S. Lourenço, em virtude da *dimição e encampamento* que d'ellas lhes fez Joanna Annes.

Escrito por João Annes, tabellião por el-rei em Guimarães.

CCLXVI

1 de dezembro de 1445

Emprazamento de herdade, sita na freguesia de S. Romão de *Meigomfrio,* feito por Luiz Alvares e mulher a Vasco Lourenço e mulher Constança Gil, com o foro de 40 soldos da moeda antiga.

Escrito, em Guimarães, pelo tabellião João de Sousa.

Falta a primeira parte do documento, que foi cortada.

CCLXVII

18 de outubro de ...

Sentença proferida por Luiz Alvares e Lopo de Castro, vassallos de el-rei e juizes de Guimarães, mandando dar traslado das clausulas testamentarias de Pero Vasques, que foi casado com Maria Affonso, já finada, a requerimento da confraria do Serviço, que antigamente se chamava dos tabelliães, pelas quaes elle deixara 3 maravidis impostos em casas da rua de Santa Maria.

Oppunha-se a este requerimento o tutor dos filhos menores do fallecido, Gil, Inês e Fernando.

O documento não tem a indicação do anno em que foi lavrado por Rodrigo Annes, criado da Rainha e tabellião de el-rei em Guimarães; mas, pelo que se lê no doc. CCLXIX, foi escrito antes de 1446.

CCLXVIII

23 de maio de 1446

Emprazamento, em uma vida, do Couto de Moreira, feito pelo cabido, a que pertenciam Diogo Affonso, thesoureiro, João de Resende, mestre-escola, e Lopo Affonso, abbade de Brito, a Diogo Affonso Malheiro, contador de el-rei nos almoxarifados de Guimarães e de Ponte de Lima, com a renda annual de 250 libras de moeda antiga.

Escrito no côro da Collegiada pelo tabellião João Vasques, escudeiro, vassallo de el-rei, sendo uma das testemunhas o senhor Ruy da Cunha, prior da igreja de Santa Maria.

CCLXIX

16 de junho de 1446

Traslado das clausulas testamentarias de Rodrigo Annes, tabellião, pelas quaes deixa todos os seus bens á confraria do Serviço de Santa Maria, com reserva do usufruto para a mulher e irmãos d'elle, com obrigação de dez missas resadas e uma officiada annualmente.

Passado pelo tabellião João Annes, por mandado do juiz ordinario de Guimarães Lopo de Castro, vassallo de el-rei, que era casado com Constança Martins, mulher que fôra do dito Rodrigo Annes.

CCLXX

15 de junho de 1447 (?)

Emprazamento, em tres vidas, de umas casas, sitas na rua Nova do Muro, feito pela confraria do Serviço, de que é confrade Diogo Martins, almoxarife de Guimarães, a Vasco Martins, ferreiro, e mulher Branca Affonso.

Escrito na capella de Alvaro Gonçalves de Freitas, pelo tabellião Affonso Pires.

CCLXXI

15 de setembro de 1447

Alvará do Infante D. Pedro, curador e regedor do reino, dado em Cintra, dirigido aos juizes, vereadores e homens bons de Guima-

rães, em virtude de aggravo do prior e cabido por se haver lançado 4 reis aos seus caseiros e lavradores para pagamento dos salarios aos procuradores das ultimas côrtes, mandando guardar os privilegios da Collegiada, que a isentam de contribuir para as fintas, talhas e pedidos.

No verso: Apresentação d'este alvará á camara de Guimarães, estando presentes o juiz Pero Alvares, os vereadores Lopo Machado, João de Evora e João de Monte-Rey, o procurador do concelho Alvaro Vasques, feita pelo prior Ruy da Cunha a 20 de outubro do mesmo anno, de que se lavrou instrumento pelo escrivão da camara João Vasques, sendo uma das testemunhas Gonçalo Peixoto, irmão do commendador da Faya.

CCLXXII

15 de agosto de 1448

Emprazamento de um chão, sito na rua Çapateira, feito pela confraria do Serviço de Santa Maria a Alvaro Gomes, sapateiro.

Escrito na capella de Alvaro Gonçalves de Freitas pelo tabellião João de Sousa, sendo uma das testemunhas Gonçalo Rodrigues de Barros, tabellião.

CCLXXIII

20 de agosto de 1448

Sentença proferida no paço do concelho pelo juiz ordinario de Guimarães João Pires, mercador, á cêrca do foro annual que devia pagar aos clerigos do côro o possuidor de umas casas sitas á esquina da rua Çapateira, que tinham sido emprazadas, sendo pardieiro, em 1 de abril da era de 1424 (Ch. 1386) por um instrumento lavrado pelo tabellião Affonso Fernandes, no qual se diz que ellas confrontavam com casas de Gonçalo Domingues, que foi almoxarife.

Escrito pelo tabellião João Vasques.

CCLXXIV

29 de março de 1449

Posse da terça parte de umas casas, sitas na Judaria, nas quaes moravam os judeus Salomom Querido e David Alles, tomada pela confraria do Serviço de Santa Maria, á qual foram doadas neste dia por Lopo Affonso, vassallo de el-Rei, escrivão das sisas em Guimarães, como testamenteiro de Constança Annes, viuva de João Garcia, mestre de pedraria, com obrigação de uma missa officiada por alma d'esta e do testamenteiro e de sua mulher Catalinha Palos.

Escrito pelo tabellião João de Sousa.

CCLXXV

30 de junho de 1449

Traslado da seguinte clausula testamentaria de Alvaro Gonçalves de Freitas, vedor da fazenda de el-Rei, cujo testamento estava em poder de João Gonçalves Vieira, morador em Guimarães:

«Rogo a Diego Martinz a quem dou carrego de faser a capella de Sam Braas que a nom faça baixa e se guarde das janellas descontra o vandavall e que faça faser hy hum boo altar e pintar toda a parede do altar he poer hy huma Jmagem de Sam Braas e outra de Santa Maria e que ponham hy hum qualez de prata de hum marco e meo e humas galhetas com as minhas vestimentas e que se ponham em huma arca fechada pera quantarem com ellas nos sabados e nas missas do Syrviço de Santa Maria e nas missas que se disem por minha alma e da dita Beringeira Gil e que quatem boos pedreiros e boo pyntor que saibam bem obraar todo que se nom perca o que se hy despender».

Passado, a requerimento do mordomo da confraria, por mandado de Estevam Rodrigues, vassallo de el-Rei e juiz ordinario da villa de Guimarães, no paço do concelho, por Vasco Affonso, vassallo de el-Rei e seu tabellião na dita villa.

CCLXXVI

24 de janeiro de 1450

Composição sobre a renda de 16 libras, que foram deixadas á confraria do Serviço de Santa Maria por Pallos Domingues, feita entre esta e Leonor Gonçalves, ficando propriedade da confraria o casal de Ferreiros, sito na freguesia de Polvoreira.

Um dos confrades da confraria era João Estevez de Ponte, almoxarife de Guimarães.

Escrito na crasta de Santa Maria, á entrada da capella de Alvaro Gonçalves de Freitas, por João de Sousa, «publico tabellião por o snr. Duque de Bragança do paço na dita villa».

CCLXXVII

11 de julho de 1450

Emprazamento, em tres vidas, do casal de Ferreiros, sito na freguesia de Polvoreira, feito pela confraria do Serviço de Santa Maria a Pedro Annes, lavrador, e mulher Senhorinha Affonso, moradores no logar do Telhado da mesma freguesia, com o foro de 44 e meia

libras da moeda antiga, de 700 por uma, e mais dois alqueires de pão pagos a el-Rei.

Escrito na praça da villa de Guimarães por Gonçalo Rodrigues, tabellião do paço da mesma villa pelo Sr. Duque de Bragança, sendo uma das testemunhas um conego de Santa Maria de Oliveira.

CCLXXVIII

22 de setembro de 1450

Traslado do emprazamento, em tres vidas, de tres leiras, que foram vinhas e ora jazem em monte, sitas atrás o castello no logo que chamam Golpilhaes, feito pela confraria do Serviço de Santa Maria, sendo juiz Diogo Pires, almoxarife de Guimarães, a Gonçalo Affonso, ferreiro, e mulher Caterina Estevez, com o foro de 20 soldos.

Escrito o emprazamento na capella de Alvaro Gonçalves de Freitas, onde se dizem as missas da confraria, pelo tabellião João Vasques, escudeiro.

CCLXXIX

30 de setembro de 1450

Ratificação de doação de um maravidil, feita por Senhorinha Paes, moradora na rua de Gatos, á confraria do Serviço de Santa Maria, com obrigação de uma missa annual.

Escrito pelo tabellião Gonçalo Rodrigues.

CCLXXX

2 de outubro de 1450

Acordão tomado pelo prior D. Affonso Gomes de Lemos e Cabido, sendo chantre Pedro Affonso e thesoureiro Affonso Pires, pelo qual, attendendo ao desfalque das rendas, se resolveu conceder sepultura no corpo da igreja e capellas, principal e collateraes, a quaesquer pessoas que julgassem dignas d'isso e se estas por esta concessão dotassem a igreja de ornamentos, privilegios, honras, liberdades, terras, herdamentos, censos, anniversarios ou outras quaesquer rendas perpetuas, as quaes seriam repartidas igualmente entre o prior e cabido. Foram exceptuados d'este encargo os conegos, que teriam livremente sepultura no logar por elles assinado, entre os altares da Trindade e do Santo Conde, infra cancellos trás de Santa Maria do Parto.

Escrito pelo tabellião João Vasques, escudeiro, criado do Duque de Bragança e Conde de Barcellos.

(*Continúa*).

O abbade J. G. de Oliveira Guimarães.

Miscellanea

I

Noticias varias

1. O inventario dos bens nacionaes

«Existe na bibliotheca da Universidade de Coimbra um pequeno volume lindamente calligraphado em pergaminho, com letras capitaes realçadas de ouro e adornado primitivamente de 14 estampas em folha solta, outras tantas miniaturas ou quadrinhos sacros, devidos ao pincel subtil de um pintor anonymo. São umas *Horas de Nossa Senhora,* um d'esses preciosos devocionarios que faziam o encanto espiritual das damas galantes e religiosas dos seculos medievaes e ainda dos primeiros annos depois da invenção de Fausto e Guttenberg.

Mão profana cortou vandalicamente oito d'essas estampas, com intuito por certo ganancioso. De quatro d'ellas sabia-se a existencia em posse de particulares, e á custa de laboriosa campanha e até de sacrificios conseguiu o illustre director d'aquella bibliotheca que as pombas extraviadas voltassem ao ninho materno, d'onde nunca deveriam ter saido.

As vicissitudes d'este episodio acham-se delicadamente narradas, para não ferir susceptibilidades pessoaes, num dos ultimos numeros do *Archivo Bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra.* Ahi se fazem, com o mais levantado patriotismo, com o mais puro amor pela sciencia, pela arte e pela litteratura, judiciosas considerações sobre a necessidade de inventariar methodicamente e com o mais criterioso escrupulo os objectos dignos de apreço que existem no nosso país e que devem ser transmittidos á posteridade, com piedoso respeito, como thesouro inviolavel, que, longe de ser defraudado, se deve ir aumentando de dia para dia.

Estamos de perfeito accordo com estas ideias e gostosamente as reforçaremos, sentindo não ter mais autoridade para fazer com ella pender o prato da balança em favor de uma questão tão momentosa.

Em todos os paises cultos se tem comprehendido e considerado como principio axiomatico que o meio mais efficaz de occorrer á perda, ruina e extravio dos objectos preciosos, de caracter mais ou menos monumental, é proceder ao seu cadastro, já por meio das estações officiaes, já por meio das corporações de qualquer natureza, seculares e religiosas.

Em França deu-se começo a um trabalho d'esta ordem no anno de 1878, em que se publicou o 1.º volume com o titulo de *Inventaire général des richesses d'art de la France*. O ultimo, isto é, o 16.º da serie, sendo o 3.º dos monumentos religiosos, saiu em 1901.

Não só debaixo do ponto de vista artistico e archeologico, mas tambem debaixo do comesinho ponto de vista economico e regulamentar, a feitura e generalização d'estes inventarios torna-se urgente, imprescindivel, inadiavel. Sabemos de algumas repartições onde se não faz registo dos objectos entrados, de modo que é difficil, senão impossivel, exercer-se rigorosa fiscalização. O que vale é que a honradez proverbial dos seus directores tem obstado, senão em absoluto, pelo menos quanto possivel, a que haja depredações e extravios de maior vulto.

Na Academia de Bellas Artes e no museu respectivo por muito tempo se deixaram de inventariar os objectos entrados, de sorte que é hoje muito difficultoso catalogá-los, indicando a sua procedencia.

Se o desleixo e a incuria reinam em grande parte, é gostoso confessar que não faltam louvaveis excepções á regra, e neste caso está o archivo do Tribunal de Contas, que nos dizem ser um perfeito modelo.

Oxalá que as demais repartições o imitassem!

É sabido que quasi todos os ministerios publicam obras por conta propria ou adquirem exemplares de edições estranhas. Essas obras parece que não são arrecadadas nem distribuidas conscienciosamente. Ao passo que se contempla o primeiro adventicio que as solicita, deixam de ser enviadas para os estabelecimentos de ensino a cargo do Estado. Vão, por exemplo, á Torre do Tombo e, vejam quantas obras existem lá de semelhante procedencia official! Em compensação apparecem nos alfarrabistas e nas tendas.

Á Imprensa Nacional foi parar esporadicamente, não sabemos a que titulo, e sob que pretexto, o livro das *Horas* da rainha D. Leonor, procedente, se não estamos em erro, do extincto mosteiro da Madre de Deus. Este precioso manuscrito, de grande originalidade e de execução primorosa, é dos mais notaveis que possuimos, e devera ser recolhido, junto dos seus congeneres, ou na Torre do Tombo, ou na Bibliotheca Nacional. Ali é que é o seu logar proprio.

Para se mostrar quanto certos archivos estão longe de corresponder ao seu fim, citaremos as fadigas e diligencias, tantas vezes infrutuosas, que teem custado ao illustre engenheiro Sr. Adolfo Loureiro o colleccionar plantas e outros elementos, aliás modernos e contemporaneos, para a elaboração da sua monumental memoria descritiva dos nossos portos maritimos, sobretudo o de Lisboa.

Por todos os factos que vamos apontando, pelas breves considerações que nos suggeriram e que poderiamos ampliar indefinidamente, vê-se de relance, e sem grande esforço, qual é a vantagem e a conveniencia do Governo realizar desde já algumas medidas que ponham termo ao estado de desordem que domina em alguns estabelecimentos, reservando-se para apresentar ás Côrtes uma lei que resolva definitivamente o problema, satisfazendo as aspirações de todos os que desejam e fazem votos pela integridade do patrimonio nacional».

(Do *Diario de Noticias*, de 31 de Julho de 1906).

2. Os manuscritos da Real Biblioteca da Ajuda

«A Biblioteca Real da Ajuda é uma das nossas bibliotecas que possuem maior somma de manuscritos, alguns dos quaes de singular importancia, já sob o aspecto litterario e historico, já sob o aspecto artistico.

Os que se interessam pelo desenvolvimento intellectual do nosso país lastimavam que essas preciosas collecções não estivessem devidamente catalogadas de maneira que satisfizessem de pronto sobre qualquer assunto a curiosidade dos estudiosos, quer nacionaes quer estrangeiros, sendo indubitavel, como é, que a Biblioteca Real da Ajuda goza de merecida fama, como repositorio bibliographico, tanto em Portugal como lá fóra.

A lacuna, porém, vae brevemente ser preenchida, porquanto a organização do catalogo em bases scientificas está incumbida a uma pessoa competentissima, com larga erudição e conhecimentos de linguas, a qual, desde outubro a esta parte, não tem descansado da sua ardua missão, espinhosa sobretudo pelos escassos subsidios de consulta e de confronto que existe no nosso país para semelhantes estudos.

Actualmente já se acham inventariados quatro mil numeros, que comprehendem os manuscritos autonomos e os volumes que contém diversas peças, algumas d'ellas de pequenas dimensões. Todas são descritas por fórma que se fica sabendo a materia exacta do seu conteudo.

Estas descrições referem-se não só á parte intrinseca da obra, mas aos seus caracteres extrinsecos, ou parte material propriamente dita. Assim se mencionam: a materia prima, pergaminho ou papel e neste ultimo caso a marca de agua, o formato com a medida das linhas; se o manuscrito é original ou copia; quem o executou calligraphica ou artisticamente; descrição dos desenhos e miniaturas; o mesmo com respeito ás encadernações ou outra circunstancia congenere, indicação

dos ex-libris e lista chronologica das livrarias e pessoas a que a obra pertenceu, etc.

Por esta breve resenha se ficará fazendo ideia aproximada da perfeição bibliographica do catalogo, que, oxalá, se conclua o mais breve possivel, sendo depois divulgado pela imprensa, para que os seus resultados beneficos mais facilmente sejam attingidos por todos os que mourejam neste campo das letras.

Sua Majestade o Sr. D. Carlos, por indicação do Sr. Ramalho Ortigão, foi quem ordenou que se procedesse, ainda que dispendiosamente, a este util e proficientissimo trabalho, que El-Rei vae seguindo com o maximo interesse.

Tem sido postas em evidencia muitas obras de alto merecimento, que jaziam ignoradas ou esquecidas. Entre ellas citaremos uma traducção hespanhola da Biblia, feita no sec. XV para uso dos Judeus.

É com prazer que registamos estes pormenores, esperançados de dar noticia, em não longinquo prazo, de se haver ultimado, com extraordinario proveito e não pequena gloria para o seu autor, a empresa que lhe foi incumbida e que muito realçará o seu nome, que por agora, para não offendermos a sua modestia, nos vemos obrigados a omittir».

(Do *Diario de Noticias*, de 1 de Agosto de 1906).

3. Portugal e a Catalunha (Escolas de pintura)

«*Meu caro Dr. Alfredo da Cunha.*—Num artigo intitulado «Portugal e a Catalunha», accentuava ha dias o seu excellente jornal, a proposito da criação, em Barcelona, de duas cadeiras para o estudo da lingua, da litteratura e da historia do nosso país, que, já pelas tradições historicas, já pela affinidade de ideias e de tendencias, a Catalunha é, para nós, uma das regiões mais sympathicas de Hespanha.

A leitura d'esse artigo suggeriu-me o pensamento de divulgar um facto revelado pelo erudito escritor hespanhol Sanpere y Miquel, num livro recentissimo, *Los cuatrocentistas Catalanes*, facto que, sendo do mais alto interesse sob o ponto de vista da génese da nossa antiga escola de pintura, constitue, ao mesmo tempo, mais uma prova das relações que outr'ora ligaram o extremo-occidente e o extremo-oriente da Peninsula.

Refiro-me á presença, documentalmente provada, dos pintores portugueses Vasco Fernandes e João Paiva em Tortosa e Barcelona, respectivamente, em 1459.

Este Vasco Fernandes não é, decerto, o autor do famoso *S. Pedro*, da Sé de Viseu, o artista visiense que uma escritura descoberta e im-

pressa pelo Sr. General Brito Rebello nos apresenta em Lisboa, na officina do pintor Jorge Affonso, em 1515, e que, segundo documentos publicados pelo Sr. Dr. Maximiano de Aragão, foi, desde 1512 até 1541, emphyteuta de uma casa em Viseu, sendo já fallecido em 13 de setembro de 1543.

Será, porém, o Vasco, «illuminador» da côrte de D. Affonso V, a quem se refere um documento, muitas vezes citado, de 1455? Pendo a crer que não.

Seja como for, é inquestionavel que, perante o facto apontado pelo sr. Sanpere y Miquel, corre-nos o dever de estudar com attenção os «primitivos» catalães, e determinar a influencia que acaso tenham exercido na formação da nossa antiga escola de pintura, até agora exclusivamente filiada pela critica na arte flamenga.

Mais uma vez se prova a impossibilidade de estudar a nossa arte sem estudar simultaneamente a arte hespanhola, e mais uma vez fica evidenciada a necessidade de reunir numa exposição os numerosos quadros anteriores á influencia da Renascença italiana que se encontrem no país,—a exemplo da exposição dos «primitivos» flamengos realizada em Bruges em 1902; da exposição de arte antiga nesse mesmo anno organizada pela commissão municipal de bellas-artes de Barcelona, e que determinou a elaboração do bello estudo do Sr. Sanpere y Miquel; da exposição simultaneamente effectuada no Louvre e na Bibliotheca Nacional de Paris em 1904, e que teve por objecto a arte francesa durante o governo dos principes da casa de Valois (1328–1589); etc.

Já em 1895 ou 1896 propus á grande commissão do centenario da India, de que tive a honra de fazer parte, que, por occasião das festas, se levasse a effeito em Lisboa uma exposição que permittisse o estudo da nossa antiga pintura—a determinação das influencias que nella actuaram, a evidenciação do que nella haja de typico e original, a formação de grupos ou series, e, tanto quanto possivel, attribuições seguras, pelo estudo conjugado de fontes pictorias e fontes documentaes.—D. José Pessanha».

(Do *Diario de Noticias*, de 16 de Agosto de 1906).

4. Movimento artistico

«Quando ha pouco se inaugurou no Porto uma exposição commemorativa do centenario do eminente pintor *Vieira Portuense*, assim cognominado para se distinguir de outro artista que o precedêra, o não menos afamado *Vieira Lusitano*, pronunciaram-se diversos discursos, em que se accentuou mais uma vez a nota deprimente da nossa deca-

dencia artistica, e se accusaram os nossos governos de terem deixado ao abandono as cousas das bellas-artes, e não terem protegido convenientemente os seus cultores.

Esta critica, em absoluto, é injusta, porque é menos verdadeira. Não pretendemos absolver e muito menos fazer a apologia da acção governativa; desejamos apenas evidenciar que os factos não corroboram a censura, mórmente quando esta se manifesta com singular exaggêro.

A prova mais convincente de que o antigo regimen não descurou o ensino e boa pratica do sentimento esthetico, encontra-se ahi a cada passo nos innumeros monumentos de toda a especie que ainda nos restam, e alguns dos quaes fazem a admiração do estrangeiro.

Apesar de mais sujeitos ás diversas causas destruidoras do que a architectura e a escultura, os thesouros da antiga pintura portuguesa ainda são preciosos, sendo bastantes as povoações do reino, do norte ao sul, que se podem orgulhar da posse d'essas inestimaveis joias.

As cathedraes, igrejas e outras corporações de Evora, Setubal, Lisboa, Thomar, Coimbra, Viseu, S. João de Tarouca, Porto, conservam nos seus recintos collecções mais ou menos avultadas, que formam galerias, e podem servir ao mesmo tempo de regalo á vista e de consolo ao espirito, porque são outras tantas paginas historicas e outras tantas miniaturas do livro do bello.

Está hoje provado que no tempo de D. Manoel houve em Lisboa uma importante escola de pintura, ou antes, para melhor dizer, um grande centro de faina artistica, do qual saíam diversos mestres a disseminar-se por outras terras do reino, onde iam exercer mais ou menos temporariamente a sua actividade.

Entre elles conta-se Vasco Fernandes, conhecido vulgarmente por Gran Vasco, o sublime autor do *S. Pedro,* da Sé de Viseu.

O movimento, porém, já vinha de longe. sendo não poucos os artistas que trabalharam no reinado de D. Affonso V e dos quaes chegaram até nós alguns apreciaveis vestigios.

Nos reinados a seguir ao de D. Manoel a corrente não se partiu, embora ficasse estacionaria no periodo filipino até que D. João IV, que prezava sobre tudo a musica, lhe deu novo impulso.

O numero de artistas portugueses que em todos os tempos, por conta do rei ou do governo português, foram estudar lá fóra é bastante avultado, e pena é que se não tenha organizado uma lista, por epocas e por especialidades, pela qual se pudesse formar ideia aproximada da influencia que tem exercido as escolas estranhas sobre os nossos artistas. A Flandres, a Italia, a Hespanha e a França são os paises que elles mais tem frequentado.

Nos tempos modernos os nossos artistas mais em voga tem sido pensionistas do Estado no estrangeiro, e por isso não se póde dizer que á mingua de protecção official é que os seus talentos não se tem expandido, de modo que formem reputações universalmente conhecidas».

(Do *Diario de Noticias*, de 21 de Agosto de 1906).

5. Ceramica Portuguesa

«A ceramica é, sem dúvida, uma das industrias artisticas que mais tem prendido a attenção de quantos se interessam pela arte.

Que em Portugal foi larga e brilhantemente cultivada, provam-no as bellas faianças que na segunda metade do sec. XVIII e nos primeiros annos do seculo passado se fabricaram em Lisboa (Rato, Bica do Sapato, etc.), no Porto, em Coimbra, em Vianna do Castello, em Estremoz, etc., as caracteristicas faianças decorativas das Caldas da Rainha, os formosissimos azulejos, de diversos generos e de differentes epocas, que revestem as paredes de muitas das nossas igrejas, capellas, conventos e palacios, e até de não pequeno numero de modestas residencias.

Nos ultimos annos, tem os productos da ceramica nacional sido collecionados e estudados com certo enthusiasmo, devendo citar-se, como das mais evidentes manifestações d'esse interesse, a exposição levada a effeito, no Porto, em 1882, pela benemerita Sociedade de Instrucção, os eruditos estudos do Sr. Joaquim de Vasconcellos por essa occasião publicados, e a constituição de numerosas colleções particulares, formadas, por vezes, á custa de avultado dispendio.

Faltava, porém, uma historia geral, quanto possivel completa e documentada, da nossa actividade nesse ramo das industrias de arte, e um diccionario de marcas, que servisse de guia ao amador.

Esse trabalho, acaba de realizá-lo um artista distincto, o Sr. José Queiroz, que a elle consagrou, com rara perseverança, mais de dez annos de estudo sobre alguns milhares de peças, umas de collecções officiaes e particulares, outras dispersas, e sobre as fontes documentaes de que pôde haver noticia.

O livro, em que o Sr. Queiroz vae apresentar-nos o resultado das suas longas e trabalhosas investigações, deve ser publicado no proximo inverno. Comprehende um esboço historico da ceramica em Portugal, noticias documentadas acêrca das principaes fabricas, um diccionario de marcas para o qual o autor colligiu mais de 650, quasi todas ineditas, outro dos nossos ceramistas, um estudo sobre o azulejo e outro sobre a escultura ceramica, etc.

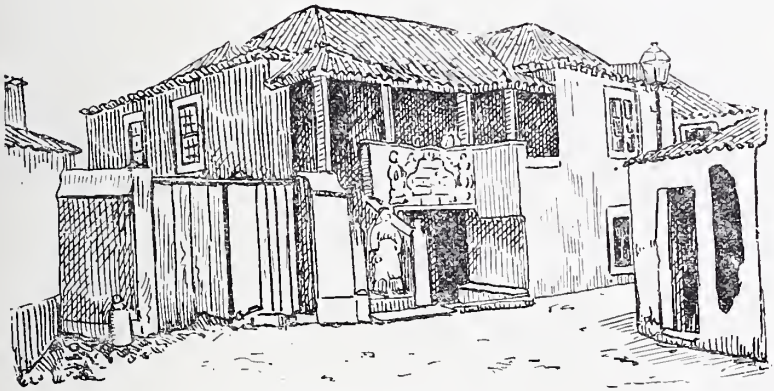
Fórma, ao que nos consta, um bello volume de cêrca de 400 paginas, amplamente illustrado. As gravuras são do *atelier* do Sr. Tho-

más Bordallo Pinheiro, e a parte typographica foi confiada ás officinas do *Annuario Commercial,* de que é proprietario o Sr. Manoel José da Silva, e que, decerto, hão de pôr o mais acurado esmero na execução d'essa obra, destinada, pela sua natureza, a um publico selecto, aqui e no estrangeiro, onde, felizmente, a nossa historia, a nossa litteratura e a nossa arte vão despertando interesse».

(Do *Diario de Noticias,* de 29 de Agosto de 1906).

6. Almoçageme

«Foi neste pittoresco logar, pertencente ao concelho de Cintra, onde, conforme nos noticiou o nosso dedicado correspondente, se realizou no domingo a festa annual a Nossa Senhora das Graças.



Almoçageme — Uma casa antiga

As nossas gravuras representam: uma casa antiga, que achamos curioso publicar, e a outra, o largo principal onde se effectuou o arraial».

(*Diario de Noticias,* de 10 de Outubro de 1906).

Nota. — Fóra dos estudos do Sr. Rocha Peixoto, publicados na *Portugalia,* pouco mais ha sobre as habitações rusticas em Portugal, o que é devido á falta de inclinação d'aquelles a quem mais competia esse trabalho para tudo quanto ha tradicional entre nós. Todavia nós não podemos bem conhecer o desenvolvimento da civilização em Portugal sem irmos ás aldeias mais reconditas do país, para ahi apanharmos em flagrante as manifestações diversas da antiguidade que ainda hoje sobrevivem. Especialmente a habitação offerece-nos com facilidade o automatismo ethnico e os effeitos das conquistas em grau de subida pureza.

Quanto mais subirmos na antiguidade, tanto mais facilmente podemos comprehender os productos modernos que tendem a unificar-se. É o que succede nos individuos que, á medida que vão envelhecendo, vão perdendo cada vez mais a espontaneidade da manifestação dos sentimentos.

7. Um cemiterio?

«Cintra, 13. — Na Praia das Maçãs, na encosta sobranceira á praia, para o lado do nascente, ou seja na margem direita do rio, por virtude de umas escavações que ali se tem feito ha dias, para arrancar *burneira*, — areia petrificada, empregada nas construcções, em substituição do tijolo, — tem apparecido muitas ossadas humanas, que dão ideia de ter sido aquelle local algum cemiterio antiquissimo.

Os trabalhadores empregados naquella exploração, tinham até hontem destruido quatro sepulturas, que são abertas na *burneira*, e de onde extrahiram muitos ossos, alguns dos quaes se desfizeram por completo.

Recommendámos-lhe com empenho, attendendo ao interesse que d'ali poderia vir aos estudiosos, que de futuro se limitassem a descobrir as sepulturas, deixando-as intactas, e as ossadas que contivessem.

Chega-nos a noticia de que estão descobertas nove sepulturas, que só amanhã poderemos examinar, visto que os nossos trabalhos nos não permittiram ir hoje ali.

Trata-se, ao que parece, de um antigo cemiterio. De que epoca? Ninguem nos sabe explicar, pois ninguem conserva memoria de ter havido ali qualquer povoação. O que é certo, porém, é que aquellas sepulturas estão na mesma linha em que se encontram as ruinas romanas no anno passado descobertas proximo de Almoçageme.

A noticia ahi fica para que competentes ali vão ver do que se trata, limitando-nos nós a dar a noticia do que vimos, se por ventura tiverem sido attendidos os nossos conselhos para que não se destrua tudo».

(D-*O Seculo*, de 14 de Outubro de 1906).

8. Apparecimento de ossadas na Praia das Maçãs

«Cintra, 13. — C. — Na Praia das Maçãs, proximo do local *terminus* dos carros electricos, foram abertos uns caboucos para exploração de pedra. Agora appareceram nove sepulturas, e numa d'ellas uma caveira em bom estado de conservação.

O caso produziu bastante sensação, tendo já hoje ido ali grande numero de pessoas examinar estes sepulcros.

Sabemos que o Sr. Visconde de Idanha, digno administrador do concelho, vae ali amanhã, não consentindo que naquellas escavações se façam quaesquer trabalhos que possam destruir ou prejudicar a estructura das mencionadas sepulturas».

(Do *Diario de Noticias*, de 14 de Outubro de 1906).

9. As sepulturas na Praia das Maçãs

«Tem sido grande o numero de pessoas que, attrahidas pela nossa noticia de hontem, foram hoje á praia das Maçãs ver as sepulturas ali descobertas. Infelizmente pouco tem para ver, pois que o espirito destruidor d'aquella gente, e talvez que o desejo ou a esperança de descobrirem alguns objectos de valor, tem destruido os vestigios de todas as sepulturas descobertas, em numero superior a dez. Hoje só uma sepultura existia intacta, mas a sepultura só, porque a ossada foi tirada de lá em grande parte, e o craneo, que ainda estava inteiro, partido de encontro a uma pedra.

As sepulturas, porém, parece prolongarem-se para a estrada, e talvez que fosse possivel alguem ter força naquella gente para conseguir que algumas deixem intactas, a fim de se poder melhor averiguar a epoca a que pertencem.

As sepulturas que hoje ali vimos, e que é, como já dissemos, cavada na *burneira*, não tem dois metros de comprido, e mede só dois palmos de largo. A ossada que ali se encontra apresenta-se completa, tanto quanto o podia estar attendendo á sua antiguidade; estava como todas as que se tem encontrado, com a cabeça para o lado do rio e os pés para o nordeste.

Sobre as covas ha uma camada de terra negra, de pouco mais de um palmo de espessura, e, por sobre esta, areia na altura mais de um metro.

Temos procurado investigar se tem apparecido e sido recolhidos alguns fragmentos de ceramica, armas ou moedas, e tem-nos affirmado que nada tem apparecido.

Nada ha, pois, que nos possa dar a certeza se ali foi cemiterio, e em que epoca, ou se, segundo alguns dizem, serão cadaveres arrojados á praia que ali tinham sido enterrados, o que nos não parece provavel por serem em tão grande numero».

(Do *Diario de Noticias*, de 15 de Outubro de 1906).

10. Descobrimento de seis sepulturas e ossadas

«Covilhã, 13.—C.—Os jornaleiros empregados na plantação do pinhal do Sr. José Maria de Mello, no sitio do Cabeço do Senhor Jesus, acabam de descobrir seis sepulturas e respectivas ossadas, que parecem datar de longa epoca. O chefe da policia foi visitar o local e colher informações, constando que ha ainda mais sepulturas, feitas todas em saibro ou fraga, com vãos para os pés e cabeça, ficando esta in-

variavelmente para o nascente. Vae ser ouvido o sub-delegado de saude e levantado o competente auto».

(D-*O Seculo*, de 15 de Outubro de 1906).

11. Duas inscripções romanas na praia de Santa Cruz

«De Santa Cruz pouco se póde adeantar com respeito á sua origem. Apenas da *Descripção Historica e Economica da Villa e Termo de Torres Vedras* se póde concluir que fôra uma grande povoação no tempo dos romanos. Com o correr dos seculos decaiu da sua grandeza, chegando a ter uns 7 a 8 fogos e uns 28 a 30 moradores, sendo o terreno arido e coberto pela maior parte de areias, que os ventos tem acarretado para terra.

Em 1861 já ali se via maior numero de casas, e de então para cá tem aumentado bastante, sendo aquella a praia predilecta dos moradores da villa e termo de Torres Vedras.

É tradição que fôra parochia de Atouguia.

A attestar a antiguidade de Santa Cruz existem várias sepulturas, de Romanos bem abastados ou illustres, uma das quaes foi levada em tempos para o extincto convento de Penafirme; outra ainda se vê em Santa Cruz, junto ás casas do illustre viticultor torreense Sr. Manoel Francisco da Veiga, e é um caixão de pedra lioz, com seu ornato de relevo dos lados da parte de baixo, e tem numa das cabeceiras um epitaphio que só em setembro de 1858 se descobriu e leu, porque até ahi estavam as letras quasi todas soterradas. Muitas das letras estavam em parte gastas, e em parte quebradas por mão rustica quando para ali a conduziram; mas as que se descobrem são muito bem abertas e com pontuação exacta de pontos.

O que ainda se lê, segundo pessoas competentes, é o seguinte:

«Caio... filho de Quinto... de idade 25 annos, está aqui sepultado. Valerio e Julia... o mandaram fazer. Seja-te a terra leve».

Esta sepultura foi achada nos alicerces da primitiva ermida de Santa Helena, ha 150 annos, a qual se desmoronou por estar já a cair no mar».

(Do *Diario de Noticias*, de 16 de Outubro de 1906).

12. O theatro romano de Lisboa, segundo um antigo viajante sueco

«Com os mais desencontrados sentimentos foi-me dado hoje contemplar um notavel monumento archeologico, que no outomno passado se descobriu casualmente na Rua de S. Mamede.

Tendo previamente tomado as necessarias informações, dirigi-me para esse logar. Chegado a uma das mais altas collinas da cidade,

de onde se goza uma linda vista dos bairros baixos e do rio, desci por um caminho muito sinuoso, entre terrenos estratificados, até que fui dar a uma pequena praça, onde muros de terra limitavam o horizonte por todos os lados.

Columnas abatidas, umas inteiras, outras em pedaços, architraves e capiteis jaziam espalhados aqui e acolá. Era o sitio onde se erguia outr'ora um theatro romano.

No amphitheatro, de marmore de côres, mais ou menos conservado, havia uma inscripção que permittia fazer ascender a sua antiguidade ao anno 57 do nascimento de Christo. Era consagrada a Nero por um sacerdote augustano, chamado Caius Heius Primus, e continha uma enumeração dos titulos adoptados pelo imperador[1]. Sob um silencio de abandono, achava-me pois numa praça onde em tempos remotos, subditos da nação, que era soberana no mundo, se davam reuniões para gozar os bellos prazeres da arte! Mas era apenas a sombra de antigas pompas o que se via nessas ruinas, que, depois de tantos seculos occultas do olhar dos homens, começavam agora a surgir de novo numa luz duvidosa. A adulação em louvor do mais abominavel tyranno da terra, estava ali orgulhosamente perpetuada naquella lisonja lapidar. A inscripção comtudo era mais simples do que muitas outras de seculos posteriores em honra de principes fracos ou tyrannos, e que celebravam virtudes que elles não tinham, em contraste flagrante com os vicios, que formavam o traço principal do seu caracter».

(*Diario de Noticias*, de 29 de Novembro de 1906. Traducção do sueco por Antonio Feijó das *Viagens em Portugal*, 1798–1802, de C. J. Ruders).

Pedro A. de Azevedo.

II

Sepulturas de Alforada

Segundo uma informação do Sr. Cayeux, funccionario do Jardim da Escola Polytechnica, transmittida ao Museu Ethnologico pelo Sr. Paul Choffat, consta que numa propriedade do Sr. Conde da Ervedeira, junto á estrada de Reguengos, perto da Vendinha, monte de Alforada, a exploração de uma pedreira occasionou o acharem-se, ha quatro ou cinco annos, algumas sepulturas formadas por lousas, e com esqueletos dentro. Podem ver-se ainda no logar algumas lousas. Não se encontrou objecto algum. Parece que tambem se encontraram galerias de esqueletos qua se consideram romanos. (1906).

F. A. P.

[1] [Cf. *Corp. Inscr. Lat.*, II, 183].

III

Assinar de cruz

Era costume outr'ora *assinarem de cruz* nos documentos officiaes os individuos que não sabiam escrever. Hoje esse costume está em decadencia, posto que eu o tenho observado bastantes vezes. D'ahi vem o que se lê em Moraes, *Dicc. da Ling. Port.,* s. v.: «*assinar de* »*cruz* dizemos que o faz o membro de alguma corporação, ou contrato, »que por ignorante, ou deferente e subserviente, faz quanto querem »d'elle, e não tem voto seu».

A regra hoje é quem escreve o documento fazer nm traço horizontal entre os dois nomes da pessoa que assina, por ex.: *Manoel — Dias;* e esta depois completar a cruz: *Manoel + Dias.*

Num manuscrito de 1582–1583, muito roto e estragado, pertencente á Misericordia de Guimarães, encontram-se os seguintes sinaes no meio dos nomes de pessoas que não sabiam escrever:

1)

2)

3)

No primeiro exemplo vemos simplesmente cruzes, embora cada uma de sua fórma. No segundo está uma cruz inscrita em um circulo. No terceiro figura um *signum-Salomonis,* que para o povo tem pouco mais ou menos o mesmo valor religioso que a cruz [1].

J. L. de V.

IV

Novo additamento á noticia necrologica do Dr. Teixeira de Aragão

(Vid. *O Arch. Port.,* xi, 253)

Por indicação do Sr. Annibal Fernandes Thomás, encontrei no *Almanach Arsejas* mais os seguintes artigos do Dr. Teixeira de Aragão:

a) *O Diabo e a sua côrte:* Almanach de 1877, p. 49 sqq.;
b) *Typos historicos:* Almanach de 1878, p. 51 sqq.

---

[1] Isto que digo póde tambem verificar-se nos amuletos, onde a cruz alterna com o sino-saimão.

Estes dois artigos foram, como verifiquei, aproveitados depois por Aragão no seu livro *Diabruras, Santidades e Prophecias,* Lisboa 1894, pp. 11 sqq. e 42 sqq, e pp. 133 sqq. e 147 sqq. Tratam de superstições populares, e dos prophetas do sec. XVI, Bandarra e Simão Gomes.

J. L. de V.

Acquisições do Museu Ethnologico Português

Fevereiro de 1906

O Sr. **Pedro Ferreira** offereceu vinte e tres moedas indo-portuguesas e um *pataco* de louça.

A Sr.ª D. **Maria Guilhermina de Jesus** offereceu nove moedas bysantinas, de cobre.

O Sr. **Pedro de Azevedo** offereceu dois machados de pedra da freguesia de Lousa, concelho de Loures, e outro da freguesia de S. Mamede da Ventosa, concelho de Torres Vedras.

O Sr. **J. Gualdino Pires** offereceu um machadinho de serpentina.

O Sr. **Francisco Simões** offereceu uma tegula, quasi inteira.

O Sr. **Dionisio Augusto** offereceu um machado de pedra de Cidadelhe, concelho de Pinhel.

O Rev.^do **Manoel Soares da Silva** offereceu duas lapides romanas.

O Sr. Director do Museu adquiriu os seguintes objectos:

Duas moedas de prata do continente do reino e uma rupia da India portuguesa; 116 pergaminhos, soltos, dos sec. XIV, XV e XVI; 20 documentos, escritos em papel, dos sec. XVI e XVII; cinco livros manuscritos, dos mesmos seculos; um maço de documentos do sec. XVI; e tres machados de pedra e um de bronze, por intervenção do Sr. **Jaime Leite de Vasconcellos Pereira de Mello.**

O Sr. Dr. **Felix Alves Pereira**, official do Museu, adquiriu os seguintes objectos, de Arcos de Val de Vez:

Modelos de talão, de tear, de lagar, de espigueiro e de arado sem rodas (*cabrita*); um modelo de armario de cozinha minhota, e uma carranca de pedra de epoca portuguesa.

Obtive em um leilão quinze moedas indo-portuguesas de prata e cobre, uma das quaes, *atiá* de Diu, do tempo de D. Pedro II, é muito rara.

Março de 1906

O Sr. **Mario Abreu Marques** offereceu dois machados de pedra.

O Sr. **Manoel Fernandes Junior** offereceu uma lança de bronze.

O Sr. **Antonio Thomás Pires** offereceu uma *ronca* alemtejana.

O Sr. Dr. **Artur Lamas** offereceu duas dobadouras antigas, differentes uma da outra.

O Sr. **José Benedito de Almeida Pessanha** offereceu uma ara dedicada a Jupiter (*Corp. Inscr. Lat.*, II, 2476).

O Sr. Dr. **Antonio Pereira de Sousa** offereceu um jarro de madeira, antigo.

O Sr. **José Augusto Coelho Flor** offereceu uma lapide com inscripção latina.

O Sr. Director do Museu obteve varias gravuras antigas e um objecto cordiforme de bronze.

Obtive, por compra, uma serie de pesos de ferro, antigos, e um peso de 10 taeis, de Macau, com duas marcas chinesas.

Abril de 1906

O Sr. **Joaquim Correia Baptista** offereceu dois palmitos e uma *borjaca*, para trazer o podão.

O Sr. **Fernando de Assis Pacheco** offereceu as seguintes armas gentilicas do interior de Benguela: duas azagaias; um pente ornamentado; dois amuletos de chifre; uma boceta para rapé com o *moiche* e um punhal, objectos de trazer á cinta.

O Sr. **Antonio Bernardo da Costa** offereceu uma cruz com embutidos de madreperola e quatro facas africanas, de pau, com as respectivas bainhas.

O Sr. Dr. **Manoel Mateus** e o Sr. **Harris** offereceram uma fibula romana e um *simpulum* de bronze, um vaso de barro com mamillos e outro com duas asas, tambem romanos.

O Sr. **Pedro Ferreira** offereceu uma moeda romana imperatoria, de prata.

A Sr.ª D. **Maria Guilhermina de Jesus** offereceu: dez medalhas portuguesas de cobre; trinta e uma moedas de prata, quarenta e duas de bolhão e tres de cobre, portuguesas.

O Sr. **Cesar Pires** offereceu varias lascas de silex e um fragmento de pintura a ocre, que provieram da gruta de Altamira de Santilhana (Hespanha).

O Sr. Conselheiro **Manoel F. de Vargas** offereceu um machado de bronze, cuja lithographia foi publicada n *O Arch. Port.*, VIII, 136.

O Sr. Dr. **Tito de Noronha** offereceu um machado e um martelo de pedra.

O Sr. **Alberto Collaço** offereceu os tres volumes da obra numisma-

tica de Teixeira de Aragão, tres mocas africanas e um *ganèz* de madeira, da India portuguesa.

O Sr. **Leão de Meyrelles** offereceu dois vasos e uma lança de cobre.

O Sr. **Antonio Thomás Pires** offereceu uma medalha, de latão, com a cruz de Avis.

O Sr. **Christovam Brochado** offereceu um machado de pedra, da Beira, um instrumento de ferro, antigo, duas moedas romanas e varios instrumentos de musica e brinquedos infantis.

O Sr. Director do Museu obteve numa excursão os seguintes objectos: Um *Manual dos confessores,* do sec. XVI; um manuscrito do Conde de Castello Melhor; uma folhinha bracarense; duas aguias de metal; um par de castanholas de buxo; dois apitos de chavelho; dois piões e um *rapa,* de buxo; alguns centenares de pequenos bronzes romanos, bem conservados na maior parte; dois aneis de ferro; um lencinho com versos; uma cruz metallica, em fórma de cruz de Avis, do sec. XV, ou do XVI; cinco moedas de *pataco* e uma de vintem; uma tigelinha ou escudela, de pau; petrechos para caça aos pombos; duas *teimosas* (brinquedos) e uma taramela.

De diversas proveniencias obteve o mesmo senhor: uma lapide romana; um copo de chifre; um amuleto; um bacamarte antigo; dois livros com encadernações antigas; cinco lapides romanas, do Norte; dois *pondera* de barro; uma chapa de aguadeiro, de Lisboa; treze machados de pedra, da Estremadura; tres pesos de barro prehistoricos e um caco ornamentado, tambem prehistorico; um objecto de marcar doce; nove figurinhas de barro, que representam trajos portugueses; uma estampa pintada em pergaminho; duas figurinhas de marfim, antigas, e setenta armas dos indigenas da Africa portuguesa: azagaias, lanças, punhaes, espadas, travesseiros e um tambor. Por compra adquiriu tambem os vinte braceletes de ouro, cuja photographia vem in *Portugalia,* II, 63–71.

O Sr. **Jaime Leite** enviou os seguintes objectos: um escopro e uma cunha de bronze; quatro machados e duas lanças de bronze; uma figurinha de chumbo, colorida; sete machados de pedra; um ceitil de D. Affonso V e um meio-real de 10 soldos de D. João I.

Obteve-se uma figura marmorea romana, que representa Hercules deitado sobre a pelle de leão (provém da antiga *Olisipo*).

Maio de 1906

O Sr. **Domingos de Mendonça e Silva** offereceu uma insignia de bronze; uma lança romana e quatro machados de pedra.

O Sr. **José Julio de Mascarenhas** offereceu um machado de pedra.

O Sr. **José Francisco Villaça** offereceu um machadinho (raspador); um cajado e um pau de cavalleiro.

O Sr. **José Paulo** offereceu um tinteiro de louça.

O Sr. **Jaime Leite de Vasconcellos Pereira de Mello** offereceu uma medida de oitava, de pau, e um peso antigo, de bronze.

O Sr. **José Serafim dos Reis** offereceu um machado de pedra.

O Sr. **Antonio Maria Garcia** offereceu dois machados de pedra e um cossoiro de barro.

O Sr. Conselheiro **Augusto José da Cunha** offereceu um exemplar da medalha de cobre, que os empregados da Casa da Moeda lhe dedicaram.

O Sr. **Mario Abreu Marques** offereceu um machado de pedra.

O Sr. **Adelino Bahia** offereceu dois machados de pedra.

Offereci uma pataca cunhada em 1751 no Rio de Janeiro.

O Sr. Director do Museu obteve em uma excursão os seguintes objectos: oito machados de pedra; uma imagem de pau e outra de barro, pintadas; um *quartilho* de barro; varias moedas, veronicas e amuletos; tres bicos de escamisar; um agulheiro lavrado; cincoenta e um instrumentos da idade da pedra.

De varias proveniencias adquiriu o mesmo senhor os seguintes objectos: um *pondus* de barro; varios objectos ethnographicos da actualidade; dois machados prehistoricos de pedra, do concelho de Alcobaça; um quadro de vidro que representa um santo; um vaso de vidro; varios azulejos hispano-arabicos; uma moeda de ouro visigotica do rei Leovigildo; oito azulejos portugueses, antigos; duas medalhas e uma moeda de cobre, portuguesas; varios manuscritos e musicas antigas; uma bengala antiga; uma moca e uma verdasca; uma caixa de chavelho, antiga; tres moedas imperiaes romanas, de cobre, e uma cuia africana.

Junho de 1906

O Sr. **Francisco Maximiano Freire** offereceu um bule, um travesseiro e um polvorinho, de madeira, dos indigenas da Africa portuguesa.

O Sr. **Joaquim Antonio Rosado** offereceu uma azeitoneira alemtejana.

O Sr. Dr. **Sousa Viterbo** offereceu um machado de pedra, achado no Sanatorio da Covilhã.

Obtiveram-se os seguintes objectos: uma fibula de arco, de bronze; uma espada de antenas; um ferro de lança, vergado, e um freio de ferro.

O Sr. Director do Museu adquiriu, por compra, os seguintes objectos: um par de castiçaes de folha de ferro, antigos; um anel de unha da gran-besta, *amuleto* de cobre; um sinete de cabo de marfim com armas episcopaes; dois botões, antigos, com pintura de paisagens e caçadores; uma veronica de Nossa Senhora da Conceição; a imagem de Santo Amaro dentro de moldura com fundo vermelho resguardada por um vidro, para ser suspensa; o busto de D. Miguel calcado em chapa de latão, o qual parece ter ornamentado a tampa de uma caixa de rapé; um real preto de D. Affonos V e uma moeda de 40 réis (pataco) de 1826; um livro, manuscrito, com capa de pergaminho, que trata de assuntos religiosos, principalmente confissões, cujo encerramento foi feito em 1603; um catalogo de musicos portugueses com letra manuscrita do sec. XVIII, ou primeiro quartel do seguinte, encadernado; um jogo do gamão com tabulas, copos e dados de marfim, completo; duas medidas de barro e um machado de pedra do concelho de Obidos; tres fusos de fiar e dois de torcer; um machado de bronze do concelho de Caldas da Rainha; um varapau ferrado (cacete); uma roca de fiar com inscripção amorosa; dois quadros religiosos de pendurar na parede; tres sereias, um *Zé Povinho* e outros objectos de barro (rouxinoes); um pifano de barro; uma forquilha para trazer na mão; um perfumador de barro vermelho, um barril e uma bilha de barro, vidrados (louça moderna de Mafra); papeis com sortes do S. João e S. Pedro (oraculos); figuras de barro (gaiteiro, mulher que toca pandeiro); coração de Santo Antonio; brinquedo infantil do moinho de vento; flores de papel com sortes (oraculos); gaitas de barro e lata; uma boquilha de ambar, com caixa; um pião.

O Sr. Dr. **Felix Alves Pereira** obteve os seguintes objectos: tres grandes livros de cantochão encadernados em coiro com ferragens (dois de pergaminho e um de papel, que eram de estantes de côro conventual); um livro com ephemerides de obitos, encadernado; um barrete que os frades deixaram na sacristia de um convento em 1833 e que ali se conservou occulto num gavetão; uma quartela de madeira para serviço de uma confraria.

O Sr. Director do Museu, numa excursão, obteve os objectos seguintes: uma telha com a data de 1700; um amuleto, semi-lunar, feito de uma moeda de cobre; uma moeda romana e um conto para contar, com furos (amuletos); outro conto para contar, sem furo; um sinete de marfim, com figuras, e outro de metal; um botão de prata e varias meudezas metallicas; uma figurinha de marfim com as mãos postas; um sêllo de chumbo com cruz e espada; uma medalhinha encastoada em prata; uma medalha com a inscripção AO MERITO; uma medida

para liquidos (canada?); uma chocolateira de barro com tampa; um espelho de porta, antigo; dois testos de barro, antigos, concavos, com botão central para péga; um azulejo com a data de 1640 (data bem memoravel); treze machados de pedra polida e dois fragmentos de outros; um frasco antigo; um tacho de rabeta, do Redondo, e dois pesos antigos de bronze, portugueses.

Julho de 1906

O Sr. **Joaquim Correia Baptista** offereceu uma ronca (brinquedo infantil), um chocalho e materiaes para o fabrico dos mesmos.

O Sr. Dr. **Felix Alves Pereira**, official do Museu, offereceu o manuscrito de um vocabulario, escrito pelo seu parente o Sr. Joaquim Alves Pereira, que foi Deão da Sé de Coimbra, e o manifesto imperial de Maulei Abdallah, manuscrito arabe do anno de Jumadi Tani de 1183.

O Sr. Dr. **Max Verworn** offereceu cinco machados de pedra e tres fragmentos de vasos de barro da civilização a que os allemães chamam *Bandkeramik*, isto é, ceramica com ornatos em fórma de faxas.

O Sr. **Miguel Gomes** offereceu um tinteiro-areeiro de louça antiga de Caldas da Rainha.

O Rev.^{do} P.^{e} **Leal** offereceu um sêllo de chumbo com a cruz de Avis; um dedal de bronze, antigo; um anel de ferro; um amuleto de chumbo com o sino-saimão gravado; treze ceitis e outras moedas antigas de cobre; e uma placa prehistorica de lousa.

O Sr. **Tiago Floriano** offereceu tres machados prehistoricos de pedra.

O Sr. **Joaquim Nunes da Cunha** offereceu um anel, que parece ser do sec. XIV ou XV.

O Sr. Capitão **Marques da Costa** offereceu o modelo de um vaso prehistorico do castro da Rotura.

O Sr. Director do Museu adquiriu numa excursão os seguintes objectos: uma imagem de marfim, que representa a Virgem; uma plaquinha de chumbo rectangular, prehistorica, com um furo em cada extremidade, encontrada entre a Roliça e a Columbeira; dezasete machados de pedra, inteiros; duas placas de lousa; placa e meia de piçarra e uma faca de silex, provenientes da gruta da Amoreira; dez machados de pedra de diversos logares; dois pergaminhos do sec. XVIII (carta de bacharel e de familiar do Santo Officio), e uma fita de ouro (diadema preromano?).

O mesmo Sr. Director obteve em Setubal um conto para contar, do tempo de D. João III; uma tabaqueira de lata; uma cafeteira de barro preto e um cestinho rendado.

De diversas proveniencias tambem obteve, por compra, o seguinte: tres manuscritos e varios livros avulsos; uma haste metallica; um bilhete de visita, antigo, que tem impresso o nome de «Antonio Ignacio Coelho de Moraes»; um sêllo antigo de latão; uma moeda de bronze de Aelius Verus; uma medalha escolar, de latão; um conto para contar, do tempo de D. João I, cunhado no Porto, extremamente raro e muito bem conservado, e outro de D. João III; um pergaminho português e varios papeis mss.; um ritual de cantochão, antigo, manuscrito; noventa azulejos arabes e mosarabes; treze instrumentos de pedra polida, prehistoricos, do concelho de Elvas; um botão antigo com o carro do sol; um brasão de armas de casa fidalga portuguesa, de marmore; quatro livrinhos com encadernações antigas; varios folhetos de litteratura de cordel; uma suspensão para candieiros, tres *mocas*, uma bengala, um banco de cortiça e um copeiro; um capacete de aço do sec. XVII; dois jogos indianos, e os seguintes objectos da Africa portuguesa, fabricados de madeira: uma grande caneca com asa; um travesseiro; duas banquinhas, do Bailundo; uma concha para tirar agua; dois pratinhos; um prato com asa; uma colhér grande, enfeitada; um copo com colhér junta; quatro pentes; um cachimbo; um collar de dentes de macaco, de S. Thomé; uma terrina; uma cabaça grande, enfeitada; uma colherinha; dois pentes de tartaruga; uma cabacinha; seis *milongos* (bentinhos do pescoço), e um agulheiro, de S. Thomé; duas cabaças e dois manipanços.

O Sr. **Bernardo Antonio de Sá**, na exploração que fez a S. Mamede de Obidos, obteve muitos objectos prehistoricos de pedra, barro e alguns de bronze, e cranios da gruta da Amieira.

O Sr. **José de Almeida Carvalhaes**, collector-preparador do Museu, obteve da região de Marvão o seguinte: dois objectos de barro ponderiformes com quatro furos, prehistoricos; um fragmento de objecto de barro, curvo, com furo; uma esferazinha de pedra e duas placas de lousa, ornamentadas, e metade de outra.

Manoel Joaquim de Campos.

Onomastico medieval português

(Continuação. Vid. o *Arch. Port.*, IX, 302)

Lucidius, n. h., 922. L. Preto. Dipl. 16.—Id. 195.
Lucidiz, app. h., 919. Doc. most. Lorvão. Dipl. 15, n.º 22.
Lucido, n. h., 922. L. Preto. Dipl. 16.—Id. 67.

Lucidus, n. h., 911. Dipl. 12. n.º 17.—Id. 190.
Lucifel, app. h., 1258. Inq. 392, 1.ª cl.
Luçifer, app. h., sec. XV. S. 344.—Inq. 386, 1.ª cl.
Luciti, app. h., 924. L. Preto. Dipl. 18.—Id. 181.
Luco, n. h., 1064. Doc. most. Vairão. Dipl. 275.—Id. 62.
Lucricia (Sancta), geogr., 1220. Inq. 14, 2.ª cl.
Lucudus, n. h., 1040. Dipl. 190.
Ludeiro, geogr., 1258. Inq. 690, 2.ª cl.
Ludeiroo, geogr., 1220. Inq. 144, 1.ª cl.
Lugerges, geogr., 1258. Inq. 594, 2.ª cl.
Lugrice (Sancta), geogr., 1258. Inq. 323, 1.ª cl.
Lugricia. Vidè **Logricia**.
Luifrei e **Loifrei**, geogr., 1220. Inq. 152, 2.ª cl.
Luifrey, geogr., 1258. Inq. 628, 2.ª cl.
Luilas (casal de), geogr., 1258. Inq. 669, 2.ª cl.
Luiriz, geogr. (?), 1220. Inq. 39, 1.ª cl.
Luis, n. h., sec. XV. S. 288.—Id. 359.
Lula, n. h. (?), 1258. Inq. 644, 2.ª cl.
Lumbela, geogr., 1258. Inq. 734, 2.ª cl.
Lumbello (mamola de), geogr., 1047. Doc. most. Moreira. Dipl. 216.
Lumbu, geogr., 1258. Inq. 312, 1.ª cl.
Lumece, app. m., 1089. L. Preto. Dipl. 430.
Lumeeiras (Bouzas das), geogr., 1258. Inq. 330, 2.ª cl.
Luneta, castro, 1072. Doc. most. Graça. Dipl. 309.—Inq. 519.
Luou (cortinal de), geogr., 1258. Inq. 405, 2.ª cl.
Lupa, n. m., 1089. L. Preto. Dipl. 434, n.º 725.—Id. 240.
Luparia, geogr., 1014. L. D. Mum. Dipl. 138.—Inq. 727.
Lupario, n. h., 1039. L. Preto. Dipl. 186.
Lupelis, app. h., 1033. Doc. ap. sec. XVIII. Dipl. 170.
Lupelliz, app. h., 1041. L. Preto. Dipl. 195.
Lupou, n. h., 906. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 9.
Luppe, n. h. (?), 1058. L. D. Mum. Dipl. 249, l. 27.
Luriz, geogr., 1220. Inq. 39, 1.ª cl.
Lurzana, villa, 1097. Doc. most. Lorvão. Dipl. 503.
Lusencias, geogr., 1258. Inq. 679, 2.ª cl.
Lusenza, geogr., 1258. Inq. 641, 1.ª cl.
Lusidio, n. h., 995. Doc. most. Graça. Dipl. 109.
Lusiis, n. h. (?), 1258. Inq. 538, 1.ª cl.
Lusio, geogr., 1258. Inq. 373, 2.ª cl.—Id. 375.
Luso, villa, Era 1102. L. Preto. Dipl. 277.
Lustri, n. h. (?), 867–912. L. Preto. Dipl. 3.

Lusy, geogr. 1258. Inq. 583, 1.ª cl.
Lutreda, geogr., 1084. Doc. most. Avè-Maria. Dipl. 377.
Luz, app. h., 995. L. Preto. Dipl. 107.—Id. 216.
Luzellos, geogr., 1193. Doc. do Elucid. de Vit., 2.º, p. 28, 1.ª cl.
Luzi, app. h., 1074. Doc. most. Graça. Dipl. 318.—Id. 407.
Luzido, n. h., 1034. Tombo S. S. J. Dipl. 174.—Id. 205.
Luzo, app. h., 1220. Inq. 193, 2.ª cl.—Id. 48.
Luzrici, geogr., 1080. Doc. most. Graça. Dipl. 350.
Luzso, n. h., 1085. Tombo S. S. J. Dipl. 387.
Luzu, app. h., 1087. Dipl. 407, l. 3.
Lvcidus, n. h. 915. L. Preto. Dipl. 14.
Lynarelo, geogr., 1258. Inq. 438, 2.ª cl.

M

Maa, app. m., 1258. Inq. 294, 2.ª cl.
Maadino e **Maadio**, app. h., 1220. Inq. 115, 1.ª cl.
Maado, geogr., 1258. Inq. 361, 1.ª cl.
Maadoes e **Madoes**, geogr., 1258. Inq. 563, 1.ª cl.
Maagoyra, geogr.. 1257. For. Codessaes. Leg. 675.
Maagoza, geogr., 1220. Inq. 40, 2.ª cl.
Maaguiroos, rio. 1212. For. Canedo. Leg. 561.
Maaldi, geogr., 1258. Inq. 429, 2.ª cl.
Mãaos, app. h., sec. XV. S. 303.
Maaosedas, geogr., 1258. Inq. 738, 1.ª cl.
Maarda, app. h., 1258. Inq. 308, 2.ª cl.
Maarigas, geogr., 1258. Inq. 698, 2.ª cl.
Maariz, geogr., 1220. Inq. 328, 1.ª cl.—Id. 27 e 104.
Maauuia, app. h., 1018 (?). Doc. most. Lorvão. Dipl. 149.
Maazedo, geogr., 1258. Inq. 369, 1.ª cl.
Maazos (Portela de), geogr., 1258. Inq. 343, 2.ª cl.
Maçada, geogr., sec. XV. S. 346.
Macadi, geogr., 1258. Inq. 340, 1.ª cl.
Macaeira, geogr., sec. XIII. For. Mós. Leg. 391, l. 25.
Maça-madeira, app. h., sec. XV. S. 183.—Id. 340.
Maçanede, app. h., sec. XIII (?). Figanière, Mem. das R. de Portugal, p. 247.
Maçanedo, geogr., sec. XV. S. 272.
Macaneira, villa, 1079 (?). Doc. most. Pedroso. Dipl. 343.
Maceeira (S.cta Leocadia de), geogr., 1220. Inq. 195, 2.ª cl. —Id. 305.
Maceeiro, geogr., 1258. Inq. 412, 2.ª cl.

Maçeeyra, app. h., sec. xv. S. 284.
Macenaria, geogr., 1080. Doc. most. Pendorada. Dipl. 349.—Inq. 723.
Maceyras, app. h., sec. xv. S. 284.
Machados, app. h., 1258. Inq. 375, 1.ª cl.—Rio, 1258. Leg. 679.
Machanaria e **Machenaria**, geogr., 1055–1065. For. Paredes. Leg. 347.
Machido, ribeiro, 1258. Inq. 512, 1.ª cl.
Machoo, n. h., 1258. Inq. 482, 1.ª cl.
Machos (Semedeyro de), geogr., 1270. For. Villa Viçosa. Leg. 717.
Macia, app. h., sec. xv. S. 210.
Maçia, app. h., sec. xv. S. 303.—Id. 350.
Maciel, n. h., 1258. Inq. 359, 1.ª cl.
Macofinis, geogr., 1258. Inq. 459, 1.ª cl.
Macota, app. m., 1258. Inq. 678, 1.ª cl.
Madanella, n. m., sec. xv. S. 323.
Maderuu, geogr., 1258. Inq. 428, 2.ª cl.
Madia, app. h., 1258. Inq. 593, 2.ª cl.—Id. 480.
Madim, **Mandim** e **Mondim**, geogr., 1220. Inq. 35, 1.ª e 2.ª cl.
Madoes. Vidè **Maadoes.**
Madorro de Spiido. Vidè **Spiido.**
Madrebona e **Madre Bona**, n. m., 1037. Tombo S. S. J. Dipl. 179.—Id. 215.
Madrecella, app. m., 1078. Doc. most. Moreira. Dipl. 337.
Madredona, app. m., 1078. Doc. most. Moreira. Dipl. 337.
Madreona, app. m., 1092. Doc. most. Moreira. Dipl. 462.
Madrona, n. m., 1041. L. Preto. Dipl. 194.—Id. 532.—Inq. 710.
Madriam, geogr., 1258. Inq. 312, 1.ª cl.
Maduffo (Agro de), geogr., 1258. Inq. 690, 1.ª cl.
Mae boa, geogr. (?), 1258. Inq. 333, 2.ª cl.
Maede, serra, 1142. For. Leiria. Leg. 377, l. 6.
Maeli, geogr., 1258. Inq. 563, 1.ª cl.
Maes, geogr., 1258. Inq. 356, 2.ª cl.
Mafada (sancta), villa (?), 897. Doc. most. Pedroso. Dipl. 7, l. 19.
Mafalda, rainha, 1151. For. Lousã. Leg. 378.
Mafalde, rainha, 1186. For. Covilhã. Leg. 456.
Mafaldo, app. h., 1258. Inq. 347, 2.ª cl.—Id. 396.—S. 145.
Mafara (couto de), geogr., sec. xv. S. 253.
Mafarraie e **Meffarraie**, app. h., 983. Dipl. 85.
Maferrig, n. h., 1090. L. Preto. Dipl. 436.
Maffalda, n. m., 1258. Inq. 480, 1.ª cl.—Id. 543.

Maffomade, geogr., 1258. Inq. 723, 2.ª cl.
Mafumuti, castro, 944. L. Preto. Dipl. 31.
Magaliaes, geogr., 1258. Inq. 412, 2.ª cl.
Magana, geogr., 1258. Inq. 499, 1.ª cl.
Maganos, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 259, l. 2.
Magarafez, app. h., 1258. Inq. 738, 1.ª cl.
Magareffe, app. h., 1258. Inq. 720, 2.ª cl.
Magaria, geogr., 1258. Inq. 570, 1.ª cl.
Magarim, geogr., 1258. Inq. 372, 1.ª cl.
Magartido, geogr., 1258. Inq. 334, 2.ª cl.—Id. 398.
Magarza, app. h., 1258. Inq. 357, 1.ª cl.
Magas, app. h., 1115. Concilio Ovet. Leg. 140, 2.ª cl.
Magide, app. h., 1258. Inq. 731, 2.ª cl.
Magiom, app. h., 1258. Inq. 378, 1.ª cl.
Magnedo, geogr., 1258. Inq. 593, 1.ª cl.
Magnente, geogr., 1258. Inq. 303, 2.ª cl.
Magrelos (Portella de), geogr, 1068. Doc. most. Pendorada. Dipl. 296.
Magro, app. h., sec. xv. S. 162.
Magrom, app. h., sec. xv. S. 339.
Magudi, app. h., 1258. Inq. 550, 2.ª cl.
Magudo, app. h., sec. xv. S. 177.
Magueja, geogr., 1346. Doc. do Elucid. de Vit., 1.º, p. 130, 1.ª cl.
Magurri, geogr., 1258. Inq. 730, 1.ª cl.
Mahalda, rainha. 1151. For. Lousã. Leg. 378.
Mahaldi, geogr., 1258. Inq. 502, 2.ª cl.
Mahalta. Vidè **Mahauta.**
Mahamudi, app. h., 976. Doc. most. Lorvão. Dipl. 74, n.º 117.
Mahamudi, villa, 922. L. Preto. Dipl. 16.—Monte. Id. 97.
Mahamut, monte, 990. L. Preto. Dipl. 99.
Mahauta e **Mahalta**, rainha, 1151. For. Lousã. Leg. 377.
Mahaute. Vidè **Mafalde.**
Mahmutis, villa, 946. Doc. most. Moreira. Dipl. 32.
Mahomad, n. h., 1018 (?). Doc. most. Lorvão. Dipl. 149.
Mahomat, n. h., 968. Doc. ap. sec. xiii. Dipl. 60.—Id. 143.
Maia, geogr., 1097. Doc. most. Vairão. Dipl. 512.—Inq. 512.
Mainedo, geogr., 1258. Inq. 543, 2.ª cl.
Maino, n. h., 1038. L. D. Mum. Dipl. 185.
Maior, n. m., 1258. Inq. 497, 1.ª cl.
Maioreles, geogr., 1258. Inq. 597, 1.ª cl.
Maiorelle, n. h., 927. Doc. most. Lorvão. Dipl. 20.

Maiorina, n. m., 976. Doc. most. Lorvão. Dipl. 74. n.º 118.
Maiorinu, n. h., 1013 (?). Dipl. 137.
Maiorinus, n. h., 951. Doc. most. Arouca. Dipl. 36.
Maioriz, app. h., 974. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 72.
Malado, app. h., 1258. Inq. 347, 2.ª cl.
Maladoira ou **Malhadoira** (Petra), geogr., 1220. Inq. 13, 1.ª cl.
Maladon, n. h., 973. Doc. most. Lorvão. Dipl. 67.
Maladoria, geogr., 1258. Inq. 690, 2.ª cl.
Malafaia, app. h., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 120.
Mal burguete, app. h. (?), 1258. Inq. 367, 1.ª cl.
Mal christiano (casal de), 1258. Inq. 352, 2.ª cl.
Maldoado, app. h., sec. xv. S. 226.
Mal dorme, app. h., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 2.ª, C. 19.
Maldrada, app. m., sec. xv. S. 155.
Malecomedisti, geogr., 1270. For. Villa Viçosa. Leg. 717.
Maledicte, app. m., 1258. Inq. 706, 2.ª cl.
Malespinha, n. m., sec. xv. S. 361.
Malfadada, app. m., sec. xv. S. ?
Malfadado e **Mafaldo**, app. h., sec. xv. S. 145.
Malfado, app. h., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 43.
Malho, app. h., sec. xv. S. 169.
Malhóo, app. h., sec. xv. S. 349.
Malic, n. h., 1016. Doc. most. Lorvão. Dipl. 143.
Maliete, app. h., 1258. Inq. 386, 2.ª cl.
Malio, app. h., 1258. Inq. 376, 2.ª cl.
Mallatones, geogr., 985. Doc. most. Lorvão. Dipl. 93.—Id. 96.
Mallio, app. h., 1258. Inq. 160, 1.ª cl.—Id. 255.
Mallis, villa, 897. Doc. most. Pedroso. Dipl. 8, l. 8.
Maloo, geogr., 1258. Inq. 730, 1.ª cl.
Maloquinici, app. h., 965. Doc. most. Moreira. Dipl. 57.
Malrrique, app. h., sec. xv. S. 274.
Mameda, n. m., 1258. Inq. 321, 1.ª cl.
Mamede e **Momede**, app. h., 1220. Inq. 25, 2.ª cl.—Id. 315.
Mamedus, n. h., 1258. Inq. 315, 1.ª cl.
Mamelas, geogr., 1220. Inq. 78, 2.ª cl.
Mamoa, geogr., 1258. Inq. 338, 2.ª cl.—Id. 440, 1.ª cl.
Mamoa negra, geogr., 1298. Doc. do Elucid. de Vit., 2.º, p. 109, 1.ª cl.
Mamoa rasa, geogr., 1020. L. Preto. Dipl. 152.
Mamoas, geogr., 1258. Inq. 440, 1.ª cl.
Mamodona, n. m., 981. Doc. most. Lorvão. Dipl. 80.

Mamoella e **Mamonella**, geogr., 1097. Dipl. 513.—Inq. 469.
Mamola (Agro de), geogr., 965. Doc. most. Moreira. Dipl. 57.
Mamola cavata, geogr., 1258. Inq. 643, 2.ª cl.
Mamola terrenia, geogr., 907. Doc. most. Lorvão. Dipl. 10.
Mamona (Coutum de), geogr., 1258. Inq. 646, 1.ª cl.
Mamona de bichi, geogr., 1258. Inq. 484, 1.ª cl.
Mamona petrosa, geogr., 1258. Inq. 488, 1.ª cl.
Mamona Sancti Romani de Cornado, villa, 1258. Inq. 511, 1.ª cl.
Mamonellam, geogr., 1098. Dipl. 518, l. 18.
Mamula, geogr., 1088. Doc. most. Moreira. Dipl. 422.
Manancos, geogr., 950. Doc. ap. sec. XIII. Dipl. 35.
Manareta (Casal da), 1258. Inq. 418, 2.ª cl.
Manariz, villa, 1258. Inq. 523, 1.ª cl.
Mancarche e **Mancarchino**, geogr., 1272. Doc. do Elucid. de Vit., 2.º, p. 371, 2.ª cl.
Mancebo, app. h., 1258. Inq. 375, 2.ª cl.
Mançellus, geogr., sec. XV. S. 376.
Mancelos, geogr., 1258. Inq. 200, 1.ª cl.—Id. 61 e 243.
Manci e **Manzi**, geogr. (?), 906. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 9, l. 17 e 31.
Mancius, n. h., 1159. For. Redinha. Leg. 386.
Manco, app. h., 1050. Doc. most. Pedroso. Dipl. 230.
Manço, n. h., sec. XV (?). For. Tomar. Leg. 401, 2.ª cl.
Mandamento, geogr., 1258. Inq. 683, 2.ª cl.
Mandan, n. h., 1077. Doc. most. Pedroso. Dipl. 334.
Mandazoes, geogr., 1258. Inq. 399, 1.ª cl.
Mandezom e **Mandaçom**, geogr., 1220. Inq. 11, 2.ª cl.
Mandim, geogr., 1220. Inq. 243, 2.ª cl.—Id. 115.
Mandin, villa, 1067. Doc. most. Moreira. Dipl. 284.—Id. 330.
Mandinaz, app. h., 1097. L. Preto. Dipl. 506.
Mandini, villa, 1013 (?). Dipl. 136, l. 37.
Mandiniz, app. h., 1050. Doc. most. Pedroso. Dipl. 230.—Id. 479.
Mandinu, n. h., sec. XI. L. D. Mum. Dipl. 564.
Mandinus, villa, 1258. Inq. 496, 2.ª cl.
Mandones, rio, 960. L. D. Mum. Dipl. 50, ult. l.
Mandraes, **Mondraes** e **Mondiaes**, geogr., 1220. Inq. 121, 2.ª cl.
Manelli, app. h., 1115. Concilio Ovet. Leg. 141, 1.ª cl.
Manent, geogr., sec. XV. S. 359.
Manenti (Cauto de), geogr., 1220. Inq. 18, 1.ª cl.
Manfredi, n. h., 1250. Leg. 185.
Manga, geogr., 1258. Inq. 710, 1.ª cl.—Id. 316 e 343.

Mangas, geogr., 1258. Inq. 407, 1.ª cl.
Mangas de Moesendi, geogr., 1258. Inq. 370, 1.ª cl.
Mangiona, app. h., 1258. Inq. 324, 2.ª cl.
Mangoeiro, geogr., 1258. Inq. 373, 1.ª cl.
Mangris, app. h., 1220. Inq. 83, 2.ª cl.
Mangudas, geogr., 1258. Inq. 514, 1.ª cl.
Mangunario, geogr. (?), 950. Doc. ap. sec. XIII. Dipl. 35.
Manhaldi, villa, 1258. Inq. 484, 2.ª cl.—Id. 505.
Manhente, geogr., sec. XV. S. 168.
Manho, n. h., sec. XV. S. 269.
Manicius, n. h., 1174. For. Tomar. Leg. 401, 1.ª cl.
Manico (Cortina de), geogr., 1258. Inq. 587, 1.ª cl.
Manidiz, app. h., 1220. Inq. 147, 1.ª cl.
Maniedo, geogr., 1258. Inq. 608, 1.ª cl.
Manila, n. h., 927. Doc. most. Lorvão. Dipl. 21.
Manilani, n. h., 951. Doc. most. Arouca. Dipl. 36.—Id. 52.
Manilla, n. h., 964. L. D. Mum. Dipl. 56.—Id. 135.
Manilli, n. m., 1076. Doc. most. Pendorada. Dipl. 326.
Manio, app. h., 1258. Inq. 354, 1.ª cl.
Maniocco, fonte (?). 1054. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 239.
Manioi, n. h., 964. L. Preto. Dipl. 55.—Id. 111.
Maniom, app. h., 1258. Inq. 367, 1.ª cl.
Manioncellos, villa, 1070. Doc. most. Pendorada. Dipl. 304.
Maniozellos, villa, 1066. Doc. most. Pendorada. Dipl. 283.
Maniozi, villa, 1053 (?). L. Preto. Dipl. 235.
Maniulfiz, app. h., 1056. Doc. most. Pendorada. Dipl. 243.—Id. 285.
Maniulfizi, app. h., 1047. Doc. most. Pendorada. Dipl. 219, n.º 358.
Maniulfo, n. h., 1013. Dipl. 136.—Id. 160.
Mankara, geogr. (?). 1044. Doc. most. Graça. Dipl. 204.
Manno, n. h., 990. L. Preto. Dipl. 99.
Manola (Casal de), geogr., 1258. Inq. 653, 2.ª cl.
Manos d'Aguia, app. h., sec. XV. S. 326.
Manrrique, n. h., sec. XV. S. 254.
Manrriquez, app. h., sec. XV. S. 254.
Mansara, geogr., 1258. Inq. 333, 2.ª cl.
Mansardega (Nevioo de), geogr., 1258. Inq. 320, 2.ª cl.
Mansila, n. h. (?), 1059. L. D. Mum. Dipl. 258, l. 55.
Mansion frigido, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 261.
Manso, app. h., 1220. Inq. 5, 2.ª cl.—Id. 196.
Mansura, n. m., 967. L. Preto. Dipl. 58.
Manteiga, app. m., 1258. Inq. 720, 2.ª cl.—S. 156.

Manteigue, app. m., 1258. Inq. 711, 1.ª cl.
Mantel, geogr., 1258. Inq. 595, 1.ª cl.
Mantelina, geogr., 1162. For. Covas. Leg. 387.
Manteyga, app. m., 1258. Inq. 713, 2.ª cl.
Mantila, n. h., 927. Doc. most. Lorvão. Dipl. 21.—Id. 28.
Manualdi, villa, 994. L. Preto. Dipl. 106.—Id. 124.
Manualdiz, app. h., 1019. L. Preto. Dipl. 190.—Id. 177.
Manualdus, n. h., 906. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 9.—Id. 25.
Manuel, n. h., 984. Doc. most. Moreira. Dipl. 89.—Id. 101.
Manuffos, geogr., 1258. Inq. 686, 2.ª cl.
Manula (Agro de), geogr., 906. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 9, l. 16.
Manulfu, n. h., 937. Dipl. 26, n.º 43.
Manxoes e **Moixoes**, geogr., 1220. Inq. 51, 1.ª cl.
Manzi. Vidè **Manci**.
Manzor, n. h., 1056. Doc. most. Pendorada. Dipl. 243.
Manzores, villa, 1068. Doc. most. Avè-Maria. Dipl. 293.—Id. 381.
Manzoriz, app. h., 1087. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 410.
Maoel, geogr., 1258. Inq. 305, 1.ª cl.
Maondo. Vidè **Menendio**.
Maor, n. m., 1258. Inq. 347, 1.ª cl.—Id. 423.
Mãos-d'aguia, app. h., sec. xv. S. 165.
Maostina e **Mayostina**, n. m., 1258. Inq. 355, 1.ª cl.
Maquia, app. h., 1258. Inq. 705, 1.ª cl.
Maquias, geogr., 1258. Inq. 205, 2.ª cl.
Maram, geogr., 1258. Inq. 540, 1.ª cl.
Maraniz, app. h., 1258. Inq. 630, 2.ª cl.
Marano, geogr. (?), sec. xv. S. 182.
Maranho, app. h., sec. xv. S. 254.
Maranos (Casal de), geogr., 1220. Inq. 130, 1.ª cl.
Maraon, monte, Era 1154. Dissert. chron., t. 3.º, p. 68.
Maranilha, app. h., sec. xv. S. 351.
Maravila, app. h., 1258. Inq. 632, 1.ª cl.—Id. 634.
Maravilas, geogr., 1258. Inq. 632, 1.ª cl.
Maravilia, app. h., 1258. Inq. 617, 2.ª cl.
Maravirala, app. h., 1258. Inq. 423, 2.ª cl.
Marcela, n. m., 1043. Doc. most. Moreira. Dipl. 200.
Marchão, app. h., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 2.ª, C. 21.
Marcichol, n. h., 1258. Inq. 467, 1.ª cl.
Marcii, app. h., 1089 (?). Doc. most. Moreira. Dipl. 433.
Marcum de Rua, geogr., 1258. Inq. 732, 1.ª cl.
Marcus, n. h., 976. Doc. most. Lorvão. Dipl. 74.

Marecos e **Mereces**, geogr., 1220. Inq. 112, 1.ª cl.—Id. 163 e 186.
Marecus, n. h., 951. Doc. most. Arouca. Dipl. 36.
Marequiz, app. h., 1087. Doc. most. Pendorada. Dipl. 413.—Id. 417.
Maretaes, geogr., 1258. Inq. 323, 2.ª cl.
Marezes, geogr., 1258. Inq. 310, 1.ª cl.
Marezos, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 262, l. 9.
Margaride, geogr., 1258. Inq. 735, 2.ª cl.
Margaridi, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 260, l. 26.
Margarita, n. m., 1258. Inq. 458, 2.ª cl.
Margariti, villa, 1021. L. D. Mum. Dipl. 153.—Id. 203.
Margaida, n. m., sec. XV. S. 298.—Id. 382.
Margayda, n. m., sec. XV. S. 265.
Margedub, villa, 1087. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 409.
Maria, geogr., 1258. Inq. 699, 2.ª cl.—Santa Maria de Lamas, geogr., 961. Dipl. 53.
Mariacha, app. m., sec. XV. S. 174.
Marialba, castello, 1145. Elucid., 1.º, p. 188, 1.ª cl.
Marialva, villa. For. Marialva. Leg. 440.
Mariame, n. m., 908. Doc. most. Moreira. Dipl. 11.
Mariamen, n. m., 907. Doc. most. Moreira. Dipl. 10.
Mariana, n. m., sec. XV. S. 152.
Marianes, n. m., sec. XV. S. 165.
Maria Vilida, geogr., sec. XII (?). Elucid., 2.º, p. 30, 2.ª cl.
Marie (Sancte), geogr., 870. L. D. Mum. Dipl. 3.—Id. 4 e 13.
Marigo, n. h., 1008. L. Preto. Dipl. 125, n.º 204.
Marim e **Maxim**, app. h., 1220. Inq. 28, 1.ª cl.—Id. 106.
Marina, n. m., 922. L. Preto. Dipl. 16.
Marinas, geogr., 1258. Inq. 459, 2.ª cl.
Marinha, n. m., sec. XV. S. 212.
Marinho, n. h., sec. XV. S. *passim*.
Mariola (Casal de), geogr., 1258. Inq. 361. 1.ª cl.
Markiz, app. h., 1100. L. Preto. Dipl. 560.
Marmam, app. h., 1258. Inq. 355, 2.ª cl.
Marmedeira e **Marmeleira**, geogr., 1151. For. Louzã. Leg. 377.
Marmelar, geogr., sec. XV. S. 319.—Leg. 489.
Marmeleira, geogr., 1018 (?). Doc. most. Lorvão. Dipl. 149.—Id. 67.
Marnel, geogr., 1037–1065. L. Preto. Dipl. 279.—Inq. 306.
Marnel, rio, sec. XV. S. 201, l. 2.
Marnele, cidade, 1095. Doc. most. Lorvão. Dipl. 488, n.º 819.
Marnelle, geogr., 961. Doc. most. Lorvão. Dipl. 53.—Id. 444.
Marnoti, app. h., 1220. Inq. 80, 1.ª cl.

Marnoto, app. h., 1220. Inq. 36, 1.ª cl.—Id. 109 e 345.
Marnotos, villa, 1070. Doc. most. Pendorada. Dipl. 304.
Marnotos (Marco dos), geogr., 1258. Inq. 345, 2.ª cl.
Marques, app. h., sec. xv. S. 285.
Marquesa, n. m., sec. xv. S. 150.
Marqueza, n. m., sec. xv. S. 176.
Marquiz, app. h., 1083. L. Preto. Dipl. 374.—Id. 157.
Marquizi, app. h., 1068. Doc. most. Moreira. Dipl. 292.
Marra, geogr., 1098. Doc. most. Pendorada. Dipl. 527.—App. h., 1220. Inq. 17, 2.ª cl.—Id. 90.
Marrafes e **Marrefes**, n. h. (?), 1220. Inq. 109, 1.ª cl.
Marrancos, geogr., 1220. Inq. 100, 2.ª cl.—Id. 181.
Marrao e **Marrano**, app. h., 1220. Inq. 130, 2.ª cl.—Id. 346.
Marroa, app. m., 1258. Inq. 346.
Marrocos, geogr., 1258. Inq. 316, 1.ª cl.
Marrondos (porto de), geogr., 1083. L. Preto. Dipl. 374.—Id. 523.
Marrundos (porto de), geogr., 1100. L. Preto. Dipl. 562.
Martelus, n. h., 1220. Inq. 223, 1.ª cl.
Martiingos (Casaes dos), geogr., 1258. Inq. 361, 1.ª cl.
Martiiz, app. h., 1272. Leg. 727.
Martilom (Castellum de), geogr., 1258. Inq. 723, 2.ª cl.
Martim (Casale de), geogr., 1220. Inq. 9, 1.ª cl.—Id. 88.
Martim Correa, villa, sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 79.
Martin, n. h., 992. Doc. most. Lorvão. Dipl. 102.—Id. 110.
Martina, n. m., 989. Dipl. 98, n.º 157.
Martinaes, villa, 1258. Inq. 485, 1.ª cl.
Martineiros, geogr., 1258. Inq. 682, 2.ª cl.
Martinel, n. h., 1220. Inq. 54, 2.ª cl.—Id. 112 e 579.
Martinici, app. h., 1037. L. Preto. Dipl. 181.
Martiniz, app. h., 1025. L. Preto. Dipl. 160.—Id. 307.
Maruan, n. h., 998. Doc. most. Lorvão. Dipl. 110.—Id. 114.
Marnaniz, app. h., 1076. Doc. most. Pendorada. Dipl. 328.
Maruffi e **Marufi**, geogr., 1258. Inq. 333, 2.ª cl.
Maruuaniz, app. h., 1092. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 469.
Marzal (Piga), geogr., 1258. Inq. 382, 2.ª cl.
Marzeli, app. h., 1258. Inq. 634, 2.ª cl.—Id. 629.
Mascanio, rio, 1224. For. Murça. Leg. 600.
Mascotelhos e **Mazcotelis**, geogr., 1220. Inq. 11, 2.ª cl.
Mascutellis, geogr., 1258. Inq. 705, 2.ª cl.
Maskinata, villa. 1066. Doc. most. Pendorada. Dipl. 282.
Masonto, geogr., sec. xiii. For. Mós. Leg. 391, l. 19.

Maspeayo, geogr., 1258. Inq. 595, 2.ª cl.
Massandinum, geogr., 1258. Inq. 594, 1.ª cl.
Masteiros, geogr., 1258. Inq. 431, 2.ª cl.
Mastrolios e **Mastrulios**, geogr., 1258. Inq. 400.
Mastudo, villa, 960. L. D. Mum. Dipl. 51, l. 18.
Maszanarie, geogr., 1258. Inq. 481, 2.ª cl.
Mata, geogr., sec. XV. S. 348.
Mata Boi, geogr., 1258. Inq. 116, 1.ª cl.
Matados, rio (?), 1224. For. Cidadelhe. Leg. 599.
Matamaa, geogr., 1220. Inq. 4, 2.ª cl.
Matamála, villa, 1050. L. D. Mum. Dipl. 229.—Id. 252.
Matan, n. h. (?), 1050. Doc. most. Pedroso. Dipl. 230.
Matancia, app. h., 1220. Inq. 43, 1.ª cl.—Id. 191.
Mata palombas, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 131.
Mata vacas, geogr., 1258. Inq. 420, 1.ª cl.
Mateira (Sancto ioanne de), villa, 1088. Doc. most. Avè-Maria. Dipl. 241.
Matelo, geogr., 1258. Inq. 317, 2.ª cl.
Materna, n. m., 867–912. L. Preto. Dipl. 3.
Matesinis, geogr., 1258. Inq. 525, 2.ª cl.
Matesinus, villa, 1032. L. Preto. Dipl. 167.
Matheo, geogr., 1220. Inq. 8, 1.ª cl.
Matheus, n. h., 964. L. Preto. Dipl. 55.—Id. 48, l. 8.—Geogr. Inq. 238.
Matilha, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 2.ª, C. 105.
Matilli, n. m., 1019. L. Preto. Dipl. 149.
Matinhata, geogr., sec. XV. S. 344.
Mato (Sancta Maria de), geogr., 1092–1098. L. Preto. Dipl. 531.
Matoes, geogr., 1258. Inq. 582, 2.ª cl.
Mato malo, geogr., 1073. Doc. most. Moreira. Dipl. 313.
Matos, geogr., 1258. Inq. 584, 2.ª cl.
Matraza, geogr. (?), sec. XI. L. D. Mum. Dipl. 563, l. 44.
Matrebona, n. m., 1028. Tombo S. S. J. Dipl. 163.—Id. 178.
Matreodena e **Matreona**, n. m., 1093. Doc. most. Avè-Maria. Dipl. 473.
Matrione, n. m. (?), 1018. L. B. Ferr. Dipl. 147.
Matrona, n. m., 1083. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 372.
Matto (Sancta Maria de), geogr., 1085. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 382.
Matucas (Casal de), geogr., 1258. Inq. 677, 2.ª cl.
Matul (pena), geogr., 1070. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 301.—Id. 526.

Matum unee, geogr., 1258. Inq. 595, 2.ª cl.
Matus, villa, 1258. Inq. 527, 2.ª cl.
Matusini, villa, 1258. Inq. 467, 1.ª cl.
Maucos, geogr., 1220. Inq. 81, 2.ª cl.
Maudaleua, n. m., sec. XIII. Doc. do Archeologo port., t. IX, p. 67.
Maugadiz, app. h., 985. Doc. most. da Graça. Dipl. 92.
Maumadomna, n. m., 1050. Doc. most. Pedroso. Dipl. 230.
Maurã, app. h., 1220. Inq. 27, 2.ª cl.
Mauraiz, app. h., 1220. Inq. 26, 2.ª cl.—Id. 104.
Mauram, n. h., 1008. L. Preto. Dipl. 125.
Maura morta, geogr., 1258. Inq. 498, 1.ª cl.
Maurane, geogr., 1042 (?). Doc. most. Moreira. Dipl. 196.
Mauraniz, app. h., 1040. L. Preto. Dipl. 190.—Id. 296.
Mauraz, monte, 981. Doc. most. Lorvão. Dipl. 80.
Maurecatus, n. h., 935. Doc. most. Lorvão. Dipl. 25.
Mauregado, n. h., 1005. L. Preto. Dipl. 119.
Maureli, geogr., 1220. Inq. 115, 1.ª cl.
Maurelici, app. h., 1037–1065. L. Preto. Dipl. 280.
Maurelio, **Maurilio** e **Mourelio**, app. h., 1220. Inq. 104, 1.ª cl.
Maureliz, app. h., 1016. L. Preto. Dipl. 141.—Id. 194.
Maurelle, n. h., 946. Doc. most. Lorvão. Dipl. 32.
Maurelli, geogr. (?), 1008. L. D. Mum. Dipl. 123.—Id. 249.
Maurenti, monte, 1080. Doc. most. Pendorada. Dipl. 355.—Id. 391.
Maurgado, n. h., 991. Doc. most. Vairão. Dipl. 101.—Id. 246.
Maurgayde, geogr., 1258. Inq. 582, 2.ª cl.
Mauri, villa, 1059. L. D. Mum. Dipl. 261, l. 5.—Id. 46 e 548.
Mauricado, n. h., 965. Doc. most. Moreira. Dipl. 57.
Mauricius, bispo conimbr., 1002. L. Preto. Dipl. 114.—Id. 411.
Mauricos, campo, 967. Doc. most. Lorvão. Dipl. 59.
Maurigo, n. h., 1002. Doc. most. Moreira. Dipl. 115.—Id. 122.
Mauriguiz, app. h., 1037–1065. L. Preto. Dipl. 280.
Maurilino, n. h., 1258. Inq. 306, 2.ª cl.
Maurini, n. h., 773 (?). L. Preto. Dipl. 1.
Mauriniz, app. h., 773. L. Preto. Dipl. 1.
Maurisca (carraria), geogr., 953. Doc. colleg. Guim. Dipl. 39, l. 8.
Mauriz e **Mouriz** (Quintana de), geogr., 1220. Inq. 18, 2.ª cl.
Maurize (Kasalle de), geogr., 907. Doc. most. Lorvão. Dipl. 10.
Maurone, n. h., 922. L. Preto. Dipl. 16.
Maurontani, villa, 1013 (?). Dipl. 137, l. 3.
Mauselus, **Maurelus**, **Mauselo** e **Maunelo**, n. h., 1059. Dipl. 263.
Mausi, geogr., 1258. Inq. 582, 1.ª cl.

Mauzoos e **Moucoos**, villa, 1220. Inq. 40, 1.ª cl.
Mavaldi, app. h., 1220. Inq. 160, 1.ª cl.
Maxim. Vidè **Marim.**
Maxitus, n. h., 951. Doc. most. Arouca. Dipl. 36.—Id. 410.
Mayareles, geogr., 1258. Inq. 596, 2.ª cl.
Mayor, n. m., sec. XV. S. 273.
Mayoraez, geogr., 1258. Inq. 373, 2.ª cl.
Mayostina. Vidè **Maostina.**
Mayqui, geogr., 1258. Inq. 437, 2.ª cl.
Maza, app. h., 1220. Inq. 17, 2.ª cl.—Id. 372.—Leg. 673.
Mazaas, geogr., 1258. Inq. 666, 1.ª cl.
Mazada, geogr., 1002. Doc. most. Lorvão. Dipl. 116, l. 2.—Inq. 42 e 123.
Mazadoria, geogr., 944. L. Preto. Dipl. 31.
Mazaedo, app. h., 1220. Inq. 91, 1.ª cl.—Geogr., 1220. Inq. 18, 1.ª cl.
Mazaeira, **Mazeira** e **Mazeeira**, geogr., 1220. Inq. 114, 1.ª e 2.ª cl.
Mazaes, geogr., 1258. Inq. 589, 2.ª cl.
Mazanaria, villa, 991. Doc. most. Moreira. Dipl. 99.—Id. 70 e 106.
Mazanario corozario, geogr., sec. XI. L. D. Mum. Dipl. 562, l. 42.
Mazaneda, villa, 1013 (?). Doc. most. Pedroso. Dipl. 134.—Id. 18 e 235.
Mazanedo e **Mazaedo**, geogr., 1258. Inq. 300, 2.ª cl.
Mazaneira, villa, 1072. Doc. most. Moreira. Dipl. 310.—Id. 196.
Mazaneta, geogr., 1055. Doc. most. Pedroso. Dipl. 241.
Mazaref e **Mazaraf**, app. h., 1220. Inq. 137, 2.ª cl.
Mazarefes, geogr., 1258. Inq. 315, 2.ª cl.
Mazaria, geogr., 1077. Doc. most. Pedroso. Dipl. 334.
Mazarros e **Mozarros**, geogr. (?), L. Preto. Dissert. chr., 4.º, pp. 175 e 176.
Mazas, villa, 1258. Inq. 609, 2.ª cl.
Mazcotelis. Vidè **Mascotelhos.**
Mazegio, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 258, l. 37.
Mazenaria, villa, 1066. Doc. most. Pendorada. Dipl. 283.
Mazinata, geogr., 994. Doc. most. Moreira. Dipl. 106.—Id. 304 e 334.
Mazocos, geogr., 1258. Inq. 584, 2.ª cl.
Mazorra (quintana de), geogr., 1258. Inq. 645, 2.ª cl.
Mazugilzi, app. h., sec. XII. L. D. Mum. Dipl. 7.
Mealha, app. h., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 2.ª, C. 47.

(*Continúa*).

A. A. Cortesão.

Chronica

Nas vesperas da abertura do Congresso de Medicina (1906) recebeu o Museu Ethnologico a visita official de S. Ex.ª o Ministro das Obras Publicas, Sr. Conselheiro Pereira dos Santos, que veio acompanhado dos Srs. Conselheiros Severiano Monteiro, Director Geral Interino das Obras Publicas e Minas, e Costa Couraça, Chefe da 1.ª Repartição da Direcção Geral.

*

O Museu esteve patente aos Membros do Congresso de Medicina, que o visitaram em grande número (nacionaes e estrangeiros). A secção de Physiologia do mesmo Congresso visitou-o officialmente.

*

Durante as festas que em Junho de 1906 se realizaram em Lisboa foi o Museu aberto ao publico, e muito concorrido. Por essa occasião publicou-se, em folheto de quatro paginas, o seguinte:

Plano summario do Museu Ethnologico Português

Este Museu, onde se expõem methodicamente elementos materiaes para que se estude e conheça a vida do povo português, consta de tres secções principaes: Archeologia, Ethnographia e Anthropologia; e de duas subsidiarias: secção colonial portuguesa (Ethnographia) e secção estrangeira (Archeologia). O Museu occupa uma ala do mosteiro dos Jeronymos (com tres pavimentos) e um barraeão annexo.

I — Archeologia:

A nossa Historia admitte tres grandes divisões:

tempos prehistoricos, que só conhecemos pelos objectos que restam de então (utensilios, armas, construcções, ossadas, etc.), pois não ha a seu respeito noticias escritas:

tempos protohistoricos, de que já ha algumas noticias escritas, quer em inscripções, quer em obras de autores antigos (é a epoca dos Celtas, dos Phenicios, — dos Lusitanos, etc.; chega até o sec. III-I antes de Christo);

tempos historicos, que começam com os Romanos (do sec. III-I antes de Christo, em deante.

Todas estas divisões estão, mais ou menos, representadas no Museu:

Epoca da pedra[1]	A) idade eolithiea?	Tempos prehistoricos
	B) idade paleolithiea ou da pedra lascada	
	C) idade neolithica ou da pedra polida	

[1] Assim chamada, porque os utensilios e armas, que depois se fabricaram de metal, erão então feitas de pedra. (Os metaes não se haviam ainda descoberto).

Epoca dos metaes[1]	D) idade do bronze:	Tempos protohistoricos
	a) periodo chalcolithico (uso da pedra concomitantemente com o cobre)	
	b) periodo do bronze	
	E) idade do ferro (até o sec. III-I a. C.)	
	a) periodo de Halstatt[2]	
	b) periodo de La Tène[3]	
	F) epoca lusitano-romana (do sec. III-I a. C. ao sec. V)	Tempos historicos
	G) epoca lusitano-germanica (do sec. V ao sec. VIII)	
	H) epoca lusitano-arabica (do sec. VIII ao sec. XI)	
	J) epoca portuguesa propriamente dita (do sec. XI em deante).	

A, B, C e parte de D, bem como as suas secções lapidares e as de E, F, G e H estão no rés-do-chão ou pavimento 1.º

O resto de D, e os objectos meudos de E, de F, de G e de H estão no andar nobre, ou pavimento 2.º

A parte meuda de J está no pavimento 3.º, junta com a Ethnographia; a sua secção lapidar está num barracão annexo ao Museu; a collecção das moedas e medalhas portuguesas está num gabinete do rés-do-chão.

Os objectos de ouro e os manuscritos estão num gabinete especial.

II — Ethnographia:

Esta secção está no pavimento 3.º Por ora acham-se esboçados os seguintes grupos:

1. bordões
2. vestuarios e adereços (exemplares reaes e modelos)
3. industria dos pastores (alentejanos, etc.)
4. louças antigas
5. azulejos
6. heraldica e brasões das cidades portuguesas
7. pinturas antigas
8. utensilios de fumar e cheirar tabaco
9. vida agraria (Minho, etc.)
10. armas e armaduras
11. industrias caseiras (tear, pesos de tear, fusos, dobadoiras, etc.)
12. arte da escrita (tinteiros, pergaminhos, etc.)
13. historia do correio
14. brinquedos infantis, espectaculos e jogos
15. musica popular e infantil, e antiga

---

[1] Assim chamada, do predominio dos metaes no fabrico dos instrumentos de trabalho e guerra. Primeiro descobriu-se o cobre, e os instrumentos eram de cobre e bronze (liga); depois o ferro.

[2-3] Estes nomes provêm dos de estações typicas da Austria e Suiça.

16. gravuras portuguesas antigas
17. «registos» de romagens (lendas religiosas)
18. livros concernentes á Igreja lusitana
19. ex-votos
20. varios objectos religiosos
21. amuletos e veronicas
22. uma maquineta armada
23. historia do jornalismo
24. historia da encadernação
25. historia da typographia
26. collecção de ex-libris antigos e modernos
27. utensilios para caçar e pescar
28. objectos correlacionados com a alimentação
29. utensilios caseiros
30. pesos, medidas e relogios
31. industrias tradicionaes (louça, etc.)
32. ferragens (espelhos de porta, etc.)
33. typo de uma sala alemtejana
34. aspecto de uma casa estremenha
35. curiosidades e cousas varias.

III — Anthropologia:

Tambem no 3.º pavimento. Consta apenas de tres grupos:

1. raças da Lusitania (cranios)
2. varias ossadas antigas
3. cranios portugueses modernos.

Tem junta uma collecção de bibliographia portuguesa.

A secção colonial portugueza occupa uma saleta no 2.º pavimento. A secção estrangeira occupa a escadaria que vae do rés-do-chão para esse pavimento.

J. L. de V.

Bibliographia

Boletín de la Real Academia de la Historia. t. L, fasc. 1.º, Janeiro de 1907.

Entre os artigos contidos neste fasciculo, conta-se o do Sr. Dr. Nicóla Feliciani, intitulado *Le fonti per la II^a guerra punica nella Spagna,* e publicado de p. 5 a 32. Não é esta a primeira vez que o Sr. Feliciani se occupa da Peninsula Iberica. Alem de outro trabalho que elle cita no referido artigo, e que não conheço directamente, publicou estes, que conheço: *L'Espagne à la fin du IIIe siècle* no *Boletín de la R. Academia de la Historia,* t. XLVI, e *Contributi alla Geogr. ant. della Spagna* na *Riv. di Storia Antica,* X, 3 sqq.

O presente artigo compõe-se de duas secções. Na primeira expõe e discute o A. as fontes historicas que podemos utilizar para o conhecimento da 2.ª guerra

punica, que, tendo começado com a tomada de Sagunto por Hannibal (219 a. C.) e terminado na batalha de Zama (202), em que P. Cornelio Scipião, o 1.º Africano, derrotou aquelle general carthaginês, se passou em grande parte na Hispania. A segunda secção trata das fontes geraes da geographia iberica.

Ao A. é familiar a litteratura do assunto, sobretudo allemã. Por isso o seu trabalho constitue util supplemento ao já raro livro de Hübner, *La Arqueologia de España [y Portugal]*, Barcelona 1888, que Feliciani porém não cita. Outros trabalhos hübnerianos sobre a Iberia, igualmente omittidos, são: *Die Römische Herschaft in Westeuropa* (1890)[1] e *Die Nordwest- u. d. Südwestspitze von Hispanien* (1898)[2]. Quanto a Portugal, o Sr. Feliciani, embora no seu interessante estudo abranja toda a Peninsula, não faz uma unica allusão ao que no nosso país se tem publicado. Notarei um equivoco a p. 24: o A., fallando da *Ora maritima* de Avieno, considera no plural este titulo, quando elle está no singular (*ora, -ae*, «praia», «costa»).

J. L. de V.

O Archeologo Português — 1907

Registo bibliographico das permutas

(Continuação. Vid. o *Arch. Port.*, XI, 383)

Atti della R. Accademia dei Lincei; 1905, fasciculos 7 a 12. Acham-se descritos nestes fasciculos recentes achados, principalmente sepulcrologicos, da Italia, quer arcaicos, quer romanos e até barbaros; muitas inscripções, ceramica italiana, criptas funerarias, antiguidades recentes de Pompeios, ricos sarcophagos, etc.

Bullettino di Paletnologia Italiana; anno XXXI, n.º 712 (1905). Summario: *Tombe eneolitiche di Viterbo* (Roma), por L. Pernier; são covaes ovoides de inhumação. *Un sepolcro primitivo ad Andria e l'eneolitico nell' Apulia Barese*, por A. Jotta; rito da inhumação, curiosa ceramica analoga a alguma que apparece em Portugal e que atravessou tambem o periodo anterior. *Necropoli à grotte artificiali scop. dal Prof. A. Taramelli*, por A. Colini (Sardenha); são criptas communicantes em que eram depositados os cadaveres, e que se relacionam com a architectura prehistorica do sul da França e da Hespanha (e exemplos ha em Portugal). O espolio constava de objectos de pedra polida e retocada, armas metallicas, enfeites de origem mineral e animal (conchas, dentes), ceramica analoga tambem a alguma nossa. *Abbozi di ascie metalliche n. nell' Isola Virginia* (*Lago di Varese*), por P. Castelfranco; é o estudo de um *ripostiglio* de cunhas de bronze, muito pouco ligado, pertencente a palafitticolas. *Oggetti enei della prima età del ferro scoperti à Poggibonsi in Val d'Elsa* (Sienna), por A. Colini; artigo em que se descreve o provavel espolio de bronze de uma sepultura da primeira idade do ferro, espolio especialmente constante das curiosas rodelas, de fibula, etc. — *Società Archeologica Italiana — Recensioni — Notizie — Necrologie.*

F. A. P.

---

[1] Cf. *O Arch. Port.*, VI, 55.

[2] Cf. *O Arch. Port.*, VI, 57.

EXPEDIENTE

O Archeologo Português publicar-se-ha mensalmente. Cada número será sempre ou quasi sempre illustrado, e não conterá menos de 16 paginas in–8.°, podendo, quando a affluencia dos assumptos o exigir, conter 32 paginas, sem que por isso o preço augmente.

PREÇO DA ASSIGNATURA

(Pagamento adeantado)

Anno.....	1$500 réis.
Semestre	750 »
Numero avulso.....	160 »

Estabelecendo este modico preço, julgamos facilitar a propaganda das sciencias archeologicas entre nós.

Toda a correspondencia á cêrca da parte litteraria d'esta revista deverá ser dirigida a **J. Leite de Vasconcellos**, para a BIBLIOTHECA NACIONAL de Lisboa.

Toda a correspondencia respectiva a compras e assignaturas deverá, acompanhada da importancia em **carta registada** ou em **vales de correio**, ser dirigida a **Manoel Joaquim de Campos**, MUSEU ETHNOLOGICO, Belem (Lisboa), séde da administração.

Á venda nas principaes livrarias de Lisboa, Porto e Coimbra.

VOL. XII MAIO A AGOSTO 1907 N.os 5 A 8

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLLECÇÃO ILLUSTRADA DE MATERIAES E NOTICIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1907

SUMMARIO

Geographia protohistorica da lusitania—Situação conjectural de Talabriga: 129.

Medalha de D. Carlos I, commemorativa da acclamação, para galardoar serviçaes: 159.

Dois miliarios ineditos: 162.

Numismatica portuguesa—O real preto: 164.

Inscripções romanas de Castello Branco: 172.

Os pergaminhos da Camara de Ponte de Lima: 178.

Projecto de moeda de 20 réis para Angola: 195.

Antigualhas de Bujões: 199.

Conselho dos Monumentos Nacionaes: 201.

Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Archeologia: 204.

Estações prehistoricas dos arredores de Setubal: 206.

Acquisições do Museu Ethnologico Português: 217.

Onomastico medieval português: 226.

Ara consagrada a Juppiter: 242.

Observação a-«O Archeologo Português»: 243.

Bibliographia: 244.

Registo bibliographico das permutas: 249.

Este fasciculo vae illustrado com 28 estampas.

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XII MAIO A AGOSTO DE 1907 N.os 5 A 8

Geographia protohistorica da Lusitania

Situação conjectural de Talabriga

Summario

1. Estado da questão—2. Autores antigos—3. Itinerario—4. Exame do mappa—5. Topographia e onomastico da região—6. Os castros do trajecto da *Via*.—7. Região mineira—8. Localização de Talabriga—9. Opinião de Gaspar Barreiros—10. Geographia arabica—11. *Strata maurisca*—12. Ria de Aveiro e o Vouga—13. Historia de Talabriga.

I

Algum tanto sem o presentir, ao fazer o estudo da ara de Estorãos, (*Arch. Port.*, XII, 36) encontrei-me no limiar de um problema que, de modo definitivo, não se resolverá senão com a verificação *in loco* de vestigios archeologicos incontrastaveis.

É o problema da trajectoria exacta da via romana entre Aeminium e Calem, da qual não se conhecem milliarios decisivos e sufficientes, especialmente da sua passagem por Talabriga.

O assunto, parcialmente considerado, tem sido alvo das principaes referencias na pugna litteraria em que os paladinos de Agueda, de Aveiro e de Coimbra patrioticamente articulavam preeminencias genealogicas, que é da praxe mencionarem-se em monographias locaes, mas que hoje, quanto a Coimbra (e Condeixa-a-Velha) estão sentenciadas, em prejuizo até heraldico de Agueda [1].

[1] O brasão de Agueda ostenta num lemnisco o mote *Aeminium*. Mas Coimbra tem hoje uma lapide, que lhe dá irrecusavelmente o foro de *civitas aeminiensis*.

Propositadamente, porém, o problema não foi ainda estudado debaixo do seu aspecto geral; apenas por incidente tem sido versada a localização de Talabriga. Não venho com o proposito de o dar como resolvido, é certo; mas desejo englobar neste estudo um certo numero de considerações, que podem preparar o desenlace d'este ponto controvertido da geographia protohistorica da Lusitania, no campo adequado, e quiçá orientar pesquisas.

Onde foi Talabriga? Até hoje nenhum d'estes indices peremptorios que marcam inilludivelmente a situação das antigas cidades, como para *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha), *Aeminium* (Coimbra), *Bracara Augusta* (Braga), *Olisippo* (Lisboa), *Pax Julia* (Beja), etc., se nos antolha para dar resposta nitida áquella pergunta.

Guiados pelas indicações geographicas do Itinerario e de Plinio, os nossos escritores teem querido alternadamente que Aveiro, Cacia, Esgueira occupem hoje o logar que outrora se chamou *Talabriga*. De facto, o Itinerario, ao contar as milhas que de *Aeminium* vão a *Calem* (Gaia ou Porto?) pela via militar, devia ter especial valor para este problema; mas a comprehensão da necessidade de verificar rigorosamente as indicações d'aquelle documento, a consulta de edições criticas, tomando-se por base a decisão do problema de Aeminium, e talvez o desaffecto de uma ou outra solução é que teem, no meu humilde entender, faltado a todos os autores que mais modernamente do assunto se teem abeirado [1].

II

A geographia classica não é de todo omissa a respeito d'esta antiga povoação. O testimunho de Plinio, que é o A. mais expresso, vem a ser o seguinte: *A Durio Lusitania incipit. Turduli veteres, Paesuri, flumen Vagia* [2], *Oppidum Talabrica, Oppidum et flumen Aeminium, Oppida Co-*

---

[1] Um dos autores que se destacam por tentar a determinação de Talabriga e Langobriga (e ainda outras estações da via *ab Olisipone Bracaram Augustam*) por um processo exacto é o Sr. J. Henriques Pinheiro, fallecido professor do Lyceu de Bragança. Mas talvez em consequencia de trabalhar sobre uma carta (a de Folque) muito reduzida e de se servir da reducção de milhas a leguas, localiza Talabriga em *Aveiro* e Langobriga na *Feira*. Em todo o caso, não podendo conciliar as distancias relativas a Langobriga, conclue que ha erro nos Codices (*Estudo da Estrada Militar Romana de Braga a Astorga*, por J. Henriques Pinheiro, Porto, 1896, p. 129).

[2] O Sr. A. Coelho diz que a fórma verdadeira é a de Estrabão, como o prova a moderna *Vouga* e *Vauga* dos documentos em baixo latim anteriores ao sec. XII (*Mélanges Graux*, 1882). Vid. *Religiões de Lusitania*, II, 28.

niumbrica, Collippo, Eburobritium. (C. Plinii Secundi, *Nat. Hist.*, ed. de Detlefsen, IIII, 113). Isto tem o ar de uma sêca enumeração chorographica, que se desdoba do norte para o sul, a contar do Douro, e que, restringida ao nosso caso, nos dá esta sequencia:

a) rio Vouga;
b) cidade de Talabrica;
c) cidade e rio de Aeminio (Coimbra);
d) e as cidades de Conimbrica (Condeixa),
e) Collippo (Leiria) e
f) Eburobricio (Obidos, Vejam-se *Relig. da Lusit.*, II, 31).

Se não fôr certo, como não me parece, que Vouga é ao norte de Talabriga e este oppido ao sul do mesmo rio, pelo menos conclue-se que Talabriga vizinha de um lado ou outro aquelle estuario.

Não trago nenhum outro autor antigo, porque elles não adeantam o problema chorographico. Na *Cosmografia* de Ravennate (ed. de Pinder & Parthey, p. 307) *Talabrica* apparece transformada em *Terebrica* e fica na seguinte localização relativa: *Olisipona—Terebrica—Langobrica—Cenoopido—Calo* . . .

III

Vamos pois ao *Itinerario*[1] e á discussão das suas indicações. Encontra-se nelle, que nos sirva:

Eminio	mp. X.		
Talabriga.	mp. XL	(= 59:240	metros)
Langobriga . . .	mp. XVIII	(= 26:658	»)
Calem.	mp. XIII	(= 19:253	»)
		105:151	»

A equivalencia que sigo é a de 1 milha = 1:481 metros (Saglio & Daremberg, s. v. *Milliarium*).

A trajectoria d'esta via desde Coimbra (Aeminium) a Gaia (Calem) deixaria de ser ponto controverso se, como succede noutras estradas romanas, alguns milliarios sobreviventes escalonassem os seus vestigios.

---

[1] Nas *Noticias Archeologicas de Portugal*, de Hübner, trad. do Visconde de Juromenha, vem um extracto do Itinerario segundo a ed. de Parthey & Pinder (1848). Prefiro a lição *briga* a *brica* de Wesseling, ed. dos *Vetera romanorum Itineraria*, MDCCXXXV.

Não ha porém, neste particular, mais que isto:

1.º Um fragmento de milliario com 2m,04 de alto × 1m,40 de circuito, que appareceu na Mealhada ao norte de Coimbra e só tem M.XII.

2.º Outro que foi encontrado mesmo em Coimbra e aponta M.IIII.

Nem aquelle nem muito menos este servem ao meu intento; o traçado litigioso no nosso caso é para norte da Mealhada e Anadia, e não entre Mealhada e Coimbra. (Vid. Borges de Figueiredo, *Oppida restituta*, p. 82; Hübner, *Notas archeologicas sobre Portugal*, p. 67, trad. cit.; *Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*, p. 6; A. Filipe Simões, *Escritos diversos*, 1888).

3.º Um pretenso milliario descrito por Fr. Bernardo de Brito na *Monarchia Lusitana*, II, v, p. 3. Este vicio de origem obriga-me a pôr ainda de parte este monumento como comprobativo da directriz; Hübner fulmina-o com a sua desconfiança (*Corpus*, II, 55 a *) dizendo que Brito queria demonstrar com elle a existencia de *Vacua*. Não lhe darei porém eu maior valor que o proprio monge, que, como por prevenção, confessa que as letras da pedra eram «mal distinctas e muy quebradas». Assim a sua interpretação deve desinteressar-nos, visto que não ha meio de contraprovar a leitura de Fr. Bernardo de Brito, duvidosa para elle proprio. Para este, a lapide era porém um padrão de estrada, o que pouco vale por entretanto para nós; mas provinha do Castello de S. Gião, ao que parece, *castro* rico em ruinas de muros, etc. Isto, cuja importancia só modernamente se aprecia, é que não se inventa e dá visos de que com effeito alguma cousa lá pudera ter apparecido. Mas Brito, com o dizer que a lapide era padrão de estrada, contrariava sem o advertir a propria crença de que a via romana seguia pela beiramar e *Talabriga* era em Aveiro. (*Mon. Lusit.*, id., p. 130).

Não obstante, ponha-se de parte a exactidão da epigraphe do supposto, mas rehabilitavel, milliario do castro de S. Gião, e fique, provisoriamente, apenas um facto — o achado de um padrão de via romana num castro das margens do Caima.

A opinião de que Aveiro fôra o assento da antiga estação do Itinerario tinha ainda por si, alem do mappa de Abr.ão Ortelius (*Theatrum orbis terrarum*, Antuerpia, CIↃ · IↃ · CIII) o pensar de Florez (*España Sagrada*, tomo XIV, p. 73), que lêra Plinio e uma edição antiga do Itinerario romano. E póde dizer-se que foi essa a corrente que dominou até hoje, se com Aveiro abrangermos o aro circumjacente. (Vejam-se Adolfo Loureiro, *Os portos maritimos de Portugal*, II, p. 3; Marques Gomes, *Districto de Aveiro*, onde restringe [1] a Cacia o *ubi* de Talabriga;

[1] Não pude haver á mão as *Memorias* d'este mesmo senhor.

Borges de Figueiredo, *Oppida restituta,* 1885; Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno,* s. v. *Aveiro;* Gaspar Barreiros, *Chorographia de alguns logares;* D. Nunes de Leão, *Descripção do reino de Portugal;* Franciseo do Nascimento Silveira, *Mappa breve da Lusitania antiga,* etc.)[1].

Regressemos porém ao *Itinerario,* e vejamos se será possivel concluir algo que um dia a pesquisa e exploração persistente do archeologo possa contraprovar. É o meu sonho.

Que a medição total do Itinerario relativa á via *ab Aeminio Calem* está notavelmente exacta, demonstra-o esta verificação facil: a somma das milhas que se contaram de Eminio a Gaia, reduzida a kilometros, (unidade mais pratica e mais exacta que a de leguas, até agora adoptada) era de 105:151 metros, como vimos; a distancia computada actualmente na Carta de Estado Maior d'esta região pela directriz da *estrada real* é de 105:100 metros[2]. Não podendo ser mais breve a distancia d'esta estrada, como se verifica olhando os traçados rectificados ao lado do mappa junto, em que a distancia em linha recta e a rectificação exacta da extensão effectiva da estrada fazem pequena differença, o que mostra que os desniveis ou as inflexões do traçado são assaz reduzidos, conclue-se que a via romana, desde que marca igual extensão kilometrica, não poderia seguir caminho mais longo que ella, nem portanto muito distanciado d'ella.

Esta coincidencia de medições é suggestiva e não permittiria, só por si, que a trajectoria da via romana e da actual estrada real diver-

---

[1] Como preciosidade estrangeira, desejo referir que o aliás eminente celtista D'Arbois de Jubainville, num estudo erudito sobre «Les Celtes en Espagne» (*Revue Celtique,* XIV, § 8) diz, de passagem, ser Talabriga a actual povoação de Sousa, cone. de Alenquer! Presumo que esta incongrueneia é proveniente do que escreveu *C. Müller* em uma nota da *Cl. Ptolemaei Geographia* (I, 137) a respeito de Talabriga: *Oppidum haud longe a Vouga fluvio circa hod. Souza alicubi steterit. Accuratius locum definire non licet.* Como ha mais Marias na terra, d'ahi provem a confusão. Veja-se Sousa a O. de Vagos.

[2] Por partes temos:

De Gaia á Feira	21:900	metros
Da Feira a Oliveira de Azemeis	10:900	»
De Oliveira de Azemeis a Albergaria	18:000	»
De Albergaria ao rio Vouga	6:800	»
Do rio Vouga a Agueda	9:000	»
De Agueda á Mealhada	22:000	»
Da Mealhada a Coimbra	16:500	»
	105:100	»

gissem muito. Se esta desenhasse uma inflexão pronunciada no seu trajecto de Coimbra a Gaia, claro é que era possivel, sem exceder a mesma extensão, encontrar outra curva symetrica que tocasse em pontos intermedios diversos e afastados, e coincidisse apenas nos respectivos extremos, o que nada util me seria; mas nas circunstancias que se dão e já salientei, e que me permittiram estudar sobre uma carta este problema, a coincidencia effectiva das duas vias de communicação deve em grande parte quasi corresponder á coincidencia theorica, agora expendida.

Isto oppõe-se a que a via romana passasse em Aveiro, ponto muito afastado e divergente do trajecto theorico [1].

IV

Vou porém demonstrar por partes como isto assim deve ser. É preciso partir do principio já demonstrado, embora para o total da distancia, que as medições do Itinerario não contém erro. Qualquer inexactidão nas milhas marcadas para cada uma das secções da via militar alteraria a somma, desde que, por um acaso unico, não fosse compensada por outra inexactidão.

Ora a via romana de Eminio contém tres troços ou secções; o 1.º de Eminio a Talabriga; o 2.º de Talabriga a Langobriga; o 3.º de Langobriga a Cale. Se uma sequer das distancias correspondentes do Itinerario contivesse erro, a somma total accusá-lo-hia; mas nós já vimos que a distancia de 105 kilometros corresponde a uma realidade. Comecemos pelo extremo norte da via. Isto conduz mais claramente ao meu fim; e descobre mais prontamente o erro em que até agora me parece que tem laborado os escritores. Tomemos o mappa [2].

Se traçarmos um arco de circulo, cujo centro seja Gaia e o raio igual á distancia de Cale a Langobriga, isto é, a 19 kilometros (veja-se

---

[1] Escreveu o autor do *Portugal Antigo e Moderno* que a via romana seguiria pouco mais ou menos o trajecto da linha ferrea. Assim era preciso, se Talabriga fosse Aveiro, quer no troço ao norte, quer no troço para sul, em attenção ás condições topographicas. Neste caso, porém, a distancia de Coimbra a Gaia seria necessariamente pelo menos a que hoje é por aquelle caminho; nada menos de 115 kilometros, o que está bem longe dos 105 kilometros da via romana e da estrada real. Num diagramma da carta indico a differença das distancias entre Cale e Talabriga e Gaia e Aveiro pela via ferrea (45:800 metros e 59:000 metros).

[2] No mappa com que documento este estudo, lancei só os elementos que me eram uteis. Tudo o mais ficou no original, a que até accresci alguma cousa a mais, por assim convir á minha demonstração.

a escala), teremos obtido uma curva theorica (LL no mappa) que no terreno representa uma faixa de tolerancia, mais ou menos larga, dentro da qual e numa zona d'ella que seja compativel com um trajecto ininterrupto da via, cuja extensão já definida se não póde exceder, o archeologo deverá procurar os vestigios de Lancobriga.

Esta zona, ou este segmento, não poderá pois, em principio, afastar-se consideravelmente da directriz da estrada real.

Consultemos de novo o Itinerario. Entre Langobriga e Talabriga medeiam 26:600 metros. Ignorando ainda qual o ponto preciso que na curva *LL* marca o primeiro d'aquelles oppidos, deveremos traçar um arco de circulo parallelo ao antecedente e á distancia que a escala indica. Como o terreno não é propriamente uma carta celeste [1] em que os pontos podem ser rigorosamente indicados, a nova curva deixada pelo compasso é representativa de uma segunda faixa de tolerancia, susceptivel de maior ou menor elasticidade, mas confinada, quanto á sua extensão, pela continuidade do trajecto viario em direcção a Aeminium, trajecto cujo comprimento tem limite determinado de milhas.

E assim temos o arco *TT*.

Nesta curva, que não é mais que uma zona media, deverão surgir ao appellido do archeologo as ruinas do que outrora foi Talabriga. Esta conclusão emerge logicamente das bases que tomei: o acerto evidente do Itinerario no total e muito provavel nas secções; a coincidencia das extensões da via antiga e da estrada moderna.

Se agora, por contraprova, apontarmos o compasso a Eminio e girarmos com um raio de 59 kilometros, verificado segundo a escala, obteremos outra curva, a terceira, tangente á segunda e que tem a missão de indicar a zona util, o segmento dos arcos, correspondente á area provavel da situação de Talabriga. Porque o que não póde haver, é um hiato, uma interrupção de trajecto de Cale a Aeminium [2].

Esta primeira phase da minha demonstração, porém, já torna incompativel a actual situação de Aveiro com vestigios de Talabriga. E mais do que isto; vem levantar um equivoco de Plinio, que parece

---

[1] É força porém attentar na exigua differença que no caso presente existe entre a recta, que unisse os dois pontos extremos (Coimbra e Gaia), e o desenvolvimento da distancia effectiva pela estrada real, entre os mesmos pontos. Bem sei que differentes parcellas podem dar a mesma somma, mas difficultoso seria crer que, acertando o Itinerario na distancia total entre Aeminium e Cale, delinquisse nas parcellas, que vem a ser as tres secções da via militar. Veja-se o diagramma.

[2] Pela linha ferrea de Coimbra a Aveiro são 56 kilometros; pelo caminho romano de Coimbra a Talabriga eram 59 kilometros.

suppôr aquelle oppido ao sul do Vouga; se assim fosse, não seria possivel encontrar o ponto de reunião do caminho que descia de Cale a encontrar Lancobriga aos 19 kilometros e se prolongava na direcção do sul até mais 26 kilometros, onde devia beijar a Talabriga do Itinerario sem encontrar a de Plinio [1]. O hiato resultante fica, parece-me, fechado e annullado, desviando Talabriga de Aveiro e aproximando-a de Albergaria, ao norte do Vouga; isto é, a hipothese que proponho é a que se concilia em todos os pontos com o Itinerario.

V

Mas não se concilia só com esta fonte documental; é a mais plausivel em face das condições topographicas e historicas da região de Entre-Vouga-e-Douro.

A actual directriz da estrada real é a que mais ou menos devia ter seguido a via romana que procurasse unir Eminio a Cale, dado o traçado que ella já trazia desde Lisboa.

Em primeiro logar: as condições topographicas d'aquelle grande delta do Vouga não eram senão de molde para difficultar a abertura de uma estrada na epoca romana, em concorrencia com traçado mais firme e duradouro, mais economico, mais util e mais commercial. Aquellas planuras deviam existir já então, como um presente do Vouga, segundo se tem dito, creio, do Nilo.

Se eram naquelle tempo pantanos, ou bosques intransitaveis [2] ou veigas retalhadas, como hoje, por um dedalo de canaes e esteiros, não me cabe a mim defini-lo. De qualquer d'estas fórmas, uma via romana não iria atravessar uma região em que a falta de pedra é quasi absoluta, e a multiplicidade de trabalhos de architectura civil ou de obras

---

[1] Nada mais possivel do que um erro de informação de Plinio. Mas poderia tambem haver aqui uma confusão entre a Talabriga do roteiro romano e a Vacua, de que parece existirem ruinas no Cabeço de Vouga (Cit. *Oppida restituta,* 1885). Mas o Itinerario omitte-a, o que é apenas argumento negativo. Ainda se poderia dar o caso de *Vacua* não ser *mansio* do caminho romano. Havia um codice do Plinio que nomeava Talabriga e *Vacca* e uma cosmographia antiga que refere *Vacca* (*sic*) e não Talabriga, que aliás deveria ter conhecido pelos AA.

Jorge Cardoso, no *Agiologio,* II, 65, quer que Vacua tenha sido em Viseu. Peor!

[2] Nos *Port. Mon. Hist*, «Diplom. & Chart.», vem um documento (n.º 815 do anno de 1095) cujo teor nos não prende, mas onde se lê:.... *Ista igitur auctoriate confissus ingressus sum et ego densissimam silliam* (silvam) *que ab antiquis temporibus habitaculum erat bestiarum*....Trata-se de arredores de Ilhavo.

de arte uma consequencia inevitavel. Era preciso combater por um lado a pouca firmeza do terreno, por outro contar com o custo da empresa[1], ou os impecilhos da viagem.

Por isso os mesmos motivos que na idade media afastaram a construcção, ou melhor, a conservação de uma estrada velha para longe da costa, obrigando-a a passar nas pontes que ainda existem, devem ter sido os mesmos que desviaram os engenheiros romanos de lançarem a via militar através de campinas encharcadas, só para irem buscar a embocadura do Vouga, antes de attingir Calem.

Depois preciso é notar que havia outra directriz ao alcance da administração do Imperio, directriz que não podia admittir confrontos com a traçada através do delta do Vouga. Essa directriz levava a estrada romana pela orla fóra do terreno firme e accidentado e da região povoada de castros e abundosa de minerios, região que ainda hoje podemos ver acompanhada pelo trajecto da estrada real. As vias de communicação teem muitas vezes uma directriz fatal e tradicional através de longos tempos e povoadores successivos[2].

Póde soffrer destruição o caminho, sem estancar a arteria de communicação.

A actual estrada real ou de macadam foi ainda, por assim dizer, decalcada pela anterior, a medieval, cujos restos subsistem nas pontes antigas de que os chorographos fallam. Esta orientou-se pela comprehensão das conveniencias, e afastou-se da embocadura do Vouga, seguindo a directriz mais economica e mais util; não direi ainda a directriz romana porque é o que pretendo demonstrar, mas a que era directriz tradicional, como vou explicar.

---

[1] Nos arredores de Aveiro ha pontos com as cotas de 15, 27, 46, 57, 48, 38, 23, 16, 24 e 10 que correspondem a relevos suaves. Todos estes pontos estão situados na margem esquerda do Vouga. Mas na hipothese de Talabriga, a estação do Itinerario, ser Aveiro ou proximidades, a estrada romana, chegada ahi, ver-se-hia forçada a atravessar o Vouga desde Eixo para baixo, em direcção ao Norte. E digam-me se todo esse trato de terreno, comprehendido entre a margem direita do Vouga, desde a ponte de S. João de Loure, como vertice meridional, e os sitios de Froços, Angeja, Formelã, Canellas e Salreu, não eram de fazer recuar o engenheiro romano que por ahi tentasse obter saida para o norte, em direcção a Cale, tendo outra incomparavelmente melhor?

[2] Tenho sempre especial satisfação quando vejo que conceitos meus foram já formulados por escritores de outro cunho. Assim na *Revue des Études Anciennes* (1905, p. 389), Cam. Jullian, referindo-se a caminhos de epocas prehistoricas, diz: *Et il résulte bien.... que beaucoup des grandes lignes de circulation actuelle ne sont que les héritiers des pistes tracées il y a des milliers d'années.*

VI

Os castros ou montes habitados encontram-se precisamente no seguimento da via romana; os oppidos referidos pelos AA. antigos, as *brigae,* e as cidades romanizadas não são mais que uma evolução d'aquellas estancias, consoante as denominações que lhes applicaram[1]; era por essa corda alem, que o terreno baixo e plano da zona maritima começava de elevar-se. A estrada romana desenrolava-se por entre esses centros da habitação, abandonando ao lado um país chato, pouco firme e talvez quasi invio.

Do sul para o norte *Anadia* está situada nas abas de um monte de *Crasto* (Pinho Leal e M. Gomes).

Agueda está tambem perto de um *Crasto* (Pinho Leal).

---

[1] Para os leitores habituaes do *Archeologo Português,* seria oeiosa esta nota; para os que porventura o assunto do presente estudo desperte de-novo, é uma prevenção necessaria. Quando se falla em *castros* com supposta referencia á epoca romana, não se trata dos *castra,* acampamentos ou abarraeamentos (Saglio & Daremberg) fortificados que as forças militares de Roma construiam em eampanha: nunca vi ruinas de nenhum d'estes *castra,* nem me consta que as haja verificadas no país. E eomtudo os *castros,* ou *crastos* no fallar do povo, são abundantissimos entre nós... porque são cousas muito differentes. Estes *castros* são apenas uns montes com vestigios de habitação *ante-romana* e quasi sempre de obras de fortificação de terra ou de muralha. Assim os *castros* são outeiros, eabeços habitados e fortificados, não pelos romanos, mas contra os romanos, pelo menos, e perteneentes aos antigos habitadores do país. Os *castros* devem pois aos romanos, não o seu principio, mas a sua deeadencia e o seu fim, porque foi a conquista e foi a eivilização romana que os tornou desneeessarios naquelle tempo. Como se lhes dá então este epitheto que não vem senão causar confusões? O epitheto eneontramo-lo na toponimia local; foi o povo que conservou até hoje esta designação que nós vamos eneontrar com frequente emprego nos documentos da idade media. É que no singular *castrum* significou seeundariamente um castello, uma fortaleza; cita Rich o capitulo VI da *Eneida,* onde se lê (*vv.* 771 a 776):

> Qui juvenes quantas ostentant, aspice, vires!
> At qui umbrata gerunt eivili tempora quercu,
> Hi tibi Nomentum, et Gabios, urbemque Fidenam,
> Hi Collatinas imponent montibus arces,
> Pometios, Castrumque Inui, Bolamque, Coramque:
> Haee tum nomina erunt, nunc sunt sine nomine terrae.
>
> (*Œuvres de Virgile,* par E. Benoist; vol. I, Hachette, 1882).

(Trad.) *Contempla como são grandes as forças que aquelles mancebos ostentam! Pois d'entre os que trazem a fronte sombreada pelo carvalho civico, uns construirte-hão Nomento, Gabios e a cidade de Fidena, outros assentarão em montanhas as*

Nas margens do Vouga, naquelle logar onde subsiste ainda a ponte medieval (Pinho Leal), encontra-se na aldeia de *Vouga* um morro que foi castro (Brito e P.e Carvalho, II, 161); explica Francisco do Nascimento Silveira (*Mappa breve da Lusitania*, p. 239) que *Vacca* existia em sitio forte por natureza, entre as pontes de Vouga e Marnel, porque alli se vêem vestigios de muros antigos e sinaes de uma majestosa grandeza; existem ainda tijolos, cantarias, muralhas em *Lamas de Vouga* (*Arch. Port.*, V, 50 e VII, 191)[1], e havia ahi a *civitas Marnele* (*Port. Mon. Hist.*, «Diplom. de Chart.», n.º 819)[2], cuja origem deve ter sido outro castro.

---

fortalezas Collatinas, Pometios, o castello de Inuo, Bola e Cora (antigas povoações do Lacio): *estes serão os nomes d'aquelles logares, que estão agora na terra sem nome.*

Foi certamente d'esta accepção que derivou para o latim corrente, e em seguida para o fallar medieval das nossas populações, a denominação de *castro* ou *crasto*.

Na *Revue des Études Anciennes* (IV, p. 43, 1902) vem uma serie de citações para demonstrar que no fim do Imperio pela palavra *castrum* se designavam frequentemente as cidades fortificadas; de entre todas extraio a seguinte de Isidoro (*Origines*, XV, 2, 13): *Castrum antiqui dicebant oppidum loco altissimo situm.* Com referencia a sitios nossos, temos, bibliographicamente, o conhecido *Portumcalε castrum*, de Idacio.

Mas a par d'aquella, outras se formaram, como *castello, cristêlo, crastêlo* e *castrêlo*. *Castellum* (cfr. cit. *Rev. des Ét. Anc.*) na lingua latina, era um deminutivo de *castrum* e applicava-se tanto a um reducto transitorio, como a um forte permanente, quasi sempre situado em logar elevado (Saglio & Daremberg, s. v. *Castellum*). Depois, é explicavel que a linguagem popular prescindisse da origem não romana d'estes pontos estrategicos, e applicasse o termo a alguns castros, talvez aos mais deminutos. Aos mesmos montes se vêem tambem applicadas as designações de *cividade* mais ou menos pura, *cidadêlhe, coroa* e outras ainda. Os autores antigos usam o termo *oppidum* applicado a alguns d'estes centros de população (*oppidum Aeminium*). E ainda se encontra junto ao nome originario da povoação, a modo de suffixo, o termo de origem celtica *briga*, que tambem quer dizer castello, altura fortificada (*Talabriga*).

Os romanos, no nosso caso, traçando a via militar através d'estes montes habitados, não fariam mais do que seguir um caminho historico e uma directriz frequentada.

[1] O parocho de Segadães (1758) informava que a antiga cidade de *Vaca* (*sic*) fôra assolada pelos *mouros*. Os leitores conhecem estes *mouros*... (*Arch. Port.*, VII, 191).

[2] Varios outros documentos d'esta região de Entre-Vouga-e-Douro compulsei eu nesta collecção, que se reportavam a *castros*, mas não pude localizar as referencias com a presteza que era necessaria. Até se me deparou a fórma rara *crésto* (*cresto ualanes*, doc. DXLIX do anno 1077), da qual conheço outra actual no concelho de Valdevêz.

Na carta geodesica vê-se, junto ao rio, um *Castello* (111). Isto é ainda do concelho de Agueda[1].

Na freguesia de *Serem,* tambem concelho de Agueda, outra *civitas* (Viterbo, s. v. *Cidade*); ha lá sitios elevados a norte e a sul (Cfr. M. Gomes).

Na freguesia da *Branca* ha um logar de *Cristellos* (M. Gomes e *Arch. Port.*, II, 313).

Na serra de S. Julião, mesma freguesia, *onde passa a estrada real,* diz o Sr. M. Gomes que ha ruinas de muralhas e fossos; acreditava-se (*Arch. Port.,* loc. cit.) que ahi era a antiga *Langobria* (*sic*). Não sei se é precisamente o mesmo local a que Brito (*Mon. Lusit.,* II, v, p. 3) chama *castello de S. Gião,* onde havia ruinas de muros e elle encontrou o tal padrão suspeito e onde presume *Lancobriga,* não na Feira, diz, mas entre Albergaria e Bemposta, defronte de Pinheiro. Significativa confusão! Aquelle logar de *Cristello* vem na carta geodesica entre Estarreja e a estrada real[2].

Na freguesia de Ul ha outro castro (*aldeia do crasto*), de que porém não conheço o *ubi*. Tem uma cintura de muralha de pedra solta ou cousa que o valha. (Pinho Leal, s. v. *Ul*).

Nas proximidades de Azemeis parece que não são escassos estes monumentos (*Quatro Dias na Serra da Estrella,* por E. Navarro, Porto 1884, p. 174).

Em *Ossella* ha um castro com ruinas de muralhas (Brito, *loc. cit.*).

Entre *S. Martinho* e *S. Tiago* vê-se na carta geodesica um *crasto,* a O. da estrada real; isto é no parallelo de Ovar. Será aquelle a que Pinho Leal chama Castro Troncal ou Francal (s. v. *C. de Cucujães*)?

No *Arch. Port.,* VI, 68, diz-se que ha em Oliveira de Azemeis um logar de *Lações,* onde foi a antiga Lancobriga (*sic*), porque ahi se ajustam as medidas do Itinerario e não na Feira ou Bemposta. Este sitio é elevado e estrategico; a sua cota é de 287 metros e fica na fronte de um promontorio fechado por duas ribeiras e no extremo de uma chapada em cujo prolongamento se conta ainda a altitude de 274 metros. É, pelo que se vê, um *castro. Lancobriga* é que não.

---

[1] Na fé de Nascimento Silveira (*Mappa brere da Lusitania,* p. 226), em Mancinhata, nos cruzeiros ha inscripções que ainda ninguem entendeu.

[2] Nos *Port. Mon. Hist.*, «Dipl. et Chart.», n.º CCCCLXXI, vem um documento que diz: *Cesari... subtus monte castro calbo...* Cf. o n.º CCCCLXX. Não pude averiguar se é um *Monte Calvo* que vejo perto de Romariz. *Cesári* (gen. de *Cesarius, -ii*) deu Cesár, como *Severi* (*Port. Mon. Hist.*, «Dipl. et Ch.», *passim.* e *Arch. Port.*, II, 252, art. do Sr. P. de Azevedo) deu Sever.

Em *Macieira de Cambra* ha um castro (*Arch. Port.*, VII, 54)[1].

Em *Romariz* informa o Sr. M. Gomes que ha um *Crasto*, onde appareceram antigualhas da epoca romana; o que é presumivel e prova ter recebido a influencia dos seus conquistadores.

Os antigos chorographos portugueses não teem dado valor aos cabeços elevados, onde se encontram os vestigios do que póde ter sido um castro, uma citania, emfim uma estação archeologica pre-romana, e isso não admira; mas o facto é esse e constitue uma deficiencia na descrição dos logares, que actualmente seria imperdoavel, e que, num caso como o que estou versando, sonega lamentavelmente elementos aproveitaveis de estudo.

Junto ao mar, e bastante para o norte, em Esmoriz, encontro menção de um castro, especialisado hoje pelo erudito estudo que d'elle fez documentalmente o meu erudito amigo Sr. Pedro de Azevedo (*Arch. Port.*, III, 137). Era o castro de *Aville, Ouvil, Ubile* e *Obil*, denominações que se applicavam á lagoa que ainda existe, e que elle dominava. Crê o distincto publicista que aquelle castro é o mesmo outeiro a que o parocho depoente de 1758 chamou *Monte do Murado*, pertencente á freguesia de S. Martinho de Mozellos. Fico porém em duvida, pois que estando o castro *prope litore maris* (Does. de 1055, 1076) bem como a lagoa (Does. de 1057 e 1090), Mozellos parece um pouco afastado para o interior. Confessando que, sem a inspecção dos logares, a base é instavel, em todo o caso affiguram-se-me aqui dois castros distinctos.

Em S.ta Maria de *Fiães* appareee outro castro ou «povoação de Mouros» (*Arch. Port.*, IV, 250).

E d'ahi para o norte, são frequentes na faixa atravessada pelo caminho romano. Será algum d'estes castros o jazigo de Langobriga?

Este inventario, tendo origem, como tem, exclusivamente bibliographica, não póde deixar de ser omisso. A averiguação local e a informação competente accrescentá-lo-hiam, se eu d'estes dois factores me tivesse soccorrido. Para o meu intento, o pouco que joeirei, era colheita bastante.

VII

Alem d'estas averiguadas condições de habitabilidade que se encontravam no trajecto da via romana e que, em meu entender, conjugadas com as da elevação e relevos de terreno, que para as popu-

[1] Virá de *Calambria?* pergunta A. Herculano (*Historia de Portugal*, III, 423). Cfr. *Arch. Port.*, art. do Sr. A. Cortesão, IX, 232. Teremos aqui alguma *Calambriga?* Um thesouro de 16 argolas de ouro é de lá. (*Arch. Port.*, II, 87).

lações ante-historicas constituiam uma necessidade vital, concorreria tambem, não sem ligação com ellas, a existencia de jazigos metalliferos.

Nem todas as minas que enumero seriam conhecidas na antiguidade, mas em algumas ha vestigios da remota laboração e o que tudo attesta é que a região era mineira e portanto centripeta de populações.

Os locaes explorados são Telhadella, Albergaria, Palhal, Milheirós, Cucujães, Nogueira, Ossella, Palmás, Carvalhal, Pindello, Silva Escura, Ul, Talhadas, Braçal, Coval da Mó, Malhada.

Os minerios são cobre, tão procurado na antiguidade, chumbo, prata, etc.

D'estes jazigos, aquelle em que são mais importantes os vestigios de antiga lavra, é o da Malhada, uma das concessões das chamadas Minas do Braçal. As madeiras de entivação, que foram encontradas dentro da mina, denotam tal antiguidade que parecem fossilizadas, em consequencia da côr negra que adquiriram. Os trabalhos antigos attingem a profundidade de 45 metros (*Catalogo Descriptivo da Secção de Minas,* pelos Srs. Severiano Monteiro e J. Augusto Barata, p. 188).

A respeito dos outros, a noticia de antiga exploração é muito vaga para que me seja licito insistir. Nas minas de Palhal tambem ha vestigios antigos. (Cfr. Marques Gomes, *Districto de Aveiro*).

VIII

Que se póde concluir das considerações que até aqui tenho encadeado?

Por um lado, o estudo do Itinerario levou-me a aventurar na carta geographica, largamente circunscritas, as zonas em que o calculo faz presumir que se devem encontrar as ruinas de Talabriga; por outro lado, a inquirição topographica e onomastica da região, tanto quanto era possivel com a escassez de elementos, indicou-me alguns logares de archaicas estações archeologicas do genero da que deve ter sido Talabriga, como castro ou oppido submettido ao poder de Roma.

Quero lembrar que *briga* só póde corresponder a uma posição elevada, a um outeiro ou cabeço fortificado; por onde Talabriga nunca pudera ser Aveiro ou arredores (Vid. *Arch. Port.,* XII, 42).

Relançando novamente o olhar ao mappa, poder-se-há notar que a zona attribuivel á situação de Talabriga[1] não está erma de castros,

[1] Eu não me occupo especialmente da *Langobriga* do Itinerario, mas é facil ver que identicos raciocinios lhe são applicaveis e em consequencia, a situação d'este segundo oppido deveria ser na faixa de terreno vagamente indicada pela

antes nella se dão varias circunstancias que não posso deixar de aproveitar para a minha these conjectural.

Branca é uma freguesia cuja séde fica na margem direita de Caima e que é cortada pela estrada real; ha nella um logar de *Cristellos*, que só pelo topónimo demonstra a existencia de um castro ou oppido. Mas alem d'este, infere-se do Sr. Marques Gomes, de Fr. Bernardo de Brito (*loc. cit.*) e d-*O Arch. Port.* (II, 313, «Mem. Parochiaes») que ha um local sito na serra de S. Julião, atravessado pela estrada real e que Brito mais claramente chama *castello* de S. Gião (*castello* por *castro*), no qual, segundo aquelles tres testimunhos, ha ruinas de muralhas e fossos, que o Sr. M. Gomes presume serem ruinas de uma *atalaia* e que o parocho das *Memorias* tambem capitula de vestigios romanos, acrescentando muito singularmente (note-se bem o que isto póde significar) que ahi esteve... *Langobria* (*sic*). Foi aqui que Brito diz ter encontrado a tal pedra de *letras mal distinctas* de que não affiança a leitura, mas que lhe pareceu *padrão de estrada*.

E aqui tem cabimento o que já atrás deixo dito, para absolver de fraude consciente a noticia archivada em Fr. Bernardo de Brito.

Parece-me pois ser neste aro, se não neste mesmo ponto, que se deverá procurar o jazigo, não de Langobriga, mas da nossa Talabriga, e é precisamente a estas immediações que o compasso me levou ao medir sobre a carta a primeira secção da via romana de Coimbra a Gaia [1].

---

curva *LL*, um pouco ao norte da Feira. No meu estudo da ara de Estorãos, assentei que esta não é a actual *Longroiva*, cuja fórma medieval era *Langobria*, (*Port. Mon. Hist.*, «Dipl. et Chart.» ccccxx). Do que deponho a p. 141, parece que é a algum dos castros de *Obil* ou do *Monte do Murado* que deverá convir a localização de Langobriga. Este fica a 6:000 metros para leste da lagoa.

Para *longo-* e *lango-* como para *brica* e *briga*, não encontram difficuldade os celtistas. (*Élém. celt. dans les noms de personnes des inscr. d'Esp.*, por A. Carnoy. Luvaina 1907).

[1] A legitimidade do processo que segui, empregando o compasso e a escala para determinar a zona em que, segundo as indicações do roteiro romano, deve encontrar-se o jazigo de Talabriga, tem uma averiguação facil, apesar da estranheza que possa causar. Se eu, collocado em Eminio, quisesse determinar a situação de Cale, cujo anorteamento já conhecia previamente, e para isso adoptasse identico systema, o compasso levar-me-hia a uma zona de terreno, onde não me seria impossivel encontrar localizações compativeis com uma estação d'aquella natureza.

Creio todavia que nem com todos os terrenos assim se póde proceder.

Comprova tambem a plausibilidade do resultado a circunstancia de fazerem pequena differença a distancia em linha recta entre Coimbra e Gaia e a rectificação da estrada entre os mesmos pontos.

Não desconheço quanto de problematico isto tem antes de serem perguntados pelo archeologo os logares, as ruinas, os vestigios e os montes e as vozes da região, mas nem por isso o meu espirito deixa de ficar demonstrado, até o possivel, que as cinzas de Talabriga nunca podem estar guardadas em Aveiro. As coincidencias que acabo de notar, não são bases frivolas.

Só pois a inspecção directa do terreno, nas immediações da Branca, poderá concorrer para confirmar ou destruir a minha conjectura.

D'esta região para o norte, a via romana seguiria até Cale, mais ou menos proxima do actual leito da estrada real; só alguns vestigios ou referencias de documentos, como os de Grijó, e a inquirição dos logares e tradições poderão concorrer para precisar a trajectoria d'aquella antiga via de communicação; o caso em si, porém, é indifferente para a questão primacial que motivou este estudo. O que é certo, é que a estrada romana sulcava a faixa comprehendida entre a estrada real e a linha ferrea até o vertice de Gaia.

Ao sul de Branca e Albergaria, a directriz da via militar sente-se escalonada nos vestigios medievaes que deixei explanados nas paginas anteriores. *Albergaria* denota bem que o sitio era de assiduo e antigo transito (Viterbo, *Elucidario de palavras,* etc., s. v. *Albergaria*) ponto necessario de passagem para quem do sul buscava o norte do país. As *mansiones* tinham o caracter de pousadas.

Em tempos de lazer para obras de piedade, é que a instituição caritativa se fundou, como implemento de uma necessidade que já existia.

As pontes de Vouga e Marnel são indicios bem importantes da frequencia das viagens através d'esta parte da região, afastada da costa baixa e paludosa. São decerto obras da idade media, dos *mouros,* diz Pinho Leal (s. v. *Marnel* e *Vouga*). Mas os indicios pre-romanos e romanos soletram-se nessas ruinas de muralhas, pedras lavradas, vestigios de edificios e toponymia, que os cabeços de Vouga e Marnel nos conservam, segundo descrevem Brito, Pinho Leal e os parochos do sec. XVIII nos extractos publicados pelo *Archeologo Português*.

IX

O sentimento de Gaspar Barreiros (*Chorographia de alguns logares,* MDLXI, p. 48 sgs.) era que a situação de Talabriga devia ser a actual Cacia, especialmente na igreja de S. Julião, onde apparecem vestigios antigos. Varios autores o seguem.

As razões d'este illustre escritor do sec. XVI merecem alguma discussão.

Barreiros funda-se no Itinerario e conta, no sentido d'este roteiro, as milhas de Conimbriga para o norte. E por confirmação d'este argumento, traz o passo de Plinio que eu já transportei a este estudo, mas com uma differença que elle tomou de um archetypo Toletano (p. 51), declarando porém que alguns exemplares de Plinio não são accordes com aquelle. A lição citada é pois esta: *A Durio Lusitania incipit, Turduli veteres, Pesuri, flumen Vacca, oppidum Vacca, oppidum Talabrica, oppidum et flumen Miniam,* etc. Esta variante demonstra a existencia de uma cidade *Vouga,* que G. Barreiros colloca na Ponte de Vouga (p. 50 *v*). Algumas cartas antigas reflectem esta indicação. Isto posto, G. Barreiros leva a contagem de Conimbriga para Talabriga por espaço de 50 milhas, o que é exacto, espaço que elle computa equivalente a 12,5 leguas e enumera:

De Condeixa a Coimbra.....	2,5	leguas
De Coimbra á Mealhada.....	3,5	»
Da Mealhada a Avellãs.....	2	»
De Avellãs a Agueda.....	2	»
De Agueda á Ponte de Vouga.....	1,5[1]	»
De Ponte de Vouga a Cacia.....	1	»
	12,5	

«Na qual villa & igreja de sanct. Juliã nas ribeiras de Vouga situadas, se acham vestigios antigos. s. os fundamẽtos de hũa torre que na memoria dos homẽs inda staua quasi inteira, onde em outro tĩpo segundo ficou fama de hũs em outros chegauam nauios da foz do mar, porque inda ali se acharam pedaços d'elles & anchoras iuncto da dicta torre em hũa lagoa Afora muitos vestigios & ruinas d'argamassa que dentro em seu ambito cõprehende hũa milha pouco mais ou menos» (p. 50).

A não ser que tenhamos de recorrer a uma mudança da primitiva situação, nós temos de procurar em Talabriga a cidade preromana, que no sec. II a. C. Decimo Junio Bruto reduziu á miseria e á impotencia, segundo narra Appiano. E esse oppidum teria que possuir condições estrategicas identicas ás dos outros castros preromanos, taes como elles nos acenam que foram escolhidos pelas populações proto-

[1] ....por ser tam grande como todos sabẽ, de q̃ á prouerbio no pouo. (*Ibid.* p. 50). Já não é só pois grande a legua da Povoa!

historicas; teria que justificar o proprio designativo de caracter celtico *briga*—altura fortificada.

Creio poder affirmar que nada d'isto se encontra em Cacia. Alem d'isto o proprio G. Barreiros, no dizer que, entre os vestigios antigos, sobresaia uma torre, que ainda andava lembrada, e se topavam «ruinas de argamassa», quasi estabelece uma chronologia, porque taes vestigios não podem ser anteriores aos romanos; poderão attribuir-se menos á sua epoca que ás posteriores. Para a contemporancidade, teriamos que admittir e demonstrar uma deslocação do primitivo assento de oppidum, como vimos; se esses vestigios se affectam ás epocas successoras dos romanos, o facto sae para fóra do problema e d'elle me não posso occupar.

O principal estorvo, porém, que a opinião de Barreiros encontra, é aquelle que eu quis descobrir e evitar, quando ajustei a medição do Itinerario a contar de Cale para o Sul e não de Aemimium para o Norte. Evitei assim o erro de cair em Aveiro, em Esgueira e agora em Cacia, onde muito bem podia ir passar com o roteiro romano nas mãos.

Isto illumina-se á luz da carta. Barreiros vem seguindo, com os ouvidos na tradição do seu tempo, o leito do caminho romano (dito mourisco) pela Mealhada, Agueda, até á ponte de Vouga, e até aqui bem elle vem; chegado porém a esta altura, desnorteia-se e inflecte para Oeste para fazer a primeira estação de Itinerario em Cacia, imaginando-se em Talabriga. Kilometricamente, creio não haver que lhe objectar. A distancia da ponte de Vouga a Cacia é proximamente igual á que entre o mesmo ponto se nota e a linha-zona *TT*, que eu determinei. Portanto não falseava o illustre chorographo quinhentista a tabella do Itinerario, isto é, as 50 milhas desde Condeixa (Conimbriga).

Mas a precaução de começar a contagem de Cale para Talabriga, obsta ou impede aquella inflexão e obriga a trazer o caminho numa directriz mais desempenada para a ponte de Vouga. Volvendo os olhos á curva *TT* do mappa, ver-se-ha que Cacia lhe fica a distancia grande porque, com este desvio da trajectoria normal, a medição romana perdeu espaço, atrasando-se.

Se não fosse este meio de verificar o erro, era possivel a desorientação.

Creio, pois, ter demonstrado pela ethnographia e pela geometria topographica que Talabriga não póde ser collocada em Cacia, quer se olhe á Talabriga preromana ou protohistorica, quer á romana ou historica; á Talabriga de Appiano e D. J. Bruto ou á da epoca imperial e do Itinerario.

X

Como, segundo se infere de Appiano (vid. adeante), o oppidum de Talabriga continuou a ser habitado depois da sua rendição no sec. II a. C. e emfim ainda existia no sec. IV d. C., poderia succeder que elle conseguisse resistir á vinda dos barbaros, e chegar ao dominio dos arabes. Convinha pois consultar a geographia arabica, e o nome de Edrisi, geographo do sec. XII, impunha-se-me logo.

O que das suas differentes traducções se conclue, não é nada claro para mim que ignoro o arabe, mas poderá auxiliar o estudo da questão por parte dos arabistas.

Ha uma edição de 1619 (Paris) com o titulo de *Geographia Nubiensis,* que quero pôr em confronto com a traducção de Amédée Jaubert (*Géographie d'Edrisi,* Paris 1840).

Edrisi descreve dois caminhos de Coimbra a Santiago de Compostella: um por terra, outro por mar.

Caminho por terra

Ed. de 1619 (trad. lat.)

«Iter autem terrestre a *Colimria* ad *S. Jacobum* est hujusmodi: a *Colimbria* ad oppidum *Aba* stationis habetur intervallum. Ab *Aba* ad oppidum *Vatira* statio. Ab hoc ad primos terminos regionum Portugalliae, statio, pergit que iter sceans terram Portugalliae spatio diei, ibique conspicitur oppidum *Bonacar* ad ripam fluminis *Durii,* quod est flumen Samorae, atque illic trajiciendum cymbis ad hoc paratis. Ab oppido ad amnem Minio, indeque ad castellum Abraca LX M. P. duae videlicet stationes. A castello *Abraca* ad castellum *Tui* stationes duae».

O editor de 1619 diz que não ha medida certa para as *stationes,* expressão que se referia a pousada dos viandantes. As *stationes* justas eram de 25 milhas, mas algumas tinham mais, outras menos. Pareec que seria o espaço que se poderia pereorrer em um dia.

Ed. de 1840 (trad. fr.)

«O itinerario por terra de Colomria (Coimbra) a S. Tiago é eomo segue: de *Coimbra* a *Abah* (Ribadavia) (!) aldeia, uma jornada. De *Abah* a *Uetaria* (Huetaria) (?) aldeia, uma jornada. D'ahi á fronteira de Portugal, uma jornada. O caminho vae através das terras de Portugal durante uma jornada, ao fim da qual se ehega a *Buna-Car,* aldeiasinha nas margens do *Douro,* que é o rio de Zamora. Passa-se o rio em barcos proprios para isto. D'este logar ao rio *Minho* ou antes ao forte *Abraca* (insua de Caminha) (?) 60 milhas ou duas jornadas. Depois *Tuia* (Tuy) cidade poueo notavel, mas bella e numa região fertil, duas jornadas» (II, p. 232)

No texto francês, ao vocabulo *statio* corresponde *journée,* que eu traduzi por *jornada* (de um dia).

Temos aqui duas traducções do texto arabe, uma em frente da outra, e a verdade é que sufficientemente se correspondem. O principal para

o meu fim seria a localização das estações de Edrisi; neste ponto o traductor francês apenas conserva intemeratamente as tradições dos estrangeiros quando, fallando ou escrevendo, debicam na nossa geographia.

Nem ao diabo lembra que a Coimbra se siga... *Ribadavia!*

A primeira estação ao deixar Coimbra é *Aba* (ed. 1619) ou *Abah* (ed. 1840). Poderá corresponder a *Agueda?* Jaubert desejaria falar em *Riba-d'Agueda?* É provavel.

A segunda estação foi interpretada por *Vatira* (ed. 1619) e *Uetaria* (ed. 1840). Não sei identificar esta localidade, assim desfigurada.

Em seguida a isto, se na versão latina parece haver uma incongruencia, ella desapparece na traducção franceza. Através das terras de Portugal, chega-se com um dia de viagem ás margens do Douro. Isto parece ser bem o tradicional caminho que entesta na foz do Douro.

Não diz o geographo arabe em que ponto da margem do Douro ficava *Bona* ou *Buna-car,* expressão que não sei reconhecer, mas parece-me que deve ser a embocadura d'este rio, e é a seguinte a razão. Diz Edrisi que de *Bona-car* ao rio Minho são 60 milhas; ora, numa pagina anterior (p. 227) elle conta da foz do Douro á do Minho as mesmas 60 milhas. Portanto creio que *Buna-car* era aproximadamente em Gaia, onde depois o rio se atravessava em barcos [1].

Descrevendo o mesmo *caminho por mar,* isto é, a viagem de Coimbra a Santiago, o primeiro ponto onde diz que se abica, é a foz de *nahr-Budhu* (rio *Vadeo,* traduz A. Jaubert!) que corresponde ao Vouga, rio, acrescenta, consideravel, onde entram embarcações grandes e pequenas (II, 227). Esta aclaração parece indicar que naquelle tempo a foz do Vouga e o lago interno serviam a uma navegação bastante activa. Quanto ao relacionamento da antiga Talabriga com alguma das estações do caminho medieval descrito por Edrisi, nenhuma conclusão posso tirar com segurança.

Com muita probalidade porém se infere d'isto que o caminho frequentado então devia ser o que hoje corresponde á estrada real com a passagem nas pontes medievaes de Vonga, mas emquanto não se fixa-

---

[1] O escritor espanhol Eduardo Saavedra, num artigo intitulado «La geografía árabe de Portugal» in *Revista Archeologica e Historica,* I, 49, suppõe que o trajecto descrito por Edrisi vae de Coimbra a Viseu e Braga «por um caminho muito frequentado», fazendo o primeiro descanso em Avô, 45 kil. a NE. de Coimbra; o segundo em S. Miguel do Outeiro, 10 kil. a O. de Viseu no caminho de S. Pedro do Sul; depois chega-se ao Douro, que se passa em embarcações defronte de uma aldeia, que é Villaboa de Quires, a E. de Penafiel. D'aqui duas jornadas a Braga e outras duas a Tuy.

Salvo o devido respeito, isto parece uma viagem ... *à vol d'oiseau!*

rem estes dois pontos duvidosos, localização muito verosimil de *Aba* ou *Abah* em Agueda e incerta de *Vatira* ou *Uetaria,* o testemunho do geographo arabe apenas serve seguramente para localizar as testas d'este caminho, estabelecer com grande plausibilidade a tradição do caminho historico pela orla das montanhas e revelar-nos o movimento commercial da foz do Vouga.

XI

Tratando-se pesquisa dos vestigios da via romana *ab Aeminio ad Calem,* o testemunho de Viterbo (*Elucidario*, s. v. *Estrada mourisca*) devia ser ponderado. Diz este illustre antiquario que, nos documentos de Grijó, se fazia larga menção de propriedades que ficavam umas da parte de cima, outras da parte de baixo da estrada mourisca. No anno de 1148, Trutesindo doa ao celebre mosteiro o que possuia em Brantães e em S. Felix *subter illam Stratam Mauriscam, discurrente riuulo Cerzedo.*

Acrescenta o sabio antiquario que a estrada era mourisca por ter sido aberta pelos Mouros, que abandonaram a romana que vinha ali a passar entre Lancobriga e o mar, pois que com o rodar dos annos a costa se entupira e alteara por causa das areias e os rios estagnados não só esterilizaram os campos, mas fecharam a passagem dos caminhos. E mais depõe Viterbo que a estrada mourisca ia do Porto a Agueda por Azemeis, Albergaria, Vouga, etc.

Antes de mais: notemos esta opinião corrente, esta tradição, tão concordante com o que eu já procurei accentuar, de que a tal estrada *mourisca* descia do Porto a Agueda precisamente por Azemeis, por Albergaria e por Vouga.

Que Viterbo lhe chamasse *mourisca* não é de espantar; era a voz popular que ainda hoje nos falla de Mouros sempre que tem de referir-se a povos muito antigos, preromanos, romanos, barbaros, etc[1].

Mas o documento de 1148 já tratava de mourisca uma obra que

---

[1] Nos *Port. Mon. Hist.,* «Diplom. de Chart.», apparecem mais documentos em que se encontra esta mesma designação. Estes por exemplo:

N.º 67 do anno 953:... *et inde per carraria mourisca*... (Isto era nas vizinhanças de Villa do Conde).

N.º 614 do anno 1083:... *et inde per via maurisca*:... (territorio de Arouca).

Póde não se tratar nestes dois documentos de vias militares romanas, como não se trata; mas nem por isso a designação deixa de ser inexacta no seu sentido proprio. Eram antigos caminhos, anteriores aos arabes. Aliás teriamos que admittir que os filhos do Islam andaram por terras de Villa do Conde e de Arouca a abrir estradas em fórma, por serem inyios os territorios.

não podia ser dos Sarracenos, a esse tempo ainda no sul de Portugal. Creio não se poder sustentar que a estrada que passava em Cerzedo era construida por arabes; aproveitada sim, porque sendo o caminho que elles ainda encontravam á sua disposição, devia ser aquelle que inundavam do terror das suas algaras.

Em que elementos se estribava Viterbo para dizer ainda que a mesma estrada mourisca tocava em Oliveira de Azemeis, Albergaria, Vouga e Agueda? Confesso que não os conheço, a não ser que a memoria e o uso d'este caminho tradicional se perpetuassem através de tantos seculos e tão profundas transformações sociaes.

Informa Pinho Leal que na freguesia da Trofa (concelho de Agueda) ha ainda o ogar de *Mourisca,* á margem da estrada, e que o nome lhe veio d'esta. Traduzindo *mourisco* em *romano,* póde ser acertada a supposição. Isto transcreveu-o elle de Viterbo, s. v. *Estrada.*

Mais expressivo é o tópico de um sitio, perto de Lamas e junto da estrada real; chama-se elle *Fundo da rua.* Tal rua não é outra senão a via romana. Esta explicação affere pela que dá o *Corpus* (II, p. 363) com referencia a uma freguesia de Santo Estevam da Rua, onde passava uma estrada romana (*oppido quod a via romana nomen duxit*). A 3:500 para O. da Feira ha um sitio chamado *Rua Nova.* Aqui é que só a inspecção dos logares poderia indicar-me o significado d'este tópico.

Num escritor estrangeiro do sec. XVIII, lê-se uma descrição litteraria do caminho através do campo de Aveiro, que só se entende se o suppusermos encostado ás montanhas de leste, permittindo que se descortine para a banda do mar toda aquella immensidade de terras feracissimas que aquelle autor olhava como planicie encantadora (*Annales de l'Espagne et du Portugal,* Alvares de Colmenar, Amsterdam 1741, p. 253).

Isto demonstra que a estrada real de hoje é um caminho velho e tradicionalmente batido para ligar Coimbra ao Porto.

Demonstra isto que os amanuenses do secs. X e XI já não sabiam estremar romanos (e visigodos) de serracenos. Era pois, como hoje, o fallar do povo.

É tambem este o sentimento do Sr. Pedro de Azevedo (*Arch. Port.,* III, 137 sgs.). Este facto é bastante expressivo. Não passára um seculo ainda depois da expulsão dos arabes naquella região, e a interrupção de tradições locaes tinha sido tão intensa que a mera conjectura tomara o logar d'aquellas, attribuindo aos muçulmanos as obras de viação de que elles apenas tiveram a utilidade (Veja-se *Hist. de Portugal,* por A. Herculano, III, 421). Em França não se dava isto. Ruy de Pina na *Chronica do sr. rey D. Affonso V* (p. 569) diz: «E na eidade de Nimis leixou El-rey *a estrada romam,* que vay a Avinham».

Nos *Port. Mon. Hist.* não se encontram referencias mais claras do que esta de Viterbo e as que addnzi em nota, á antiga via romana. Compulsei bastantes documentos d'aquella publicação e nella encontrei variadas referencias a caminhos, mas em termos d'onde não se podia concluir cousa alguma que indicasse o conhecimento da existencia de uma estrada da epoca romana, considerada como tal [1].

XII

Um esclarecimento dá Viterbo que é exacto e tem importancia para a historia d'esta região tributaria dos esteiros vacuenses.

Refiro-me ao «entupimento» da costa que com o rodar dos annos se foi alteando e ao «estagnamento» dos rios que esterilizava os campos e fechava os caminhos. Esta acção do mar na costa de Aveiro tem sido um problema technico e administrativo extremamente complicado para os governos portugueses, não só pelas condições commerciaes de Aveiro, mas pelo estado sanitario de toda esta região. O coração d'este problema é a barra do Vouga.

É difficultoso dizer o estado d'esta embocadura nos tempos que interessam ao presente estudo. Tenho lido que, na epoca romana, en-

---

[1] Seria longo transcrever os trechos respectivos d'esses documentos; e nem sempre é possivel acertar a que especie de caminhos se referem as expressões usadas nos documentos. É commum o termo *strada, strata;* algumas vezes adjectivada *strata ueredaria* (Dipl. et Chart., n.º 174) em opposição a *alia carrale* (id.); *estrata de uereda* (id. n.º 13); *in estrada qui discurrit uia de ueredа* (id. n.º 24) ou *strata maiore* (id. n.os 563, 378 e 549). Tambem se encontra a expressão *carreira antiqua* (id. n.os 620 e 639), *karraria antiqua* (id. n.os 888), *carraria antiqua* (n.os 639 e 287), *carera antiqua* (id. n.os 366). *Via de strada* e *strada de uiminaria* lêem-se no doc. n.º 817 (*ob. cit.*) Ainda hoje se póde dizer *caminho de estrada. Carreira* é termo agora quasi só locativo, mas ainda se ouve no norte applicado ás largas entradas de algumas casas antigas, precedidas de uma alameda plana; certamente *carreira* inclue a idéia de carro, como *carrale.* Outra denominação que encontrei foi a de *via publica* (*ob. cit.*, n.º 676), que parece corresponder a caminho publico.

Karraria antiqua era certamente uma estrada carreteira antiga já naquella epoca e portanto tradicional, mas d'aqui não se póde concluir que essa estrada fosse *via militar* romana. Assim o doc n.º 570 do anno 1079 refere-se á freguesia moderna de Paçô, no concelho de Valdevêz (*uilla Palatiolo*), onde nunca passou via militar e onde a *carreira antiqua* poderia bem attingir a epoca romana.

Alguns d'estes documentos foram indicados pelo erudito conservador do Archivo Nacional e meu amigo o Sr. Pedro de Azevedo; outros rebusquei-os propositamente com o auxilio do valioso trabalho do Sr. Gama Barros, *A administração Publica em Portugal,* entre os que pertencem á região de Entre-Vouga-e-Douro.

travam a foz do Vacua embarcações de grande arqueamento (*Os portos maritimos de Portugal,* pelo Sr. Adolfo Loureiro, II, 3). Não sei que fundamentos póde ter esta asserção, que em todo o caso é relativa á tonelagem dos antigos navios.

Os geographos antigos que se referem a este rio lusitanico, não dizem cousa d'onde se possa inferir a sua capacidade para grandes embarcações, como aliás se tem escrito.

O mais explicito é Estrabão (*Geographia,* liv. III, III), que vertido a latim, diz: *Deinceps post Tagum nobilissima flumina sunt Muliadas, parvas habens navigationes. Itidem Vacua fluvius, post quos Durius longo fluens cursu,* etc. O geographo grego iguala o Mondego (*Muliadas*), rio de navegação diminuta, ao Vouga, da mesma fórma (*itidem*) estuario de diminuta navegação. E tanto mais é esta a natural hermeneutica, que o contraste é frisante com a importancia do Douro, *longo fluens cursu.* Estrabão escreveu no sec. I a. e d. de C.; como póde affirmar-se que no tempo dos romanos entravam o Vouga embarcações de longo curso e a sua foz era um porto de grande commercio e muita prosperidade?

Ora isto vem ao intento de eu pretender que no surgidouro do Vouga não havia nos primeiros seculos, pelo menos da epoca romana, povoação de vulto que determinasse uma passagem forçada na via militar e um desvio da natural directriz *ab Aeminio Calem.* E para um porto de tamanho trafego, era pouco um simples *vicus.*

Temos pois a affirmação estraboniana[1]. E antes?

Menos ainda. Diz-se que em algumas minas da região metallifera de Entre-Vouga-e-Caima tem apparecido vestigios de antigas laborações. Apesar da falta de precisão chronologica nesta noticia, póde presumir-se o facto até para a epoca preromana. E neste caso, a via fluvial seria a mais pronta saida do mineiro para o commercio externo.

Mas um óbice encontro agora. Seria consequente que este trafico determinasse a formação de um povoado á beira-mar ou na enseada interior. A essa gente faltaria, porém, uma cousa, que se lhes tornára tão indispensavel, como o pão para a boca: era a segurança pessoal, era o ninho de aguia. Com as planuras não se queriam elles. A não ser que deroguemos os conhecimentos adquiridos no que até agora se tem encontrado.

---

[1] No mesmo pensar encontro-me com o Sr. Alberto Sampaio na *Portugalia,* II, 216 (*As povoas maritimas do norte de Portugal*). Assim se exprime: «As unicas povoações, vizinhas do mar, existentes então (no tempo dos romanos), eram Calem e Portucale».

Alem d'isto, que motivos ha para tirar effeito tambem retroactivo á noticia de Estrabão?

Um primorosissimo escritor [1], filho de Aveiro, evita, com exemplar abnegação patriotica, o problema archeologico da origem preromana da sua terra natal, mas propende á presumpção de que algum povoado assentaria antigamente na foz do Vouga os seus lares. E enfeixa o illustre homem de letras duas razões: 1.ª, a geographica; 2.ª, a da exploração do sal. Aquella parece-me menos conciliavel com a ethnographia dos povos a que se deseja alludir, como notei. E esta? Para o commercio, quer interno quer externo, temos ainda o mesmo senão. Os marnôtos d'aquelle tempo onde se acoitariam [2]?

Que, posteriormente a Estrabão, as *parvae navigationes* crescessem em numero e tonelagem não é impossivel, porque a vida social começava já a fervilhar nas planicies.

E a industria do sal, cuja utilização aliás já data dos tempos neolithicos, poderia commercializar-se (perdão para o neologismo) d'essa epoca em deante, se tomarmos por base da hypothese o caracter latino da technologia [3] e o que sabemos por aquelle geographo da importancia das salgas (*Geographie de Strabon,* por Am. Tardieu, 1886; III-IV-2). Mas então já a via militar *ab Aeminio ad Calem* lá estaria antes de ser necessaria, se necessaria se pudesse considerar por motivo do commercio externo, num porto afastado da linha natural de communicação e posto em duvida pelo silencio dos textos, como vimos.

Do que o Vouga seria na idade media possuimos o testemunho do geographo arabico Edrisi (*Géographie d'Edrisi,* trad. de P. Amédée Jaubert, Paris 1840 II, 227).

---

[1] É o Sr. Conselheiro Luis de Magalhães, em *A arte e a natureza em Portugal,* vol. IV. A descripção da ria immensa de Aveiro, com as salinas espelhadas que a cobrem, com os seus cones alvissimos de sal, que marchetam a planicie sem fim, é um d'estes primores de prosa graeil e diaphana, que mais ninguem poderia escrever com igual coração e com pulso comparavel. Parece que a seducção d'esse panorama não me será mais intensa, quando com os olhos o vir, do que quando o adivinhei naquellas tão poupadas paginas.

[2] A grandissima maioria das povoações d'estas epocas era nos altos; ahi tem sido encontrados os seus vestigios. Para a alguma se attribuir situação aberta como a de Aveiro, necessario seria documentar a excepção.

Não repugna absolutamente admitti-la no nosso caso, mas é hypothese pura. E depois, lá temos o distinctivo *briga.* O nome da cidade comsigo traz a natureza do seu assento. No Algarve, *Ossonoba* e *Balsa,* não demoravam em outeiros. (Vide *Religiões da Lusitana* II, 85).

[3] *Portugalia,* II, 220, «As póvoas maritimas do norte de Portugal», pelo Sr. Alberto Sampaio.

O nosso rio foi transposto para aquella lingoa por uma palavra que A. Jaubert representa na graphia francêsa por *Boudhou* (ou=u); e assim conforme o texto arabico vemos que o *nahr-Budhu* é um rio consideravel onde navegam embarcações grandes e pequenas, e a navegação se estende a 70 milhas da sua foz. Agora já começamos a entrever uma população occupada no trafego maritimo.

A diplomatica tambem proporciona alguns elementos de estudo relacionaveis com este, mas propriamente esta epoca já não interessa á questão posta.

Ha, porém, uma cousa que não posso omittir.

É o documento n.º LXXVI dos *Port. Mon. Hist.*, «Dipl. et Chartae», onde se lê a fórma medievica de Aveiro, a qual é *alauario*, o que só por si desmorona as hypotheses etymologicas a que varios chorographos se tem apegado, mas revela pela primeira vez a existencia de uma povoação onde hoje é Aveiro (assim tambem *Talabasio* e *Túveiro*. Doc. CXXVIII).

O trabalho do mar e das aguas na desintegração de um subsolo brando e a força do vento nos areaes movediços devem ter sido causa perenne e inflexivel dos açoreamentos e obstrucção da navigabilidade [1]. O factor é antigo, tão antigo quanto o póde ser, por maneira que aquella região nunca teve, fóra das epocas geologicas, outra face topographica muito diversa da dos nossos dias [2]. É presumivel que elevadas florestas forrassem com sombras impenetraveis toda essa immensa orla limitada

---

[1] Explicação geologica d'estes phenomenos: «C'est après avoir traversé les marécages du Vouga, que l'on entre dans les terrains anciens; ce sont d'abord des schistes luisants, généralement cachés par des dêpots superficiels: sables des dunes, graviers pliocènes et graviers kaoliniques appartenant au Crétacique. Ces derniers ne montent pas plus haut qu'Estarreja et le Pliocène est rarement visible depuis la voie ferrée. Parfois ce soubassement de roches solides n'existe pas, ou du moins ne se trouve qu'à une certaine profondeur au-dessous du niveau de la mer; dans ce cas, la côte subit des alternances d'accroissement et de décroissement qui peuvent être funestes à l'homme trop empressé de s'approprier le terrain que les sables ont gagné sur la mer: tel est le cas à Espinho». *Promenade au Gerez* (*Souvenirs d'un géologue*), por Paul Choffat, 1895, p. 1.

[2] Poderia aqui investigar-se das alterações da costa que possam ter modificado o aspecto do surgidouro do Vouga. Um apello, publicado no *Arch. Port.*, II, 301, teve em resposta o silencio. Não tratando dos factos de periodos geologicos ou indeterminados (*Arch. Port.*, VII, 274 e X, 193) pouco é o que se tem recolhido e ás vezes antagonico. Açoreamentos em epocas historicas foram notados na Povoa de Varzim, Villa do Conde, Fão, Esposende, Vianna, em Setubal, no Algarve (*Portugalia*, I e II, *passim*), e eu mostro que na faixa de Esmoriz a Mira elles se deram tambem em epoca que não posso precisar. Num mappa que illustra o *Hisp. & Port. Itinerarium* de Martin Zeiler (1656) Aveiro é situada ao norte do Vouga. E não é o unico mesmo de datas mais recentes.

pelo mar a Oeste e pelas montanhas a E., na região e na epoca de que me occupo[1] como em outros pontos suppõe o Sr. Alberto Sampaio (*Portugalia*, II, 215, art. cit.); mas isso não importa acreditar a possibilidade da via romana por terrenos de tal especie.

Informou-me o distincto engenheiro Sr. Mello de Matos, que, ao proceder-se aos trabalhos de construcção de uma ponte nas proximidades de *Vagos*, se encontrou encastoado nas areias o cavername de um navio, que infelizmente não foi estudado. Na *Esgueira*, achara-se outro.

Narra Pinho Leal que ha annos em Vagos se descobriu uma ponte sobre um ribeiro que a areia das dunas entupiu completamente. Escusado é acrescentar que a ponte foi logo capitulada de *romana*, nada menos.

Estes factos não tem sido apenas recentemente verificados. Já vimos num trecho, que desatei do nosso Gaspar Barreiros (p. 50) que pelas alturas de Cacia se tem encontrado, submersos na terra, cascos de navios e ancoras, o que radicou a crença de que as embarcações chegavam até ahi em tempos antigos. Esta apreciação já é do sec. XVI.

D'este millenario ha um mappa, publicado por Abrahão Ortelius, onde se reconhece nitidamente a bacia de Aveiro. (Vide *Theatrum orbis terrarum*, já citado a pag. 132).

Estes factos esclarecem o assunto e reatam a tradição de que os fundos da ria se vão alteando com a obstrucção nos esgotos das correntes fluviaes. Fr. Bernardo de Brito (*Monarchia Lusitana*, II, V, p. 130) diz que, do tempo d'elle, Aveiro, muito concorrida de gente de mar e pescarias, era cidade florescente[2].

O Sr. Cons.º Luis de Magalhães tambem entende que, tendo ahi embarcado para uma jornada de Africa os terços da Beira, é porque o porto consentia a arqueação das caravelas.

---

[1] Ha um documento do sec. XI que faz uma referencia aproveitavel debaixo d'este aspecto: é o n.º DCCCXV do anno 1095 (doação á sé de Coimbra da igreja de S. Christovam, junto a Ilhavo)... *Ista igitur auctoritate confissus ingressus sum et ego densissimam silliam* (silvam) *que ab antiquis temporibus habitaculum erat bestiarum*...

[2] Entre as cartas antigas que folheei, desejo destacar uma do sec. XVII, assinada por N. Sanson, *christ. Gall. regis geografo* (*Hispaniae antiquae tabulae*, 1641). O mappa de Portugal antigo individúa, na região que andei estudando, *Conimbrica* em Condeixa, *Aeminium* na margem norte do Mondego; *Talabriga* ao N. do Vouga, um pouco afastada do estuario, a 20 ou 25 *milliaria* da foz do Vouga (isto é, na altura onde eu localizo esta povoação); e, seguindo no mesmo rumo, *Langobriga*. É na Bibliotheca Nacional, um grosso volume *in-folio*, recentemente encadernado com o distico —Mappas— e sem frontispicio.

D'esta epoca ha mais elementos concordantes no movimento commercial de Aveiro e portanto no estado da sua barra. (Vid. *Os portos maritimos de Portugal,* pelo Sr. A. Loureiro, II, 3).

O que Barreiros conta relativamente a Cacia, encontra-se repercutido num local situado muito mais acima sobre o Vouga. No sec. XVIII corria que em eras passadas ainda os navios subiam aquelle estuario até a antiga cidade de *Vacua*[1], onde depois foi a villa de Vouga e agora mero cabeço de Vouga (*Arch. Port.,* VII, 191), que aliás tende a desapparecer, como desappareceu a de Marnel pelo impaludismo (Pinho Leal, *Port. Ant. e Mod.,* s. v. *Vouga*).

Esta noticia, porém, deve interpretar-se com uma informação mais minuciosa que encontro em uma obra de 1741 (*Annales de l'Espagne et du Portugal,* por Alvares de Colmenar, Amsterdam). Diz este A. que Aveiro é uma cidade bastante consideravel, situada na testa de um pequeno golfo que a maré estabelece na embocadura do Vouga. Este rio fórma um porto de limitadas dimensões, onde os navios mediocres, que não demandam senão 8 ou 9 pés de agua, podem entrar na preamar, com a direcção de pilotos do sitio. Este A. já falla na grande producção de sal e nas fortificações constantes apenas de uma muralha flanqueada de algumas torres.

Na lagoa de Esmoriz, de que falla um doc. do sec. IX, (*Port. Mon. Hist.,* «Dipl. et Chart.», n.º XII), havia uma barra por onde entravam as caravelas em antigos tempos e depois se entupiu (*Arch. Port.,* IV, 144).

O caso do cavername encontrado perto de Vagos liga-se com a noticia do sec. XVIII, transmittida pelas *Memorias Parochiaes,* segundo as quaes o braço da ria que existe entre Aveiro e Ilhavo dava antigamente fundo para caravelas e agora é vadeavel (*Arch. Port.,* IV, 329).

Em Mira, numa lagoa de agua doce, conta um informador que nella se encontram vestigios de casas, moedas e alicerces de uma parede ou caminho que a atravessou pelo meio. Alem d'isto, pelo norte e poente, tem-se açoreado (*Arch. Port.,* V, 297).

Quanto se póde deduzir d'estas noticias, o extenso delta vacuense tem sido invadido com trabalho successivo pelas areias que causam a obstrucção dos esteiros e a diminuição da navegabilidade. De nenhuma noticia, porém, se póde concluir que na epoca romana o aspecto topographico e a constituição orographica da região fosse tão diverso

[1] Esta lenda porém reproduz-se em mais localidades, fóra d'esta região.

do que é actualmente, que a via romana lá pudesse passar preferentemente ao trajecto mais interno, na base da montanha, através dos castros e das minas.

XIII

De Talabriga temos uma das paginas da sua historia escrita por um autor do meio do sec. II d. C., Appiano de Alexandria.

É certamente este um caso particular, mas não deverá deixar de ser considerado como uma amostra de dramas analogos que succederam com os oppidos lusitanos, no embate das cohortes romanas.

Talabriga, escreve Appiano, era uma das cidades (da Lusitania) que mais frequentemente se revoltava. Esta falta de resignação, este, direi eu, germen de patriotismo ou melhor de municipalismo, não podia tranquillizar Decimo Junio Bruto, que julgou que o caso era de reclamar a sua presença no local da cidade. Partiu com numerosa gente, e ao seu apparecimento responderam os irrequietos Talabrigenses com supplicas e o seu incondicional abandono á discrição do conquistador. Então J. Bruto foi energico e insaciavel, mas ao mesmo tempo teve um lanço inesperado de generosidade. Quis fazer-lhes sentir primeiro a dureza cruel do seu braço de guerreiro, e para isso impôs-lhe a immediata entrega dos transfugas das hostes d'elle, certamente alliados dos romanos, a dos prisioneiros, a de todo o armamento e ainda por cima exigiu refens. Depois chegou a ordenar-lhes que abandonassem a cidade com suas mulheres e filhos. Parece que o prestigio militar de J. Bruto não valia menos que seu tino de politico e conquistador. Os Talabrigenses aprontaram-se para obedecer alli mesmo. Mas o capitão romano queria compôr-lhes um quadro que lhes impressionasse perduravelmente a imaginação. E ia espreitar o effeito produzido.

Desdobrou em circulo as suas tropas e, agglomerando dentro a chusma dos habitantes humilhados, arengou-lhes. Fez-lhes perceber que não receava a sua turbulencia indomita, porque quantas vezes desertassem, outras tantas elle viria combatê-los e reduzi-los com a necessaria firmeza. Incutido assim o receio e a convicção de que no momento adequado, J. Bruto cairia sobre elles com toda a energia, o general romano quebrantou a sua ira, satisfeito com estas objurgatorias. Mas não sem que lhes tomasse os cavallos, os mantimentos, os dinheiros da cidade com todo o outro material publico[1]. Isto era claramente

[1] ...*pecuniis publicis, cum reliquo publico apparatu, ademtis.* Isto dá bem a entender que havia uma perfeita organização politica, e nella se estribava a organização de uma defesa militar contra a invasão romana.

deixá-los na impotencia e até na penuria. E por fim J. Bruto, contra tudo quanto os Talabrigenses podiam já esperar (*praeter spem*), restituiu-lhes a cidade para nella continuarem a habitar. Isto passava-se já meado o sec. II, antes de Christo (138 a. C.).

Feito isto, o conquistador regressou a Roma.

Esta pagina da conquista da Lusitania é tanto mais importante quanto é, com igual individuação, a unica que nos resta de historia escrita dos oppidos lusitanos, e, embora narre um só episodio da guerra da conquista, não deixa de ser elucidativa.

Quando li este trecho de Appiano (*Appiani Alexandrini Rom. Historiarum quae supersunt.* Parisiis. F. Didot. MDCCCXL), confesso que senti amargura por não podermos ainda ir conversar na região do Vouga com as ruinas da cidade onde estes successos crueis se desfiaram, e segredar ás cinzas d'aquelle abrasado patriotismo que o mesmo sentimento, que chammejou nesses lusitanos insoffridos, ainda se não arrefentára com o soprar sobre ellas de vinte vezes cem invernos, e em mais de um dia, já da nossa existencia nacional, elle se tem ateado em protestos bem tumidos de calor.

Talabriga continuou a existir e refazer-se, atravessando a epoca imperatoria, como nos attesta: 1.º, a data a que pertence a ara de Estorãos, sec. III–IV; 2.º, a sua inscripção no Itinerario (sec. IV).

Que seculos lhe trouxeram o ultimo acto das suas tragedias? Os do mal afamado frankisk barbaro ou os do pavor sarraceno mais verdadeiro e real que aquelle, sobretudo no territorio portugalense?

Entrevejo pois para a archeologia portuguesa este problema: sondar o jazigo de Talabriga, verdadeiro simbolo do nosso sentimento de independencia territorial e figura-se-me que mostrei onde com toda a probabilidade elle se deve encontrar. Espero ter eu mesmo ensejo de averiguar se o simples e frio raciocinio me guiou, sem desvio, até as trincheiras historicas, que occultam os miserandos restos de Talabriga.

Conservar-se-ha ainda evolucionado este toponimo? Responderá o onomastico, paternalmente assistido pela philologia, não se dando o caso mais provavel do verso susodito de Vergilio:

Haec tum nomina erunt, nunc sunt sine nomine terrae!

Março de 1907.

F. Alves Pereira.

P. S. No mappa do *Ortelius*, de que me soccorri a pp. 132 e 155, vejo nova *Lancobriga*, pelo sul de Scalabis; teremos tres? (Ver *O Arch. Port.*, XII, 42).

Medalha de D. Carlos I, commemorativa da acclamação, para galardoar serviçaes

Por occasião das suas visitas officiaes ás côrtes estrangeiras costumam os soberanos conceder mercês honorificas a certos e determinados personagens que o protocollo indica. Segundo o uso geralmente adoptado, essas mercês consistem em condecorações de antigas ordens militares e religiosas ou de outras semelhantes de caracter civil.

Apesar das distancias de categoria social que naturalmente existem entre as pessoas que recebem a graça, ha sempre meio de regularizar essas concessões de modo que o grau da mercê que se confere deixe bem claramente manifestada a distincção: para uns ha as gran-cruzes, para outros os simples habitos de cavalleiros, bem como as commendas e os officialatos. As proprias ordens tem categorias; umas são mais nobres do que outras.

Mas estas condecorações, afóra casos excepcionaes de relevantes serviços, não se conferem senão a pessoas de certa posição social. Tal restricção embaraçava os soberanos por não lhes ser facil condecorar, por fórma equivalente, individuos de classe inferior, como, por exemplo, os criados que, nos paços onde se alojam, lhes prestam serviços.

As gratificações pecuniarias, pelo seu pouco valor moral, não bastavam. A recompensa honorifica, recebida das proprias mãos do monarcha, teria maior significação.

Parece que se resolveu este problema, modernamente, desde que os soberanos adoptaram o systema de repetir amiudadas vezes as suas visitas ás côrtes estrangeiras, com o fim de estreitarem os laços de amizade que entre si devem manter.

Criaram-se medalhas destinadas a serem conferidas aos serviçaes[1].

Não sabemos de onde partiu a ideia, mas vê-se que foi geralmente acceita, porque grande numero de soberanos a adoptaram. Assim é que, por occasião das suas recentes visitas a Portugal, os monarchas da Allemanha, da Hespanha, da Inglaterra, da Saxonia e de Sião, bem como o Presidente da Republica Francesa, distribuiram largamente d'essas medalhas pelo pessoal que esteve ao seu serviço.

---

[1] Em regra, estas medalhas são independentes; mas, segundo nos consta, várias nações annexaram-nas a algumas das suas ordens militares, das quaes ficaram constituindo um grau inferior.

Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos criou tambem uma medalha identica, que ainda é pouco conhecida em Portugal, e que, segundo cremos, está inedita. Vid. a estampa I.

Tem no anverso o busto do Monarcha, em cabello, fardado, voltado á esquerda, em cujo peito se vêem tres condecorações. Por baixo da dragona lê-se a assinatura do gravador: V. ALVES; e no exergo ha um pequeno florão. Leg.: D. CARLOS I REI DE PORTUGAL.

℟. No campo, dentro de uma coroa formada por dois ramos de carvalho, atados em baixo com um nó e soltos nas extremidades, em cinco linhas horizontaes, a seguinte inscripção:

28
DE
DEZEMBRO
DE
1889

data em que Sua Majestade foi acclamado Rei.

As medalhas são circulares. O seu diametro é de 33 millimetros.

Como se destinam a ser suspensas, tem argola na parte superior.

São umas de prata e outras de cobre. Com a concessão de umas ou de outras se differencia a importancia dos serviços e a categoria das pessoas.

Até hoje ainda se não cunhou nenhum exemplar de ouro, mas excepcionalmente concederam-se duas medalhas de prata dourada, a dois moços do Presidente da Republica Francesa.

Consta-nos que o seu typo foi indicado pelo proprio Soberano.

A primeira vez que serviram foi na viagem de Sua Majestade a França e Inglaterra, em 1904, como averiguámos. É, pois, no logar correspondente a esta data que tem de ser collocadas nas collecções que estão dispostas por ordem chronologica, e não no logar correspondente ao anno de 1889, como poderia suppor-se.

A escolha da data de 1889 foi na verdade muito feliz, pois que, por esta fórma, se evita o ter de alterar repetidas vezes os cunhos, como succederia, se, para cada viagem, se gravasse na medalha data differente.

A sua designação official é de: *Medalha commemorativa da acclamação de S. M. El-Rei D. Carlos I,* ou simplesmente, *Medalha de D. Carlos I.* Tem ella pois o triplice caracter de—commemorativa, de galardão e condecorativa.

A primeira cunhagem realizou-se no mesmo anno em que começaram a servir, isto é, em 1904. Parte d'esta emissão cremos que foi levada para Londres pela comitiva de El-Rei, e a outra parte remetteu-se para Paris, onde aguardou em casa do Ministro português o regresso do Soberano a essa cidade.

Houve nova cunhagem em 1905, pouco tempo antes das visitas da Rainha de Inglaterra e do Imperador da Allemanha.

O numero dos exemplares d'esta emissão era igual ao que se tinha cunhado anteriormente.

Distribuiram-se alguns d'estes pelos criados d'aquelles dois soberanos.

Em 11 de Dezembro de 1905 foram requisitadas á Casa da Moeda as medalhas destinadas para a viagem de El-Rei a Madrid, que se realizou em Março de 1906.

A medalha usa-se do lado esquerdo do peito, suspensa de uma fita azul-clara orlada de branco [1].

A princípio concedia-se mais como brinde ou lembrança do que como mercê honorifica, por isso os nomes dos condecorados não se registavam. Hoje que a medalha tem caracter definido de condecoração, ainda que particular, pois que não foi estabelecida por decreto, o expediente relativo á sua concessão corre com toda a regularidade pela Mordomia-Mór da Casa Real, onde existe um livro para registo dos nomes dos agraciados, iniciado em Março de 1905.

Acompanha a medalha um diploma, passado pelo Conde Mordomo-Mór, cujo modelo, reduzido, vae figurado na estampa II [2].

São muito poucos os portugueses condecorados com esta medalha, que na sua origem se destinava especialmente a estrangeiros.

É por isso louvavel a ideia de se ter encarregado da sua fabricação a Casa da Moeda de Lisboa, onde um artista de valor, o Sr. Venancio Pedro de Macedo Alves [3], soube produzir um trabalho de merito, que vae honrar no estrangeiro a arte da gravura no nosso país.

A medalha é simples, elegante e de bom effeito.

Por uma *ordem* particular de Sua Majestade, datada de 20 de Abril de 1907 [4], a sua concessão tornou-se extensiva aos criados do

---

[1] As primeiras que se distribuiram, porém, tinham fita bipartida, verde e branca (côres da Casa de Bragança).

[2] No original as armas e respectiva legenda são douradas.

[3] Alguns apontamentos biographicos d'este artista encontram-se no *Biographical Dictionary of Medallists*, de Forrer, s. v. «Alves», e no periodico *O Occidente*, n.º 683, de 20 de Dezembro de 1897, pp. 274 e 280.

[4] No archivo da Mordomia-Mór da Casa Real.

Paço que, pela assiduidade, bom procedimento e fiel cumprimento das suas obrigações, sejam dignos de a obter.

Tornam-se necessarias as seguintes condições:

Dez annos de serviço, sem nota e mediante a informação favoravel que do postulante der o chefe de serviço, para poderem obter a medalha de cobre.

Vinte annos de serviço, nas condições supra, para habilitarem a receber a medalha de prata.

Ao agraciado com a medalha de cobre, o qual, durante mais dez annos merecer a benevolencia de Sua Majestade, poderá ser trocada a sua medalha por outra de prata.

Excepcionalmente poderá ser conferida a medalha de prata dourada, quando os serviços prestados forem taes que mereçam essa distincção; e só será dada a quem contar pelo menos trinta annos de serviço bom e activo.

As pessoas que se julguem com direito a essas medalhas dirigem o seu requerimento a Sua Majestade, entregando-o ao Mordomo-Mór, que por sua vez o entrega a El-Rei, devidamente informado.

Caso Sua Majestade conceda a graça, será registado o nome do agraciado em livro especial, e o mesmo Mordomo-Mór lhe passará um diploma.

Foi este regulamento elaborado pelo actual illustre Mordomo-Mór, o Sr. Conde de Sabugosa, a quem devemos muitas informações que nos serviram para este estudo, e que muito reconhecidamente agradecemos [1].

Junqueira, Junho de 1907.

Arthur Lamas.

Dois miliarios ineditos

Trajecto, em territorio português, de uma via romana de Chaves a Astorga

N-*O Arch. Port.*, VI, 146, a proposito da noticia que ahi dei de um miliario encontrado na igreja de S. Claudio de Gostei, proximo do Castro de Avellãs, apresentei varias considerações sobre a probabilidade que de Chaves partissem differentes vias romanas, devendo talvez uma, attentos os vestigios que se encontram d'essa epoca,

---

[1] Tambem temos de agradecer ao Sr. Augusto Ladislau Gerschey, funccionario superior d'aquella repartição, a benevola paciencia com que nos attendeu.

MEDALHA DE D. CARLOS I

Sua Magestade El-Rei,

attendendo aos serviços prestados por . . . . .

. . . . . .

Ha por bem conceder-lhe a medalha de prata

« D. Carlos I.° »

O Conde Mordomo Mór

Lisboa de de 190....

seguir por Valle Telhas, Torre de D. Chama, Melhe, Rebordãos e Castro de Avellãs, e d'aqui por Gimonde a Babe em direcção a Astorga.

Vejo felizmente hoje confirmada esta minha conjectura, pois que acabo de estudar em Lamalonga, povoação a seis kilometros a nordeste da Torre de D. Chama, a que já me tenho referido por mais de uma vez no *Archeologo,* dois padrões ou miliarios ultimamente desenterrados no adro de uma capellinha de S. João, que lhe fica junta e a noroeste, e por onde passava a antiga estrada de Braga a Bragança. A capella é de construcção moderna, mas ha no povo a vaga tradição de ter existido ali um edificio antigo (templo romano?) de que se não vêem vestigios nem se encontraram agora quando se procedeu ás obras da sua reparação.

Os padrões estavam enterrados a SE. da capella, junto um do outro, e são dois cipos quasi cylindricos, de granito grosseiro, que

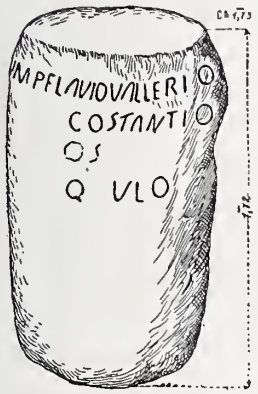


Fig. 1.ª

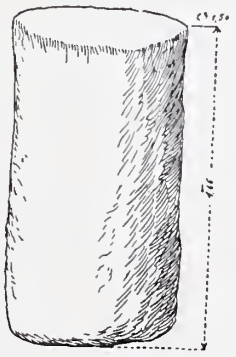


Fig. 2.ª

medem: um (fig.ª 1.ª) $1^{m},72$ de alto por $1^{m},73$ de circunferencia na parte mais grossa; e o outro (fig. 2.ª) $1^{m},66$ de alto por $1^{m},5$ de circunferencia. Este está tão deteriorado, que não se lhe vêem indicios de ter tido qualquer inscripção; naquelle, porém, posto que esteja tambem bastante estragado, póde ainda ler-se o que se vê na fig. 1.ª

A 1.ª linha está completa e bem clara, não admittindo duvidas, isto é: *Imp. Flavio Vallerio,* esta ultima palavra com *ll,* em vez de *Valerio.* Na 2.ª lê-se só, mas distinctamente, COSTANTIO. A 3.ª está tão mal perceptivel, que só depois de longo e aturado estudo é que se poderão reconstituir algumas letras: talvez OS ou B em vez de O; e L em vez de S. Na 4.ª vêem-se só distinctamente as letras que vão indicadas. Não vi sinaes de outra linha. A inscripção julgo-a fielmente copiada, regulando a grandeza das letras por $0^{m},07$.

Pena é que a 4.ª linha não esteja toda ella bem legivel, pois estou convencido que indicava os passos (M · P ·) que o local distava de *Aquae Flaviae*.

Ainda assim estes dois padrões, e muito especialmente o da fig. 1.ª, constituem um achado archeologico preciosissimo e de grande valor, porque com os que já se conheciam permittem marcar, em territorio português, o trajecto, sem solução de continuidade, de uma das vias romanas que de Chaves se dirigiam a Astorga, conforme indicamos no mappa ou graphico junto. E ao mesmo tempo, se esta estrada não fez parte, como sou de parecer que fez, do Itinerario de Antonino, vae facilitar muitissimo a fixação das suas estações ou cidades tão ardentemente procuradas. Quem conhecer a natureza do terreno d'esta região, todo montanhoso e cortado de caudelosas linhas de agua, verá que o seguimento d'esta via é o mais natural, pois encurtava as distancias entre as principaes estações que ella ligava.

É de toda a justiça que mencione aqui os nomes dos Ex.mos Srs. General Antonio Augusto de Miranda, Rev. Abbade Domingos Lopes da Silva e Diogo Pinto da Silva: aquelles, porque providenciaram para que estes dois monumentos não fossem destruidos e com o maior interesse e a mais decidida vontade me coadjuvaram e auxiliaram no seu estudo; este, porque é um verdadeiro benemerito, sendo quasi a expensas suas que se fizeram as reparações da capella, que importaram ainda em bastante dinheiro, contribuindo o povo apenas com diminuta quantia. E assim se salvou o templozinho de desapparecer dentro em pouco, por causa do estado de ruina em que se encontrava, e se tiraram de debaixo da terra estes dois monumentos que lançam tanta luz sobre a historia do passado, já tão distante, d'esta região.

Bragança Janeiro de 1907.

Albino Pereira Lopo.

Numismatica portuguesa

O real preto

Em um estudo que fizemos sobre a origem do *ceitil de cobre,* publicado no *Arch. Port.,* VIII. 24. pretendemos demonstrar que a primeira emissão d'aquella moeda se deveria attribuir ao reinado de D. Affonso V e não ao de D. João I, como em differentes publicações tinha sido affirmado pelos escritores que por essa occasião citámos.

na carta itineraria do Corpo do

ntrados

traram padrões ou miliarios

E. 1/250:000

1- Ch... e J.º H. Pinheiro
2- Ve... Arch. P. v. 5.º pg. na e ... em Gostei. (Est... riães é romana de ...ça veja-se O
3- Ve... Sabor é romana em Vi... peito do milia-
4.º- D... ro, veja-se O P. v. ana. da E... rch. P. v. 3.º pg. Pinh... Trajano Ha-
5- P... dição... gios romanos.

16- Ousilhão tem proximo um importante castro romano.
17- Em Milhão ha um castro romano perto das ruinas de S. Pedro Velho de Babe.
18- Das antiquidades de Rebordãos veja-se O Arch. P. v. 3.º pg 115 e 6.º pg. 95

Bragança - Janeiro de 1907

Albino Pereira Lopo.

O Ar...

As proposições a que avançámos, e as provas que adduzimos em defesa da nossa idéia, eram justificadas por citações extrahidas de varias obras antigas e modernas, muito particularmente das *Ordenações* Affonsinas e Manoelinas, provas que até hoje não foram contraditadas, nem a conclusão que d'ahi tirámos foi impugnada, parecendo, portanto, estar a razão do nosso lado.

Comtudo, alguma cousa de importante deixámos por dizer, ficando, por esse facto, incompleto aquelle trabalho.

Muito naturalmente, ao espirito das pessoas que se dedicam ao estudo da Numismatica, e que leram aquella monographia, occorreu decerto a seguinte objecção:

Se a moeda que Teixeira de Aragão apresenta como *ceitil* na est. IX do vol. I da sua obra [1] sob o n.º 35, talvez na intenção de authenticar a noticia que d'esse numisma nos dá Severim de Faria [2], (aliás sem fundamento algum), não é realmente o *ceitil de cobre,* que moeda é então?

Foi este tambem o pensamento que mais tarde nos assaltou, quando nos convencemos de que a cunhagem de uma moeda de cobre não podia ser em resultado de medida economica, como julgámos, quando pela primeira vez tratámos este assunto, mas sim uma necessidade que se impunha, e por isso, procedendo a varias investigações, obtivemos o resultado que vamos expôr.

*

Não ha duvida alguma de que a moeda de que se trata é de cobre, (fig. 1.ª), e, como tal, a primeira que se cunhou no reino, sem liga de qualquer outro metal.

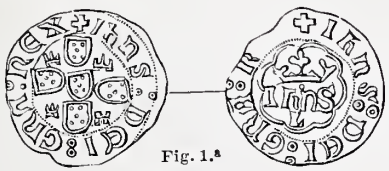


Fig. 1.ª

Mas, a circumstancia de serem depois, nos reinados de D. Affonso V e seus successores, lavrados os verdadeiros *ceitis* naquelle metal, não

[1] *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal,* 1874.

[2] *Noticias de Portugal,* discurso IV, § 27.º, 1.ª ed., 1653, pp. 180 e 181.

é, como cremos, razão sufficiente, nem base segura, para se dar tal classificação áquella moeda, que é manifestamente uma copia, reduzida, do real de 3 1/2 libras [1].

Portanto a denominação de *ceitil,* dada por Teixeira de Aragão a esta moeda, que nenhuma relação de peso, typo e valor tem, que a possa assimilar ao legitimo *ceitil* dos reinados subsequentes, parece-nos impropria e inacceitavel, visto que, sendo de cobre puro, como está provado pelas analyses feitas, tornando-se por isso distincta das suas predecessoras, e não podendo ser recebida pelo povo com valor identico ao primitivo real de 3 1/2 libras, foi-lhe dado, como veremos, um outro mais inferior, com o qual teve curso, não só nos ultimos annos do reinado de D. João I, mas tambem no de D. Duarte, o que se verifica no exemplar desenhado na fig. 2.ª, cuja semelhança é indiscutivel, e á qual Teixeira de Aragão, por coherencia, teve de denominar *ceitil.*

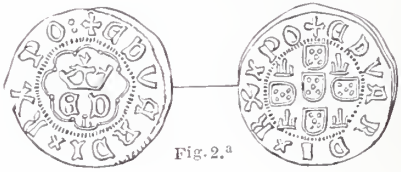


Fig. 2.ª

Tambem se não póde considerar quebra de moeda, porque nesse caso, deveria ella conter uma liga qualquer de prata ou estanho, por pequena que fosse.

Se attendermos ainda a que naquella epoca [2] se achavam em circulação, alem dos *reaes brancos,* outras moedas chamadas *grossas,* e que escasseavam no mercado as de pouco valor para as pequenas despesas, como se vê de um documento de que adeante muito teremos de nos servir, no qual se diz: «que a dita moeda [3] he logo tam pouco »quanto necessareo he para vzo comum, a saber pera esmolla e pera »compra de cousas meudas», temos de concluir que a moeda representada na fig. 1.ª foi destinada a ter um valor minimo, devendo considerar-se, com muita probabilidade, o primeiro *real* chamado *preto* para se distinguir dos *reaes brancos.*

Esta distincção entre o *real preto* e o *branco* consistia apenas na relação de valor entre as duas moedas, mas não no seu typo. pois que

---

[1] Teixeira de Aragão, *ob. cit.,* t. I, est. VIII, n.os 12 a 17.

[2] Transição do reinado de D. João I, para o de seu filho D. Duarte, 1432 a 1434.

[3] *Real preto* de 3 1/2 libras.

são bastante semelhantes; e essa semelhança accentua-se mais no reinado de D. Duarte, nomeadamente na cunhagem feita na casa monetaria do Porto, onde o *real preto,* na sua disposição geral, parece quasi uma copia do *real branco,* guardadas as proporções devidas a cada uma das referidas moedas (Figs. 3.ª e 4.ª).

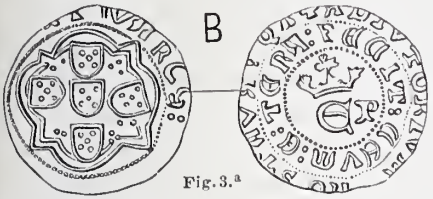


Fig. 3.ª

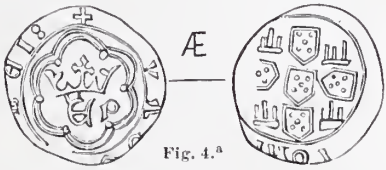


Fig. 4.ª

O facto de encontrarmos nos reinados de D. Duarte e D. Affonso V uma outra moeda, de pequeno modulo, com a denominação de real *preto,* (figs. 5.ª e 6.ª), longe de destruir a nossa conjectura, vem confirmá-la,

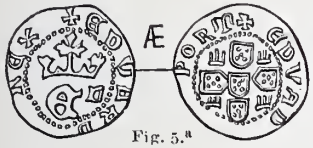


Fig. 5.ª

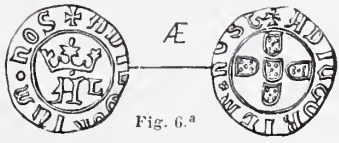


Fig. 6.ª

porque essa pequenez de modulo é devida, naturalmente, a ter a moeda soffrido uma reducção qualquer, obedecendo assim á regra geral a que as moedas anteriores foram mais ou menos submettidas desde o reinado de D. Fernando e muito particularmente no de D. João I, que, como se sabe, consistia na successiva diminuição de modulo, toque e peso, e augmento de valor.

Poucos escritos encontrámos elucidativos do assunto que nos interessa, e, esses mesmos acham-se publicados e por diversas vezes citados no vol. I da obra de Teixeira de Aragão, onde se nos deparam muitos elementos de estudo bastante valiosos.

Analysando cuidadosamente um documento comprovativo que se vê a p. 374 do referido vol. I, e cujo original existe no Archivo Nacional, Sala da Livraria, n.º 15–A, *Remessa de Santarem* n.º 16 [1],

[1] Em uma folha de papel collada no interior de uma das capas d'este codice, encontra-se a seguinte nota.=Na remessa de documentos, que a Camara de Santarem fez para o Real Archivo, veio um livro com capa de pergaminho e com

nelle achamos varios esclarecimentos de subida importancia que vamos extractar.

Em 1470, D. Affonso V fez expedir para a Camara Municipal do Porto e outras, uma carta regia [1], consultando-as sobre a fórma de se remediarem os males que ao commercio causavam as moedas de Castella, e o documento a que acima nos referimos, parece constituir a resposta dada pela Camara Municipal de Santarem.

Prescindindo da maior parte dos assuntos que essa resposta contém, por serem estranhos ao nosso proposito, vamos colher o que ali se diz com respeito a moedas de cobre, e que muito nos esclarece.

Não tem este importante documento data nem principio, mas abrange epocas diversas, parecendo ser uma compilação de anteriores consultas, ou resenha de opiniões economicas, expostas em periodos distanciados sendo a mais notavel justamente a que respeita ao reinado de D. Duarte.

---

o n.º 16, todo desencadernado, já truncado e sem principio. No verso da capa da frente trazia a dcelaração seguinte—Pertence á 5.ª estante, volume 10.º Tem o mesmo 107 folhas, principia em folhas 51; falta a folha 54, folha 60 até 63 e folha 96. Foi recolhido no Archivo separadamente no Armario 36. Cumpre advertir que José Anastacio de Figueiredo, na *Sinopsis Chronologica,* cita o mesmo livro da maneira seguinte: «Real Archivo da Torre do Tombo Liv.º N.º 16 da Remessa de Santarem. Estante 5, vol. 10.º fol....» como se póde ver no t. 1 p. 147, ou «Real Archivo da Torre do Tombo Liv. n.º 16, da Remessa de Santarem fol....» como se verá no dito tomo 1 p. 151. As noticias mais circunstanciadas serão expendidas no Inventario do Archivo, quando do mesmo livro se tratar. (*a*) *Francisco Nunes Franklin.*

[1] A carta regia encontra-se na *Collecção de Côrtes,* da Academia Real das Sciencias, t. IV, p. 57, e é do teor seguinte: «Juizes, vereadores, procurador e ho»meens boõs da cidade do Porto nos el Rey vos envyamos muito sandar, fazemos »saber que consyramdo nos ho gramde damno que recebem nossos rregnnos pelo »gramde danificamento das moedas dos rregnnos de Castella veendo que sse a ello »não posermos cedo alguum rremedio qne cada vez o rreceberam mayor, orde»namos de proveer sobello e fazer alguña moeda tal que seja nosso serviço e pro»veito do nosso poboo, e porem vos encomendamos qne vos ajuntees com pessoas »que nello entemdam e avido vosso sobrello nos escrepuee o qne vos acerqua »dello parece e se moedo vos parecer que he necessario de se fazer nos escrepnee »e que jamda e de que ley e talha vos parece que he bem de a fazermos, e esto »seja o mais em breve que vos poderdes, por que logno com nosso conselho e o qne »pareeer a lixboa e a vos e aas outras villas e lugnares de nossos regnnos orde»naremos como se a ello de rremedio o melhor que podermos. Escripta em San»tarem 9 dias de dezembro. *G.º Roiz* a fez anno 1470.=REY...»

Começa elle por historiar o systema monetario de D. Diniz e o dos reinados seguintes até D. Affonso V, e acha-se dividido em paragraphos.

O assunto que nos interessa trata-se nos §§ 5.°, 9.° e 10.°, dizendo-se, no segundo d'elles, o seguinte: «E quanto he este presente tempo em »que somos desta era presente do nascimento de nosso senhor Ihũ xpõ »de 1435 annos se correm reaes de 10 reaes peça dos quaces som os »de mais delles de ley de um dinheiro E em 836 delles ha huum marco »de prata de ley de 11 dinheiros estes sobredictos reaes de 10 em peça »som reaes brancos dos de 35 libras E em cada huum destes reaes »brancos ha 10 *reaes pretos que som de 3 libras mea cada hũa peça* »*d'elles* ».[1]

Esta noticia dada com relação ao anno de 1435 assegura-nos que, tudo quanto d'aqui se extractar, deve considerar-se argumento indiscutivel, para comprovar a existencia do *real preto,* chamado ainda, e sempre, de 3 ½ libras, por ter sido esta a sua primitiva designação, e, tanto mais esta citação nos aproveita, quanto é certo que se estava no terceiro anno do reinado de D. Duarte, attingindo, sem duvida, as referencias d'aquelles paragraphos os ultimos annos do reinado do Mestre de Aviz e os primeiros de seu filho, que é precisamente o periodo em que incidem as nossas pesquisas.

Cumpre-nos agora mostrar como o *real* de 3 ½ libras ou 70 *soldos* que tinha sido lavrado nos annos de 1398 a 1408, foi reduzido no seu modulo, peso, toque e valor, passando a chamar-se *real preto* dos que eram precisos dez para perfazer um *real branco,* facto que se devia ter dado no periodo que decorre d'aquella data até 1433, em que D. João I falleceu.

Encontra-se a prova cabal no mesmo documento[2], onde se lêem os seguintes periodos: «E porem declarando estes reaes de 10 reaes »peça, sabede que sam dos de dez reaes pretos em os quaes 10 delles »ha huum reall' branco: E contando em cada huum d'estes reaees »pretos 3 libras ½ por cada hũa peça d'elles, seriam em o reall branco »35 libras por que no real branco som 10 reaes destes pretos, etc. e ainda na mesma resposta da Camara Municipal de Santarem, quando diz[3]: «E em rezam dos reaes pretos de 3 *libras mea* que se ora lauram »que sam sem nenhuma liga de prata e dez delles valem hum reall »branco, he muito grande torvaçam ao Reyno porque as pessoas que

---

[1] *Remessa de Santarem,* fl. 52, lin. 17.

[2] *Documento cit.,* fl. 51 *v,* lin. 14.

[3] *Documento cit.,* folhas 52, linha 38 e folhas 52 *v.*

»tem os reaes brancos guardam nos e non nos querem trazer a vzo co-»mum porque segundo o valor do cobre de que elles sam feitos 30 delles »deviam de valler huum Real branco e mais nam e esto porque nom »tem liga nenhũa de prata *ca sam de cobre*».

Fica, portanto, claramente demonstrado:

1.º Que o primitivo real de 3 ½ libras ou 70 soldos foi reduzido no modulo, como se vê dos exemplares que representamos nas figs. 1.ª 2.ª e 4.ª

2.º Que foi reduzido no peso, pois que, tendo sido de bolhão e pesando na sua origem 51 a 55 grãos, os de cobre apenas variam entre 24 e 38.

3.º Que tambem foi reduzido no seu valor, visto que eram precisos dez para perfazer um *real branco*, quando este, anteriormente, lhe era inferior, não só no toque como em valor.

Ainda mais: no documento que vimos extractando[1] encontra-se mais uma prova indiscutivel de que o n.º 35 de Aragão, representado na nossa fig. 1.ª é o *real preto*, pois diz que, em 1345, um marco de prata da lei de 11 dinheiros, produzia 8:360 *reaes pretos*, lavrados a razão de 120 peças por marco, o que devia dar de peso a cada uma d'ellas pouco mais ou menos 38 grãos, que é o que effectivamente se encontra nos de D. João I e de D. Duarte, portanto impossivel de se confundir com as moedas de D. Duarte e D. Affonso V que damos nas figs. 5.ª e 6.ª, que apenas tem de peso 15 a 18 grãos, e com os quaes poderia haver ideia de confundir pela analogia do nome, o que seria sem fundamento, visto que estas pequenas moedas, se assim se denominam e o typo é semelhante ás outras, o seu peso indica claramente serem uma reducção, como acima se diz.

Alem d'isto, não havendo duvida alguma de que, tanto no reinado de D. João I, como no de D. Duarte, os *reaes pretos* tiveram curso, não encontramos entre as moedas conhecidas e cunhadas por estes dois monarchas, nenhuma outra, a não ser aquella de que vimos tratando, que pudesse ter essa denominação.

*

Á falta de legislação monetaria, e, em vista dos elementos que temos apresentado, não nos parece infundada a conjectura que fa-

[1] *Documento cit.*, fl. 56 *v*, lin. 28.

zemos de que, por motivo da expedição a Ceuta, ao lavrar-se em 1415 a moeda que vae desenhada na fig. 7.ª, e á qual foi depois dado o nome

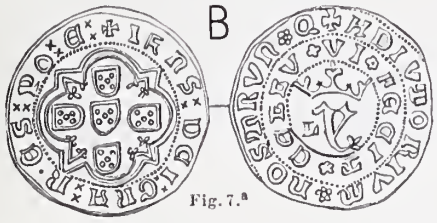


Fig. 7.ª

de *real branco*, D. João I ordenasse a cunhagem, em cobre, do *real preto*[1], ou esta moeda, por ser muito baixa, viesse a ter esse nome, como era uso em outros paises naquella epoca[2].

Como *ceitil* é que ella nunca deveria ter sido considerada, por isso que essa designação não era conhecida ao tempo, nem como tal apparece citada em documento algum authentico[3].

Pelo contrario, Viterbo[4] dá-nos noticia de um titulo pertencente a Santo Tirso com data de 1419, isto é, quatro annos depois da lavragem dos *reaes* de 35 libras (ou *reaes brancos*) a que acima alludimos, no qual se acha escrito, *mil e duzentos reaes brancos de dez reaes cada um.*

Não se póde duvidar que os *dez reaes*, a que o titulo de Santo Tirso allude, deviam ser os *reaes pretos*, porque, segundo o que se deduz do que temos apresentado, eram dez d'elles que perfaziam o *real branco* de 35 libras, e, esse valor de decima parte, era ainda assim tido pela Camara Municipal de Santarem como exagerado, pois diz na sua consulta, como acima se vê, que o real branco deveria valer trinta *reaes pretos*, e não dez, tal era a differença que se dava entre uma e outra moeda.

Por ultimo, em 1422, fazendo-se uma notavel remodelação de valores em todo o systema monetario de D. João I, o *real* de 3 ½ libras,

---

[1] Fernão Lopes, *Chronica de D. João I*, parte I, cap. L, e *Historia da Sociedade em Portugal no sec.* XV, por Costa Lobo, cap. IV, p. 291.

[2] Na idade media a moeda denominava-se *branca* ou *preta*, segundo continha liga de prata ou era só de cobre, *argentum nigrum.*

[3] A pag. 221 do vol. I da *ob. cit.*, de Teixeira de Aragão, diz o autor, tratando das moedas que na sua est. X tem os n.os 5 e 6 de D. Duarte (figs. 2.ª e 4.ª), que no reinado seguinte deixaram ellas de ter as iniciaes do rei, passando a ter as torres de Ceuta, e *que então tomaram o nome de ceitil.*

[4] *Elucidario*, t. II, p. 269.

com a indicação de *antigo,* e conservando sempre a sua primeira designação, passou a ter o valor do *real branco*[1].

Esta é a prova decisiva de que o real de 3 1/2 libras, da liga de 3 e 1 1/2 dinheiros[2], teve em todo o tempo um subido valor, apesar do constante envilecimento da moeda, ao passo que o seu derivado valeu sempre dez vezes menos, por ser de cobre puro, e, por isso, conhecido pelo nome de *real preto.*

Lisboa, Junho de 1907.

Ferreira Braga.

Inscripções romanas de Castello Branco

Ao apreciar com a sua habitual benevolencia de sincero amigo umas paginas por mim publicadas em 1903 a proposito de algumas antigualhas dos arredores de Castello Branco, referiu-se o Sr. Dr. Leite de Vasconcellos a uma *tegula* que encontrei e descrevi e na qual se via, marcada com carimbo na pasta ainda molle, a seguinte inscripção:

DAMO

«*Temos aqui,* diz, *a primeira inscripção romana registada no aro de Castello Branco. Pelo menos o Corpus*[3] *não menciona ahi nenhuma*»[4]. Não teve comtudo a primazia essa inscripção. Uma existia publicada desde 1891[5]. É a seguinte:

LVCANO. AN. XXX
AMŒNA.E AN. XVI. MAXI
MÆ. AN. XIII. CILIVS
BOVTE. PATER. ET SVNVA
APANONIS. F. MATER

---

[1] E com essa designação e equivalencia de valor se conservou por muito tempo, como se vê de um artigo do Sr. Anselmo Braacamp, intitulado «A honra de Resende», publicado no *Archivo Historico,* IV, 30, no qual, tratando-se de um contrato antenupcial, celebrado em 1450, isto é, 52 annos depois da primeira emissão dos reaes de 3 1/2 libras, se estipula uma tença de 20:000 reaes, ou 700:000 libras.

[2] *Documento cit.,* fl. 52, lins. 7 a 9, *Remessa de Santarem.*

[3] *Corpus Inscriptionum Latinarum,* por Emilio Hübner.

[4] Vid. *O Arch. Port.,* VIII (1903), p. 318.

[5] Vid. A. Roxo, *Monographia de Castello Branco* (Elvas 1891), p. 10. Embora esta copia me pareça errada, reproduzo-a sem alteração, e tal qual se encontra na obra citada a cima.

Perdeu-se quando foi demolida a parte da muralha da cidade, onde estava mettida, como material, junto da Porta da Traição.

A não ser em trabalhos manuscritos ainda ineditos [1], nenhuma outra copia existe, que eu saiba, de inscripções apparecidas no aro d'esta cidade. Apenas *um* autor affirma ter visto «*dentro da villa* [2] *e nos campos vizinhos, algumas inscripções*», e d'ellas prometteu dar noticia na segunda parte das suas *Memorias* [3]. Mas essa segunda parte não chegou a ser publicada, «*talvez em razão da morte do autor*», como diz Innocencio [4].

Em uma folha local [5], noticiei o apparecimento de duas inscripções romanas dentro dos muros da cidade de Castello Branco [6]. Motivos diversos levaram-me a publicá-las precipitadamente e antes de completamente realizada a tentativa de reconstituição do seu contexto.

Facto é esse, que me induz agora a publicá-las novamente e a aproveitar o ensejo para tornar conhecidas outras, que desde então encontrei e recolhi na faxa de territorio que me propus estudar, sem me desviarem d'isso as difficuldades do assunto.

*

A primeira inscripção encontrada estava ha tempos immemoriaes fazendo parte de uma umbreira de portal na parte mais alta do burgo.

---

[1] Dois s. n. pertencentes á minha collecção e um pertencente hoje ao Sr. A. P. Correia d'esta cidade.

[2] Castello Branco é cidade desde 1771.

[3] *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado da Guarda*, por Manoel Pereira da Silva Leal, (Lisboa 1729), parte I e unica, p. 334.

[4] Vid. *Diccionario bibliographico português*, VI, 81.

[5] Vid. *Districto de Castello Branco*, n.º 756 de 1 de Dezembro de 1904.

[6] O local onde hoje se vê a cidade de Castello Branco parece ter sido primitivamente um castro, como o foi o Monte de S. Martinho, que lhe fica fronteiro. A proposito d'este ultimo e de dois curiosos monumentos nelle encontrados, podem ver-se algumas referencias nos meus opusculos:

a) *Notice sur deux monuments épigraphiques* (Coimbra 1905).

b) *O Dr. Capitan e a «Notice sur deux monuments, etc.»* (Coimbra 1906).

c) *O Congresso prehistorico de França*, artigo na revista do Instituto de Coimbra, vol. V, de que depois se fez separata (Coimbra 1906).

E ainda as seguintes:

a) *Compte-rendu du Congrès préhistorique de France* (sessão de Perigueux, 1905), (Paris 1906), p. 281 e sgs.

b) *Revue de l'École d'Anthropologie de Paris* («O disparate do Dr. Capitan»), Novembro de 1905, p. 384.

c) *L'Homme préhistorique*, III (1905), pp. 345, 351 e 352, e principalmente p. 379.

d) *O Arch. Port.*, X (1905), 403, e XI (1906), 128.

É uma inscripção tumular, gravada em um pedaço de granito de grão fino (0m,83 × 0m,43 × 0m,24). As letras bastante apagadas, em virtude da deterioração da superficie da pedra pelo tempo e pelo vandalismo das populações que por aqui germinaram durante tão largos annos, lêem-se a custo. Dizem o seguinte:

CILIAE FILAE
SVAE ET SVNVAE FLA
VI NERII SVAE
SVNVA DSFC

Na primeira linha ha restos de mais 7 letras. As minhas tentativas de restituição dão, umas vezes:

LVBAECI

outras:

LVPARCI

e ainda:

IVBAECI

Na 4.ª linha ha tambem mais seis ou sete letras bastante apagadas. Parece-me ler o seguinte:

ETSIBIF

*

A segunda inscripção está gravada na parte central de uma ara dedicada a uma divindade qualquer, cujo nome ainda não consegui reconstituir. Encontra-se em pessimo estado e as letras quasi apagadas por completo. Reproduzo apenas as que consigo ler:

ARAFB
ROVIR
V\CvI\S
L\IB
LBERI

Esta inscripção estava mettida, como material, na parede de uma casa nos arrabaldes da cidade. A parte superior e a inferior da ara foram desbastadas. Em todo o caso, a parte em que estava gravada

a inscripção, está completa (0m,47 × 0m,30 × 0m,22); a difficuldade da leitura resulta unicamente da deterioração da superficie da pedra.

*

A terceira inscripção foi marcada com carimbo na pasta ainda molle de uma *tegula*. As suas letras mostram-nos o nome do oleiro, ou da officina onde a *tegula* foi fabricada. Na lista de algumas centenas de nomes de oleiros e officinas romanas, conhecidas hoje pelas ceramicas marcadas ou carimbadas dos museus da Europa [1], nenhum encontrei que se assemelhe ao da *tegula* da collecção albicastrense. Esta *tegula* foi encontrada durante as pesquisas a que procedi em S. Martinho em 1905 [2], e é hoje publicada pela primeira vez.

Embora apparecesse em um local habitado ao tempo da dominação romana, póde dar-se o caso de conter o nome de qualquer artista ou officina medieval, visto ser provado que o uso das *tegulas* continuou depois do periodo luso-romano. Prefiro comtudo attribui-la a um artista romano.

O resultado dos esforços empregados para a sua leitura é o seguinte:

DIVOI

umas vezes; e outras (intervindo-a):

IONCI

*

Alem d'estas inscripções provenientes *da cidade de Castello Branco*, ou das suas immediações, outras deram entrada na minha collecção. Devo-as á amavel generosidade de alguns amigos.

São as seguintes:

1.ª Uma pequena ara (0m,31 × 0m,14 × 0,07) dedicada a *Juppiter Conservador*, encontrada juntamente com outros vestigios archaicos entre Escallos-de-Cima [3] e Lousã, a 15 kilometros de Castello Branco.

---

[1] Cf. *La poterie antique parlante*, de Théophile Habert, p. 177 e sgs., e *Les vases céramiques ornés de la Gaule Romaine*, por Joseph Dechelette, I, p. 245 e sgs., e II, p. 353 e sgs.

[2] A tres kilometros de Castello Branco (vid. nota 9).

[3] Em Escallos-de-Cima, alem dos restos de edificações romanas que se encontram a pouco mais de um kilometro, ha uma anta quasi destruida. Occupar-me-hei d'ella noutra occasião.

Foi amavelmente offerecida para a minha collecção pelo Sr. Visconde de Castello Novo, em 1904. Diz o seguinte[1]:

JOVI · OPTI
MO · M · CO
NS · IvL · RVF[2]
NA · ANI · L
PONIT ♢[3]

2.ª Metade de uma inscripção tumular encontrada ha poucos annos entre Sarnadas e Villa-Velha-de-Ródam, num local que eu tenciono explorar em occasião opportuna. Foi generosamente offerecida para esta collecção pelo dono da propriedade, o meu prezado primo Luis de Sampaio Torres Fevereiro, em 1905. Apesar do pessimo estado da superficie da pedra (0m,45 × 0m,36 × 0m,21) consigo ler o seguinte:

....ISI · F · CON
....IENSI · ANIX
....RA · PATERNI · F
....RITO · F · C · [4]

A fractura d'esta pedra separou (e quem sabe se para sempre!), da metade que eu possuo, a primeira parte da inscripção que, pela designação locativa que continha (lin. 2) podia ser talvez de grande valor para o estudo das antiguidades d'esta região.

3.ª Metade de uma ara dedicada á deusa Arencia e ao deus Arencio[5]. A parte que possuo d'esta inscripção está nitidamente gravada

---

[1] De todas estas inscripções, copio apenas os sinaes ou letras não duvidosos.

[2] RVFNA ou RVFNA ?

[3] No mesmo local appareceu ha annos outra ara, igualmente dedicada a Jupiter Conservador, na qual o nome da divindade está escrito com todas as letras. Referir-se-ha opportunamente a ella o meu amigo e sabio collega Dr. Felix Alves Pereira.

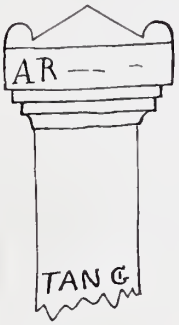
[4] No começo da 1.ª e da 2.ª linha não figura nenhuma letra completa, porque o traço que existe visivel tanto póde ter pertencido a um M, como a um N, como a um I. Tambem, no final da 2.ª linha parece que nunca houve ponto entre o N e o I de IX. É pois arriscado affirmar se a leitura deve ser ANI · X ou se AN · IX.

[5] Vid. Dr. J. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, vol. II, p. 312 e sgs., e especialmente p. 322.

em um bloco de granito (0m,45 × 0m,26 × 0m,23) muito micaceo, e admiravelmente conservada. É possivel que a parte inferior da inscripção (duas ou tres linhas) seja encontrada quando eu realizar umas pesquisas, já planeadas, no local em que esta ara foi encontrada, proximo da povoação Ninho-do-Açor, onde teem apparecido outras antigualhas.

Faz parte da minha collecção desde Janeiro de 1906, mercê da amabilidade do meu muito prezado amigo Padre Manoel Martins, distincto professor no collegio de S. Fiel. Diz o seguinte:

ARENTAETE
ARENTE
MONTA
NVS
TANG[1]



4.ª Finalmente, em 16 de Janeiro d'este anno, adquiri por compra em Condeixa-a-Velha, entre outros objectos[2], um fragmento da parte

[1] [O deus *Arentius* figura na inscripção como páredro da deusa *Arentia*. Cfr. *Fontanus et Fontana* em uma inscripção romana de Bencatel, hoje perdida. O aspecto adjectival da terminação de *Arentius* e de *Arentia* faz crer que o caracter das divindades estava muito proximo da sua origem primitiva, porque ellas eram mais consideradas como *qualidades* do que como *substancias;* quem proferia essas palavras, subentendia mentalmente ainda *deus* e *dea*. No Museu Ethnologico ha uma ara consagrada a *Arentius*. A respectiva inscripção foi publicada nas *Religiões da Lusitania*, II, 322; como porém saiu com algumas inexactidões, reproduzo-a aqui: ARENTIO || SVNVA || CAIALI · F || V SLM ||. Tanto na 1.ª linha, como na 3.ª, ha letras enlaçadas ou nexos; a ultima letra da 3.ª linha é F, mas a pedra tem uma falha, o que faz parecer P ao repente (e assim pareceu ao gravador da fig. 71.ª do meu livro); depois do V da 4.ª linha ha uma depressão na pedra, semelhante a ponto, embora não se percebam pontos depois das letras seguintes (o unico ponto claro na inscripção é o que está na 3.ª linha).—J. L. de V.].

[2] Alem de algumas dezenas de moedas romanas, de prata e de cobre, os seguintes objectos: 2 camapheus, 1 fivela de bronze inteira (typo commum de Conimbriga e Briteiros; vid. J. Fortes, *Fibulas e fivelas*, pp. 9 e 10 ou *O Arch. Port.*, vol. IX (1904), pp. 7 e 8), uns 15 machados de pedra polida (um de fibolite), metade de uma bacia de 0m,40 de diametro, com a marca SABINI traçada com ponteiro no rebordo, quando o barro ainda estava molle, etc.

central de uma inscripção romana nitidamente gravada em rocha calcarea. Contém apenas duas letras: A R, cujas dimensões me impedem de as attribuir ás inscripções fragmentadas da mesma proveniencia, hoje guardadas no museu do Instituto de Coimbra. Tenho assim um elemento para affirmar a existencia, em epocas remotas, de *mais uma* inscripção romana no conhecido *oppidum* de Condeixa-a-Velha, ao qual me prendem gratas recordações dos meus primeiros ensaios de cavouqueiro nesta encantadora sciencia das *cousas-velhas*.

5.ª Uma inscripção tumular romana, encontrada ha 15 annos em uma quinta que a Sr.ª D. Maria da Piedade Ordaz possue a pequena distancia de Castello Novo. A S. Ex.ª se deve o existir ainda hoje esta lapide, que durante muitos annos serviu de amoladeira de facas. Felizmente os barbaros amoladores respeitaram a face gravada, e nenhuma letra foi destruida. Á Ex.ma Sr.ª D. Maria da Piedade agradeço eu hoje o ter salvado esta lapide da destruição que a esperava, e o offerecimento que d'ella fez á minha collecção. A inscripção diz o seguinte:

C A I O · C A E N O N I S
F · E T · C L · C M I N A E [1]
C L · S E V E R V S
P A T R I · E T · M A T R I
F · C

Castello Branco, 18 de Março de 1907.

F. Tavares de Proença Junior.

Os pergaminhos da Camara de Ponte de Lima

Com o duplo fim de exercitação paleographica e de ver se encontrava algumas noticias que fossem uteis ao meu vizinho concelho dos Arcos de Valdevez, emprehendi a leitura dos pergaminhos do archivo municipal de Ponte de Lima.

Depois, no decurso d'essa leitura, vendo a desordem em que estavam e notando que a sua numeração era completamente arbitraria, e não respeitava ordem chronologica nem qualidade de assuntos, o que tornava demorada a sua consulta, apesar de o numero não passar

[1] = CMINAE?

muito de setenta,—resolvi fazer d'elles breve indiculo, ou resumido catalogo, dispondo-os pela ordem chronologica e substituindo-lhes a numeração antiga, a fim de poupar a quem de novo os quisesse compulsar tanto tempo como eu gastei,—embora com a compensação, pelo menos, de travar conhecimento directo com o português arcaico a partir do primeiro quartel do sec. XIV.

Conversando eu um dia com o meu amigo e compatricio, o Sr. Dr. Felix Alves Pereira, a respeito d'estes pergaminhos e do meu intento de os catalogar para uso da Camara e commodidade dos estudiosos, lembrou-me elle a conveniencia de publicar este catalogo n-*O Archeologo Português,* a exemplo do que aqui tem feito o douto Abbade de Tàgilde a respeito dos pergaminhos que ainda restam na Collegiada de Guimarães.

Para me auxiliar a leitura, que eu ia fazendo sem guia nenhum, teve o Sr. Dr. Alves Pereira a amabilidade de me emprestar um livro de paleographia, e, para me convencer de que não eram sem importancia os pergaminhos do archivo municipal de Ponte de Lima, e bem assim da conveniencia de os tornar conhecidos dos leitores d-*O Archeologo Português,* citou-me o seguinte passo das *Observações historicas e criticas,* de João Pedro Ribeiro, parte I, p. 11:

«A camara de Ponte de Lima tem ainda muitos documentos interessantes de Pergaminho desde D. Affonso IV, algumas Cartas Regias em papel e outras registadas em um Livro, desde o reinado do Senhor D. Sebastião. Entre os Pergaminhos se acha original uma Provisão da Infanta Dona Branca, filha do Infante D. Pedro e neta de El-Rei D. Sancho de Castella, Esposa destinada ao Senhor D. Pedro I quando principe; datada de Santarem[1] a 9 de Fevereiro da era de 1370. Tudo porém se acha em confusão, como nos outros archivos de Camaras».

Em vista d'isto decidi-me á publicação do presente catalogo, mas muito mais desenvolvido do que a principio o planeára, e dando de cada documento uma reducção quanto possivel completa, até onde o permittir o estado de conservação dos pergaminhos, que em muitos d'elles deixa bastante a desejar.

Devo aqui deixar registado o meu agradecimento ao Sr. Casimiro Alves Pereira, zeloso e intelligente escrivão da Camara de Ponte de Lima, por me ter confiado e posto á minha disposição os valiosos documentos do archivo da mesma Camara.

---

[1] [Em vez de *Santarem* eu leio no documento original *Estremoz,* e creio ser esta a leitura exacta].

Além do citado João Pedro Ribeiro, tiveram conhecimento d'estes documentos Viterbo, o autor do *Elucidario,* como se póde ver dos vocabulos *Pendençal* e *Tenceiro,* e o antiquario pontelimense e paciente pesquisador de cartorios e archivos, Miguel Roque dos Reis Lemos, ha annos fallecido, o qual a elles se referiu por vezes em varios pequenos escritos que espalhou pela imprensa periodica.

Por serem breves e nos seus dizeres quasi identicos a outros posteriores da mesma natureza, dou na integra os dois primeiros e mais antigos originaes[1], resolvendo a maior parte das abreviaturas.

I

(17 de Maio de 1326)

Dom Affonsso pela graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue A quantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e merçee ao Conçelho de Ponte de Limha, Otorgolhj e confirmo seu foro que ham feito, e seos bõos usos e custumes, assy como os ouuerom en tenpo dos Reys que ante mi foorom.

En testemonho desto dey ao dito Conçelho esta mha carta Dãte en Santarẽ dez e sete dias de mayo. El-Rey omãdou martim steuez affez Era de mill trezentos sasseenta e quatro Anos.

ElRey auiu.

II

(9 de Fevereiro de 1332)

Demj Ifante dona brãca filha do mujto onrrado Ifante dom P.º filho do muj nobre Rey dom Sancho de Castela Aquantos esta carta uirem faço saber que Eu querendo fazer graça e merçee ao Conçelho de Ponte de Limha Outorgolhj e cõfirmolhj seu foro e seus husos e bõos custumes como en eles som cõteudos e como os auyam outorgados e cõfirmados per ElRey meu padre. Por que mãdo e deffendo que nom seia nẽhũu ousado que lhjs cõtra eles vãan En testemũho desto lhys dey esta carta. Dãte en Stremoz noue dias de feureiro a Ifante o mãdou per Gomez lourẽço seu chançeler Gonçalo martjnz a ffez Era de mill e trezentos e sateẽta Anos.

Gomez lourẽço ·:·

---

[1] Ha alguns documentos mais antigos, de D. Affonso III e de D. Denis, mas esses vem transcritos em documentos posteriores, e d'elles será dada noticia na altura competente.

III

(30 de Maio de 1360)

Carta de sentença d'el-rei D. Pedro I a favor do concelho de Ponte de Lima contra os moradores da Terra de S. Martinho de Riba de Lima (hoje S. Martinho da Gandra), que se queriam escusar de contribuir em fintas e talhas postas pelo dito concelho.

Allegam os moradores da Terra de S. Martinho em sua defesa:

Que tiveram sempre e teem sua terra e termo estremados dos da villa de Ponte e seu termo com que partem por logares assinalados.

Que «de hũu Anno e dois e dez e trynta e quarenta e Cento e duzentos Annos e mays per tanto tempo que a memoria dos homẽes nõ he en contrairo» houveram sempre seus foros, jurisdições e liberdades em seu cabo e estremados dos da dita villa.

Que todos os annos, quando se deviam fazer juizes para ouvirem os feitos, elles faziam seu juiz, sem que nunca os da villa o lá fossem fazer.

Que os do dito concelho faziam suas *justiças*, convem a saber: dous homens bons que entre si escolhiam para prenderem os que mal fizessem na villa e termo d'ella, aos quaes ouviam e lhes applicavam as penas: e que o referido juiz, que os de S. Martinho elegiam, tambem ouvia todos os feitos «civys e cremynaaes que tangem a morte e a peas corporaaes».

Que sempre fizeram seus procuradores para os regerem e fazerem aquellas cousas que aos procuradores pertencem.

Que sempre fizeram e fazem seu meirinho, que prende e guarda aquelles que devem ser presos, o qual meirinho lhes fôra concedido por el-rei D. Affonso IV.

Que, quando havia guerra e os reis mandavam pelos concelhos para lhes fazerem serviço e defendimento dos seus reinos, os de S. Martinho sempre foram e vão em seu cabo, estremados dos da dita villa e seu termo.

Que, quando cumpria lançarem talhas, sempre as lançaram e lançam entre si em seu cabo.

Que, quando os reis mandavam dar a alguns fronteiros alguns concelhos e povos que com elles estivessem, o dito concelho ia com sua «signa» e com suas Justiças em seu cabo, e os de S. Martinho iam com seu juiz em seu cabo.

Que, tendo os da dita villa lançado a postura de quinze soldos de portugueses sobre cada moio de vinho que os moradores de fóra do termo colhessem na dita villa, sempre exigiram esse imposto aos de S. Martinho, do mesmo modo que aos de outras comarcas e julgados,

e lhes tomavam penhores quando não pagavam: d'onde se via que os não haviam «per seus vezîhos nẽ desseu termho, mays que eran poboo stremado sobressy como dito he».

Que, quando algum rei ou infante fazia alguma «pedida» aos concelhos e povos do seu Senhorio para algumas cousas que lhe convinha, os da villa e seu termo lançavam para esse fim suas talhas em seu cabo, e os de S. Martinho lançavam entre si em seu cabo as suas fintas e talhas para os ditos serviços. e os jurados da sua terra as tiravam e davam aos seus procuradores, que as entregavam ao rei ou infante que as pedia.

Que os da dita villa, não tendo os da Terra de S. Martinho por de seu termo nem seus vizinhos, fizeram entre si postura e vereação que nenhum dos «alugueiros» moradores da dita villa e seu termo fosse fazer serviço «por dinheiros» fóra da mesma villa e termo — «E se Alo[1] fossen que pagassen peas» — prohibindo-lhes particularmente que fossem fazer serviço a alguem da dita Terra de S. Martinho.

Concluiam os de S. Martinho o seu libello dizendo que, como os de Ponte achassem que precisavam de lançar sisa, pediram a el-rei lhes concedesse poderem lançá-la na sua villa e termo nas cousas que se ali compravam e vendiam; que el-rei lhes outorgara, por carta sua, que assim fizesssem na dita villa e termo, não lhes dando licença nem mandando que em outro logar a pusessem. E que os da dita villa «fazendo força e sen rrazan aos moradores da dita terra poseron Sysa ora nouamente na dita terra nas cousas que sse Alo conprauam e vendyan e conpran e vendẽ nõ a auendo de poer segũdo nõ sson seu termho nẽ lhys sseendo mãdado per mym que a Alo posessen». E tomaram penhores e prenderam algumas pessoas, as quaes tiveram presas até que pagaram o que lhes exigiam; e outros, com medo de serem prəsos, tambem pagaram quanto lhes pediam.

Por tudo isto pediam os moradores da Terra de S. Martinho a el-rei que «alçasse força» dos da villa de Ponte de Lima, mandasse que os não constrangessem a pagar a dita sisa, e que lhes entregassem os penhores que tinham tomado por causa d'ella e os dinheiros que tinham levado e que calculavam em cincoenta libras de portugueses.

Em contrariedade a este libello allegam os de Ponte o seguinte, entre outras cousas que não pude apurar por causa das manchas e falhas do pergaminho que está muito deteriorado:

---

[1] = *lá*. No *Elucidario*, de Viterbo, vem a fórma *alló*. Cf. *acó*, tambem arc., na *Rev. Lusit.*, IX, 6.

Que a villa de Ponte de Lima era cabeça da dita Terra de S. Martinho.

Que o juiz da dita villa ouvia todos os feitos, tanto civeis como criminaes, da Terra de S. Martinho, como em seu julgado e termo.

Que os tabelliães da dita villa escreviam e davam fé tanto na villa como na Terra de S. Martinho como seu termo.

Que alguns moradores de S. Martinho teem sido citados por cartas de el-rei, e nessas cartas manda-se que sejam citados como moradores do termo de Ponte; e que o concelho e juiz da dita villa de Ponte de Lima faziam no 1.º de Janeiro meirinho na dita Terra de S. Martinho como seu termo e julgado, o qual meirinho prendia e guardava todos os da villa e seu julgado que lhe o juiz mandava prender.

Que, quando acontecia que na dita Terra de S. Martinho faziam alguns feitos que fossem por appellação da parte da justiça, os do concelho da villa os pagavam como em seu julgado e termo que era; e que assim levavam os presos da dita villa e terra «aa ssa custa dhũu lugar pera outro quando conpria sen dando dello encarrego aos da dita terra de Sã Martynho».

Que, quando acontecia guerra entre os reis, o juiz da villa levava e mandava levar os da dita villa e terra, os quaes todos iam «mesturados» ou estremados, conforme convinha, não tendo o juiz mais poder sobre uns que sobre os outros «per que todos sson juntos e nõ departidos».

Que, quando os de S. Martinho lançavam algumas talhas, ou os da villa, isso se fazia por mandado do juiz da dita villa, e d'ellas lhe dão contas tanto uns como outros.

Que o juiz e vereadores da dita villa, por mandado dos Corregedores, «per que na dita villa auyã mujtos encarregos e nõ auya prol dos moradores de Penella e de Reffoyos e de Sauto[1] que son julgados stremados sobressy» e não davam nenhum rendimento á villa, e esta tinha vinhos de seu em abundancia, tanto da villa como da Terra de S. Martinho, fizeram vereação para que os não colhessem ali, mas colhessem os de S. Martinho quanto quisessem; e porque lhes não lançaram talha para as despesas da justiça e por o concelho e a dita terra não terem rendas que fossem do commum, mandaram que pagassem quinze soldos de cada moio, ou então pagassem talhas pela mesma fórma que as pagavam os vizinhos da dita villa. Que não havia outra distincção entre uns e outros senão esta.

---

[1] [Hoje Souto de Rebordões].

Que el-rei mandara fazer cêrca na dita villa e pôr sisa nella e em seu termo, e o Corregedor (Alvaro Paez), vendo o que el-rei lhe mandava dizer a tal respeito, pusera a dita sisa na villa de Ponte e na Terra de S. Martinho, porque era termo da dita villa, não a pondo maior numa parte do que noutra.

Que, finalmente, de todas estas cousas e de cada uma d'ellas «era voz e ffama e creença».

O corregedor julgou «por contrairos» os precedentes artigos dados por parte do concelho de Ponte de Lima e mandou que se inquirissem dez testemunhas de cada lado. Enviado o feito e as inquirições a el-rei, este, presente Rodrigo Anes, procurador dos moradores da Terra de S. Martinho, e Gonçalo Martinz, procurador do concelho de Ponte, julgou que aquelles não provavam bastante e que provava melhor o concelho de Ponte de Lima, e absolveu este da demanda.

A carta de sentença é datada de «Leirea» a 30 de Maio da era de 1398.

N. B. — Alarguei-me no extracto d'este documento, e ainda no do seguinte, não só por ser interessante a renhidissima questão entre os moradores da Terra de S. Martinho e a Camara de Ponte de Lima, mas tambem por ser occasionada pela construcção das muralhas que cercaram a villa até meados do seculo passado, e de que restam apenas a torre de S. Paulo ou da Expectação, no começo do Passeio de D. Fernando, a torre que está servindo de cadeia, ao fim do dito passeio, e uma porta a seguir a esta ultima torre. Existe outrosim o lanço de muralha entre as duas referidas torres, mas está completamente encoberto por casas encostadas a elle de um e outro lado.

IV

(12 de Setembro de 1368)

Cêrca de sete annos depois da sentença constante do documento precedente, os moradores da Terra de S. Martinho intentam nova demanda perante o corregedor de então contra o concelho da villa de Ponte de Lima, sendo-lhes dada sentença contraria.

Em vista d'isso aggravam para el-rei D. Fernando, o qual, depois da contestação apresentada pelo dito concelho[1] e inquiridas testemunhas,

[1] Emprego a palavra *concelho* no sentido que geralmente então tinha e teve durante os seculos seguintes, isto é, de camara municipal. A palavra «camara» (*camera*), tambem se usava então, mas quasi sempre no sentido de *sessão;* dizia-se pois: *fazer camera,* etc., como hoje se diz: *fazer sessão,* reunir-se para deliberar.

confirma a sentença do corregedor, em data de 12 de setembro da era de 1406.

Diziam os de S. Martinho no seu libello contra o concelho de Ponte de Lima («Ljmha»):

Que sempre estiveram e estão «en posse e liuredõe de nõ sseerem tehudos nẽ costrãgudos de pagarem ẽ talhas nẽ En ffyntas que o dito Conçelho ponha nẽ lançe na dita villa».

Que nessa posse e isenção estavam desde tempos immemoriaes, e que só quando el-rei punha juiz no dito concelho «e lhjs dauã cãtya de dinheiros que os do dito conçelho Anyã de dar Ao dito jniz», então elles haviam de pagar as duas partes e o dito concelho uma terça; o que nunca se recusaram a pagar.

Que, estando assim na dita posse, e os moradores de Ponte «vẽdoo e cõsentyndoo e nõ o cõtradizẽdo nẽ refertando» — só agora novamente, no mês de dezembro da era de 1404, Rui Lourenço, e Vasco Lourenço, tabelião, e Martim da Cabrita, meirinho da dita villa, foram á Terra de S. Martinho, «Ao logo que chamã fontaao, e que per sua força e Autoridade e contra suas voõtades» tomaram a varios moradores d'esse logar em penhor «sayas e pelotes de molheres e ssauãas e mãtéés e outras cousas per Razõ de talhas que deziã que o dito Conçelho lançara Antresy».

Que eram «isentos e escusados de nõ pagarem nõ seẽdo Ante chamados nẽ ouuydos, como o dereito quer, fazendo em elo força e esbulho».

Que por muitas vezes depois pediram que lhes entregassem sens penhores, e o não quiseram fazer.

Por isso pediam que lhes alçassem a dita força e esbulho, lhes entregassem seus penhores ou o que se achasse que elles valiam.

O concelho da villa de Ponte contestou dizendo:

Que no anno da era de 1397 (1359 P. C.), «quando se começara a cercar a dita villa de Ponte de Ljmha», por motivo dos encargos que d'essa obra lhe advinham, acordara o concelho pôr sisa na dita villa e seu termo sobre todas as cousas que se compravam e vendiam, salvo pão.

Que pedira por mercê a el-rei D. Pedro autorização para poder pôr a dita sisa na villa e seu termo, e que el-rei assim o outorgara.

Que pusera a dita sisa na villa e na Terra de S. Martinho como seu termo, e que os moradores da dita Terra não queriam «pagar na dita sisa», dizendo que não eram termo da dita villa nem isso se entendia da carta d'el-rei.

Que, emfim, em razão d'isso os moradores de S. Martinho demandaram o concelho de Ponte de Lima perante o Corregedor de Entre-

Douro-e-Minho, Alvaro Paez, sendo o concelho da dita villa absolvido da demanda.

A sentença que consta do documento n.º III faz parte da defesa do concelho de Ponte de Lima, e transcreve-se em resumo grande parte dos dizeres d'ella.

Nas costas d'este pergaminho lêem-se tres documentos relativos á execução da sentença d'elle constante, os quaes tem a data respectivamente de 2, 6 e 8 de Outubro de 1368. Para o dito fim reunem-se na *mamôa quintãa* de João Lourenço Buual, meirinho-mór de Entre-Douro-e-Minho, sita no julgado de Ponte, os procuradores de um e de outro lado, a saber: Gil Estevez, pelo concelho de Ponte, e Estevão Martinz, dos Casaes, pela terra de S. Martinho. No terceiro dos tres escritos diz-se só na *mamôa:* São feitos por Mestre Gonçalo, tabellião de el-rei.

V

(8 de Novembro de 1369)

O concelho e homens bons da villa de Ponte de Lima enviaram dizer a el-rei D. Fernando que a dita villa «auya pequeno termho, E era de pouca companha. e nõ Era pobrada Como conprija, E que outrossy o termho que auya Era de pouco pam». Por isso pediam-lhe que «desse móór termho Aa dita uylla per que sse a dita uylla podesse melhor pobrar».

El rei, querendo fazer graça e mercê aos moradores e «pobradores» d'ella, e «per que en auer bõo termho a dita uylla he per hy mais onrrada e mais auõdada das Cousas que aos moradores della faz mester e des hy melhor guardada e deffesa em tenpo de mester, ueẽdo e conssyrando todo» — e tendo isso por seu serviço, deu por termo á dita villa «o julgado de Penella, que he jũto cõ a uylla e o de nal de uez como parte pello barco de Soeiro (?) e des hy Aa Egreia de Sam pero do Souto e Seija a Egreia do julgado da dita uylla e dhy Como parte per mõte Redondo e dhy Aa deuesa do porto do juiz e pella Carreira [1] Como sse uaij Ao spynheiro do Couto Como parte cõ o julgado de frayam.

Outrossy lhy dou por termho o julgado dagyar (?) de neuha (Neiva)».

Manda el-rei que d'ali em deante o concelho da villa de Ponte de Lima use sobre os ditos julgados de toda a jurisdição como em seu

---

[1] São conhecidos ainda hoje os sitios de *Porto-Juiz*, na frèguesia de Monte Redondo, e da *Carreira*, na Miranda, concelho de Arcos de Valdevez.

termo, e que esses julgados não tenham outros juizes, nem vereadores, nem procuradores, nem meirinhos, nem outros officiaes senão os da dita villa, ou os que pelos juizes e vereadores do referido concelho lhes forem dados.

A carta que contém esta mercê foi dada na cidade de Viseu a 8 de Novembro da era de 1407.

VI

(7 de Abril de 1383)

El-rei D. Fernando manda aos juizes e justiças de Ponte de Lima que cumpram a sentença dada pelo corregedor Affonso Martins Alvarez numa demanda entre Martim Pirez, carniceiro, morador na dita villa, de uma parte, e da outra o concelho da villa de Ponte de Lima, representado por seu procurador Gonçalo Anes, tabellião.

Dizia Martim Pirez que tinha e era seu dentro dos muros da villa um pedaço de terreno, campo, ou chão, «que dezia que forom casas», o qual ficava na rua da Çapataria, entestando na dita rua por uma parte, por outra «contra çima na rua que chamã da Brancaria» e partindo das outras partes com casas de Lopo Affonso, alfaiate, e de João Estevez e Pero Lourenço, çapateiros, todos da dita villa. Que o concelho da villa lhe tomara o dito terreno e fizera d'elle rua por onde se vai para a rua nova das Pereiras e a dita da Brancaria.

Requeria pois o autor ao corregedor que mandasse que o concelho desembargasse o dito terreno e não fizesse nelle a dita rua, pois d'elle queria «fazer sua prol».

O procurador do concelho confessa que o terreno em questão era do autor, mas que o concelho o não podia escusar para rua e «servimento» da villa; que se visse quanto elle valia e o concelho o pagaria por essa avaliação. Nisto consentiu o autor.

O corregedor sentenciou que o concelho pagasse a Martim Pirez a quantia de 100 libras em dinheiros, e lhe desse dentro da cêrca da villa outro tanto terreno para nelle fazer outra casa, ou para d'elle se utilizar.

A presente decisão é datada em Ponte de Lima em 7 de Abril da era de 1421.

Nas costas do pergaminho estão escritos dois documentos, da era de 1428 um, e outro da de 1430, dos quaes parece deduzir-se que, apesar de os juizes intimarem o procurador do concelho a pagar a Martim Pirez a quantia constante da sentença supra, este ainda não estava embolsado do seu dinheiro.

VII

(10 de Setembro de 1386)

O concelho e homens bons de Ponte de Lima enviam dizer a el-rei D. João I que recebem aggravamento com a doação que elle fizera a Mem Rodriguez de Vasconcellos da terra de S. Martinho, Lavruja e Lavrujó, que foram sempre termo da villa de Ponte em tempo de D. Affonso IV, D. Pedro e D. Fernando, «Aos quaes Deus perdom», e dos outros reis que antes d'elles foram.

El-rei, pois que lhe não fôra dito nem declarado que aquellas terras eram termo da dita villa, não embargando a doação que d'ellas havia feito a Mem Rodriguez, ha por bem e manda aos juizes de Ponte de Lima que, se ellas foram sempre, como dizem, termo da dita villa, deixem usar o dito concelho, homens bons e officiaes da mesma villa da jurisdição das referidas terras e havê-las por termo, como sempre usaram e houveram; e que os juizes e officiaes nellas postos por Mem Rodriguez não usem d'alli em deante de nenhuma jurisdição, pois não fôra tenção de el-rei tolher á villa de Ponte o seu termo nem jurisdição que sempre houvera.

Dada esta carta na cidade do Porto em 10 de Setembro da era de 1424.

VIII

(8 de Dezembro de 1387)

O concelho e homens bons da villa de Ponte de Lima mandaram dizer a el-rei D. João I, nas côrtes que acabavam de reunir na cidade de Braga:

1.º Que alguns senhores e pessoas poderosas, quando chegam á villa e seu termo, tomam pão, vinho, carnes e outras cousas sem mandado das justiças e sem nada pagarem aos donos d'ellas.

El-rei manda ás suas justiças que a todos aquelles, sejam de que condição forem, que taes cousas tomarem sem mandado e contra vontade de seus donos, façam entregá-las ou pagá-las no dobro do que valerem; que, quando essas pessoas poderosas, ou os homens de el-rei, precisarem de mantimentos, lhes os mandem dar por seus justos valores; e, finalmente, que não consintam que essas pessoas lancem peitas nem talhas aos moradores das terras que de el-rei tiverem, nem lhes tomem nenhuma cousa de seu contra sua vontade.

2.º Que alguns fidalgos, quando chegam á dita villa e logares, quando el-rei alli não está, tomam pousadas e «barras», havendo estalagens onde pousar e não querendo pousar nellas.

El-rei manda ás suas justiças que não consintam que esses fidalgos tomem as ditas pousadas e barras, se taes estalagens houver.

3.º «...que os copeiros nossos e da Raynha minha molher e dos Condes e mestres e outros senhores tomam adegas em os logares en que nos e eles somos e en outros logares e defendem aos donos dellas que nom vendam ende dellas nẽhũu vinho anẽdo nos ditos logares bõos vinhos atauernados de que tomar, por lenarem dos sobreditos, a que asi defendem que nom vendam, peitas e algos porende».

Manda el-rei que não consintam que taes cousas se façam e que se nesses logares não houver vinhos que sirvam, que os façam dar por seu dinheiro ou penhores que os valham; e prohibe aos copeiros fazerem taes cousas por sua autoridade, sob pena da real mercê.

4.º Que os condes e mestres e outros senhores tomavam á força em suas terras, que teem de el-rei, as bestas e armas que os moradores d'ellas teem para seu serviço.

Manda el-rei que isso se não consinta e que se alce força aos que taes cousas tomarem.

5.º Que entre el-rei D. Fernando e o povo fôra feito um compromiso «em razão das armações do mar», em virtude do qual as Justiças das terras deviam constranger e prender os homens para as galés, e que agora o almirante, capitão e alcaides do mar fazem meirinhos que prendem aquelles para d'elles levarem peitas e algos.

Ordena el-rei que taes cousas se não consintam, e que cada um em seu cabo cumpra o dito compromisso.

O documento presente é datado de Braga em 8 de Dezembro da era de 1425.

IX

(Ultimo de Fevereiro de 1390)

O concelho e homens bons de Ponte de Lima representam a el-rei D. João I que algumas pessoas houveram d'elle, assinados por sua mão, alvarás para não servirem, nem pagarem, nem contribuirem nos encargos do concelho; pelo que recebem grande aggravamento, perda e damno.

El-rei, porquanto havia ordenado que se não guardassem nenhuns alvarás, salvo as cartas selladas com o seu sêllo redondo ou pendente, ha por bem e manda que aquelles alvarás não sejam acatados, e que aquelles que os tiverem sejam constrangidos a servir e contribuir como os outros moradores igualmente em todos os encargos, como se taes alvarás não tivessem.

Dada em Coimbra no postrimeiro dia de Fevereiro da era de 1428.

X

(14 de Fevereiro de 1391)

Nas côrtes de Evora foram apresentados a D. João I, por parte do concelho de Ponte de Lima, capitulos especiaes, entre os quaes um que dizia que o dito concelho costumava enviar ás côrtes os seus procuradores, a quem os vereadores e homens bons do concelho mandavam dar das rendas do mesmo concelho o dinheiro necessario para suas despesas e mantimento; e que, quando á villa chegavam moços com cartas e mandados de el-rei, lhes mandavam dar sua gorgeta dos dinheiros do concelho: os quaes dinheiros lhes não querem «receber em conto», sendo elles vereadores e homens bons obrigados a pagar de suas casas.

El-rei ordena ao meirinho-mór, corregedores e mais justiças, a quem a presente carta dever ser apresentada, que sem nenhum outro embargo recebam em conto ao dito concelho, vereadores e procurador todos os dinheiros que foram ou houverem de ser dados aos procuradores enviados ás côrtes, e não os que forem dados aos moços mandados por el-rei.

O documento de onde isto consta tem a data de 14 de Fevereiro da era de 1429, e foi passado na cidade de Evora.

XI

(20 de Dezembro de 1391)

Oito capitulos geraes apresentados nas côrtes que acabavam de reunir-se em Viseu, e respectivas respostas.

Datado de Viseu em 20 de Dezembro da era de 1429.

1.º Os procuradores dos concelhos do reino dizem a el-rei que elle bem sabia que os reis seus antecessores ordenaram que fossem «costrãjudos os seruidores e dados aaquellas pessoas que os mereçesem e mays teuesem de fazer» e que todavia el-rei mandara o contrario, isto é, que não fossem constrangidos a servir: do que se seguia grande damno para os povos, pois havia muitos que tinham encargo de cavallos e grandes fazendas, e de aproveitar muitos bens e honradas fazendas que teem, de que el-rei tem de haver seus direitos e tributos para proveito do seu reino, e muitos nestas condições não podiam lavrar nem «aproveitar» os seus bens. Pediam portanto a el-rei que mandasse que os ditos servidores sirvam e morem como no tempo dos outros reis.

El-rei responde que se alguns tiverem filhos ou filhas, «quantos quer que seiam», que taes filhos ou filhas, «em mente esteuerem e mo-

rarem com seus padres e madres nom seiam obrigados morar com outros». Item, que se alguns ou algumas morarem com alguem por suas vontades, não sejam tirados áquelles com quem morarem, nem obrigados a morar com outrem. E tirados estes casos, «os que forem taaes pesoas que seiam pera seruir outrem, que seiam a ello costrãjudas» pelas justiças da terra, «taixandolhes asoldadas» pela forma como el-rei acordar com o seu conselho.

2.º Outrosim dizem que el-rei mandara que não houvesse almotaçaria no reino em nenhuma cousa, e que d'isso se seguia grande prejuizo para os seus povos, porque as cousas não são dadas por seus preços, e aquillo que custa um dinheiro é vendido por vinte, e por esta razão as cousas são postas em grande carestia por falta da dita almotaçaria, porque os que hão de manter fazenda de ricos tornam-se em pobres e os regatões enriquecem.

Concede el-rei o que é pedido, «Saluo que se ante soya dauer almotaçarias em sellas e freos e em nas armas de quall quer maneira que seiam e em çapatos desfrolados (?) e em todo lauor de polayna de çapateiros ou em çapateiros que husarem deste mester e em tapetes e vidros e borilamentos (?) que queremos que em estas coussas as nom aja».

O outorgado nestes dois capitulos não se entende com a cidade de Lisboa, onde el-rei tinha promettido nada mudar emquanto outra não fosse a vontade dos moradores e dos que nella tinham mesteres.

3.º Que ordenação fôra posta pelos reis passados para que nenhuma pessoa fosse presa por «carta de malldizer, nem por libellos famosos nẽ por querellas nem denũçiações que della forem dadas por pessoas a que os ffeitos nõ perteençam». Pedem pois que el-rei mande que isso se cumpra e ninguem seja preso por taes «enfamações» ou accusações, «ca muytos forom por ellas presos e danados do que auyã».—e se guarde o que el-rei D. Affonso IV mandou: « que nenhũu seja preso saluo se dell for querelado e jurar e nomear testemunhas».

Praz a el-rei que se guarde a dita ordenação.

4.º Pedem a el-rei que faça guardar a ordenação que prohibe aos corregedores tomarem conhecimento dos feitos de que os juizes das terras dissessem poder fazer direito, pois isso se não observava, apesar de por el-rei já ter sido mandado em côrtes; e que os corregedores «leuam comsygo os presos e que degastam o que ham».

El-rei manda que se guardem as ordenações, como nellas é contido, e que, se os corregedores forem contra isto, lhes o estranhará.

5.º Que algumas pessoas «trajem Rendadas E aforadas herdades E outras posyssões digreias E moesteiros e doutras pessoas» por certos preços, e acontece que as ditas pessoas teem «os nouos e fruytos em

seus agros e pousadas as quaees lhe som acontyadas nas peitas e pedidos», não descontando as rendas que por ellas dão nem as despesas que com ellas fazem. Pedem pois que só seja «acontyado» a cada um o que for seu («o que ham em saluo»).

A isto responde el-rei que se estimem estes emprazamentos no valor que teriam com todos os seus encargos, e que só sejam tributados nesse valor.

6.º Pedem a el-rei que, no caso de haver guerra, aquelles que tiverem propriedades em logar em que não as possam lavrar, com receio dos inimigos, não paguem nos ditos pedidos por essas propriedades, «porque nom ham dellas proll».

El-rei responde que pedem bem e que lhes agradece muito tal «petitorio».

7.º Que el-rei bem sabia já lhe terem pedido que nestes avaliamentos, que se haviam de fazer por todo o reino para o dito pedido que se vae arrecadar, não entrassem cavallos nem armas d'aquelles «que som contyosos de as terem», nem suas casas de morada, nem cavallariças, nem roupas de cama nem de vestir, porque d'isso lhes não provém rendimento algum e por el-rei «lhes foy outorgado parte dello». Pediam pois «que lhes desse em ello liuramento para hauerem suas cartas».

Resposta de el-rei: «que nos praz que se nom contyem cauallos nem armas, mays do all, que dizem, que nos nom pareçe Razom E a quanto meos dos bẽes contarem tanto mays pagarom o que he peyor pera elles».

8.º Pediam mais os procuradores dos concelhos que nenhuma pessoa fosse escusada neste pedido por carta, ou alvará, ou privilegio que tivesse, «saluo se for douas e caualeiros E todos aquelles que contynuadamente seruirom na guerra ataa o çerco de tuy E os creligos daquello que ham dos seus benafiçios e se ouuerem bẽes patrimonyaaes que paguem delles come cada hũu dos leygos».

Ao que responde el-rei que lhe praz, «Saluo dos creligos beneficiados os quaees nõ he aguisado pagarem de seus bẽes poys em sua parte pagam dos benefiçios que teem».

XII

(1 de Janeiro de 1394)

Alguns capitulos especiaes apresentados a D. João I pelos procuradores de Ponte de Lima nas côrtes ultimamente reunidas na cidade de Coimbra.

1.º Dizem os procuradores do concelho e homens bons da villa de Ponte de Lima que na dita villa ha almocreves e que parte d'elles se tornaram em pessoas poderosas e obtiveram cartas de el-rei que os escusam de todos os encargos, sendo poucos os outros que ficam servindo o seu officio; e que, quando é lançado algum encargo do concelho, lhes é demasiadamente pesado, resultando de ahi grandes custas e perdas.

El-rei responde que os ditos almocreves sirvam o concelho no dito officio de almocrevaria, emquanto d'elle usarem, não embargando as ditas cartas.

2.º Que na dita villa estão os escudeiros de el-rei ha tres annos, e por carta de el-rei lhes dão pousadas e camas sem dinheiro; o que é grande aggravamento aos donos das casas e roupas.

Responde el-rei que dêem aos ditos escudeiros algumas pousadas escusadas por algum tempo, até que se possam alugar em alguma parte, e que os ditos escudeiros busquem roupas em que «dormã».

3.º Que no termo da dita villa tem a Ordem do Hospital e de Christo certos casaes, e que alguns d'esses casaes «se espedeçã em partes, per gisa que o que auja de seer pobrado por hũa pessoa repartesse per mujtas» e as ditas pessoas lavram e aproveitam outros bens que teem seus ou de outras pessoas, e, pelo que assim teem das ditas Ordens, escusam-se de servir e pagar nos encargos do concelho.

Em resposta a isto manda el-rei que paguem das outras herdades suas e alheias, que lavrarem, e sejam escusados de pagar das que trouxerem das ditas Ordens.

4.º Que el-rei confirmara por sua carta ao dito concelho os seus privilegios, usos e costumes que sempre houveram; que sempre os de Ponte levaram suas mercadorias a Viana e pela foz d'alli para Lisboa e para outras quaesquer partes, sem encargo nem embargo nenhum; e que agora novamente os alcaides, moradores e homens bons da dita villa de Viana puseram postura e ordenação que qualquer que á mesma villa trouxer vinhos, ou pelo rio os passar pela foz, pague cinco libras para o concelho, sendo certo que os do concelho de Ponte de Lima teem privilegio de não pagarem portagem, nem passagem nem costumagem.

Resposta:

Que se assim é que os da villa de Viana puseram a dita postura, ella lhes não seja guardada, e que os de Ponte de Lima sejam escusados d'ella, como pedem.

Dada na cidade de Coimbra no 1.º dia de Janeiro da era de 1432.

XIII

(14 de Junho de 1396)

Na era de 1434, a 13 de Junho, na villa de Viana «de foz de ljmha» perante Luis Vasco de Tarouca, escolar e ouvidor na correição de Entre-Douro-e-Minho, por D. Frei Alvaro Gonçalvez Camello, Prior do Hospital e Marechal da hoste de El-Rei e seu Meirinho-Mór entre Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, appareceram Affonso Martinz e Estevão Gonçalvez, homens bons e moradores da villa de Ponte de Lima, e disseram ao dito ouvidor que o concelho e homens bons da dita villa de Ponte, porquanto recebiam alguns aggravos do concelho e homens bons da villa de Viana, e porque sabiam que elle ouvidor estava nesta mesma villa fazendo correição, os mandaram á presença d'elle ouvidor para lhe dizerem aquelles aggravos e semrazões que recebiam, para o dito ouvidor os fazer chegar ao conhecimento dos homens bons do concelho de Viana.

O ouvidor mandou então chamar á sua presença os juizes, vercadores, procurador e homens bons da dita villa, expôs-lhes as queixas que acabava de ouvir, e ordenou-lhes que dissessem o que a tal respeito lhes parecesse. Os de Viana pediram que os ditos aggravos lhes fossem apresentados por escrito, que em seguida responderiam. E logo os ditos Affonso Martinz e Estevão Gonçalvez «derom hũua çedolla ẽ escripto de q̃ o thor tal he ouuydor estes som os agrauos q̃ Entende os homẽs bõos e cõçelho de ponte de ljmha rreçebem», etc.

1.º Queixam-se os «peixeteiros» de Ponte de que os peixeiros de Viana lhes não deixam comprar nenhum pescado antes que elles comprem; e que ás vezes acontece que os peixeiros de Ponte compram um barco de pescado, ou outra porção do mesmo, e as regateiras e peixeiros de Viana lhes «demãdam e pedem q̃ lhys dem quinham E o Almoadom cõ elles ffazendo esto por leuarem gançcas do pescado mais q̃ por o elles quererem cõprar e auendo em a dita uilla outros pescados—outrosy Acontece q̃ os nossos peixeiros cõprom as uezes o pescado e tenho cõprado e pagado e tomolho os de viana».

2.º «Outrosy os vezinhos de Ponte Am de trager e tirar per a foz em fora sal e pescado e vinhos e outras mercadorias E as leuarem pera a dita uilla e os de viana os enbargon e lhys nõ querem leixar husar dello Auendo nos dusar com elles come vezinhos».

3.º Alguns habitantes de Viana, para causarem prejuizo aos de Ponte, «rendom a mal tosta E cõtrangam os moradores de ponte q̃ pagem hũu marauedi velho de cada tonel de vinho q̃ tirarem pella dita

ffoz em fora ssendo certos e sabedores q̃ os de ponte ssom Eixentos de nõ pagar as ditas cousas E como quer q̃ este trabuto é delrrey Segũdo elles dizem os de viana sa apertom mais a esto q̃ elrrey».

E expostos assim os referidos aggravos, os de Viana respondem:

Ao 1.º capitulo dizem «q̃ a elles praz q̃ quando se aconteçer q̃ os peixeteiros da dita uilla de ponte de ljmha mercarem pescado na dita uilla de viana com os peixeteiros e rregateiras da dita uilla de viana e ffezerem almoeda q̃ os de ponte aiam quinham do dito pescado come nossos vezinhos».

Ao 2.º capitulo dizem que lhes praz de usarem com elles como sempre usaram e lhes não embargam trazerem ou tirarem sal, nem vinhos, nem outras mercadorias, pagando a el-rei os seus direitos, e ao concelho os seus.

Ao 3.º, que não embargam nem constrangem os vizinhos de Ponte pelas cousas «conthudas» no dito capitulo.

D'isto tudo pediram os de Ponte de Lima esta carta testemunhavel, sob o sêllo de el-rei que anda na dita correição, e o ouvidor lhes a mandou dar na dita villa de Viana em 14 do dito mês de Junho.

Gonçalo Lourenço a fez.

«Conçertada esta carta pellas rrespostas e capitollos dellas pellas ditas partes».

P.E Cunha Brito.

Projecto de moeda de 20 réis para Angola

D. LUIZ ◦ I ◦ REI ◦ DE ◦ PORTUGAL. Busto á esquerda dentro de um circuito de globulos. No exergo ◦ 1886 ◦. Na orla circulo de granitos.

℟. PROVIN ◦ IA ◦ DE ◦ ANGOLA. No campo 20 (indicação de valor) dentro de uma coroa de louro e carvalho. No exergo a palavra ◦ ULTRAMAR ◦. Na orla circuito de granitos. Cobre. Peso 11gr,95. Diametro de 32 millimetros.

Uma questão de interesse geral na cidade de Loanda, a falta de agua potavel, foi o motivo que originou a cunhagem do ensaio monetario que acabámos de descrever.

A associação íntima que neste caso ha entre a moeda e a agua parecerá suspeita, ou de fraca evidencia, a quem ignore as considerações que precedem o decreto de 12 de Dezembro de 1885 e o teor geral d'elle, publicado no *Diario do Governo* n.º 290 de 23 do mesmo mês e anno.

Neste diploma o Ministro da Marinha e Ultramar, Manoel Pinheiro Chagas, disse: «A mais importante cidade da Africa Portuguesa não podia ter importante desenvolvimento de população por falta de agua aos moradores e para aguada dos navios. Desde o sec. XVIII datam as tentativas para trazer á cidade as aguas do rio Quanza. No sec. XIX chegou a formular-se um contrato em que uma sociedade particular se compromettia a trazer a Loanda as aguas do rio Bengo canalizadas. O contrato não teve effeito e a cidade, entre dois rios, este ao norte e o Quanza ao sul, por falta de meios, que não de iniciativa, como vemos, continuou a lutar com a falta de um genero tão necessario á vida. Em 1885 a agua do rio Bengo vinha á cidade em pipas, em barcos, e era vendida por preços exorbitantes. Tratava-se da construcção do caminho de ferro (do Ambaca) e comprehendia-se que durante a construcção e ainda depois d'elle concluido, pela affluencia de forasteiros, a falta seria enormemente sentida».

Ultimamente outras propostas tinham sido apresentadas. Newton e Eduardo Ayala dos Prazeres propunham-se organizar uma companhia com o capital de 675:000$000 réis. O Governo da metropole autorizaria a emissão de 540:000$000 réis em papel moeda e asseguraria o consumo diario de 50 metros cubicos de agua ao preço de 1$000 réis por cada metro cubico.

Esta proposta não foi acceite. O Governo teria de pagar 91:000$000 réis pelo consumo annual sem que o Thesouro auferisse lucros, e era provavel que o aumento da circulação fiduciaria na provincia angolense desagradasse ao commercio em geral.

A firma Silva Sanches & Bouvret fixava no seu projecto de contrato o preço da agua em 500 réis por metro cubico e pedia ao Estado a garantia de 500 metros cubicos diarios e não lhe offerecia vantagens.

Nesta malfadada situação de projectos irrealizaveis, Alexandre Peres, concessionario do caminho de ferro de Ambaca, propôs a emissão de 550:000$000 réis em moeda de cobre para a circulação na provincia, fornecendo elle o metal para a cunhagem e pagando as despesas d'ella. O Estado lucrava a senhoreagem da emissão e o juro de 6 por cento

ao anno, pago pelo proponente sobre as quantias que recebesse a titulo de emprestimo, as quaes pagaria em qualquer especie de moeda corrente.

As aguas do rio Bengo, captadas em Quifangonde, entrariam em Loanda e seriam vendidas ao preço de 500 réis por cada metro cubico.

O Estado acceitou a proposta, vantajosa como era, e o contrato foi fechado em 12 de Dezembro de 1885.

A importancia de 550:000$000 réis em moeda de cobre não era excessiva, como parecerá á primeira vista, pois que d'ella sempre havia grande falta na provincia. Um curioso motivo da escassez é narrado no seguinte trecho de informação, dada pelo Governador Geral de Angola [1]: «O dinheiro em cobre é uma mercadoria como outra qualquer, um meio de permutação indispensavel, e o gentio tem por costume enterrá-lo, não dizendo onde, para não ser roubado, e assim succede que de centenas de contos de réis d'este genero, que tem sido importados na provincia, quasi se não conservam em circulação nem 5 por cento».

Alexandre Peres carecia de muito abundantes sommas de dinheiro, o infimamente subsidiario, para distribuir aos seus trabalhadores já occupados na construcção da via ferrea e áquelles que convidaria para a realização do novo emprehendimento. Centenares de indigenas affluiriam a Loanda, avidos do metal amoedado que melhor lhes convinha para opulentar thesouros escondidos. Já não havia *macutas;* a moeda continental, importada outrora, era enterrada em vida! e perdia-se na memoria o tempo em que o Angolense recebia de bom grado o insignificante *cauri* (*Cyprea caurica,* de Lamarck), denominado *zumbo* em Angola. Vemos, pois, que a somma de 550:000$000 réis não era demasiada para figurar nas compras diarias do indigena, sem prejuizo do estranho modo pelo qual arrecadava as suas magras economias.

A Direcção da Casa da Moeda foi consultada acêrca do typo com que devia ser emittida a projectada moeda, como sempre succede em casos analogos.

A informação não se fez esperar [2]. Seria conveniente que a moeda não tivesse o typo igual ao da metropole, a fim de que não voltasse aqui. O regresso importaria prejuizo para o Thesouro, que não auferiria lucros da amoedação que estava autorizado a effectuar para o curso no continente do reino, por disposição do Parlamento. A Direcção ponderava que desde 1871 até 1879 mais de 100:000$000 réis de moeda de cobre, typo da do reino, enviados para Angola já não existiam ali

[1] Vide o decreto de 12 de Dezembro de 1885, já referido.

[2] Livros 25 B e C do Archivo da Casa da Moeda.

na circulação. Muitos caixotes idos num vapor voltavam intactos para a metropole no regresso do mesmo. Exemplificava que a Inglaterra adoptou typos especiaes de moeda para cada uma das suas colonias, a fim de que não abunde ou falte em qualquer d'ellas, viajando, com prejuizo no bom andamento das transacções do pequeno commercio. Em consequencia d'estas considerações convinha adoptar-se um typo especial e de certa novidade.

Tinha razão o illustre Director da Casa da Moeda, o Conselheiro Augusto José da Cunha. É certo que a moeda de XX, X e V de 1867, mandada para Angola por decreto de 26 de Junho do mesmo anno, typo dos n.os 10, 11 e 12 da estampa LIX do vol. 2.º de Teixeira de Aragão, e bem assim a de 1874, enviada para as ilhas de S. Thomé e Principe, circularam livremente no reino.

Para a apreciação do Ministro da Marinha e Ultramar, que se conformára com as considerações supra referidas, a Casa da Moeda enviou um modelo ou projecto para o anverso da moeda de 20 réis, conforme o desenho aqui figurado, com a modificação constante de dois florões, em vez de dois pontos, que acompanhassem a data, e dois modelos para o reverso da mesma moeda. O primeiro, o approvado, é o que apresentamos; o segundo, que apenas differia d'aquelle por conter na orla superior as palavras AFRICA ◦ PORTUGUEZA, que substituiam a legenda PROVINCIA ◦ DE ◦ ANGOLA, foi o rejeitado.

Os padrões de 10 e de 5 réis teriam typos absolutamente iguaes aos desenhos da moeda de 20 réis que fosse approvada. Os pesos e diametros regular-se-hiam pelo modo seguinte:

Padrões	Pesos	Diametros
Moeda de 20 réis	0k,012	0m,032
Moeda de 10 réis	0k,006	0m,025
Moeda de 5 réis	0k,003	0m,021

Em consequencia de o Governo ter recommendado brevidade na prontificação dos punções e matrizes, foram aproveitados trabalhos de gravura que estavam em uso; assim, o punção do retrato de El-rei é o que foi dado á moeda de XX réis do reino, cunhada desde 1882, e a coroa de louro e carvalho do reverso não se differença da que serviu na moeda de X réis da mesma epoca.

Nota-se que na legenda do reverso falta a letra C, substituida por uma arruela na palavra PROVIN ◦ IA. A falta explica-se pela seguinte

theoria de convenção no fabrico de ensaios monetarios. Quando ha duas provas referentes a projecto novo, é costume deixar bem visivel numa d'ellas a falta de letra, ou letras, ou outro sinal qualquer, a fim de que a prova escolhida facilmente se distinga da rejeitada.

Infelizmente os Srs. numismatas nunca obterão exemplares de moedas cujos desenhos sejam conformes com o ensaio aqui figurado, porque não existem. A prova é unica. Existia na collecção monetaria que foi organizada pelo fallecido numismata José Lamas. No catalogo respectivo teve o n.º 1:141 de ordem. As provas ou desenhos dos padrões de 10 e de 5 réis não foram executadas.

Em 2 de Dezembro de 1887 foi ordenado o embarque da primeira remessa de numerario por conta de 550:000$000 réis destinada ao concessionario Alexandre Peres. Foi para Angola no vapor *S. Thomé,* que seguiu viagem a 6 do mesmo mês. Constou de 40:000$000 réis no padrão de 20 réis, de 14:000$000 no de 10 réis e de 1:000$000 no de 5 réis. Teve o typo da moeda do reino. Ignora-se por que motivo caducou o projecto especial, approvado como fôra com as formalidades devidas. No reino tem circulado moedas d'aquelles padrões com o millesimo 1887. Serão parte das que viajaram até Loanda, para ali promoverem um emprehendimento de interesse geral e absolutamente necessario?

Lisboa, Janeiro de 1907.

Manoel Joaquim de Campos.

Antigualhas de Bujões

Depois de escrita a pequena noticia que publicámos n-*O Arch. Port.*, IX, 53–54, tivemos occasião de ir ver a vinha em que appareceram os objectos de que se faz menção nella, e adquirimos: dois denarios dos seis achados pelos cavadores, os dois objectos de cobre descritos no 4.º fasciculo da *Portugalia,* p. 827, um moinho romano com as duas pedras que cedemos ao Museu Ethnologico, assim como tres pesos de barro e quatro fragmentos de vasos de argilla. Passamos a descrever rapidamente tudo isto.

A) Pesos

1) Um peso de barro avermelhado, de fórma prismatica, de secção sub-quadrada, de $0^{m},12$ de altura, furado no vertice; pesa 450 grammas.

2) Um peso de barro, igual ao do n.º 1, de fórma prismatica, de secção quadrada, de 0m,115 de altura, furado no vertice; pesa 200 grammas.

3) Um peso de barro, igual ao dos outros dois, de fórma prismatica, de secção rectangular, de 0m,22 de altura, furado no vertice como os outros.

B) Fragmentos de vasos de barro

1) Um fragmento de vaso (?) de grande diametro, de barro de côr acizentada, com um cordão de 0m,01 de largura e outro tanto de altura, situado a 0m,08 da parte superior da boca, a qual, assim como o de outro fragmento da Cumieira, n.º 12, não é horizontal mas curva, a ponto de parecer constituir a abertura de um forno de pequenas dimensões, semelhante a alguns actualmente usados e que se podem deslocar de um ponto para outro.

Este fragmento é muito liso, ennegrecido pelo fogo ou por carvão na face interna toda e parte do bordo.

2) Um pedaço de vaso de grande diametro, de barro avermelhado, de boca horizontal, sem ornamentação, com um grande rebordo separado apenas do ventre do vaso por um sulco bem pronunciado, liso e de massa bastante gosseira, sem vidrado de especie alguma.

3) Um pedaço de outro vaso de grandes dimensões, grosseiro, com uma forte asa transversal, de côr acinzentada, sem ornamentação de especie alguma.

4) Parte de uma asa de um vaso de barro, em que se observam na constituição da parte tres camadas, duas das quaes, a externa e a interna, de côr vermelha e a media cinzenta, muito liso, com um sulco em meia cana ao longo da asa. Dos quatro fragmentos é este o de mais acurado fabrico.

Por occasião da visita soubemos dos donos da vinha: 1.º, que ha annos appareceram alguns caixões de tijolos (sepulturas de tijolos iguaes ás de Athey—*Arch. Port.*, II, 298); 2.º, uma pedra com uma inscripção latina, que descreveremos noutra noticia; 3.º, um subterraneo pouco alto com o pavimento formado de tijolos e as paredes de cantaria; 4.º, uma pedra, como uma caixa de rufo, de 0m,25 de diametro e 0m,35 de altura, a pico miudo e com uma falha num quarto da circunferencia; 5.º, limalha de ferro em grande quantidade; 6.º, grande numero de pedaços de tijolos e de vasos de barro de differentes diametros, sendo d'estes ultimos os que nos pareceram mais de nota os quatro acima descritos.

Villa Real, 1 de Janeiro de 1906.

Henrique Botelho.

Conselho dos Monumentos Nacionaes

I

Sessão em 17 de Janeiro de 1907

«O Conselho dos Monumentos Nacionaes reuniu, como dissemos, ante-hontem á noite, sob a presidencia do Sr. Luciano de Carvalho, achando-se presentes os Srs. José de Figueiredo, Cordeiro de Sousa, Pinto da Veiga, Fernando de Serpa, Salgado, Ventura Terra, Mardel e Leite de Vasconcellos, etc.

O Sr. Luciano de Carvalho apresentou o projecto de classificação dos monumentos nacionaes do país, precedido de um substancioso relatorio e acompanhado de notas historico-descritivas, relativas aos diversos monumentos. São mais de 400, e comprehendem antas, marcos miliarios, thermas romanas, estatuas, pontes antigas, castellos, igrejas, tumulos, cruzeiros, cathedraes e palacios (cuja edificação é anterior ao anno de 1800), etc.

O conselho lançou na acta um voto de congratulação e de agradecimento ao Sr. Luciano pelo seu excellente trabalho e deliberou que fosse impresso, para ser apreciado nas proximas sessões.

Sobre o assunto, o Sr. Ramalho Ortigão mandou uma proposta, escrita, que se refere a varios monumentos.

Tambem se votou uma congratulação á Camara Municipal do Fundão, pela restauração, a que mandou proceder, do seu pelourinho».

(Do *Diario de Noticias*, de 18 de Janeiro de 1907).

II

Lista dos monumentos apresentados pelo Sr. Ramalho Ortigão

«Na ultima sessão d'este Conselho, realizada na quarta feira proxima passada, foi submettido á discussão o quadro da classificação dos monumentos nacionaes apresentado pela commissão nomeada pelo Conselho para o elaborar.

Resolveu-se que este quadro fosse impresso e distribuido pelos vogaes do Conselho para mais ampla discussão.

O vogal Sr. Ramalho Ortigão sustentou por escrito a classificação de differentes monumentos pelo seguinte modo:

S. Ex.ª entende que, para os effeitos da classificação a que se está procedendo, a importancia de um monumento architectonico se deve menos deduzir da magnitude das suas proporções materiaes que da sua

especial accentuação esthetica. Nas grandes obras architectonicas predomina geralmente o gosto e o criterio internacional em voga no tempo em que se fizeram, e nellas mais que na humilde construcção dos pequenos edificios, se attenua, se desvigora ou inteiramente se dilue a expressão ethnica do talento local, o espirito provincial da região, a sua particular e caracteristica maneira de sentir, de pensar e de transmittir no lavor da pedra, como a qualquer outra transformação da materia, a affirmação de um ideal.

Convem advertir ainda que a missão do Conselho dos Monumentos Nacionaes é proteger e defender dos estragos calamitosos do tempo, das destructivas injurias da desgovernada estupidez do homem, para bem da comprehensão historica do nosso passado, da civilização da nossa raça e da religião da nacionalidade a que pertencemos, os harmoniosos vestigios de amor, de poesia e de arte, com que os antepassados tão liberalmente ennobreceram o solo da nossa patria.

Ora é evidente que as grandes fabricas architecturaes mais facilmente por si mesmas se defendem que as não menos preciosas edificações obscuras, que tão sandosos sorrisos de arte espalham ainda pelos mais deslembrados recantos das doces villas e aldeias de Portugal.

Parece-lhe duvidoso que, por emquanto, alguem ouse arrasar a Batalha, Alcobaça ou os Jeronymos para fazer mais uma avenida, um mercado, uma estação de caminho de ferro, ou uma «garage» de automoveis.

É bem tragicamente certo que sob pretextos ainda os mais frivolos todos os dias temos visto e continuamos a ver destruir importantes monumentos provinciaes unicamente accusados da culpa de existirem.

O que a esta mesma hora se está fazendo em Evora, em Braga e em Aveiro é a mais espantosa affronta de arte á presumida civilização dos nossos dias e á hypothetica acção fiscal do Conselho.

Em vista das considerações expostas, e para que se não cuide que pela algidez do seu contacto pretende arrefecer a fé dos seus collegas na efficacia dos seus meios de acção sobre os destinos dos monumentos nacionaes, propõe que no rol dos edificios que o Conselho tem a obrigação de proteger se incluam os seguintes:

1. Goes: igreja matriz. Contém o bello jazigo do Conde de Sortelha, estatua orante, sec. XVI.

2. Trofa, perto de Agueda, igreja do Salvador, sec. XVI. Bello pantheon dos Lemos.

3. Igreja de S.ta Maria de Almacave, em Lamego, sec. XII.

4. Paço de Sousa, igreja do Salvador, sec. XII. Contém o tumulo de Egas Moniz.

5. Igreja de S. Pedro de Rates, na Povoa de Varzim, sec. XII.

6. Igreja matriz de Fonte Arcada, Povoa de Lanhoso, sec. XI.

7. Igreja de S. Christovam de Rio Mau, Villa do Conde. Tem a data do sec. XI.

8. Igreja de S.ta Maria do Castello, em Torres Vedras. Bellos quadros portugueses do sec. XVI, bem conservados.

9. Paços dos Duques de Bragança, ruinas, em Guimarães.

10. Convento de S. Francisco, em Serpa, sec. XV, typo analogo ao da Ermida de S. Brás, em Evora, e de Santo André em Beja.

11. Ermida de Santo André, em Beja. Construcção gothica em tijolo, sec. XV.

12. Villar de Frades, Barcellos. Bellissima portada romanica do sec. XII.

13. Ermida de S. Brás, em Evora, sec. XV.

14. Igreja de S. Salvador de Arnoso. Ruina romanica.

15. Cantanhede. Capella de Narziella, bellas esculturas da Renascença, escola de Coimbra, sec. XVI.

16. Thomar. Igreja de S.ta Maria do Olival, sec. XII.

17. Mosteiro de Pombeiro.

18. Igreja matriz de Villa do Conde, secs. XV e XVI.

19. Igreja matriz de Miranda do Douro, antiga Sé, sec. XVI. De Tioralva.

20. Mosteiro de Arouca.

21. Guimarães. Igreja de S. Miguel do Castello, onde foi baptizado D. Affonso Henriques.

22. Santarem. Igreja de S. João de Alporão, sec. XII.

23. Lisboa. Ermida de Santo Amaro, a mais importante collecção de azulejos polychromicos do sec. XVI.

24. Coimbra. Palacio de Sub-Ripas, manoelino.

25. Evora. Casa Pia.

26. Evora. Mosteiro do Espinheiro. Tumulo de Garcia de Resende.

27. Torres Vedras. Igreja de S. Pedro, sec. XVI.

28. Igreja de S. João de Tarouca. Deposito de pintura do sec. XVI, tão preciosa como a de Viseu, Coimbra, Setubal ou Evora.

29. Convento de Santo Tirso.

30. Convento e igreja do Varatojo.

31. Gollegã. Igreja matriz, manoelina.

32. Ermida de S. Jorge no Campo de Aljubarrota, fundação de D. Nuno Alvares Pereira.

33. Igreja de Leça do Balio, sec. XIV.

34. Azurara. Igreja matriz, manoelina.

35. Povoa de Mirleu. Capella de S. Vicente, sec. XII.

36. Villa Real. Capella de S. Brás, sec. XIII.

37. Villa Real. Igreja de S. Domingos, fundação de D. João I.

38. Guimarães. Igreja matriz de S. Martinho de Candoso. Data do sec. XII.

39. Vianna do Alemtejo. Igreja matriz (restauração de D. João II e de D. Manoel).

40. Igreja de S. Quintino. Sobral de Monte Agraço, manoelina.

41. Torre de Quintella. Villa Marim.

42. Igreja de S.ta Maria do Castello, em Abrantes. Pantheon dos Abrantes.

43. Montemor-o-Velho. Igreja matriz de Nossa Senhora dos Anjos. Bellos tumulos de Renascença francesa de Coimbra.

44. Seminario de Portalegre. Esculturas da Renascença, sec. XVI.

45. Claustro de Chellas. Coimbra.

46. Coimbra. Convento de S. Domingos.

47. Coimbra. Igreja de Sant'Anna. Renascença.

48. Coimbra. Convento de S. Marcos».

(Do *Diario de Noticias*, de 19 de Janeiro de 1907).

*

A maior parte d'estes monumentos figura tambem na lista apresentada ao Conselho pelo Sr. Luciano de Carvalho. A igreja de S. João de Tarouca fôra já proposta como monumento nacional n-*O Arch. Port.*, X, 40.

J. L. de V.

Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Archeologia

29. Protecção á archeologia

Na *Revue des Études Anciennes* (1906, VIII, n.° 3) Émile Cartailhac escreveu um artigo biographico do grande palethnologo francês Eduardo Piette, fallecido com 81 annos. Era um emerito pesquisador, que trabalhava á custa da sua bolsa. Pagou elevadas contas de explorações, como esta de 12:000 francos (2:160$000 réis). Pois este benemerito fez presente das suas collecções inestimaveis ao museu de Saint-Germain, estabelecendo apenas que a não queria fraccionada.

Aqui está um exemplo. Tamanho era o valor d'este espolio que aquelle illustre homem de sciencia comprehendeu que lhe não perten-

cia, mas á nação francesa. Acrescenta Cartailhac que a familia do eminente patriota via com boa sombra os trabalhos e as grandes despesas archeologicas do seu chefe.

E que monotonia de aspecto devem ter para o publico as numerosas collecções legadas por este benemerito á França?

Não obstante valem ouro!

F. Alves Pereira.

30. A respeito do Norte de Africa

«Si, en son temps, l'occupation militaire a causé un grave préjudice aux monuments, de nos jours les officiers français, principalement par les levés topographiques du pays et la recherche activement poussée des ruines dans ce pays, sont devenus les collaborateurs indispensables de ceux qui recherchent les antiquités africaines. Le gouvernement a fait composer pour les officiers une instruction relative aux antiquités, et l'Instruction rédigée par la Commission d'Afrique pour la recherche et la description des monuments antiques est tout spécialement destinée aux militaires».

A. Schulten, *L'Afrique Romaine*, Paris 1904, pp. 11–12

31. La protection des monuments préhistoriques

Sur la proposition de M. Seger, directeur du Musée de Breslau, le Congrès allemand d'Anthropologie de 1903 a nommé une commission composée de MM. Ranke, Schumacher, Seger, Soldan et Voss, qui a pour but d'étudier les mesures à prendre pour obtenir des divers gouvernements une protection effective des monuments préhistoriques. En effet, depuis que la science préhistorique a été popularisée, le nombre des amateurs et des simples collectionneurs a augmenté dans des proportions formidables, en même temps que des gens du vulgaire font des fouilles dans le but de revendre les objects trouvés, la plupart du temps sans indication exacte d'origine. On conçoit que dans ces conditions les objects les plus intéressants risquent d'être à jamais perdus pour la science, et que les gisements les plus riches sont rapidement épuisés sans profit réel.

La situation paraît être encore plus défavorable en Allemagne que chez nous, grâce, sans doute, à ce que le tourisme y est davantage pratiqué. M. Seger estime en effet que le cinquième à peine des objets trouvés arrive dans les collections publiques. Quant aux monuments proprement dits, tumuli, fortifications, sépultures de pierre, etc., ils diminuent avec une rapidité effrayante, non seulement du fait des fouil-

leurs, mais sourtout grâce à l'extension des travaux de culture, des routes et des chemins de fer. Ces monuments peuvent être protégés d'une façon efficace si l'on admet qu'ils peuvent être classés, comme cela existe en France, en Angleterre et en Hesse.

Pour les objects mobiles, M. Seger propose qu'on établisse l'obligation de déclarer chaque trouvaille et que l'État ait un droit de préemption, mais en payant à l'inventeur une somme suffisante; ce système fonctionne en Danemark. Les fouilles ne devraient être faites que sous la surveillance d'un spécialiste. La loi hessoise est très bien comprise à ce sujet. Tout individu qui désire faire une fouille, doit en prévenir l'autorité compétente et obéir à toutes les indications que donne celle-ci sur l'exécution de la fouille et sur le traitement des objets trouvés. Cela permet toujours de rendre la présence d'un spécialiste obligatoire.

Il y aurait beaucoup à faire dans cette voie en France. C'est ainsi que dans un récent voyage aux Eyzies, j'ai constaté que le gisement de la Micoque avait été loué par un industriel dépourvu de toute instruction, qui y fait des fouilles sur une grande échelle et revend les objets trouvés, pêle-mêle avec des débris néolithiques, du moyen âge et même modernes. Il est absolument interdit de pénétrer sur le terrain du gisement. Si de pareilles spéculations avaient lieu sur des stations plus intéressantes, c'en serait fait à tout jamais de la science préhistorique, sa matière même venant en très peu de temps à lui faire défaut.

Dr. L. Laloy.

Estações prehistoricas dos arredores de Setubal

Vivendas dispersas

(Continuação. Vid. *O Arch. Port.*, XI. 40)

Os valles da peninsula da Arrabida, apesar de não serem muito ricos em mananciaes de agua para a sua irrigação, cobrem-se durante grande parte do anno de uma vegetação vicejante, sinal indicativo de que deveriam em todos os tempos remunerar a sua agricultura por mais rudimentar que tivesse sido. Mesmo que as terras d'estes valles não fossem amanhadas poderiam apascentar numerosos rebanhos de gado lanigero, suino e bovino.

As montanhas e serras d'esta peninsula, revestidas de centenares de especies de arbustos, a maior parte de folha persistente, fornecem durante todo o anno abundante pasto aos rebanhos de gado caprino.

Estas riquezas do solo não foram desprezadas pelos seus mais antigos habitantes e uma das provas d'esta asserção é o grande numero de ossos de ovelhas, porcos, bois e cabras achados no castro da Rotura, que é exclusivamente prehistorico.

Fig. 275.ª e 276.ª (⅘)

A abundancia de pastagens para a criação do gado e a proximidade do mar, tornando facil a colheita de peixe e mariscos, deviam favorecer o desenvolvimento da população na peninsula e a sua dissiminação pelos campos e costa maritima.

Effectivamente em diversos pontos alem dos castros, que já descrevemos, e de ordinario em eminencias de facil defensa, veem-se vestigios da actividade dos mais antigos habitadores, que ahi tinham as suas vivendas, preludiando as que, no tempo dos Romanos com o nome de *villas,* estavam espalhadas pelos campos, que formam hoje os arredores de Setubal.

Das villas rusticas romanas tenho encontrado vestigios bem accentuados na Quinta das Machadas de Baixo, na Boa-Vista, Cabeço Gordo, Torres Altas, Cruz da Legua, Esteval[1] e Painel das Almas em Azeitão. Em todos estes logares encontram-se entulhos formados de fragmentos de *imbrices, tegulas, amphoras,* pedaços de *argamassa signina,* etc. Em alguns logares o nome latino de *villa,* que lhes é applicado, ainda attesta a antiga existencia das vivendas romanas com aquelle nome. Assim no Esteval ha sobre a ribeira da Ajuda uma passagem, a que se dá o nome de Porto da Villa; no Rego d'Agua um pequeno valle chama-se Valle da Villa Velha; finalmente em Azeitão, alem de

[1] Ao norte do Esteval, na vertente meridional da serra de S. Luis e proximo do seu cume, encontrei, quasi todo coberto pelas terras e pedras que tem desabado da serra, um ediculo de construcção romana, incrustado na rocha e rebocado interiormente com *opus Signinum,* onde para ornamentação se traçaram desenhos geometricos muito simples. É tradição que foi neste ediculo que primeiro appa-

outro Porto da Villa Velha sobre a ribeira de Caimbras, ha a Villa Fresca, nome que primitivamente foi applicado á quinta da Bacalhôa, tendo a localidade com aquelle nome a designação de Aldeia de Villa Fresca, que revela assim ter significado na sua origem apenas o conjunto de officinas e habitações do pessoal dependente da quinta [1].

Fig. 277.ª (3/5)

Das vivendas prehistoricas ha vestigios nos logares seguintes [2]:

a) No alto do Queimada, que fica na crista da serra do Louro uns 500 metros a W. de alto de Chibanes, onde já o fallecido Carlos Ribeiro tinha encontrado restos de louça prehistorica e romana, os quaes se encontram hoje na prateleira inferior do armario 34 do Museu dos Serviços Geologicos de Portugal.

Tambem ahi encontrei muitos fragmentos de louça prehistorica e romana.

b) Na parte oriental da crista da serra das Terras Altas encontrei dispersos pelo solo alguns fragmentos de louça e um triturador de grés, com os caracteres dos que tenho achado noutras estações prehistoricas dos arredores de Setubal.

Tambem possuo um instrumento de rocha amphibolica, bem polido, que foi encontrado neste logar e que está representado na fig. 275.ª

Este instrumento tem de comprimento $0^{m},22$ e nas extremidades foram feitos gumes quasi rectilineos, bem afiados. Julgo ser um formão.

---

receu a imagem de S. Luis a uns pastores da serra. Esta imagem, que talvez fosse de algum deus pagão, foi tomada pelos pastores como da do santo advogado da saude do gado. Junto do ediculo foi construida uma pequena ermida de que restam vestigios e que ainda se chama de S. Luis Velho, para a distinguir da ermida de S. Luis, que fica a uns 700 metros a SE. do ediculo a que já nos referimos.

[1] No anno de 1759 foi criado o concelho de Azeitão, tendo por séde a aldeia de Villa Fresca, assim elevada á categoria de villa. Desde então, para não se dizer — villa de Villa Fresca—, indicava-se a categoria da povoação com o proprio nome. Em 1786 a séde do concelho de Azeitão foi transferida para Aldeia Nogueira, que passou a chamar-se Villa Nogueira, conservando tanto esta como a Villa Fresca o nome de villas mesmo depois da extincção do concelho de Azeitão em 1855.

[2] Vid. *Esboço da carta archeologica dos arredores de Setubal*, fig. 274.ª

Tambem neste logar foi encontrada parte de um instrumento de quartzo, muito bem polido (fig. 277.ª), que pela sua fórma muito se parece com a folha de uma espatula.

Este objecto é muito semelhante a outro encontrado no Monte Abrahão por Carlos Ribeiro, que lhe attribuin a serventia de insignia ou distinctivo [1].

c) Na parte occidental da fragosa crista da serra anteriormente referida, proximo do Moinho da Fonte do Sol, encontrei, entre as escabrosidades da rocha, restos de construcções feitas de pedra e terra e dispersos pelo solo diversos fragmentos de louça, alguns dos quaes com ornamentação.

d) No alto de S. Francisco, na serra do mesmo nome e proximo do marco da triangulação geodesica, encontrei alguns pedaços de louça, que, por ser de barro muito mal escolhido e afeiçoado apenas com as mãos, sem o auxilio da roda de oleiro, julgo ser de proveniencia prehistorica.

e) Á distancia de 1:100 metros para NE. do castro da Rotura fica o casal da Fazendinha, junto do qual, numa anfractuosidade da rocha jurassica, foi encontrada á flor da terra uma malga sem ornamentação e semelhante ás que tenho encontrado na Rotura e Chibanes.

O Sr. Arronches Junqueiro explorou esta pequena estação e nella encontrou um triturador de pedra, um machado tambem de pedra, alguns pedaços de louça e fragmentos de ossos humanos, entre os quaes os de um cranio, que em parte o Sr. Junqueiro reconstituiu. O indice cephalico d'este cranio devia ser proximamente de 76 e portanto *dolicocephalo*.

f) No Pedrogão, rochedo que fica a E. da serra de S. Luis e a que o povo attribue habitação de mouras encantadas [2], tambem se encontram restos de louça que parece de origem prehistorica.

g) Uns 400 metros a NW. da Arca de Agua, na trincheira do caminho que d'este logar conduz a S. Paulo, vêem-se restos de molluscos e de louça grosseira com caracteres da industria neolithica.

h) No sopé da rocha da Murteira, que fórma um dos picos da serra da Arrabida, entre o casal do mesmo nome e o Jogo da Petisca, ha vestigios de uma vivenda dos tempos prehistoricos.

Entre os alludidos vestigios encontrei alguns restos de vasos, um dos quaes devia ser muito achatado como os actuaes testos e com ori-

---

[1] Vid. *Estudos prehistoricos de Portugal*, p. 41 e fig. 45.ª

[2] Vid. *Memoria sobre a historia e administração do Municipio de Setubal*, por Alberto Pimentel, p. 13, nota.

ficios no fundo. martelos de pedra e muitas valvas de molluscos marinhos. Segundo ouvi a uns trabalhadores, que ahi andavam a metter bacello, encontraram elles, a profundidade excedente a meio metro, diversas mós de pedra da fórma e grandeza dos actuaes queijos frescos (com aproximadamente $0^{m},06$ de diametro).

i) No cume da serra de Cella, no sopé da qual fica o forte da Arrabida, proximo do Portinho do mesmo nome, encontrou o distincto geologo, o Sr. Paul Choffat, alguns pedaços de louça de barro muito grosseiro e mal escolhido como aquelle de que era feita a louça prehistorica.

Percorri o cume da dita serra e na sua parte mais oriental, sobranceira ao forte da Arrabida, dei com uma pequena chã fortificada naturalmente pelas camadas de rocha, que ahi se levantam a prumo como a servirem de muralha.

Nesta chã, apesar de não mandar fazer sondagens, encontrei pelo solo muitos dos fragmentos de louça acima referidos.

Julgo que tanto nos logares que deixo apontados como noutros, em que os vestigios da primitiva industria humana se apagaram de todo ou se apresentam mal definidos, estava disseminada grande parte da população prehistorica.

Nos redutos ou castros (como o da Rotura e o de Chibanes), cuja collocação obedecia principalmente ás condições de defensa e cuja area era relativamente pequena, estariam armazenados os productos das colheitas e haveres de maior importancia, bem como a população industrial e aristocratico-militar a quem se confiava a guarda d'estes productos.

Disseminada pela costa maritima e pelos campos e serras, ficaria a população piscatoria, agricola e pastoril, que só recolheria com os gados e mais valiosos instrumentos moveis de trabalho aos castros por occasião de guerra ou invasão de algum inimigo mais poderoso.

Grutas sepulcraes da Quinta do Anjo

Seguindo a estrada a macadam de Palmella para Azeitão, a uns tres kilometros de distancia d'aquella villa para o lado SW., encontra-se a povoação da Quinta do Anjo[1], formada por tres grupos de casaes

[1] Esta povoação tem o seu nome derivado da Quinta e Fonte do Anjo, que, tendo constituido um morgado fundado por Pedro Coelho, secretario do mestre da Ordem de S. Tiago D. Jorge de Lencastre, pertence hoje á casa dos Duques de Palmella.

A dita fonte é resguardada por uma rotunda dentro da qual se vê a estatua marmorea de um anjo, que, segundo uma inscripção lapidar em latim embutida.

que se estendem pela encosta setentrional da serrania que de Palmella se dirige a Azeitão, e a que já me referi quando tratei do castro de Chibanes.

O grupo de casaes mais ao sul fica em uma pequena collina muito alongada ou cerro de calcareo miocenico, parallelo ás serras do Louro

ESBOÇO DO TERRENO ONDE SE ACHAM AS GRUTAS DA QUINTA DO ANJO

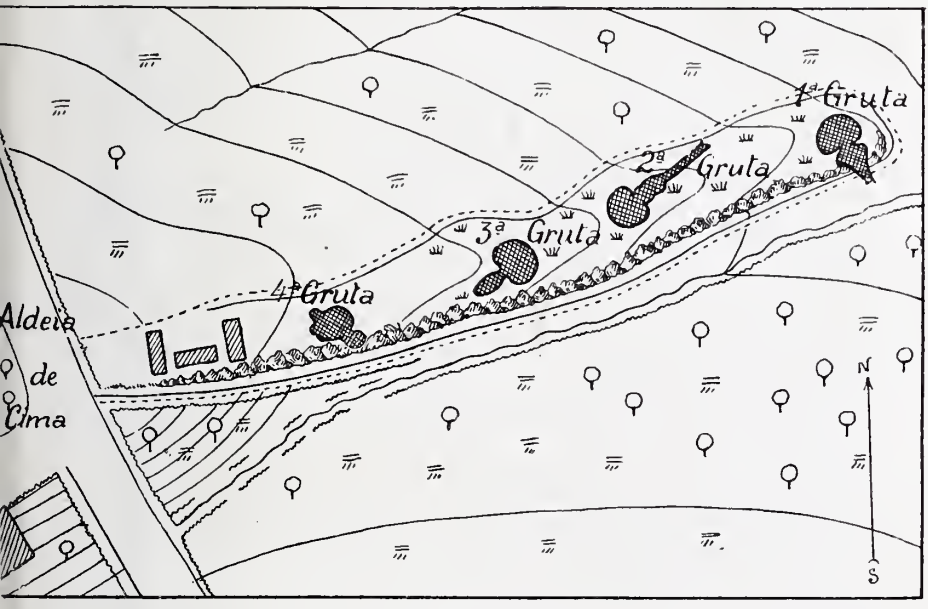


Fig. 278.ª

ESCALA $\frac{1}{1:000}$

e Torres Altas, e tem o nome de Aldeia de Cima de que faz parte o casal do Pardo, o mais oriental da aldeia.

A partir d'este casal o cerro prolonga-se ainda uns 100 metros para leste. Neste prolongamento a mesma collina tem a cumieira em fórma

---

na parede do fundo da rotunda, «foi dado para guarda d'esta fonte, que os antigos denominaram do anjo para que não tenham perigo os que beberem das suas aguas».

A inscripção tem a data de 1568.

Este facto dá-nos um exemplo bem frisante do tradicional costume de collocar as fontes sob a protecção das divindades. (Cf. *Religiões da Lusitania*, por J. Leite de Vasconcellos, vol. II, p. 237).

de faixa com uns 10 metros de largura, a vertente do lado do norte a configuração de rampa e a do lado do sul, em consequencia da exploração do calcareo, apresenta uma escarpa abrupta cuja altura varia entre 2 a 6 metros.

É no amago d'esta pequena collina e numa linha, que segue uma direcção parallela á sua crista, que foram cavadas quatro grutas, todas independentes umas das outras, a que o povo chama as *Covas dos Moiros*, e cuja disposição relativa se encontra no esboço representado na fig. 278.ª

Comquanto estas construcções sejam subterraneas, foram cavadas na espessura calcarea do cerro, a fim de que as suas entradas lateraes ficassem nos primitivos taludes d'este e os pavimentos em nivel que não differisse muito do antigo solo adjacente.

D'esta fórma se transformou o cerro numa especie de monumento, que, comquanto no seu exterior fosse exclusivamente obra da natureza, era no seu interior formado por cavidades artisticamente feitas pelo homem.

Em todas estas grutas se nota grande regularidade geometrica e lisura nas suas paredes. Por isso julgo que, apesar da rocha em que foram formadas apresentar pouca resistencia, principalmente quando ainda não tem soffrido a acção dos agentes atmospherico, devia a sua construcção ser muito laboriosa e representar um grande dispendio de actividade e instrumentos de trabalho.

Attendendo a esta circunstancia, á da proximidade d'estas grutas do castro de Chibanes e mais estações prehistoricas nas cristas das serras do Louro e Torres Altas, aos restos humanos ahi encontrados e ainda á natureza e luxo relativo dos objectos que os acompanhavam, supponho que taes construcções eram destinadas ao jazigo de altos personagens que habitavam nesse castro e proximidades. Seriam uma especie de pantheon, onde se recolhiam os restos mortaes das familias de mais distincção entre o povo, que habitava o castro e os logares proximos nos tempos prehistoricos.

1) A primeira gruta a partir de éste (figs. 279.ª e 280.ª) constava de dois compartimentos desiguaes, communicando directamente entre si por meio de um portal interior e o menor com o exterior pela entrada da gruta, feita no primitivo talude meridional do cerro e voltada para S. 60° E.

O primeiro e menor compartimento ou vestibulo tinha a fórma de pera ou balão, com o eixo horizontal e sendo cortado parallelamente a este eixo por um plano tambem horizontal, que corresponde ao solo d'este compartimento.

A parte oblonga d'este vestibulo estava voltada para a entrada da gruta e a parte hemispherica opposta era contigua ao compartimento maior ou camara, onde, em logar fronteiro á primeira entrada, se abre um portal interior, de communicação entre os dois compartimentos, em fórma de ferradura e tendo dimensões taes que não deixa passar um homem senão de joelhos.

Na soleira da entrada do vestibulo e da gruta ha um resalto (fig. 280.ª) em fórma de cordão transversal.

Junto da soleira do portal de communicação do vestibulo para a camara está cavada uma goteira em fórma de arco de circulo. As extremidades d'esta goteira ajustam-se nos humbraes do referido portal, onde foram cavados rebaixos semelhantes aos dos humbraes, que se usam actualmente nas nossas habitações.

Tanto estes rebaixos como a goteira podiam bem servir para nelles ajustar uma grande lapide, que, á maneira de porta, fechasse a entrada da camara. A fórma da goteira indica que essa lapide, no caso de existir, devia ter uma configuração semelhante á das actuaes telhas, sendo voltadas a face convexa para o vestibulo e a concava para a camara.

Em analogia com esta supposta porta, encontrei na 2.ª gruta uma grande lage com a fórma de telha, que talvez ahi servisse para fechar a entrada da camara.

A exploração da pedreira, em que foram cavadas as grutas, destruiu o antigo talude meridional da collina e com elle grande parte não só do vestibulo de que estou tratando, mas tambem dos que pertenciam ás 3.ª e 4.ª grutas, ficando a marcar o limite da exploração a actual escarpa já referida ao sul do cerro.

Esta escarpa corta quasi a prumo e ao meio o vestibulo, separando a sua parte hemispherica, que ainda se conserva toda no interior da pedreira, da parte oblonga, de que já não restam senão o pavimento e parte das paredes lateraes.

Estes restos do primeiro compartimento acham-se actualmente cobertos pelo leito de uma carreteira, que passa junto á escarpa do cerro, de maneira que o aspecto que tem hoje as ruinas do vestibulo da 1.ª gruta, apparentemente reduzido á sua parte hemispherica com um portal ao fundo, dá-nos em miniatura uma ideia semelhante á d'aquella especie de alpendres, que se vêem nos porticos dos templos construidos no estilo romanico. (Vid. fig. 281.ª).

O segundo compartimento ou camara tem a fórma de um hemispherio com a base horizontal. Nesta cavidade, que se parece com os actuaes fornos de cozer pão, ha duas aberturas, sendo uma constituida

pelo portal já referido, correspondente á boca do forno, o qual communica com o vestibulo, e a outra formada á maneira de claraboia no tecto da camara para nella permittir o ingresso do ar e da luz do dia.

Esta ultima abertura, que é circular, parece á primeira vista muito irregular; porém, um exame mais attento mostra que os seus bordos do lado interior foram arredondados, o que prova que foram feitos pelos primitivos constructores.

Os bordos do portal, que communica o vestibulo com a camara, são salientes e voltados para o lado interior d'esta, o que julgo devido a um alargamento que se fez no segundo compartimento em epoca prehistorica, mas posterior á sua primitiva construcção. D'esta fórma se conseguiu aumentar a área do circulo que formava o pavimento da camara, sem deslocar o seu centro, que convinha continuar a corresponder ao centro da claraboia, a fim de manter a symetria e melhor distribuição de luz [1].

O conjunto da camara, do vestibulo e do portal, que á maneira de garganta communica os dois compartimentos, dá internamente á gruta um aspecto geral, que a faz parecer com monstruosa cabaça, que tivesse sido cortada por um plano parallelo ao eixo e que se ajustasse horizontalmente no solo por esse plano (vid. a planta e perfil: figs. 279.ª e 280.ª).

O mesmo aspecto se reproduz nas 2.ª e 3.ª grutas como adeante se verá.

Esta primeira gruta é depois da 2.ª a mais bem conservada, tendo apenas destruida a parte oblonga do vestibulo, como já ficou dito.

2) A 2.ª gruta (vid. planta e perfil: figs. 282.ª e 283.ª) tambem consta de dois compartimentos analogos aos da primeira, sendo porém o vestibulo mais alongado e precedido de uma galeria descoberta em fórma de fosso, que dá accesso ao vestibulo pela rampa septentrional do cerro na direcção N. 50° E.

Esta galeria tem as paredes lateraes talhadas a prumo na rocha e o seu pavimento, que é plano, inclina-se ligeiramente, descendo um

---

[1] O Sr. Cartailhac (vid. *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, p. 121) é de opinião que as referidas saliencias tinham por fim aumentar a resistencia na parte da gruta mais exposta aos attrictos. Na minha opinião, para conseguir tal fim as saliencias seriam contraproducentes; pois que, sendo ellas pela sua pequena espessura muito sujeitas a degradações e fazendo parte integrante da construcção, ficava esta por este motivo tambem sujeita a ser alterada na sua integridade e symetria, com que o architecto a meu ver procurou attrahir a attenção do espectador.

pouco desde o talude do cerro até a entrada do vestibulo ou portal exterior da gruta.

Junto aos humbraes d'este portal e nas paredes aprumadas da galeria, vêem-se dois profundos entalhes verticaes, que julgo serem destinados a servirem de encaixes ás couceiras de uma porta, que provavelmente seria uma grande lage rectangular. O encaixe do lado esquerdo é semicilindrico e era certamente sobre elle que girava a lage que servia de porta. O encaixe do lado direito é um rebaixo com duas faces: uma na parede exterior do portal, sobre a qual batia a lage quando fechava a entrada principal da gruta; a outra face era uma porção de superficie cilindrica cujo eixo se confundia com o do encaixe do lado esquerdo a fim de permittir que a lage rodasse sobre elle no movimento, que se lhe dava, de abrir e fechar a entrada do vestibulo. Junto a esta entrada, no pavimento da galeria, ha tambem uma depressão indicativa de ser destinada a receber a supposta lage. Esta, em vista da depressão ser rectilinea, julgo que devia ser plana e não em fórma de telha como a supposta porta da 1.ª gruta.

D'este portal exterior da gruta só restam a soleira, que era deprimida em fórma de arco concavo, e parte dos humbraes.

D'esta soleira desce-se para o pavimento horizontal do vestibulo por uma pequena rampa, constituida por parte da superficie curva que fórma as paredes lateraes e abobada do primeiro compartimento.

O vestibulo é uma cavidade com a fórma geral de um ovo, cortado por um plano parallelo ao eixo e ajustado no pavimento horizontal por esse plano.

Nesta cavidade abrem-se dois portaes de desigual grandeza: o maior, já referido, na extremidade oblonga do ovoide dando communicação para a galeria exterior; o menor na parte hemispherica opposta dando entrada para a camara interior.

Seguindo a linha que transversalmente divide a superficie do ovoide nas suas partes hemispherica e oblonga, vê-se em cada uma das paredes lateraes uma saliencia como a que é formada pelas superficies interiores de duas espheras que se interceptam.

Estes relevos começam no pavimento com uma saliencia de proximamente $0^{m},15$ e vão decrescendo á medida que sobem pelas paredes lateraes até desapparecerem a meia altura d'estas.

No pavimento a continuidade d'estas saliencias é estabelecida não como nas paredes lateraes, onde os relevos são produzidos pela rocha na zona em que houve o cuidado de fazer a excavação menos profunda, mas com um addicionamento de um cordão de perfil semicircular de quasi $0^{m},1$ de raio, o qual assenta no plano horizontal do pavimento.

Este cordão é constituido por uma especie de cimento, que, com quanto tenha o aspecto de calcareo estalagmitico, se vê ser obtido artificialmente com o pó proveniente da pedra calcarea, que se encontra na localidade.

Tanto os relevos nas paredes como o cordão no pavimento parecem indicar que no vestibulo a parte hemispherica e a oblonga, comquanto não fossem separadas por um septo completo, tinham diversos destinos.

O portal, que dá communicação do vestibulo para a camara, differe do analogo na primeira gruta em ser muito menor e com a fórma de menisco convexo. Tambem é relativamente mais baixo, e tanto que não permitte a passagem de um homem senão deitado.

No vestibulo encontrei uma lage, a que já me referi, com a fórma de telha e que podia servir para fechar o portal interior que dá para a camara.

D'este portal desce-se por um pequeno degrau para o pavimento da camara, que, como o analogo compartimento na primeira gruta, é hemispherico, com o pavimento horizontal e claraboia circular no tecto. Tem porém menores dimensões e os humbraes da entrada não são voltados para o interior da camara, provavelmente por não se ter feito nesta nenhum alargamento.

Esta gruta é de todas a mais bem conservada. A camara como a da primeira gruta está inteira. O vestibulo conserva todas as paredes lateraes e a abobada correspondente á parte hemispherica; porém da abobada, correspondente á parte oblonga do vestibulo, só restam vestigios nas superfices curvas das paredes, que a partir de meia altura se tornam cada vez mais convergentes á medida que se elevam. Estas superficies, porém, por estarem destruidas na sua parte mais elevada, não chegam actualmente a fechar, nem talvez fechassem de todo para darem logar a uma claraboia. Por este motivo a parte do vestibulo, cujo tecto se acha roto, parece á primeira vista a continuação da galeria com a fórma de fosso.

3) A terceira gruta tambem constava de vestibulo e camara interior ou principal, ambos semelhantes aos compartimentos correspondentes das duas primeiras grutas (figs. 284.ª e 285.ª).

Do vestibulo só restam o pavimento e pequena parte das paredes lateraes. O portal d'este vestibulo era voltado para SW. A fórma do pavimento era ellipsoidal, descendo desde a entrada até o portal da camara em rampa muito suave.

Este pavimento tambem era dividido em duas partes por um cordão de cimento de natureza igual ao que transversalmente divide o pavimento do vestibulo da segunda gruta; no vestibulo da terceira

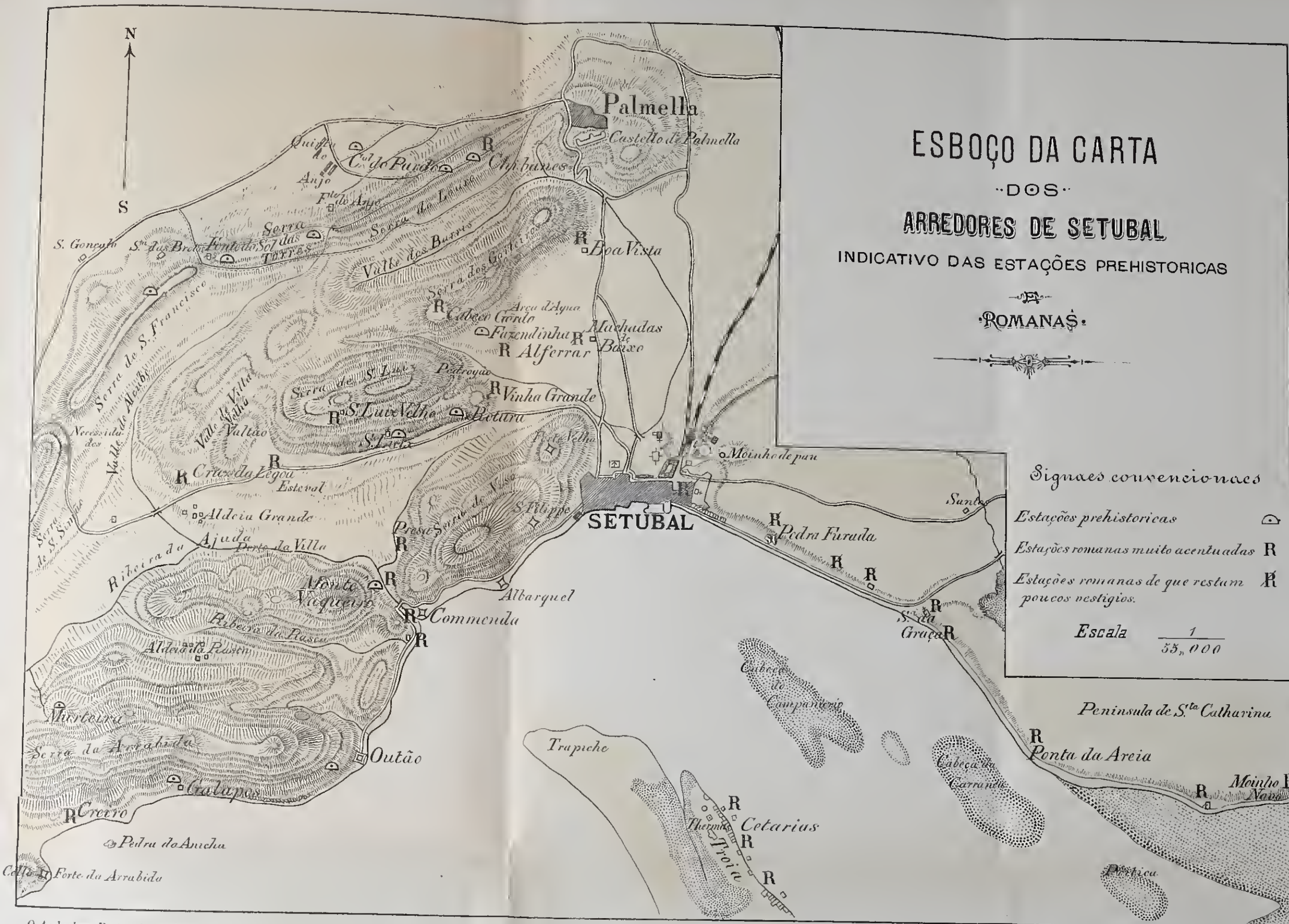

ESBOÇO DA CARTA
DOS
ARREDORES DE SETUBAL
INDICATIVO DAS ESTAÇÕES PREHISTORICAS
E
ROMANAS
Signaes convencionaes
Estações prehistoricas
Estações romanas muito acentuadas R
Estações romanas de que restam poucos vestigios. R
Escala 1/55,000
N
S
Palmella
Castello de Palmella
Chibanes
Boa Vista
Machadas de Baixo
Alferrar
Vinha Grande
Rotura
Moinho de pau
SETUBAL
Pedra Furada
Albarquel
Commenda
Monte Vaqueiro
Aldeia Grande
Esteval
Cruz da Legoa
Ajuda
Porto da Villa
Ribeira da Ajuda
Aldeia da Rasca
Murteira
Serra da Arrabida
Outão
Galapos
Creiro
Pedra da Anicha
Forte da Arrabida
Serra de S. Francisco
Serra de S. Luiz
Valle de Villa Velha
Valtão
Serra dos Gorreiros
Valle dos Barros
Serra da Louza
Fonte do Sol das Torres
S. Gonçalo
Cabeço Gordo
Fazendinha
Pedrogão
S. Luiz Velho
S. Filippe
Presa
Santos
S.ta da Graça
Cabeça do Campanario
Trapiche
Thermas
Troia
Cetarias
Cabeça da Carranca
Peninsula de S.ta Catharina
Ponta da Areia
Moinho Novo
Portinha

Fig. 274.ª

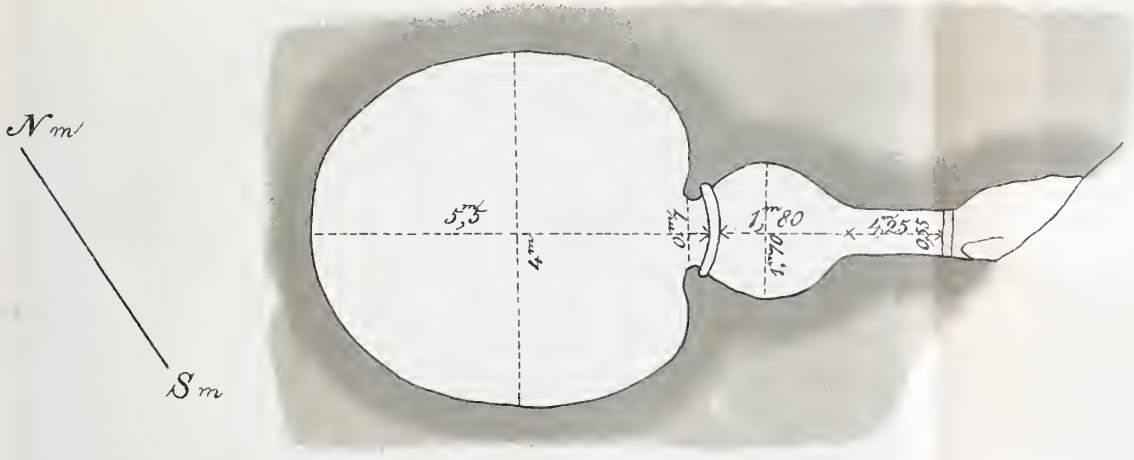


Fig. 279.ª

Escala $\frac{1}{100}$

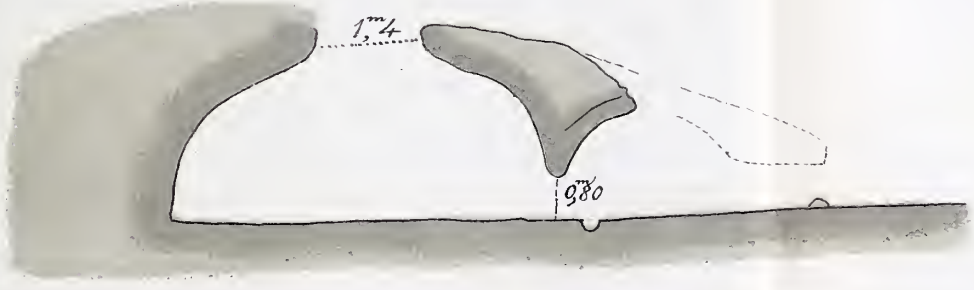


Fig. 280.ª

Escala $\frac{1}{100}$

Fig. 281.ª (1/16)

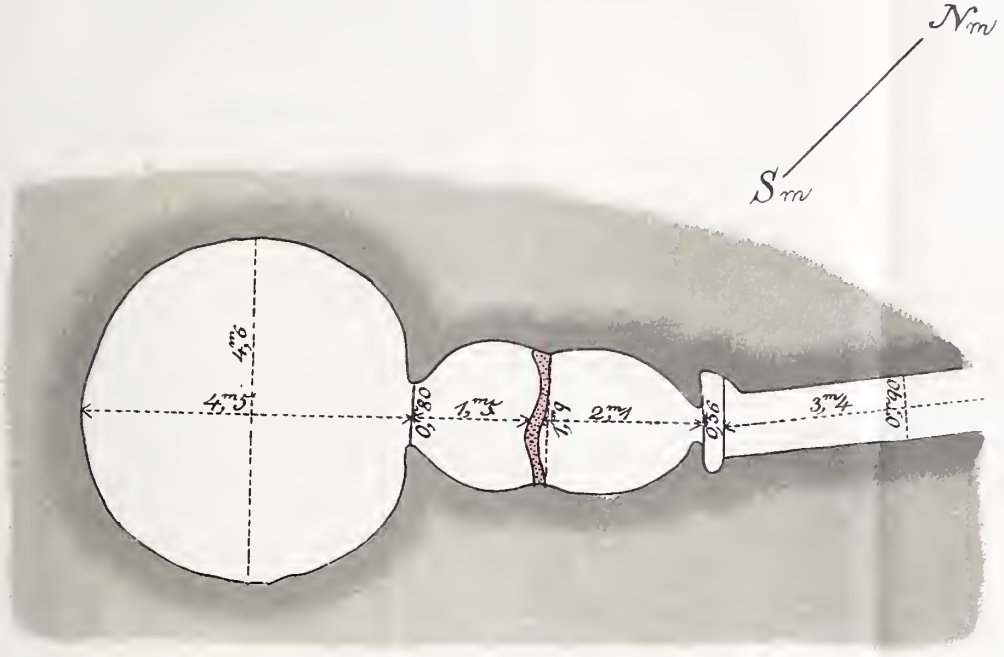


Fig. 282.ª

Escala $\frac{1}{100}$

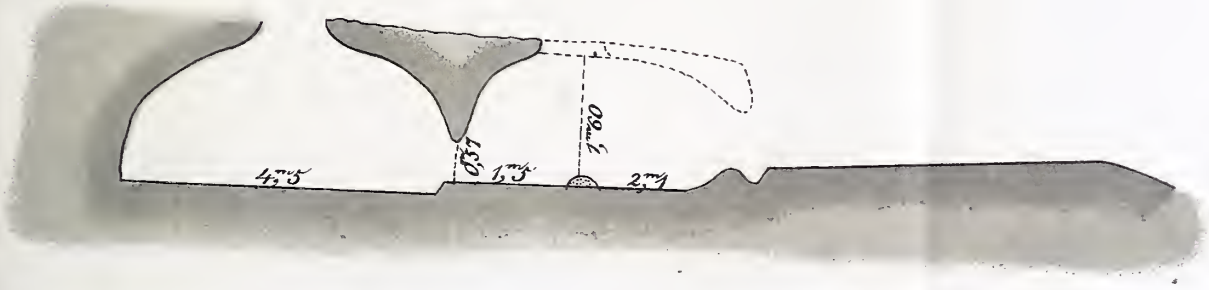


Fig. 283.ª

Escala $\frac{1}{100}$

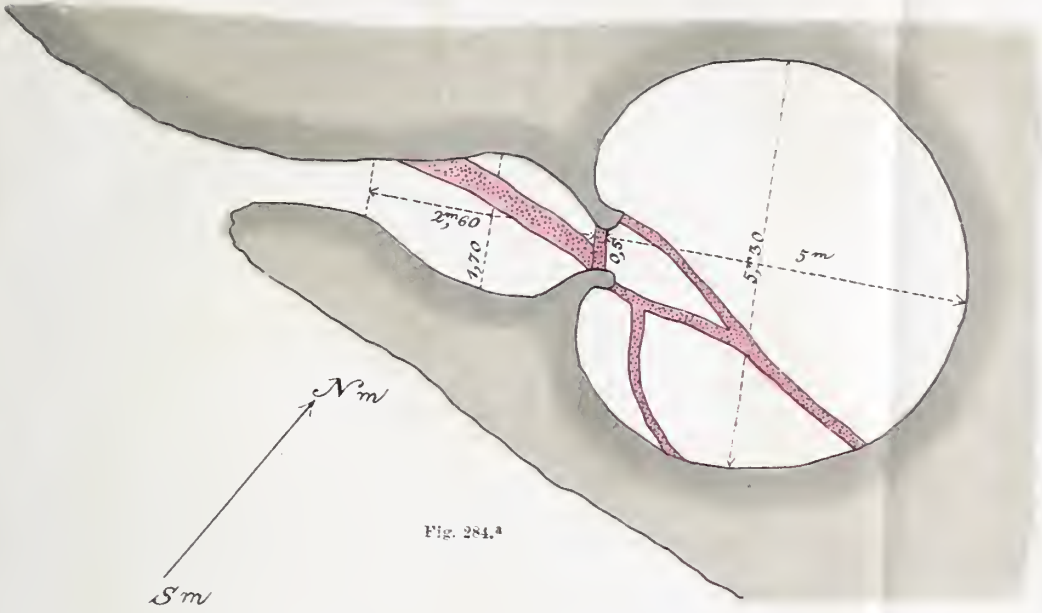


Fig. 284.ª

Escala $\frac{1}{100}$

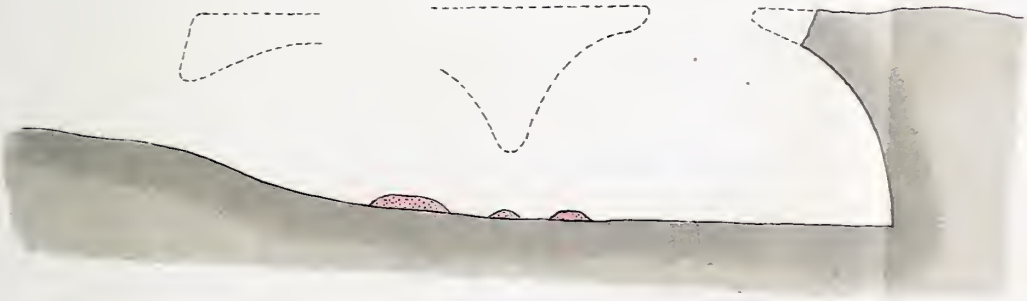


Fig. 285.ª

Escala $\frac{1}{100}$

gruta porém este cordão era disposto longitudinalmente, partindo em viés do pé do humbral esquerdo da entrada da gruta para o pé do humbral direito da entrada da camara.

Da camara restam tambem todo o pavimento e parte da abobada. A sua fórma geral é semelhante á dos compartimentos analogos nas duas primeiras grutas; tem porém maiores dimensões, que vão indicadas na planta e perfil representados nas figs. 284.ª e 285.ª

O portal d'esta camara estava aberto no eixo da gruta que seguia a direcção SW. Os bordos d'este portal apresentavam-se voltados para o interior da camara, como na primeira gruta.

Sobre o pavimento foram dispostos diversos cordões construidos com um cimento igual ao que foi empregado nos cordões que dividem os pavimentos dos vestibulos tanto d'esta gruta como da segunda em duas partes.

Os cordões d'esta camara dividem o seu pavimento em quatro taboleiros desiguaes tanto na grandeza como na fórma. Dois d'elles partem dos pés dos humbraes da entrada da camara e seguem parallelamente até a distancia de 1^{m},75 onde convergem reunindo num só cordão, que segue numa direcção sensivelmente parallela ás anteriores até o pé da parede lateral da camara, subindo d'ahi verticalmente por essa parede até a altura de 1 metro.

Do cordão, que tem origem no pé do humbral direito, parte um pequeno ramal, que vae terminar na circumferencia que limita o pavimento.

Como nos vestibulos, tanto d'esta gruta como da segunda, estes cordões parecem indicar que a camara era dividida em partes talvez destinadas a distinguir os jazigos dos personagens que ahi eram inhumados.

A fórma e dimensões d'esta cavidade estão representadas nas figs. 284.ª e 285.ª

(*Continúa*).

A. I. Marques da Costa.

Acquisições do Museu Ethnologico Português

Agosto de 1906

O Sr. **Affonso Nunes Branco** offereceu:

tres pequenas veronicas;
uma medalhinha;
a figura do Espirito Santo, de chumbo.

O Sr. **Pedro de Azevedo** offereceu estampas de dois sellos antigos.

O Sr. **Antonio José de Sousa Ribeiro** offereceu um manuscrito poetico do sec. XVIII, em hespanhol, intitulado *Jardim de Apollo,* 1724, com desenhos á penna.

O Sr. **Herculano Pinto,** guarda do Museu, offereceu duas farpas africanas.

O Sr. **Guilherme Clodomiro Gameiro,** desenhador do Museu, offereceu um pergaminho do sec. XV e um cranio antigo.

O Sr. **José de Almeida Carvalhaes,** preparador do Museu, offereceu um machado de pedra, de Móra.

O Sr. Dr. **Francisco Cordovil de Barahona** offereceu tres mós manuaes, romanas, dois tijolos e fragmentos de outros, provenientes da sua propriedade denominada Couto dos Guerreiros, concelho do Crato.

O Sr. **Joaquim dos Santos Coelho** offereceu um chocalho de cobre (ethnographia moderna).

O Sr. **Director do Museu** adquiriu, por compras em Lisboa e nas provincias, os seguintes objectos:

sete jornaes antigos;

uma medalha que tem gravada a cabeça de Santo Anastacio;

um folheto antigo com a vista de uma praça de touros;

um auto de Diogo Bernardes, impresso em 1760;

quatro estampas religiosas;

Asia, de João de Barros (traducção italiana), de 1562;

o opusculo intitulado *Signes gravés,* de Possidonio da Silva;

várias roscas de ouro preromanas provenientes de Serpa;

uma palma de ouro preromana, que appareceu proximo de Beja;

um vaso de barro antigo, com pinturas, que appareceu no districto de Evora;

um anel de ouro com pedras (ou vidros?) engastadas;

uma espada prehistorica de bronze;

uma condecoração (*vera effigie*) de D. Miguel, pintada em papel dentro de um aro, protegida com vidro;

uma senha de cobre com o numero 39;

uma antiga *maquineta* com um presepio;

duas medalhas religiosas, de latão;

dois castiçaes de estanho antigo;

um chocalho alemtejano (especime ethnographico);

um livro manuscrito, intitulado *Regimento do feitor da casa de Guiné,* com capa de pergaminho;

outro manuscrito, intitulado *Regra privilegio testamento e bensão de Santa Clara;*

outro manuscrito, intitulado *Noticia historica da Irmandade de Nossa Senhora das Dores;*

varios papeis avulsos dos secs. XVI, XVII e XVIII;

uma grande collecção de jornaes inglezes de archeologia;

um livro com encadernação antiga;

tres manuscritos do sec. XVIII, e trinta e nove peças de louça de Mafra;

duas cadeiras de pau (especimes ethnographicos);

cinco antigas medidas de madeira para secos, em fórma de caixa;

dois *alqueirões* de lata;

duas garrafas de vidro, antigas;

uma jarra de mão antiga;

dois antigos castiçaes de barro, que representam frades de Alcobaça;

um candieiro de latão, antigo;

uma *lanterna de cabana* (ethnographia alemtejana);

uma jarrinha de louça, antiga;

um antigo ferro de engommar com o descanso cordiforme;

um livro com encadernação antiga;

uma folhinha de 1822 dentro da respectiva caixa artistica;

um livro antigo;

uma espingarda com fechos para pederneira;

duas esteirinhas coloridas (ethnographia meridional);

um pote de barro (ethnographia meridional);

tres quadros antigos;

um *cabanejo* de verga (cestinho);

uma tela antiga;

uma *nómina* antiga;

uma *barrileira* de esteira;

uma *pingadeira* de barro;

um tinteiro de estanho antigo;

um areeiro de louça antiga;

uma collecção de antigos pesos de ferro;

duas tijelinhas antigas de lata para doce;

tres machados de pedra, dos arredores de Evora;

cinco *cães de ferro* para as lareiras;

um rico sarcophago de marmore romano-christiano, com esculturas;

uma terrina de louça portuguesa antiga;
um antigo peso (trinta kilogrammas), de ferro.

A Ex.ma **Direcção Geral de Obras Publicas e Minas** remetteu ao Museu uma tabula de bronze, com inscripção, e duas escadas de madeira, varios telhões e tubos de chumbo, tudo proveniente da mina lusitano-romano de Aljustrel (*metallum Vipascense*).

Setembro de 1906

O Sr. **Director do Museu** obteve em Lisboa e numa excursão:
uma estatueta de marmore;
um pote de barro, ornamentado;
uma *boneca* de ferro (sec. XVI);
um *murilho;*
um *encosto* de ferro;
uma pá de ferro;
um *tropeço* de cortiça;
um copeiro alemtejano;
sete candeias de lata alemtejanas;
uma lanterna de lata;
um *mancebo* para pendurar candeias;
quatro machados de pedra.

Outubro de 1906

O Sr. P.e **José Augusto Tavares** offereceu:
dois machados de pedra;
tres instrumentos prehistoricos, de pedra;
um canhão com que as mulheres fazem meia;
uma antiga caixa de rapé;
tres fivelas romanas de Numão;
tres cilicios de ferro;
um fragmento de vaso preromano, ornamentado;
um cossorio, de Ligares.

O Sr. **Simão Monteiro Levy**, estudante, offereceu uma collecção de brasões de armas das cidades de Portugal, pintados em cartões.

O Sr. **Filipe Celorico Drago** offereceu 69 moedas arabicas, de prata, e um pingente do mesmo metal apparecido com ellas.

O signatario d'este artigo offereceu uma moeda celtiberica de prata.

O Sr. **Director do Museu** comprou no Norte do reino as seguintes moedas: 3 denarios ibericos, 7 denarios romanos, 2 quinarios, 14 moedas arabigas de prata.

O mesmo Sr. adquiriu no Alemtejo e em Lisboa os seguintes objectos:

amostras de papel dos secs. XVIII e começo do XIX;
amostras de papel sellado antigo;
um livro impresso em Lisboa em 1602;
uma edição antiga de Homero;
um livro do sec. XVI;
dezoito registos de santos de papel e de pergaminho, nacionaes e estrangeiros;
duas pinturinhas a oleo;

O mesmo Sr. adquiriu em Lisboa os livros seguintes:

um manuscrito de chiromancia, do sec. XVII;
um livro, impresso em Coimbra, do sec. XVI;
tres folhetos de litteratura de cordel, dos secs. XVII, XVIII e XIX; e mais estes volumes: *Homeri Opera; Juizio Universal y Parto Singular de conceptos occultos; Ordo visitandi ecclesias,* manuscrito do sec. XVIII.

Novembro de 1906

O Sr. Abb.e **José Augusto Tavares** offereceu:

Uma candeia de ferro, antiga, com uma cruz;
tres machados de pedra;
uma ara (publicada n-*O Arch. Port.*);
uma cara de pedra, antiga;
uma *cocharra,* de buxo;
uma colher para moer e extrahir tabaco (antiga);
um estribo de pau com ferragens, antigo;
outro de ferro, antigo;
uma *parafusa,* de pau;
uma *berroa* trasmontana de pedra, do typo da *Porca de Murça* (chamada pelo povo a *Mulher de pedra*).

O Sr. **Augusto Teixeira de Aragão** offereceu:

duas lucernas romanas;
um vaso prehistorico, de barro com quatro asas.

O Sr. Engenheiro **Arthur de Sousa Raul** enviou officialmente para o Museu os seguintes objectos romanos, achados na trincheira da Ladeira de S. Sebastião, de Setubal, nos trabalhos para o assentamento da linha ferrea do valle do Sado:

uma lucerna de barro;
um pucaro com duas asas;
outro com duas asas e bico;

uma taça de barro com rebordo;
uma vasilha de barro;

Alem d'isso offereceu:

duas veronicas modernas;

O Sr. **Antonio José de Sousa Ribeiro** offereceu uma casaca de seda antiga.

O Sr. Dr. **Felix Alves Pereira**, official do Museu, obteve o seguinte, em uma excursão que fez pelo Alto-Minho:

um cortiço com espadelas,—offerta do Sr. **José Saraiva de Miranda**; duas capas de encadernação antiga, com fechos metallicos, e um pergaminho com o «tombo do Casal de Paranhos»,—offerta do Sr. Dr. **José Alves Pereira**; uma lapide de sec. XII, com epitaphio e lavores, —por compra; uma lapide medieval e uma vinagreira de barro antiga,—offerta do Rev. **Abbade de Germieira**; uma lapide com esculturas protohistoricas, do estilo da Citania,—offerta da **Junta de Parochia de Cendufe**; outra lapide analoga, da mesma epoca (em dois fragmentos),—offerta do Sr. Dr. **João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes.**

O Sr. **Alvaro de Lemos** offereceu:

uma collecção de bilhetes de visita, antigos;
grande porção de marcas artisticas de livros religiosos antigos;
varios papeis religiosos antigos;
estampilhas antigas.

O antiquario Sr. **Villas** offereceu um capitel arabico.

O Sr. **Visconde de Ferreira do Alemtejo** offereceu um fragmento de ara, que foi encontrado na Herdade dos Alpendres, arredores de Ferreira do Alemtejo. Cfr. *O Arch. Port.*, XII, 70.

O Sr. **Director do Museu** adquiriu em Lisboa e numa excursão em Trás-os-Montes os seguintes objectos:

um saleiro de pau;
uma lanterna de lata (para procissões);
uma antiga certã de ferro;
um *tresfogueiro* de ferro;
um *badil*, de ferro;
um *calço* de ferro para panela;
seis candeias de lata, de differentes fórmas artisticas;
dois *calços* de pau, ornamentados;
um machado de bronze;
seis instrumentos de pedra;
uma fôrma de bronze, da epoca portuguesa (antiga), para fundir colheres;

um *talho,* ou assento de cortiça;
uma faca de cozinha;
uma *calagouça* ou *roçadeira;*
oito vasilhas e dois testos, de fabrico moderno;
uma candeia de folha com o deposito, em fórma de barco;
uma bacia de lata para fazer a barba;
uma bacia antiga de lavar o rosto;
uma tijelinha de lata onde as crianças comem;
dois lanpeões de lata, differentes na fórma;
uma lanterna procissional, artistica;
uma *travinha* (verruma);
uma *ósquia* (verruma)
um *tropeço* de cortiça;
um copeiro de pau;
um *mancebo,* de pau;
duas mós, primitivas, de um castro proximo do Valle da Villariça;
dois livros com encadernações do sec. XVIII;
um livro latino, de 1550, impresso em Paris;
tres manuscritos, ineditos, de Frei Antonio das Chagas (sec. XVII);
cinco cedulas de papel moeda, antigas;

O Sr. Dr. **Felix Alves Pereira,** official do Museu, adquiriu os seguintes objectos:

um copinho de lata;
quatro decalques de gesso, de inscripções da capella da Commenda;
um modelo de azenha, do rio Vez;
um modelo de barco, do mesmo rio;
uma pedrinha triangular de antiga mó manual;
dois pentes antigos;
papeis varios (testamentos, bilhetes de visita, annuncios, etc.);
uma viola;
um fragmento de ara com *foculus,* das immediações do crato de Cendufe;
uma pedra conica, do mesmo castro;
uma collecção de louça do Prado;
uma espingarda carabina com baioneta calada;
e os seguintes livros: *Jornal para rir; Nouv. Dict. Franc. Port.,* par le capt. Emmanuel de Sousa, 1784; *Flos santorum,* de 1706; *Perigrinações de Fernão Mendes Pinto,* 1762; *His-*

toria da America Portuguesa, por Sebastião da Rocha Pitta, 1730; *De jure lusitano*, 1745; *Promptuarium theologiae moralis*, por Benedicto Pereira, 1707; *Barco da carreira dos tolos*, 1820; *La Mythologie enseignée par tableaux; Nobiliarchia Portuguesa*, 1676; *Botica preciosa*, 1754; *Historia do Imperador Carlos Magno*, 1704; *Thesouro carmelitano*, 1705; *Fysionomia e varios segredos da natureza*, 1706; *Officium*, 1612; *Cultos de devoção e obsequios a S.to Antonio de Lisboa*, 1767; *Palavras santissimas*, 1791; *Methodo da Liturgia Bracarense*, 1837; *Diurnum monasticon*, 1761.

Dezembro de 1906

As Ex.mas **herdeiras do Sr. Conde de Leiria** offereceram, por intermedio do Sr. Conselheiro **Alexandre Cabral Paes de Amaral**, um machado de pedra, americano.

O Sr. **Pedro Ferreira** offereceu um grande bronze do Imperador Antonino.

O Sr. **Visconde de Ferreira do Alemtejo** offereceu:

uma lapide antiga com a figura do signo-saimão;

uma base de marmore romana;

O Sr. Abb.e **Manoel Domingues de Sousa Maia** offereceu um *arrelá* de madeira e outro de chifre.

O Sr. D. **José Pessanha** offereceu um fragmento de tapete de Arraiolos.

O Sr. **Cesar de Azevedo Pires** offereceu sessenta e tres objectos africanos, a saber:

um machado de ferro, encabado em madeira, ornamentado com missanga de tres côres;

um punhal de ferro com cabo de madeira ornamentada;

uma espada de ferro com bainha de coiro;

um punhal com cabo de madeira enleado com fio de metal;

duas azagaias encabadas em madeira;

tres armas de ferro com lamina serpentiforme e cabo de madeira, enleado em fio de latão;

seis lanças de ferro duplas, com cabo enleado em fio de metal;

tres lanças com cabos de madeira, simples;

cinco setas encabadas;

um pequeno manipanço, de Cabinda;

tres dentes de cavallo marinho;

uma faixa de algodão tecido a côres;

dois travesseiros de madeira, ornamentados, feitos de uma só peça, sendo um de Moçambique e outro de Inhaesengo (Zambezia);

um travesseiro de madeira, ornamentado a fogo;

um galhetciro de madeira;

dois chapeus para homem, tecidos com fibra vegetal;

duas vaquetas de tambor;

um cabaço com cabo, ornamentado;

um copo de madeira com asa, ornamentado;

um calice de madeira ornamentado a fogo:

dois botões de osso;

dois aneis de fibra vegetal;

uma cabaçinha de palha;

dois amuletos de coiro;

sete anilhas de latão, ornamentadas;

tres anilhas de arame;

uma anilha vegetal;

uma tanga feita de missanga branca e amarella, com franja;

uma caixa de papelão, bordada, com ramagem a côres;

dois objectos piriformes, canellados, um de chifre e outro de madeira (para jogos?)

um transelim de fio de latão com passadeiras;

uma caixa com fórma animal, olhos, boca e quatro pernas, com tampa na parte superior, toda ornamentada;

O Sr. **Director do Museu** obteve os seguintes objectos, de varias proveniencias:

cinco braceletes de ouro (quatro lisos e delgados, e um canellado exteriormente), da epoca do ferro, que consta terem apparecido em Colla (Alemtejo);

tres livros encadernados com luxo, do sec. XVIII;

um documento manuscrito do sec. XVI;

um livro de versos, manuscrito, de 1834;

um livro encadernado em pergaminho do sec. XVIII;

O **signatario d'este artigo** offereceu uma collecção de pesos de ourivezaria antigos.

Janeiro de 1907

O Sr. **Guilherme Clodomiro Gameiro**, desenhador do Museu, offereceu uma moeda de seis vintens, de D. Maria I.

O Sr. **Antonio Lamas** offereceu um exemplar de papel moeda de 1799.

O Sr. **J. Joaquim Nunes** offereceu uma asa de amphora romana com a marca figulina: LEVGEN.

O Sr. **J. Saraiva de Miranda** offereceu fragmentos ceramicos da Chã de Arcas.

O Sr. **Pio Rosado** offereceu um machado de pedra do concelho de Porto de Mós.

O Sr. **Julio Mardel** offereceu uma candeia de barro antiga cordiforme.

O **Director do Museu** adquiriu, por compra, os seguintes objectos:

varios livros manuscritos do sec. XV;

um pergaminho latino;

uma collecção de muitos manuscritos dos secs. XVI-XVIII, de papel e pergaminho;

quatro *folhinhas* do primeiro quartel do sec. XIX;

um precioso livro de horas manuscrito (incompleto), de pergaminho, parte em latim e parte em português, do sec. XVI, com letras maiusculas lindamente illuminadas;

O **signatario d'este artigo** offereceu um folheto impresso: *Sexta e ultima relaçam da festividade de touros,* 1752; e um livro impresso: *Tratado de arithmetica e algebra,* por Antonio Pereira.

O Sr. Dr. **Felix Alves Pereira,** official do Museu, adquiriu em excavações archeologicas a que procedeu: fragmentos ceramicos, uns ornamentados, outros singelos, do Castello da Pena; do Côto da Cividade; e do Côto da Lama.

Manoel Joaquim de Campos.

Onomastico medieval português

(Continuação. Vid. o *Arch. Port.,* XII, 111)

Mearando (Casal de), geogr., 1098. Doc. most. Graça. Dipl. 520.
Mecal, app. h., 1258. Inq. 367, 2.ª cl.
Mechicha, app. h., sec. XIV. Dissert. chr., 3.º, 2.ª p.te, p. 89.
Mecia, n. m., sec. XV. S. 210.
Meçia e **Miçia**, n. m., sec. XV. S. 303.—Id. 330.
Meda, monte, 1059. L. D. Mum. Dipl. 261, l. 43.
Medãaes, geogr., sec. XV. S. 371.
Medãas, geogr., sec. XV. S. 330.—Id. 369.
Medadus e **Medatus**, villa, 1097. Doc. most. Pendorada. Dipl. 507.
Medanhos e **Medaos**, geogr., 1220. Inq. 115, 2.ª cl.—Id. 366.
Medanis, geogr., 1258. Inq. 521, 2.ª cl.

Medeiro (Casale de), geogr., 1258. Inq. 731, 1.ª cl.
Medela, monte, 1258. Inq. 294, 1.ª cl.
Medelim, geogr., sec. xv. S. 277.
Medendiz, app. h., 1090. Doc. most. Moreira. Dipl. 437.
Mediana (villa), geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 257.
Mediano, rio, 1013 (?). Doc. most. Pedroso. Dipl. 134.
Medima, n. h., 998. Doc. most. Lorvão. Dipl. 111.—Id. 321.
Medolas, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 261, l. 45.
Medoma, n. h., 951. Doc. ap. most. Arouca. Dipl. 36.
Medoncelli, geogr., 1258. Inq. 524, 1.ª cl.—Id. 505.
Medroes e **Medrones**, geogr., 1202. For. Tavoadello. Leg. 524, l. 10.
Medugalos, villa, 1059. L. D. Mum. Dipl. 262, l. 5.
Medyoterreno, mar, sec. xv. Azur., Chr. da Guiné, p. 33.
Meen, n. h., 1258. Inq. 297, 1.ª cl.—Id. 304.—Leg. 358.—S. 192.
Meendal. Vidè **Menendol.**
Meende, n. h., sec. xiii. For. Mós. Leg. 391.
Meendeirus, n. h., 1258. Inq. 308, 1.ª cl.
Meendet, app. h., 1199. For. Guarda. Leg. 511.
Meendino (Casal de), geogr., 1258. Inq. 358, 2.ª cl.—Id. 89.
Meendio, n. h., 1258. Inq. 219, 1.ª cl.
Meendiz, app. h., 1074. Doc. most. Graça. Dipl. 317.
Meendo, n. h., 1057. Doc. most. Moreira. Dipl. 247.—Id. 317.
Meezelos, geogr., sec. xv. S. 203.
Meffarraie e **Mafarraie**, app. h., 983. Dipl. 85.
Mega, geogr., 1258. Inq. 363, 2.ª cl.
Megido, n. h., 990. L. Preto. Dipl. 99.
Megitu, n. h., 1013 (?). Dipl. 136, l. 43.
Megionfrio e **Meigionfrio**, villa, 1152. For. Mesão-frio. Leg. 381.—Id. 632.
Megni, n. h., 1258. Inq. 335, 2.ª cl.
Meheb e **Moheb**, n. h., 976. Doc. most. Lorvão. Dipl. 74.
Meiana (villa), geogr., 1258. Inq. 333.
Meiana e **Miana** (Casal de), geogr., 1220. Inq. 146, 2.ª cl.
Meigionfrio. Vidè **Megionfrio.**
Meijoadelam, geogr., 1258. Inq. 527, 2.ª cl.
Meijonada, geogr., 1258. Inq. 607, 2.ª cl.
Meimoa, geogr., 1228. Leg. 610.—Id. 511.
Meimus, app. h. (?), 967. L. Preto. Dipl. 59.
Meínha, n. m., sec. xv. S. 253.
Meira, app. h., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 154.
Meiraes, app. h., 1258. Inq. 294, 2.ª cl.—Geogr., id. 297.

Meirim, app. h., 1258. Inq. 369, 1.ª cl.
Meiro, geogr. (?), sec. XV. S. 173.
Meisitu, n. h., 939. Doc. most. Lorvão. Dipl. 29.
Meison frido, monte, 981. Doc. most. Lorvão. Dipl. 81.
Meitilli, n. h. (?), 1026. Doc. most. Pedroso. Dipl. 161.
Meitinus, n. h. (?), 1046. Doc. most. Pendorada. Dipl. 213.
Meitiriz, villa, 1096. Doc. most. Arouca. Dipl. 494.
Meitom (Casal de), geogr., 1258. Inq. 386, 2.ª cl.
Meixida, geogr., 1258. Inq. 438, 2.ª cl.
Meixide, geogr., 1258. Inq. 323, 2.ª cl.
Meiximinhos e **Mexemios**, geogr., 1220. Inq. 258, 1.ª cl.
Meiximinos e **Meximios**, geogr., 1220. Inq. 162.
Mejão frio, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 135.
Melam, geogr. (?), 1093. Doc. most. Avè-Maria. Dipl. 473.
Melão, app. h., sec. XV. F. López. Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 45.
Melariiz, geogr., 1258. Inq. 617, 2.ª cl.
Melec, n. h., 998. Doc. most. Lorvão. Dipl. 111.
Melendiz, app. h., 1055–1065. For. Anciães. Leg. 347.
Melendo, n. h., 1055–1065. For. Anciães. Leg. 347.—Id. 387.
Meleo, app. h., 1258. Inq. 397, 2.ª cl.
Meleres, geogr., 1258. Inq. 626, 2.ª cl.
Meleza, geogr., 946. Doc. most. Moreira. Dipl. 32.—Id. 37.
Melezizi, app. h., 991. Doc. most. Moreira. Dipl. 99.
Melgacio, villa, 1181. For. Melgaço. Leg. 422.
Melgazo, app. h., 1258. Inq. 330, 2.ª cl.
Melia, n. m., sec. XV. S. 173.
Meliaos (Rial dos), geogr., 1258. Inq. 307, 2.ª cl.
Meliazar, n. h., 981. Doc. most. Lorvão. Dipl. 82.
Melieirolos, villa, 1083. Doc. sé de Viseu. Dipl. 370.
Melic, n. h., 973. Doc. most. Lorvão. Dipl. 67.
Melilia, n. m., 1047. Doc. most. Moreira. Dipl. 216.
Melior, n. h., 978. Doc. most. Lorvão. Dipl. 76, n.º 122.
Meliorada, n. m., 1258. Inq. 321, 2.ª cl.
Mellares, villa, 931–950. L. D. Mum. Dipl. 22.—Id. 261.
Mellia, n. m., sec. XV. S. 265.
Mellida, n. m., 1031. Doc. most. Moreira. Dipl. 166.
Melo e **Merlo**, app. h., sec. XV. S. 158.
Melor, n. m., 1258. Inq. 367, 1.ª cl.
Melquici, app. h., 924. L. Preto. Dipl. 19.
Melva, geogr., 1153. Doc. da Alcobaça illustr., p. 10.
Memcorvo (Torre de), geogr., 1295. Elucid., 1.º, p. 423, 1.ª cl.

Meminha, app. m., sec. xv. S. 165.
Men, n. h., 1059. Dipl. 263.
Mena, geogr., 1258. Inq. 347, 1.ª cl.
Menamcorea, app. h., sec. xv. S. 377.
Menani (Fonte de), geogr., 1095. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 490.
Menay, geogr., 1258. Inq. 438, 2.ª cl.
Menaya, app. h., sec. xv. S. 257.
Mencia, rainha, 1257. Figanière, Mem. das R. de Port., p. 245.
Menderigu, n. h., 1034. Tombo S. S. J. Dipl. 175, l. 9.
Mendet, app. h., 1199. For. Guarda. Leg. 512.
Mendica, villa, 1088. L. Preto. Dipl. 420.—Id. 470 e 493.
Mendino, n. h., 1258. Inq. 309, 2.ª cl.
Mendiz, app. h., 850–866. Doc. most. Lorvão. Dipl. 2.—Id. 23.
Mendizi, app. h., 1088. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 424.
Mendo, n. h., 976. Doc. most. Lorvão. Dipl. 74.—Id. 158 e 170.
Mendoça, geogr. (?), sec. xv. S. 179.
Mendonça, geogr. (?), sec. xv. S. 173.
Mendulnz, geogr., 1258. Inq. 317, 1.ª cl.
Menedam, geogr., 1258. Inq. 643, 2.ª cl.
Menellus, n. h., 1115. Concilio Ovet. Leg. 141, 1.ª cl.
Menendici e **Menendiciz**, app. h., 1021. Doc. most. Vairão. Dipl. 155.—Id. 370.
Menendinus, n. h., 1220. Inq. 7, 2.ª cl.—Id. 214.
Menendio e **Maondo**, n. h., 1220. Inq. 17, 1.ª cl.
Menendit, app. h., 1059. L. D. Mum. Dipl. 259, l. 17.
Menendiz, app. h., 897. Doc. most. Pedroso. Dipl. 8.—Id. 56.
Menendizi, app. h., 1068. Doc. most. Moreira. Dipl. 291.—Id. 318.
Menendo Curvo. Vidè **Turre de.**
Menendol e **Meendal**, n. h., 1220. Inq. 23, 2.ª cl.
Meneses, app. h., sec. xv. S. 156.—Id. 157.
Menia, app. h., 1258. Inq. 346, 1.ª cl.
Menidello, villa, 1069. Doc. most. Moreira. Dipl. 300.
Menina, n. m. (?), 1258. Inq. 335, 2.ª cl.
Menindit, app. h., Dipl. ?.
Menindiz, app. h., 1045. Dipl. 211.
Menindo, n. h., 973. Doc. most. da Graça. Dipl. 69.—Id. 97.
Meninha, n. m., sec. xv. S. 289.
Menino (Quintana de), geogr., 1258. Inq. 393, 1.ª cl.
Menio, app. h., 1258. Inq. 355, 1.ª cl.—Id. 392.
Menizius, n. h., 943. Doc. most. Lorvão. Dipl. 30, n.º 50.
Menno, n. h., 953. Doc. colleg. Guimarães. Dipl. 39.

Meno (Bouzas de), geogr., 1258. Inq. 305, 2.ª cl.
Menoreça e **Minoreta**, app. m., sec. XV. S. 160.
Mensa, monte, 1092. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 464.
Mensurria, geogr., 1258. Inq. 466, 2.ª cl.
Mentei, geogr., 1258. Inq. 343, 2.ª cl.
Mentira, app. h., 1220. Inq. 260, 2.ª cl.—Id. 71.—Leg. 141.
Mentonizi, app. h., 1077. Doc. most. Pedroso. Dipl. 334.
Mentrastido, geogr., 1258. Inq. 355, 2.ª cl.
Meoma, geogr., 1270. Doc. da Rev. Lusit., 8.°, p. 40.
Mercham, app. h., 1220. Inq. 79, 2.ª cl.—Id. 375.
Mercoy, geogr., 1258. Inq. 431, 2.ª cl.
Merda-assada, app. h., sec. XV. S. 154.
Merdeses, geogr., 1042. L. B. Ferr. Dipl. 196.
Mereces. Vidè **Marecos**.
Mereli (Agro), geogr., 1258. Inq. 404, 2.ª cl.
Merinus, n. h., 1028. L. D. Mum. Dipl. 163.
Merla, geogr., 1258. Inq. 701, 2.ª cl.
Merlim, geogr., 1220. Inq. 69, 1.ª cl.—Id. 161 e 205.
Merlo, app. h., 1258. Inq. 392, 2.ª cl.
Merloa, geogr., 1258. Inq. 393, 2.ª cl.
Merloo, app. h., 1258. Inq. 554, 1.ª cl.—Leg. 347.—S. 225.
Merluanes, geogr., 1013 (?). Dipl. 136, l. 36.
Merlus, app. h., 1220. Inq. 242, 1.ª cl.—Id. 133.
Meroncili, geogr., 1258. Inq. 404, 2.ª cl.
Mertoes (Fonte de), geogr., 1258. Inq. 334, 2.ª cl.
Merufe, geogr., sec. XV. S. 367.
Meruffi, geogr., 1258. Inq. 372, 2.ª cl.—Id. 375.
Mesendo, n. h., 983. Doc. most. Moreira. Dipl. 84.
Meson (Fonte de), geogr., 1258. Inq. 347, 1.ª cl.
Mestalio, n. h., 980. Doc. most. Lorvão. Dipl. 80.—Id. 90.
Mestaliz, app. h., 1011. Doc. most. Pedroso. Dipl. 132.
Mestalizi, app. h., 991. Doc. most. Vairão. Dipl. 101.
Mestallio, n. h., 908. Doc. most. S. Vicente. Dipl. 11.
Mestas. Vidè **Eiradelas**.
Mestulius, n. h., 927. Doc. most. Lorvão. Dipl. 21.—Id. 23.
Metal, app. h., 1258. Inq. 366, 2.ª cl.
Metatus, villa, 1088. Doc. ap. sec. XVIII. Dipl. 426.
Meurando, n. h. (?), 1095. Tombo S. S. J. Dipl. 488.
Mevoadelas, geogr., 1258. Inq. 586, 2.ª cl.
Mexias, app. h., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.°, p. 1.ª, C. 149.
Mexedi, geogr., 1096. Doc. ap. sec. XII. Dipl. 500, l. 12.

Mexido, n. h. (?), 973. Doc. most. da Graça. Dipl. 70.
Mexilhueira, geogr., sec. XV. Azur., Chr. da Guiné, p. 435.
Meximinis e **Meximinos**, geogr., 1220. Inq. 69.
Mexiti (Portella de), geogr., 1087. Doc. most. Pendorada. Dipl. 412.
Mexz (*sic*), geogr., 1258. Inq. 599, 2.ª cl.
Meyadela e **Meydela**, villa, sec. XIII. For. Vianna. Leg. 691, l. 5.
Meyaldi, geogr., sec. XIII. For. Vianna. Leg. 691, l. 5.
Meyanos, geogr., 1258. Inq. 384, 1.ª cl.
Mey (S. Martino de), geogr., 1258. Inq. 384, 2.ª cl.—Id. 419.
Meyjom Frio, geogr., 1258. Inq. 730, 2.ª cl.
Meyioadoiro, geogr., 1258. Inq. 343, 1.ª cl.
Meymona, geogr., 1199. For. Guarda. Leg. 511.
Meyra, geogr., sec. XV. S. 217.
Meyraes, app. h., 1258. Inq. 293, 2.ª cl.
Meyro (Planum de), geogr., 1258. Inq. 651, 1.ª cl.
Miana e **Meiana** (Casale de), geogr., 1258. Inq. 146, 2.ª cl.
Miane, n. m., 1258. Inq. 525, 1.ª cl.
Miane de Palmaria, geogr., 1258. Inq. 622, 2.ª cl.
Micael, n. h., 1098. L. Preto. Dipl. 523.
Micalis, n. h., 1094. Doc. most. Pendorada. Dipl. 477.
Michaeliz, app. h., 1089. L. Preto. Dipl. 431.—Id. 561.—Inq. 340 e 352.
Micho, app. h., sec. XV. S. 330.
Michoa, app. m., sec. XV. S. 349.
Miçia e **Méçia**, n. m., sec. XV. S. 303.—Id. 256.
Mides e **Midoes**, geogr., 1220. Inq. 111, 1.ª cl.
Midici, app. h., 1037–1065. L. Preto. Dipl. 280.
Midit, app. h., 1258. Inq. 322.—Id. 367.
Midiz, app. h., 964. L. D. Mum. Dipl. 56.—Id. 107.
Mido, n. h., 882. Doc. most. da Graça. Dipl. 6.—Id. 17.
Midões, geogr., 1220. Inq. 186, 1.ª cl.—Leg. 673.
Midon, n. h., 883. Doc. ap. sec. XI. Dipl. 7.—Id. 133.
Midone, n. m. (?), 1100. Doc. most. Arouca. Dipl. 557.
Midones, villa, 1257. For. Midões. Leg. 671.
Midus, app. h., 1258. Inq. 356, 1.ª cl.
Mier, geogr., sec. XV. S. 182.
Migael, n. h., 1047. Doc. most. Pendorada. Dipl. 218.—Id. 221.
Migahel, n. h., 1083. Doc. most. Moreira. Dipl. 367.
Migale, app. h., 1258. Inq. 706, 2.ª cl.
Migalhó (Reguengo de), geogr., 1199. Elucid., 2.º, p. 278, 1.ª cl.
Migeet e **Migueez**, app. h., 1272. For. de Azambuja. Leg. 727.

Migido, n. h., 989. L. Preto. Dipl. 97.
Migiti, app. h., 911. Dipl. 11.
Migueez, app. h., 1220. Inq. 188, 2.ª cl.—Leg. 727.—Id. 383.
Migueiz, app. h., 1220. Inq. 192, 1.ª cl.
Miiçom, geogr., sec. XV. S. 383.
Miidelo, geogr., 1258. Inq. 612, 2.ª cl.—Id. 479, 2.ª cl.
Mija Velhas, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 120.
Milagiido, geogr., 1258. Inq. 323, 1.ª cl.
Milão e **Milhão** (Sancto), geogr., 1220. Inq. 197, 1.ª cl.
Milaradela, geogr., 1258. Inq. 388, 1.ª cl.
Milarazes e **Milazes**, geogr., 1220. Inq. 116, 1.ª cl.—Id. 32.
Milaricia, villa, 1089. L. Preto. Dipl. 431, l. 3.
Milazes. Vidè **Milarazes**.
Mileirenga. Vidè Portella da.
Mileiroos (Santo de), geogr., 1220. Inq. 132, 1.ª cl.—Id. 345.
Milheiróos, geogr., sec. XV. S. 345.
Milia e **Emilia**, n. m., sec. XV. S. 151.
Miliani, n. h., 1018. L. Preto. Dipl. 145, n.º 233.
Miliani (Sancti), geogr., 1099. L. Preto. Dipl. 538.
Miliano e **Milião** (Sancto), geogr., 1220. Inq. 144, 2.ª cl.
Miliarata e **Miliasada**, geogr., 959. L. D. Mum. Dipl. 46, l. 33.
Milina, n. m., sec. XV. S. 268.
Milit e **Millit**, app. h., 1033. Dipl. 171, n.º 278.
Milium alvarinum, geogr., 1258. Inq. 651, 1.ª cl.
Millagre, n. m., sec. XV. S. 268.
Milleirolos, villa, 1081. Doc. sé de Viseu. Dipl. 359.
Milmanda, castello, 1258. Inq. 438, 1.ª cl.
Minelas, n. m., 1258. Inq. 367, 2.ª cl.
Minianos, villa, 1085. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 381.
Minina, geogr. (?), 1258. Inq. 346, 1.ª cl.
Minino, app. h., 1220. Inq. 130, 2.ª cl.
Minitello, villa, 964. L. D. Mum. Dipl. 56.
Minizus, n. h., 906. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 9, l. 3.
Minoreta. Vidè **Menoreça**.
Minudal, geogr., 937. Dipl. 26, n.º 43.
Mio vardeira, geogr., 1258. Inq. 713, 2.ª cl.
Mioes, rio, 1258. Inq. 339, 2.ª cl.
Miotaes, geogr., 1220. Inq. 35, 2.ª cl.—Id. 188.
Mioteira, geogr., 1258. Inq. 686, 2.ª cl.—Id. 662.
Mioteiro e **Mioteyro** (Casal), geogr., 1258. Inq. 296, 2.ª cl.
Mioto, monte, 1151. For. de Lousã. Leg. 377.

Miraes, villa, 1258. Inq. 541, 2.ª cl.
Miragaya e **Miregaye**, geogr., 1258. Inq. 472, 1.ª cl.
Miranceli, geogr., 1125. For. de Ponte de Lima. Leg. 365.
Miranci, villa, 1258. Inq. 485, 1.ª cl.
Miranda, geogr., 980. Doc. most. Lorvão. Dipl. 79.—Id. 110.
Mirauade (Petra), 1085. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 381.
Mirazi, app. h., 989. Dipl. 98, n.º 157.—Id. 338.—Geogr. Id. 172.
Mirelle, app. h., 966. Doc. most. Lorvão. Dipl. 58.
Mirelo, geogr., 1258. Inq. 372, 1.ª cl.—Id. 596.
Mirleos, geogr., 1087. L. Preto. Dipl. 404.—Id. 471.
Miro, n. h., 915. Doc. most. Moreira. Dipl. 14.—Inq. 429.
Miroa, n. h., 1018. L. Preto. Dipl. 148.
Miroez, app. h., 1220. Inq. 108, 1.ª cl.
Mirom, n. h., 1077. Doc. most. Moreira. Dipl. 329, n.º 541.—Inq. 99.
Mironcinis, geogr., 1258. Inq. 541, 2.ª cl.
Mirone, n. h., 982. L. Preto. Dipl. 83.
Mironiz, app. h., 1043. Doc. most. Moreira. Dipl. 198.
Mironizi, app. h., 1068. Doc. most. Moreira. Dipl. 295.
Mironus, n. h., 987. L. Preto. Dipl. 96.
Mirteti, villa, 1094. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 478.
Mirualdo, n. h., 978. Doc. most. Lorvão. Dipl. 76.
Miserela, campo, 1258. Inq. 709, 2.ª cl.
Miserere, geogr., 1082. L. Preto. Dipl. 365.—Id. 424.
Mitit, app. h., 1050. L. D. Mum. Dipl. 229.
Mitiz, app. h., 999. L. D. Mum. Dipl. 113.—Id. 123.
Mito, n. h., 959. L. D. Mum. Dipl. 46.—Id. 71.
Mitom, n. h., 1055. L. Preto. Dipl. 241.
Mitonaelli, geogr., 1021. L. Preto. Dipl. 154.
Mitoncelli, geogr., 1013 (?). Dipl. 136, l. 48.
Mitto, n. h., 1014. L. D. Mum. Dipl. 140.—Id. 185 e 227.
Mixia, app. h., sec. XV. S. 278.
Mizael, n. h., 1028. Tombo S. S. J. Dipl. 163.
Moabar, n. h., 875. Dipl. 6, n.º 8.
Moabita, n. h., 983. Dipl. 85, l. 25.
Moachino, app. h., 1258. Inq. 339, 2.ª cl.
Moas, villa, sec. XIII. For. de Mós. Leg. 390.
Moazares, geogr., 1049. Dipl. 227, n.º 373.—Inq. 591.
Moazelus, villa, 1097. L. B. Ferr. Dipl. 515.—Id. 126.
Moazino e **Moazio**, app. h., 1220. Inq. 233, 2.ª cl.
Moazio e **Moozinho**, app. h., 1220. Inq. 113, 1.ª cl.—Id. 33 e 186.
Moceio (Castello), geogr., 1258. Inq. 709, 1.ª cl.

Mocellus, n. h., Era 1185. Elucid., 2.º, p. 354, 1.ª cl.
Mocho, app. h., sec. XV. S. 152.—Id. 288.
Môço, n. h., sec. XV. S. 162.
Mocoromi, geogr., 1220. Inq. 18, 1.ª cl.
Mocromi, villa, 1258. Inq. 294, 2.ª cl.
Modariu e **Mudario**, n. h., 968. Doc. most. Moreira. Dipl. 62.
Modarra, geogr., 1258. Inq. 548, 1.ª cl.
Modeiro, n. h., 1008. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 124, n.º 202.
Modericos, n. h., 979. Doc. most. Moreira. Dipl. 78.
Moderigu, n. h., 978. Doc. most. Lorvão. Dipl. 78.—Id. 455
Moderno, geogr., 1258. Inq. 630, 2.ª cl.
Modorra, geogr., 1258. Inq. 414, 1.ª cl.
Moeiro, geogr. (?), sec. XV. S. 172.
Moelha, app. h., sec. XV. S. 361.
Moella, app. h., sec. XV. S. 374.
Moer (Muel), geogr., 1153. Doc. da Alcobaça illustr., p. 11.
Moes de susao, geogr., 1258. Inq. 422, 2.ª cl.
Moesendi, geogr., 1258. Inq. 370, 1.ª cl.
Moezellos, geogr., sec. XV. S. 378.
Moezelus (S. Pelagio de), geogr., 1258. Inq. 357, 2.ª cl.
Mofarig, n. h., 1083. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 370.
Mofaro, app. h., sec. XV. S. 334.
Mofarrage, n. h., Dipl.?
Mofarrigin, n. h., 1082. L. Preto. Dipl. 363.
Moffarra, app. m., 1258. Inq. 494, 2.ª cl.
Moffrarii, app. h., 1258. Inq. 570, 2.ª cl.
Mofrus (erdade dos), geogr., 1258. Inq. 298, 1.ª cl.
Mogadoyro, villa, 1273. Leg. 731.
Mogaime, n. h., 1087. Doc. most. Arouca. Dipl. 412.
Mogaria, app. h., 933. Doc. most. Lorvão. Dipl. 23.—Id. 26 e 28.
Mogeime, n. h., 1087. Doc. most. Pendorada. Dipl. 415.
Mogndo, app. h., sec. XV. S. 272.
Mogueime, n. h., 1010. L. Preto. Dipl. 131.
Mogueimes, n. h. (?), 1258. Inq. 704, 1.ª cl.
Mogueira, geogr., 1258. Inq. 570, 1.ª cl.
Mogueyme, villa, 1258. Inq. 672, 2.ª cl.
Moguimiz, app. h., 1258. Inq. 705, 2.ª cl.
Mohamed, n. h., 1018 (?). Doc. most. Lorvão. Dipl. 149.
Moheb, n. h., 1018. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 147.
Moheibe, n. h., 993. Doc. most. Moreira. Dipl. 103.
Moheibiz, app. h., 1068. Dipl. 294, n.º 471.

Moheide, n. h. (?), 1088. Dipl. 426.
Mohepe, n. h., 937. Doc. most. Lorvão. Dipl. 27.—Id. 36
Mohomat, n. h., 1016. Doc. most. Lorvão. Dipl. 143.
Moimenta, geogr., 959. L. D. Mum. Dipl. 46, l. 25.
Moiri e **Mouri**, geogr., 1220. Inq. 62, 1.ª cl.
Moisen, n. h., 950. Doc. most. Lorvão. Dipl. 36.—Id. 30.
Moita, app. h., 1258. Inq. 567, 1.ª cl.
Moixoes. Vidè **Manxoes**.
Mokeime (Agro de), geogr., 1074. Doc. most. Moreira. Dipl. 315.
Mola Olivarum, villa, 1258. Inq. 486, 1.ª cl.—Id. 490.
Mola de olibas, geogr., 1033. Dipl. 172, n.º 281.
Molado, app. h., 1220. Inq. 130, 2.ª cl.
Molam, geogr., 1258. Inq. 527, 2.ª cl.
Molar, geogr., 1258. Inq. 366, 2.ª cl.—Id. 367.
Molares, geogr., 1220. Inq. 195, 1.ª cl.
Molas, villa, 1059. L. D. Mum. Dipl. 258, l. 11.—Id. 260.
Moldes, geogr., 1077. Doc. most. Arouca. Dipl. 332, n.º 546.—Id. 341.
Moleda, geogr., 1258. Inq. 319, 2.ª cl.
Moledo (Pessegario), geogr., 960. L. D. Mum. Dipl. 51, l. 11.
Moledus, app. h., 1258. Inq. 308, 1.ª cl.
Molelos (Outarium de), geogr., 1258. Inq. 615, 2.ª cl.—Id. 727.
Molendino deripatum, geogr., 1258. Inq. 595, 1.ª cl.
Molendinus, geogr., 1258. Inq. 674, 2.ª cl.
Molhes, geogr., sec. XV. S. 338.
Molides, rio, 951. Doc. most. Arouca. Dipl. 36.
Molino e **Monilo sicco**, geogr., 906. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 9, l. 26.
Molinos, rio, 1014. L. D. Mum. Dipl. 138.
Molis Olivarum, geogr., 1258. Inq. 480, 2.ª cl.
Moll, geogr., sec. XV. S. 301.
Mollens, rio, 1070. Doc. most. Pendorada. Dipl. 304.
Molles, geogr., sec. XV. S. 280—Id. 300.
Mollides, rio, 1054. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 239.—Id. 286.
Mollites, rio, 1070. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 301.—Id. 341.
Molneirus, app. h., 1220. Inq. 82, 1.ª cl.
Molnes, rio, 1066. Doc. most. Pendorada. Dipl. 283.—Id. 301.—Inq. 114, 2.ª cl.
Molola, geogr., 1258. Inq. 332, 2.ª cl.
Momenta, villa, 1258. Inq. 667, 2.ª cl.
Momona de bichi, geogr., 1258. Inq. 484, 1.ª cl.
Momona petrosa, geogr., 1258. Inq. 484, 1.ª cl.

Mompirle, geogr., 1258. Inq. 321, 1.ª cl.
Momreal, geogr., Era 1396. Doc. da Alcobaça illustr., p. 181.
Mona, n. m., sec. xv. S. 175.—Id. 288.
Monachinus, app. h., 1258. Inq. 460, 1.ª cl.
Monaco, app. h, 1258. Inq. 386, 1.ª cl.
Monasteriolo, villa, 1059. Doc. most. Moreira. Dipl. 255, n.º 415.—Inq. 500.
Monchique, geogr., Era 1386. Dissert. chr., 5.º, p. 296.
Monçom, geogr., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 2.ª, C. 61.
Monda, geogr., 1258. Inq. 560, 1.ª cl.
Mondanhedo, geogr., sec. xv. S. 386.
Mondeco, rio, 850–866. Doc. most. Lorvão. Dipl. 2, n.º 2.—Id. 14 e 21.
Mondego, rio, 897. Doc. most. Pedroso. Dipl. 8, l. 20.
Mondegum, rio, 1186. For. de Gouveia. Leg. 455.
Mondel, geogr., 1258. Inq. 319, 2.ª cl.
Mondelo (Casal de), geogr., 1258. Inq. 326, 1.ª cl.—Id. 437.
Monderico, n. h., 870. L. D. Mum. Dipl. 4.
Monderigo, n. h., 1001. L. Preto. Dipl. 114.
Mondiaes. Vidè **Mandraes**.
Mondim, geogr., 1220. Inq. 51, 1.ª cl.—Id. 192.
Mondini, app. h., 924. L. D. Mum. Dipl. 19.
Mondiniz, app. h., 1009. L. Preto. Dipl. 127.
Mondinu, n. h., 925. Dipl. 20, n.º 30.
Mondo, app. h., sec. xv. S. 298.
Mondom, app. h., 1258. Inq. 321, 1.ª cl.
Mondonis, geogr., 1258. Inq. 595, 1.ª cl.
Mondoroes e **Mundoroes**, geogr., 1258. Inq. 644, 2.ª cl.
Mondraes. Vidè **Mandraes**.
Mondroes, geogr., 1220. Inq. 53, 2.ª cl.—Id. 140.
Monecalem, geogr., 1258. Inq. 597, 1.ª cl.
Moneffiolii (Saxeum), geogr., 1258. Inq. 626, 2.ª cl.
Moneonis, app. h., 850–866. Doc. most. Lorvão. Dipl. 2.
Moneoniz, app. h., 985. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 92.—Id. 218.
Monforte, geogr., 1130. For. de Numão. Leg. 368.
Monhoz, app. h., sec. xv. S. 273.
Moniacco (Fontano), geogr., 1088. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 420.
Monigo, n. h., sec. xv. S. 163.
Moniha, n. m., sec. xv. S. 282.
Moniho, n. h., sec. xv. S. 281.
Moniizi, app. h., 1091. Doc. most. Pendorada. Dipl. 450.

Monimenta e **Moimenta**, geogr., 959. L. D. Mum. Dipl. 46, l. 25.—Id. 35 e 327.

Moninha, n. m., sec. xv. S. 254.

Moninho, n. h., sec. xiv. For. de Soure. Leg. 358, 2.ª cl.

Moninoz, app. h., 1049. L. D. Mum. Dipl. 227.

Moninus, n. h., 1094. Doc. most. Pendorada. Dipl. 483.

Monio, n. h., sec. xv. S. 175.

Monionoz e **Munionoz**, app. h., 1049. L. D. Mum. Dipl. 227.

Moniuz, **Muniuz**, **Muniut** e **Munioz**, app. h., 999. L. D. Mum. Dipl. 112 e 113.

Moniz, app. h., 922. L. Preto. Dipl. 17.—Id. 38 e 92.

Monizi, app. h., 1048. Doc. most. Pendorada. Dipl. 223.—Id. 282.

Monje, app. h., sec. xv. S. 266.

Monneo, n. h. (?), 1037. L. Preto. Dipl. 181.

Monniniz e **Muniniz**, app. h., 1066. Doc. most. Pendorada. Dipl. 283.

Monnino e **Munino**, n. h., 1070. Doc. most. Pendorada. Dipl. 304.

Monnio, n. h., 1013 (?). Doc. most. Pedroso. Dipl. 134.—Id. 278.

Monniuz, app. h., 946. Doc. most. Moreira. Dipl. 33.

Monniz, app. h., 1053. Doc. most. Pedroso. Dipl. 234.—Id. 412.

Monobreda, n. m., 1070. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 301.—Id. 526.

Monrando, n. h., 984. Doc. most. Moreira. Dipl. 89.

Mons, geogr., 1258. Inq. 510, 2.ª cl.

Mons Altus, geogr., 1258. Inq. 674, 1.ª cl.

Mons aluarelios. Vidè **Aluarelios.**

Mons aratos, geogr., 1077. Doc. most. Pendorada. Dipl. 331.

Mons aratros, territ. portug., 1086. Doc. most. Pendorada. Dipl. 396.

Monsaraz, geogr., sec. xv. F. López. Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 162.—Leg. 721.

Mons asperonis. Vidè **Asperonis.**

Mons autino. Vidè **Autino.**

Mons candoosa, geogr., 1100 (?). Doc. most. Pendorada. Dipl. 552.

Mons cauallus, geogr., 870. L. D. Mum. Dipl. 3.

Mons cosoirado, geogr., 1070. Doc. ap. sec. xii. Dipl. 301.

Mons custodias, geogr., 1035. L. Preto. Dipl. 176.

Mons de a mula, geogr., 1070. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 301.

Mons de cauallus, geogr., 968. L. D. Mum. Dipl. 62.

Mons eiras, territ. portug., 1099. Doc. most. Pendorada. Dipl. 540.

Mons fuste. Vidè **Fuste.**

Mons gundemari, 994. L. Preto. Dipl. 105.

Mons maiore, villa, 954. Doc. most. Lorvão. Dipl. 39.

Mons ordines, geogr., 1079. Doc. most. Pendorada. Dipl. 346.
Mons ordinis, geogr., 1086. Doc. most. Pendorada. Dipl. 396.
Mons parata, geogr., 1083. Doc. most. Moreira. Dipl. 366.
Mons petras ruuias, geogr., 1086. Doc. most. Moreira. Dipl. 396.—Id. 286, n.º 458.
Mons quifiones. Vidè **Quifiones.**
Mons sagittela, geogr., 1025. Doc. most. Pedroso. Dipl. 158.
Mons sauto rodondo, geogr., 773 (?). L. Preto. Dipl. 1.
Mons seiso. Vidè **Seiso.**
Mons tritici, geogr., 1086. L. Preto. Dipl. 399.
Montagna, geogr. (?), 1258. Inq. 357, 2.ª cl.
Montagueime, n. h. Era 1102. L. Preto. Dipl. 277.
Montana, geogr., 1258. Inq. 616, 1.ª cl.
Montao, app. h., 1258. Inq. 306, 2.ª cl.
Montaqueimiz, app. h., 1009. Doc. most. Moreira. Dipl. 128.
Montarius, app. h., 1258. Inq. 723, 1.ª cl.
Monte acuto e agudo, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 261, l. 41 e 46.—Id. 94.
Monte alio sici, geogr., 1087. Doc. most. Pendorada. Dipl. 415.
Monte anniam, geogr., 1058. L. D. Mum. Dipl. 250, l. 10.
Monte caluelo, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 260, l. 37 e 54.
Monte Calvo, geogr., 1097. Dipl. 513.—Id. 397.
Monte Castro calbo, geogr., 1068. Dipl. 294. n.º 471.
Montecello, geogr., 1058. L. D. Mum. Dipl. 252, n.º 410.
Monte clauso, geogr., 1097. Doc. most. Pendorada. Dipl. 508.
Monte Cordova e corduba, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 261.—Id. 46.—Inq. 528 e 541.
Monte curto, geogr., 1258. Inq. 527, 2.ª cl.
Monte da Nova, geogr., 1258. Inq. 343, 1.ª cl.
Monte de Bico. Vidè **Bico.**
Monte de cauallus, geogr., 961. L. D. Mum. Dipl. 51.—Id. 70.
Monte de celeiroo, geogr., 1258. Inq. 322, 1.ª cl.—Id. 128.
Monte decocto, geogr., 1058. L. D. Mum. Dipl. 250, l. 4.
Monte de Espineiro, geogr., 1258. Inq. 356, 2.ª cl.
Monte de Fervida, geogr., 1258. Inq. 361, 1.ª cl.
Monte de Fonte Cova, geogr., 1258. Inq. 405, 1.ª cl.
Monte de frades, geogr., 1258. Inq. 385, 1.ª cl.
Monte de Francos, geogr., 1258. Inq. 399, 2.ª cl.
Monte de Gateira. Vidè **Gateira.**
Monte de Gatom, geogr., 1258. Inq. 585, 1.ª cl.
Monte de mane, geogr., 1258. Inq. 593, 1. cl.

Monte de meda. Vidè **Meda.**
Monte de Moos, geogr., 1258. Inq. 369, 1.ª cl.
Monte de moucos, geogr., 1258. Inq. 710, 2.ª cl.
Monte de Olial, geogr., 1220. Inq. 40, 1.ª cl.
Monte de Paacioo, geogr., 1258. Inq. 414, 2.ª cl.
Monte de pena, geogr.. 1091. L. B. Ferr. Dipl. 451.
Monte de Penela, geogr., 1258. Inq. 397. 1.ª cl.
Monte de petra taliada. Vidè **Petra taliada.**
Monte de Poombeiro, geogr., 1258. Inq. 369, 1.ª cl.
Monte de Pradaoso, geogr., 1258. Inq. 417, 1.ª cl.
Monte de Sancto Jacobo, geogr., 1258. Inq. 363, 2.ª cl.
Monte de Tagio. Vidè **Tagio.**
Monte de Taxo, geogr., 1258, Inq. 409. 1.ª cl.
Monte de vinoo, geogr., 1258. Inq. 404, 1.ª cl.
Monte do carregal, geogr., 1258. Inq. 356, 2.ª cl.
Monte d onoor. Vidè **Onoor.**
Monte faro, geogr., 1030. Doc. most. Moreira. Dipl. 164.
Monte forti, villa, 1257. For. de Monforte. Leg. 670.
Monte furado, geogr., 1055–1065. For. de Penella. Leg. 347.
Monte grande, geogr., 1079. L. B. Ferr. Dipl. 342.
Monteiro, app. h., 1096. Doc. most. Lorvão. Dipl. 193.—Id. 45.
Monteiros, geogr., 1220. Inq. 126, 2.ª cl.
Monte latito. Vidè **Latito.**
Montelios, geogr., 911. Dipl. 12, l. 14.—Id. 273.
Montell, geogr., sec. xv. S. 278.
Montelongo, geogr., 1058. L. D. Mum. Dipl. 249, l. 23.—Id. 379.
Monte Lovigildi, geogr., 1220. Inq. 142, 2.ª cl.
Montemaior, cidade, 1091. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 454.
Montemaqueime, n. h., 965. Doc. most. Moreira. Dipl. 57.
Montem de Arrancada. Vidè **Arrancada.**
Monte meiano, geogr., 1223. For. de Sanguinhedo. Leg. 598.
Monte mioto, geogr., 1151. For. de Lousã. Leg. 377.
Monte molinus, geogr., 1091. L. Preto. Dipl. 454.
Montem porcum, geogr., 1258. Inq. 643, 2.ª cl.
Montem rubium, geogr., 1088. L. Preto. Dipl. 418, l. 4.
Montem rubium (Montarroio), geogr., 1088. L. Preto. Dipl. 418, l. 4.
Montem sartaginis, geogr., 1258. Inq. 626, 2.ª cl.
Monte Negrelos, geogr., 1220. Inq. 126.
Montenegro, geogr., sec. xv. S. 365.—Id. 384.
Monte nigro, geogr., 1220. Inq. 14, 2.ª cl.
Monte quodal. Vidè **Quoddal.**

Monte raso, geogr., 1223. For. de Sanguinhedo. Leg. 598.
Monte redondo, geogr., 1089. L. B. Ferr. Dipl. 431.
Monteroso, geogr., 1258. Inq. 403, 1.ª cl.—Id. 591.
Monte royo, geogr., sec. XV. Azur., Ined. de Hist. Port., 3.º, p. 173.
Monte saitella. Vidè **Saitella**.
Monte Sancto, geogr., 1174. For. de Monsanto. Leg. 397.
Monte sancto romano, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 259, l. 9.
Monte Saraz, geogr., 1270. For. de Villa Viçosa. Leg. 717.
Monte serpente, geogr., 1079. L. B. Ferr. Dipl. 342.
Montesino, app. h., 1258. Inq. 399, 2.ª cl.
Montesinos, villa, 999. Dipl. 113, n.º 184.—Inq. 386.
Monte Soo. Vidè **Soo**.
Monte soon. Vidè **Soon**.
Monte terroso. Vidè **Terroso**.
Monteyro, app. h., sec. XV. S. 377.
Montezelo, geogr., 1258. Inq. 346, 1.ª cl.—Id. 634.
Montezelos, geogr., 1220. Inq. 43, 1.ª cl.
Montis de arroyo, geogr., 1258. Inq. 504, 1.ª cl.
Montis lanutus. Vidè **Lanutus**.
Montis maioris, cidade, 1091. L. Preto. Dipl. 454.
Montom, geogr., 1258. Inq. 498, 2.ª cl.
Montor, geogr., sec. XV. S. 168.
Montukem, app. h., 976. Doc. most. Lorvão. Dipl. 74.
Monturelo, geogr., 1096. L. B. Ferr. Dipl. 501.
Monudo, app. h., sec. XV. S. 200.
Monumenta, villa, 1065. Doc. most. Pendorada. Dipl. 282.
Monzom, geogr., 1258. Inq. 369, 1.ª cl.—Leg. 696.
Moo, geogr., 1258. Inq. 295, 2.ª cl.
Moohomat, n. h., 998. Doc. most. Lorvão. Dipl. 110.
Mooquim (S. Jacobo de), geogr., 1220. Inq. 63, 2.ª cl.—Id. 154.
Moor, n. m., sec. XV. S. *passim*.
Moorigo, n. h., 1258. Inq. 417, 2.ª cl.
Mooyracos, geogr., sec. XV. S. 360.
Moozares e **Moazares**, geogr., 1258. Inq. 591, 2.ª cl.
Moozinho. Vidè **Moazio**.
Moozino e **Moozio**, app. h., 1220. Inq. 31, 2.ª cl.
Moqueime, n. h., 1082. Dipl. 365, n.º 608.
Moquina, n. m. (?), 1044. Doc. most. Pendorada. Dipl. 205.
Mor, n. m., sec. XV. S. *passim*.
Moraaes, app. h., sec. XV. S. 229.
Moracio (Fonte de), geogr., 1018. Dipl. 147, n.º 237.

Moraes, app. h., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 1.ª, C. 159.
Morancia (Casale de), geogr., 1258. Inq. 617, 2.ª cl.
Morantinas, geogr., 1258. Inq. 362, 1.ª cl.
Moraria, villa, 960. L. D. Mum. Dipl. 51.—Id. 56 e 77.
Morariolo, geogr., 1258. Inq. 483, 1.ª cl.
Morauzo e **Morozo**, geogr., 986. Doc. most. Pedroso. Dipl. 94.
Moravitil, app. h., 1220. Inq. 146, 2.ª cl.—Id. 198.
Moreirola, geogr., 1091. Doc. most. Pendorada. Dipl. 450.—Id. 172.—S. 165.
Moreriola, villa, 1068. Doc. most. Moreira. Dipl. 289.
Morerola, villa, 1079. Doc. most. Moreira. Dipl. 345.
Moreyra, geogr., sec. XV. S. 303.
Moreyroho, villa, 1258. Inq. 479.
Morga (Porto de), geogr., 1258. Inq. 359, 2.ª cl.
Morgotus, n. h. (?), sec. XI. L. D. Mum. Dipl. 563, l. 8.
Morico, n. h., 1049. Dipl. 226.
Mormoralia, geogr., 1258. Inq. 651, 1.ª cl.
Mormoriale, geogr., 1258. Inq. 592, 2.ª cl.
Mormorialia de Ansaroy, geogr., 1258. Inq. 525, 2.ª cl.
Moro, app. h., sec. XV. S. 182.
Morouganos, villa. Era 1102. L. Preto. Dipl. 277.
Morouco, geogr., 1258. Inq. 322, 1.ª cl.
Moroucos, geogr., 1258. Inq. 592, 2.ª cl.—Leg. 561.
Morouzom, geogr., 1258. Inq. 713, 1.ª cl.
Morouzos, geogr., 1258. Inq. 473, 1.ª cl.—Id. 641.
Morouzus, geogr., 1258. Inq. 362, 1.ª cl.
Moroza, villa, 1258. Inq. 470.—Id. 474.
Morozo. Vidè **Morauzo**.
Morraceses, geogr., 1075. L. B. Ferr. Dipl. 320.
Morsdoma, monte (?), 1048. Doc. most. Pedroso. Dipl. 225.
Morta, app. h., 1258. Inq. 574, 1.ª cl.
Mortaagua, geogr., 1192. Leg. 482.
Mortalaga (Castro de), geogr., 988. Doc. most. Lorvão. Dipl. 96.
Mortalago, rio, 985. Doc. most. Lorvão. Dipl. 93.—Id. 96.
Mortalazelio, geogr., 985. Doc. most. Lorvão. Dipl. 93.—Inq. 97.
Mortaria, geogr., 1008. L. D. Mum. Dipl. 121.—Id. 46.
Mortarum e **Mortorum**, geogr., 1258. Inq. 597, 1.ª e 2.ª cl.
Mortede, villa, 950. Doc. most. Lorvão. Dipl. 36, l. 5.—Id. 277.
Morteira, villa, 1058. L. D. Mum. Dipl. 252.
Morzelo, app. h. (?), 1220. Inq. 140, 1.ª cl.
Mosautiz, app. h. (?), 995. Doc. most. Moreira. Dipl. 108, l. 2.

Moscariis (Vinea de), geogr., 1258. Inq. 589, 2.ª cl.
Mosegães, geogr., 1258. Inq. 376, 2.ª cl.
Mosezi, villa, 1258. Inq. 728, 1.ª cl.
Mosqueiro, geogr., 1220. Inq. 137, 2.ª cl.—Id. 138.
Mota, app. h., sec. XV. S. 179.—Id. 369.
Motakar, n. h., 967. Doc. most. Lorvão. Dipl. 60.
Motoque, app. h., 1258. Inq. 346, 2.ª cl.
Mou (Vila), geogr., 1258. Inq. 337, 2.ª cl.—Id. 374.
Moucho, app. h., sec. XV. S. 194.—Id. 267.
Moucho (Petra de), geogr., 1258. Inq. 592, 2.ª cl.
Moucoos. Vidè **Mauzoos**.
Moucos, geogr., 1258. Inq. 710, 2.ª cl.
Mougidi, geogr., 1258. Inq. 429, 2.ª cl.
Mouram, n. h., 1258. Inq. 399, 2. cl.
Mouran, geogr., 1008. Doc. most. Moreira. Dipl. 121.—Id. 365.
Mouraniz, app. h., 1085. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 384.
Mourão, n. h., sec. XV. S. 163.
Mouratanes, geogr., 1258. Inq. 518, 1.ª cl.—Id. 521.
Mouratio, monte, 1152. Elucid., 1.º, p. 77.
Moureli e **Maurili**, geogr., 1220. Inq. 35. 1.ª e 2.ª cl.—Id. 115.
Mourelio, **Maurelio** e **Maurilio**, app. h., 1220. Inq. 104, 1.ª cl.
Mouri. Vidè **Moiri**.
Mouricoo, geogr., 1220. Inq. 170, 2.ª cl.
Mourigo, geogr. (?), 1258. Inq. 538, 1.ª cl.—Id. 675.

(*Continúa*).

A. A Cortesão.

Ara consagrada a Juppiter

N-*O Arch. Port.*, XII, 106. na secção das «Acquisições do Museu», figura um monumento consagrado a Juppiter como offerecido ao Museu pelo Sr. José Benedicto de Almeida Pessanha. Por equívoco deixou de se declarar que para esta acquisição contribuiu tambem efficazmente o Sr. Celestino Beça, major reformado, e collaborador d-*O Archeologo Português*.

A ambos estes meus prestimosos amigos deve o Museu o ter enriquecido a secção epigraphica com mais uma joia, pois outro nome não posso dar ao monumento.

Este é em fórma de ara, em cujo frontão se vê a meia-lua ladeada por duas estrellas de seis raios cada uma; em baixo ha uma

inscripção que transcrevo ao lado. A inscripção vem já no *Corpus*, II, 2466 (e não 2476, como tambem por equívoco se disse n-*O Archeologo*): na linha 4.ª porém restituiu-se hypotheticamente *f*, que de facto está no texto; as letras da 1.ª e 5.ª linha estão separadas por pontos triangulares, o que no *Corpus* não se diz; os AA da 3.ª e 4.ª linha não tem traços horizontaes.—Tenciono reproduzir em gravura o monumento no vol. III das *Religiões da Lusitania*, que estou imprimindo. Por agora basta esta descripção.

I ▾ O ▾ M
PVBLIVS
AELIVS
FLACCINVS
V ▾ S ▾ L ▾ M

O Sr. Celestino Beça já de outras vezes favoreceu o Museu Ethnologico com importantes dadivas, como n-*O Archeologo* se tem declarado; entre ellas conta-se mais um importante monumento epigraphico, que será igualmente figurado no vol. III das *Religiões*. Ao Sr. José Benedicto de Almeida Pessanha sou tambem devedor de valiosas noticias archeologicas, que em occasião opportuna aproveitarei.

Bem hajam aquelles que tomam a peito a archeologia nacional, e por qualquer modo concorrem para o progresso d'ella!

J. L. de V.

Observações a-«O Archeologo Português»

I

(Vid. vol. XI, n.os 9-12)

A p. 344 disse eu que havia 2.ª ed. do livro de Otto, *Die Sprichwörter*. Foi equivoco. Por ora não ha outra alem da citada.

A p. 365, linha 2, imprimiu-se *sons* em vez de *só*.

Pp. 365–366. O Sr. Pedro de Azevedo chama-me a attenção para os *Port. Mon. Hist.*, «Scriptores», p. 169, onde se lê «Abelamar», que é mais uma fórma para juntar ás que colligi na minha nota a respeito de *Avelomar*. O editor dos *Scriptores* diz em nota, sem motivo: «talvez... *alem-mar*».

Ampliarei a noticia dada a p. 375, nota 2, a proposito das *falachas* da Beira, dizendo que no Alemtejo se usam pelo Entrudo uns bolos feitos de *boleta doce*, depois de cozida e de moida em um almofariz; os bolos são envolvidos em uma capa de massa de trigo. Póde tambem fazer-se de grão de bico, igualmente cozido e moido, e de gila cozida. Taes bolos chamam-se *azovias*.—Colhi esta informação no Alandroal.

J. L. de V.

II

(Vid. supra, pag. 178-195)

Já depois de completo o trabalho publicado acima, p. 178–195, e de composto e paginado na imprensa, foi-me chamada a attenção para um artigo intitulado «Diplomatica portuguesa», que o fallecido archeologo Possidonio da Silva inseriu no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, t. II, n.º 2, p. 23 (1877). Esse artigo acompanha duas photolitographias de dois dos pergaminhos da Camara de Ponte, um com o n.º 34 e outro com o n.º 19, aos quaes no presente catalogo correspondem respectivamente os n.ºs 1 e 39. Diz o autor do artigo que deve a Miguel dos Reis Lemos poder publicar no referido *Boletim* alguns fac-similes d'aquelles pergaminhos, e dá a noticia de que são em numero de 74 os documentos que Reis Lemos *copiou e traduziu*, pertencentes ao mesmo archivo.

Não foram publicadas no mencionado Boletim mais reproducções, nem me consta que o fossem noutra parte. Tambem não pude saber ainda onde pára um volume manuscrito, da mão de Reis Lemos, talvez com a cópia a que Possidonio se refere, e cuja existencia me tem sido asseverada.

P.e Cunha Brito.

Bibliographia

I

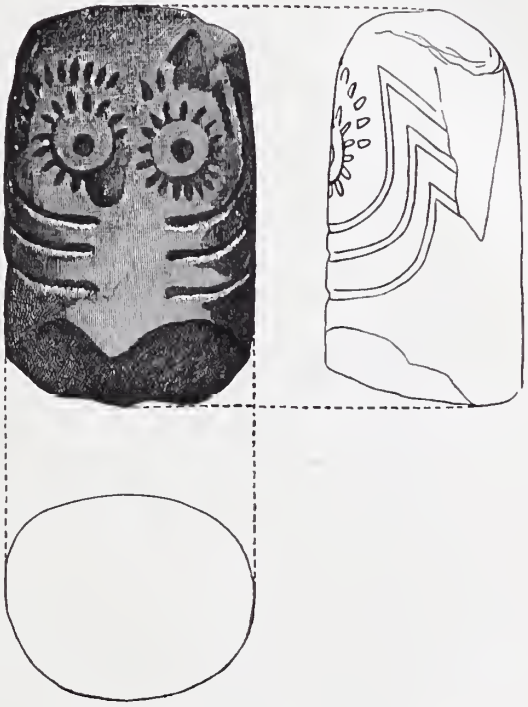
La Peinture Corporelle et le Tatouage. por Joseph Déchelette, Paris 1907, 14 paginas, com gravuras no texto. Extr. da *Rev. Arch.*, 1907, I, 38-50.

Neste trabalho o erudito director do Museu de Roanne (França) estuda varios casos de tatuagem e pintura corporal, filiando nellas as placas de lousa prehistoricas de Portugal que foram publicadas nas *Religiões da Lusitania*, I, 164, e n-*O Arch. Port.*, XI, 339, as quaes elle compara com a estatua de pedra de Saint-Sernin. Segundo o Sr. Déchelette, os traços horizontaes que se vêem debaixo dos olhos são reproducção de tatuagem ou de pintura corporal, explicação a que é levado pelo exame de um idolo egeu de Seriphos e de um de Amorgos, cujas caras estão realmente sarapintadas.

As nossas duas placas são comparaveis a uma figurinha de pedra do Museu de Faro, publicada n-*O Arch. Port.*, VIII, 171; ella pelo lado externo dos olhos apresenta duas linhas curvas, que alguem poderia considerar representação das orbitas, ou das palpebras.

Aqui reproduzo em tamanho natural, de frente e de lado, outra figura parecida com esta, e da mesma procedencia (Moncarapacho, — Algarve), existente no Museu Ethnologico, á qual já me referi n-*O Arch. Port.*, loc. cit.

Neste objecto, que é de calcareo, e tem a fórma de cilindro achatado, ha tres curvas com disposição analoga á da figura precedente, mas estas curvas prolongam-se na parte superior, em fórma de angulo, para o lado de fóra.



(Desenho de G. Gameiro)

N-*O Arch. Port.*, XI, 340, nota, dei o desenho do fragmento de uma placa hespanhola, da provincia de Cáceres, em que debaixo de um dos olhos ha traços horizontaes, como nas placas portuguesas congeneres.

A hypothese do Sr. Déchelette é muito engenhosa, e coordena entre si bastantes factos. A serem realmente tatuagens ou pinturas os traços das placas portuguesas e os da estatua de Saint-Sernin, coincidem com isso os outros ornatos (collares) que se notam na estatua de Saint-Sernin e em uma das nossas placas.

J. L. de V.

II

Resenha das noticias archeologicas contidas em jornaes portugueses

Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses, 4.ª serie, t. x, n.º 7. — *A pintura no reinado de D. Affonso V*, por Sousa Viterbo. Apresenta uma lista exclusivamente nominal dos pintores d'aquelle reinado, precedida de breves considerações.

Cruzeiros notaveis (continuação), por Sousa Viterbo. Trata dos cruzeiros de Vallongo, N. Sr.ª de Oliveira em Guimarães e Alcanede. Com estampas.

Noticias de Torres Vedras, por Gabriel Pereira. Trata de: brasões da Villa; Archivos; No Varatojo; Uma inscripção moderna; Sinos.

Azulejos (continuação). Excerptos de varios autores.

Idem, n.º 8. — *Um brado a favor dos monumentos*. Parecer apresentado ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes acêrca da projectada destruição do convento das Carmelitas em Aveiro, por Ramalho Ortigão.

Archeologia do Theatro Português, por J. M. A. Nogueira. Curiosas notas descritivas sobre os pateos das comedias, antigos theatros de Lisboa e sobre o privilegio concedido ao Hospital de Todos os Santos pelo qual «se não podiam representar comedias em geral, nem em particular, senão nos logares que o provedor e officiaes do hospital assignalassem».

Noticias de Torres Vedras, por Gabriel Pereira, em que falla da quinta das Lapas.

Cruzeiros notaveis (continuação), por Sousa Viterbo. Trata dos cruzeiros de Vaqueiros e S. Pedro na Ericeira. Com estampas.

A Infanta D. Maria e o seu hospital da Luz, por Victor Ribeiro. A vida da Infanta. Testamento e suas instituições pias. Com estampas.

Azulejos (continuação). Excerptos de varios autores.

Idem, n.º 9.—*Pelourinhos e cruzeiros*. Representação dirigida a El-Rei sobre a conveniencia de serem considerados monumentos nacionaes os pelourinhos e cruzeiros, e circular dirigida ás camaras municipaes a pedir-lhes indicação d'aquelles e de outros quaesquer monumentos historicos e archeologicos, chamando-lhes a sua attenção para a conveniencia da conservação e restauração d'esses monumentos. Respostas de algumas camaras municipaes onde se vêem apontados muitos monumentos d'aquelle genero.

Ponte Romana de Rubiães, por M. J. Cunha Brandão. Com uma estampa.

Cruzeiros notaveis (continuação), por Sousa Viterbo. Trata dos cruzeiros de S. Sebastião em Cascaes e de Mujães. Com estampas.

A Infanta D. Maria e o seu hospital da Luz, por Victor Ribeiro. A capella de N. S.ª da Luz e a sepultura da Infanta. Com uma estampa e transcripção de documentos.

Azulejos (continuação). Excerptos de varios autores.

Idem, n.º 10.—*Extractos das respostas á circular dirigida pela Mesa da R. Assoc. dos Archit. Civis e Archeol. Portugueses ás Camaras Municipaes*. Continuação do numero antecedente.

Catalogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo, por Arthur Lamas. Numas breves considerações que precedem o catalogo reconhece o autor a pobreza da collecção de moedas, embora nella haja algumas raras, e a falta de methodo na organização da mesma, o qual póde explicar-se por ser collecção de um museu que tem as suas portas abertas ao publico e não feita unicamente para os eruditos. Explica tambem a falta de moedas de ouro que figuraram numa *succinta relação* ha annos publicada, e apresenta uma lista dos offerentes.

Archeologia do Theatro Português, por J. M. A. Nogueira. Concluido do n.º 8.

A Infanta D. Maria e o seu hospital da Luz, por Victor Ribeiro. Continuação do numero antecedente, com uma estampa e transcripção de documentos.

Idem, n.º 11.—*Pelourinhos, cruzeiros e outros monumentos*. Nova circular com referencia á de 30 de Dezembro de 1905, dirigida pelo presidente da mesa da R. Assoc. dos Archit. Civis e Archeol. Portugueses ás Camaras Municipaes do país. Extracto das respostas de algumas camaras onde se conteem valiosas indicações d'aquelles monumentos.

Museus de S. Petersburgo (transcripção do *Primeiro de Janeiro*, n.ºs 41 e 45 de 1905). Resumida descripção dos museus do *Eremiterio*, *Academia de Bellas Artes*, *de Alexandre III*, *Zoologico* e de *Carruagens*, por José Augusto Correia.

Cruzeiros notaveis, por Sousa Viterbo. Tratado cruzeiro de Rio Mouro, Cintra. Com uma estampa.

Questionario Archeologico, por Borges de Figueiredo. Utilissimas indicações que devem seguir os que se propõem estudar monumentos archeologicos. Dividem-se em cinco classes: I. Monumentos megalithicos. II. Templos antigos, igrejas, capellas: mosteiros, conventos; castellos, torres: casas antigas; amphitheatros, theatros; banhos antigos; necropoles. III. Aqueductos, arcos; columnas, estatuas; tumulos: cruzeiros, padrões, pelourinhos; fontes, cisternas; pontes, vias romanas; minas, caminhos subterraneos. IV. Epigraphia. V. Numismatica. Traz tambem umas elucidativas explicações sobre o modo de tirar calcos de inscripções.

A Infanta D. Maria e o seu hospital da Luz, por Victor Ribeiro. (Continuação). As freiras da Luz e a administração do hospital, com transcripção de documentos.

Catalogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo, por Arthur Lamas. Continuação do numero antecedente.

Idem, n.º 12.—*Pelourinhos, cruzeiros e outros monumentos.* Extracto das respostas das Camaras Municipaes. (Continuação do numero antecedente).

Cruzeiros notaveis (continuação), por Sousa Viterbo. Descreve o cruzeiro de Ranhollas; o de Valle de Milho; o da Esperança, na quinta do Saldanha; o do Parque da Pena; as cruzes de S. Martinho e S. Sebastião; o cruzeiro do Monte das Alviçaras, na quinta da Penha Verde; o do Ramalhão; e o de Collares; todos em Cintra. Com estampas.

Pelourinho de Paredes de Coura, por M. J. Cunha Brandão. Com uma estampa.

Catalogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo, por Arthur Lamas. Continuação do numero antecedente.

Occidente, revista illustrada de Portugal e do estrangeiro, 30.º anno, 1907.—Extractos dos numeros de 10 de Janeiro e sqq. até 10 de Abril inclusivé.

A velha Lisboa (memorias de um bairro), por G. de Matos Sequeira. Numa serie de artigos occupa-se de: El-Rei D. João V e do fausto lithurgico. Erecção da Capella Real em Cathedral Metropolitana e Patriarchal. A Sé em S. Francisco da Cidade. O primeiro Patriarcha de Lisboa. Sua entrada solemne na capital. Construcção de uma patriarchal no alto da Cotovia. Sua descripção. Fogo posto na patriarchal. Novo incendio. Descoberta e condemnação do incendiario. A Patriarchal Queimada.—Succede á Patriarchal Queimada o Largo das Pedras. O Erario Novo e o Marquês de Ponte do Lima. O Erario Regio na Patriarchal Queimada e o Marquês de Pombal. É deixada a construcção. O mercado dos porcos na Patriarchal Queimada. Terraplanagens do largo. A feira das Amoreiras.—O Moinho de vento (agora chrismado em Rua de D. Pedro V). O Arco do Avarista. O Alto do Longo. Episodio das lutas liberaes. A mãe de agua. A feira da ladra e o mercado do feno na Praça da Alegria.—O Palacio Azul na Praça da Alegria. A carreira para Cintra. A casa do Barão de Paulo Cordeiro. A Rua da Procissão do Corpo de Deus. A Praça das Flores. A rua dos Marcos (hoje de S. Marçal). A casa do noviciado dos Padres Jesuitas, depois collegio dos Nobres e hoje Escola Polytechnica. Os Jesuitas em S. Roque.

O Gothico no principio da monarchia, por José de Arriaga. Contesta o autor a opinião dominante (fundada em Raczynski) de que o gothico só appa-

receu em Portugal com a Batalha, em tempo de D. João I. Para isso apresenta varios exemplos de monumentos cujo estilo architectonico classifica de — gothico de transição,— construidos em tempos de D. Affonso Henriques e D. Sancho I.

Restauração do pelourinho de Palmella.

Monumentos de Portugal. Bosquejo historico da Igreja Matriz de Villa do Conde e sua restauração, por Mgr. Ferreira.

Illustração Portuguesa. — *Edição semanal da empresa «O Seculo».*— (Extractos dos numeros de 7 de Janeiro a 29 de Abril do presente anno de 1907.

Como eram os Reis Magos. Com estampas em que são reproduzidos baixo-relevos, pinturas a oleo, frescos e desenhos antigos.

Os elegantes e as elegancias do sec. XIX, *em Portugal,* por Julio Dantas. Com estampas.

Monstruosidade que ri. Estudo sobre *o bobo,* acompanhado de estampas.

A tortura e o combate ao serriço da justiça. Com estampas.

A Iconographia funeraria em Portugal, por Manoel Monteiro. Com estampas, em que se representam e descrevem os tumulos do Infante D. Affonso, filho de D. João I, na Sé de Braga, e o tumulo do arcebispo primaz D. Gonçalo Pereira, em capella propria junto da Sé de Braga.

O veneno, arma invisivel e mortal. Com estampas.

A lenda comica e fantastica do diabo. Com estampas.

Como viajavam e passeavam os nossos avós, por J. D. Com estampas, em que se representam e deserevem: a cadeirinha, a liteira, *a vinaigrette,* o coche, a berlinda, os carrinhos de arruar, o estufim, o carro triunfal, a carruagem de meia-gala, a mala-posta e a sege de posta.

Palacios, castellos e solares de Portugal, por José Machado. Com estampas. Descreve a casa solar dos Pinheiros, em Barcellos. É o numero XIII d'esta serie de artigos, quasi todos devidos á penna do conscienciosо genealogista Dr. José Machado, ex-secretario da camara de Braga. São verdadeiramente interessantes, não só pela descrição dos velhos solares de familias nobres portuguesas, mas ainda pela noticia resumida que d'essas familias nos dão.

A casa dos Duques de Cadaval, por Francisco Nogueira de Brito. Com estampas.

A procissão dos fogareus (Braga antiga), por Antero de Figueiredo. Descrição de um curiosissimo costume da velha cidade dos arcebispos.

O Almirante Ruiter e Portugal, por Cardoso de Bethencourt.

Serões, revista mensal illustrada. — Editada pela Livraria Ferreira, de Lisboa. Extracto dos numeros de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 1907:

Evora antiga. Janelas dos sec. XVI e XVII, por A. F. Barata. Com estampas.

Pelourinhos, por Manoel Monteiro. Descreve e apresenta em estampas os pelourinhos de Ponte da Barca, Freixo de Espada-á-Cinta, Villa de Rates (Povoa de Varzim), Suajo, Villa do Conde, Robordãos, Villa Viçosa, Villa Nova de Fozeôa, Povoa de Varzim, Couto de Noure, Collares, Barcellos, Arcos de Valdevez, Ovelha do Marão, Bragança e Lisboa.

Mouraria, por Victor Ribeiro. Com estampas.

A inquisição: o P.e Antonio Vieira julgado por ella, por Antonio Baião. Com estampas.

Alvaro de Azeredo.

O Archeologo Português — 1907

Registo bibliographico das permutas

(Continuação. Vid. o *Arch. Port.*, XII, 128)

Bolleti de la Societat arqueológica Luliana (Palma) 1905.—Janer: *Folk-lore Balear* (Antoni Alcover), etc. Febrer, Mars, Abril, Maig, Juny, Juliol: *varia*. Agost y Septembre: *Bronces antiguos hallados en Mallorca* (Bartolomé Ferrá). Octubre, Noviembre, Desembre: *varia*.

Boletin de la Sociedad Castellana de Excursiones, 1906, Enero.—*Visitas y paseos por Valladolid* (Narciso A. A. Cortés), com gravuras de architectura e serralharia do sec. XVI. *Postillo* (Ant. de Nicolás), continuação.

Febrero.—*Arquitectura christiana primitiva de Castilla* (Agapito y Revilla). *Postillo*, contin. *La Plazuela de Colón* (Parga), com gravuras.

Marzo.—*La antiguedad* (C. G. Garcia Valladolid). Tem duas estampas com uma capella-mór de estilo ogival, e com um portico flammejante, ambas as peças da mesma igreja de S. Paulo em Valladolid.

Abril.—*Excursion à Baños de Cerrato y paseo por Valladolid* (Henrique Reoyo). Com abundantes gravuras, das quaes destaco a da nave central da igreja de S. Paulo, acima mencionada e a da *Nuestra Señora la Antigua*, onde se vê uma torre romanica talvez de 5 pisos. *Postillo*, continuação.

Mayo.—*San Pedro de la Nave, iglesia visigoda* (Gómez-Moreno). É a descrição minuciosa e erudita de uma igreja que o A. capitula do sec. VII e VIII, acompanhando-a de boas photogravuras. É um verdadeiro monumento esta igreja rural, situada proximo de Zamora; mas inexplicavelmente ainda não é o que deve ser «monumento nacional». Esta igreja, a sua ornamentação e alçados, conservam um ar verdadeiramente archaico. Á sua robusta construcção se deve existir ainda hoje, decerto.

Junio.—*Postillo*, contin. *La custodia y el altar de plata de la Catedral de Palencia* (D. Matias Vielva). Traz ainda photogravuras da igreja de S. Pedro da Nave, que merecia ser fechada a sete chaves e guardada á vista por sentinellas ferozes: tal é o sobresalto de que um exemplar tão maravilhosamente conservado possa vir a ser deturpado no futuro! Merece um estudo ainda mais particularizado, com photographias minuciosas de todos os capiteis, das impostas, das cornijas, etc. *Paseos por la provincia de Salamanca* (D. J. P. de Parga Mansilla); com gravuras de castellos medievaes.

Julio.—*Retablo de la iglesia de S. Pedro en la villa de Cisneros* (D. J. Marte y Monsó). *La ermita del Cristo* (D. Dario Chicote). *Postillo*, contin. Este numero ainda traz uma photogravura de capiteis de S. Pedro da Nave.

Agosto.—*S. Pedro de la Nave* (D. Fr. Anton). *De S. Pedro de la Nave* (D. J. Agapito y Revilla). *Postillo*, contin.

Septembre.—*Postillo*, contin.

Octubre.—*Excavaciones en las Quintanas* (F. Hernandez y Alejandro). *Postillo*, conclusão.

Noviembre.—*El acueducto de Segovia* (D. F. Hernandez y Alejandro).

Diciembre.—Não tem materia archeologica.

Boletin de la Real Academia de la Historia. Mayo, 1905.—*D. Gaspar de Quiroga* (A. Herrera). *La Puerta del Osario en Cordoba* (El conde de Cedillo). *La Puerta de Sevilla en Carmona* (El conde de Cedillo). *Spain in America*

by E. Gaylord (C. F. Duro). *L'Espagne à la fin du IIIe siècle avant. J. C.* (D. N. Feliciani). *El caballero de Olmedo y la Orden de Santiago* (F. Fita). *Estudio epigrafico. Inscrip. rom. de Málaga, punica de Villaricos y medieval de Barcelona* (F. Fita). Esta ultima inscripção constitue uma singularidade epigraphica, pois que, pertencendo ao sec. x, os caracteres foram gravados como os da boa epoca romana.

Enero, 1906.—*Santa Eulalia de Abamia* (Marquês de Monsalud). É o parecer acêrea de ser considerada monumento nacional esta igreja que foi a primeira jazida de Pelaio, mas de que o actual aspecto é romanico com um timpano na portada principal, o qual representa os diabos, sustentando um caldeirão d'onde assoma uma cabeça que dizem ser a de D. Opas. *Dos lapidas visigodas* (Fidel Fita); erudítamente suppridas nas muitas falhas provenientes do mau estado das inscripções. A 1.ª é um epitaphio de um naufrago ou desterrado lavrado pela viuva com palavras de infinita ternura; A 2.ª é uma epigraphe commemorativa do sec. VI, na qual se descreve o monumento anterior á restauração executada.

Febrero.—*Anclas de plomo halladas en aguas del Cabo de Palos* (D. Ramón Laymond e D. Diego Jimenez). *Inscripciones griegas, latinas, hebreas (litoral del cabo de Palos,* por D. Fidel Fita). Abrange o estudo de algumas das 400 ancoras de chumbo encontradas por motivo da exploração da esponja, do que o A. infere a importancia do movimento commercial nas costas mediterraneas da Hespanha no sec. III, a. C. (Vid. *Arch. Port.,* XI, 382).

Marzo.—*Lapidas hebreas y romanas* (D. Fidel Fita). *Una inscripción romana de Badalona* (D. Felix T. Amat).

Abril.—*Limites prob. de la conquista arabe en la Cordillera Pirenaica* (D. Franc. Codera); *Inscripción hebrea de Barcelona* (D. Fidel Fita).

Mayo.—*Monumento subterraneo descoberto en la Necrópolis Carmonense* (D. Adolfo F. Casanova). É uma cripta cavada na rocha, e formada de uma camara central de planta quasi circular, sobrepujada por uma cupula subconica. Na peripheria abrem-se tres recessos de planta trapezoidal, cujo tecto é curvo. Tinha restos de ornamentação polychromica. A sua altura na vertical do centro é de 4m,35 e o eixo maior da camara central de 4m,15 e 7m,60, abrangendo duas absides fronteiras. Nenhum testemunho se encontrou de destino funebre. O entulho accusava tres epocas: ante-romana, romana e medievica. Presume-se que o monumento data da epoca carthaginesa. *Varicdades: Recuerdo del Madrid Viejo* (D. Franc. Vinals). Descrevem-se umas galerias subterraneas onde se fizeram enterramentos e que parecem ter pertencido a uma antiga igreja. *Noticias,* em que se dá conta de um cemiterio descoberto em Malaga com sarcophagos e sepulturas enfileiradas e trapezoides, que contém alem dos esqueletos, vasilhame e objectos de bronze, um d'elles analogo no desenho ao de um anel encontrado por Paula e Oliveira, se me não engano, e que consta de uma estrella de oito raios. Por estes motivos creio que o cemiterio será visigotico, o que bem aconselharia todo o cuidado na exploração.

Junio.—*Gli olcadi e gli andosini, due populi sconosciuti* (Nicolas Feliciani). *Vascos, iberos, moros e bereberes* (D. Ricardo B. y Rozpide). É um summario da questão conforme o livro do Sr. Pereira de Lima e uma communicação feita á Sociedade Anthropologica de Paris pelo Sr. Atgier. *Sello con inscripción arabe y flor de Lis* (D. Fr. Codera). *De la paleographie sémitique* (D. Moïse Schwab). *Nuevas inscripciones* (El Marquês de Monsalud).

Julio, Septiembre.—*Los judios españoles y portugueses en el siglo* XVII (D. A. R. Villa). *Antigua basilica de Elche* (D. Pedro Ibarra Ruiz). *Descubrimientos arqueologicos efectuados en la ciudad de Carmona* (D. A. F. Casanova). Acompanham este artigo as phototypias do monumento monolithico descrito no fasciculo de Maio e de duas estatuas carmonenses. *Patrologia visigotica* (P.e Fidel Fita).

Octubre.—*Epigrafia armentiense* (D. Federico Baráibar). Abrange inscripções romanas, visigoticas e do sec. XII. *La oftalmologia en tiempo de los romanos* (D. Rodolfo del C. y Quartillers; art. bibliogr. do P.e F. Fita). *La puerta nueva de Bisagra (Toledo) es de origen arabe* (D. M. C. y Montijano).

Noviembre.—*Nuevas inscripciones de Clunia* (D. Franc. Naval).

Diciembre.—*Nuevas inscripciones* (Pe F. Fita); *Nuevos ijemplares de la escritura hemisferica* (P.e F. Fita).

Cultura Española, I, 1906.

II, Mayo.—*Los letreros ornamentales en la ceramica morisca española del siglo* XV (D. G. J. de Osma). O Museu Ethnologico Português possue muitos fragmentos de ceramica arabica com ornamentação de letras. *La escultura en Galicia* (D. E. P. y Monzó).

III, Agosto.—*Excursión á través del arco de herradura* (M. Gómez-Moreno, M.). O A. contesta a origem muçulmana do arco de ferradura, e uma das suas revelações em tempos anteriores aos secs. VII e VIII quer o A. encontrá-la em algumas estellas hispanico-romanas do sec. II. O arco d'estas lapides é puramente ornamental; mas, para a sua interpretação como membro da estirpe dos arcos de ferradura, conveniente é tambem attentar numa lapide da região trasmontana, ha pouco recolhida no Museu Ethnologico, lapide em que as figuras circulares que constituem o pretendido arco, nas dos museus de Madrid e Leão, são completas e independentes, embora occupem a mesma posição relativamente ao rectangulo inferior, que seriam os pés-direitos ou umbraes do vão ou portico, que por aquella maneira parece figurado. Não me parece, por este motivo, muito segura a interpretação architectonica dada pelo Sr. Gomes Moreno aos curiosos ornatos das lapides hispanico-romanas, a que me estou referindo. O desenho que nitidamente se vê na estella transmontana do nosso Museu é o seguinte, tres vezes repetido a par:

O lapidario, que gravou o arco da ornamental lapide de L. Emilio e os tres desenhos da estella da mulher de Flavo, procederia intencionalmente e debaixo da influencia de modelos architectonicos reaes ou por mero effeito decorativo? A pedra a que tenho feito referencia é que me suggere esta per-

gunta. Da mesma região trasmontana ha mais duas estellas no Museu Ethnologico em que o motivo ornamental assume esta outra fórma:

A disposição relativa de todas estas figuras é a mesma em todos os monumentos. A lapide visigotica reproduzida pelo A. a p. 794 (fig. 5.ª) existe hoje no nosso Museu, e por ella se póde averiguar que a linha transversal que uniria os capiteis pela parte superior, não existe na pedra; as faixas de riscos parallelos não tem traço algum horizontal que as remate ou feche, a não ser restrictamente na parte que incide sobre os proprios capiteis. Esta pequena circunstancia não parece ser tão favoravel á interpretação do Sr. Gomes-Moreno, como se existisse a linha representada na gravura da bella publicação hespanhola. Figura-se-me apenas o *chrisma* dentro de uma aureola interceptada pela inscripção, do mesmo modo que noutras lapides o referido symbolo se encontra dentro de um circulo perfeito. Alem d'esta, ha no Museu um fragmento de outra lapide visigotica a que parece adaptar-se a mesma explicação, bem como ha outras em que o arco é de semicirculo perfeito. Póde ainda ver-se *Arch. Port.*, v, 144, onde a estella de Deocena parece excluir a intenção de reproduzir um arco de ferradura. Com estas considerações não pretendo enfraquecer a seductora these, propugnada com tanta competencia pelo Sr. Gomez-Moreno, mas apenas introduzir o rigor da exactidão nos elementos de estudo colhidos por S. Ex.ª e do mesmo genero dos que estão ao meu alcance no Museu Ethnologico. *Damian Forment en la catedral de Barbastro* (M. de Parco). *La escultura en Galicia* (Elias T. y Monzó). Occupa-se das magnificas obras de talha dos côros da Galliza.

IV, Noviembre.—*Las excavaciones de Numancia* (J. R. Melida). Curioso resumo do que tem sido encontrado no local d'este antigo oppido da Celtiberia, determinado pelo Sr. E. Saavedra no Cerro de la Muela. Como na lendaria cidade da collina de Hirsalik, tres civilizações ficam ahi sobrepostas, a prehistorica, a celtica ou preromana e a romana. As casas preromanas são quadrangulares e não circulares como as dos nossos castros. As mós rotatorias já ahi apparecem, o que não vem senão confirmar a opinião do Sr. Santos Rocha no *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, I, 4.º (1907), e o que mais modestamente tambem escrevi no *Archeologo Português*, VIII, 108. Isto ao lado dos trituradores primitivos e de armas de bronze e de ferro[1]. *La moneda en la edad de bronce* (Ant. V. y Escudera). Com gravuras.

V, Febrero, 1907.—*Apuntes de geometria decorativa. Los mosarabes* (A. P. y Vines).

Boletin de la Comisión provincial de monumentos historicos e artisticos de Orense, 1906.

[1] Na conta bibliographica que a p. 1175 o Sr. J. Pijoan dá do livro *Numantia*, por Adolf Schulten, lê-se que as habitações eram quadradas ou circulares, o que melhor se entende, considerando que Numantia era um castro analogo, por exemplo, á Citania de Briteiros.

Enero-Febrero.—*Inscripción romana* (M. Macias). *Los caminos antiguos y el Itinerario n.º 18 de Antonino en la prov. de Orense* (M. D. Sanjurjo), em que se estuda a situação de Nemetobriga, os limites das *Asturia et Gallaecia*, etc.

Marzo-Abril.—*La epigrafia latina en la prov. de Orense* (A. V. Nuñez) Cf. *Arch. Port.*, xi, 9 a 12.

Mayo-Junio.—*Iglesias romanicas* (A. V. Nuñez). São igrejas ruraes analogas ás da margem esquerda do rio Minho; mesma epoca, mesma escola; duas photogravuras.

Julio-Agosto.—*Los caminos antig. y el Itinerario*, etc., cont. (M. D. Sanjurjo).

Septiembre-Octubre.—*Los caminos antig. y el Itinerario*, etc., cont. (M. D. Sanjurjo); com magnifica carta do traçado da via romana, situação das *mansiones*, etc. Neste artigo se descreve a grandiosidade da exploração aurifera, no tempo dos Romanos, de *Las Medulas*, provincia de Leão.

Noviembre-Diciembre.—*Productos de la metalurgia galega en tiempos remotos* (J. Villamil y Castro). Occupa-se do torques de ouro. A collecção que hoje possue o Museu Ethnologico Portuguêz, tanto em collares como em braceletes, é muito importante tambem. Não está porém ainda exposta, porque o ouro antigo não suggestiona só os archeologos. *Nuevo milliario del Bierzo* (M. G. Moreno M.). Pertence á via de Astorga a Braga. *Los caminos antig.*, etc. (appendice).

Revista de Estremadura, 1906.—Estudos de interesse archeologico encontramolos no fasc. de Abril: *Reseña hist. de Aldeanueva del Camino* (M. S. Recio). com noticias de uma via romana, uma epigraphe funeraria, etc.

Mayo.—*La falsa Ambracia Vettona* (Ved Persa).

Agosto.—*Turmulus. Antig. descub. y otros ya conocidas* (J. S. y Michel). Noticia muito variada, em que se falla de sepulturas, de uma curiosa lapide romana encimada por uma verdadeira cruz (Cf. *Arch. Port.*, ix, 74), de uma tegula epigraphica com nomes ethnicos, de castros, de um pingente lunar de bronze, etc.

Septiembre.—*Nuevas inscriptiones romanas de la región Norbense* (M. R. de Luna), em que parece ver-se outra lapide com um emblema cruciforme.

Octubre.—*Notas arqueologicas* (M. R. de Luna). Noticia de varias citanias da Estremadura hespanhola. A proposito do vocabulo *Anta*, bom é recordar que este é o termo perfeitamente portuguêz e corrente na linguagem popular com que se designam entre nós os dolmens, com as suas fórmas de *Anta*, *Antella* e *Antinha*, sobre o que se póde ver o *Elucidario* de Fr. J. de Santa Rosa de Viterbo e os estudos de Martins Sarmento na *Rev. de Guimarães*, na *Rev. de Sciencias Naturaes e Sociaes*, e nas *Religiões da Lusitania*, do Sr. director d'esta publicação. *Nuevos hallazgos en Turmulus* (J. Sanguino y Michel). Estellas curiosas, etc.

Revista de la Asociación artistico-arqueologica Barcelonesa, 1906.

Enero-Marzo.—*La ex-collegiata de S. Felix de Gerona* (E. G. Hurtebize). *Malaca*—*Descubrimientos de la Alcabaza* (M. B. de Berlanga). Descrevem-se antigualhas encontradas ao derrubar-se parte das muralhas de Malaga nos fins de 1904. Romanas eram algumas, como as inscripções e columnas mutiladas; numerosas piscinas, que o A. classifica de phenicias, para a preparação da purpura. Os restos ceramicos tambem capitulados de preromanos

pelo A. parecem-se tanto, salvo melhor juizo, com umas lucernas de longo bico e alguns fragmentos ricamente ornamentados e esmaltados que no Museu Ethnologico estão classificados de arabicos, que duvidei de attribuição tão antiga. Não obstante, neste estudo, o A. revela um vasto conhecimento dos textos dos geographos e historiadores antigos, e estribando-se nelles, contesta a existencia de uma arte propriamente iberica (pp. 80 e 81), reputando incapazes de possuirem povos selvagens, como os iberos, com excepção de turdetanos.

Abril-Junio.—*Malaca* (cont.). *Hallazgos arqueol. en Almargen* (N. D. de Escovar). Descreve-se um cemiterio de covaes e sarcophagos trapezoides que, por isso e pelos achados, se poderá considerar visigodo. De agradecer seria que o A. publicasse um relatorio circunstanciado e acompanhado de photogravuras do espolio; isto contribuiria para se chamar a attenção dos archeologos para este genero de antiguidades medievicas.

Julio-Septiembre.—*Malaca* (cont.). *Antiguas estatuas de bronce halladas en Mallorca* (Bart. Ferrá).

Octubre-Diciembre.—*Malaca* (final). O A. avança galhardamente com a sua erudição literaria contra a moderna corrente de *Iberolatria*, proclamando que os iberos eram incapazes de esculpir o busto de Elche. *Malaca: ultimos descubrimientos de la Alcazaba* (M. R. de Berlanga). *Hierros artisticos; aldabones valencianos de los siglos* XV e XVI (L. P. Blasco).

Revista de Archivos, Bibliotecas y Museus, 1906. Enero: *varia*. Febrero, Marzo: *varia*. Abril, Mayo: *Monedas de prata y de vellon castellanas* (N. Sentenach). Segundo o A., houve abundante cunhagem de moeda de prata visigoda (o *solidus argenteus* de S. Isidoro e do Fuero Juzgo); da reconquista é que não ha noticia de que os reis christãos a emittissem. *Leyendas del ultimo rey godo*, cont. (J. M. Pidal). Este artigo é illustrado com uma photogravura da igreja de S. Miguel de Fetal, em Viseu, e do sarcophago onde uma tradição erudita colloca os restos de D. Rodrigo.

Junio.—*Apuntes para el est. de las instit. jur. de la Iglesia de España desde el siglo* VIII *al* XI (F. G. del Campillo). *Not. hist. de la R. Divisa é igl. de S. Maria de la Piscina* (N. Hergueta). Refere-se a algumas igrejas romanicas. Com boas estampas.

Julio-Agosto.—*Notas sobre un incunable español desconocido...* (J. Collijn). Refere-se tambem a incunábulos portuguesces. *Grafitos antiguos del castillo de Alcalá de Guadaira* (C. S. Arizmendi). *Apuntes, etc.* (conclusão).

Septiembre-Octubre.—*De arte mahometana: Las murallas de Niebla* (R. Amador de los Rios). *Leyendas, etc.: la tradición legendaria en Portugal* (J. M. Pidal). *Epigrafia catalana de la Edad media* (A. E. de Molins).

Noviembre-Diciembre.—*Epigrafia catalana, etc.* (A. E. de Molins). *La miniatura en los documentos de car. admin. herald., etc.* (A. P. y M.). *Epigrafia hisp.-mahom.* (R. A. de los Rios). *Adiciones al est. sobre un incunable esp.* (J. Collijn).

Revue des Études anciennes: n.º 4.

Octobre-Décembre, 1905.—*Portefaix sur un vase d'époque hellénistique* (P. Graindor). *Les premières explorations phocéennes dans la Mediterranée occidentale* (M. Clerc). *Les «Puniques» et la «Thebaïde»* (L. Legras). *Le Dieu gaulois au sac* (G. Gassies). *Les Celtes chez Herodote* (C. Jullian). *Chronique gallo-romaine*, em que se tocam muitos casos instructivos e variados; refere-

se tambem ás *Religiões da Lusitania*, vol. II, e ás *Fibulas do Noroeste da Peninsula*, do Sr. Dr. J. Fortes.

Janvier-Mars, 1906.—Alem de outros estudos, contém uma nota de C. Jullian sobre o termo *briga* em resposta ao Sr. Director da nossa revista. O erudito professor da Escola de Bordeus não quer a celticidade de *briga*, mas a precelticidade, porventura o ligurismo. É uma disputa entre homens de sciencia numa altitude a que não póde chegar o redactor d'estas noticias bibliographicas. O Sr. Dottin chega a dizer que outra questão é saber se é *brica* ou *briga*. Não me recordo onde li que os romanos diziam *briga* onde os AA. gregos tinham *brica*. Como se pronunciaria na Hispania? Parece que a philologia terá de ser chamada á autoria. Um argumento que pesa a nós-outros superficiaes do assunto é o de C. Jullian quando allega que ha toponimicos em *briga* em regiões onde se não falla de Celtas nem de Celtiberos, como na Cantabria. Aqui *briga* apparece associado a nomes latinos. Entre outros fundamentos allega o illustre escritor que os nomes em *briga* são extremamente raros na Gallia. Aguardemos a voz do A. das *Religiões da Lusitania*. *Note sur les déesses-mères* (G. Gassies). *Antiquités du Musée de Sault* (Arn. d'Agnel). *Chronique gallo-romaine;* entre outros: *Cadavres percés de clous*, carta de M. Déchelette. *Éolithes. Les poteries ibériques de Narbonne. Les druides, etc.*

Avril-Juin.—Alem de outros: *Notes gallo-romaines. Stradonitz et la Tène, etc.* (C. Jullian). *L'astrologie chez les gallo-romains* (H. de la V. de Mirmont). *Chronique gallo-romaine: Basques et Ibères. La question des poteries ibériques* (... *En tout cas, j'ai peur que le mot de mycénien ne nous égare terriblement sur la date*...). *Enceintes gallo-romaines;* differenças entre muralhas do sec. I e do sec. III etc. (C. Jullian).

Juillet-Septembre.—*Bas reliefs votifs d'Asie Mineure* (E. Michon). *Notes gallo-romaines: Survivances géographiques.* C. Jullian occupa-se em especial dos toponimicos que lembram o dominio dos Ligures. (Um facto curioso de sobrevivencia geographica é o estudado pelo Sr. Director da nossa revista acêrca dos *Grovii*). *Deux statuettes gallo-romaines. La chute du ciel sur les Gaulois*, era a unica cousa que elles temiam; no Minho (Valdevez) diz-se de qualquer grande estrondo: *É algum pedaço de ceu velho* (que cae)! *Monuments gallo-romains. Stèles du pays cantabriques* (são tambem vulgares na lapidaria lusit.-rom. as estrellas de seis raios). *Autel représentant un arbre. Chronique gallo-romaine: Les fouilles d'Alesia, Martins Sarmento, Appareil gallo-romain, Poteries ibériques, Ligures et Ibères, etc.*

Octobre-Décembre.—*Notes gallo-rom. Statuette g.-rom. de Minerve. Un dispater inédit. L'éd. princeps d'Avienus. Chron. g.-rom.: Toponym. ligure, La langue basque, Alesia; Le castrum romain de Yverdon* (antigamente *Eburodunum*), etc.

Notes d'Art et d'Archéologie, 1906.—Dos n.os 1 a 5 destaca-se a noticia acêrca de *Les Tapisseries du Cardinal Wolsey*, uma das quaes pertence hoje ao tesouro da cathedral de Sens. É um extraordinario tapete com 7m,55×3m,35, onde se representaram scenas biblicas e que deve ter sido tecido em Tournay ou Bruxellas. Pertence á categoria dos chamados *Panos de Rás*, a que em Italia se chama *arazzo*. O cardeal nasceu em 1471 e morreu em 1530. A noticia é acompanhada de uma illustração lithographica (E. Chartrain e E. Muntz).

N.os 6 e 8: varia.

N.º 7: erros de paginação; cis a serie: 145 a 148; 153 a 156; outra vez: 153 a 160; 157 a 160; 165 a 168. Apresentamos a nossa reclamação.

N.º 9: *Sculptures anciennes à Anvers* (sec. XV) (J. de Bosschère).

N.º 10 (Décembre): *Du sentiment rélig. dans les œuvres de l'architecture* (L. A. de Lassus).

L'Ami des Monuments et des Arts, n.º 107.—Entre outros: *La Bibliothèque publ de Timgad* (Ballu). São opulentas ruinas de uma biblioteca de 26 metros de comprido construida á custa de um rico donatario na Africa romana. Tal magnificencia numa obra de instrucção, com vinte seculos de distancia de nós, que nos embandeiramos como detentores privilegiados das luzes dos secs. XIX e XX, e edificada numa cidade africana, é um facto digno de recolhida meditação e desengano. Em um artigo immediato, Ch. Normand, refere a par d'esta, a de Epheso, a da acropole de Pergamo e a do portico de Adriano em Athenas. Respeitemos a antiguidade com a consciencia dos nossos mesquinhos progressos e sejamos-lhe agradecidos. *Les clous de bronze du Panthéon de Rome* (Caylus). *Le premier Congrès Intern. d'Archéol. tenu à Athènes* (Ch. Normand). *L'église de Monfort-L'Amaury* (photogr.).

N.º 108.—*Les fouilles de Timgad* (A. Ballu). Bellas photographias. *Le premier congrès archéol., etc.*

N.º 109.—*L'histoire du Perigord préhistor.* (E. Rivière). *L'ancienne église Saint-Nazaire* (Perrault-Dabot). Com uma pia de agua benta do sec. XII. *La représentation d'Antigone au premier Congr. Arch.* (Ch. Normand).

N.ºs 110–111 —*Temple antique dit d'Auguste et de Livie à Vienne* (Ch. Normand). *Plan de l'Amphithéatre de Nerîs,* d'après Tudot. *Commun. f. au Cong. d'Athènes sur la reconstr. du trésor des Athéniens à Delphes* (Homolle). *Périple aux villes antiques* (Ch. Normand).

N.º 112.—*Les primitifs français et leurs signatures* (F. de Mély). São as assinaturas de escultores, architectos, ourives e cinzeladores da meia idade; artigo já começado no fasc. 107. Tem uma bella portada romanica com ferragens; uma caracteristica cruz com o Crucificado vestido, etc.

N.º 113.—*Timgad, mosaïque d'une maison. Restaurer ou réparer la cathédrale de Prague* (Cte Fr. de Schönborn). *Les primitifs français* (F. de Mély). Vê-se que não é só de filhos da Gallia que se trata; entre outras photogravuras vem a do calix do thesouro da Sé Conimbricense, obra lavrada por Geda Menendiz; a de um architecto sobre uma imposta; a de um entalhador do sec. XII numa porta de madeira, etc.

F. A. P.

Monatsblatt der numismatischen Gesellschaft in Wien; 1901. P. 161, Reflexões de Ernst acêrca da resolução tomada em 1880 na reunião dos Numismaticos Allemães em Leipzig, de que por *direita* e *esquerda*, na descripção de uma moeda, se deve entender o lado direito e o esquerdo da propria moeda e não os do observador.—P. 171, *A Numismatica na Austria durante o sec.* XIX, por Ernst (a proposito cita-se uma conferencia do Dr. Rigghauer sobre o progresso que a Numismatica e as collecções numismaticas, em relação á antiguidade e á idade-media, tiveram no sec. XIX em todos os paises). O. A. divide o seu trabalho em duas secções: 1) Litteratura numismatica; 2) Collecções.—P. 245, *Novas falsificações de moedas do imperador romano Claudio II*, por Markl.

J. L. de V.

EXPEDIENTE

O Archeologo Português publicar-se-ha mensalmente. Cada número será sempre ou quasi sempre illustrado, e não conterá menos de 16 paginas in-8.º, podendo, quando a affluencia dos assumptos o exigir, conter 32 paginas, sem que por isso o preço augmente.

PREÇO DA ASSIGNATURA

(Pagamento adeantado)

Anno.....	1$500 réis.
Semestre	750 »
Numero avulso.....	160 »

Estabelecendo este modico preço, julgamos facilitar a propaganda das sciencias archeologicas entre nós.

Toda a correspondencia á cêrca da parte litteraria d'esta revista deverá ser dirigida a **J. Leite de Vasconcellos**, para a Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Toda a correspondencia respectiva a compras e assignaturas deverá, acompanhada da importancia em carta registada ou em vales de correio, ser dirigida a **Manoel Joaquim de Campos**, Museu Ethnologico, Belem (Lisboa), séde da administração.

Á venda nas principaes livrarias de Lisboa, Porto e Coimbra.

VOL. XII SETEMBRO A DEZEMBRO 1907 N.os 9 A 12

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLLECÇÃO ILLUSTRADA DE MATERIAES E NOTICIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

PREHISTORIA — EPIGRAPHIA

NUMISMATICA — ARTE ANTIGA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1907

SUMMARIO

O Castro de Sacoias: 257.

Moeda inedita de 2 cruzados de 1646: 271.

Estela sepulcral arcaica do Alto-Minho: 275.

O Couto e Mosteiro de Vairão: 281.

Medalha commemorativa do casamento do Infante D. João, depois D. João VI, com D. Carlota Joaquina de Bourbon, e do da Infanta portuguesa D. Mariana Victoria com D. Gabriel de Hespanha: 289.

Antigualhas trasmontanas: 307.

O castello de Braga em 1642: 310.

A sorte dos questionarios archeologicos: 313.

O vintem de «Philippvs I», Rei de Portugal: 317.

Estações prehistoricas dos arredores de Setubal: 320.

Exploitation souterraine du silex à Campolide, aux temps néolithiques: 338.

Acquisições do Museu Ethnologico Português: 342.

Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Archeologia: 350.

Notícia archeologica: 352.

Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães: 355.

Necrologia: 362.

Sepultura romana: 367.

Onomastico medieval português: 368.

Bibliographia: 375.

Registo bibliographico das permutas: 383.

Este fasciculo vae illustrado com 51 estampas.

ERRATA

(Fasc. n.os 9 a 12, do vol. XII d-*O Arch. Port.*)

Emende-se a pag. 276, nota 3, penultima linha, *não* em *sâo* (para se ler *são vulgares*).

Emende-se a pag. 281, linha 2.ª, *momento* em *monumento*.

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XII SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1907 N.os 9 A 12

O Castro de Sacoias

Ao oriente de Bragança, de onde dista 10 kilometros, em terreno levemente declivoso, voltado ao nascente, entre duas linhas de agua apenas vivas na estação das chuvas, affluentes do pequeno ribeiro de Igrejas, que lhe corre a 1 kilometro de distancia e desagua no Sabôr em Gimonde, está situada a povoação de Sacoias com os seus quarenta e cinco fogos, annexa da freguesia de Baçal, e não da de Meixedo, como traz o *Portugal Antigo e Moderno*.

Antes do actual arredondamento das freguesias, decretado pelo systema constitucional, o seu parocho, com o titulo de «cura», era da apresentação do abbade de Meixedo; mas nem sempre assim foi, porque das *Inquirições* consta serem os moradores de Sacoias os que o apresentavam: «Villa de Soquois est foraria domini regis et ecclesia ipsius villa stat in hereditate foraria... Et homines de ipsa villa qui sunt forarij domini regis abbadant ipsam Ecclesiam qui sic habent de consuetudine [1]».

O *Portugal Antigo e Moderno,* guiado pelo *Portugal Sacro-Profano,* diz que o cura de Sacoias em 1757 tinha 7$000 réis de congrua e o pé de altar, mas este arbitramento foi posteriormente alterado, como se vê por uma sentença dada em Bragança, a 29 de Junho de 1799, pelo Vigario Geral e Juiz dos Residuos e Casamentos, Dr. Caetano José Saraiva, abbade reservatario de Montouto, transcrita nos livros do archivo d'esta freguesia.

[1] *Inquisitiones* de D. Affonso III, livro II. Livro das Inquirições da Beira e Alem-Douro mandadas tirar por el-rei D. Dinis em 1290.

Segundo essa sentença os curas de Sacoias, Varge e Avelleda, todos da apresentação do abbade de Meixedo, foram alfim, depois de muitas reclamações, attendidos na sua pretensão de aumento de congrua, que subiu para cada um a 10$000 réis em dinheiro, 36 alqueires de pão e 4 1/2 almudes de vinho, paga uma terça pela Real Capella de Villa Viçosa e as outras duas pelo abbade de Meixedo.

Não devem ter razão os que derivam o etymo de Sacoias de *saco* ou *saque*[1], pois, ao que entendo, deve provir, como o de tantas outras povoações d'estes sitios, do nome arabe proprio de homem *Zacoi* ou *Zacoy*, vulgar no sec. X[2]. Damião de Goes[3] menciona um xeque de Moçambique com o nome de *Çacoeia*, que visitou Vasco da Gama quando ia ao descobrimento da India. Tambem o onomastico local dá algo que rescende a arabe, como *Xara* e *Babão*, sitios do seu termo[4].

Sacoias que tão nobilitarios pergaminhos archeologicos conta em sua cellula-mãe, o castro romano de que abaixo fallaremos, continuou ainda durante muitos annos de monarchia portuguesa a ostentar documentos da sua importancia.

Assim numa casa particular encontrei uma bulla de pergaminho, dada em Roma aos 22 de Junho de 1563, que permittia erigir uma confraria do Santissimo Corpo de Nosso Senhor Jesus Christo na igreja de S. Sebastião do logar de *Caquoias* ou *Quaquoias*, que com esta variedade de graphia o menciona.

É de saber que hoje não ha memoria de tal confraria nem igreja; presumo que esta ficaria no meio do povo, no sitio onde está agora o tanque de cantaria e fonte de arco, obras feitas em 1898 a expensas do povo, que conduziu a agua de uma distancia de 400 metros por canalização de chumbo, agora em via de substituição por outra de ferro zincado, por causa do irregular funccionamento d'aquella. Pois nesse sitio appareceu grande quantidade de ossos humanos, de cuja inhumação não havia memoria, e nelle existia uma cruz de madeira; como é sabido, os canones mandam levantar esses symbolos nos logares das igrejas e capellas arrasadas.

Esta igreja de S. Sebastião seria a que depois um documento da Camara Municipal de Bragança chama «do Santissimo Sacramento», talvez do nome da confraria nella erecta. Este documento é de Agosto

---

[1] José Henriques Pinheiro, *Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga*, p. 72.

[2] *Port. Mon. Hist.*, documentos 40, 113, 290.

[3] *Chronica de D. Manoel*, parte I, cap. XXXVII.

[4] Fr. João da Cruz, *Vestigios da lingua arabica em Portugal.*

de 1697, e contém o registo do diploma de um *manposteiro* nomeado para essa igreja [1].

Tambem na mesma camara se encontra registado o seguinte alvará: «Eu o principe como regente e governador dos Reinos de Portugal e Algarves. Faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito ao que por sua petição me representaram os moradores do logar de Sacoias termo da cidade de Bragança pedindo-me lhe concedesse licença para se fazer livremente feira naquelle logar no dia que se celebra a festa no dia de Nossa Senhora da Assumpção em 15 dias do mez de Agosto aonde havia grande concurso de gente assim deste reino como de Castella e Galliza pelos muitos milagres que a Senhora tem feito e de continuo faz e visto o que ellegam..... hei por bem e me praz que possam fazer feira somente no dia de Nossa Senhora da Assumpção..... Lisboa 6 de Março de 1669» [2].

Quanto aos milagres, ainda hoje entre os Sacoienses vigora firme a crença de que nos partos laboriosos o manto da Virgem da Assumpção lançado por cima das parturientes é de effeitos rapidos, crença que porém tem diversas ramificações ethnicas e origem pre-christã.

A feira cain em desuso; hoje não ha memoria d'ella, embora a festa da padroeira seja muito concorrida ainda no seu dia, a 15 de Agosto.

A lenda referida por Pinho Leal relativa a tocarem-se espontaneamente os sinos da igreja de Sacoias no 1.º de Dezembro de 1640, ainda que hajamos de a despojar de toda a sua importancia miraculosa [3], mostra pelo menos o enthusiasmo patriotico com que esta boa gente acolheu aquelle fausto acontecimento.

Ao norte, e a 500 metros do povo de Sacoias, eleva-se o seu castro, assaz conhecido na litteratura archeologica [4] e por isso nos dispensa descrição especial. Aos objectos archeologicos referentes a este castro e constantes dos logares citados, vamos agora juntar mais alguns.

---

[1] *Registo Maior* da Camara de Bragança, n.º 1, fl. 167.

[2] *Registo* da Camara de Bragança, fl. 4 *v.*

[3] Vid. Fr. Benito Feijó, *Suplemento de el Theatro Critico,* Madrid 1746, t. IX, p. 200, onde se apontam factos identicos, que a judiciosa critica do sabio beneditino repulsou para o país das lendas.

[4] *Revista Archeologica e Historica,* 1887, p. 92; *Revista de Guimarães,* 1889, V, p. 88; José Henriques Pinheiro, *Estudo da estrada romana de Braga a Astorga,* pp. 68 a 72 (as tres lapides ahi apontadas, e descritas depois por Hübner, *Supplementum 7 H. L.,* n.os 903, 5619 e 5420, foram por mim indicadas a Pinheiro e por meu intermedio estão hoje no Museu de Bragança); Albino dos Santos Pereira Lopo, *Bragança e Banquerença,* p. 54; *O Arch. Port.,* I, 313; IV, 47 e 155 e V, 79; J. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania,* II, 65 e 331.

Muitas vezes, ao ficar-me longas horas a scismar sobre o passado d'aquellas ruinas, a reconstituir na mente a vida do povo *late rex* que alli deixou tão abundantes vestigios, tinha sentido a falta de algum symbolo notavel do culto catholico que as santificasse, e mais de uma vez na catechese aos meus parochianos de Sacoias os tinha exhortado a levantarem, ao menos, uma modesta capella naquelle local veneravel pelos vestigios e tradições dos seus maiores, sempre pensando commigo que a christã que já alli existira se teria assentado orgulhosa, vencedora, sobre o *fanum* proscrito, como é sabido, certo que algo de importante devia encontrar, como me succedeu noutra no termo de Travancas, concelho de Chaves, quando nos annos que fui parocho em Mairos (1890–1896) consegui que o povo levantasse, numas ruinas cheias de poeticas lendas e tradições, a capellazinha do Senhor dos Afflictos, desde logo muito venerada e concorrida de romeiros no dia da sua festa; tanto revive atavicamente no povo o sentimento dos *loca sacra!* Ahi, por essa occasião, nas excavações encontrei varias reliquias da civilização romana que brevemente descreverei.

Em 1904, ao ler e explicar aos Sacoienses a notavel *Exhortação Pastoral sobre o Jubileu da Definição do Dogma da Conceição Immaculada da Virgem Santissima,* do egregio Bispo de Bragança, D. José Alves de Mariz, relembrei-lhes o que tantas vezes tinha dito, animei-os a commemorarem aquelle fausto acontecimento no mundo catholico com a erecção de um templo á Virgem. Foram alfim attendidas as minhas pretensões, e para logo o povo se deitou a trabalhar, carreando materiaes, abrindo vallas no lombeiro do Castro: o templo foi construido, a sua inauguração solemne fez-se a 4 de Junho de 1905, e com tanta sorte se andou que, sem haver noticia precisa do local onde fôra o primitivo já christão, talvez construido sobre as ruinas do antigo pagão que alli deve ter existido, fomos collocá-lo mesmo em cima d'elle, pois descobrimos os seus alicerces muito abaixo da superficie do terreno que andava entregue á cultura cerealifera.

Estes alicerces deviam pertencer àquella igreja de que fala Pinho Leal[1], que diz, baseado na tradição, ser antiquissima, ascendendo a sua construcção aos Godos, e sendo depois convertida em mesquita mourisca, pois a mesma tradição refere que a matriz actual, situada no meio do povo, foi construida haverá dois seculos, com os materiaes da do Castro. E a capella onde, segundo o mesmo autor, situada no povo, se conservava o Santissimo, seria a de S. Sebastião, já mencionada.

---

[1] *Portugal Antigo e Moderno,* artigo «Sacoias».

É porém de saber que a matriz actual nada contém que nos faça ascender a tão alta antiguidade. Apenas apresenta com taes ou quaes visos de notabilidade architetonica o portal e o frontispicio: este é todo de granito lavrado, assente á fiada, e aquelle de verga ou padieira direita, assentada horizontalmente sobre as hombreiras desprovidas de qualquer ornato, bem como a verga que está protegida ou encaixada numa especie de arco tão abatido que parece mesmo horizontal, apenas ao longo do friso corre um ornato em grosso zigue-zague. Ladeiam o portal (vid. fig. 1.ª) quatro columnas de granito, duas de cada lado, retorcidas em seis espiraes, encimadas por uns capiteis que arremedam os corinthios apenas nas grandes volutas, mas não tem as outras que tanto embellezam esta ordem architetonica, nem os renques das folhas de acantho e respectivos caulículos, nem o florão, ou melhor, tem um ornato a pretender substitui-lo, que é uma copia das grandes volutas dos angulos. O abaco é ornado por dois filetes. Os capiteis assentam directamente sobre os fustes desprovidos de colarete, o que lhes dá um aspecto achachapado pouco agradavel. Para fazerem concordar os capiteis de configuração rectangular com o cylindrico das columnas, chanfraram-os junto á base, que adelgaçaram convenientemente, cobrindo-a de caneluras. Encima tudo isto um largo frontão em semicirculo, aberto ao alto, no meio do qual um nicho, em fórma de concha, contém a imagem de pedra da padroeira, N. S. da Assumpção. Na verga d'este portal lê-se: AN 1668 NOS que seria quando se levantou a igreja com os materiaes da do Castro, como refere a tradição; depois, talvez para indicar obra posterior, abriram sobre o segundo algarismo um 7 e sobre os seguintes respectivamente 9 e 1, que dá 1791. Tambem nas costas do retabulo do altar-mór, atrás do camarim da padroeira, ha este letreiro:

Fig. 1.ª — Frontispicio da igreja de Sacoias (1905)

SENDO ABADE O Rd. FRANCISCO GIL ANNO 1724.

Este abbade não o foi propriamente de Sacoias, mas sim de Meixedo, a cuja freguesia pertencia o padroado d'aquella, e por isso era obrigado ás obras da capella-mór. D'elle se lembram os nossos diccionaristas bio-bibliographicos sem indicarem o dia e anno da sua morte, que teve logar a 17 de outubro de 1739, como se lê na sua campa na capella-mór da matriz de Meixedo e respectivo assento de obito nos livros do registo parochial, e até protrahindo o anno em que tomou posse da freguesia, que collocam em 1730[1], pois desde 1717 por deante consta nos livros do archivo parochial de Meixedo, a sua existencia como parocho. Cumpre-me aqui agradecer ao muito illustrado Manoel Antonio Rodrigues, actual abbade de Meixedo, a boa vontade com que me facilitou nos respectivos livros do archivo da sua igreja estas investigações, que auxiliou com o seu muito saber e zelo inexcedivel por estas cousas.

A igreja tem ainda como digno de menção o retabulo do altar-mór, de alto relevo, de madeira: consta de quatro columnas, duas de cada lado, retorcidas, carregadas de folhagem de videira com uvas e aves depenicando nellas. Por cima d'este corpo de construcção quis-se sobrepôr outra ordem architetonica, e, para abreviar ou antes obedecer ao estylo da epoca, assentaram sobre as architraves que ligam as columnas as taes quartellas caracteristicas das construcções dos seculos XVII e XVIII, ditas estilo dos jesuitas.

Vemos, pois, que a actual matriz de Sacoias, construida com os materiaes da do castro, nada conserva que mostre a antiguidade que lhe querem dar. Encontro porém nella um ornato que muito me tem prendido a attenção: é uma fórma de *suastica* de que ha quatro exemplares: dois nas bases das columnas do altar-mór, e outros dois ao meio dos fustes das de um altar lateral, á esquerda de quem entra. Estes ornatos, semelhantes ao tetrasceles e trisceles da Citania[2], não sendo, como não são evidentemente, adaptados de obra anterior, excluem a supposição de uma alta antiguidade; e, comquanto a sua genese se filie numa civilização preponderante, dita mycenia, como depois foi a romana, apenas demonstram a supervivencia d'este symbolo pelas idades futuras[3], se é que originariamente o *suastica* não traduz, como parece, os liniamentos principaes de uma flor a desabrochar, como o cone truncado e entumescido em que, os que aqui aponto, estão insculpidos, deixam suppôr.

---

[1] *Portugal, Diccionario Historico,* artigo «Gil».

[2] *Portugalia,* t. I, fasc. I, p. 6 e sgs.

[3] *Revista Archeologica,* II, 63.

Baseados nos mesmos motivos ornamentologicos, encontrei similares fórmas de *suastica* nas almofadas da porta lateral da igreja de Montezinho, freguesia de França, e nos fustes das columnas de um altar lateral á esquerda de quem entra, na igreja de Meixedo, tudo no concelho de Bragança.

*

Já atrás nos referimos a tres inscripções lapidares encontradas no Castro de Sacoias, cabendo agora aqui advertir que as divergencias que se notam no texto de uma d'ellas dado por Pinheiro e Hübner, do qual a verdadeira lição é a d-*O Arch. Port.*, v, 79, procedem de não se poderem ver todas as letras, quando o primeiro a copiou originariamente e a divulgou, por estar a lapide mettida numa parede, vindo só a completar-se o texto quando ella foi para o Museu de Bragança.

Accrescem a estas mais as seguintes:

RIF
LXST

Está na casa de José Accacio Vidal, em Sacoias, e serve de hombreira na boca de um forno. Pedra tosca, de granito grosseiro, apenas lavrada na parte da inscripção, contida num quadrilatero rebaixado na lapide. A parte superior da lapide foi partida para a adaptarem á nova serventia, bem como a direita que chanfraram convexamente para o mesmo fim. Nem abaixo das duas carreiras de letras que apresento, nem entre ellas, cabe espaço para mais, devendo portanto suppôr-se que as que faltam para completar as fórmulas, em taes casos usadas, e nomes estavam nas partes quebradas.

Altura da lapide 0^{m},41, largura 0^{m},25, espessura 0,^{m}13. Letras irregulares, de altura variavel, em media 0^{m},04. Estas dimensões não serão rigorosamente exactas, por a situação da pedra não consentir tirá-las melhor.

Como se vê, trata-se de uma lapide romana funeraria; falta nella, pelo menos, o nome do defunto cuja memoria perpetuava; apenas indica que era filho (ou filha)[1] de um individuo que faria o genitivo do

[1] F$\begin{cases}(ilius).\\(ilia).\end{cases}$

seu nome em RI, o qual tinha 60 annos de idade, e os sobreviventes desejam-lhe o S(*it*) T(*ibi terra levis*).

Tambem no mesmo castro appareceu outra lapide de granito, que fiz transportar para o Museu Municipal de Bragança; divisam-se-lhe ainda vestigios de letras, mas tão apagados, que ainda não foi possivel decifrá-la.

Numa parede da casa de Manoel Gonçalves, de Sacoias, encontra-se a parte superior de outra lapide de granito, tambem funeraria. Contém por baixo de um ornato rosaceo as letras

D. M.

iniciaes da bem conhecida fórmula da epigraphia romana D(*iis*) M(*anibus*). Veio do mesmo castro, bem como uma que serve de lareira em casa de José Vinhas e outra na de Alexandrina Pinella, que apenas conservam duas letras nas extremidades, havendo sido as restantes comidas pelo fogo. São ambas de granito; e de igual materia era outra encontrada no mesmo sitio por João Pinello, que a esmagou para metter no lastro de um forno, sem veneração pelas muitas letras que tinha! Que os deuses manes o persigam, bem como a todos os selvagens que praticam tão horrendos crimes!

*

Vamos agora dar uma resumida noticia do espolio archeologico mais importante encontrado no Castro de Sacoias, por occasião das escavações para a erecção da nova igreja. Consta do seguinte:

Um gancho de cobre (fig. 2.ª) que teria identico uso ao dos actuaes alfinetes de segurança. Tem de comprimento 0^{m},094. A cabeça é constituida por delgada laminazinha em cuja base, já no corpo do alfinete, existe um orificio, o que gera a suspeita de haver pertencido tal objecto ao fusilhão de alguma fibula;

Uma conta de pedra, em fórma de disco espesso, analoga aos cossoiros que tem apparecido em varias estações prehistoricas. Tem de diametro proximamente 0^{m},033;

Uma *mola manuaria,* a tal mó castreja, e fragmentos distinctos de outras cinco. Tambem já ha annos mandei para o Museu de Bragança outra encontrada neste local. O *catillus* (ou melhor «andadeira», pois aquelle nome não corresponde ao objecto similar que Rich e Cagnat nos apontam nos respectivos diccionarios), de que só appareceu parte, tem de espessura media 0^{m}.08 e mostra metade do orificio por onde caía o grão e outro orificio, junto ao disco, onde devia entrar a mani-

vela que servia para lhe imprimir movimento rotativo. A dormente tem ainda um orificio no centro, que a atravessa toda, d'onde devia sair o eixo, que entraria na segurelha adaptada á parte debaixo da andadeira, e serviria para a conservar a igual distancia d'esta, não a deixando escapar no seu movimento giratorio. Fica por tanto liquidado que neste systema de trituração, usado pelos Sacoienses, o movimento giratorio era imprimido com a mão sobre o pinasio ou manivela que entrava no orificio junto á face do disco.

É notavel a sobrevivencia da mola castreja, cujo typo se desvia muito do classico romano e não é caracteristica da civilização d'este povo.

Muitos foraes dados por el-rei D. Manoel, como os de Anciães, Bragança, Moncorvo, Mirandella e outros, deixam suppor que ella ainda então aqui funccionava. Assim lemos, por exemplo, no de Mirandella dado em 1512, visto com elle concordarem os mais, debaixo da rubrica «moos», ao tratar dos direitos da portagem: «E de moos »de barbeiro dous reaes e das de moinhos ou atafonas quatro reaes »e de casca ou azeite seis reaes. E por mos de mão pera paã ou »mostarda hum reall».

É evidente, pois, que coexistiu nestes sitios, com o moinho de maiores proporções ou atafona, talvez similar á mola romana do typo classico de Rich, a pequena mó manuaria, simples modificação para faceis e commodos usos caseiros, em que se aproveitavam até as forças das crianças, das mulheres, nas intermittencias do labor domestico, e mesmo as dos homens nas longas noites de inverno.

Visitando ha pouco as importantes ruinas da villa de Anciães, despovoada no sec. XVIII, encontrei alli algumas mós do typo castrejo, que denotavam largo uso, e outras esboçadas apenas a indicar fabrica d'ellas.

E já que fallei em Anciães, seja-me licito levantar aqui um brado contra o desleixo bem caracteristicamente portugnês que alli impera.

Não fallo da incuria ou ignorancia dos chorographos, ainda os mais recentes, que nos dão aquella antiga villa do districto de Bragança como povoada, sendo que ha mais de um seculo que alli não vive ninguem, mas da criminosa indifferença de quem, devendo olhar para estas cousas, deixa aniquilar, pela selvajaria do nosso povo, aquella veneranda reliquia, que noutra nação que tivesse verdadeiras noções estheticas, culto pela arte, ha muito teria sido declarada monumento nacional. Ali desfazem o tempo e o homem, ainda mais destruidor, um templo que devia ser uma belleza architectonica. As suas paredes cobertas de inscripções em typo monachal ou allemão, algumas das

quaes nos dá Cardoso, mas mal copiadas, e siglas dos canteiros, estão ainda em pé, graças á solidez da construcção e bom apparelho do granito, grande cantaria, assentado á fiada, apesar de haver muitos annos que o telhado as desguarneceu por completo.

Tem esta igreja (refiro-me á que está dentro do recinto das muralhas, pois fóra d'estas ha outra) duas portas lateraes em semicirculo, com a archivolta muito ornamentada, e em cada uma d'ellas um tympano com um ornato completamente vasado, furado de lado a lado, a imitar a cruz dos templarios, a qual encontrei gravada em relevo em varias pedras espalhadas pelo chão, que indicavam haverem servido de corucheus.

É sabido que no principio a cruz de Malta e a dos templarios se confundiam no feitio, distinguindo-se apenas nas côres [1]; mas, não mencionando este diligente investigador nem Frei Lucas de Santa Catharina [2], bens alguns pertencentes na propria villa de Anciães á ordem de Malta, que os possuia perto d'alli, como elles apontam e o onomastico ainda hoje indica, —Mógo de Malta ou seja Marco de Malta— e, dizendo-nos por outro lado Carvalho da Costa, na sua *Chorographia* e a lista das commendas que vem no fim dos *Estatutos dos Cavalleiros e Freires da Ordem de Christo,* que esta igreja e a dos extramuros eram cabeças de duas commendas d'esta ordem, á qual passaram os bens dos templarios, não será despropositada a classificação que damos ás ditas cruzes.

Mas, o que sobretudo encanta é a porta principal, soberbo trecho de estilo romanico. como haverá poucos em Portugal, dos secs. XII a XIII e posterior sem duvida entre nós, dada a lentitude com que sempre acompanhamos as evoluções da arte. É um semicirculo de cinco archi-voltas profusamente ornamentadas com folhagens, caras grotescas e animaes symbolicos, que repousam sobre oito columnas, quatro por cada lado, as quaes já não existem! Que os que velam pelos monumentos nacionaes acudam a este, pois se não

.....correm
Póde ser que não achem quem soccorrem.

O tympano d'esta porta, tudo de granito, é um baixo relevo que representa diversas personagens biblicas. Por dentro da igreja, junto

---

[1] José Anastacio de Figueiredo Ribeiro, *Hist. da Ordem do Hospital,* parte I, §§ XIX e XX.

[2] *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta.*

ao cimo das paredes, corre por cada lado uma larga faixa, constituida por um ornato entrelaçado deveras elegante.

Ha junto a ella um recinto vedado por alto muro, tambem sem cobertura, sarcophago de alguma familia illustre, pois, nos quatro ou cinco arcos em ogiva de lanceta, que comporta, mettidos nas paredes, vêem-se compridas pias de granito, cavadas trapezoidalmente, com a configuração da parte superior do tronco humano, hombros e cabeça, na orientação nascente-poente, e para este lado a cabeça. Identica a estas sepulturas vi mais tres a sul e perto da outra igreja extramuros, mas são cavadas na rocha firme.

Mas deixemos tantas e tão poeticas ruinas, que fazem dó e estão clamando pelos olhos de ver de quem tem corregimento d'estas cousas; ahi fica o nosso grito de rebate, chamando ao mesmo tempo a attenção para ellas dos que exploram gananciosamente a photogravura em bilhetes postaes illustrados, o que seria um modo facil de as vulgarizar, contribuindo de passo para educar esthetica e civicamente o nosso povo. Ah! como seria interessante uma serie de postaes que comprehendessem os trechos principaes e caracteristicos dos variados monumentos que existem desprezados pelo nosso districto!

Tornemos ao Castro de Sacoias.

Appareceu mais uma figura de bronze que representa um cavallo. É de diminutas proporções (0^{m},03 de comprimento) e de estilo rudimentar. Vid. fig. 3.ª As pernas e mãos apresentam-se compactas, sem vestigio algum que figure separadamente estes membros, d'onde vem semelhar a parte anterior uma cauda de peixe, comquanto a posterior seja bem de cavallo. Falta-lhe parte do focinho e da cauda, por fractura na occasião de ser encontrado. A orelha direita não mantem proporção com a esquerda: é menor, mas parece que já sairam ambas assim das mãos do artista.

Esta figurinha devemos aproximá-la do bezerrinho de bronze que está na Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, de que aqui se deu gravura [1], e teriam ambas destinos identicos de ex-votos ou symbolos cultuaes [2].

Tambem numa sepultura pertencente á classe das chamadas *cistas* [3] formada por pedras schistosas da região, sem apparelho algum, postas de cutelo, orientada nascente-poente, ainda intacta, mas tão corroidos os ossos que se desfaziam mal se lhe tocava, appareceu um anel de

---

[1] *O Arch. Port.*, I, 313.

[2] J. L. de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, II, 283 sgs.

[3] Id., *Ibid.*, I, 308.

bronze constituido por delgada e singela lamina despida de ornatos. A sua secção externa convexa é internamente apurada em aresta muito pronunciada, sem duvida para facilitar a segurança nos dedos. A lamina não apresenta diametro perfeitamente igual, talvez devido á acção do tempo. Fig. 4.ª

Fig. 4.ª

É de notar que ossos humanos, mas sem condições de se prestarem a estudos anthropologicos, por se desfazerem mal se lhes tocava, appareceram em grande quantidade em varios sitios onde se fizeram escavações, afastando a hypothese de seus moradores haverem usado a incineração.

Ceramica:

Fragmentos de louça vermelha do typo arretino, tambem chamado saguntino, vulgar nas estações archaicas dos primeiros seculos da era

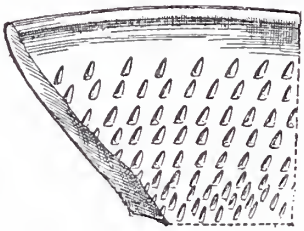


Fig. 5.ª

Fig. 6.ª

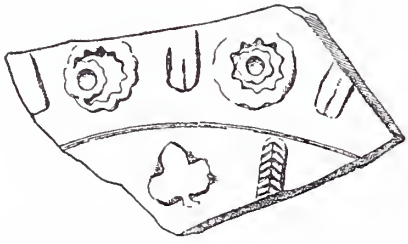


Fig. 7.ª

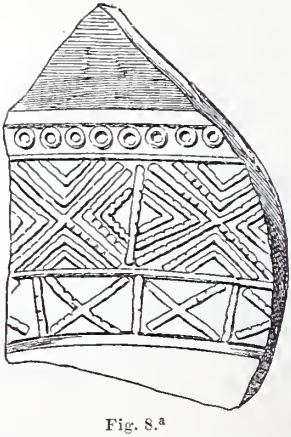


Fig. 8.ª

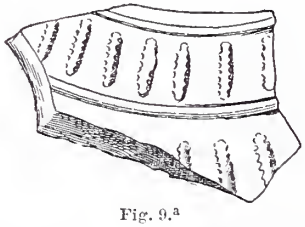


Fig. 9.ª

christã, notavel pela finura e homogeneidade das pastas, perfeição do fabrico e superioridade do verniz que os reveste, cujo processo da

composição ainda hoje é segredo, a despeito das tentativas dos chimicos feitas para o descobrir. Esta louça é ainda notavel pela elegancia dos ornatos, incisos num fragmento de bocal de vaso grande, e em relevo no bojo de outros menores, infelizmente todos irreconstituiveis, que apenas nos mostram oito typos de ornamentação diversa; figs. 5.ª a 9.ª

Não estando ainda bem estudada esta unidade fictil entre nós, e faltando a estes fragmentos as marcas dos oleiros, apenas os motivos ornamentologicos trarão alguns elementos para determinar a proceden-

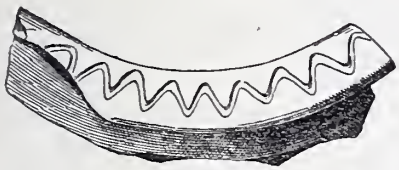


Fig. 10.ª

Fig. 11.ª

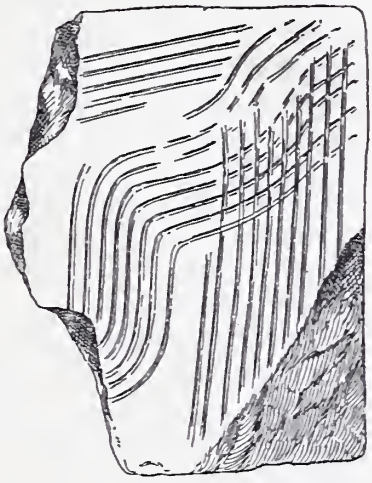


Fig. 12.ª

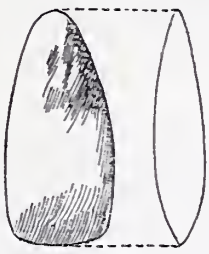


Fig. 13.ª

cia d'este typo ceramico, originario de Arretium, d'onde se espalhou por todo o imperio romano dois seculos antes da era christã, havendo até outros centros de producção como Tarraco entre nós.

Typo de louça cinzenta. Fragmentos de vasos notaveis pela sua pouca espessura, finura, homogeneidade e dureza das pastas.

Não tem ornatos.

Typo de louça vermelha. É enorme a quantidade de fragmentos d'esta louça, que no Castro de Sacoias se encontra a cada passo mesmo

á superficie da terra, grosseiros, cheios de volumosos grãos de quartzo, de paredes muito espessas, alguns chegam a 0m,026, duros, de ornatos geometricos incisos, grosseira e irregularmente, na parte superior junto aos bocaes; figs. 10.ª e 11.ª Infelizmente nenhum vaso encontrámos completo, se bem que haja noticia de haverem apparecido muitos quando o Castro andou entregue á cultura vinicola, porque os trabalhadores os quebravam na persuasão de encontrar o ouro nelles *encantado* pelos Mouros.

Parte notavel de um tejolo *(later)* de 0m,065 de espessura media, de barro vermelho, cheio de grossos grãos de quartzo, cozido a fogo.

Uma das suas superficies é ornamentada com sulcos parallelos no sentido da largura e altura (10 naquella por 5 nesta); fig. 12.ª

O todo devia ser de configuração triangular, ou pelo menos trapezoidea, a julgar pelos traços do lado que resta, pois não caem verticalmente, mas de modo a formar com os correspondentes angulo agudo. Aos vertices dos angulos assim formados pelos sulcos veem dar outros que ornamentam, em parallelismos de linhas quebradas e curvas, a superficie do tejolo.

Muitos fragmentos de telha e entre elles tres tegulas bastante grandes, planas com rebordos e chanfros nos topos extremos, de pastas grosseiras com quartzo [1]. Dois d'elles muito bem cozidos, apresentam uniforme côr vermelha viva um e o outro amarella desmaiada, e duas camadas de côr variavel o terceiro na secção, a indicar a irregularidade da cozedura.

Seis pesos de tear de pedra schistosa.

*

Como o Castro de Sacoias tem estado entregue actualmente á cultura cerealifica e ao vinhedo antes da invasão phylloxerica, sendo portanto as suas camadas intensamente revolvidas já pelas surribas já pela praga dos sonhadores de thesouros, não é possivel precisar, pela collocação dos objectos nas camadas respectivas, a ordem chronologica das civilizações que por elle passaram, nem mesmo se os objectos, que vamos descrever, ali encontrados pertenceram a seus moradores, o que o collocaria na classe dos castros mistos [2], ou foram posteriormente para lá importados.

---

[1] [Conviria annotar se são trapezoidaes ou não—F. A. P.].

[2] J. L. de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, I, 32.

Fig. 2.ª

Fig. 3.ª

ESCALA $\frac{1}{1}$

Eis esses objectos, pertencentes á civilização prehistorica, unicos documentos d'ella até hoje encontrados no Castro de Sacoias:

Um machadinho muito bem polido, de fibrolithe, com manchas pretas, de secção circular. O seu todo semelha um cone no qual a base foi substituida por um gume, motivado por duas chanfraduras resultantes da frieção sobre uma pedra de amolar, o que lhe dá um achatamento ligeiramente convexo. Tem de comprimento 0m,031, de largura na base 0m,013 e de espessura maxima 0m,008; fig. 13.ª

Outro machado de pedra. Tem a fórma rectangular modificada convexamente nos dois lados que produziram o gume de secção circular, por desbastamento feito anterior e posteriormente em toda a sua extensão. No outro extremo opposto ao do gume, e num dos lados, notam-se-lhe falhas produzidas por fractura no acto de ser encontrado. Tambem supponho que serão devidas ás guinchas do operario que o desenterrou duas estrias ou sulcos, que numa das faces do gume semelham esta figura; fig. 14.ª

Fig. 14.ª

Tem de comprimento 0m,13 e de largura variavel entre 0m,034 e 0m,041.

Viria agora a proposito fallar nas còvinhas (*fossettes*), da grande pedra schistosa que cobre a fonte do povo, em Baçal, proveniente tambem das immediações do Castro de Sacoias, mas noutra occasião o faremos.

Baçal, Julho de 1907.

P.e Francisco Manoel Alves.

Moeda inedita de 2 cruzados de 1646

Nos dias 3 a 7 de Setembro de 1896 visitámos, em Zürich, os medalheiros de Julius Meili [1].

Sinceramente confessamos que nos cinco dias, apesar de bem aproveitados, não pôde ser comprehendido o exame attento e a apreciação completa das medalhas, moedas, condecorações, e notas fiduciarias do Brasil e das moedas, medalhas, papel moeda, contos para contar, senhas, pesos e veronicas de Portugal. Maravilha a contemplação de qual-

---

[1] Falleceu a 26 de Setembro do corrente anno. Na obra que temos em preparação, *Iconographia Monetaria de Diu*, será particularizada a biographia do illustre extincto e mencionada a resenha dos notaveis livros que publicou, visto que tal obra é dedicada á memoria d'elle.

quer das collecções; que o attestem, entre outros visitantes, os Srs. José Leite de Vasconcellos e Antonio Pedro de Andrade. Parece-nos que a verba de 60 contos de réis não corresponderia hoje ao valor commercial de todo o material colleccionado.

Entre varios desenhos de moedas portuguesas ineditas, que então obtivemos, sobresae a figura de um exemplar de 2 cruzados de D. João IV, a qual Frau Nina Meili-Schiffmann se dignou executar. Vae aqui reproduzida.

AV

⁘ IOANNES IIII D G REX PORTUGA. Armas de Portugal no campo. Na orla granitos.

℟. — ⁘ IN ◦ HOC ◦ SIGNO (◦ V)INCES. Cruz de S. Jorge, com um ponto no centro, cantonada pelo millesimo 1 · – 6 · – 4 · – 6 · dentro de um circulo de granitos, igual ao que acompanha a orla. Ouro de 22 quilates, ou 916 millesimos. Peso escasso de 5^{gr},95, ou 119 grãos. Diametro de 26 millimetros.

Nota-se que está collocado um ponto á direita de cada algarismo. Esta estranha pontuação que significaria naquella epoca? Hoje não a comprehendemos. Embaraça-nos esta novidade ornamental, ainda não vista. Não se relaciona com o caso expresso na moeda de 4 cruzados de 1642, de cujo desenho e estudo nos occupámos em artigo inserto n-*O Arch. Port.*, IX, 102 a 110, gravura em pleno texto de p. 103. Para presumir-se a existencia de grupos de cinco pontos em cada angulo da cruz, primitivamente gravados, faltam vestigios de quatro unidades d'esses grupos, as quaes não podiam ser occultas pelos corpos dos algarismos. Póde ser que no futuro se descubra o porquê d'esta novidade fantastica.

Pela primeira vez se exhibe, como julgamos, uma moeda de 2 cruzados de D. João IV com a feição intacta, isto é, não sobrecarregada com a marca da contrastaria, a esfera armillar coroada, ou contramarcas valorizadoras, como vemos no exemplar figurado no n.º 2 da est. XXX de Teixeira de Aragão.

A moeda de ouro do tempo de D. João IV soffreu modificações no valor. Os mappas seguintes demonstram a melhoria que competiu

ao padrão de 2 cruzados desde o anno de 1642 até o de 1668, e dizem como se desenvolveu a alta do preço do ouro durante o mesmo periodo, em cujo limite a veremos elevada até 75 %

Diplomas regios (*a*)	Valores da moeda de 2 cruzados com o peso de 123 grãos		
	O primitivo — Reaes	Os posteriores — Reaes	Aumentos progressivos — Reaes
Alvará de 27 de Março de 1641....	800	–	–
Decreto de 29 de Março de 1642....	–	1$500	700
Alvará de 19 de Maio de 1646....	–	1$250	250
Lei de 20 de Novembro de 1662....	–	2$000	250
Alvará de 12 de Abril de 1668....	–	2$200	200
Total dos aumentos progressivos.....			1$400

Diplomas regios (*a*)	Valores do marco de ouro amoedado		
	O primitivo Ouro de 22 1/8 quilates — Reaes	Os posteriores Ouro de 22 quilates — Reaes	Aumentos progressivos — Reaes
Alvará de 27 de Março de 1641....	30$000	–	–
Decreto de 29 de Março de 1642....	–	56$250	26$250
Alvará de 19 de Maio de 1646....	–	65$625	9$375
Lei de 20 de Novembro de 1662....	–	75$000	9$375
Alvará de 12 de Abril de 1668....	–	82$500	7$500
Total dos aumentos progressivos.....			52$500

Contramarcas adoptadas { Por lei de 20 de Novembro de 1662..... 2 = 2$000
Por alvará de 12 de Abril de 1668..... 2$200

(*a*) Documentos n.os 99, 106, 132, 150 e 163 do vol. II de Teixeira de Aragão.

Ainda não vimos provas demonstrativas de que houvesse emissão de ouro em 1641. Por ventura a ideia de baixar 1/8 no quilate do metal, e de elevar o preço do marco amoedado em 1642, obstaria á execução do alvará de 1641, se o legislador a concebeu depois da publicação de tal diploma? É possivel.

A percentagem aumentativa effectuou-se, na verdade, com surprehendente largueza, violenta, sem cambiantes suaves nas transições!

E o povo tolerou-a patrioticamente. Não ignorava que a destinavam a proteger difficuldades financeiras do thesouro, assoberbado com as despesas que multiplicava para reduzir á impotencia as successivas provocações guerreiras da Hespanha.

Outra conclusão offerece o mappa: a que devemos considerar acêrca do modesto aumento dado por lei de 12 de Abril de 1668, o qual resultou do benefico influxo da paz, que fôra celebrada com os nossos irrequietos vizinhos no reinado de Carlos II. A batalha de Montes-Claros foi a causa de tal effeito pacifico. Vê-se que o poder da moeda acompanhou epocas afflictivas da historia de um povo, contribuindo efficazmente para consolidar a independencia d'elle.

A lei de 24 de Março de 1677, decretada por D. Pedro II, criou a *meia moeda de ouro,* com o valor fixo de 2$000 réis, para substituir o padrão de 2 cruzados. Esta antiguidade entrou na casa da moeda em condições de britada, ou esqueletica. Na *Historia Genealogica da Casa Real,* IV, 441, diz-se que aquelle rei mandou recolher o ouro velho, que circulava embrulhado em papeis, em que eram inscritos valores (arbitrarios?) e pesos que a balança verificava nas compras e vendas. Esta interessante informação, relativa a ouro empapelado, traz á memoria o methodo identico de comprar e vender, relativamente ao ouro em pó, que esteve autorizado nas capitanias mineiras do Brasil, durante os secs. XVII e XVIII [1].

A moeda de 2 cruzados de D. João IV é excessivamente rara não contramarcada. No medalheiro do Sr. Dr. Francisco Cordovil de Barahona existe a de 1642 e no do Sr. Dr. Antonio Augusto de Carvalho Monteiro a de 1647; não a conhecemos de 1648 a 1682, annos em que foram batidos padrões de 4 cruzados. São menos raros os exemplares contramarcados. Existe um, de 1642, na collecção da Bibliotheca Municipal do Porto, outro, da mesma data, na do Sr. Conde do Ameal, e ainda mais tres noutros medalheiros, de que temos noticias vagas relativamente ás datas.

Concluimos, dizendo que a moeda de Julius Meili está em optimo estado de conservação. Viveu mais de dois seculos ignorada, perdida. Não suppunhamos que qualquer avaro a occultasse propositadamente, pois que, no decorrer dos annos, em contradição com sentimentos de previdencia, teria perdido o beneficio da valorização.

Lisboa, Agosto de 1907.

Manoel Joaquim de Campos.

---

[1] Vid. *O Arch. Port.*, IX, 264.

Estela sepulcral arcaica do Alto-Minho

Junto da igreja de Paderne, aldeia do concelho de Melgaço, existia ha annos uma notavel pedra lusitano-romana, com uma inscripção e figuras esculturadas, a qual fazia parte do lagedo granitico do adro, e estava pois sendo constantemente profanada e maltratada por quem lhe passava em cima. Por diligencias do meu amigo o Dr. Antonio José de Pinho Junior, advogado em Monção, e moço illustrado a quem os estudos da archeologia e ethnographia locaes merecem particular estima, a pedra occupa hoje logar de honra no Museu Ethnologico Português: Secção lapidar,—Minho.

Tem de altura $1^{m},61$; de espessura $0^{m},16$; de largura $0^{m},50$. É pois uma estela. Com quanto lhe falte já a extremidade superior, póde esta lapide considerar-se dividida na superficie anterior em quatro segmentos.

O segmento superior, que, como digo, está incompleto, parece que representa um busto acephalo [1]; duas mãos sustentam adiante do peito, em alto relevo, um objecto indeterminavel, mas muito provavelmente vaso.

O segundo segmento é constituido por um nicho, encurvado em cima. Nelle se vêem, em baixo-relevo, duas toscas figuras, com feições desiguaes, de pé, sem nada na cabeça,—uma, a da direita, apparentemente do sexo masculino, vestida de roupagem mais curta (simples *tunica*); a outra, a da esquerda, apparentemente do sexo feminino, vestida de roupagem que chega até quasi aos pés (*tunica muliebris*); cada uma das figuras tem na mão direita um objecto indecifravel e dá a esquerda á outra figura.

O terceiro segmento, separado do antecedente por um bordo, contém uma inscripção, que foi gravada no campo depois de um pouco rebaixado. Esta inscripção continúa no segmento seguinte, cujo campo não foi porém rebaixado, como o terceiro.

O resto do quarto segmento era destinado a fixar o monumento no solo.

Os lados da estela são irregulares, e estão em parte quebrados; pelas costas a lapide foi levemente desbastada. A extremidade inferior acha-se tambem falha.

---

[1] Nas estatuas antigas e monumentos estatuiformes, é frequente, por causa dos estragos do tempo, faltar a cabeça.

Veja-se a fig. 1.ª, feita com toda a exactidão, quer quanto ás figuras, quer quanto ao letreiro.

Este constava primitivamente de sete linhas. A primeira está incompleta, pelo gasto das letras; a ultima occupa o quarto segmento. As letras da linha 7.ª são mais encorpadas que as restantes.

OC.. I ..F.....
CV ..II II
3. E N I · F · A · C · E T
C O M P V A I V S
C O M P A R D A E
6. A · L · H S S · P E N V
C O M P · F · C ·

Discussão da inscripção:

1-2. O que resta não me permitte propôr nenhuma explicação.

4. A 7.ª letra póde ser I ou L

5. A 6.ª letra parece ser R.

6. N e T estão juntos (nexo).

Nas linhas 3 e 4 o A não tem traço ao meio; nas outras tem. Alguns dos PP são abertos.

Da discussão precedente resulta que o texto poderá interpretar-se assim: *....eni f(ilia), a(nnorum) C. et Comp. Vaius(? Valus?), Comp. Ardae (filius), a(nnorum) L., h(ic) s(iti) s(unt). Pentu(s) Comp. f(aciendum) c(urauit).* Isto é: «Fulana, filha de um individuo cujo nome no genetivo termina em *eni,* de cem annos de idade, e Comp. Vaio (? Valo?), filho de Comp. Arda, de 50 annos de idade, estão aqui sepultados. Pento Comp. mandou fazer este monumento».

Interpretei o F da 3.ª linha por *f(ilia)*, baseado em ser, como parece, feminina a figura da esquerda.

Commentarei agora rapidamente o monumento, seguindo a mesma ordem que segui até aqui.

Cippos funerarios rematados em fórma de cabeça humana não são raridade na Peninsula: em Cárquere (Beira), por exemplo, ha alguns [1]; em Lara de los Infantes (Hespanha) tambem se conhece um[2]. Rematados, porém, em busto não me acode nenhum á lembrança; apenas estou no caso de mencionar aqui, a este respeito, um sepulcro (do tempo de Claudio) que está em Roma no Museu Capitolino, e em cuja cobertura apparece entre duas volutas o busto do fallecido, um rapaz de cinco annos, enfeitado com uma *bulla*[3]. Sendo vaso o objecto seguro pelas duas mãos, poderei comparar o nosso monumento com as figuras

[1] Vid. *Revista Archeologica,* vol. II, est. V, e *O Archeologo Português,* V, 210 e 211.

[2] Vid. *Corp. Inser. Lat.,* II, 5803.

[3] Vid. Walter Altmann, *Die römische Grabaltäre der Kaiserzeit,* Berlim 1905, p. 221.—Tampas de sarcophagos e de urnas cinerarias com figuras não vulgares nos Etruscos.

votivas do Cerro de los Santos (Hespanha), onde esse thema apparece frequentemente[1]: o vaso na estela symbolizará libação aos deuses manes (*inferiae*)[2]; o busto representará o sacerdote que faz a libação, ou o proprio dedicador do monumento.

Nichos como o que está a baixo do busto vêem-se tambem não raro em estelas, ora com uma, ora com duas figuras, conforme o numero de defuntos que se desejam symbolizar. Lembrarei mais uma vez os monumentos de Cárquere[3]. O figurar bustos em nichos de estelas é corrente nos paises de civilização romana e grega; não vale a pena citar casos.

Passarei á inscripção.

Ha outros exemplos epigraphicos e litterarios de idades provectas, como a que se menciona na linha 3.ª Cfr.: *O Arch. Port.*, II, 127–128 e nota; e A. Schulten, *L'Afrique Romaine*, Paris 1904, p. 65.

Se na linha 4.ª a leitura *Valus* é justa, temos aqui um nome

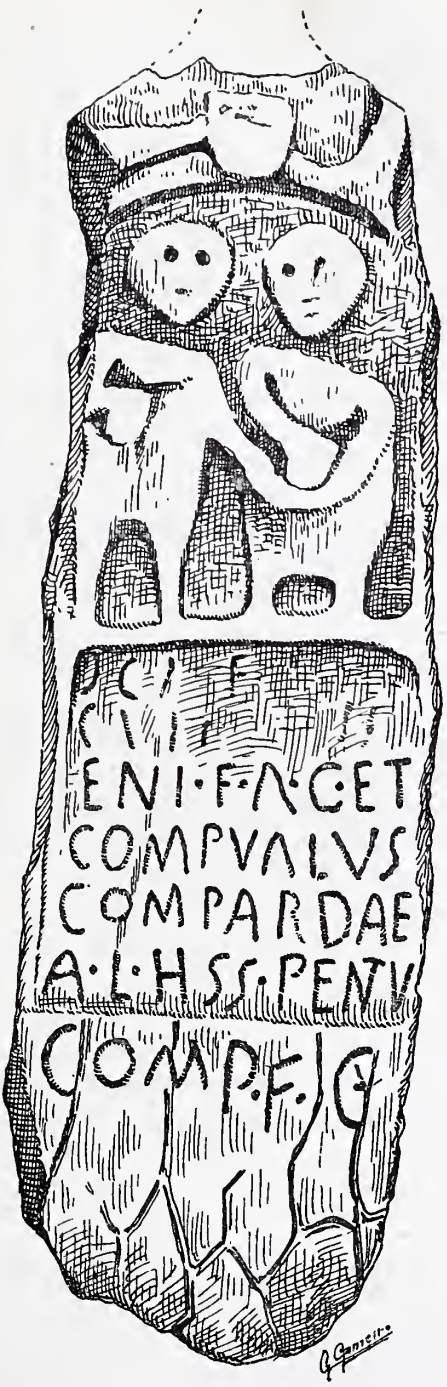


Fig. 1.ª

[1] Vid. Pierre Paris, *Essai sur l'art*, I, est. VII, etc. Cfr. alem d'isso Pierre Paris & A. Engel, *Osuna*, p. 425.

[2] Nos monumentos d'esta natureza esculpe-se com frequencia uma *patera*, o *praefericulum* e mesmo figuras humanas em attitude de derramarem liquidos libatorios.

[3] Vid. *Rev. Archeologica*, vol. II, est. VI, e *O Arch. Port.*, V, 210.

igual ao segundo elemento de palavras como *Ate-valus, Cloto-valos, Lano-valus, Nerto-vali* (genet.), elemento que se tem por celtico, na accepção de «poderoso» ou «chefe», e é comparavel ao lat. validus[1].

Ás linhas 4.ª, 5.ª e 7.ª ha uma palavra commum, COMP·, em abreviatura. A repetição faz-me crer que represente, não um nome individual, mas um nome ethnico, que para os contemporaneos era tão conhecido e tão facil de entender, que bastava indicá-lo pelas suas iniciaes. Não posso porém identificá-lo com nenhum conhecido. A posição do nome ethnico numa epigraphe era usualmente depois do nome do individuo, como nas linhas 6.ª–7.ª; o apparecer nas linhas 4.ª e 5.ª antes d'elle, não seria caso extranho em país barbaro, onde muitas vezes se sae fóra das normas epigraphicas.

De *Arda,* na linha 5.ª, ha outro exemplo no *Alt-celtischer Sprachschatz* de Holder: nome de homem da Gallia. A palavra poderia pois ser celtica[2]. São frequentes os nomes proprios de homens gauleses terminados em *-a*, como: *Atepa, Ateula, Boutia, Calaua, Cantusa, Carussa, Mapa, Toutissa*[3].

A respeito da palavra *Pentu(s)*, que se lê na 6.ª linha, notarei que no *Corp. Inscr. Lat.,* II, 2712 e 5719, em inscripções asturicas, ha PEN̄TI FLAVI e PENTI BALAESI. Hübner, na lista dos *cognomina,* p. 1089, diz: «gen. *Penti* Balaesi f.», e «*Penti* FLAVI», indicando os genetivos por não saber se os nominativos eram *Pentius* ou *Pentus;* nos *Mon. Ling. Iber.,* p. 257, põe sem hesitação *Pentius* e *Penti(us)*, e assim o seguiu Holder no *Thesouro.* Mas a nossa inscripção mostra que mais prudente foi Hübner no *Corpus* do que nos *Monumenta,* pois não ha duvida que, se *Pentius* era possivel (assim se lê em uma inscripção de Basileia), tambem o era *Pentus.*

Os celtistas haviam já deduzido theoricamente a fórma *Pentos (=*Pentus*) para explicarem *Pentius,* e outros derivados (*Pentilius, Pentinus,* etc.): vid. Holder, *Thesouro,* s. v. O Sr. D'Arbois de Jubainville fez sobre o assunto uma prelecção, a que assisti, no Collegio de França, em Paris. O mesmo illustre professor diz na sua obra intitulada *Les premiers habitants de l'Europe,* II, 289: «**Pento-s,* pour

---

[1] Vid. Holder, *Alt-celtischer Sprachschatz,* III, 97.

[2] Não se confunda porém com as palavras derivadas do th. *ardu-*, que se nota em *Ardunnus:* vid. *O Arch. Port.,* I, 227. A este thema corresponde o lat. *arduus,* o gaul. *Arduenna,* o irl. *arth,* «alto»: efr. Brugmann, *Abrégé de la Gram. Comparée,* Paris 1905, p. 109.

[3] Vid. D'Arbois de Jubainville, *Grammaire Celtique,* Paris 1903, p. 12.

»**Pemptos*, est une forme abrégée du nom de nombre ordinal corres-»pondant au nom de nombre cardinal gaulois *pempe* «cinq». La forme »latine de ce nombre ordinal est *quintus*, pour *quenqtos*, correspondant »à *quinque* pour **qenqe*». A esta deducção theorica corresponde admiravelmente o *Pentus* da inscripção do Minho. Identico a **Pentos*=*Pentus* é a fórma cretense πέντος, que está para a grega πέμπτος como **Pentos*=*Pentus* está para **Pemptos*. Em todo o caso não occultarei que, se *Pentus* é realidade como nome de homem, não passa de hypothese como nome de número celtico, visto que não ha texto antigo que contenha tal palavra nesta significação; mas é hypothese muito admissivel.—Comprehende-se que *Pentos*, a significar «quinto», se applicasse como designação de pessoa, pois é sabido que os prenomes latinos *Quintus*, *Sextus*, *Decimus*, etc. significavam na origem ordem de nascimento (o quinto filho, o sexto, etc.). Do mesmo modo que com *Quintus* se correlacionava *Quintinus*, *Quinctilius* e *Quinctius*, tambem com *Pentus* se correlacionam *Pentinus*, *Pentilius* e *Pentius*. Notavel coincidencia!

*

A tribu romanizada a que pertencia o monumento era, com muita probabilidade, aquella que tinha o seu *oppidum* num monte que fica a dois passos da igreja parochial de Paderne, e que ainda hoje se chama *A Cividade*, do latim civitatem; ahi encontrei uma casa redonda, do typo já conhecido noutros castros de Entre-Douro-e-Minho, e varios objectos de pedra (esculpturas) e restos ceramicos, tudo de origem pre-romana[1]. O nome d'esta tribu começava acaso pela enygmatica syllaba *Comp-* que se lê tres vezes na inscripção.

Appendice

Por se parecerem artisticamente com o monumento de que acabo de fallar, reproduzo nas figs. 2.ª e 3.ª (ainda, segundo penso, ineditas) duas pedras graniticas do Museu de Guimarães, em cada uma das quaes se representa um nicho com seu personagem. Estes vestem uma especiè de tunica, mais comprida na fig. 3.ª que na 2.ª O personagem da fig. 2.ª tem na mão esquerda um objecto triangular, que ao repente lembra uma cabeça de boi.

---

[1] Estes objectos estão no Museu Ethnologico Português. Á Cividade andam ligadas varias lendas populares, que colligi e conservo ineditas.

As duas lapides são evidentemente da epoca lusitanica ou lusitano-romana. Appareceram no concelho de Barcellos, na encosta do monte da Saia, em cujo cume existem restos de um castro; Martins Sarmento, que diz isto, accrescenta que ellas faziam parte de um monumento que elle correlaciona com o culto das aguas[1].

Fig. 2.ª Fig. 3.ª

A semelhança entre os monumentos da Saia e o de Paderne está no nicho, no trajo e na attitude dos personagens. Se aquelles, como Sarmento suppõe, pertenciam a um santuario, a semelhança d'elles com o de Paderne é meramente exterior, por isso que o de Paderne é funerario; mas nem por isso fica descabida a aproximação que faço[2].

---

[1] Vid. *Expedição á Serra da Estrella* (Relatorio de Archeologia, Lisboa 1883, p. 14 e nota).

[2] O mesmo benemerito archeologo vimaranense accrescenta que nas faldas de Sabroso houve um monumento identico aos da Saia, e que proximo do *castello* de Vermoim, estação pre-romana, ha probabilidades de ter existido outro: vid. *Relatorio* citado, p. 14.

*

Visto que estou a fazer comparações, chamarei a capitulo mais um momento: a *Pedra dos Namorados,* que appareceu no Alto-Minho e hoje está no Museu Municipal do Porto. É de granito, e tem de altura 1^{m},80, de largura (na base) 1^{m}, e de espessura 0^{m},15 a 0^{m},21. Arredondada na parte superior, abriga, tambem em uma especie de nicho, duas figuras vestidas de tunica, as quaes dão a mão uma á outra. Uma das figuras tem na mão direita, junto do peito, um objecto que verosimilhante era discoide; a outra tinha na mão esquerda um objecto alongado[1]. A pittoresca denominação de *Pedra dos Namorados* que a pedra tem, recebeu-a do povo da localidade d'onde ella proveio. Já n-*O Arch. Port.,* XI, 348, comparei a *Pedra dos Namorados* aos monumentos da Saia[2].

J. L. de V.

O Couto e Mosteiro de Vairão

Notas historicas

Na região *interamnense* do Ave e Douro, chamada ainda hoje *Maia*, a dentro do concelho de Villa do Conde, na diocese do Porto, proximo do Castro do Boi, e não longe da corrente e ponte[3] do Ave, levanta-se com apparencia modesta o archaico Mosteiro do Salvador de Vairão, de monjas da Ordem de S. Bento.

Este mosteiro, que não se impõe pela majestade da sua igreja, nem pela grandeza das officinas, é comtudo notavel pela sua grande antiguidade, pelo numero avultado de freiras que frequentemente o habitavam, pela opulencia dos seus haveres, e pela riqueza do seu cartorio, abundante de bellos documentos, muitos dos quaes anteriores á constituição da nacionalidade portuguesa.

Fr. Leão de S. Thomás, autor da *Chronica Benedictina,* escrevendo, em 1651, acêrca d'este mosteiro, não se baseou na consulta directa

---

[1] Vid. *Portugalia,* I, 808, onde se publica uma gravura do monumento.

[2] No meu artigo saiu por engano *ao da Saia,* em vez de *aos da Saia.*

[3] Esta ponte de pedra, que se compõe de oito arcos, e parece ser do principio da monarchia, é chamada nos depoimentos das *Inquirições de D. Affonso II,* de 1220, p. 31, «Ponte de Dom Zameiro», e faz communicar as duas freguesias de Bagunte e Macieira.

de documentos originaes, testemunhas fidedignas, mas pelo contrario em simples informações de religiosas; e por isso produziu um trabalho inferior, incompleto, e cheio de inexactidões.

Entre as diversas notas, que as freiras lhe mandaram, avulta a copia da inscripção do celleiro do convento em letras conjuntas, a qual, photographada pelo meu illustre amigo Conde de Azevedo, gentilmente por elle me foi offerecida, e por isso a dou em gravura. Est. I.

Lição: *In nomine Domini perfectum est templum hunc per Manis Palla*(m) *D*(*e*)*o vota*(m) *sub die* XIIII K. AP. ER. 2XXIII (1073) *regnante serenissimo Veremundu re*(*ge*). (Bermudo III, rei de Leão e Galliza).

Esta inscripção está entalhada em seis pedras, que appareceram soterradas no celleiro de Vairão, em 1608, no governo de D. Anna de Mendoça, ultima abbadessa perpetua.

Collocadas depois na parede do mesmo celleiro, onde estiveram durante seculos, foram recentemente removidas para a *casa da fabrica*, onde se encontram na parede, carinhosamente acauteladas pelo intelligente professor official da freguesia, Sr. Manoel Gomes da Silva Ribeiro.

A inscripção, como se vê da gravura, tem a ER. 2XXIII; ora partindo do principio de que naquella epoca são vulgares e frequentes as datas incompletas ou abreviadas, isto é, com a omissão do *milhar ou millesima*, e sabendo-se que o numero *setenta* se exprimia tambem pela formula *LXX*, seria facil construir a era de 1073.

Demais, a allusão ao rei Bermudo ou Veremundo, e a circunstancia de Bermudo III de Leão e Galliza ter reinado entre as eras 1065 e 1075, não deixam duvidas quanto á era de 1073.

Foi assim que discorreu no caso João Pedro Ribeiro, o grande precursor de Alexandre Herculano.

As freiras de Vairão, porém, leram a referida data d'este modo: ER. DXXIII (523), e assim informaram o chronista.

Fr. Leão de S. Thomás, sem exame e sem estudo, mas não se conformando no seu espirito com tão alta antiguidade dada ao mosteiro, o que certamente iria de encontro á tradição da sua Ordem, lança-se em explicações, algumas das quaes são razoaveis, como a de não se tratar na lapide da fundação do mosteiro, mas sómente de um templo, para afinal concluir pela suspeição ou probabilidade de erro na data, quando poderia concluir pela certeza pelo menos de erro na informação, visto que a era 523 corresponde ao dominio dos Suevos, onde não ha noticia de rei algum com o nome de Veremundo ou Bermudo.

Assim desnorteado, o chronista benedictino datou a fundação do mosteiro de Vairão do sec. XII, pois que a attribuiu a Touris Sarna, na

era de 1148 (anno de 1110), seguindo o *Nobiliario* do Conde D. Pedro, tit. 41.

Fazendo justiça a Fr. Leão de S. Thomás, devo dizer que ainda que elle tivesse visitado pessoalmente o cartorio do mosteiro, naturalmente não encontraria lá o documento mais antigo [1], e por assim dizer basilar, do convento; porquanto, sem se saber por que motivo, estava no cartorio do Cabido da Sé de Coimbra, d'onde foi levado para o Archivo Nacional.

Este documento é a carta de doação da *Villa Valeriani* e de duas igrejas com as respectivas alfaias, feita no anno 974 pelo presbytero Romario e sua irmã Emilo a Domitria e ao seu duplex mosteiro.

O texto autentico, escrito na linguagem latino-barbara da epoca, encontra-se integralmente copiado nos *Port. Mon. Hist.*, «Dipl. et Ch.», n.º 112, de que dou este excerpto:

Domnis invictissimis ac triunfatoribus Christi gloriosis sanctis que martiribus domini salbatoris sancte marie semper virginis et genetricis domini nostri ihesu christi sancti migaeli arcangeli sanctorum apostolorum petri et pauli sancti andre apostoli sancti martini episcobi et confessoris domini. ego serbo christi RROMARIO PRESBYTERO ET GERMANA MEA EMILO *deo extitit devotionem pro remedio anime mee vobis hoffero et concedimus in loco predicto* VILLA *que dicent* VALERIANI *que est justa castellu de bove rribulum ave inter villa mazanaria*[2] *et fornellu, obinde ego jam dicto* RROMARIO *hoffero et confirmo vel testamento facio de lloci ipsius sancti salbatoris vel sociorum ejus ut ic diximus sacris sanctis altaribus et tibi* DOMITRIE *vel potestatis tue et fratibus et sororibus tuis qui tecum in vita sancta perseveraverint concedo vel adtesto vobis ipsa ecclesia vocabulo sancta maria et sancto migaelum et sancto martino et adicimus vobis alia ecclesia vocabulo sancto migaelum arcangeli et sancti mameti matiris christi cujus baseliga fumdata est in villar que dicent felgaria*[3]*...? cum omnem suos intrinsegus, etc., etc., etc.*

Este documento é de notavel importancia historica, pois que d'elle se conclue:

1.º, que o mosteiro de Vairão existe desde o sec. X; 2.º, que este mosteiro na sua origem foi duplex. Os frades e freiras não viviam em

---

[1] João Pedro Ribeiro diz que os documentos mais antigos que nos restam nos nossos cartorios pertencem ao sec. IX e são muito poucos. Os *Portugaliae Monumenta Historica* publicam apenas doze documentos do sec. IX.

[2] Macieira.

[3] Felgar, concelho de Moncorvo? Vid. Gama Barros, *Historia da Administração publica*, II, 333.

commum, mas separados uns dos outros por largas paredes ou grossas grades de ferro; 3.º, que os oragos do convento eram S. Salvador, Santa Maria Virgem, S. Miguel Archanjo, os Santos Apostolos Pedro, Paulo e André, e S. Martinho, bispo e confessor; 4.º, que sendo nesta data feita a doação da *Villa Valeriani* e do logar de S. Salvador e da igreja chamada de Santa Maria, S. Miguel e S. Martinho a *Domitria et fratibus et sororibus tuis qui tecum in vita sancta perseveraverint,* parece ter-se encontrado a epoca da fundação d'este mosteiro, ficando portanto a inscripção lapidar acima referida reduzida ao seu justo valor; pois que apenas attesta a existencia de um templo, que um seculo depois se erigiu, e do qual certamente não existe hoje uma unica pedra, a não estar ella mettida nas paredes das posteriores edificações; 5.º, finalmente que o nome de Vairão deriva da *Villa Valeriani,* como o d'esta deriva de *Valerius,* talvez o instituidor do predio romano[1].

Do sec. XI existiam no cartorio de Vairão dois documentos, que se referem ao mosteiro, por fórma inconfundivel: o 1.º, é a carta de doação de um casal chamado *Leneti,* sito na freguesia de Avellêda, feita por Gonçalo Menendiz, no dia 9 de Dezembro do anno de 1021, a favor do Asceterio de Vairão (*Acisterio Valeri*), fundado em honra de S. Salvador, Santa Maria Virgem, S. Miguel Archanjo e dos Doze Apostolos *subtus Castro de Bove, territorio portugalensis, discurrente rivolo Ave;* o 2.º, é o contrato feito entre tres presbyteros no anno de 1064, pelo qual dividiram entre si as rendas da igreja de S. Martinho de Vermoim[2], que D. Pala e o Abbade Mendo, do Asceterio de Vairão, lhes haviam doado, e combinaram acêrca do modo como se haviam de substituir reciprocamente nos seus impedimentos.

Ambos estes documentos se encontram publicados nos *Port. Mon. Hist.,* «Dipl. et Ch.», n.os 249 e 440.

No sec. XII deu el-rei D. Affonso Henriques ao Mosteiro de Vairão a Carta de Couto[3], cujos limites não iam alem da freguesia do mesmo nome.

---

[1] Vid. *As Villas do Norte de Portugal,* de Alberto Sampaio, p. 42, e n-*O Arch. Port.,* n.os 9–12, o preambulo do artigo «Villa do Conde» sobre villas romanas.

[2] Hoje S. Martinho da Barca, concelho de Maia?

[3] *Cortar* uma terra, dizia el-rei D. Denis, era escusar os seus moradores do serviço militar (*de hoste e de fossado*), dos outros serviços pessoaes, e de tributos pecuniarios ou em generos, directos ou indirectos (*de fôro*), e finalmente das multas applicadas ao fisco (*e de toda a peita*). Se á completa isenção de encargos dos moradores da terra para com o fisco se juntar o direito jurisdiccional e a negação de entrada aos officiaes regios, obtem-se a verdadeira summa dos

Esta carta tem a data de IV KAL. Apr. da era 1179 (anno de 1141). (Ribeiro, *Dissert. Chron.*, III, p. 122).

O mesmo rei Affonso Henriques doou, ao mosteiro de Vairão e á sua abbadessa D. Gelvira Toirei, metade da igreja de S.to Estevam de Gião, aos 9 das Kal. de Junho da era 1181 (anno de 1143). (Ribeiro, *Dissert. Chron.*, III, p. 124).

D'estes documentos, onde só se faz menção de religiosas no mosteiro, resulta patente que nesta data se havia dado já cumprimento em Vairão ás bullas pontificias de Gregorio VII (1073–1085) e de Paschoal II de 1103, que extinguiram as duplas communidades de frades e freiras.

Nesta mesma epoca o Papa Calixto II, por breve do anno de 1120, sujeitou o mosteiro de Vairão, assim como os demais da diocese do Porto, á jurisdicção do bispo D. Hugo. (Cunha, *Cat. dos Bispos do Porto,* part. II, cap. I).

No sec. XIII, J. P. Ribeiro, nas suas *Dissertações Chronologicas,* t. I, pp. 260 e 269 *in fine,* publica o instrumento de appellação interposta para a Sé Apostolica pelo Mosteiro de Vairão, do thesoureiro de Braga, sendo abbadessa D. Sancha Pires: tem a data de 15 KAL. Aprilis, era 1295 (anno de 1257); e uma doação feita na era 1257 (anno de 1219), pelo mesmo mosteiro de Vairão, a Romeu, abbade de S. Martinho de Vermoim, sendo abbadessa D. Maior Martins.

No anno de 1285 o Mosteiro de Vairão emprazou certos casaes e a *Hermida* ou *Hermitagio* de Santa Maria Magdalena, «*que est in Castro de Boi*», facultando aos emphiteutas a recepção de todos os frutos, proventos e offertas «*quae venerint ad ditam Haeremitam sive ad dictum Haeremitagium*», com amplo direito de arrendamento. (Doc. de Vairão citado por Viterbo no seu *Elucidiario*).

---

privilegios dos Coutos. (Gama Barros, *Historia da Administração Publica,* t. I pp. 440 e 441).

Viterbo no seu *Elucidario* diz, baseado em documentos de Vairão, que as freiras d'este convento deram a Affonso Henriques *vinte maravedis,* quando este monarcha lhes fez a mercê do Couto.

Para isto teve a abbadessa de vender á sua criada Maria Pires *Deovota* alguns bens do mosteiro: «*pro illas* XX.ti *almoravidiles, quos misimus pro illo Cauto*» Anno 1142.

«*Subtus civitas albarelios et castro de bove*» diz outro documento medieval *Port. Mon. Hist.*, «Dipl. et Ch.», n.º 16). O Sr. Alberto Sampaio pensa que o *Castro do Boi* era um *dun,* especie de pequena cidadella ou posto avançado do grande oppido, que ficava a pouca distancia, chamado *cividade* de Alvarelhos (Monte de S. Marçal).

No sec. XIV, el-rei D. Denis expediu uma Provisão Regia, datada de 30 de Agosto da era 1349 (anno de 1311), a pedido da abbadessa do Mosteiro de Vairão, recommendando ao Meirinho-mór d'Alem Douro que fizesse reprimir as extorsões praticadas no mesmo mosteiro pelos *ricos homens, ricas donas, infanções, cavalleiros, donas e escudeiros,* que eram naturaes[1] d'este mosteiro. (Ribeiro, *Dissert. Chron.,* I, p. 297 *in fine*).

Para melhor intelligencia das razões da queixa das freiras e dos motivos d'esta Provisão Regia, rapidamente, tanto quanto o comportam as estreitezas d'este estudo, vou expôr a genese da questão.

As igrejas e mosteiros de padroado particular deviam, por direito tradicional, aos seus fundadores e descendentes d'elles, a prestação de serviços, que muitas d'essas corporações mal podiam supportar, não tanto pela obrigação em si mesma, como sobretudo pelo abuso do direito correlativo.

A lei de Março de 1261 elucida os leitores sufficientemente, mostrando os direitos de que os padroeiros gozavam e as violencias commettidas á sombra d'esses direitos.

Os padroeiros e os seus *naturaes ou herdeiros,* sendo legitimos, tinham direito a aposentar-se (*pousadias*) nas igrejas e mosteiros do seu padroado, e a receber ahi alimento (*comedoria, jantar*).

As comedorias e pousadias podiam ser tambem exigidas pelos filhos illegitimos, se estavam equiparados aos legitimos na successão dos bens dos paes.

Tinham direito alem d'isso os padroeiros a cobrar um subsidio, não só para casamento das filhas (*casamento*) mas tambem para armar cavalleiros os filhos (*cavallaria*) ou tirá-los do cativeiro.

Ora bastava a circunstancia de se estender illimitadamente, á descendencia dos fundadores, o direito de aposentadoria e comedoria, para que este privilegio se tornasse insupportavel; mas peor ainda era o abuso, exigindo-se o cumprimento do encargo mais vezes do que eram devidas, e até em favor de estranhos, que acompanhavam os naturaes ou se lhes aggregavam depois.

D'estes vexames se queixaram, por isso, as religiosas de Vairão, e d'ahi o diploma expedido por el-rei D. Denis, procurando pôr-lhe cobro. (Gama Barros, *Historia da Administração Publica,* t. I, p. 342 e sgs).

Do sec. XVI ha um documento historico de alta valia, que cita o Couto e Mosteiro das freiras de Vairão, no julgado da Maia, termo

[1] Filhos ou descendentes dos padroeiros dos mosteiros.

da cidade do Porto. É o censo da população de 1527, ordenado por D. João III.

Por este documento vê-se que a freguesia de Vairão tinha á data trinta e quatro fogos.

No anno de 1567 o Papa Pio V, a pedido do Cardeal D. Henrique, em nome de D. Sebastião, expediu uma bulla autorizando a *reforma* dos mosteiros benedictinos, sendo uma das suas bases acabar com a jurisdicção do governo perpetuo dos abbades, passando por isso a ser *triennal*.

D'esta reforma foi encarregado Fr. Pedro de Chaves, e era então arcebispo de Braga D. Fr. Bartolomeu dos Martyres e bispo do Porto D. Rodrigo Pinheiro.

O papa Gregorio XIII, em 1574, revogou a bulla de Pio V nos mosteiros aonde não tivesse sido executada; porém, no tempo de Filipe I de Portugal, Sixto V (1585–1590) revalidou a mesma bulla de Pio V, e d'ahi por deante definitivamente se pôs em pratica em todos os mosteiros o regimen dos abbades e abbadessas triennaes.

No mosteiro de Vairão executou-se tarde a *reforma;* de modo que a ultima abbadessa perpetua foi D. Anna de Mendoça, da illustre casa da Feira, fallecida em 1634, começando então as abbadessas triennaes com D. Anna de Sousa e Noronha e acabando com D. Anna Clementina do Santissimo Coração de Jesus, ultima abbadessa, fallecida em 9 de Dezembro de 1891, extinguindo-se assim esta casa de mais de nove seculos, casa de grande renome nas provincias do Douro e Minho, e onde com muita sinceridade e verdade a abbadessa D. Michaela Maria e Abreu mandou gravar no anno de 1736, no portal do atrio, estes versos da *Benedictina Lusitana:*

Stemata Vayrani rutilant a tempore longo
Sincera fulgent religione magis.

Este mosteiro, que no sec. XVII tinha oitenta freiras e possuia um rendimento superior a 2:000$000 réis annuaes, apresentava o parocho da freguesia de Vairão (direito que evidentemente lhe provinha da doação já citada do anno de 974) e tinha mais o padroado das igrejas de Fornello, Alvarelhos, Geão, Modivas, Villar de Porcos ou Villar de Pinheiro e S. Martinho de Vermoim. (Cunha, *Cat. dos Bispos do Porto,* parte II, p. 398 e sgs.; *Inquirições de D. Affonso III,* de 1258, p. 49, 2.ª alçada).

De como era reformada e santa a vida d'este convento, dá testemunho exuberante o chronista, quando relata que d'elle sairam as primeiras freiras, que povoaram os mosteiros de Santa Escolastica, de

Bragança, e de S. Bento, de Murça; e da sua hospitalidade não ha que duvidar, depois da leitura do capitulo «Um episodio inedito do cêrco do Porto», contado e documentado por Lino de Assumpção nas *Ultimas Freiras*.

As religiosas dominicanas do convento de *Corpus Christi*, de Villa Nova de Gaia, estiveram com toda a sua communidade no Mosteiro de Vairão, durante quinze meses, desde fins de Dezembro de 1832 até Março de 1834, e apesar da differença de regra, de usos e costumes, e até de opiniões politicas, porque as freiras de Vairão eram *miguelistas*, não houve incidentes notaveis, que mereçam registo.

A igreja e o edificio conventual, apesar de não se recommendarem por primores de arte nem por bellezas de estilo, e serem aliás de construcção ingenua e singela, quando outro merecimento não tenham, servem ao menos para avaliar o esforço do espirito humano na sua marcha evolutiva.

Com excepção do côro, Est. II, resto venerando de uma velha igreja demolida, e de dois renques de columnas e arcos da crasta, tudo o mais é dos secs. XVI e XVIII.

A igreja, orientada no sentido leste-oeste, é de 1794, e a sua fabrica foi mandada levantar pela abbadessa D. Leonor Maria Ludovina Pinto e Azevedo.

A *portaria do convento*, de 1751, é edificação da abbadessa D. Francisca Xavier Raiam de Magalhães. Est. III.

A ala direita do convento é construcção mais antiga, pois data de 1596, e foi ordenada pela abbadessa D. Cecilia de Menezes, e parece ser uma reconstrucção ou ampliação da obra da abbadessa D. Beatriz de Castro, de 1558, conforme as inscripções ou letreiros lá gravados numa janela.

A ala esquerda ficou incompleta e portanto sem inscripção.

Adjacente ao côro da igreja está uma pequena capella dedicada a S. João Baptista, e revestida interiormente de magnificos azulejos polychromicos.

Em campa brasonada jazem ali os restos mortaes de D. Francisca Luisa Ferreira Furtado de Mendoça[1]—1707.

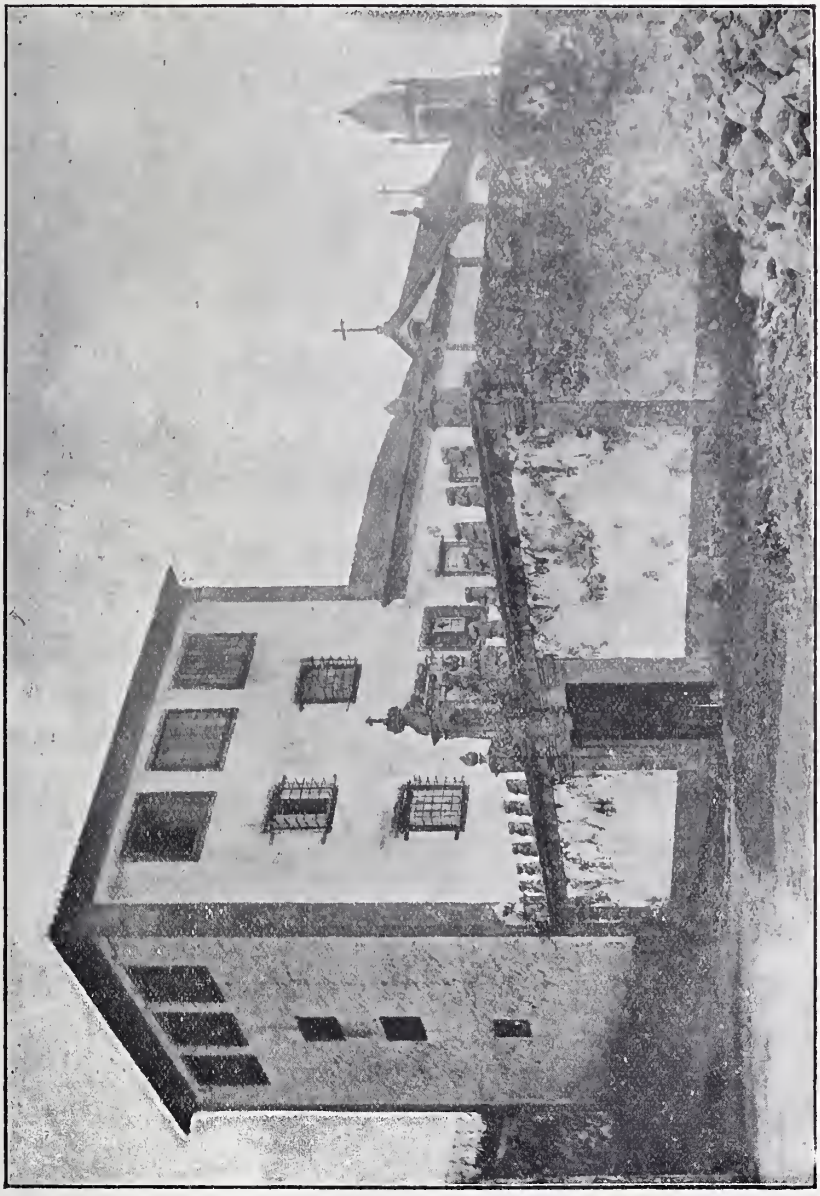
E aqui termino estas despretensiosas notas, que não tem outro merito alem de servirem de indiculo ou elemento para estudos historicos ulteriores, embora de *démarche* penosa e difficil; pois já se quei-

[1] O Padre Carvalho da Costa, na sua *Corographia*, I, p. 324, diz que esta nobre senhora, do Morgado dos Ferreiras, de Canidello, era casada com D. João Manoel.

Inscripção do celleiro de Valrão, hoje na casa da fabrica[1]

[1] No Museu Ethnologico existe um calco de gesso d'esta inscripção (N. da R.)

Vista do côro do Convento de Vairão (lado exterior)



Portal do Convento de Vairão

xava Fernão Lopes: «quem cuidaes, dizia elle, que se não enfade de revolver cartorios de podres escripturas, cuja velhice e defazimento negam o que o homem queria saber?».

E realmente é assim, commenta o Sr. Costa Lobo.

O primeiro e mais absorvente cuidado de todo o individuo e corporação, é o da mantença diaria. Documentos, que assegurem a subsistencia e o bem-estar, registam-se escrupulosamente; memorias de outros successos deixam-se á ventura da tradição.

Villa do Conde, 15 de Junho de 1907.

Monsenhor Ferreira.

Medalha commemorativa do casamento do Infante D. João, depois D. João VI, com D. Carlota Joaquina de Bourbon, e do da Infanta portuguesa D. Mariana Victoria com D. Gabriel de Hespanha

Collecção organizada por José Lamas

A antiga rivalidade entre Portugal e a Hespanha, que tão prejudicial foi a estes dois paises, ao passo que originava, de quando em quando, sanguinolentas lutas, dava tambem logar a successivas *allianças de familia,* por meio de casamentos de soberanos e principes das respectivas côrtes. Á custa d'estas allianças se pretendia, por vezes, assegurar a paz; á sombra d'ellas se occultava, tambem, a ideia da realização do sonho de conquista, que tanto preoceupou as duas nações!...

Foi com intuitos pacificos que se negociou o casamento do Infante D. João, depois D. João VI, com D. Carlota Joaquina de Bourbon.

*

A execução de certas disposições de alguns artigos do tratado de paz assinado em Utreeht, entre Portugal e a Hespanha, no anno de 1715, e outros motivos, haviam provocado tão graves dissidencias entre os dois reinos vizinhos, durante o reinado de D. José, que, ao subir ao throno sua filha, a Rainha D. Maria I, a guerra pareeia inevitavel.

Não correram tão satisfatoriamente, como era para desejar, as negociações diplomaticas que se emprehenderam com o fim de evitar esse desastre, que no horizonte se delineava com sombrio aspecto. Inieiou-se, é certo, a discussão de um tratado preliminar de alliança e de paz,

mas as imposições da Hespanha eram de tal modo desfavoraveis a Portugal, que não foi possivel chegar-se a acordo seguro.

Julgou-se então que só com a presença da Rainha viuva em Madrid se poderia resolver a contenda. Irmã de Carlos III, Rei de Hespanha, e Mãe da Soberana de Portugal, era, na verdade, D. Mariana Victoria a melhor medianeira que para esta questão se poderia eleger.

Realizou-se a viagem da Rainha áquella capital em 1777 e no anno seguinte, a 11 de Março de 1778, assinava-se, no *real sitio* do Pardo, um tratado entre as duas nações. Alguns meses depois voltou a Rainha viuva para Portugal, convencida de que tinha levado a bom termo a sua difficil missão.

Não se contentou, porém, D. Mariana Victoria, com este simples acordo. Querendo lançar as bases para uma alliança mais intima do que aquella que ostensivamente acabava de ser estipulada, aproveitou a opportunidade para negociar com seu irmão, Carlos III, o ajuste do casamento de seu neto, o Infante D. João, com uma Infanta hespanhola. Para que a alliança ficasse mais estreita, combinou-se tambem que a Infanta portugueza D. Mariana Victoria casasse com um principe hespanhol.

Estes enlaces seriam complemento, e ao mesmo tempo penhor, do tratado do Pardo; mas sobre este assunto se guardou rigoroso segredo, como convinha, emquanto o Infante D. João, ainda criança, não attingisse a idade de poder contrahir matrimonio.

A importancia que se ligava a estes enlaces não admittia, porém, grandes delongas; por isso, decorridos apenas dois annos, em 1780, iniciaram-se as negociações, quasi officiaes, para os projectados casamentos.

Tratou-se então da escolha de consortes para os Infantes portugueses. Dirigiram-se as primeiras tentativas no sentido de casar o Infante D. João com uma filha do Grão-Duque da Toscana, a qual era neta de Carlos III; com D. Mariana Victoria casaria um filho segundo do mesmo Grão-Duque.

Mas a breve trecho todo este plano se modificou em consequencia das graves questões que surgiram entre os Grão-Duques da Toscana e o Rei de Hespanha, e que, ainda para mais, se complicaram com a morte da Rainha viuva, principal influente na realização d'este projecto.

As novas negociações que, após curta interrupção, se entabolaram entre D. Maria I e Carlos III, deram por fim em resultado o ajuste do casamento do Infante D. João com D. Carlota Joaquina de Bourbon, e da Infanta D. Mariana Victoria com D. Gabriel, irmão do Principe das Asturias.

Era D. Carlota Joaquina neta do Rei de Hespanha Carlos III e filha do Principe das Asturias, que depois foi Carlos IV, e de sua mulher D. Maria Luisa de Parma. Nasceu em 25 de Abril de 1775.

O Infante D. João, depois Principe Regente e Rei de Portugal, era o terceiro filho de D. Maria I e de D. Pedro III. Nasceu em Queluz, em 13 de Maio de 1767.

D. Mariana Victoria era irmã de D. João. Nasceu a 15 de Dezembro de 1768.

Tratavam d'este negocio em Madrid, como embaixador português o Marquês de Louriçal, e como plenipotenciario hespanhol o Conde de Florida Blanca [1].

Iniciou-se a serie de ostentosas formalidades, com que são revestidos os casamentos de pessoas de tão elevada gerarchia, com a assinatura dos artigos preliminares dos tratados matrimoniaes, que se effectuou em Aranjuez no dia 2 de Maio de 1784.

Serviram estes artigos de base para as escrituras definitivas, que depois se assinaram [2].

No dia 27 de Março do anno seguinte, num Domingo de Pascoa, fez o embaixador português a sua entrada publica em Madrid, para pedir officialmente a mão de D. Carlota Joaquina. Segundo o uso da epoca, realizou-se esta cerimonia com grande apparato.

Com luzido cortejo se dirigiu o Marquês para o palacio real, saindo de sua casa, por lhe ter sido dispensado o vir de fóra da cidade, como era costume. Grande numero de pagens, gentis-homens e lacaios, soberbos coches de gala e bellos cavallos, ricamente ajaezados, figuravam nesse cortejo de deslumbrante aspecto, que seguiu em muito boa ordem, por entre compacta massa de povo, pela rua da *Hortaleza,* onde o embaixador residia, Porta do Sol, rua *Maior* e por fim entrou pelo arco da *Armeria.*

O *estado* do embaixador compunha-se de seis cavallos e quatro coches, «muy primorosos y de exquisito gusto», puxados por quatro cavallos cada um.

Quando chegou ao palacio, foi o Marquês de Louriçal conduzido á presença do Rei, que na sala da audiencia o aguardava rodeado da

---

[1] Vid. Latino Coelho, *Historia politica e militar de Portugal,* t. II, p. 1 e sgs., onde vem desenvolvida e proficientemente estudado o assunto até aqui tratado.

[2] Estes artigos preliminares bem como diversos outros diplomas relativos aos dois casamentos, taes como: procurações, ratificações, cartas patentes, escrituras definitivas, etc., estão no Archivo da Torre do Tombo, na caixa dos tratados matrimoniaes. Nas escrituras figuram as assinaturas das pessoas das duas familias reaes, hespanhola e portuguesa.

côrte. Desempenhou-se o Marquês da sua missão proferindo um breve discurso. Em seguida dirigiu-se á sala do Principe das Asturias e depois á da Princesa, onde tambem estava a noiva, D. Carlota Joaquina. Por fim, depois de ter cumprimentado as outras pessoas da Familia Real nas respectivas salas, retirou-se para casa com o mesmo cortejo.

Á tarde visitou, cerimoniosamente, Florida Blanca, que a seguir lhe retribuiu a visita. Ainda no mesmo dia, 27 de Março de 1785, se assinaram as escrituras e se celebraram os desposorios de D. João com D. Carlota Joaquina.

A solemne outhorga das escrituras realizou-se no *Salão dos Reinos,* com assistencia da Familia Real, da côrte e de muitas pessoas distinctas. Para a celebração dos desposorios estava preparado um altar em uma das salas do palacio, onde o Patriarcha das Indias recebeu os noivos.

Representou o Infante D. João, nesta cerimonia, o Rei Carlos III. Foram padrinhos os Principes das Asturias e testemunhas os Infantes D. Gabriel, D. Antonio, D. Maria Josefa e D. Luis.

Por tão faustuoso acontecimento recebeu o Rei de Hespanha as felicitações da cidade de Madrid, por intermedio dos seus representantes.

Á noite deu o Marquês de Louriçal notavel festa, para a qual foram convidadas cêrca de duas mil pessoas. Para esse fim teve o embaixador de ampliar o seu palacio, mandando construir no jardim um grande salão, que estava esplendidamente ornamentado, e cujo risco era do architecto D. Pedro Arenal.

Houve refrescos, serenata, ceia, que foi servida em pequenas mesas distribuidas pelas salas, e, por fim, grande baile que terminou no dia seguinte. Igual festa se repetiu no dia 29. Nas janelas do palacio tocava-se musica e cantavam-se córos, para divertimento do publico.

O dia 28, segundo dos festejos, foi destinado para o beija-mão geral, que esteve muito concorrido.

Em 29, de manhã, deu-se beija-mão aos *conselhos;* á tarde, foi a Familia Real, com solemne cortejo, ao Santuario de Nossa Senhora da Atocha, dar graças por tão feliz acontecimento. Quando regressou ao palacio viu as soberbas illuminações da cidade [1].

---

[1] Acêrca do que se passou em Madrid, vid. o folheto que foi publicado em supplemento á *Gazeta de Madrid,* de 1 de Abril de 1785, intitulado: *Noticia de las funciones y Fiestas con que se ha celebrado el Desposorio de la Serenissima Señora Infanta Doña Carlota Joachina, nieta del Rey, hija de los Prineipes Ntros. Sres. con el Serenissimo Señor Infante de Portugal Don Juan, hijo de la Reyna y del Rey Fidelissimos.* Tem 11 paginas. Bib. Nac. Historia n.º 14868 (preto).

D'este folheto se fez uma traducção em portuguêz: *Noticia das funçoens, e festas com que em Madrid se celebrou o despozorio da Serenissima Senhora Infanta D. Car-*

Em 1 de Abril chegou a Lisboa a noticia official de que em Madrid se haviam celebrado os desposorios do Infante D. João com D. Carlota Joaquina. Houve por esse motivo solemne *Te-Deum* na Capella Real da Ajuda e as costumadas demonstrações de regosijo, durante tres dias, que foram de grande gala. Illuminou-se a cidade, os sinos repicaram e as fortalezas e navios salvaram.

No dia 4 do mesmo mês recebeu a Familia Real as felicitações do corpo diplomatico, da nobreza, do senado da Camara e das Academias, da Historia e das Sciencias [1].

Em relação aos desposorios da Infanta D. Mariana Victoria com D. Gabriel, celebrou-se em Lisboa cerimonia identica á que se tinha realizado em Madrid para os desposorios de D. João com D. Carlota.

Foi encarregado pela côrte de Hespanha da missão de pedir officialmente a Infanta portuguesa, o Conde de Fernão Nunes, D. Carlos José Gutierrez de los Rios, fidalgo muito illustre e da primeira nobreza.

Em 11 de Abril de 1785 fez este embaixador a sua entrada publica em Lisboa. Saiu do *palacio do Rocio,* que lhe foi cedido, e de ahi se dirigiu para o palacio da Praça do Commercio. Teve igualmente dispensa de vir de fóra da cidade. Ás duas horas e meia da tarde começou a desfilar o majestoso cortejo que acompanhava o embaixador, no qual se encorporaram 75 vistosos coches de gala, muitos criados e lacaios com librés, soberbos cavallos bem ajaezados, etc. Grande concurso de povo admirava a magnificencia d'este cortejo. Na Praça do Commercio alguns regimentos, commandados pelo Marquês das Minas, faziam a guarda de honra.

Na escada do palacio foi o embaixador recebido por tres fidalgos que o introduziram na sala da audiencia, onde a Rainha o aguardava sentada no trono e rodeada da sua côrte.

Depois de entregues as cartas credenciaes, com as costumadas formalidades, em um breve discurso fez o Conde de Fernão Nunes o pedido da mão da Infanta; logo que obteve resposta affirmativa da Soberana, dirigiu-se aos aposentos do Rei, do Principe, da Princesa e das Infantas, cada um dos quaes estava em sala separada. Terminadas estas audiencias voltou, com as mesmas formalidades, para o

---

lota Joaquina, neta del Rei Catholico, filha dos Serenissimos Principes das Asturias; com o Serenissimo Senhor Infante de Portugal D. João, filho dos Reis Fidelissimos. Fielmente traduzida do seu original impresso em Madrid para satisfazer ao dezejo dos bons portuguezes, que se interessão pela gloria da sua Nação. Lisboa 1785. 23 paginas. Temos um exemplar.

[1] Vid. o segundo supplemento da *Gazeta de Lisboa,* de sabbado 9 de Abril de 1785.

palacio do Rocio, e ahi offereceu um *refresco* ao Marquês de Castello-Melhor, fidalgo que nesta cerimonia desempenhava as funcções de *conductor.*

Em seguida foi o embaixador visitar o Secretario de Estado, Visconde de Villa Nova da Cerveira, o qual, de ahi a pouco lhe retribuiu a visita. Tanto um como outro offereceram *refrescos.*

Á noite houve illuminação geral na cidade, descargas de artilharia e repiques de sinos.

No dia 12, pelas 11 horas da manhã, assinaram-se as escrituras no palacio da Ajuda. Para assistirem a este acto foram avisados os fidalgos, titulares e grandes do reino, bem como alguns prelados que se encontravam em Lisboa. Fez de notario o Visconde de Villa Nova da Cerveira, por estar doente o ministro competente, Aires de Sá e Mello.

Ás quatro horas da tarde do mesmo dia, 12 de Abril de 1785, realizaram-se os desposorios de D. Mariana Victoria com D. Gabriel, na Capella Real da Ajuda. Sairam as Pessoas Reaes do palacio, acompanhadas pelo embaixador e por numeroso sequito, dirigindo-se para a Capella por uma *passagem coberta.* A noiva era conduzida pela mão da Rainha.

O Patriarcha, depois de ter recebido a procuração para D. Pedro III representar o noivo, e a dispensa de parentesco concedida pelo Papa, fez as perguntas do estilo. D. Mariana Victoria, antes de responder, ajoelhou-se e beijou as mãos de seus paes. Foi madrinha a Rainha D. Maria I.

Cantou-se em seguida um *Te-Deum* e houve benção solemne.

Quando esta festa terminou dirigiu-se o embaixador aos aposentos da Infanta, a quem entregou o retrato do noivo.

Á noite queimou-se bello fogo de vistas na Praça de Belem, que foi presenceado pela Familia Real, pela côrte e por muito povo. Toda a cidade se illuminou.

A seguir ao fogo houve *serenata* no salão de musica do palacio da Ajuda. Cantou-se um drama lyrico, allegorico aos dois casamentos, intitulado *Iminei dei Delfi,* cuja letra era de Caetano Martinelli e a musica de Antonio Leal Moreira, mestre do Seminario de Lisboa.

O dia 13 foi destinado á receepção official, á qual foram admittidas as duas Academias, da Historia e das Sciencias.

Á noite o Conde de Fernão Nunes offereceu á côrte sumptuosa festa no *palacio do Rocio.* Representou-se o drama lyrico *Os desposorios de Hercules e Hebe,* do qual se distribuiram exemplares impressos pelos convidados. A letra d'este drama foi escrita em Roma; a musica

era de Jeronymo Francisco Lima, tambem mestre do Seminario de Lisboa. Servin-se lauta ceia e houve baile, que terminou no dia seguinte ás sete horas da manhã [1].

A troca das Infantas, conforme se combinára, realizou-se em Villa Viçosa, no dia 8 de Maio de 1785. Para esse fim partiu D. Carlota Joaquina de Aranjuez com luzido acompanhamento, em 27 de Abril, isto é, dois dias depois de ter completado dez annos de idade. A 22 do mesmo mês embarcou a Familia Real Portuguesa no Caes de Belem.

A 7 de Maio chegou D. Carlota Joaquina a Badajoz, onde a foram cumprimentar alguns fidalgos portugueses, bem como o embaixador hespanhol. No dia seguinte de manhã seguiu para Villa Viçosa, onde já estava a côrte.

O Infante D. João foi esperar a sua noiva ao caminho. Quando a avistou apeou-se e com ella esteve conversando, durante cinco minutos, encostado á portinhola do coche.

A chegada da Infanta a Villa Viçosa foi imponente. O largo principal estava repleto de povo. Muitos regimentos faziam guarda de honra.

Quando parou o coche que conduzia D. Carlota Joaquina, o Infante D. João abriu a portinhola e offereceu o braço á sua esposa para a ajudar a subir até o alto da escadaria do palacio, onde a Familia Real estava reunida.

A meio da escada veio ao encontro dos noivos o Principe D. José [2].

Depois de receber muitos abraços e muitas provas de estima, foi D. Carlota Joaquina repousar durante alguns instantes. Em seguida cantou-se um *Te-Deum*. Quando este findou, trocaram-se as Infantas com o seguinte cerimonial: em uma das salas do palacio juntaram-se o Duque de Almodovar, o Conde de Valladares e muitos outros fidalgos, o primeiro como representante da Hespanha, o segundo como

---

[1] Acêrca do que se passou em Lisboa por occasião dos desposorios de D. Mariana com D. Gabriel, vid. o folheto: *Noticia das solemnes, e magnificas funçoens com que se celebrou na sempre Augusta cidade de Lisboa o despozorio da Serenissima Senhora Infanta Dona Marianna Victoria com o Serenissimo Senhor D. Gabriel Infante de Hespanha, nos dias 11 12 e 13 de Abril de 1785, exposta fielmente para gosto do respeitavel publico, com a demonstração de tão pompoza festividade. Lisboa,* MDCCLXXV (por engano, pois deveria ser, 1785). Bib. Nac. Historia, *Cartas e Noticias,* n.º 15:225.

[2] Vid. *Relação da chegada da Serenissima Senhora D. Carlota Joaquina a Villa Viçosa e das circumstancias que precederam e se seguiram,* na *Gazeta de Lisboa* de 1785. Figanière, na sua *Bibliographia Historica Portuguesa,* p. 106, n.º 563, cita um folheto com o mesmo titulo.

representante de Portugal. Saiu o Duque de Almodovar da sala, onde de ahi a instantes voltou trazendo pela mão D. Carlota Joaquina. Proferido um breve discurso, foi a Infanta entregue ao Conde de Valladares e por este conduzida aos aposentos que lhe estavam destinados. Pouco depois voltou o Conde acompanhado de D. Mariana Victoria, a qual foi entregue ao Duque, com identicas formalidades.

Durante alguns dias se festejou este acontecimento. A Familia Real jantou em publico, houve *picaria* em que tomaram parte o Principe D. José e o Infante D. João, montados em soberbos cavallos de raça portuguesa, etc.

No dia 10 fez-se entrega das joias[1] e dos enxovaes.

No dia 11, que coincidia com o anniversario de D. Gabriel, a Familia Real deu beija-mão ás pessoas da côrte e houve serenata, na qual tomou parte uma das Infantas, que cantou duas arias.

Partiu D. Mariana Victoria para Hespanha, com numeroso acompanhamento, no dia 12.

Depois de ter feito viagem triunfal, chegou a Aranjuez em 23 de Maio (1785). Nesse mesmo dia se ratificou solemnemente o seu casamento com D. Gabriel, facto que foi novamente festejado[2].

Depois da partida da Infanta para Hespanha, ainda a Familia Real se conservou durante alguns dias em Villa Viçosa, d'onde se retirou no principio de Junho. A 8 d'este mês veio desembarcar no caes de Belem, onde era esperada por muito povo. No dia seguinte, 9 de Junho de 1785, foi solemnemente ratificado, na Capella Real da Ajuda, o casamento do Infante D. João com D. Carlota Joaquina. Para festejar este acto cantou-se á noite no Paço uma opera nova, intitulada *Neptuno ed Egle*, cuja musica, *admiravel*, era de João de Sousa Carvalho. Durante tres dias houve illuminação, descargas de artilharia, etc.

O Conde de Fernão Nunes, que não acompanhou D. Mariana Victoria para Hespanha, quis celebrar este acontecimento em Lisboa

---

[1] Por curiosidade apresentamos a lista dos principaes presentes que D. Carlota Joaquina recebeu: De D. Maria I, um par de brincos com pingentes de brilhantes, um collar de brilhantes e um ramo de pedras preciosas; de D. Pedro III, uma grande pluma de diamantes; do Principe do Brasil, D. José, dois anneis de brilhantes; da Princesa do Brasil, uma pluma de brilhantes; da Infanta D. Mariana, uma pluma de esmeraldas e brilhantes; da outra Infanta, um relogio; do noivo, dois braceletes com monogrammas.

[2] Vid. *Relação das formalidades da despedida da Serenissima Senhora Infanta D. Marianna Victoria: das particularidades da sua jornada desde Villa Viçosa até Aranjuez: e da sua chegada e recebimento na côrte d'Hespanha*. Lisboa 1785. Folheto de 8 paginas. Bib. Nac. Historia, *Relações*, n.º 14:946.

com sumptuosas festas que deu no palacio do Rocio, nos dias 15 e 18 de Junho[1].

Todo o palacio foi ornamentado por fóra com columnas, estatuas, balaustres, vasos, etc., e por dentro com ricos tapetes, bellas pinturas e muitas flores. A illuminação era feita com 3:878 velas de cêra. No largo do Rocio armou se um arco de triunfo, aos lados do qual se construiram dois obeliscos.

Começou a festa do dia 15, logo ao anoitecer. Desde a porta de entrada até a sala onde a embaixatriz aguardava os convidados, estavam distribuidos, por differentes pontos, muitos criados de libré, pagens e gentis-homens. O Conde da Ega, D. José de Meneses, filho do Conde de Marialva, D. Caetano de Noronha, filho do Marquês de Angeja e D. Fernando de Lima, filho do Visconde de Villa Nova da Cerveira, bem como os secretarios das embaixadas e legações estrangeiras, faziam de mestres de cerimonias e conduziam as senhoras pelo braço.

Cinco cantores executaram magistralmente o drama lyrico allegorico, *A volta de Astrea á Terra*. Houve refrescos e magnifica ceia que foi servida em dez mesas, ricamente enfeitadas, que comportavam ao todo 370 logares. Os criados graves tambem cearam em quarto separado, onde estava armada uma mesa de 60 talheres. Nella se serviram, por turnos, 500 pessoas.

A certas horas da noite o embaixador escolheu a Marquesa das Minas para par, e rompeu o baile que só terminou no dia seguinte.

No largo do Rocio mais de 30:000 pessoas estiveram a ouvir musica e a ver as illuminações. Tão deslumbrantes foram estas que, na noite seguinte, até a Familia Real as quis ver.

Foi esta festa destinada exclusivamente ás pessoas da côrte. A rigorosa etiqueta, que então dominava, assim o exigia.

Querendo, porém, o embaixador dar uma prova de especial consideração a muitas pessoas distinctas, que a ella não puderam assistir por aquelle motivo, offereceu-lhes um baile no dia 18. Fizeram-se 900 convites e permittiu-se a entrada a quem tinha assistido á festa no dia 15.

---

[1] Vid. o folheto intitulado: *Relação das festividades com que o Excellentissimo Conde de Fernan Nuñes, Embaixador Extraordinario de S. M. Catholica, celebrou novamente nesta cidade nos dias 15 e 18 de Junho os felices Desposorios dos Senhores Infantes de Portugal e Hespanha, e com especialidade a chegada da Serenissima Senhora D. Carlota Joaquina a este reino.* Lisboa, 1785. Tem 8 paginas. Bib. Nac. Historia, *Relações*, n.º 14:946.

Para, até certo ponto, se estabelecer relativa igualdade entre todos os convidados, a fim de se evitarem questões de precedencias e de etiquetas, resolveu o Conde de Fernão Nunes que este baile fosse de mascaras, não sendo comtudo permittido o uso de mascara na cara.

Houve refrescos, boa ceia, illuminações, baile, etc. Ás senhoras offereceu o embaixador, gentilmente, grande profusão de ramos de flores artificiaes, que, expressamente para esse fim havia encommendado em Madrid. Nas salas do buffete e no jardim conservaram-se, *até muito de dia,* bastantes mesas com magnificos manjares e boas bebidas [1].

Algumas poesias se fizeram a proposito d'estes enlaces.

Antonio da Silva e Faria compôs um epigramma em latim [2], e outro poeta escreveu uma ecloga, na qual figuram quatro *interlocutores,*

---

[1] Vem desenvolvidamente narrados os pormenores relativos aos dois casamentos de que temos tratado, não só nos folhetos já citados, como tambem nas *Gazetas de Lisboa* do anno de 1785, passim. Vid. tambem o interessante livro do Sr. Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal,* tomo II, p. 211 e sgs. bem como uns folhetins, publicados no n.º 73 (4 de Abril de 1877) e sgs. do jornal *O Progresso* (jornal progressista começado a publicar em Lisboa no mês de Janeiro de 1877) que têm por titulo: «O casamento da Senhora D. Carlota Joaquina». É este trabalho citado pelo Sr. Benevides, que o attribue a M. E. Lobo de Bulhões.

No archivo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros (Ministerios antigos, armario n.º 1, caixa n.º 1, maço n.º 3) ha umas cartas dirigidas pelo Visconde de Villa Nova da Cerveira a Aires de Sá e Mello, que se referem tambem aos mesmos casamentos.

Tratam de alguns assuntos interessantes, como, por exemplo, fixação de datas para a celebração dos desposorios, fórma como deveria ser tratada a embaixatriz, esposa de Fernão Nunes, etc. D'estas cartas colhemos a seguinte curiosa noticia: a Infanta D. Mariana Victoria, no dia immediato ao da sua chegada a Madrid, devia pentear-se no toucador da Princesa das Asturias e esta lhe daria não só tudo o que trouxesse na cabeça como até o proprio vestido. Queria D. Maria I saber se isto era etiqueta e costume em Hespanha, ou se representava simples attenção.

O Visconde mandou pedir a Aires de Sá e Mello a medida da altura da Infanta para enviar para Madrid.

No armario n.º 30, caixa n.º 23, maço n.º 35, do mesmo archivo ha mais um maço de documentos com a seguinte designação: *Ordens e disposições que precederam a entrada publica e audiencia de formalidade que a Rainha concedeu a Fernam Nunes.* Contém minutas de avisos que se expediram aos fidalgos e ás autoridades, listas de nomes com indicação dos tratamentos a que tinham direito, formulas de avisos que se dirigiram ao embaixador, ordem do cortejo, etc.

[2] *August. Principibus Seren. Hispaniae et Portugalliae Infantibus, Dominae D. Carlotae, pariterque Regali Sponso Domino D. Joanni in eorum nuptiis felicissimis. Epigramma. Olisipone, 1785.* Existe na livraria do Sr. Conde de Sabugosa. Vid. o *Catalogo methodico da livraria dos Marqueses de Sabugosa,* p. 201.

Patereulo, Alvinia, Galatea e *Leonida,* intitulada: *A consolação das pastoras do Tejo pela vinda a Portugal da Serenissima Senhora Infanta D. Carlota Joaquina*[1], cujo sentido, em resumo, é este: as pastoras estavam profundamente tristes, por causa da saida da Infanta D. Maria (Anna); ficaram, porém, *consoladas* com a vinda de D. Carlota.

Um *inspirado* escritor (J. M. N. C. B. A.) tambem compôs os *Elogios nos felicissimos espozorios dos Serinissimos senhores infantes de Portugal recitados por Hymeneo no Templo da Virtude*[2], parte em prosa e outra parte em verso.

Em todo o reino se celebraram os desposorios com ruidosas festas, cujas descrições foram publicadas nas *Gazetas de Lisboa,* no anno de 1785.

Em Coimbra, por exemplo, subiu um balão no qual iam pintadas duas medalhas romanas: uma allusiva á Concordia, outra á Esperança. Sobre a torre da Universidade collocaram uma grande coroa real, illuminada. Houvé *Te-Deum,* illuminações e outros festejos.

Tanto o Infante D. João como D. Carlota Joaquina eram ainda muito novos quando casaram. Elle contava 18 annos e ella apenas 10.

Póde dizer-se que entre ambos nunca reinou boa harmonia.

Durante as negociações para o casamento o Marquês de Louriçal, embaixador em Madrid, enalteceu, tanto a belleza, como as qualidades da joven Infanta. Segundo elle, Carlota Joaquina era magra e muito bem feita de corpo. As suas feições eram perfeitas, e tinha os dentes muito brancos. Um unico defeito lhe notava (!), os sinaes de bexigas que ainda se não tinham desvanecido. A sua educação era esmerada. Nos exames que fizera em publico, tanto de linguas como de sciencias e de dança, havia dado provas de grande talento[3]. Sabia muito de latim.

Cremos, porém, que toda aquella viveza de espirito, que tão precocemente se manifestava, deveria já então denunciar o caracter irrequieto, ambicioso e cruel da futura Rainha, que tão graves discordias provocou entre o seu povo e que tanto martyrizou o marido, aquelle

---

[1] Folheto impresso em Lisboa no anno de 1785. Ha um exemplar na Bibl. Nac., secção de literatura, n.º 1:292.

[2] Possuimos um exemplar, impresso em Lisboa em 1785.

[3] Vid. Latino Coelho, *Historia politica e militar de Portugal,* t. II, p. 89, nota n.º 1, onde vem citado um officio do Marquês de Louriçal, de 15 de Novembro de 1783, que o A. encontrou no Archivo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros. Vid. tambem a nota de p. 90.

pobre e desgraçado monarcha, de quem a Historia só tem de censurar a excessiva bondade... e alguma fraqueza.

Retrato de Carlota Joaquina, bem diverso d'aquelle que o Marquês de Louriçal descreve, nos apresentam alguns historiadores modernos. Mas estes retratam-na na epoca em que ella, na força da vida, empregava toda a sua actividade em machinações e intrigas politicas, com o fim de alcançar um throno só para si, que tanto ambicionou mas que nunca conseguiu.

D. Mariana Victoria e D. Gabriel pouco tempo viveram depois do casamento. Tiveram um filho, o Infante D. Pedro Carlos, que foi almirante da marinha portuguesa e presidente da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

*

Para commemorar o casamento do Infante D. João com D. Carlota Joaquina e o de D. Mariana Victoria com D. Gabriel de Hespanha, mandou o Conde de Fernão Nunes, D. Carlos José Gutierrez de los Rios, cunhar, á sua custa, a seguinte medalha, vid. fig. 1.ª

Anv. Dois *Genios*, de pé, junto de uma ara circular ornamentada, seguram, por cima do fogo, quatro corações em chammas. No alto paira, entre nuvens, a figura do Hymineu, o qual segura o competente facho e colloca uma coroa de rosas e mirto sobre os corações.

Ao fundo, do lado esquerdo, vêem-se representados o edificio da Praça do Commercio e a estatua equestre, e á direita o Palacio Real de Madrid.

Junto do *Genio* do lado esquerdo ha uma anfora tombada, que derrama agua, sobre a qual está escrito TAG. Symboliza o rio Tejo (em latim *Tagus*). Junto do outro *Genio* ha tambem uma anfora, que tem escrito MANZ. Symboliza o rio Manzanares.

No arco superior da orla tem a seguinte legenda: AUGUSTA · CONNUBIA · DIUTURNÆ · FELICITATIS · PIGNORA. Na ara está inscrita a data, 17–85, e no exergo, em duas linhas, tem mais o seguinte:

MATR · 27 · MART
OLISIP · 12 · APRIL

São estas as datas em que, como dissemos, se celebraram os desposorios, *por procuração:* a 27 de Março de 1785 casou em Madrid, no Palacio Real, D. Carlota com D. João; em 12 de Abril do mesmo anno casou em Lisboa, na Capella Real da Ajuda, D. Mariana com D. Gabriel.

℟. No campo, dentro de uma coroa de rosas e mirto, que é atada em baixo com um laço para symbolizar *união,* em cinco linhas, tem inscrito o seguinte:

GEMINATAM
POPULORUM
LAETITIAM
GRATULATUR
C. C. F. N. L. H.

Estas seis ultimas letras são as iniciaes do nome, titulo e cargo do offerente da medalha: C(arolus). C(omes). F(ernan) N(unencis). L(egatus) H(ispaniae).

Esta medalha da nossa collecção é de prata. Pesa 37,1 grammas. Tem de diametro 42,5 mill. e de espessura 3,5 mill. Está muito bem conservada. Cunharam-se, segundo parece, exemplares de ouro, de prata, de cobre e de chumbo ou estanho. Não sendo commum, não póde comtudo considerar-se muito rara, o que demonstra que a cunhagem foi grande.

Vem estampada e descrita na obra de Lopes Fernandes, *Memoria das Medalhas, etc.,* n.º 63, no folheto que adeante vae reproduzido em fac-simile, e no livro a que nos havemos de referir, *Memorias historicas de los desposorios, etc.,* p. 247.

Vem somente descrita: no *Supplemento extraordinario á Gazeta de Lisboa,* de sexta-feira 24 de Junho de 1785, 4.ª pagina; no folheto, já citado, *Relação das festividades... que o Conde de Fernam Nunes... deu novamente...nos dias 15 e 18 de Junho;* na *Histoire du Travail,* de Aragão, n.º 1:405 (AE); no *Catalogo da collecção de Eduardo do Carmo,* n.º 35 (PL); no catalogo *Medalhas do Museu Municipal do Porto,* n.º 35 (PL), e no *Catalogo das Moedas e Medalhas do Museu do Carmo,* 1.ª serie, Medalhas portuguesas, n.º 14 (AE).

Figurou tambem em alguns catalogos de venda da Casa Liquidadora, de D. Maria Guilhermina de Jesus. No Catalogo de 1891, p. 81, n.º 1:092, vem indicado um exemplar de ouro, que pesava 35,5 grammas.

Foi já reproduzida pelo processo da galvanoplastia.

Era esta uma das 29 medalhas que faziam parte de um dos quadros feitos por Bouch em 1795, como consta do prospecto por este publicado [1].

---

[1] Depois de muito procurarmos o prospecto e os dois quadros de medalhas feitos por Bouch, de cuja existencia tinhamos conhecimento pelo livro de Lopes Fernandes, *Memoria das Medalhas,* p. 2, conseguimos finalmente ler o prospecto, que é muito interessante; ainda nos falta, porém, ver os quadros. O prospecto

Nesse quadro, por baixo de cada medalha, havia um letreiro. Esta tinha o seguinte: «Epoca memoravel nos Annaes da Hespanha e Portugal[1]».

Segundo consta do folheto que adeante vae reproduzido em facsimile, *la invencion de esta medalla es del Abate Garnier*... Cumpre-nos, pois, dar breve noticia biographica d'este personagem[2].

O P.e Charles François Garnier, doutor em Theologia, nascido em França (na Lorena), foi o primeiro capellão *Francês* que houve na Igreja de S. Luis[3].

Exerceu o seu mister durante cêrca de 40 annos, vindo a fallecer no dia 14 de Junho de 1804.

Foi sepultado, no dia seguinte, na propria igreja de S. Luis[4].

Desempenhou Garnier importante papel na alta politica[5], e era muito estimado pela sociedade.

Foi colleccionador de moedas e de medalhas, bem como de outras antiguidades, como se prova com as referencias que ao seu notavel museu são feitas nos almanaques de Lisboa, desde o anno de 1789 até o anno de 1803. Bastante tempo depois da sua morte, diz o Dr. Teixeira de Aragão, o Consul de França Cesar Famin, tambem numismata,

---

que vimos pertenceu ao proprio Lopes Fernandes, e foi-nos amavelmente emprestado pelo seu actual possuidor, o illustrado Tenente de Artilharia e distincto amador da Medalhistica Sr. Henrique de Campos Ferreira Lima, a quem estamos, por isso, muito reconhecidos. Juntamente com o prospecto possue o mesmo senhor bastantes papeis, apontamentos, notas, etc., de Lopes Fernandes.

[1] Esta informação já a colhemos nos apontamentos de Lopes Fernandes.

[2] Alcançámos algumas informações para a biographia de Garnier na igreja de S. Luis, em cujo archivo existe um livro manuscrito que trata do assunto. Ao actual capellão, Mr. Désirè Caullet, agradecemos a amabilidade com que nos attendeu e o auxilio que nos prestou.

[3] A igreja e confraria de S. Luis, Rei de França, foram instituidas em Lisboa no meado do seculo XVI, para exercicio do culto e protecção aos marinheiros Franceses enfermos.

Construiu-se a igreja junto, mas fóra, das antigas portas de Santo Antão.

Em 1755 caiu com o terremoto e dez annos depois começou a ser reconstruida, devido aos esforços que para esse fim empregou o embaixador Francês em Lisboa, o Conde de Saint Priest, que deu o plano para o novo templo.

Annexo á igreja ha um edificio, no qual esteve installado o hospital que a confraria mantem para tratamento dos Franceses. Modernamente foi este hospital transferido para a Rua de Luz Soriano.

[4] Vid. no archivo da igreja o livro do registo dos obitos.

[5] Como se deprehende das cartas que elle escreveu sobre assuntos politicos, que são citadas por Latino Coelho, *Historia politica e militar*, t. II, pp. 58, 61 e outras, em notas.

tratou de indagar o destino que havia levado aquelle museu, mas nada conseguiu saber.

Das medalhas de Garnier se serviu Bouch para fazer as suas reproducções [1].

Com extraordinario zelo empregou o antigo capellão de S. Luis os seus esforços para conseguir a completa restauração da igreja.

Elle mesmo presidia aos trabalhos, pagava aos operarios, e por seu proprio punho modificava o plano, conforme as necessidades de momento.

Tinha especial vocação para as bellas-artes; pintava e desenhava. Crê-se que é obra sua a pintura do tecto da igreja.

Vê-se assim que Garnier vivia na alta sociedade, colleccionava medalhas e tinha habilidade para o desenho. Fica, pois, explicada a sua interferencia na execução da medalha.

O Conde de Fernão Nunes encarregou o gravador José Gaspard de abrir os cunhos, e pediu ao governo licença para que a medalha fosse cunhada na Casa da Moeda de Lisboa, bem como autorização para que esta Casa lhe ministrasse o ouro de que necessitava, o que tudo consta dos seguintes registos [2]:

1. Reg.to de hum Avizo sobre hũa medalha do Embayxador de Hespanha

Ao Abridor Gaspar mandou o Embayxador de Hespanha fazer hũa medalha, o qual me pede lha deixe cunhar nessa Caza da Moeda; o q. v. m.ce lhe facilitará, praticando neste cazo o mesmo que em outros similhantes se tiver observado. Deos guarde a v. m.ce Lumiar 6 de Junho de 1785.=Marquez de Anjeja=Sr. José Gomes Ribeiro=Cumprasse e registesse. Lisboa 6 de Junho de 1785.=Ribeiro=Antonio Carvalho.

2. Avizo para nesta Caza da Moeda se vender o ouro de q. necessitar o Embaixador de Hespanha p.a humas medalhas

Vossa mercê mandará dar á ordem do Embaixador de Hespanha o ouro de que necessitar para as Medalhas que pertende cunhar nessa Caza da Moeda; praticando a este respeito o mesmo que se custuma praticar com as mais pessoas, a quem v. m.ce manda dar dessa Caza o ouro de que necessitão. Deos guarde a v. m.ce Lumiar 17 de Junho de 1785.=Marquez de Angeja.=Sr. José Gomes Ribeiro.=Antonio Carvalho.

---

[1] Vid. Dr. Teixeira de Aragão, *Descripção geral e historica das moedas, etc.*, t. I, p. 110. Note-se que o appelido é *Garnier* e não *Granier*, como vem em Aragão, que assim o transcreveu dos almanaques.

[2] Vid. no archivo da Casa da Moeda o liv. 11 do registo geral, fl. 3 e 4 *v.* Foram estes avisos citados, mas não transcritos, por Aragão, no t. II, p. 122, da sua obra. Com estes documentos desvaneceu este numismata as duvidas, que Lopes Fernandes tinha, acêrca do local onde a medalha havia sido cunhada.

No final do folheto que vae reproduzido diz-se, a respeito da medalha: «la grabó [1] Don Joseph Gaspar, primer Grabador de la Casa de la Moneda de Lisboa, á 7 de Junio de 1785».

Combinando esta data com as datas dos avisos —6 e 17 de Junho— deprehende-se que a cunhagem dos exemplares de cobre ou prata é que começou logo no dia seguinte ao da recepção, na Casa da Moeda, do primeiro aviso. Os exemplares de ouro só se poderiam cunhar depois da autorização dada no segundo aviso, que é datado de 17 de Junho.

José Gaspard era um artista flamengo que veio para Lisboa, onde executou muitos trabalhos de gravura, não só de cunhos para medalhas, como tambem de armas, de pedras finas e de sellos. Por alvará de 4 de Setembro de 1773 foi nomeado abridor de cunhos da Casa da Moeda, para a vaga deixada por Antonio Mengin. Era artista bastante habil, como o attestam as medalhas que gravou:—a da Fabrica das Sedas (L. Fernandes, n.º 73); as do convento do Coração de Jesus (L. F., n.ºs 55, 56 e 57); e esta de que temos tratado. Em nenhuma d'ellas, porém, figura a sua assinatura.

Falleceu este gravador, de idade avançada, no anno de 1812[2].

*

Ha uns pequenos quadros, muito interessantes, que tem as duas faces da medalha, de que temos tratado, estampadas em folha (?) e colladas a par sobre um chapa de madeira forrada de papel azul. Em volta tem caixilho de madeira preta, no qual está adaptada uma argola, para se suspender. Possuimos um d'esses quadros, que vae reproduzido, em tamanho natural, na fig. 2.ª e temos conhecimento da existencia de mais dois: um está na collecção da Academia Real das Sciencias, o outro pertencia a um irmão nosso que o offereceu ao Museu Ethnologico Português.

[1] O termo *grabó* deve significar «cunhou».

[2] Para a biographia de *Gaspar*, *Gaspard* ou *Gaspart* vejam-se e confrontem-se os seguintes trabalhos: *Collecção de Memorias relativas ás vidas ... dos gravadores portugueses e dos estrangeiros que estiveram em Portugal*, por Cyrillo Volkmar Machado, p. 280 (na biographia de Simão Francisco dos Santos): *Lista de alguns artistas, etc.*, pelo Bispo Conde, D. Francisco, p. 56. *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, pelo Conde de Raczynski, s. v. *Joseph* (Gaspar), p. 166 e s. v. *Santos*, p. 259, in fine. Aragão, *obra citada*, t. I, p. 83, e t. III, p. 603.

*

Encontrámos, por acaso, na Biblioteca Nacional, um curioso folheto explicativo da medalha de que nos temos occupado, o qual fizemos reproduzir pelo processo da zincogravura, para ficar appenso a este trabalho.

Esse folheto está contido em uma *Miscellanea,* em cuja lombada se lê: *Obras varias,* e que figura no catalogo com o n.º 14:868 (preto), na secção de Historia.

Tem as paginas divididas em duas columnas; a columna do lado esquerdo é escrita em hespanhol e a do lado direito em francês. Para evitarmos repetições escusadas diremos o seu titulo apenas na primeira d'estas linguas. E o seguinte: *Lamina que representa la medalla acuñada con motivo de los augustos desposorios de los serenisimos señores Infantes de España, Doña Carlota, y Don Gabriel, y los señores Infantes de Portugal Don Juan, y D.ª Mariana Victoria, celebrados en las cortes de Madrid y Lisboa en los dias 27 de Marzo, y 12 de Abril del año de 1785, explicacion y circunstancias de ellos.*

Não tem data nem indicação do logar onde foi impresso. Tudo leva a crer, que foi distribuido juntamente com a medalha. A estampa d'esta vem no alto da primeira pagina. Está assinada por «Joaquim Pro...».

Cremos que este folheto é muito raro, pois que debalde o procurámos em varias bibliotecas, tanto publicas como particulares. Como não encontrámos outro exemplar, vimo-nos forçados a reproduzir o da Bibliotheca Nacional [1], que, por fatalidade, tem um grande defeito. Um inconsciente encadernador ao cortar lhe as margens, aparou-as de tal modo que em algumas paginas (1.ª, 2.ª e 5.ª) o texto ficou offendido!!

A estampa da medalha e a assinatura que lhe está junta tambem foram attingidas!

No fac-simile nada alterámos, por isso o leitor terá de completar as palavras que estão cortadas, o que felizmente não é difficil.

Em algumas paginas ha numeros escritos a tinta, alguns dos quaes estão riscados. Esta numeração deve ser antiga. Por baixo do L ini-

[1] Ao Sr. Dr. Xavier da Cunha, illustre director da Biblioteca Nacional, agradecemos, muito reconhecidos, o ter-nos concedido autorização para reproduzirmos o folheto.

cial do frontispicio ha um traço a tinta, e ao lado esquerdo da mesma letra um ponto.

*

Numa sessão da Academia Real da Historia, de Madrid, participou o Duque de Almodovar que tinha sido nomeado mordomo da Infanta D. Mariana Victoria, e despediu-se dos seus consocios por ter de partir para Portugal. Lembraram-se então os academicos de lhe pedir que redigisse umas *memorias* acêrca dos casamentos dos Infantes portugueses e hespanhoes.

Não pôde o Duque desempenhar-se do encargo por falta de tempo, mas não querendo que o desejo da Academia deixasse de se cumprir, encarregou o seu secretario, D. Bernardino Herrera, de escrever as referidas *memorias*. Foram estas publicadas com o seguinte titulo: *Memorias historicas de los desposorios, viajes, entregas y respectivas funciones de las Reales Bodas de las serenisimas infantas de España y de Portugal la Señora Doña Carlota Joachina, y la señora Doña Mariana Victoria, en el año de 1785: escriptas en el siguiente de 1786 por D. Bernardino Herrera.* Madrid 1787. Livro de 250 paginas [1].

Contém estas memorias a historia dos dois casamentos (até p. 86), e um appendice de documentos, taes como: artigos preliminares dos contratos matrimoniaes, procurações, listas de presentes, decretos de Carlos III, etc. No fim do livro, figurando como documento (n.º XXIII), vem a transcripção, sómente da parte escrita em hespanhol, do folheto que, junto ao presente trabalho, vae reproduzido em fac-simile. A estampa da medalha, a qual esta assinada por «M.º S.», tambem foi copiada.

Nota—Os trabalhos de photogravura e zincogravura que acompanham este artigo, foram executados nas officinas do Sr. Thomás Bordallo Pinheiro.

Depois de termos concluido este trabalho soubemos que o Museu de Garnier foi vendido em leilão. Vid. *Gazeta de Lisboa* de 1805, supp. ao n.º 39 e n.º 47, e *Gaz.* de 1807, supp. ao n.º 11. Devemos esta informação ao Sr. P. A. de Azevedo.

Junqueira, Agosto de 1907.

Arthur Lamas.

---

[1] Deu-nos conhecimento d'este livro o illustrado bibliophilo, o Sr. Annibal Fernandes Thomás, que o possue na sua esplendida biblioteca. Muito agradecemos não só a indicação como tambem o emprestimo.

Dá-se a coincidencia de ser este o exemplar que pertenceu ao antigo capellão de S. Luis, que interveio na execução da medalha, como consta do autographo que nelle se lê: *Ex Libris Caroli—Francisc Garnier et Amicorum* */.

ESTAMPA I

Fig. 1.ª

ESTAMPA II

Fig. 2.ª

LAMINA

QUE REPRESENTA

LA MEDALLA ACUÑADA

CON MOTIVO

DE LOS AUGUSTOS DESPOSORIOS

DE LOS SERENÍSIMOS SEÑORES

INFANTES DE ESPAÑA,

DOÑA CARLOTA,

Y

DON GABRIEL,

Y LOS SEÑORES

INFANTES DE PORTUGAL

DON JUAN,

Y

D.ª MARIANA VICTORIA,

CELEBRADOS EN LAS CORTES

DE MADRID Y LISBOA

EN LOS DIAS

27 DE MARZO, Y 12 DE ABRIL

DEL AÑO DE 1785,

EXPLICACION Y CIRCUNSTANCIAS

DE ELLOS.

PLANCHE 7

QUI REPRÉSENTE

LA MÉDAILLE FRAPPÉE

À L'OCCASION

DU MARIAGE

DE DON GABRIEL,

INFANT D'ESPAGNE,

AVEC

L'INFANTE DE PORTUGAL

DOÑA MARIE-VICTOIRE,

ET

DE DON JEAN,

INFANT DE PORTUGAL,

AVEC

L'INFANTE D'ESPAGNE

DOÑA CHARLOTTE,

DONT LA CÉRÉMONIE

A ÉTÉ FAITE RESPECTIVEMENT

A MADRID

LE 27 DU MOIS DE MARS

ET A LISBONNE

LE 12 DU MOIS D'AVRIL

DE L'ANNÉE 1785,

OÙ L'ON REPRÉSENTE

TOUTES LAS CIRCONSTANCES

DE CES DEUX ÉVENEMENS.

S.M.C. el Rey Don cárlos III. y SS. MM. FF. la Reyna Doña María I. y su Esposo y Tio el Rey D. Pedro III. unánimes en sus deseos de estrechar mas y mas los vínculos que tan felizmente los unen, y de perpetuar en sus Reales Familias la buena correspondencia y harmonía que tienen, han considerado, que una duplicada alianza entre sus Augustos Hijos, sería el mas proporcionado medio de conseguir un bien tan

Sa Majesté Catholique Roy CHARLES *III. & le Majestés Tres-Fideles Reyne Marie I. & s Epoux & Oncle le R Pierre III. egalement a mées du desir de resserr les noeuds qui les unisse si heureusement, et de pe petuer dans leurs Roya Maisons la bonne intel gence et l'harmonie qui subsistent, ont pensé qu'u double alliance entre leu Augustes Enfants étoit que la prudence pouvoit im*

tajoso á ambos Esta-

Concluidas por las dos
tes las disposiciones pa-
a celebridad de los Rea-
Desposorios, el Sereni-
o Señor Infante de Por-
al Don Juan, represen-
o por el Rey de España,
desposó en Madrid á 27
Marzo de 1785 con la
enísima Señora Infanta
España Doña Carlota
quina, hija de los Sere-
mos Señores Príncipes de
turias; y el Serenísimo
ior Infante de España
n Gabriel Antonio, re-
sentado por el Rey de
rtugal, se desposó en Lis-
á 12 de Abril del mis-
año con la Serenísima
ñora Doña Mariana Vic-
ia Infanta de Portugal.

El Conde de Fernan-Nu-
z, nombrado Embaxador
traordinario y Plenipo-
nciario por S. M. C. para

*giner de plus propre à pro-
duire un bien si avantageux
aux deux Couronnes.*

*Les dispositions de l'une
et l'autre Cour étant faites
pour la celebration des ma-
riages, S. A. l' Infant de
Portugal D. Jean, repré-
senté par le Roy d'Espagne,
épousa à Madrid S. A. Ma-
dame l' Infante d' Espagne
Doña Charlote Joaquine fille
du Prince et de la Prin-
cesse des Asturies, le 27
Mars 1785; et S. A. l' In-
fant d' Espagne Don Ga-
briel Antoine, représenté
par le Roy de Portugal,
épousa à Lisbonne le 12
Avril suivant, S. A. Ma-
dame l' Infante de Portu-
gal Doña Marianne Vic-
toire.*

*Dans la vue de perpe-
tuer le souvenir de cette dou-
ble union, M. le Comte de
Fernan-Nuñez, nommé Am-*

pedir la Serenísima Señora Infanta Doña Mariana Victoria para Esposa del Serenísimo Señor Infante D. Gabriel en la Corte de Lisboa, desea perpetuar en una medalla la memoria de estos augustos enlaces.

Se representa en ella un altar de la antigüedad, sobre el qual dos Génios están formando la union de los corazones, sobre los quales Himeneo coloca una corona de rosas y mirto: en la basa se lee la época de tan feliz suceso, que es considerado con razon como una preciosa prenda de la duracion de la felicidad pública, expresada por el lema AUGUSTA. CONNUBIA. DIUTURNÆ. FELICITATIS. PIGNORA. Á lo léjos se descubren dos Paises regados por los rios Manzanáres y Tajo, y las vistas de Madrid y

bassadeur Extraordinaire et Ministre Plenipotenciaire par S. M. C. pour faire à leurs Majestés Tres-Fideles la demande de Madame la Serenissime Infante Doña Marianne Victoire pour Epouse du Serenissime Infant Don Gabriel, a fait graver cette médaille.

On y voit un autel antique, sur le quel deux amours forment l'union des coeurs que l' Hyménée couvre d'une couronne de roses et de myrthe, et sur la base l'époque de cet heureux évenement consideré avec raison comme un gage précieux de la durée de la félicité publique, selon l'expression de la légende AUGUSTA. CONNUBIA. DIUTURNÆ. FELICITATIS. PIGNORA. On apperçoit dans le lointain des pays arrosés par le Mançanares et par le Tage; et les vues qu'on y remarque sont celles de Ma-

Lisboa, por haberse celebrado en estas Cortes los Reales Desposorios, como lo manifiesta el exêrgo

drid, et de Lisbonne, où ces mariages ont été célébrés, comme l'exergue l'indique

MATR. XXVII. MART
OLYSIP. XII. APR

MATR. XXVII. MART
OLYSIP. XII. APR

Una corona compuesta de dos ramas de rosal y de mirto, cuyas extremidades terminan en un lazo, símbolo de la union, ocupa el reverso de la medalla, y en medio de dicha corona se lee la inscripcion siguiente:

Sur le revers on lit, dans une couronne formée de deux branches de rosier et de myrthe, l'inscription suivante.

GEMINATAM
POPULORUM
LÆTITIAM
GRATULATUR
C. C. F. N. L. H.

GEMINATAM
POPULORUM
LÆTITIAM
GRATULATUR
C. C. F. N. L. H.

Las letras iniciales de la inscripcion, en que pudiera haber alguna duda, dicen: CAROLUS COMES FERNAN NUNENCIS LEGATUS HISPANIÆ.

Les lettres initiales qui se trouven à l'inscription disent: CAROLUS COMES FERNAN NUNENCIS LEGATUS HISPANIÆ.

La invencion de esta me-

L'invention de la Mé-

dalla es del Abate Garnier, Capellan de la Real Capilla de San Luis perteneciente á la Nacion Francesa en esta Corte.

La grabó Don Joseph Gaspar, primer Grabador de la Casa de la Moneda de Lisboa, á 7 de Junio de 1785.

daille est de Mr. l'A Garnier, Aumonier de Chapelle Royale de Sa Louis apartenant à la Nat Françoise dans cette Cour

Grave par Mr. Gasp. premier Graveur de la M. son de la Monnoie de Lisbon le 7 Juin 1785.

Fac-simile para *O Archeologo Português*, vol. XII

Antigualhas trasmontanas

1. Anta ou mamôa de Donai

Donai é um pequeno povoado que fica a 7 kilometros a noroeste de Bragança. Entre outros vestigios archeologicos que contém[1] avulta a 300 metros proximamente, ao Poente, no meio de um prado natural ou, lameiro, no sitio da Devesa, um monticulo de terra representado nesta photographia, que d'elle tirei, em companhia dos meus camaradas e amigos, majores de infantaria n.º 10, Castro, e Sousa.

Fig. 1.ª — Mamôa de Donai — Vista de Leste

Refere-se já a elle o illustre e fallecido professor do Lyceu José Henriques Pinheiro, no seu *Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga* (1893), dizendo a p. 102: «Percorri varias vezes os terrenos que pertencem a Donai, Saboriz e a Lagomar; e por vezes me chamou a attenção um monticulo que existe entre Lagomar e Donai: é uma anta que não era conheeida e tem o nome de Tombeiri-

[1] Veja-se *Boletim da Soc. de Geogr. de Lisboa*, n.os 3 e 4, 1898-1899 (*Bragança e Bemquerença*), p. 48.

Fig. 2.ª – Castello de Robordãos — Visto de Leste (Veja-se a sua lenda em *O Arch. Port.*, III, 115)

nho. Foi por mim explorada, e encontrei machados de pedra, facas de silex, um percutor, etc., que existem no Museu Martins Sarmento. Este monumento é propriedade d'esta Sociedade». (Fig. 1.ª).

Fig. 3.ª — O pelourinho de Robordãos

Nota-se bem, e soube-se por informações, que a exploração se fez muito superficialmente, sendo para desejar que a benemerita Sociedade a que pertence mande proceder a novas pesquisas, porque de certo ha de colher bons resultados. E de lamentar é se não o fizer, e deixar este precioso monumento, unico conhecido na vasta área do concelho de Bragança,—continuando a ficar occultos os objectos que porventura encerra pertencentes a remota idade.

2. Robordãos

Já me referi a esta povoação n-*O Arch. Port.*, III, 115, e VI, 95; amplio agora essas noticias com as photographias que tirei do seu castello (fig. 2.ª), visto do lado mais accessivel, do seu pelourinho (fig. 3.ª) e da janela de uma casa que serve de palheiro (fig. 4.ª).

Fig. 4.ª — Uma janela antiga de Robordães

E possivel é que de futuro mais algumas informações tenha de acrescentar, porque tudo indica que foi importante o passado d'esta povoação.

3. Senhora da Cabeça

Esta photographia (fig. 5.ª) é do outeiro onde se vê a ermida de N. S.ª da Cabeça, situado no termo de Nogueira e a 1 kilometro a sul

de Gostei. Nelle se encontram ruinas romanas, telhas de rebordo, louça grosseira, etc.

Fig. 5.ª — O castro de N. S.ª da Cabeça, em Nogueira — Visto de Nordeste

É local em que houve uma povoação extincta, do mesmo tempo da que existiu no Castro de Avellãs que lhe fica perto.

Bragança, Março 1907.

Albino Pereira Lopo.

O castello de Braga em 1642

Senhor. — Diz Costantino da Cunha Sotto Maior Alcaide Mor da cidade de Bragua, que o Castello da ditta sidade esta muito desbaratado e em rezão do concerto delle tem elle suplicante avizado ao Reuerendo Cabido, da ditta sidade por estar obriguado a Mitara Arcebispal ao conserto delle o que não tem feito nem acodido dando por desculpa o não poder fazer sem licença de V. Mg.^{de} e porque a ditta sidade a defença que tem he o dito castello; e os Muros della estarem por terra e muito desbaratados e estar a dita sidade muito convezinha das fronteiras de gualiza, e por lhe o Correr por obriguação do Cargo que tem dar Conta a V. Mag.^{de} da ditta denefiquação dos Muros e Castello que estão a sua conta,

Pede a V. Mg.de que a Conta do Rendimento do Arcebispado visto ter por obriguação sua consertar o ditto Castello e fortefiquaçam delle Mande V. Mg.de ao dito quabido e thezoureiro da Meza Arcebispal dem todo o dinheiro nccessario para conserttos do ditto Castello. E R. M.

Senhor.—Presentousse neste Conselho a petição inclusa de Costantino da Cunha Sotto Mayor Alcayde mor da cidade de Braga, nella refere, que o Castello da dita cidade, esta muito desbaratado, sobre cujo concerto auisou o Reuerendo Cabido da mesma cidade por estar obrigado a Mitra Arcebispal ao concertar, o que não tem feito nem accodido, dando por disculpa que o não poder fazer sem licença de V. Mag.de E' porque a deffensa que aquella cidade tem he o dito Castello; e os muros della estarem por terra, e muito desbaratados, estando muito conuesinha das fronteiras de Galiza, e por occorrer a elle Alcayde Mor por obrigação de seu cargo dar conta a V. Mag.de da dita deneficação Pede a V. Mag.de mande ao Cabido, e Thezourciro da Mesa Arcebispal dem todo o dinheiro neçessario para conçerto do dito castello, visto ser obrigação sua fazello.

Ao Conselho pareçe, que V. Mag.de deue mandar escreuer ao cabido da see de Braga encarregando lhe procure reedificar o Castello em forma que se ponha em estado deffensauel, applicando para as despesas o dinheiro necessario dos effeitos que lhe pareçer que poderá sair mais suavemente. Lisboa a 26 de Setembro de 642.—*Rubricas do Conde de Penaguião e Dom Jorge de Meneses.*

Escreuase ao Cabido que informe do danificamento que tem o Castello, do reparo que ha mister e quanto custara. Em Lisboa a 27 de setembro de 642—*Rubrica de D. João IV.*

(*Consultas do Conselho de Guerra*, Março, 2, n.º 326).

Nota.—Braga, que se orgulha de ser a *Roma portuguesa,* se tomou os vicios da capital do catholicismo, não lhe tomou as virtudes. Entre estas, uma das primeiras da cidade eterna está no fervor que ali se dedica aos estudos archeologicos e historicos. São bem conhecidos os museus de Roma e as suas riquezas, como são bem conhecidas as preciosidades dos seus archivos, por cima das quaes brilham as do Vaticano, exploradas pelos diplomatistas das regiões que antigamente reconheciam a autoridade do Summo Pontifice com mais ardor ainda que pelos das nações que acatam a sua palavra. Ora Braga, que pretende ser a terceira cidade de Portugal, não possue sequer um musen, e o archivo da Sé, zelosamente guardado pelo cabido, goza da fama de possuir documentos de alta importancia, posto que ainda hoje seja um thesouro de Jasão.

Não admira, portanto, que o castello de Braga convertido em cadeia estivesse recentemente condenado a ser demolido totalmente, o que se não effectuou, devido aos protestos do país, protestos que não puderam porém evitar o mesmo destino ás muralhas d'elle. Quanto os archeologos tiveram no seu começo de lutar pela conservação dos monumentos, até que se incutisse no publico a necessidade da conservação d'elles, mostram as biographias dos mais notaveis cultores do passado. Na noticia que Charles Joret leu na Academia das inscripções e bellas-letras em março de 1902[1] sobre Arthur de La Borderie lê-se: «Admirateur comme il l'était de ces témoins vénérables du passé, on comprend la douleur qu'éprouvait votre confrère quand il les voyait détruire ou mutiler. Aussi, durant toute sa vie, a-t-il déclaré une guerre inexorable à quiconque portait sur eux une main sacrilège. Dès 1851, n'étant encore qu'élève de l'École des chartes, il poussa un premier cri d'alarme contre «la destruction des monuments historiques».

Trente ans après au Congrès de Redon, il fit entendre, avec l'autorité qui s'attachait maintenant à son nom, de nouvelles et énergiques protestations. Comme l'œuvre de ruine continuait, il résolut d'opposer à ce qu'il appelait le «vandalisme municipal» l'«anti-vandalisme» d'un ami de l'art et du passé de la Bretagne. Le maire de Vannes avait fait ou laissé démolir, malgré des souvenirs historiques qui s'y rattachaient, la tour-prison de cette ville; aussitôt votre confrère adressa au *Petit-Breton* une lettre où, avec cette indépendance de parole qui le caractérisait, il poursuivait de ses sarcasmes ce magistrat trop indifférent. C'était en 1886. L'année suivante, d'autres monuments menacés lui firent reprendre plus ardente encore et plus impitoyable sa «Chasse aux vandales. Il faut voir avec quel dédain il traite les *mysocryptes* de Nantes, qui faisaient bon marché de la chapelle souterraine de Saint-Pierre, parce que saint Gohard n'y avait point été martyrisé. «Vraiment, nous nous en doutions, répond-il; la crypte datant seulement de la fin du xe siècle et la mort de saint Gohard du milieu du ixe. Mais la question n'est pas là. «Et il montre comment, depuis sa fondation, la crypte de la cathédrale nantaise n'avait point cessé d'être un lieu de vénération pour toutes les générations qui s'étaient succedé; comment pouvait-on songer à la détruire? Elle fut conservée.

Moins heureuse fut la porte de Bécherel, que votre confrère ne put défendre à temps, mais qu'il tint au moins à venger. «Il y a deux mois à peine, écrivait-il aussitôt, à l'entrée de Bécherel se dressait fièrement une tour carrée, de bel appareil, flanquée aux angles de deux

[1] *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1902, p. 189.

contreforts, entre lesquels s'ouvrait une porte surmontée de deux élégantes arcades ogivales. Du Guesclin jadis échoua contre elle; là où Du Guesclin a échoué, M. le maire triomphe». Triste triomphe et surtout pauvre maire, puisque votre confrère l'a voué pour toujours au ridicule. Il n'a pas traité avec une ironie moins méprisante le premier magistrat de Malestroit, coupable non d'avoir détruit, mais d'avoir vendu «une des plus belles verrières de la Bretagne pour 1.000 francs ... (et) à un Normand. Elle en valait bien 10.000». «Ce maire étonnant, ajoute-t-il avec cette familiarite de style qu'il affecte souvent dans la polémique, a pu, on le voit, saccager du même coup les gloires et les finances de sa commune».

A propria Allemanha, onde as classes superiores são dotadas de instrucção bem diversa da das nossas, e onde o sentimento pela antiguidade predomina, ainda ha poucos annos esteve em risco de se perder a *Porta-Nigra* de Tréveros, um dos mais majestosos monumentos do imperio.

Entre nós depois de demonstrado o valor de um monumento, ordena-se a demolição, ao passo que na Europa transpirenaica os argumentos calam no animo dos poderes publicos, que protegem *in continenti* a antiguidade.

No que diz respeito a Braga, é esta cidade muito ciosa dos seus direitos, como experimentou Augusto Soromenho quando, ao abrigo da lei de 2 de outubro de 1862, pretendia recolher os antigos documentos da Sé, o que não effectuou em virtude dos tumultos que se levantaram. Lá se conservam completamente desaproveitados hoje, tendo já sido destruidos em tempos remotos muitos d'elles.

Pedro A. de Azevedo.

A sorte dos questionarios archeologicos

Como facto do dominio archeologico, desejo archivar em *O Archeologo Português* um questionario precedido da respectiva circular, que em tempo distribui por alguns parochos do concelho em que eu habitava. Era uma tentativa parcial mas que, como tantas outras, sossobrou em presença dos gelos que immobilizam, em materia de antiguidades, todas as iniciativas. Se algumas respostas obtive, foi isso devido a instancias directas e particulares; a simples circular, desabonada da amizade pessoal, não conseguia, apesar das boas razões, fundir a glacial indifferença toda portuguesa dos destinatarios da circular. A molestia

tem a pecha de constitucional no português. É aguardar que melhores tempos traga o derramamento da instrucção, um de cujos resultados primarios deveria ser o respeito das antiguidades nacionaes.

As perguntas do questionario não são vazadas em nenhum molde scientifico; arranjadas para serem comprehendidas por qualquer pessoa, visavam apenas a organizar futuro itinerario de reconhecimentos archeologicos.

Circular

No intuito de reunir dados e materiaes para encetar um estudo acêrca d'este concelho dos Arcos, sob o ponto de vista historico, publiquei ha alguns annos, num dos jornaes da villa, um appêllo aos Rev.^{os} Parochos, para que se dignassem fornecer-me algumas informações sobre o que cada um, na area da sua freguesia, conhecesse de antigo.

Infelizmente não tirei resultado do meu pedido, pois que nenhum Parocho se dignou responder-me, talvez por insufficiencia de esclarecimentos, ou inopportunidade do convite.

Resolvi-me então a proceder por partes, pesquisando pessoalmente por quasi todo o concelho o que nelle houvesse de aproveitavel para o meu estudo.

Dos reverendos collegas de V. Rev.^{ma}, a cuja porta por esse motivo tenho batido, não recebi até hoje senão provas de uma grande attenção e extrema bondade, que muito me tem penhorado.

Mas o estudo que me propus fazer, e que encetei methodicamente em 1893, tem sido e é longo e demorado de si, porque não só precisa de ser feito conscienciosamente, como os seus resultados devem ser submettidos a uma meditação demorada e a um minucioso trabalho comparativo com o que em outras localidades tem sido encontrado. De outra fórma conseguiria eu mais rapidamente o meu intento; mas não evitava decerto cair nos erros e graves incongruencias, de que estão cheios os livros antigos que se referem a este concelho e os escritos modernos que utilizaram aquelles sem criterio.

Se eu tiver porém a coadjuvação franca e sincera dos Rev.^{os} Parochos, será muito menor o meu trabalho e mais certo o resultado.

Bem sei que de nenhuma fórma poderei retribuir os obsequios que ousadamente tenho de solicitar; mas fio tudo da alta comprehensão que Suas Rev.^{as}, como as pessoas mais illustradas que são das suas freguesias, tem do interesse, importancia e utilidade dos estudos historicos, quando acompanhados de todo o escrupulo e emprehendidos com criterio scientifico.

Por menos lido que seja, ninguem ha que não sinta uma grande curiosidade natural em saber quem nos deixou e o que significam esses

antigos vestigios, que todos vemos ainda pelos campos e montes e nos estão dizendo que, antes de nós, outros povos habitaram estas mesmas terras.

D'ahi, o nosso desejo de conhecer o melhor possivel as particularidades da vida, dos costumes e da religião d'essas gentes, de indagar a sua origem ou a sua proveniencia.

Ora tudo isto, melhor do que em livros cheios de inexactidões e privados de critica, se póde seguramente estudar nos restos das povoações antigas, nas ruinas das suas sepulturas, nos objectos que possam ainda existir occultos nas entranhas da terra desde esse tempo.

Com este intento realizei já algumas excavações archeologicas, com reconhecido resultado scientifico, nomeadamente no castello de S. Miguel-o-Anjo de Azere, que me fica mais proximo e aonde encontrei curiosas provas de ter sido ali uma antiquissima povoação de origem anterior ao christianismo e hoje conhecida lá fóra em consequencia da exploração a que lá procedi.

O que eu desejo pois, e para o que solicito a cooperação intelligente e desinteressada de V. Rev.ma, não é muito, mas vale muito—saber aonde existem ainda nessa freguesia vestigios de povos antigos. para se poderem examinar esses restos, estudá-los *in loco* e compará-los entre si e com outros de differentes regiões.

Percorrendo eu mesmo algumas freguesias, tenho encontrado bastantes vestigios que eram desconhecidos; mas comprehendo que muitos mais me podem ficar occultos, por ser impossivel demorar-me em todas as freguesias o tempo necessario para examinar e visitar detidamente toda a sua area, tanto nos logares habitados como no monte.

É muito simples o que solicito hoje da bondade de V. Rev.ma

V. Rev.ma verá, pelo questionario que tomo a liberdade de lhe remetter, quaes as limitadas noticias que lhe peço e que V. Rev.ma, pelo conhecimento que tem da sua freguesia e pela cultura intellectual que adquiriu nos seus estudos, facilmente saberá coordenar. Talvez homens antigos da freguesia possam fazer tambem algumas indicações aproveitaveis.

Emfim, V. Rev.ma não tem mais do que preencher o impresso incluso. escrevendo na casa das respostas apenas o nome do logar ou sitio em questão e dignar-se depois mandar entregar o mesmo impresso ao signatario d'esta carta.

Repito a V. Rev.ma: não tenho meio de corresponder ao obsequio e alto serviço que V. Rev.ma me presta, senão com a sincera declaração do meu reconhecimento. É por isso um acto que muito distingue V. Rev.ma, mas para o qual não ha outra condigna retribuição senão

a que póde vir da consciencia de ter contribuido generosamente para um trabalho, cujo alcance para a archeologia portugnesa será V. Rev.ma o primeiro a reconhecer.

Não ouso pedir a V. Rev.ma brevidade, porque a sua resposta em qualquer tempo já é para mim obsequio; mas não devo occultar que, para o seguimento dos meus estudos, é de maior vantagem uma demora mais reduzida de que mais dilatada. V. Rev.ma, porém, procederá da fórma que menos o moleste no meio das suas occupações diarias, porque o meu reconhecimento será sempre profundo.

Com toda a consideração me subscrevo — De V. Rev.ma, ven.dor e m.to obg.do=

Arcos; S. Paio, 1899.

Questionario

1. Ha na freguesia algum monte, sitio ou logar a que se dê qualquer d'estes nomes: *crasto* ou *castro, castello* ou *castellinho, cristello* ou *cristellinho, cedadelhe, cividade, cêrca, forte, real* ou *arraial*, ou outros quaesquer semelhantes que o povo costuma considerar obra dos mouros?

2. Existem nos altos da freguesia umas pequenas elevações ou monticulos de terra ou de sarulho, evidentemente construidos pelo homem, alguns dos quaes conservam ainda ao meio umas pedras ou lages postas em pé, algumas vezes meio enterradas, formando um pequeno espaço ou recinto pouco mais ou menos circular, e por vezes com outras lages servindo de cobertoiras áquellas, e collocadas horizontalmente? Muitos d'estes monticulos tem já apenas uma cavidade no centro, de onde se conhece que foram tiradas as pedras proprias; em que pontos da freguesia existem?

3. A estes monumentos chama aqui o povo *mottas, casas* ou *covas de mouros, celleiros* do tempo dos mouros, etc., e em algumas terras dão-lhes os nomes de *mamôas* ou *mámuas, mamuinhas, modorrões, arcas, orcas, antas, antinhas, antellas,* etc.; que nome dão na freguesia a estas obras ou construcções?

4. Conhecem-se na freguesia penedos. pedras ou fragas, em que se vejam cavidades grandes ou pequenas, evidentemente feitas pela mão do homem, ás quaes geralmente chamam *pias, sepulturas, lagares* ou *lagarinhos, carneiros,* etc.?

5. Ha na freguesia algum penedo, fraga ou qualquer outra pedra lavrada, ou com quasquer letras ou sinaes desconhecidos, ou covinhas, a que o povo dá algumas vezes o nome de *pègadinhas, pedras pintas* ou quaesquer outros, etc.?

6. Ha na freguesia algum local a que esteja ligada, na boca do povo, tradição de alguma antiga povoação ou logar habitado? Em que indicios se funda essa voz?

7. Quaes são os sitios ou logares da freguesia, se os ha, aonde apparecem á tona da terra, ou então ao lavrar, cavar, etc., tijolos, pedaços de telha grossa e outros cacos?

8. Ha na freguesia alguma fonte, ribeiro, furna, gruta, lapa, penedo ou qualquer outro local ou obra, a que o povo ligue a falsa ideia de ser do tempo dos mouros, ou ter moura encantada, ou thesouro escondido?

9. Ha na freguesia algum sitio, pedra, ponte ou nascente, a que o povo ligue virtudes particulares, como para curar maleitas ou outras doenças, para dar descendencia a mulheres estereis, para facilitar o casamento, ou qualquer outra superstição ou pretensão, e aonde se costumem fazer feitiçarias, rezas especiaes, invocações secretas, palavrinhas santas, benzeduras de feiticeiras, etc.?

F. Alves Pereira.

O vintem de «Philippvs I», Rei de Portugal

Em Agosto de 1896, tendo percorrido várias localidades da provincia do Alemtejo, por motivos de caracter particular, entrámos na cidade de Elvas. Como fieis amigos da antiga moeda nacional, adquirimos ali alguns exemplares d'ella, que nos foram apresentados e vendidos pelo Sr. Antonio Joaquim Madeira Furão (firma commercial Furão & Irmão), com loja de quinquilharias na Rua de Pereira de Miranda.

A colheita, escassa pela quantidade, ficou memoravel nos fastos da nossa teimosia collectora pela posse do exemplar, inedito, que vae representado na fig. 1.ª

Fig. 1.ª

AR

[PH]ILIPPVS ⁘ I ⁘ D(EI) ⁘ G(RATIE) ⁘ REX. O escudo de armas do reino, com a corôa fechada, tem um só ponto em cada escudete. Divide o principio e o fim da legenda, que tem seqnencia immediata para o reverso, em cuja orla só existem as letras TVGALIE, gravadas irregularmente. Ler-se-hia: PORTVGALIE ⁘ ET ⁘ ALGARB(IORUM),

se o resalto casual que houve no acto da cunhagem entre o cunho e a chapa metallica não obstasse á impressão das letras que faltam. No campo o valor ◦X◦X◦. Prata 11 dinheiros. Diametro de 0m,019. Peso 1gr,23 ou 24 1/2 grãos.

Esta moeda está collocada na riquissima collecção do Sr. Robert A. Shore, por cedencia nossa[1]. É provavel que fosse encontrada no termo de Elvas por algum trabalhador rural, que a vendeu a peso, desconhecendo quanto é alta a importancia que ella tem para a sciencia. É o complemento da rarissima serie de padrões de prata, em cujas legendas o algarismo I designa o primeiro dos Filippes que foi rei de Portugal, conhecida sómente pelos n.os 5 e 9 da est. XXIV do vol. I de Teixeira de Aragão. A moeda do Sr. Shore, produzida com várias barbaridades de origem, filha de processos artisticos, herdados de longa data, que ainda eram as melhores manifestações da competencia dos nossos moedeiros, conserva aquelle algarismo, bem nitido; os acasos do transito de mão em mão respeitaram a unica prova que a classifica em logar de honra. A sua existencia, e bem assim a das moedas em cuja serie está filiada, como o ultimo elo de uma cadeia ideal, pareceu-nos que derivou do mandado, especial (doc. n.º 78 da obra supra referida), que transcrevemos:

Trellado de hu mandado do S.r meyrinho mór veador da fazenda, sobre o lauramento da moeda. Dom duarte de castelle branquo, meyrinho mór destes reinos, do concelho do estado dellrey noso S.or e veador de sua fazenda, mando a uos tisoureiro e officiaes da casa da moeda desta cidade q̃ laureis na casa, moeda douro e prata de peso e contia que se laurauu em tempo dellrey dom henrique q̃ Ds tem conforme a prouisão q̃ sobre iso se pasou, a quall laurareis com as letras do crunho dellrey noso S.or, que se hora fez por qto cumpre a seu seruiço laurarse a dita moeda pola dita prouisão. Joam allms o fez em Lix.a a XXVI *de janeiro de* DLXXXI[2].

Com este documento prova-se que o Cardeal Rei assinou uma provisão, pelo menos, acêrca de lavramento de dinheiro. É desconhecida. Não foi registada, ou foi perdido o respectivo livro de registo. Nas côrtes de Lisboa e de Almeirim não foi tratado o assunto monetario.

---

[1] A p. 23 do nosso trabalho intitulado *Numismatica Indo-Portugueza* nos referimos á existencia d'esta moeda. Foi, porém, breve a noticia, porque não devia comprehender-se ali o estudo nem a representação graphica de tão importante raridade monetaria.

[2] Doc. n.º 78 do vol. I de Aragão.

Com aquelle mandado, quasi majestatico, o vèdor da fazenda real impôs o preceito de ser gravado o nome de PHILIPPVS (*as letras do crunho dellrey noso S.or que se hora fez*); mas como as moedas a lavrar imitariam os typos das do tempo do Cardeal, nas quaes se lia HENRIQVS ◦ I ◦, ou HENRICVS ◦ I ◦, o gravador em 1581 não dispensou o algarismo primacial; considerá-lo-hia indispensavel?

As moedas de prata henriquinas hoje conhecidas são: o tostão n.º 3 da estampa XXI de Aragão, com o peso de 167 grãos, e o meio tostão, n.º 5, com 81 grãos (cerceado). O vintem, na proporção devida, pesaria cêrca de 33 1/2 grãos. Devia ter identico peso o vintem de D. Filippe I, reduzido a 24 1/2 grãos. Comparado com o de D. Henrique, fig. 2.ª, que se comprehende na collecção do Sr. Conselheiro Manoel Francisco de Vargas, não o excede em importaneia ponderal mais que meio grão [1].

Fig. 2.ª

AR

Este exemplar, o mais bello que temos visto, pesa 24 grãos; nós o pesámos. Outro igual, porém muito cerceado, que pertence ao Sr. Antonio Pedro de Andrade, só tem 22 1/2 grãos, conforme a informação dada pelo possuidor.

Porque não tem estes vintens e o de D. Filippe o peso representativo da 5.ª parte do tostão? Pela barbaridade do fabrico? Não parece acceitavel este motivo, pelas considerações que se seguem, tendentes a demonstrar que qualquer ordenação henriquina foi alterada e que o mandado do meirinho-mór não foi respeitado pelos moedeiros relativamente ao fabrico de vintens.

A ultima ordenação que D. Sebastião mandou para a Casa da Moeda de Lisboa, em 13 de Janeiro de 1578 (doc. n.º 69 de Aragão), dava ao tostão 170 grãos, ao meio tostão 85 grãos e ao vintem 34 grãos, desprezadas as fracções, e este assim se manteve.

Relativamente á lei de 15 de Novembro de 1582 (doc. n.º 81 de Aragão) o tostão pesaria 172 grãos, o meio tostão 86 e o vintem 34 1/2

[1] Não alludimos ao vintem n.º 96 do vol. IV da *Historia Genealogica*, por ter a gravura beneficiada, assim como são beneficiados todos os desenhos de moedas naquella obra, inuteis para darem a verdadeira plastica numismatica, e carecem de indicações de pesos.

grãos. Estes pesos foram respeitados. A mesma lei designava legendas. No tostão ler-se-hia: PHILIPPVS DEI GRACIE REX PORTVGALIE; no meio tostão PHILIPPVS . D . G . RE PORT ET. AL, e no vintem PHILIPPVS . D . G. REX POR, legenda resumida, como convinha ao diametro da moeda. A designação de PHI ⁚ I foi recommendada sómente para o padrão de oitenta reis (LXXX), que não foi cunhado em tal conformidade, ou ainda não appareceu entre numismatas, pois que só o conhecemos com a letra F(FILIPPVS) no campo do anverso. Se o vintem do Sr. Shore fosse originario d'esta lei, certamente não mostraria o algarismo I, demasiadamente significativo, após o nome do monarcha.

Em conclusão, vemos que os vintens de D. Sebastião tiveram o peso devido, e bem assim os communs de D. Filippe I, ao passo que os de D. Henrique e o especial filippino de que temos tratado, com pesos quasi identicos, não representaram em absoluto a 5.ª parte do tostão. Presumimos que houve o proposito de lesar o povo com as emissões da moeda que era mais abundante, a de prata menor, cujo peso elle não verificava, por ignorancia. Se representa um absurdo este pensamento, ou se é temerariamente injusto, que outra causa actuaria no animo dos moedeiros, ou dos seus dirigentes, para que tal irregularidade fosse permittida?

As moedas de prata filippinas apparecem reduzidas. Isto filiou se, talvez, no odio popular contra os reis intrusos que as mandaram cunhar. O cerceio desvalorizou-as. Faltam bons exemplares para os medalheiros. As moedas de prata desde o reinado de D. João II até o de D. Sebastião apparecem geralmente bem conservadas e completas, talvez porque não houve odios que as attingissem.

Lisboa, Fevereiro de 1907.

Manoel Joaquim de Campos.

Estações prehistoricas dos arredores de Setubal

Grutas sepulcraes da Quinta do Anjo

(Continuação. Vid. *O Arch. Port.*, XII, 206)

4) A quarta gruta (figs. 286.ª a 290.ª), que tambem está muito arruinada, era constituida por dois compartimentos desiguaes e contiguos, dispostos na direcção N. 40° W., sendo o menor, que é alongado nesta direcção, um vestibulo, que communica por meio de aberturas, do lado do S. 40° E. com o exterior na escarpa do cerro, e do lado opposto com o outro compartimento ou camara principal.

Do vestibulo só restam uma boa parte do pavimento e pequenas porções das paredes lateraes, sendo mais consideravel a parte do lado do norte.

Este vestibulo, segundo o que se induz da observação dos seus restos, devia, quando inteiro, ter a fórma de um segmento de espheroide, cujo equador era vertical e na direcção do eixo commum dos dois compartimentos da gruta.

A base d'este segmento é horizontal e fica abaixo do eixo menor da ellipse, que pela sua revolução em torno d'este eixo produziu geometricamente o espheroide acima referido. A mesma base, com a fórma de ellipse de pouca excentricidade e com o eixo maior tambem na direcção N. 40° W., constitue o pavimento do vestibulo. Era sobre as extremidades d'este eixo maior que ficavam as duas aberturas, a que me referi, de communicação da camara com o vestibulo e d'este com o exterior da gruta.

Da camara existe todo o pavimento e a parte lateral da abobada ou cupula, que devia affectar a fórma de calota espherica, mas que foi destruida na parte superior, não se podendo saber, por este motivo, se tinha ou não claraboia, como as que ainda se vêem na 1.ª e 2.ª grutas.

O pavimento da camara tem o contorno em fórma de um ovulo, resultante da combinação de uma semi-circumferencia de $2^{m},3$ de raio com a metade de uma oval, que se cortasse na direcção do seu eixo maior, com $4^{m},6$ de comprimento.

Este ovulo tem a sua parte semi-oval do lado da entrada da gruta e o seu eixo no prolongamento do eixo maior da ellipse, que fórma o pavimento do vestibulo.

O chão da camara é quasi todo horizontal; da parte, porém, que fica á entrada e á direira d'esta, isto é, do lado de NE., desce em rampa muito suave desde o rodapé até o centro do pavimento (fig. 287.ª).

A abobada da mesma camara tinha sensivelmente, como já disse, a fórma de calote espherica; a partir porém do pavimento e correspondentemente a um arco do seu contorno com 3 metros de comprimento do lado do SW., a parede lateral d'esta calote é interrompida pela rocha, que ahi forma saliencia e se apresenta com pequenas porções de duas outras calotes concentricas com a primeira e como que constituindo o resto de outras abobadas, parallelas á anteriormente referida e distantes d'ella cêrca de $0^{m},4$ e $0^{m},6$ (figs. 286.ª, 287.ª e 288.ª).

Esta saliencia da rocha occupa na camara um espaço á maneira de banqueta, que assenta no pavimento por uma base em fórma de trapezio circular e que se eleva apenas á altura de $0^{m},5$ aproximadamente.

Esta banqueta parece, pela sua fórma e disposição, indicar que é o resto de uma antiga abobada, de que se extrahiram duas camadas de calcareo de 0m,4 de espessura, para se fazer uma nova e mais ampla cupula em correspondencia com o pavimento actual, tambem maior do que o primitivo, e assim obter mais ambito em todo o compartimento principal.

Sobre a banqueta abriam-se tres canaes sensivelmente cilindricos, que na direcção vertical atravessavam a rocha até a cumiada do cerro, estabelecendo assim a communicação da camara com o ar exterior, á maneira das actuaes chaminés (fig. 288.ª).

Estes canaes são em grande parte formados por pequenas cavernas naturaes, da especie que com muita frequencia se encontra nas rochas miocenicas, como aquella em que foram cavadas as grutas.

A posição d'estes canaes mostra que não communicavam com a camara antes do alargamento d'esta.

Em vista do que acabo de expor, e de ter nesta gruta achado ossos humanos, parece que a camara tendo sido primitivamente de menores dimensões e talvez de pavimento circular, foi, depois de ter servido algum tempo de sepulcro, ampliada, excavando-se para isso na primitiva abobada camadas successivas de calcareo.

Parece tambem que as camadas extrahidas da abobada iam successivamente aumentando de espessura desde a entrada até a parte opposta, ficando por isso o pavimento ovuloide e não circular, como talvez fosse primitivamente.

Esta fórma de obter o alargamento da camara differe, pois, da que supponho se usou nas outras grutas, apenas em se extrahirem nesta camadas successivas de crescente espessura a partir da entrada, não se praticando como nas 1.ª e 3.ª grutas, em que o alargamento se fez igualmente para todos os lados, poupando-se sómente os humbraes das primitivas entradas, os quaes por isso ficaram internados nas respectivas camaras.

Nos rodapés, tanto da parede lateral da camara como da banqueta e dos canaes, onde o calcareo miocenico da gruta, por ser mais molle, cedeu á acção dos instrumentos de excavação sem estalar [1], vêem-se até a altura de 0m,5 os vestigios deixados pelos instrumentos com que

[1] O calcareo miocenico d'esta localidade é constituido pelo que os francezes chamam *mollasse*, que é formado pela mistura de calcite, areia e fosseis.

Quando predomina a calcite, a rocha é dura e resistente; quando, porém, ha maior quantidade de argilla, a rocha fica molle, a ponto de deixar ficar patentes as impressões dos instrumentos com que se excava.

foi feita a obra de alargamento da gruta. Estes vestigios consistem em córtes e sulcos successivos, feitos uns com o gume, outros com o bico de um instrumento, semelhante ao ferro das actuaes picaretas e que talvez fosse um machado de pedra ou enchó, como uma de diorite, que encontrei no vestibulo d'esta mesma gruta.

O resto da antiga abobada dentro da camara, as irregularidades, que se encontram no pavimento, que em logar de ser todo horizontal, como nas outras grutas, desce em rampa muito suave do lado de NE. para o centro, e ainda os vestigios dos instrumentos com que se fizeram obras na gruta, que não se apresenta com todas as paredes bem alisadas como as das outras cavidades, levam me a suppôr que o trabalho de ampliação não foi acabado. Talvez esta obra fosse suspensa no seu decurso por nella se ter deparado com as tres pequenas cavernas naturaes, que já referi, e que deixaram a gruta rota em partes onde ficou alterado o plano da obra, bem como a sua symetria e regularidade.

Podia, porém, acontecer que assim mesmo defeituosa, a gruta continuasse a servir de sepulcro ás personagens, já ahi inhumadas, e que até fossem aproveitadas as pequenas cavernas ou canaes acima referidos para nichos e o resto da antiga abobada para banqueta, que ficaria assim disposta ante os nichos, que sobre ella se levantavam.

A abonar esta ultima hypothese ha não só os vestigios de escavações feitas com instrumentos nas partes inferiores dos canaes, o que prova que, longe d'estes serem desprezados, se aumentou a sua profundidade até uns $0^{m},5$ acima do pavimento da camara; mas tambem uma certa analogia entre estes canaes e os nichos que se notam nalgumas grutas sepulcraes prehistoricas, como as indicadas com os n.ºs 3, 4 e 7 nas estampas que representam as necropoles de Alcalá (concelho de Portimão) insertas a pp. 158, 187 e 237 do vol. III das *Antiguidades do Algarve,* por E. da Veiga.

Explorações feitas na gruta da Quinta do Anjo

As quatro cavidades, que anteriormente deixei descritas, foram todas exploradas pela primeira vez com intuito scientifico em Abril de 1876 pelo Sr. Antonio Mendes, collector, que trabalhava sob a direcção de C. Ribeiro.

Este sabio archeologo deu muita notariedade a estas grutas e á rica collecção de objectos que nellas mandou colher, fazendo-os figurar na Exposição Anthropologica de Paris em 1878.

Ao terminar o volume II dos *Estudos prehistoricos de Portugal,* C. Ribeiro diz: «Findaremos aqui esta parte da memoria e opportuna-

mente descreveremos as cavernas artificiaes de Palmella, as quaes offerecem subido interesse debaixo de muitos pontos de vista».

Infelizmente C. Ribeiro morreu antes de coordenar o seu projectado trabalho. Apenas ficaram d'elle algumas correcções aos apontamentos manuscritos, que o Sr. Mendes tinha tomado.

Foram estes apontamentos, acompanhados das figuras das grutas, que C. Ribeiro mostrou ao Sr. Emilio Cartaillaic.

Este archeologo, impressionado ao mesmo tempo com a fórma das grutas, revelada pelos desenhos, e com a exposição do precioso espolio nellas encontrado, resolveu visitar estes notaveis monumentos, o que fez, supponho que em 1883.

Das grutas e dos objectos nellas encontrados na exploração de 1878. dá-nos o Sr. Cartaillac conta no seu bello livro: *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal,* de pp. 118 a 135.

É para esta obra que remetto o leitor que queira tomar conhecimento dos mais importantes objectos encontrados pela primeira exploração das cavernas da Quinta do Anjo, em 1876.

Os apontamentos do Sr. Antonio Mendes foram parcialmente publicados pelo Sr. Dr. José Leite de Vasconcellos nas suas *Religiões da Lusitania,* vol. I, pp. 228 a 234, onde tambem de pp. 234 a 237 este senhor transcreve algumas passagens do livro do Sr. Cartaillac e faz a respeito d'ellas algumas judiciosas observações.

Os ditos apontamentos tambem foram integralmente publicados no *Boletim* da Sociedade Santos Rocha. t. I, n.º 3, que insere de pp. 87 a 98 a communicação feita á mesma sociedade por P. Belchior da Cruz.

Nesta communicação tambem se faz a descrição de todo o espolio colhido nas grutas pelo Sr. Mendes. em 1876, e que se acha no Museu da Direcção dos Serviços Geologicos de Portugal. nos armarios n.os 33, 34 e 35.

*

A noticia que dei das grutas do Casal do Pardo, e que é o resultado de uma exploração que ahi fiz no anno findo, differe em muitos pontos das descrições que das mesmas fizeram tanto o Sr. Antonio Mendes como o notavel archeologo o Sr. E. Cartaillac. Tambem estas descrições fazem differenças entre si como vamos notar.

Com effeito, nos perfis e plantas que acompanham as referidas descrições, o vestibulo da primeira gruta tem a fórma de um hemispherio com a base vertical e cortado por um plano inclinado que serve de pavimento ao dito vestibulo. Na noticia, que dei d'este compartimento, descrevo-o com a fórma de areostato, com o collo bastante alongado

e cortado por um plano horizontal que serve de pavimento abaixo do eixo do mesmo acrostato.

Este collo, por onde se faria a entrada principal da gruta, estava sob a terra endurecida do leito do caminho, onde tive de mandar abrir uma trincheira para pôr todo o vestibulo a descoberto.

Creio que este trabalho não tinha sido executado pelo Sr. Mendes, talvez por suppor que o vestibulo se limitava á parte que estava á vista, e d'ahi a divergencia entre a minha noticia e as descripções tanto do Sr. Mendes como do Sr. Cartaillac, que na visita que fez ás grutas julga que, pelo menos na 1.ª gruta, se limitou simplesmente a observar o que estava descoberto.

No perfil apresentado pelo Sr. Mendes, a 2.ª gruta (a que o Sr. Cartaillac chama 4.ª) tem a sua entrada no alto da cumieira do cerro, descendo-se d'ahi por uma galeria em declive muito aspero até a entrada da camara principal, galeria que não apresenta estrangulamento algum no seu decurso.

O Sr. Cartaillac representa a gruta com a camara hemispherica e um longo corredor horizontal de entrada, o qual tem diversos estrangulamentos.

As figuras da 2.ª gruta apresentadas pelo Sr. Cartaillac, na sua fórma geral, assemelham-se muito mais do que de facto se póde observar e de que dei noticia, do que a descripção do Sr. Mendes.

O Sr. Cartaillac diz que as aberturas, que ainda existem praticadas nas abobadas da 1.ª e 2.ª grutas, são evidentemente mais ou menos modernas, e é de opinião que se produziram naturalmente em consequencia da fragilidade das abobadas, ou as fizeram propositadamente os violadores no intuito de facilitar a extracção das terras. Por isto, em qualquer dos casos, o Sr. Cartaillac não dá importancia a taes aberturas.

O facto é que as claraboias, que ainda restam nas cupulas das camaras das duas primeiras grutas, teem os bordos do lado interior arredondados (figs. 280.ª e 283.ª), trabalho a que decerto se não davam os violadores, nem se produziria naturalmente.

Tambem o Sr. Mendes me affirmou que, na occasião das suas pesquisas, as aberturas que observou no tecto das grutas eram circulares, e feitas com tal regularidade que só poderiam ter sido executadas pelos artistas que construiram os monumentos.

Do vestibulo e entrada da camara da 3.ª gruta não fallam o Sr. Mendes nem o Sr. Cartaillac, o que julgo devido a não se ter desobstruido completamente a gruta das terras e entulhos que a preenchiam.

Com respeito á 4.ª gruta, os desenhos, que se teem publicado d'ella, parecem representá-la com dois compartimentos, não contiguos, muito irregulares e ligados por um curto corredor. Estes compartimentos são o vestibulo e a camara, cujos vestigios ainda se podem observar; mas são contiguos, fazendo-se a sua communicação reciproca directamente por uma abertura, de que ainda resta a soleira e pequena parte dos humbraes, e não por intermedio de corredor. Alem d'isto, apesar de me parecer que a obra de ampliação da camara não ficou completa, toda a gruta tem mais regularidade do que a que se infere das descrições e desenhos que teem sido publicados.

Parte das divergencias, entre as descrições já publicadas das grutas e a que deixo escrita, podiam inferir-se do que estava patente quando pela primeira vez visitei estes monumentos, o que me fez suppor que elles não tinham sido postos completamente a descoberto nas explorações anteriores.

Para desvanecer pois qualquer duvida a este respeito, mandei levantar a terra junto do contorno de cada gruta; este trabalho não só confirmou as minhas suspeitas, mas deu motivo ao encontro de alguns objectos archeologicos, o que me instigou a fazer uma nova exploração.

Para me certificar de que existiam ou não dentro das grutas um ou mais depositos de diversas naturezas sobrepostos, mandei cavar uma trincheira ao longo do eixo de cada cavidade, a fim de distinguir, nos cortes obtidos, se as terras estavam ou não dispostas em diversas camadas.

Esses cortes mostravam-me que em cada gruta só havia um deposito de entulhos, sem ordem estratigraphica, decerto por terem sido quasi todos revolvidos nas explorações anteriores.

Foram então extrahidos todos esses entulhos e terra que, depois de bem secos, foram passados pelas joeiras e minuciosamente escolhidos.

Os objectos que encontrei nesta nova exploração foram:

Na 1.ª gruta

A) Objectos de pedra lascada:

a) Muitos fragmentos de facas de silex, de que vão representados tres exemplares nas figs. 291.ª, 292.ª e 293.ª

b) Sete pontas de flecha (figs. 294.ª a 300.ª) e um fragmento de outra (fig. 301.ª).

Comparando estas pontas entre si e com outras, de que adeante darei noticia, achadas na 3.ª gruta, e classificadas em diversos typos, vemos que as tres primeiras são do 1.º typo, comprehendendo as que

teem a fórma de folha, que a quarta é do 3.º typo, isto é, das de base rectilinea, e as tres ultimas do 4.º typo ou das que teem a base concava.

c) Dois nucleos de quartzo hyalino.

O maior d'estes nucleos (fig. 302.ª) estava adherente ao pavimento da camara da gruta por meio de uma porção de calcareo estalagmitico.

B) Objectos de pedra polida:

a) Duas enxós (figs. 303.ª e 304.ª) de rocha amphibolica.

Estes instrumentos teem o gume muito bem afiado, parecendo que nunca serviram.

b) Fragmento de um instrumento de marmore crystallino branco, imitando uma enxó encabada (fig. 305.ª).

Este objecto é semelhante a um que foi achado na gruta do Poço Velho, em Cascaes [1], e a outro encontrado na anta da Estria, em Bellas [2], os quaes foram ambos classificados pelo Sr. E. Cartaillac, como symbolos do enxós.

Na fig. 305.ª a porção á direita da linha *A B* representa o fragmento tal como foi achado, a porção á esquerda da mesma linha representa a parte restaurada do cabo por onde se pegava no instrumento, do mesmo modo que nos objectos similares encontrados em Cascaes e Bellas.

No referido fragmento vê-se o relevo que representava a pedra da enxó, a patilha em que terminava o cabo e se ajustava a pedra, e ainda uns sulcos traçados em torno tanto da parte correspondente á pedra da enxó como da patilha do cabo. Estes sulcos representariam o liame, que ligava as duas partes.

Attendendo á fragilidade do marmore, e ainda á fórma d'este objecto, acho perfeitamente acceitavel a interpretação que o Sr. Cartaillac deu dos objectos semelhantes a este.

c) Duas insignias de marmore branco, representando clavas (figs. 306.ª, 307.ª e 308.ª).

Estes dois objectos teem a fórma da porção restante de um ellipsoide de revolução, com grande excentricidade, em que se fizesse a ablação de tres partes: a primeira separada por meio de um plano parallelo ao eixo maior do ellipsoide, e as outras duas por secções perpendiculares a este eixo e a desigual distancia do seu centro.

Um d'elles tem a superficie curva ellipsoidal toda ornamentada, como se vê nas figs. 306.ª e 307.ª Este objecto tem $0^{m},237$ de compri-

---

[1] Vid. *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, por E. Cartaillac, p. 108.

[2] Vid. *Estudos prehistoricos em Partugal*, por C. Ribeiro, parte II, p. 66.

mento, 0m,05 na maior largura correspondente ao eixo menor do ellipsoide, 0m,015 de largura na extremidade mais delgada e 0m,04 de largura na outra extremidade.

A outra insignia (fig. 308.ª) tem as superficies todas lisas, apresentando apenas na superficie plana, e proximo da extremidade mais grossa, uma pequena depressão em fórma de calote espherica. Tem 0m,20 de comprimento e 0m,055 de maior largura.

Ambos os objectos são muito semelhantes a outros encontrados na Folha de Barradas, em Cintra, e no Monte Abrahão, em Bellas, por C. Ribeiro, que os tomou como insignias ou symbolos de clavas [1].

Igual destino supponho terem os dois objectos de que estou tratando, pois que, sendo a sua fórma perfeitamente semelhante á das verdadeiras clavas de rocha amphibolica muito resistente, as quaes encontrei na Rotura e Chibanes, não poderiam comtudo, pela fragilidade do marmore de que são formadas, servir para armas de combate.

d) Um fragmento de cylindro de marmore branco, com 0m,070 de comprimento e 0m,020 de diametro na base (fig. 309.ª).

Este cylindro, quando esteve em uso, devia ter maior comprimento e a superficie toda lisa, achando-se actualmente partido e coberto por uma fina camada de concreção calcareo-argillosa.

Todos os objectos indicados na precedente alinea *B*) foram achados sobre o pavimento do vestibulo, na parte que tinha escapado á exploração de 1878.

C) Arte ceramica:

Muitos fragmentos de louça (malgas, panelas, potes e outros vasos), alguns dos quaes são ornamentados com *chevrons*.

O exemplar representado na fig. 310.ª é curioso, não só pela sua especial ornamentação, mas tambem pela rara fórma cylindrica do seu bojo. Tambem neste mesmo exemplar apparecem disseminadas pelo barro grande numero de pequenas palhetas, creio que de mica, com a côr e o brilho do ouro, algumas das quaes se vêem na superficie ornamentada.

O fragmento representado na fig. 311.ª fazia parte do bojo de um pequeno vaso em forma de tulipa.

Os dois fragmentos representados na fig. 312.ª pertenciam a uma especie de malga, com a superficie ornamentada com desenhos feitos com um punção.

---

[1] Vid. *Estudos prehistoricos em Portugal*, parte II, pp. 38, 40 e 83.

D) Adornos e outros objectos:

a) Oitenta e duas contas de callaite, tendo umas a fórma de troncos de ellipsoides (fig. 313.ª, *a, a*), outras de troncos de espheroides (fig. 314.ª, *b, b*), e outras cylindricas ou discoides como se vêem nas figs. 313.ª e 314.ª

A côr d'estas contas é na maioria d'ellas verde muito clara, nalgumas amarella, noutras azul escuro, e numa negra (fig. 314.ª *b'*).

b) Quatro botões plano-convexos, de osso, com varios contornos e grandezas, como estão indicados nas figs. 315.ª e 318.ª

Estes botões apresentam na face plana e inferior os dois orificios de um canal ou furo, por onde devia passar o liame que os prendia ao fato. Este canal é curto, e por isto, não se podendo por elle enfiar uma agulha rectilinea, nem com facilidade passar um fio ou correia mais de uma vez, julgo que o liame era constituido por um unico fio, que tambem poderia servir de aselha ou pé.

c) Uma rodela concavo-convexa (fig. 319.ª), feita da valva de um molluseo. Ao centro d'esta rodela vê-se um orificio circular.

Comquanto este objecto tenha a fórma dos volantes de fusos ou cossoiros, não me parece, em vista da sua pequenez e pouco peso especifico, servir para o mesmo fim que taes instrumentos. Talvez servisse tambem de botão.

d) Tres pequenos rolos de folhas rectangulares, de ouro muito fino.

Estes rolos formavam tubos, como se deprehende da maneira perfeitamente regular como num d'elles uma das margens maiores da folha se sobrepõe e ajusta na margem opposta, sem comtudo estar a ella soldada.

Estes tubos de ouro fazem lembrar as agulhetas que revestem as extremidades dos cordões ou fitas dos actuaes atacadores, e poderiam ter o mesmo fim. Julgo porém mais provavel que servissem de contas tubulares, de modo semelhante ás formadas com as conchas de *Dentalias,* que tambem encontrei nesta gruta e de que adeante fallarei.

Dois d'estes tubos de ouro (figs. 320.ª e 321.ª) tem de calibre $0^{m},003$ e de comprimento $0^{m},025$.

As figs. 322.ª e 323.ª representam a lamina do terceiro tubo quasi toda desenrolada e vista pelas duas faces. Neste desenrolamento surprehendi o trabalhador, que a encontrou no crivo. Esta lamina tem de comprimento $0^{m},021$, de largura $0^{m},017$ e a mesma espessura que as laminas dos outros tubos, a qual é de $0^{m},00017$.

e) Uma pequena serpentina de ouro (fig. 324.ª).

Este objecto, cujo peso é de 2 grammas, é formado por uma fita de secção rectangular, de ouro muito fino, com a largura de $0^{m},002$, e

enrolada em helice ou espiral cylindrico com quatro voltas. O cylindro, que esta helice podia envolver, tem 0m,008 de calibre, e o passo de cada volta da helice é de 0m,003.

A diminuta grandeza de tal calibre exclue a supposição de que esta serpentina pudesse servir de anel, pois que não poderia caber em nenhum dedo de qualquer pessoa, por mais nova que fosse.

A conjectura, que acho mais acceitavel sobre o destino d'este objecto, é a de ter servido de instrumento de troca e, portanto, de percursor da moeda. Tal hypothese tem sido emittida, para objectos semelhantes, por varios archeologos, e entre elles pelo Sr. Ricardo Severo [1].

f) Um fragmento de placa de schisto ardosiano, ornamentado numa das faces com triangulos isosceles, alternadamente lisos e reticulados com linhas parallelas, como indica a fig. 325.ª

g) Conchas de molluscos, perfuradas.

Uma d'estas conchas (figs. 326.ª e 326.ª *A, a, a, a.*) é o chamado *caurim* (*Cyprea moneta*), que, pela notavel belleza da sua fórma, côr e brilho, tem em todos os tempos sido usada como adorno pelos povos barbaros, que tambem ainda a empregam como moeda. Na praia do Portinho da Arrabida tenho encontrado, com frequencia, esta especie de conchas. Os exemplares que encontrei dentro da 1.ª gruta estão todos perfurados junto do labro, creio que para servirem de contas.

Outras conchas (figs. 326.ª *b, b.*), achadas na 1.ª gruta, são em fórma de pequenos tubos, e pertenceram a molluscos da familia *Dentalidea.*

Na gruta de Remouchamps (Belgica) achou o Sr. Van den Broeck exemplares d'esta especie de dentalideos, os quaes tomou como contas de separação de outras em collares de conchas [2]

Com estas duas especies de conchas e ainda com outras, como o *cerithio* representado na fig. 326.ª *c,* se poderiam formar collares semelhantes ao de toda a fig. 326.ª

E) Restos humanos:

Taes como: fragmentos de crânios, de ossos compridos e muitos dentes com as coroas pouco gastas.

F) Restos de animaes:

a) Fragmentos de ossos e dentes de cabra, cavallo, cão, porco e de tubarão.

---

[1] Vid. *Portugalia,* tomo II, p. 68, e cf. *O Arch. Port.,* vol. XI, p. 352.

[2] Vid. *Six leçons de préhistoire,* por G. Engerrand, p. 168.

b) Grande numero de conchas de diversos molluscos, taes como: ameijoas da cabeça (*Venus decussata*), berbigão (*Cardium edulis*) e diversas vieiras (da familia *Pectenidea*), sendo d'estas muito abundantes as valvas da especie representada na fig. 327.ª Estas especies de molluscos ainda hoje vivem nas aguas e margens do Sado, sendo as vieiras um manjar delicioso.

Além dos objectos de que anteriormente deixo noticia, encontrei na 1.ª gruta uma sovela de cobre, que descreverei quando tratar da epoca do cobre.

Na 2.ª gruta

A) Uma enxó (fig. 328.ª), de rocha amphibolica, e um machado (fig. 329.ª) da mesma rocha, ambos polidos ou antes amolados sobre outras pedras.

B) Fragmentos de vasos de barro, sendo alguns ornamentados.

A fig. 330.ª representa um d'estes fragmentos, pertencente a um pequeno vaso em fórma de tulipa, como indica a linha pontuada da mesma figura.

C) Objectos de adorno:

a) Vinte e nove contas de ribeirite, de diversas fórmas e grandezas, representadas na fig. 331.ª

b) Alguns pequenos fragmentos de placas de schisto ardosiano, sendo um d'elles (fig. 332.ª) ornamentado com triangulos.

D) Um fragmento de lapide em fórma de telha, com aproximadamente $0^{m},06$ de espessura e $0^{m},4$ de largura. Esta lapide estava transversalmente partida, motivo por que não pude saber o seu comprimento, quando inteira. Julgo que servia de porta para fechar a communicação do vestibulo com a camara principal.

Na 3.ª gruta

A) Objectos de pedra lascada:

a) Innumeros fragmentos de facas de silex, como os representados nas figs. 333.ª a 343.ª

Duas d'estas facas quasi inteiras (figs. 337.ª e 338.ª) são de quartzo hyalino, completamente diaphano (crystal de rocha), e muito pequenas. Julgo-as destinadas a operações muito delicadas.

b) Parte de um nucleo de quartzo hyalino (fig. 344.ª) d'onde poderiam ser tiradas as duas facas anteriormente referidas.

Nesta porção de nucleo falta a parte correspondente ao plano de percussão.

c) Diversas pontas de flecha, que se podem classificar nos seguintes typos:

1.º typo—Em fórma de folha. Duas pontas de flecha de silex (figs. 345.ª e 346.ª). Segundo Mortillet [1], as pontas d'este typo são sempre disseminadas e raras.

2.º typo—Em fórma de triangulo isosceles, de base tornada convexa. Duas pontas de flecha de silex (figs. 347.ª e 348.ª). Segundo Mortillet [2], os exemplares d'este typo são sempre raros e excepcionaes.

3.º typo—Em fórma de triangulo isosceles perfeito, isto é, com a base rectilinea. Duas pontas de flecha, sendo uma de silex cinzento (fig. 349.ª) e a outra (fig. 350.ª) de silex roxo muito escuro.

4.º typo—Em fórma de triangulo, com a base tornada concava. Dezoito pontas de flecha de silex de diversas côres (figs. 351.ª a 368.ª), sendo uma d'ellas translucida (fig. 367.ª) e com uma bonita côr acastanhada.

5.º Typo—Em fórma de folha, com entalhes de cada lado da base. Duas pontas de flecha de silex cinzento (figs. 369.ª e 370.ª). Segundo Mortillet, os exemplares d'este typo são excepcionaes na Europa [3].

6.º Typo—Em fórma de triangulo, com esboço de pedunculo na base. Uma ponta de flecha de silex branco (fig. 371.ª).

B) Objectos de pedra polida:

a) Duas enxós de rocha amphibolica (figs. 372.ª e 373.ª). Estes instrumentos, comquanto estejam partidos, teem os gumes muito bem afiados, parecendo que não tiveram uso algum.

b) Quatro cylindros de marmore branco, dois dos quaes estão representados nas figs. 274.ª e 275.ª Estes objectos acham-se cobertos com uma pasta concrecionada, de calcareo e argilla.

C) Arte ceramica:

Innumeros fragmentos de diversos vasos, sendo uns lisos e outros ornamentados com *chevrons*.

Os vasos representados nas figs. 376.ª a 378.ª foram restaurados com diversos fragmentos, que se vêem nas mesmas figuras.

O vaso representado na fig. 377.ª é notavel pelos desenhos, que parecem de cervideos e se vêem abaixo da cercadura feita com *chevrons*.

---

[1] Vid. *Le préhistorique*, 1.ª ed., p. 520.

[2] Vid. *ob. cit.*, na mesma pagina.

[3] Vid. *ob. cit.*, p. 522.

Estes desenhos são os mais rudimentares que se podem imaginar, pois que tanto a cabeça, como o tronco do animal e os membros, estão representados por simples linhas rectas. É assim que ainda hoje as crianças costumam representar as figuras dos animaes.

A fig. 379.ª é de um fragmento de malga, como se vê indicada na linha pontuada.

A fig. 380.ª é de outra malga, restaurada por meio de um fragmento.

Todos estes vasos tinham o bordo superior ornamentado como as malgas que encontrei na Rotura e Chibanes. Na malga que a fig. 380.ª representa o bordo superior, que é ornamentado, ficava muito inclinado sobre a parede interior.

D) Adornos, amuletos e outros objectos:

a) Cento e setenta e cinco contas inteiras de callaite (figs. 381.ª a 384.ª) e alguns fragmentos de outras, como o representado na fig. 385.ª

A maior parte d'estas contas são da variedade de callaite, a que o Sr. Bensaude deu o nome de ribeirite.

Estas contas teem grande analogia com as que C. Ribeiro encontrou no dolmen do Monte Abrahão, em Bellas [1], e que Ricardo Wittnich analysou.

As côres, fórmas e grandezas das contas achadas na 3.ª gruta são diversas.

Emquanto á côr, a maior parte d'ellas são verdes mais ou menos claras, variando tambem a dureza proporcionalmente á intensidade da côr. Estas variações parecem produzidas pelos agentes externos, pois que a substancia das contas é tanto mais molle e apresenta a côr tanto mais clara quanto mais proxima está da superficie exterior. É o que pude verificar nalguns fragmentos das poucas contas que, por acaso, se partiram no acto da exploração.

Muitas contas, especialmente as pequenas e discoides, apresentam a superficie incrustada de oxidos de ferro, com a côr ocracea.

Algumas contas não teem a côr verde, mas cinzenta muito escura, e até completamente negra. Tal é a conta indicada na fig. 381.ª com a letra *a'*.

Emquanto á fórma, a maior parte das contas, que nas figuras não tem indicação especial, são cylindricas, mais ou menos oblongas. As menos oblongas ou discoides são em geral as de menor grandeza, e parecem cortadas de uma peça cylindrica. Algumas d'estas contas es-

[1] Vid. *Estudos prehistoricos em Portugal*, parte II, pp. 53 e 55.

tavam colladas umas ás outras pelas bases cylindricas, formando grupos de tal maneira solidarios que foi preciso algum esforço para os dissolver. Pareceria até que as contas componentes de cada grupo nunca se teriam completamente separado, se não existissem nalguns grupos contas diversamente encrustadas de oxidos de ferro, como se vê no grupo de tres contas ainda ligadas que está indicado na fig. 384.ª com a letra *g*, facto que só é compativel com o seu desligamento anterior.

As contas designadas com as letras *a*, *a'* são tronco-ellipsoidaes e as indicadas com as letras *d* e *d'* tronco-espheroidaes, parecendo derivarem aquellas dos cylindros oblongos e estas dos discoides, pelo desgasto feito nas proximidades das bases cylindricas.

A conta designada com a letra *b'* (fig. 381.ª) é um ellipsoide truncado, com a superficie toda ornamentada de sulcos circulares perpendicularmente ao eixo maior do ellipsoide.

As contas nem sempre eram perfeitamente alisadas, apparecendo algumas com facetas irregularmente espalhadas pela superficie, o que me faz suppor que se alisavam pelo movimento de vae-vem sobre outra pedra e não ao tôrno.

Nas contas grandes o furo era cylindrico, como se vê no fragmento de conta amygdaloide representado na fig. 385.ª; nas contas pequenas, porém, tinha a fórma de dois troncos de cone, mais ou menos ajustados pelas bases menores, o que parece indicar que neste caso o instrumento com que se faziam os furos era grosseiro, podendo mesmo ser um furador de silex.

A perfuração era feita a partir das extremidades das contas para o centro, e nem sempre os dois furos ficavam perfeitamente no prolongamento um do outro, como se vê claramente no fragmento da grande conta amygdaloide de *ribeirite*, representado na fig. 385.ª

b) Uma placa de *ribeirite* em fórma de triangulo isosceles e perfurada proximamente do centro da base do triangulo, para andar suspensa. Este objecto, que talvez servisse de amuleto, está indicado na sua grandeza natural, na fig. 384.ª, com a letra *c*.

c) Uma grande conta de azeviche com a fórma de dois troncos de cone, ajustados pelas suas bases maiores. Esta conta, que está indicada na fig. 383.ª com a letra *d*, tem de comprimento $0^m,032$ e de diametro na base commum aos dois troncos de cone que a formam, $0^m,020$ [1].

---

[1] Carlos Ribeiro (*ob. cit.*, p. 52) refere-se a contas semelhantes a esta achadas em Monte Abrahão, mas tão deterioradas que se desfaziam com a simples pressão dos dedos. Tambem nesta 3.ª gruta do Casal Pardo encontrei uma pequena conta de azeviche, que se fragmentou toda.

d) Uma grande conta de marfim, com a fórma e grandeza indicadas na fig. 386.ª

Esta conta é muito semelhante a outra achada por C. Ribeiro no Monte Abrahão [1].

O marfim, de que é formada, está pela sua grande antiguidade a separar-se naturalmente em camadas cylindricas muito regulares, cujo eixo commum é parallelo ao da conta, mas não se confunde com elle.

e) Um dente canino do ramo direito do maxillar inferior de lobo, furado transversalmente proximo da raiz, a fim de poder andar suspenso, talvez como amuleto.

Este objecto está indicado com a letra *e* na fig. 382.ª

f) Uma placa rectangular de ouro muito fino com a superficie lisa, as duas margens maiores dobradas em angulo recto e em cada uma d'ellas dois orificios, que reciprocamente ficavam fronteiros e poderiam corresponder a dois canaes que os ligassem (fig. 387.ª).

Julgo que esta placa era destinada a guarnecer uma conta achatada, de qualquer substancia, que era atravessada por dois furos a que correspondiam os referidos orificios. Ainda actualmente se fazem contas de vidrilhos semelhantes.

Proximo da placa acima referida foi achada outra menor, tambem da mesma qualidade de ouro, sem furos e enrolada para formar um pequeno tubo semelhante aos tubos de ouro que achei na 1.ª gruta, sendo porém muito mais curto.

É provavel que com varias peças de ouro, como as achadas nesta gruta, se obtivesse um arranjo, hypotheticamente disposto como representa a fig. 389.ª, e que poderia servir de pulseira.

De modo semelhante foram restaurados dois collares de contas de azeviche, achadas em Assynt (Rossshyre) e em Fy Mawer (Holyhead), os quaes veem desenhados na obra de John Evans, *Les âges de la pierre,* pp. 453 e 455. Na mesma obra, p. 456, se refere o mesmo autor a umas caixas de ouro, não perfuradas, achadas por M. Cunington em Upton Lovel, as quaes crê que são «placas que recobriam pequenos pedaços de madeira perfurados horizontalmente, constituindo assim grandes contas achatadas de ouro».

O facto de se achar perfurada a placa que achei na 3.ª gruta da Quinta do Anjo, vem confirmar a opinião de John Evans.

g) Tres botões de osso plano-convexos, isto é, com a fórma de segmentos esphericos.

---

[1] Vid. *ob. cit.* parte II, pp. 55 e 61.

Estes tres botões teem cada um o seu canal curvo, com as duas aberturas na base plana, para a passagem do fio ou correia que lhe servia de prisão, como nos botões de osso que achei na 1.ª gruta.

As figs. 389.ª a 392.ª representam estes botões na sua verdadeira grandeza, sendo as figs. 389.ª e 392.ª dos botões vistos pela face inferior e plana, onde se vêem os orificios, e a 391.ª do maior botão visto pela face superior, convexa e perfeitamente polida.

h) Uma cabeça de alfinete, quasi inteira e de osso.

Este objecto foi fabricado com um curto pedaço de osso longo de mammifero, no qual se alargou o canal medullar para nelle introduzir a haste do alfinete. A sua fórma é conica, e a superficie externa é toda ornada com sulcos circulares, perpendiculares ao eixo do cone (fig. 393.ª).

C. Ribeiro encontrou um objecto semelhante a este no dolmen do Monte-Abrahão [1].

i) Dois fragmentos de uma placa de schisto. Um dos fragmentos (fig. 394.ª) tem um furo e parte de outro, sendo ambos os furos destinados á suspensão da placa; o outro fragmento (fig. 395.ª), está ornamentado com duas series de triangulos isoseeles, alternadamente lisos e reticulados com linhas parallelas á base, cruzando-se com outras parallelas a um dos lados.

j) Um pedaço de almagra, que supponho destinado á pintura sobre o corpo humano ou quaesquer objectos.

E) Ossos humanos:

D'estes ossos os mais dignos de nota são os seguintes:

a) Grande porção de um cranio, o qual comprehende uma pequena parte do frontal do lado superior e direito, ligada ao parietal pela sutura coronal, partes dos dois parietaes ligados entre si pela sutura sagittal e outros fragmentos, que não posso affirmar se são do mesmo cranio ou de outros. Com estes ossos não me foi possivel fazer qualquer reconstituição, que se prestasse a calculos craniometricos aproveitaveis.

b) Varios fragmentos de maxillares inferiores com a apophyse geniana muito desenvolvida. Nestes maxillares, os grandes molares conservam as tuberosidades na coroa e os premolares estão pouco gastos. Comtudo, encontrei dispersos por toda a gruta grande numero de dentes humanos, alguns dos quaes tinham as coroas gastas até o collo.

c) Fragmentos de diversos humeros, tendo uns a cavidade *olecraniana* perfurada, como na familia de Cro-Magnon, e outros com a mesma cavidade não perfurada.

---

[1] Vid. *Estudos prehistoricos em Portugal*, parte II, p. 46, e fig. 3.ª da est. IV.

d) Fragmentos de diversos femures.

Como é sabido, as cristas da face posterior do femur, onde se insere lateralmente o vasto-interno, são tanto mais salientes e unidas, quanto mais esses musculos se fortalecem pelo exercicio; e que este é tanto maior quanto mais o animal abandona a marcha e attitude quadrupede, para adoptar a posição e marcha bipede [1]. Assim nos macacos anthropoides, estas cristas ainda não existem [2]; nas raças humanas existem sempre; porém umas vezes ainda separadas, como na que deixou os seus vestigios em Cro-Magnon, outras vezes já reunidas nos dois terços medios do femur formando a *linha aspera* [3], como na maior parte das raças actuaes.

Num fragmento de femur, que encontrei na 3.ª gruta, existem as duas cristas, acima referidas, separadas e formando columna em todo o terço medio.

Noutro fragmento do femur, as duas cristas estão unidas em todo o terço medio, formando a linha aspera.

Parece-me, pois, que os diversos humeros e os dois fragmentos de femures pertenciam a individuos que, pelo menos, descendiam de raças differentes, uma das quaes seria affim da de Cro-Magnom.

G) Restos de animaes.

a) Maxilla inferior de um arvicola, que julgo ser da mesma especie a que pertenceu igual maxilla representada na fig. 2.ª da est. III da *Noticia das grutas de Cesareda,* pelo Sr. Nery Delgado.

b) Grandes dentes caninos (*navalhas*) de javali, um fragmento de maxillar inferior com dentes sectorios de canideo. que attendendo á grandeza da maxilla devia ser corpulento, e muitos dentes e ossos de cavallos, ovelhas e cabras.

c) Restos de peixes, entre os quaes muitos dentes de tubarão.

d) Valvas de vieiras (*Pectens*), ameijoas de cabeça (*Venus decussata*) e berbigões (*Cardium edulis*).

Na 4.ª gruta encontrei, alem de algumas vertebras e outros curtos ossos humanos, alguns ossos compridos de vertebrados, bem como uma enxó de diorite muito bem afiada e sem mossa alguma, creio que por falta de uso (fig. 369.ª). Esta enxó foi achada no pavimento do vestibulo.

---

[1] Cf. *Bull. de la Société d'Anthropologie de Paris,* 1901, pp. 153 e 154; Dr. Fauvelle, *Physico-Chimie,* p. 431, P. Topinard, *Anthropologie,* p. 146.

[2] Vid. P. Topinard, *Anthropologie,* p. 309

[3] Vid. P. Topinard, *Anthropologie,* p. 309.

Tanto nesta 4.ª gruta como em todas as outras, encontrei muitos pequenos seixos naturalmente polidos e discoides, com os diametros de 0m,01 a 0m,015.

Estas pequenas pedras não se encontram nos terrenos adjacentes ás grutas; portanto foram aproveitadas e trazidas para as grutas, não sei com que destino.

Só na 1.ª gruta encontrei um objecto (sovela) de cobre; na exploração, porém, que se fez em 1876, foram achadas: nove lanças um alfinete e duas sovelas tudo de cobre. Estes objectos metallicos provam que os sepulcros da Quinta do Anjo, se começaram a servir na epoca neolithica, de que se acharam grande numero de objectos, continuaram a ter uso pelo menos até o principio da epoca eo-metallica.

(*Continúa*).

A. I. Marques da Costa.

Exploitation souterraine du silex à Campolide, aux temps néolithiques

L'agrandissement des voies de garage entre la station de Campolide et l'entrée du tunnel vient de faire disparaître les derniers vestiges des carrières préhistoriques découvertes em 1888, lors du percement du tunnel.

L'ouvrage dans lequel elles ont été décrites[1] étant difficilement accessible, il m'a paru utile de reproduire cette description, en y introduisant quelques légères modifications.

Lors du percement du tunnel du Rocio, la tranchée d'accès au lieu dit «Rabicha» (actuellement entre la tête du tunnel et la station de Campolide) traversa deux galeries, ou plutôt deux salles superposées. La galerie inférieure, beaucoup plus grande que l'autre, s'étendait sur une cinquantaine de mètres, aussi bien parallèlement que transversalement à la voie.

Les communications avec l'extérieur étaient complètement obstruées par la terre végétale et par des débris de carrières.

---

[1] Paul Choffat, *Etude géologique du Tunnel du Rocio, contribution à la connaissance du sous-sol de Lisbonne*, in (*Mémoires* de la Commission des travaux géologiques du Portugal), Lisbonne 1889. In 4.° — Article, *Industrie préhistorique*, pp. 60 et 61, et pl. vii. La planche contient les figures reproduites ici sous les numéros 2 à 4. — Cfr. Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitania*, i, 47-48.

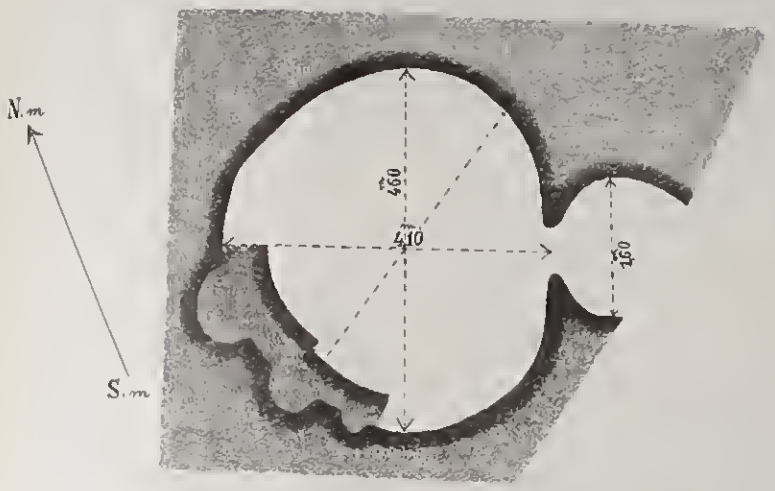


Fig. 286.ª

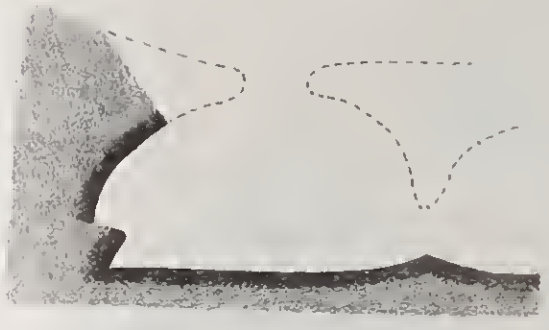


Fig. 287.ª

Fig. 289.ª

Fig. 290.ª

Fig. 288.ª

Fig. 286.ª — Planta da 4.ª gruta.
Fig. 287.ª — Perfil da 4.ª gruta na direcção do eixo.
Fig. 288.ª — Perfil da camara da 4.ª gruta na direcção da linha obliqua ao eixo.
Fig. 289.ª — Perfil da camara da 4.ª gruta na direcção da linha perpendicular ao eixo.
Fig. 290.ª — Perfil do vestibulo da 4.ª gruta na direcção da linha perpendicular ao eixo.

ESCALA $\frac{1}{100}$

Fig. 291.ª (1/1)

Fig. 292.ª (1/1)

Fig. 293.ª (1/1)

Fig. 294.ª (1/1)

Fig. 295.ª (1/1)

Fig. 296.ª (1/1)

Fig. 297.ª (1/1)

Fig. 298.ª (1/1)

Fig. 299.ª (1/1)

Fig. 300.ª (1/1)

Fig. 301.ª (1/1)

Fig. 302.ª (1/1)

Fig. 303.ª (3/5)

Fig. 304.ª (3/5)

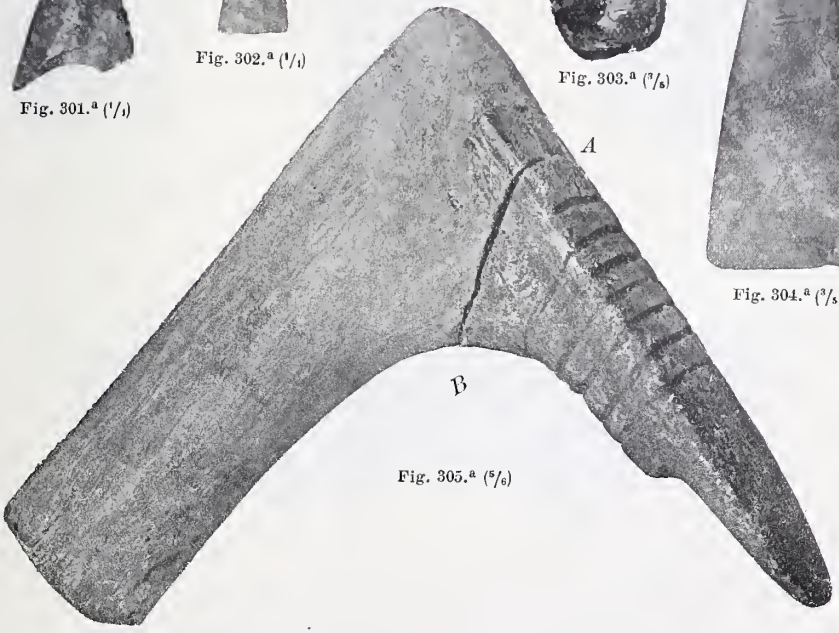


Fig. 305.ª (5/6)

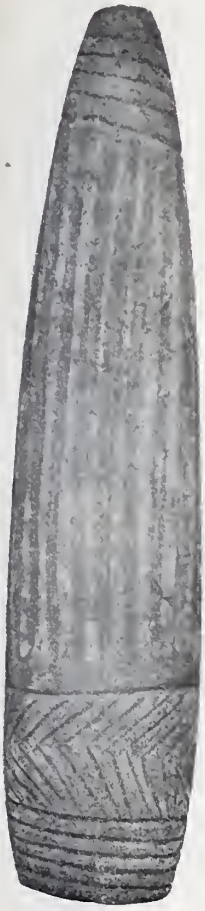


Fig. 306.ª (1/2)

Fig. 307.ª (1/2)

Fig. 308.ª (1/2)

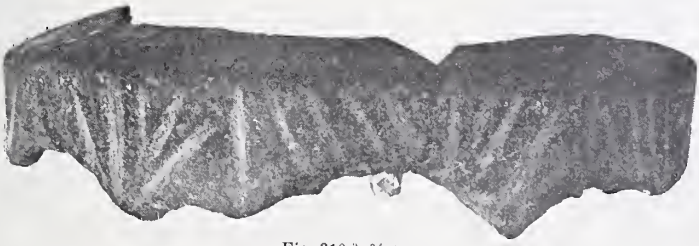


Fig. 310.ª (9/11)

Fig. 309.ª (3/5)

Fig. 311.ª (1/1)

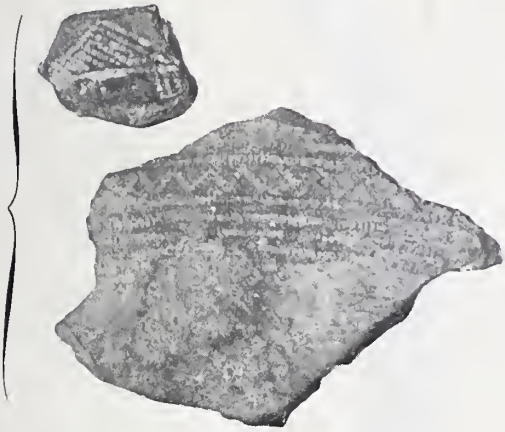


Fig. 312.ª (3/5)

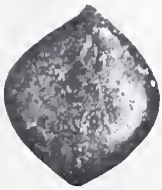


Fig. 315.ª (6/7)

Fig. 316.ª (6/7)

Fig. 317.ª (6/7)

Fig. 318.ª (6/7)

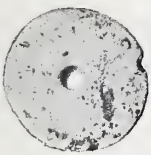


Fig. 319.ª (6/7)

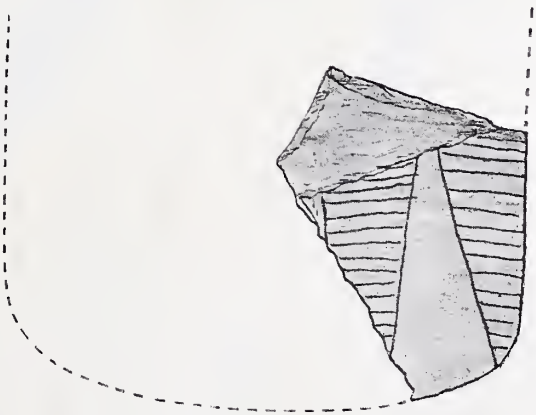


Fig. 325.ª (1/1)

Fig. 313.ª (1/1)

Fig. 314.ª (1/1)

Fig. 320.ª (1/1)

Fig. 321.ª (1/1)

Fig. 322.ª (1/1)

Fig. 323.ª (1/1)

Fig. 324.ª (1/1)

Fig. 387.ª (1/1)

Fig. 388.ª (1/1)

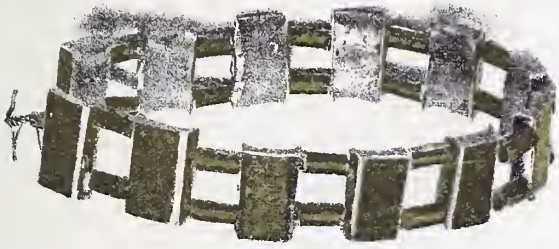


Fig. 389.ª (1/1)

Fig. 390.ª (1/1)

Fig. 391.ª (1/1)

Fig. 392.ª (1/1)

Fig. 326.ª-A (6/7)

Fig. 327.ª (3/5)

Fig. 328.ª (3/5)

Fig. 329.ª (3/5)

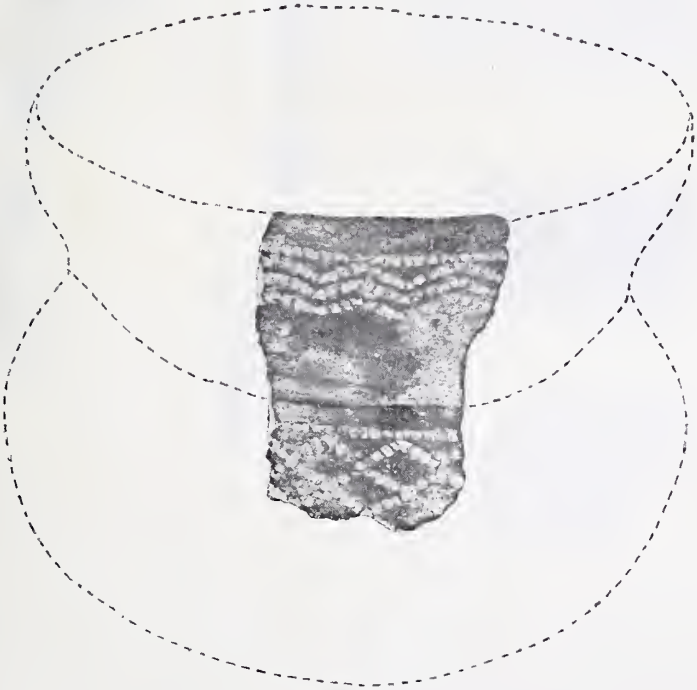


Fig. 330.ª (1/1)

Fig. 326.ª (1/1)

Fig. 331.ª (1/1)

Fig. 332.ª (1/1)

Fig. 333.ª (1/1)

Fig. 334.ª (1/1)

Fig. 335.ª (1/1)

Fig. 336.ª (1/1)

Fig. 337.ª (1/1)

Fig. 339.ª (1/1)

Fig. 340.ª (1/1)

Fig. 341.ª (1/1)

Fig. 346.ª (1/1)

Fig. 338.ª (1/1)

Fig. 342.ª (1/1)

Fig. 343.ª (1/1)

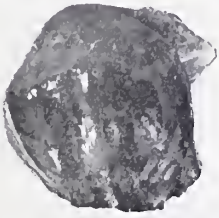


Fig. 344.ª (1/1)

Fig. 345.ª (1/1)

Fig. 347.ª (1/1)

Fig. 348.ª (1/1)

Fig. 349.ª (1/1)

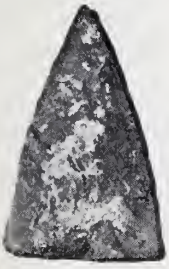


Fig. 350.ª (1/1)

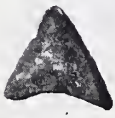


Fig. 351.ª (1/1)

Fig. 352.ª (1/1)

Fig. 353.ª (1/1)

Fig. 354.ª (1/1)

Fig. 355.ª (1/1)

Fig. 356.ª (1/1)

Fig. 357.ª (1/1)

Fig. 358.ª (1/1)

Fig. 359.ª (1/1)

Fig. 360.ª (1/1)

Fig. 362.ª (1/1)

Fig. 361.ª (1/1)

Fig. 363.ª (1/1)

Fig. 364.ª (1/1)

Fig. 365.ª (1/1)

Fig. 366.ª (1/1)

Fig. 367.ª (1/1)

Fig. 368.ª (1/1)

Fig. 369.ª (1/1)

Fig. 370.ª (1/1)

Fig. 371.ª (1/1)

Fig. 375.ª (3/5)

Fig. 372.ª (3/5)

Fig. 374.ª (3/5)

Fig. 373.ª (3/5)

Fig. 376.ª (1/3)

Fig. 377.ª (1/2)

Fig. 378.ª (1/2)

Fig. 380.ª (1/5)

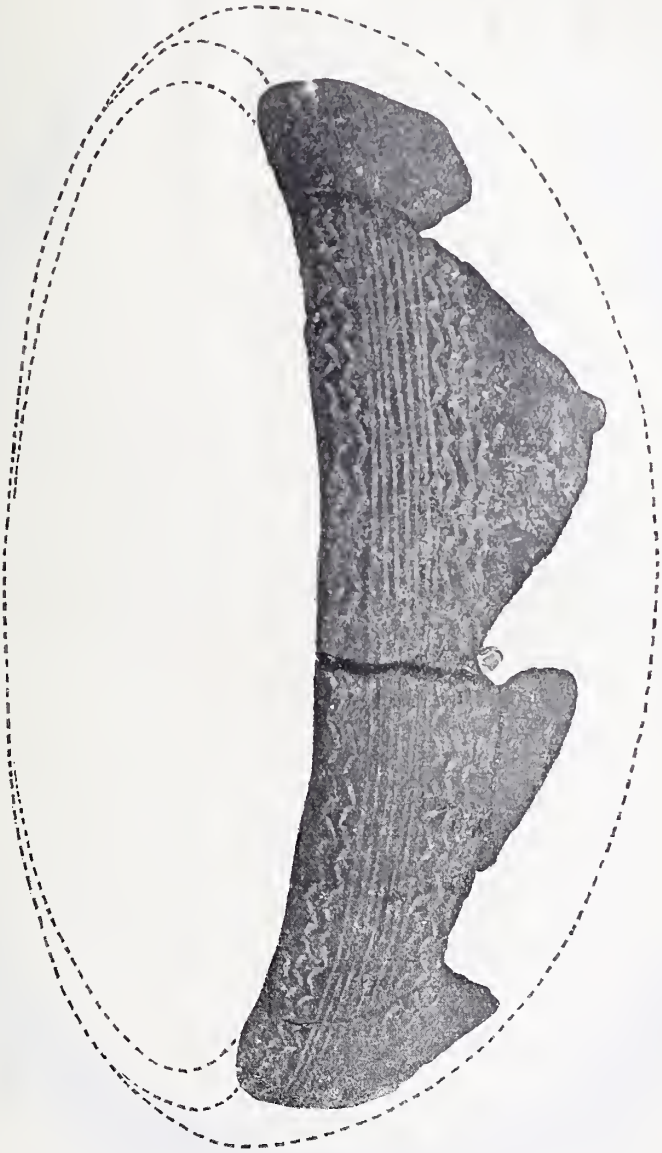


Fig. 379.ª (2/3)

Fig. 381.ª (1/1)

Fig. 382.ª (1/1)

Fig. 383.ª (1/1)

Fig. 384.ª (1/1)

Fig. 393.ª (1/1)

Fig. 396.ª (2/3)

Fig. 395.ª (1/1)

Fig. 394.ª (1/1)

Fig. 385.ª (1/1)

Fig. 386.ª (1/1)

Deux de ces voies d'accès ont été mises à découvert par les travaux d'excavation; l'une, latérale, se trouvait dans la direction de la maison du garde-voie (S. W.?) et aboutissait à la salle inférieure, l'autre, correspondant à la salle supérieure, était au contraire verticale; elle était probablement destinée à l'éclairage, car elle se trouvait à un point où le plafond de la galerie atteignait presque la surface du sol. Elle était près de l'extrémité méridionale de la tête actuelle du tunnel.

Cette tranchée était ouverte dans des calcaires blancs, appartenant à la partie supérieure des terrains crétaciques. Ces calcaires sont très durs et contiennent des rognons de silex alignés en bancs, et se soudant parfois les uns aux autres, de façon à former une couche.

Ces bancs de silex ne sont séparés les uns des autres que par 15 à 30 centimètres de calcaire, qui se brise par l'extraction, et n'a donc à peu près aucune utilité. D'un autre côté, les strates du Crétacique qui leur sont superposées en ce point n'offrant pas non plus de matériaux utilisables, il était évident que ces galeries n'avaient pas pour but l'exploitation des couches superposées, en les faisant ébouler (*solinhar*), système qui était encore en usage il y a une quinzaine d'années.

Elles ne pouvaient viser que l'exploitation du silex, conclusion qui fut tirée même par les employés à la construction de la ligne, n'ayant pas connaissance de l'utilisation préhistorique du silex, et qui fut pleinement confirmée par la découverte des instruments d'exploitation.

Ces galeries étaient inclinées suivant la stratification des bancs de silex, et comme ceux-ci ne sont pas parallèles, il s'en suit que la hauteur des galeries était variable, le maximum étant environ de 1 mètre et le minimum de $0^{m},70$.

Des piliers pour soutenir la voûte avaient été ménagés à des distances irrégulières, et on avait fait en outre des empierrements de gros moellons qui paraissaient aussi avoir le même but.

Ces galeries étaient en partie remplies jusque vers le toit par de menus débris de roche calcaire et de silex, cimentés par places par un dépôt stalagmitique abondant.

Sur un point, correspondant au milieu de la voie, on trouva des ossements humains complètement encastrés dans ce dépôt. Ces ossements ont été dispersés avant mon arrivée, mais d'après le peu que j'ai pu en voir ils étaient trop brisés pour permettre une étude anthropologique. On m'a pourtant parlé d'un crâne, sans que j'aie pu savoir à qui il a été donné.

Dès que j'eus connaissance de cette découverte, je chargeai un collecteur de la Commission géologique d'assister au travail d'excavation de la tranchée, mais, par suite d'un malentendu, il fut rappelé le jour

même où l'on commençait l'élargissement de la partie qui avait contenu les ossements.

Ce point se trouvait à peu près vers le milieu de la salle supérieure; les débris jonchant le sol paraissaient provenir exclusivement des silex et du calcaire qui les encastrait, mais il n'en était pas de même auprès de l'avancement des galeries. On y trouvait de nombreux morceaux de basalte, aussi bien dans la galerie inférieure que dans la galerie supérieure. J'insiste sur ce fait, parce que la galerie inférieure n'ayant pas de communication verticale avec la surface du sol, étant au contraire inclinée vers la sortie, il est clair que tous les fragments de basalte, travaillés ou non, qu'elle contenait vers sa partie supérieure, ont dû y être introduits, intentionnellement.

Quelques uns de ces morceaux de basalte étaient partiellement ou complètement encastrés dans la couche stalagmitique, d'autres étaient libres au milieu des débris couvrant le sol.

Dans la publication sus-mentionnée, j'ai décrit 15 instruments recueillis en premier lieu, mais j'en ai ensuite recueilli davantage et après la publication de mon mémoire, le savant archéologue Estacio da Veiga visita ces galeries et y recueillit 10 instruments de basalte et des débris de silex qui, d'après ses instructions, furent remis après sa mort aux Collections de la Commission géologique, où se trouvaient déjà 21 exemplaires.

Ces instruments sont de deux catégories: des massettes et des coins. Il est évident que les mineurs de l'époque choisissaient des morceaux de basalte s'approchant naturellement de la forme désirée, qui leur était donnée peu à peu par l'usage, mais il est pourtant curieux de constater que la majeure partie des massettes ont à peu près la même forme et les mêmes dimensions.

Ce sont en général des cylindres plus ou moins réguliers, un peu plus gros que le poing, arrondis sur le pourtour, et plans sur les deux extrémités qui sont le plus souvent parallèles. Leur diamètre varie de 80 à 100 millimètres, et leur hauteur de 60 à 70.

Trois échantillons de même diamètre n'ont qu'une épaisseur de 25 à 50 mm., tandis que deux autres, également discoïdes, ont un diamètre de 140 et 160 sur une épaisseur de 60 et de 65.

Les coins sont fort irréguliers, le plus grand ayant 140 mm. dans sa plus grande dimension. Rien ne permet de dire s'ils étaient réellement employés comme ciseaux, ainsi que le supposait Estacio da Veiga, ou si ces derniers étaient de bois ou d'os et n'ont pas laissé de vestiges.

Avec ces instruments de basalte se trouvait une petite boule de quartzite ayant deux petites facettes planes, opposées, et une autre

latérale. Son diamètre est de 51 mm., et la distance entre les deux faces planes opposées, de 42 (fig. 4).

Des massettes analogues à celles de basalte et à celle de quartzite ont été trouvées dans de nombreuses stations néolithiques des environs de Lisbonne. Dans les tas de débris de silex se trouvaient des fragments de couteaux et de racloirs identiques à ceux de cette même époque.

Il est incontestable que l'on se trouve en présence de carrières néolithiques, et elles devaient être très nombreuses dans la vallée d'Alcantara et au Monsanto, car l'extension des instruments de silex, à cette époque, est énorme en comparaison de l'étendue relativement restreinte des contrées où cette matière pouvait être exploitée.

La majeure partie de ces carrières aura été détruite par les exploitations de calcaire, mais peut-être en existe-t-il encore d'autres dont on ne connait pas l'entrée.

Pourquoi les hommes néolithiques de Campolide exploitaient-ils le silex par galeries souterraines, ce qui, à cette époque, présentait des difficultés incomparablement plus grandes qu'actuellement?

Doit-on admettre qu'ils avaient déjà exploité tout le matériel pouvant l'être à ciel ouvert, ou bien était-ce pour se procurer une matière première se travaillant avec plus de facilité, par suite de la conservation de son eau de carrière?

C'est ici le cas de rappeler qu'il existe encore, près de Rio Maior, un hameau dont les habitants vivent en partie de la taille du silex, qu'ils sont capables de travailler avec autant de perfection que les hommes de l'âge néolithique, et pourtant leur matière première ne consiste qu'en silex privés de l'eau de carrière, ramassés dans une terre probablement alluvienne.

Il semble donc probable que les carriers de Campolide ayant épuisé les bancs de silex exploitables à ciel ouvert, se sont peu à peu enfoncés sous le sol, ménageant des piliers pour éviter les effondrements. Ce serait l'origine de l'art du mineur, et peut-être celle de l'exploitation des carrières par galeries provoquant des effondrements (solinhar) qui s'est maintenue dans les mêmes parages jusqu'à nos jours.

Avant la découverte des galeries de Campolide, l'exploitation souterraine du silex à l'époque néolithique était déjà connue de Belgique, d'Angleterre et de France. Ces témoins sont cependant encore fort rares, et méritent d'attirer l'attention.

Les exploitations dans les pays précités avaient lieu par puits verticaux aboutissant à des galeries étroites, tandis qu'ici nous avons affaire à de vastes galeries, à entrées latérales.

Il me reste à dire un mot sur la disparition de ces galeries. L'achèvement de la ligne fit disparaître la partie des galeries située au Sud de la voie et il ne resta que quelques mètres du côté nord.

En 1899, M. Luciano de Carvalho, sous-directeur de la Compagnie royale, montrant une fois de plus l'intérêt qu'il porte à tout ce qui touche aux questions scientifiques, fit placer un grillage à l'entrée de cette excavation, la signalant ainsi à l'attention des voyageurs, et assurant sa conservation. Le développement qu'a pris dernièrement la station de Campolide obligea à élargir considérablement le champ de manœuvres et à niveler le terrain bien au-delà de la galerie néolithique.

Il ne reste plus de cette station que des photographies tirées pendant la construction de la ligne et les instruments déposés dans les collections du Service géologique, au Musée Ethnographique et peut-être aussi chez quelque particulier. De nombreux exemplaires doivent être enfouis dans les remblais de la ligne.

Paul Choffat.

Acquisições do Museu Ethnologico Português

Fevereiro de 1907

O Sr. **Alberto Collaço** offereceu as estampas da obra numismatica de Teixeira de Aragão, colligidas num só volume.

A Mesa da Misericordia de Obidos offereceu tres pergaminhos latinos, medievaes, com letras coloridas.

O Sr. **José de Ascensão Valdez** offereceu um pergaminho do sec. XIV.

O Sr. **Jaime Leite** offereceu um denario iberico de *Osca,* duas moedas romanas, imperiaes, de cobre e dois pesos portugueses, marca T. S. P., de cobre.

O Sr. **Pedro de Azevedo** offereceu amostras de papel sellado em uso nos annos de 1801 e 1802.

O **signatario d'este artigo** offereceu tres exemplares do seu *ex-libris.*

O Sr. **Director do Museu** adquiriu para o Museu os seguintes objectos:

uma collecção de tres estampas (antigas e modernas):

um caderno de pergaminho do sec. XV, manuscrito, e outro de papel, em português, do reinado de D. Sebastião;

um livro de receitas, manuscrito, do sec. XVII;

Combate de Margão, litteratura de cordel do sec. XVIII, com uma gravura;

Fig. 1. —Vue du flanc nord de la tranchée d'avancement, montrant la coupe des deux galeries. — Phototypie d'un cliché de Mr. le colonel Barjona de Freitas. Mai 1889. Cette vue n'a pas figuré dans le mémoire de 1889.

Fig. 2. — Le même flanc vu quelques semaines plus tard, après l'élargissement de la tranchée. — Dessin de Mr. Luis Coueeiro, d'après un cliché de Mr. D. Luis de Almeida. *a, a.* Amas de menus débris de la galerie inférieure. Dans le fond de la galerie, à gauche de la lettre *a*, supérieure on aperçoit un des piliers ménagés pour soutenir la voûte. *b, b.* Amas de débris de la galerie supérieure. -- Les bandes foncées que l'on remarque au milieu des strates correspondent aux lits de silex.

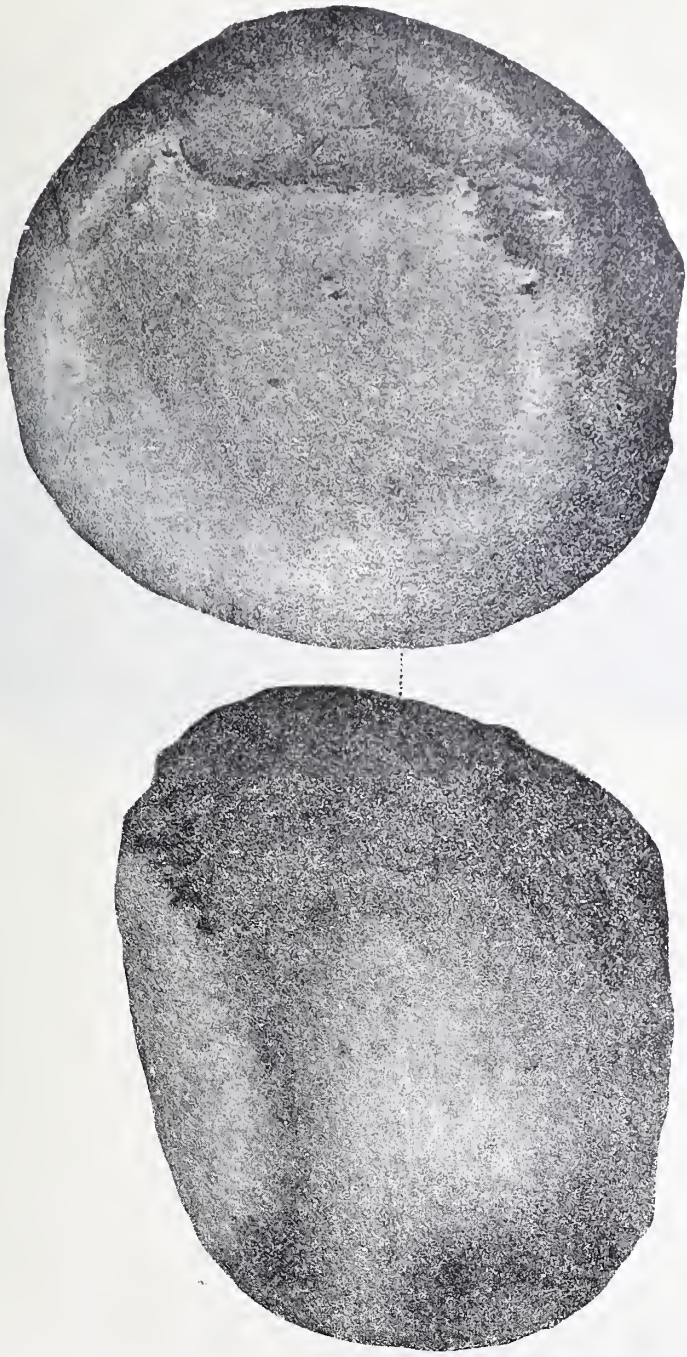


Fig. 3 (*a*, *b*) — Massete de basalte ayant servi à l'extraction du silex. — Grandeur naturelle

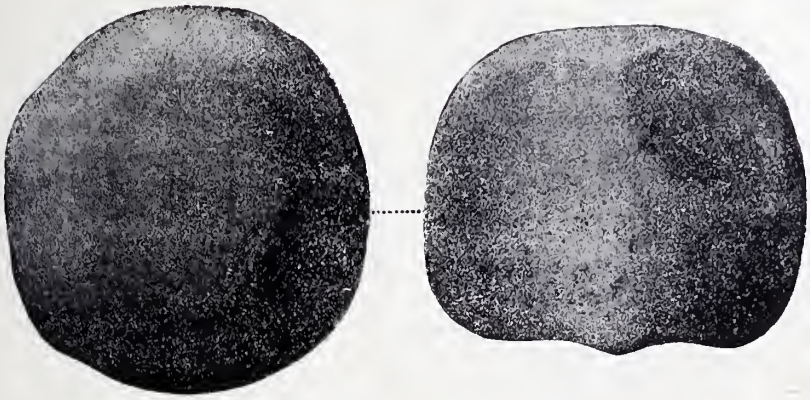


Fig. 4 (*a, b*) — Boule de quartzite paraissant avoir servi de massete pour la taille du silex. Grandeur naturelle.

dois livros hespanhoes (impressos), um do sec. XV e outro, sem folha de rosto, talvez da mesma epoca;

uma campainha metallica, indiana;

um medalhão camoniano de ferro fundido;

uma caixa de rapé, antiga;

duas moedas de cobre e uma medalha, portuguesas;

um bilhete da lotaria real de 1801, com gravura, e outro. da de S. Carlos, de 1805;

uma cedula de 50 réis, emittida pela Camara Municipal do Porto em 1891;

Orosius, edição de 1499, de Veneza;

um sêllo de chumbo, que pertenceu a documento diplomatico, do reinado de D. João VI;

Novena de Santa Maria Magdalena, cópia da edição de 1750. com pinturas;

Geographia Universal, manuscrito com appendices historicos, do sec. XVIII;

Devoção das Estações, manuscrito do mesmo seculo, com encadernação dourada;

Contos de Alexandre de Gusmão, manuscrito do mesmo seculo, cartonado;

Tomo II dos *Discursos Espirituaes de D. Maria Magdalena de Jesus* (vid. Barbósa Machado), manuscrito do sec. XVII.

Historia da Congregação da Caridade da Sé, manuscrito de 1818, com capa de pergaminho atada com fita de carneira;

Chorographia, de Barreiros, impressa em 1561, e *Censuras,* de Gaspar Barreiros, da mesma data, obras que estão reunidas num só volume, que, como nelle se declara, pertenceu a Thomás Norton e Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Março de 1907

Em virtude da disposição testamentaria com que falleceu o Rev.mo Monsenhor Conego Pereira Botto, o Sr. Commendador **Francisco Maria Botto** entregou ao Museu os seguintes objectos:

dois quadros photographicos, que representam objectos archeologicos preromanos, romanos e postromanos;

tres machados neolithicos e um cossoiro romano, de barro, provavelmente do Sul do reino;

varios fosseis;

O Sr. Dr. **Castro Almeida** offereceu um alfinete que estava pregado num documento do sec. XVI.

O Sr. **Pedro Ferreira** offereceu tres moedas antigas de Ceilão, duas do typo *elephante* e uma do typo *balança*, de cobre, e duas outras, industanicas.

O Sr. **Rocha Peixoto**, como Director do Museu Municipal do Porto, offereceu dezaseis cartões photographicos respectivos ao mesmo Museu.

O Sr. **José de Almeida Carvalhaes**, preparador do Museu Ethnologico, offereceu tres moedas imperiaes romanas, de cobre, achadas na mina de prata de S. Tiago, do concelho do Sardoal.

O Sr. **Affonso Branco** offereceu um livro encadernado com capa de marroquim dourado, impresso em 1804.

O Sr. **Alfredo Bensaude** offereceu uma candeia de ferro açoreana, da Ribeira Grande.

O Sr. **Pedro de Azevedo** offereceu quatro cautelas da lotaria da Misericordia de Lisboa, duas do anno de 1846 e as restantes de 1849 e 1862, e outra da *Lotaria Infernal*, de 1895; tres cedulas de 100 réis e duas de 50 réis, papel, da Casa da Moeda de Lisboa, e outra, de 50 réis, da Camara Municipal do Porto.

O Sr. P.e **José Augusto Tavares** offereceu uma lapide romana do concelho de Moncorvo.

O Sr. Dr. **Joaquim da Silveira** offereceu cinco machados de pedra.

O Sr. **Director do Museu** adquiriu, por compras, os seguintes objectos:

duas moedas industanicas, de cobre;
um quadro antigo (pintura em tela);
um agulheiro de luxo;
um tinteiro, fradesco, analogo aos do convento de Mafra;
uma lampada de metal, que servin em capella;
duas jarras de ceramica portuguesa, antigas;
um medalhão de barro com o busto de D. Luis I;
a *Vida de S. Gonzaga*, manuscrito:
outro manuscrito que trata de receitas;
quatro livros encadernados com marroquim dourado, dos secs. XVIII e XIX;
cinco estampas antigas, portuguesas, ethnographicas e archeologicas;
uma *Provisão* de D. Maria I, a favor de Frei Francisco de Jesus Maria Sarmento, em que lhe concede o privilegio exclusivo para publicar certas obras de que foi autor;
uma poesia de litteratura de cordel;
um quadro com o retrato de Brotero;

outro, artistico, de Metrass, e dois outros pintados em cobre.

O Sr. **José de Almeida Carvalhaes**, preparador do Museu, adquiriu uma lapide romana com inscripção, do Alemtejo.

Abril de 1907

A **Direcção do Caminho de Ferro do Sul**, por intermedio do Sr. Engenheiro Artur Mendes, enviou para o Museu um machado de pedra, que foi encontrado na freguesia de Nossa Senhora dos Martyres junto á trincheira do caminho em construcção de Evora á Ponte do Sôr.

O Sr. **Pedro Ferreira** offereceu uma caixa metallica, de fórma circular, que contém a impressão em lacre de um sêllo de loja maçonica, com a competente fita, duas pequenas cruzes de marfim e um rosario com cruz e borla.

O Sr. Dr. **João da Gama Lobo Pimentel** offereceu uma bilha de barro, que foi achada em uma sepultura romana.

O Sr. **José Velladas da Silveira Bello** offereceu:

um pratinho de estanho;

uma medida antiga, de barro;

um *cavallo* de pau, para os moços da lavoura se sentarem na cozinha ou no campo.

E por intermedio do mesmo Sr. entraram no Museu outros objectos ethnographicos alemtejanos.

O Sr. **João Victorino do Silva Carvalho** offereceu:

um *mancebo* de folha pintada, que representa uma figura mythologica;

apetrechos de fumar: fusileiro (tubo da isca), fusil e pederneira;

um gancho da meia, formado de dois cestinhos de madeira, ligado por uma argola, trabalho pastoril feito de uma só peça;

um *candeio*, de ferro, para lagar;

um descanso de ferro de engommar com muitos ornatos;

um *cavallo*, de ferro, chamado *gato*, para encosto de espeto no lar;

uma roca de pau;

uma garrafa em fórma de vassoura, ceramica da fabrica de Villa Viçosa;

uma medida de barro, antiga;

um fuso com cossoiro, do typo antigo;

uma garfeira de madeira, artistica.

O Sr. **Antonio Pereira da Nobrega** offereceu:

um machado de pedra com sulco transversal, proveniente de uma anta de Idanha-a-Nova;

uma goiva encontrada nas proximidades de Monsaraz;

um machado de pedra da Herdade da Faia, concelho de Villa Viçosa;

uma mão de gral de pedra, prehistorica, da mesma localidade;

um machado de pedra de anta de Idanha-a-Nova;

uma esfera de pedra;

um percutor de pedra e outros instrumentos da mesma natureza, provenientes da Herdade da Faia;

um anel de metal branco.

A Sr.ª D. **Bernarda Velladas** offereceu um dente de lobo encastoado em prata, que faz parte das *arrelicas,* ou amuletos infantis.

O Sr. **Joaquim Diogo Monte** offereceu uma fechadura de ferro, antiga, e duas ferraduras de sapato de homem, antigas.

O Sr. **José Romão Caeiro** offereceu uma veronica de Santa Teresa, de latão (S. MATER · TERES), e dois fragmentos de uma cruz, achados no cemiterio da villa.

O Rev. P.e **Manoel Esteves** offereceu uma moeda consular da familia *Afrania;* oito papeis manuscritos com varias curiosidades (sêllos, papel sellado, etc.) e nove exemplares de cartas e sobrescritos para a historia do correio.

O Sr. **Mario Abreu Marques** offereceu seis machados neolithicos.

O Sr. Dr. **Antonio de Pinho** offereceu um machado neolithico, encontrado na sua quinta da Lomba (Monção).

O Sr. D. **Vicente Paredes y Guillen** offereceu tres placas de lousa, prehistoricas, vindas de Cáceres. (Vid. *O Arch. Port.,* XI, 340 e 341).

O Sr. **Affonso Nunes Branco** offereceu uma caixa antiga para anel.

O Sr. **Director do Museu**, numa excursão que fez pelo Alemtejo, adquiriu, por compras, os seguintes objectos:

Meio busto de marmore do santuario do deus Endovellico, com inscripção. (Vid. *Religiões da Lusitania,* I, 123;

uma estatueta do mesmo santuario, com uma ave na mão esquerda. (Vid. *ob. cit.,* II, 130) e um cippo, tambem do mesmo santuario. (Vid. *ob. cit.,* II, 139):

uma tabella de pedra com inscripção romana:

uma telha romana inteira (*imbrex*):

um remate de pedra de uma cruz antiga:

quatro brasões de armas:

uma pedra, portuguesa, antiga com a letra M, coroada, que parece relacionar-se com um brasão;

objectos de silex, de barro e placas de lousa, que são espolio de uma anta;

um cossoiro de barro;

vinte e dois machados de pedra encontrados em differentes sitios:

uma collecção de amuletos e veronicas, portuguesas e estrangeiras;

quatro moedas de prata, a saber: vintem da regencia do Principe D. Pedro, tostão de D. Filipe II, meio tostão de D. João III, typo primitivo, e pinto de 1835;

uma garrafa de palha embutida, com côres, feita por presos:

uma *beliscadeira,* de ferro;

um medalhão, de metal, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição;

mais cinco moedas de prata portuguesas, duas de cobre e outra de cobre imperial romana:

um amuleto semilunar, feito de uma moeda de 5 réis de D. João VI;

um açafate de cortiça para costura:

um relogio de sol, antigo, de marfim:

um par de oculos antigo, de metal, e a respectiva caixa:

um pendurador de candeias, de madeira:

dois copos de vidro pintado;

um candil de metal amarello, proprio para trabalhos em minas:

um *alicate* (tenaz do lume);

um tostão de D. João III:

uma conta de vidro azul, antiga, achada no alicerce de uma casa;

um çapatinho de pau, que serve de caixa para meudezas de açafate:

uma matraca infantil para a semana santa:

outra, cordiforme, para o mesmo fim:

um anel metallico com cinco carinhas embutidas (consta que é da Africa);

dois amuletos semilunares, um de prata e outro de cobre, que servem contra a *lua* das crianças:

uma pedra esferica, achatada, com um sulco que a abraça, e outra que serviu de pilão;

quatro pratinhos pequenos, antigos, da chamada *louça de Coimbra;*

um prato grande de estanho;

um copo de vidro, antigo, com ornamentações em fórma de S;

quatro pratos grandes, de louça antiga;

uma *peia* de ferro para cavallos;

um almofariz de bronze, antigo, ornamentado com misulas acompanhado da respectiva mão;

uma medida para quartilho, de barro, muito antiga;

uma caixa para chá, de porcelana do Japão, pintada;

um berço de cortiça;

o modelo de uma chaminé alemtejana;

um fraseo encanastrado com palha de côres;

o modelo de uma *tábua de tender pão*, em metade do tamanho natural;

um pratinho de louça amarella com duas aves e outro com nozes, da fabrica de Villa Viçosa;

duas colhéres de chifre, trabalho pastoril;

um gral para sal e pimenta, de madeira, proveniente de Portalegre;

um *bicado* para deitar vinho nas medidas, de louça verde, vidrada, de Villa Viçosa (não tem medida certa);

outro de litro e outro de meio litro, de louça da mesma côr;

um açucareiro vidrado de verde, em fórma de pato, com tampa, cuja pega é tambem um pato, da fabrica supradita;

um prato de barro para agua, leite, etc., e uma *panelinha*, ou *pexêro*, vidrada interiormente, da fabrica do Redondo;

um *barril* para agua;

uma cestinha de barro vidrado, que contém uma gallinha com pintainhos, e uma *tigelinha* para doce, da fabrica de Villa Viçosa;

uma *tigelinha*, uma *tigela*, um *pratinho*, um *prato* e outra *tigela*, vidrada internamente, da fabrica do Redondo;

um alguidarinho, vidrado no interior, com a figura do sino saimão, dobrado, e uma chocolateira vidrada, da mesma fabrica;

um cavalleiro de barro (apito), brinquedo infantil;

um cantaro para agua fresca;

um pucaro com duas asas;

uma *cantarinha* e uma *caldeirinha* para agua, e um *pucaro de bica* para os doentes beberem, tudo de louça da fabrica de Estremoz;

uma figura de barro, que representa um trajo ilhen, da fabrica de Barcellos;

um vaso verde de typo arabico, que consta ter vindo de Hespanha;

um *badalo* para trazer a foice á cinta;

um *faim* e uma espada;

um berço de madeira;

uma *coadeira* para coar o leite, e uma *queijeira* para fazer queijos, do Alandroal;

um volume, impresso, com estampa e capa de pergaminho, intitulado *Olivença Illustrada,* edição de 1747;

um manuscrito pintado e encadernado, *Liber Orationum,* que pertenceu a uma freira do convento de Estremoz.

uma esquentadeira de metal amarello, ornamentada, talvez trabalho hespanhol;

um bulla papal romana, manuscrito de pergaminho, do sec. XVII;

uma caixa de latão, hollandeza, com figuras e palavras;

um polvorinho de latão;

outro de metal, artistico;

uma chumbeira de coiro com molla metallica;

a chapa de uma colleira de cão;

outra chapa de latão com $\overset{\text{S}}{\underset{2}{\text{M}}}$;

uma imagem de Christo de metal em cruz de pau;

um tinteiro de pau composto de prato e copos;

uma chavena de metal com o escudo de armas de Portugal, em cuja base ha as letras D. O. P. P.;

um escudo de metal com cinco machados;

cinco botões de fardas militares, antigos;

um sêllo de chumbo com a esfera e as armas do reino;

uma chapa de latão (para ralador?), da circunscrição de Elvas;

outra, para suspensão, com os n.ºs 1 e 11, em cada face respectivamente;

duas estampas religiosas, do sec. XVIII, obra de Figueiredo e Godinho;

medalha de Nossa Senhora das Dores do *beaterio de Borba;*

condecoração da Divisão Auxiliar á Hespanha em 1837;

um machado de bronze, chato;

uma alcofa de esteira.

Resultado das compras feitas pelo mesmo Sr. em Lisboa:

um peso de 10 patacas, da Alfandega de Macau;

uma *chatelaine* de metal amarello;

cincoenta medalhas e senhas portuguesas, de prata, cobre, estanho, latão e aluminio;

um torquês de ouro, de Serrazes (S. Pedro do Sul), cuja gravura vem no vol. II de *Portugalia*, a p. 109:

duas cadeiras de pau em fórma de guitarra;

tres moedas arabes e varias portuguesas;

um bracelete de ouro, preromano, achado em uma sepultura na Quinta da Bouça, concelho de Famalicão. (Vid. *Portugalia*, II, 413).

Por intermedio do Sr. Dr. **Felix Alves Pereira**, official do Museu, foi adquirida uma bellissima estatueta de bronze, preromana, achada no Sul.

Manoel Joaquim de Campos.

Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Archeologia

32. Missão ethnographica na Oceania

A marinha allemã tem quasi desde o seu recente começo auxiliado a sciencia.

Em Março de 1907, a Administração dos Museus Reaes da Prussia entregou na Repartição da Marinha Imperial um plano de expedição no Oceano Pacifico. A expedição deve constar de tres exploradores e de um photographo e durará dois annos. Para as despesas, avaliadas em 60:000 marcos, foram ministrados pelo Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos, Medicinaes e de Ensino 50:000 marcos. O campo de exploração é o archipelago de Bismarck. Os fins da expedição são os que o chefe da mesma, o Dr. Stephan, medico da armada, conta no seu livro *Südseekunst:*

«O numero dos povos primitivos, especialmente d'aquelles que ainda vivem na idade da pedra, limita-se ao interior da America do Sul e a algumas grandes ilhas do Oceano Pacifico. É, pois, urgente salvar o que ainda se póde salvar, por isso que com a investigação das tribus primitivas não succede o mesmo que com uma analyse chimica, em que é indifferente que ella se realize agora ou d'aqui a cem annos, podendo-se ter a certeza que ella se poderá executar melhor e mais facilmente quanto mais tempo se espera. Como a rapidez do desapparecimento da pedra é cada vez maior, por isso mesmo caminham os

povos naturaes cada vez mais depressa para o fim, murchando antes da morte corporal da raça as antigas habilidades e conhecimentos, como se a nossa cultura do ferro lhe enviasse um halito venenoso. Os «selvagens» foram insufficientemente observados pelos primeiros descobridores e pelos viajantes mais antigos. Aos exploradores mais modernos devemos noticias criticas e mais exactas, mas, apesar d'isso, ainda ha muito envolto no escuro, e a historia do desenvolvimento da humanidade está ameaçada de perda irreparavel se não for esclarecida nos annos proximos. É devido ao material de que são feitos a maior parte dos artefactos d'estas culturas primitivas que estes são sacrificados rapidamente pelas influencias do clima, e mesmo, se mais tarde se quiser pagar a peso de ouro (como fazemos hoje com os restos de milhares de annos) o que nós agora adquirimos com alguns reaes, será esforço baldado. E nos melhores casos alcançar-se-hia algumas peças mortas, que cada investigador interpretará a seu modo. Lá fóra reina ainda a vida, mas para salvar isto não nos devemos limitar a comprar objectos ethnographicos de qualquer região, e a encher os armarios dos nossos museus cada vez mais. Os eruditos devem viajar e levantar os thesouros no proprio local, que justamente no nosso territorio colonial existem em grande quantidade. O trabalho allemão está ainda muito atrás, do que, por exemplo. os ingleses teem feito na Nova Guiné e os americanos nos indios, estando imminente o perigo de que a posteridade levante graves e desgraçadamente justas accusações contra nós. Possam estas palavras fazer o effeito de chamar a attenção das autoridades e dos ricos, amigos da sciencia, para uma serie de resoluções de problemas ideaes que ainda existem no archipelago de Bismarck, tendo nós contrahido com a tomada de posse d'aquelle territorio, em frente do futuro uma divida de honra nacional que deve ser rapidamente paga, para que não seja eternamente protestada».

O artigo da *Marine-Rundschau,* transcrito por *Das Echo,* XXXVI, 3281, ainda dá mais pormenores; mas aquelles são sufficientes para avaliar que a sciencia não progride só pela leitura, ainda que em Portugal já seria muito que todos os nossos estabelecimentos tivessem uma livraria que contivesse as publicações, da especialidade ali cultivada, que fossem apparecendo.

Pedro A. de Azevedo.

La pire ennemie des monuments anciens, c'est la civilisation, car devant le nouveau le vieux doit se retirer.

A. Schulten, *L'Afrique Romaine,* Paris 1904, p. 33.

Noticia archeologica

Á distancia de tres leguas da cidade de Evora, na freguesia de S.ta Maria de Machêde, mas proximo da aldeia de S. Miguel de Machêde, ha um grupo de herdades que pertencem a diversos proprietarios, aonde se encontram alguns monumentos archeologicos, cujo estudo e conhecimento não são para desprezar.

Essas herdades são as seguintes: Morgada. Parede Furada, Barrocalinho, Conde e Courella das Pias.

Fig. 1.ª

1. Na Morgada existem vestigios de um edificio grande da epoca romana. A avaliar pelo que se vê, alicerces,—restos de paredes, etc., devia ter sido vivenda magnifica, certamente destinada a moradia do proprietario de alguma importante *villa*.

Tinha a fórma quadrangular. Em uma das faces ha indicios de que por alli seria a entrada.

Já em tempo foram estas ruinas escavadas pelo povo, sem direcção nem methodo, encontrando-se apenas alguns mosaicos, que se destruiram. Um pedaço que escapou á destruição foi aproveitado por um lavrador moderno da herdade, que o collocou em um dos quartos do *monte*.

A área abrangida pelo edificio está hoje cultivada, mas para se poder lavrar foi necessario *limpá-la* dos destroços que lá existiam, taes como: bocados de mosaico, telhas e tijolos quebrados, que eram em grande quantidade [1].

Muitos d'esses fragmentos se amontuaram sobre os alicerces, de modo que fórmam parede solta, a qual, por conseguinte, corresponde á do primitivo edificio.

Alguns pedaços de mosaico que alli vimos indicam que este era composto apenas de tessellas brancas e pretas. A estas ruinas chama o povo: *a mina da Morgada* [2].

Fig. 2.ª

D'ellas se occupou já o Sr. Gabriel Pereira nos seus *Estudos Eborenses,* no fasciculo intitulado: *Antiguidades romanas em Evora e seus arredores*, p. 13. Para ahi remettemos o leitor.

2. Na herdade da Parede Furada, que confronta com a da Morgada, descobriu-se, ha dois annos, uma sepultura, deserta, feita no

[1] Com alguns d'estes materiaes se fez um marco da triangulação geodesica, que fica junto das ruinas.

[2] O povo, naquelles sitios, considera *mina* qualquer local onde presume que haja dinheiro enterrado; e como suppõe que elle se encontra em quaesquer ruinas, por isso lhes chama *mina*.

chão, cujas paredes são formadas de pedras e tijolos; estava coberta com lages.

3. Passando d'esta herdade para outra, sua vizinha, a Courella das Pias, num *cabeço* designado por *Outeiro da mina*[1], ahi se encontram novos vestigios importantes de alli ter existido um edificio em epocas remotas.

Logo que se começa a subir a collina, apparecem fragmentos de pedras e de tijolos espalhados pelo chão; no alto do *cabeço* nota-se grande abundancia d'esses materiaes.

Parece que o edificio se compunha de dois corpos circulares, tangentes, um dos quaes era muito maior do que o outro.

Ha cêrca de quarenta annos, o lavrador rendeiro da herdade fez neste local algumas excavações, e então appareceram oito sepulturas abertas no chão, algumas ainda com ossadas, e um sarcophago de marmore, liso, dentro do qual havia uma especie de almotolia de barro.

O sarcophago foi vendido para uma herdade da Azaruja, onde ainda hoje está... servindo de pia de agua para gado. A almotolia perdeu-se.

Ha tres annos alli procedemos tambem a leves excavações e encontrámos uns objectos de pedra com lavores, de fórma indeterminada e incompletos.

4. A herdade do Barrocalinho confronta com a da Parede Furada.

Nella achámos este anno uma pequena anta que não era conhecida. Vae representada na fig. 1.ª

Os esteios não chegam a ter a altura de um homem. Tinha dentro, semi-enterrada, uma pedra que nos pareceu trabalhada rudemente, na qual se quis talvez representar uma cabeça humana. É comtudo bastante duvidosa esta supposição.

5. Na herdade do Conde, junto do respectivo *monte,* ha uma bella anta, grande, que vae estampada na figura 2.ª Está em parte destruida. Tem a tampa caida e alguns esteios deslocados, o que não admira, pois que desde ha muitos annos que no meio d'ella vegetam livremente dois eucalyptos, que pouco a pouco a vão desmanchando.

Pelo que deixamos exposto se póde fazer ideia da importancia dos monumentos a que alludimos.

Para elles chamamos, pois, a attenção dos archeologos portugueses.

Junqueira, Junho de 1907.

Arthur Lamas.

---

[1] Apparece aqui de novo a designação de *m'na* a indicar ruinas.

Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães

(Continuação. Vid. o *Arch. Port.*, XII, 79)

CCLXXXI

3 de janeiro de 1452

Traslado da clausula testamentaria de Affonso Vasques Peixoto, ha pouco finado, pela qual deixa dois maravidis á confraria do Serviço de Santa Maria.

Passado no paço do concelho pelo tabellião João Vasques, por consentimento do testamenteiro Affonso Martins de Freitas e mandado de Lopo de Castro, escudeiro, vassallo de el-rei, juiz ordinario de Guimarães pelo Duque de Bragança e Conde de Barcellos.

CCLXXXII

15 de junho de 1452

Sentença proferida pelo juiz de Guimarães Affonso Lourenço, escudeiro, vassallo de el-rei, julgando a transacção amigavel que, ácêrca de umas casas sitas na rua Nova do Muro fez a confraria do Serviço com Leonor Esteves, viuva de Pedro Alvares, escudeiro, morador que foi no Torcifal, representada por seu sobrinho Luiz Martins, escrivão dos contos na cidade de Lisboa.

As casas ficaram propriedade da confraria, e esta deu á outra parte mil reaes brancos.

Escrito no paço do concelho pelo tabellião Vasco Affonso.

CCLXXXIII

15 de julho de 1452

Traslado da seguinte clausula testamentaria de Alvaro Gonçalves de Freitas, cuja cedula de testamento foi feita em Lisboa e escrita por seu parente Pero Gonçalves e por elle assinada e sete testemunhas, e approvada a 22 de outubro da era de 1457 (Ch. 1419) pelo tabellião de Lisboa Gomes Martins:

«Item leixo por meus testamenteiros e compridores deste meu testamento Meestre Ayres fisico delrey e Vicente Vasques filho de Vasco Esteves meu cunhado que see casado com Beryngeira Gill minha sobrinha moradores em Santarem e Diogo Martins meu cunhado almoxarife de Guimarães todos tres em sembra e que a condiçom de hum nom seja moor que a do outro e que faça por my comprir o dito testamento

segundo susso he escripto e decrarado. Item rogo a Diogo Martins... (segue-se textualmente o que fica transcripto no doc. n.º CCLXXV)... E que pera as despesas da dita capella tomem a meyatade dos dinheiros dos meus beens e a meyatade dos de raiz de Beryngeira Gill ca os mandou despender em obra de spritualidade e sey que folgara sua alma quando se asy feser e os outros dinheiros que sobegarem que se dem por sua alma como dito he. E despois mando que tomem dello conta os testamentciros e veedor do testamento e das despesas necessarias que se em ella feserem e rogo ao prioll da Costa e a Diogo Martins e ao abbade de Sam Guyão e alguns outros meus parentes e criados e amigos que se o quiserem fazer que depois que o anno for comprido e entenderem que a carne he comesta que me venham a Santarem por a ossada e ma leuem a enterrar na dita capella e moimento junto com a dita Beryngeira Gill minha molher segundo dito he e que na dita capella se possam lançar algumas pessoas honradas do meo linhagem e do seu mas que nom possam auer os jazigos por erança».

Passado na crasta de Santa Maria, a direito da capella de S. Brás, por mandado de Gonçalo Eanes, mercador, escudeiro, vassallo de el-rei, juiz ordinario da villa de Guimarães pelo Duque senhor d'ella, a requerimento de Gil Lourenço de Miranda, juiz da confraria do Serviço, pelo tabellião João Vasques.

CCLXXXIV

22 de julho de 1452

Traslado da seguinte clausula testamentaria de Diogo Martins, que foi almoxarife de Guimarães:

«Primeiramente E porquanto eu sou testamenteiro da alma de Alvaro Gonçalves e de Beryngeira Gill sua molher e da minha e de (?) sua irmã Lyonor Gonçalvez de se diserem algumas missas na dita capella de Sam Blas pera sempre. Item lhe ordeno pera dita capella corenta solldos que mandou a dita Lyonor Gonçalvez aa dita capella por seus beens. Item hum maravidill que Gil Dominguiz mandou aa dita capella pollo logar que traz Fernam Gonçalviz çapateiro que esta acerca de Santa Vera Cruz. Item ordeno mais as cassas em que mora Martim Vicente que forom do dito Alvaro Gonçalvez que rendem seis maravidis. Item hordeno mais dous maravidis de moeda antiga pollo logar do Souto que traz Joham Estevez da arca. Item lhe ordeno mais por o logar de Penagache as deuessas e soutos do dito lugar que forom já vynhas .s. que as duas partes delle erom de Fernam Eanes coonigo e de seus irmaaõs e huma terça parte era do dito Alvaro Gonçalves

e de Joham Azedo e de Luis Dominguiz .s. as duas partes erom do dito Alvaro Gonçalves e a outra terça parte era dos ditos Joham Azedo e do dito Luiz Dominguiz segundo mais compridamente era contheudo em huma inquiriçom que tem Pero Annes tabelliam. Item lhe leixo e ordeno a meyatade do lugar de Merllees que traz Bertollameu Fernandes tabelliam da çidade do Porto que Alvaro Gonçalves de Freitas venceu por sentença del Rey e nom foi tomada ainda a posse delle. Item lhe ordeno da minha parte a quintãa de Meixoocões com o lugar do Outeiro que traz Johanne Annes de Vall de boyro emprazada por oito libras. Item lhe ordeno hum maravidill pollo lugar do Outeiro que está hy junto com o outro. Item lhe ordeno mais polla meyatade da cassa da rua Nova que traz Joham de roças de mim emprazada por trez maravidis e ordeno que os dous sejam pera a capella e hum pera o Serviço de Santa Maria. Item mando que se cante em cada somana aa sesta feira huma missa polla alma do dito Alvaro Gonçalvez e de sua molher e de sua irmãa e minha e que este carrego dou a Beryngeira Dias minha filha que faça cantar estas missas e comprir esto que mando faser na dita capella e se se poder auer o lugar de Merlles e cobrar a posse que digam huma missa aa sesta feira segundo dito he e outra ao sabado. Item leixou e fosse aministrador da capella dAlvaro Gonçalvez de Freitas Beryngeira Dias sua filha ha rega e ministre segundo que a elle ministraua e regia e era theudo de ha reger e ministrar e aa ora da sua morte fique ao mais chigado do linhagem e assy vaa de linhagem em linhagem. E que ora adendo elle e decrarando mais em seu testamento por modo e mancira de codicillo que mandaua e decraraua que Beryngeira Dias sua filha ouuesse outro tanto como seus testamenteiros e fosse veedor do dito testamento de como se comprisse e que com seu a todo daua fisessem os ditos testamenteiros as coussas que elle mandaua faser em o dito seu testamento e que assy outorgaua».

Foi passado o traslado na crasta de Santa Maria pelo tabellião João Vasques, por mandado de Affonso Lourenço, escudeiro, vassallo de el-rei, juiz ordinario de Guimarães, sendo o testamento apresentado por João Estevez de Ponte, almoxarife de Guimarães.

CCLXXXV

9 de setembro de 1453

Desistencia do direito que aos bens de Rodrigo Annes tinham seus irmãos Catalinha da Torre e Vasco Annes, feita por estes a favor da confraria do Serviço.

Escrito pelo tabellião Vasco Martins.

CCLXXXVI

14 de março de 1454

Venda da pensão annual de 44 soldos, imposta em um bacello sito ao Carvalho de Pero Chamiço, a qual Payo Rodrigues, escrivão dos contos, adquirira do concelho por troca de uma estrebaria sita alem da porta de S. Domingos «onde fasem o curral», feita, pelo preço de 400 reaes brancos da corrente moeda de 35 libras o real e que foi pago, em dobras de ouro, por João Rodrigues e Fernão Rodrigues, filhos d'elle, a Vasco Martins, tabellião, e sua mulher Leonor Gonçalves.

Escrito, em Guimarães, pelo tabellião João de Sousa.

CCLXXXVII

24 de abril de 1454

Emprazamento, em tres vidas, de umas casas sitas na rua dos Fornos, feito pelos clerigos do coro a Inês Fernandes, com o foro de duas libras.

Escrito na crasta de Santa Maria pelo tabellião João de Sousa. sendo uma das testemunhas Vasco Affonso, abbade de S. Tiago de Sobradello, termo de Guimarães.

CCLXXXVIII

7 de julho de 1454

Traslado do instrumento de aforamento perpetuo de umas casas, sitas na rua Çapateira, feito a 15 de julho de 1447 pela confraria do Serviço a Affonso Fernandes com o foro de 35 soldos.

Passado pelo tabellião João Vasques, por mandado do juiz ordinario de Guimarães João Pires, mercador.

CCLXXXIX

8 de junho de 1454

Alvará regio, datado de Lisboa, concedendo ao Cabido a posse e direito a umas casas, que lhe foram doadas em Villa do Conde, não obstante ter decorrido o prazo legal de as vender ou escambar, o que devia fazer dentro de um anno a contar da data d'este alvará.

CCXC

27 de outubro de 1454

Venda de umas casas, sitas na rua Nova do Muro, em que mora Pero Martins, besteiro do conto, pelo preço de tres marcos de prata, que foi pago com tres taças de prata, que bem podiam pesar os ditos tres marcos.

Escrito pelo tabellião João de Sousa.

Em seguida: Outorga e consentimento do genro do vendedor ao contrato supra, lavrado no dia 5 de abril de 1457 pelo referido tabellião, sendo uma das testemunhas George Annes, francês, tecelão.

CCXCI

22 de julho de 1456

Emprazamento, em tres vidas, de umas casas com seu eixido e adega, sitas na rua Caldeiroa, feito por Lopo de Castro, escudeiro, e mulher Constança Martins, a João Pires, çapateiro, com o foro de tres libras de moeda antiga.

Escrito pelo tabellião João de Sousa.

CCXCII

22 de setembro de 1456

Carta de confirmação e instituição canonica de Vasco Annes, capellão do Duque de Bragança e Conde de Barcellos, na cadeira de chantre da Collegiada, vaga pela renuncia de Pedro Affonso.

A collação foi conferida pelo mestre-escola João de Resende, por commissão do Cabido, a quem pertencia a apresentação e collação, e em seguida foi dada a posse.

Um dos conegos era Lopo Affonso, abbade de Brito.

Escrito pelo tabellião João Vasques, escudeiro, vassallo de el-rei, sendo testemunhas, entre outros, o doutor Pero Esteves, o almoxarife Diogo Pires e o escrivão dos contos João Gonçalves.

CCXCIII

2 de julho de 1457

Traslado da clausula testamentaria de Branca Vieira, pela qual lega á confraria do Serviço de Santa Maria dois e meio maravidis, impostos numa herdade de Fareja, com obrigação de uma missa de *requiem* officiada.

Passada, no paço do concelho, pelo tabellião João Vasques, por mandado do juiz ordinario de Guimarães Gonçalo Annes, escudeiro, vassallo de el-rei.

CCXCIV

28 de março de 1458

Carta de confirmação, instituição canonica e posse da cadeira de chantre da Collegiada, conferida, por commissão do Cabido, pelo thesoureiro Affonso Pires de Freitas, a Pedro Affonso, abbade de S. Gonçalo de Amarante e raçoeiro na igreja de S. Tiago de Antas, que adquiriu por permuta d'esta ração com o chantre Vasco Annes.

Escrito por Nicolau Eanes, notario na dita igreja da Collegiada, sendo uma das testemunhas João Annes, abbade de S. Tiago de Ronfe.

Neste documento faz-se menção da procuração de Vasco Annes, nomeando seus procuradores o conego José Affonso e João de Evora, escudeiro do Duque de Bragança, morador em Guimarães, e da procuração de Alvaro Gião, abbade de S. Tiago de Antas, ao mestre-escola João de Resende, para este confirmar o referido Vasco Annes na ração da sua igreja.

No verso: Posse da igreja de S. Paio de Moreira dos Conegos, annexa á dignidade do chantrado, tomada a 26 de junho do mesmo anno pelo dito chantre, sendo testemunhas, entre outros, Diogo Pires, abbade de Gandarella, e Gil Vasques, abbade de S. Martinho do Campo.

Este documento foi escrito por Nuno Gonçalves, escudeiro vassallo de el-rei, tabellião de Guimarães pelo duque senhor da villa.

CCXCV

14 de setembro de 1458

Emprazamento, em tres vidas, de umas casas com seu eixido e lata, sitas na rua do Sabugal, feito pelos clerigos coreiros (sendo prioste João Vieira, e um d'elles, João Alvares, abbade de Enfias) a João Martins e mulher Frolença Lopes, com o foro de duas libras.

Escrito, á porta principal da igreja de Santa Maria, pelo tabellião João Vasques, escudeiro, sendo uma das testemunhas Affonso Annes conego da dita igreja, criado do chantre velho.

CCXCVI

13 de janeiro de 1459

Obrigação do chantre Fernão da Costa, pela qual se compromette a satisfazer todas as despesas dos pleitos, que por ventura surgissem acêrca do seu provimento no chantrado.

Faziam parte do cabido o thesoureiro Affonso Pires de Freitas, criado de el-rei, e João de Resende, mestre-escola e arcediago de Neiva.

Escrito pelo tabellião João Vasques, escudeiro, vassallo de el-rei, sendo testemunhas o doutor Pero Esteves, cavalleiro da casa do duque e desembargador de suas terras, e Diogo Pires, almoxarife de el-rei em Guimarães.

CCXCVII

25 de julho de 1459

Venda de umas leiras sitas na Ribeira, freguesia de S. Romão de Meyjomfrio, feita por Gonçalo Luiz e mulher Inês Martins, moradores na freguesia de Johanne, do julgado da terra de Vermohym, e por João Affonso e mulher Luisa Gill, moradores na freguesia de S. Thomé de Travaços, termo de Guimarães, a Vasco Lourenço, alfaiate e mulher Constança Gill, moradores na rua da Enfesta, pela quantia, preço e revora de mil reaes brancos da corrente moeda de 35 libras o real, que foram pagos com uma taça de prata de lavor.

Escrito, em Guimarães, pelo tabellião João de Sousa.

Em seguida: Declaração feita pelos compradores de que esta aequisição fora feita com o dinheiro de seu genro João Pires, e por isso lhe abriam mão d'ella.

Escrito, a 4 de novembro do mesmo anno, pelo mesmo tabellião.

CCXCVIII

12 de janeiro de 1460

Sentença julgando pertencer á confraria do Serviço uma lata sita na rua de Santa Luzia, que pretendia possuir Gil de Freitas, escudeiro do prior Affonso Gomes, filho de Beatriz de Freitas, neto de Gonçalo de Freitas que a deixara á dita confraria.

Foi proferida, no paço do concelho, pelo juiz ordinario de Guimarães Affonso Lourenço, mercador, tendo sido proposta a acção a 10 de setembro do anno anterior perante Pero Domingues, mercador, ouvidor dos feitos em nome dos juizes.

Escrita pelo tabellião Nuno Gonçalves, escudeiro, vassallo de el-rei, sendo testemunhas os tabelliães Fernão Annes, Nuno de Avis, Vasco Affonso, Affonso Pires e Diogo Lopes.

CCXCIX

15 de maio de 1460

Emprazamento perpetuo de um pardieiro, sito na rua Çapateira, confrontante com casas de Hysaque Lyuj, judeu, feito pelos clerigos do côro (sendo prioste Pero Affonso, e coreiros João Alvares, abbade

de Enfias, e João Vasques, abbade de Cabeçudos) a Diogo Pires, almoxarife em Guimarães, escudeiro, com o censo annual de 15 soldos.

Escrito na capella de Alvaro Gonçalves de Freitas, em cabido dos clerigos coreiros, pelo tabellião João de Sousa, sendo uma das testemunhas mestre Antom, de pedraria.

CCC

12 de setembro de 1460

Emprazamento, em tres vidas, de uma lata, que foi de mestre Tomás e mulher Beatriz de Freitas, sita no arrabalde de Santa Luzia, feito pela confraria do Serviço da Senhora Virgem Maria (sendo confrade Pero Gonçalves, abbade de Gondomar) a Alvaro Pires, tecelão, e mulher Beatriz Eannes, com o foro de tres libras.

Escrito na crasta de Santa Maria, a direito da capella de Alvaro Gonçalves de Freitas, onde se dizem as missas da confraria, pelo tabellião João Vasques.

(*Continúa*). O abbade J. G. de Oliveira Guimarães.

Necrologia

Julius Meili

Já correu mundo a triste nova. Não vimos, pois, de surpresa annunciar aos leitores d-*O Archeologo Português* a morte do erudito numismata Julius Meili, occorrida em Zurich no dia 26 do passado mês de Setembro. *O Archeologo Português*, no cumprimento de um tristissimo dever, não quer, porém, deixar de prestar á memoria do illustre homem de sciencia a devida homenagem.

Se lá fóra foi profunda a mágoa que a morte de Meili causou, como o attestam os artigos que á sua memoria se publicaram nas principaes Revistas de Numismatica, foi ainda maior em Portugal e no Brasil, porque a estes dois paises dedicava elle especial amizade.

Nasceu Julius Meili no dia 13 de Março de 1839, em Hinwil (Suiça), onde frequentou estudos primarios e secundarios. Seguindo depois a vida commercial, deixou por algum tempo o país que lhe foi berço, e esteve successivamente em Trieste, Tauris (Persia), Bahia e Rio de Janeiro. Na Bahia conservou-se dez annos e ali desempenhou as honrosas funcções de consul da sua nação.

Durante a sua permanencia no Brasil familiarizou-se com a lingoa portuguesa, que fallava e escrevia correntemente, e começou a dedicar-

se á Numismatica Luso-Brasileira, colligindo moedas e medalhas. Em 1892 regressou á Suiça.

A sua paixão pela Numismatica foi-se sempre desenvolvendo, e chegou a tal ponto que a sua collecção attingiu o grau mais elevado de que até hoje ha conhecimento.

Não era Meili um simples collecionador. Estudava muito e mantinha activa correspondencia com os numismatas portugueses, com os quaes discutia os mais complicados problemas da sciencia que elle, com tanto ardor, cultivava.

As suas cartas eram interessantissimas. Impressionavam não só pelo seu conteudo, como tambem pela fórma especial como eram escritas. Nellas se reflectia a alma sã e pura do autor, com o qual irresistivelmente se sympathizava.

E quanto não era lisonjeiro para nós, Portugueses, o vermos um estrangeiro escrever na nossa lingoa e tratar de um assunto meramente português, com tanto enthusiasmo e saber!!

Os grandes beneficios que Meili prestou á Numismatica, e a sua amizade para com Portugal foram officialmente reconhecidos por S. M. El-Rei, que em tempo o agraciou com uma commenda de uma das nossas Ordens religiosas-militares. A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses honrava-se, tambem, em o contar no numero dos seus mais illustres socios correspondentes.

Estava Meili sempre pronto para acompanhar os dois povos irmãos, —Português e Brasileiro— nas suas festivas commemorações de feitos historicos. A commemoração do centenario do descobrimento do Brasil prestou-se, como nenhuma outra, para elle mais uma vez lhes manifestar a sua sympathia. Mandou para esse fim cunhar a expensas proprias uma bella medalha, de cuja execução encarregou um dos melhores artistas, e dedicou-a ao povo Luso-Brasileiro[1].

Ha cêrca de 17 annos veio a Lisboa e aqui tencionava voltar brevemente. Pena é que não chegasse a poder realizar este intento, pois que teria tido ensejo de, mais de perto, saber quanto era estimado pelos numismatas portugueses, que lhe teriam feito cordial recepção!

Nas paginas do *Archeologo* ficaram archivados alguns dos seus trabalhos, como se verá da nota bibliographica que adiante se segue.

Temos conhecimento das seguintes obras de Julius Meili:

1) *Die auf das Kaiserreich Brasilien bezüglichen Medaillen* (*As medalhas referentes ao Imperio do Brasil,* 1822 até 1889). Publicada

---

[1] Vid. *O Arch. Port.,* v, 120 e vi, 209.

em 1890. Tem 37 estampas, onde estão figuradas 229 medalhas brasileiras, algumas das quaes se referem a Portugal;

2) *Die Münzen des Kaiserreichs Brasilien,* 1822 bis 1889. (*As moedas do Imperio do Brasil,* 1822 até 1889). Publicada, tambem, em 1890. Não tem texto;

3) *Portugiesische Münzen. Varietäten und einige unedirte Stücke.* (*Moedas Portuguesas. Variedades e alguns exemplares ineditos*). Igualmente publicada em 1890. Tem 4 estampas, 39 figuras de moedas, e algumas indicações descriptivas em allemão e em português;

4) *Das Brasilianische Geldwesen.* (*O meio circulante no Brasil*). É a obra mais importante de Meili e que póde considerar-se monumental. Comprehende tres grossos volumes, luxuosamente impressos, com magnificas estampas, o que ainda maior realce dá ao seu merito scientifico.

O volume I d'esta obra respeita directamente a Portugal, por isso que trata das moedas que circularam no Brasil anteriormente á independencia d'esta nossa antiga colonia. Intitula-se: *Die Münzen der Colonie Brasilien,* 1645 bis 1822. (*As moedas da Colonia do Brasil,* 1645 até 1822). Publicado em 1897;

O volume II tem por titulo: *Die Münzen des unabhängigen Brasilien,* 1822 bis 1900. (*As moedas do Brasil independente,* 1822 até 1900). Impresso em 1905. É escrito em allemão;

O volume III intitula-se: *A moeda fiduciaria no Brasil,* 1771 até 1900. Foi publicado em 1903[1], e é todo elle escrito em português.

Ainda ultimamente (1906) publicara Meili um bello folheto, ricamente illustrado, com a biographia do gravador Hans Frei, de Basileia. Tem o seguinte titulo: *Die Werke des Medailleur's Hans Frei in Basel,* 1894–1906.

Na Revista inglesa, *Monthly Numismatic Circular,* da Casa Spink and Son, no numero de Agosto de 1899, publicou um artigo acêrca de uma *meia dobra* de D. José, cravejada, para correr nas ilhas Bermudas.

N-*O Archeologo Português* publicou os seguintes trabalhos:

a) *Contos para contar* (Jetons). Vol. V, n.º 2. Este artigo, do qual se fez tiragem em separata, é prefaciado pelo Director do Museu Ethnologico;

b) *Moedas Portuguesas de ouro carimbadas ou cravejadas nas Indias Occidentaes e no continente americano.* Vol. VII, n.ºs 10 e 11 de 1902. Tambem d'este artigo se fez separata.

---

[1] Saiu, por conseguinte, antes do volume II.

c) Neste mesmo volume VII do *Archeologo Português*, p. 143, foi transcrita da *Revue Belge de Numismatique*, l. VIII, 1902, p. 214, a apreciação feita por Meili ao livro do Sr. Manoel Joaquim de Campos, intitulado: *Numismatica Indo-Portuguesa*.

*

Consta-nos que Julius Meili tinha em preparação mais os seguintes trabalhos:

1) um estudo sobre os *Portugueses* de D. Manoel;

2) a segunda edição do livro das *Medalhas Brasileiras*. Informaram-me de que as estampas d'esta obra estão concluidas, faltando porém o texto;

3) um artigo que destinava para o *Archeologo Português*, acêrca das moedas e medalhas do Conde de Lippe, commandante das tropas portuguesas no reinado de D. José. Neste trabalho havia referencias a uma medalha rara d'aquelle Principe, que existe na Collecção da Academia Real das Sciencias de Lisboa;

4) um livro de *Medalhas Portuguesas*, obra que seria grandiosa, para a qual ha muitos annos reunia elementos;

5) um trabalho sobre as moedas das possessões asiatico-portuguesas.

Vê-se, pois, que Meili tendo concluido a sua obra referente ao Brasil, ia começar agora a occupar-se, mais detidamente, da Numismatica Portuguesa!

Oxalá que, pelo menos, alguns dos trabalhos que deixou preparados possam ainda ver a luz da publicidade, para glorificação da memoria do seu autor e beneficio da sciencia.

O Sr. Julius Meili era casado com Frau Nina Meili Schiffmann, senhora dotada de rara illustração, e conhecedora do nosso idioma, a qual muito o auxiliava nos seus trabalhos.

Arthur Lamas.

Monsenhor Joaquim Maria Pereira Botto

Paga uma divida de reconhecimento *O Archeologo Português*, acompanhando de algumas palavras de saudade a noticia da morte de Monsenhor Joaquim Maria Pereira Botto, succedida em Lisboa em fevereiro de 1907.

O finado era um verdadeiro amigo das sciencias archeologicas. Não só as cultivava com sinceridade e ardor, senão que, chegado o

ensejo de ser d'ellas apostolo, não cruzava os braços. Assim, em o fasciculo n.º 3 do *Arch. Port.*, publicado em Março de 1895, dizia elle (p. 92), emquanto vice-reitor do Seminario de Faro, que na cadeira de Theologia Fundamental, que professava, instruia os seus alumnos, desde 1881, com noções de Paleoethnologia e Antropologia, e na de Mathematica tambem tinha modo de propinar-lhes elementos de Architectura e Archeologia historica, sacra e profana. O conego Pereira Botto era conservador do Museu Archeologico Lapidar Infante D. Henrique, que elle tão meritoriamente fundara; pois trazia lá sempre comsigo, como ajudante, um seminarista, e aos outros ensinava á vista o valor e significação dos objectos archeologicos que recolhia. Em 1895 enviava elle o seu segundo escrito para a nossa revista, sobre uma *Cabeça de estatua luso-romana de Milreu*. No vol. II, de 1896, o dedicado e generoso archeologo collaborava com os seguintes artigos: 1.º (p. 25), *Noticias do Museu Archeologico de Faro;* 2.º (p. 152), *Archeologia do Algarve—aro de Tavira:* 3.º (p. 167), *Museu de Faro*— Copia do officio; 4.º (p. 296), *Progressos do Museu Lapidar de Faro.*

Como conservador de um Museu local, Monsenhor Botto, respeitava e reconhecia a sciencia em qualquer ordem de factos em que a descobrisse: assim pois, nas paginas do vol. III (1897) d-*O Arch. Port.* (p. 97), exaltava os trabalhos bem orientados da moderna *Philatelia.* No vol. IV (1898), a p. 158, publicava a sua *Ichnographia parcial das construcções luso-romanas de Milreu,* onde explicava minuciosamente a planta de umas thermas romanas, a que por um lado votava toda a sua admiração e por outro todo o seu desgosto pela sorte que ellas iam levando no seu abandono. Como archeologo, tinha parte primacial na orientação das obras com que se está restaurando a velha basilica lisbonense.

Das honrarias e cargos, com que os poderes superiores e as agremiações scientificas o tinham distinguido, disseram os jornaes nos necrologios em seu nome. As qualidades de caracter e honestidade simples d'este padre foram tambem celebradas pela imprensa, e ninguem julgue que taes dotes nos são indifferentes, porque pensamos que sempre o valor moral do homem accende e illumina o brilho do seu valor intellectual.

O conego da Sé de Lisboa não esqueceu nos derradeiros movimentos da sua vontade o Museu Ethnologico Português, de Belem. Por via de seu irmão o Sr. Conselheiro Francisco Maria Pereira Botto, a quem apresentamos condolencias e agradecimentos, o Sr. Director d'este estabelecimento recebeu tres machados de pedra, um cossoiro de barro, dois quadros photographicos de objectos archeologicos e

alguns fosseis, legado que contribuirá para perpetuar a memoria d'este prestante archeologo, tão cheio de dedicação scientifica. E, depois d'estas escassas mas sentidas phrases, terminaremos amorosamente, adoptando uma acclamação, decerto conhecida e apreciada do finado, o protochristão VALE IN PACE.

FELIX ALVES PEREIRA.

Sepultura romana

Segundo amavel informação do Sr. Dr. Marreiros Neto [1], appareceu ha tempos em Benâfim, freguesia de Alte, concelho de Loulé, uma sepultura romana em que havia um vasinho de barro, uma moeda de ouro e os restos de um anel sigillar de ouro com uma pedra, ou *anulus gemmatus*.

A pedra, que parece ser de cornalina (lat. *sarda*) servia de sinete, pois tem umas figuras gravadas nella, como se vê no desenho junto: Juppiter, com chlamyde, a qual lhe envolve parte do corpo, está sentado no throno, e ólha para a sua direita, encostado com a mão esquerda ao sceptro, e com o feixe dos raios na outra mão; aos pés a agnia volta-se para elle; a pouca distancia Marte, de capacete na cabeça, armadura, e com a mão esquerda apoiada na lança e a direita a segurar o escudo que pousa no chão, está tambem voltado para Juppiter. Estas são as attitudes ordinarias, ou classicas, dos dois deuses, e quer um, quer o outro, apparecem com frequencia figurados nas pedras dos aneis romanos.

O vaso partiram-no os trabalhadores que descobriram a sepultura. A pedra do anel tem-na o Sr. Dr. Marreiros Neto. A moeda tem-na o Sr. José de Azevedo Pacheco. Do resto do anel não sei noticias.

Foi isto o que pude averiguar.

J. L. DE V.

Lembrame que ly serem entre os antigos auidos por tam famosos os que engrandecião as cousas de sua patria, que lhes erg[u]ião estatuas & dedicauão sacrificios como a Deoses, a fim de eternizarem seus nomes.

D. FREY AMADOR ARRAIZ, *Dialogos*, Coimbra 1604, fl. 110.

---

[1] É o mesmo illustre cavalheiro a quem se fez referencia n-*O Arch. Port.*, XI, 199. Aproveita-se a occasião para se notar que saiu ahi errado o nome: deve emendar-se em Dr. Diogo João Mascarenhas Marreiros Neto.

Onomastico medieval português

(Continuação. Vid. o *Arch. Port.*, XII, 226)

Mourili, n. h., 924. Dipl. 18, n.º 27.—Inq. 719.
Mourino, app. h., 1258. Inq. 399, 1.ª cl.
Mourisca, geogr., 1258. Inq. 365, 2.ª cl.
Mouriscados, geogr., 1258. Inq. 433, 2.ª cl.
Mouriz, geogr., 1258. Inq. 433, 1.ª cl.—Id. 18.—Leg. 727.
Mourouzo, geogr., 1258. Inq. 338.—Id. 488.
Mouta, geogr., 1258. Inq. 511, 2.ª cl.—Id. 528.
Mouta carvalosa, geogr., 1258. Inq. 502, 1.ª cl.
Moutam de Cerzariis, geogr., 1258. Inq. 723, 1.ª cl.
Moutas, geogr., 1258. Inq. 388, 1.ª cl.
Mouzaes (Caput de), geogr., 1258. For. Aguiar da Beira. Leg. 687.
Mouzoos, villa, 1220. Inq. 121, 1.ª cl.—Leg. 599.
Moves, geogr., 1258. Inq. 422, 1.ª e 2.ª cl.
Moxieus, app. h., 1258. Inq. 554, 1.ª cl.
Moyli, n. m., 1009. L. Preto. Dipl. 128.
Moymentos, geogr., 1258. Inq. 392, 1.ª cl.
Mozarelos, geogr., 1258. Inq. 459, 1.ª cl.
Mozarros. Vidè **Mazarres**.
Mozarros e **Muzarros**, geogr., 1082. L. Preto. Dipl. 363.
Mozas, n. h., 957. L. D. Mnm. Dipl. 41.
Mozaut, n. h., 998. Doc. most. Lorvão. Dipl. 110, n.º 178.
Mozechi, geogr., 1220. Inq. 80, 1.ª cl.
Mozeiam, app. h., 968. Doc. most. Lorvão. Dipl. 60.
Mozo, app. h., 1220. Inq. 96, 1.ª cl.—Id. 193 e 424.
Mozoeme, geogr., 1193. Elucid., 2.º, p. 28, 1.ª cl.
Mozomarrio, n. h., 1220. Inq. 197, 1.ª cl.
Mozoores, vilar. 1182. For. de Urros. Leg. 424.
Mozoud, app. h., 1016. Doc. most. Lorvão. Dipl. 143.
Mucella, villa. 946. Doc. most. Lorvão. Dipl. 32.
Muchom, geogr., 1257. For. de Lago Mau. Leg. 669.
Muçun, villa, 1085. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 381.
Mudarafa, geogr., 1258. Inq. 643, 2.ª cl.
Mudariis, geogr. (?), 1258. Inq. 708, 2.ª cl.
Mudario. Vidè **Modario**.
Mudarra, n. h., sec. XV. S. 261.
Mudelos, geogr., 1258. Inq. 531, 1.ª cl.
Mudilli, n. m. (?), 995. Doc. most. Moreira. Dipl. 109.

Mudurafe, n. h., 976. Doc. most. Lorvão. Dipl. 74.
Mueiro, n. h., 1098. L. B. Ferr. Dipl. 519.
Mufardo, n. h., 1220. Inq. 17, 1.ª cl.—Id. 89.
Muferrichi, n. h., 1088. L. Preto. Dipl. 420.
Mugadi, app. h., 1258. Inq. 738, 2.ª cl.
Mugadoiro, geogr., sec. XIII. For. Mós. Leg. 391, l. 20.
Mugatório, geogr., 1197. Elucid., 2.º, p. 12, 2.ª cl.
Mugiaes, geogr., Inq.?
Mugudos, geogr., 1258. Inq. 682, 2.ª cl.
Muhia (Villa Nova de), geogr., sec. XV. 167.
Muia (Villa Nova de), geogr., 1220. Inq. 119, 1.ª cl.—Id. 38.
Muilan e **Muillani**, geogr., 1034. Tombo S. S. J. Dipl. 174.
Muja, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 2.ª, C. 24.
Mulierbo, n. h. (?), 867–912. L. Preto. Dipl. 3.
Muluc, n. h., 977. Doc. most. Lorvão. Dipl. 76.
Muludos, geogr., 1258. Inq. 593, 2.ª cl.
Mumma, n. m., 994. L. D. Mum. Dipl. 104.—Id. 550.
Mummadomna, n. m., 926. L. D. Mum. Dipl. 20.—Id. 21, 22 e 51.
Mundar (Archam de), geogr., 1258. Inq. 643, 2.ª cl.
Mundar (Marcum de), geogr., 1258. Inq. 643, 2.ª cl.
Mundeci, rio, 1057. L. Preto. Dipl. 247.
Mundoroes. Vidè **Moudoroes.**
Mundinizi, app. h., 1008. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 124.
Mundino, n. h., 1031. Doc. most. Moreira. Dipl. 165.
Mundones, villa, 1258. Inq. 510, 2.ª cl.
Muñedi, app. h., 1115. Concilio Ovet. Leg. 140, 2.ª cl.
Muneonis, app. h., 928. Doc. most. Lorvão. Dipl. 21.
Munha, n. m., sec. XV. S. 259.
Munho, n. h., sec. XV. S. 145.
Munia, n. m., 919. Doc. most. Lorvão. Dipl. 14.—Id. 63.
Municonis, app. h., 1115. Concilio Ovet. Leg. 140, 2.ª cl.
Muniiz, app. h., 1074. Doc. most. da Graça. Dipl. 317.—Id. 527.
Muniniz. Vidè **Monniniz.**
Muninus, bispo, 1061. Doc. ap. auth. sec. XIV. Dipl. 269.—Id. 304.
Munionoz. Vidè **Monionoz.**
Munioz, **Muniuz** e **Munint**, app. h., 999. L. D. Mum. Dipl. 113.
Muniuz e **Muninzi**, app. h., 983. Dipl. 87.
Muniz, app. h., 974. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 72.—Id. 80.
Munna e **Munnia**, n. h., 928. Doc. most. Lorvão. Dipl. 21.—Id. 63.
Munnio, n. h., 1013 (?). Dipl. 137.
Munniniz, app. h., 1070. Doc. most. Pendorada. Dipl. 304.

Munnioniz, app. h., 985. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 92.
Munniu, n. h., 985. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 92.—Id. 13.
Munniuz, app. h., 985. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 92.
Munniz, app. h., 985. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 92.—Id. 331.
Munoz, app. h., 1049. L. D. Mum. Dipl. 227.
Muogos (Bouza de), geogr., 1258. Inq. 315, 1.ª cl.
Muradones, geogr., 1026. Doc. most. Pedroso. Dipl. 161.
Muragal, geogr., 1258. Inq. 641, 1.ª cl.
Muraria, villa, 968. Doc. most. Moreira. Dipl. 61.—Id. 62.
Murido, n. h., 1020. L. Preto. Dipl. 152.
Muro, app. h., sec. XV. S. 300.—Monte. 1097. Dipl. 509, n.º 858.
Murofracto, geogr., 960. L. D. Mum. Dipl. 51, l. 11.
Murolioes, geogr., 1258. Inq. 382. 1.ª cl.—Id. 387.
Murra e **Murria**, app. h., 1258. Inq. 425, 1.ª e 2.ª cl.
Murtedo, geogr., 1258. Inq. 334, 2.ª cl.
Murteira, geogr., 1099. L. Preto. Dipl. 545, l. 3.
Murugia, geogr., 1220. Inq. 53, 2.ª cl.
Murvala, geogr., 1258. Inq. 704, 1.ª cl.
Murvial, geogr., 1258. Inq. 641, 1.ª cl.
Murzelus, app. h., 1258. Inq. 511, 1.ª cl.—Id. 502.
Musa (Murça?), 1224. For. Murça. Leg. 600.
Muscariis, geogr., 1258. Inq. 628, 2.ª cl.
Muscosio, geogr., 950. Doc. ap. sec. XIII. Dipl. 35.
Musguetes, geogr., 1258. Inq. 345, 2.ª cl.
Mutuu, app. h., 1220. Inq. 140, 2.ª cl.
Muuia (Villa Nova de), geogr., 1220. Inq. 236, 1.ª cl.
Muura, geogr. (?), 1258. Inq. 305, 2.ª cl.
Muxagata, geogr., 1211. Elucid., 2.º, p. 405, 2.ª cl.
Muxonis, geogr., 1258. Inq. 655, 2.ª cl.
Muyxoes, geogr., 1258. Inq. 657, 1.ª cl.
Muza (Murça), villa, 1224. Leg. 601.
Muza (Casal de), geogr., 1021 (?). L. Preto. Dipl. 153. l. 5.—Id. 43 e 116.
Muzacco (Buçaco), monte, 1086. L. Preto. Dipl. 392, l. 15.
Muzaes, geogr., 1220. Inq. 29, 1.ª cl.—Id. 102.
Muzana, app. h., 926. L. D. Mum. Dipl. 20.
Muzara, n. h., 882. Doc. most. da Graça. Dipl. 6.
Muzarra, n. h., 998. Doc. most. Lorvão. Dipl. 110.
Muzarros, villa, Era 1102. L. Preto. Dipl. 277.—Id. 363.
Muzas, geogr., 1258. Inq. 510, 2.ª cl.
Muzaudiz, app. h., 995 (?). Doc. most. Pendorada. Dipl. 108.

Muzoes (Sancta Maria de), geogr., 1220. Inq. 184, 2.ª el.
Muzond, n. h., 1016. Doc. most. Lorvão. Dipl. 143, n.º 230.
Muzur, geogr., 1220. Inq. 148, 2.ª el.

N

Naaça, app. h., sec. XV. S. 153.
Naaui e **Nani**, n. h., 1016. Doc. most. Lorvão. Dipl. 143.
Nabaelios, geogr., 1258. Inq. 377, 1.ª el.
Nabeeli (Pilas de), geogr., 1258. Inq. 652, 2.ª el.
Nabeelos, geogr., 1258. Inq. 586, 2.ª el.
Nabeiros, app. m., 1258. Inq. 576, 2.ª el.
Nace, geogr., 1059. L. D. Mum. Dipl. 262, l. 29.
Nadavis, geogr., 1176. Elucid., 2.º, p. 342, 2.ª el.
Nadia (Anadia?), geogr., 1082. L. Preto. Dipl. 363.
Naes e **Alaes**, geogr., 1220. Inq. 123, 1.ª el.—Id. 397, 2.ª el.
Nafarrus, app. h., 1087. L. Preto. Dipl. 402, n.º 673.
Nagia, n. h., 1078. Doc. Univ. de Coimbra. Dipl. 336.
Nahor, geogr. (?), 1097. Doc. ap. sec. XIV. Dipl. 515.
Naltidus, n. h., 951. Doc. most. Arouca. Dipl. 36.
Namdulfa, n. h., 1085. Doc. sec. XVIII. Dipl. 384.
Nanandinit, villa, 998 (?). Doc. most. Moreira. Dipl. 111.
Nandim, geogr., 1220. Inq. 204, 1.ª el.
Nandini, villa, 991. Doc. most. da Graça. Dipl. 100.—Id. 109.
Nando (Pomar de), geogr., 1258. Inq. 317, 2.ª el.
Nandulfo, n. h., 867–912. L. Preto. Dipl. 3.—Id. 28.
Naneizi, app. h., 1041. L. Preto. Dipl. 192.
Nania, n. m. (?), sec. XI. L. D. Mum. Dipl. 564.
Nanictiz, app. h., 985. Doc. most. da Graça. Dipl. 92.
Nanizi, app. h., 1060 (?). Doc. most. Moreira. Dipl. 264.
Nanniz, app. h., 1043. L. D. Mum. Dipl. 202.
Nantidia, n. m., 1039. Tombo S. S. J. Dipl. 186.—Id. 225.
Nantildizi, app. h., 991. Doc. most. Vairão. Dipl. 101.
Nantildo, n. h., 995 (?). Doc. most. Pendorada. Dipl. 108.—Id. 207.
Nantillizi, app. h., 1081. Doc. most. Moreira. Dipl. 361.
Nantilo, n. h., 1059. L. D. Mum. Dipl. 258, l. 18.
Nantimir, geogr., 1258. Inq. 499, 1.ª el.
Nantimirizi, app. h., 1136. For. Seia. Leg. 372, l. 38.
Nantiz, app. h., 960. L. D. Mum. Dipl. 50.
Nantomari, geogr., 1079. L. D. Mum. Dipl. 345, l. 4.
Nao (S. Martino de), geogr., 1220. Inq. 60, 2.ª el.—Id. 199.

Naquera, geogr., 1061. Doc. most. Pendorada. Dipl. 268, ult. l.
Nariz, app. h., 1220. Inq. 121, 2.ª cl.
Narizes, app. h., 1220. Inq. 234, 2.ª cl.—Id. 35 e 520.—S. 182.
Nasso, n. h. (?), 1059. L. D. Mum. Dipl. 258, l. 16.
Nastavos, geogr., 1258. Inq. 397, 1.ª cl.
Natalie e **Nathalie**, n. m., 959. L. D. Mum. Dipl. 45.
Natondo, n. h. (?), 1034. Tombo S. S. J. Dipl. 173.
Naui. Vidè **Naaui**.
Naumam, castello, 960. L. D. Mum. Dipl. 51, l. 8.—Id. 262.
Nausti, bispo, 850–866. Doc. most. Lorvão. Dipl. 3.—Id. 14 e 65.—App. h., 1220. Inq. 167.
Naustiz, app. h., 1048. Dipl. 221, n.º 362.—Id. 261.
Naustizi, app. h., 1033. Dipl. 172, n.º 281.
Naustus, bispo, 883. L. Preto. Dipl. 7.—Id. 9.
Navaes e **Novaes**, app. h., 1258. Inq. 355, 1.ª cl.
Navaloos, geogr., 1258. Inq. 595, 2.ª cl.
Navarra, app. h., 1220. Inq. 155, 1.ª cl.—Geogr. Id. 69, 1.ª cl.
Navidagoo, geogr., 1258. Inq. 710, 2.ª cl.
Naya, geogr., 1258. Inq. 367, 1.ª cl.—Id. 369 e 732.
Nazar, n. h., 935. Doc. most. Lorvão. Dipl. 25.—Id. 102.
Nazari, n. h., 938. Doc. most. Lorvão. Dipl. 28.
Nazario, geogr., 1258. Inq. 582, 1.ª cl.
Nazinia, geogr., sec. XIII. For. Urros. Leg. 424.
Nebоaaniz, app. h., 773 (?). L. Preto. Dipl. 2.
Nebocano, n. h., 977. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 76. l. 5.
Nebole, app. h., 1258. Inq. 570, 1.ª cl.
Nebozanom, n. h., 773 (?). L. Preto. Dipl. 2.
Nebozoniz, app. h., 1059. L. D. Mum. Dipl. 258, l. 19.
Nebridio, n. h., 1006. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 120, n.º 196.—Id. 144 e 148.
Nebrigio, n. h., 1027. Doc. most. da Graça. Dipl. 162.
Nebusanus, n. h., 1115. Concilio Ovet. Leg. 141, 1.ª cl.
Nebuzano, n. h., 1099. L. Preto. Dipl. 537.
Necariede, villa, 1021. L. Preto. Dipl. 134.
Nechigi e **Neichigi**, n. h., sec. XV. S. 190.—Id. 288.
Necta, n. h. (?). 1044. Doc. most. da Graça. Dipl. 205.
Nedrabuzad, villa, 1085. Doc. sé de Coimbra. Dipl. 386.
Neeyre, geogr., sec. XV. S. 296.
Negosela, villa, 981. Doc. most. Lorvão. Dipl. 80.
Negraes, geogr., 1258. Inq. 620, 2.ª cl.
Negral, geogr., 1258. Inq. 409, 1.ª cl.—Id. 613.

Negrelis, geogr., 1220. Inq. 172, 2.ª cl.
Negrellos, geogr., 1014. L. D. Mum. Dipl. 138.—Id. 196.—Inq. 538—S. 341.
Negrone, n. h., 1059. L. D. Mum. Dipl. 258, ult. l.
Nehobon, n. h., 927. Doc. most. Lorvão. Dipl. 21, n.º 33.
Neichig. Vidè **Nechigi.**
Neiue, rio, 1059. L. D. Mum. Dipl. 262, l. 23.
Neixom e **Neixum**, app. h., 1220. Inq. 101, 2.ª cl.
Nemancos, geogr., 897. Doc. most. Pedroso. Dipl. 8, l. 8.
Nenbozano, n. h., 1049. L. D. Mum. Dipl. 227.
Neponanus, n. h., 961. Doc. most. Lorvão. Dipl. 53, n.º 83.
Nepozani, app. h., 968. L. D. Mum. Dipl. 63.
Nepozianus, n. h., 968. L. D. Mum. Dipl. 63.
Nepuzanus, n. h., 850–866. Doc. most. Lorvão. Dipl. 2.—Id. 53.
Nesperaria, villa, 973. L. D. Mum. Dipl. 73.—Id. 55.
Nespereira, villa, 952. Doc. most. Arouca. Dipl. 37.
Nesserosa. Vidè **Asserosa.**
Neto, app. h., 1258. Inq. 435, 2.ª cl.—Id. 20 e 354.
Neuha, castello, sec. XV. S. 255.
Neuhóo, geogr., sec. XV. S. 346.
Neuia, rio, 1087. Dipl. 406, n.º 680.—Id. 301.
Neuóo, geogr., sec. XV. S. 333.
Neuridius, n. h., 954. Doc. most. Lorvão. Dipl. 40.
Neuenhoom, geogr. (?), sec. XV. S. 166.
Nevioo, geogr., 1258. Inq. 320, 2.ª cl.
Nevioo de Mansardega. Vidè **Mansardega.**
Ney, app. h., 1258. Inq. 723, 1.ª cl.
Nezar, n. h , 967. Doc. most. Lorvão. Dipl. 60.
Nezerom, n. h., 935. Doc. most. Lorvão. Dipl. 25.—Id. 54.
Nezerone, n. h., 1059. L. D. Mum. Dipl. 261, l. 13.
Nhoronho, geogr., sec. XV. S. 196.
Nhouegra, geogr., sec. XV. S. 203.
Nichola, app. h., 1258. Inq. 391, 1.ª cl.
Nicolao, n. h., 1220. Inq. 52, 1.ª cl.
Nicolaus, n. h., 1220. Inq. 39, 2.ª cl.
Niconiz, app. h., 773 (?). L. Preto. Dipl. 2.
Nidriz, app. h., 1016. Doc. most. Lorvão. Dipl. 143.
Nidum Cordove, geogr., 1258. Inq. 541, 2.ª cl.
Nigio, geogr. (?), 1258. Inq. 354, 1.ª cl.
Nigrellis, geogr., 1258. Inq. 712, 2.ª cl.
Nigrelos, villa, 1037–1065. L. Preto. Dipl. 279.

Nigritas (Casal da grava das), geogr., 1258. Inq. 422, 2.ª cl.
Nim. Vidè **Rio de.**
Nimenti, n. h., 867–912. L. Preto. Dipl. 3.
Nina, n. m., 1028. Tombo S. S. J. Dipl. 163.—Id. 78 e 221.
Ninães, geogr., 1258. Inq. 618, 1.ª cl.
Nini, geogr., 1220. Inq. 185, 2.ª cl.—Id. 319.
Ninna, n. m. (?), 946. Doc. most. Moreira. Dipl. 32.—Id. 148.
Ninnas, n. h., 1020. L. Preto. Dipl. 152.
Nino, app. h., sec. XV. S. 159.
Niqui (Casal do), geogr., 1258. Inq. 307, 2.ª cl.
Nirru, app. h., 967. L. Preto. Dipl. 59.
Nisa, villa, 1232. Leg. 624.
Nisconi, app. m., 1025. L. Preto. Dipl. 159.
Nivio, geogr., 1220. Inq. 192, 2.ª cl.
Nivioo, geogr., 1220. Inq. 46, 2.ª cl.—Id. 240.
Nizola, villa, 1059. L. D. Mum. Dipl. 258, l. 49.
Nizoo e **Nuzoo**, geogr., 1220. Inq. 57, 1.ª cl.
Noallo, geogr. (?), sec. XV. S. 385.
Nobales, geogr., 976. Doc. most. Lorvão. Dipl. 74.
Nocecho, n. h. (?), 950. Doc. ap. sec. XIII. Dipl. 35.
Nocia, n. m. (?), 867–912. L. Preto. Dipl. 3.
Nocos de belali. Vidè **Belali.**
Nodares e **Lodares**, geogr., 907. Doc. most. Lorvão. Dipl. 10.
Nodario, n. h., 985. Doc. most. Moreira. Dipl. 94.—Id. 57 e 411.
Nodeirus, n. h., 1010. Doc. most. Moreira. Dipl. 131.
Nodequiam, geogr., 1258. Inq. 386, 2.ª cl.
Noeiro, n. h., 1258. Inq. 387. 2.ª cl.
Noemiz, app. h., 978. Doc. most. Lorvão. Dipl. 78.
Nogaria, villa, 946. Doc. most. Moreira. Dipl. 32, n.º 56.—Id. 466.
Nogeara e **Nogeira**, geogr., 1220. Inq. 161, 1.ª cl.
Nogeira, villa, 1086. L. B. Ferr. Dipl. 400.—Id. 535.
Nogueiroo e **Nokeiroda**, villa, 1088. Tombo D. Maior Martinz. Dipl. 422.—Id. 519.
Noguram, n. h., Era 1102. L. Preto. Dipl. 277.
Nokeiroda. Vidè **Nogueiroo.**
Noliuado, n. h., 965. Doc. most. Moreira. Dipl. 57, l. 5.
Nomaães, geogr., sec. XV. S. 216.
Nomaens, geogr., sec. XV. S. 147.
Nomaes, app. h., 1258. Inp. 558, 2.ª cl.—Id. 623.
Nomam, cidade, 1130. For. Numão. Leg. 368.
Nona, geogr. (?), sec. XI. L. D. Mum. Dipl. 563, l. 2.

Nonelo, n. h., 943. Doc. most. Arouca. Dipl. 31, n.º 53.
Nonnado, app. h., sec. XV. S. 288.—Id. 190.
Nonninna, n. h. (?), 867-912. L. Preto. Dipl. 3.
Noquera, geogr., 1055. Doc. most. Moreira. Dipl. 242.
Noronha, app. h., sec. XV. S. 172.
Norza, app. h., 1220. Inq. 84, 1.ª cl.—Id. 173.
Norze, app. h., 1258. Inq. 720, 2.ª cl.
Notario, n. h., 946. Doc. most. Moreira. Dipl. 33, n.º 57.
Notariz, app. h., 908. Doc. most. Moreira. Dipl. 11.
Notarizi, app. h., 985. Doc. most. Moreira. Dipl. 90.
Nouaes, app. h., 1228-1229. Leg. 610.
Nouahes, app. h., 1251. Leg. 190.
Noualelios, geogr., sec. XI. L. D. Mum. Dipl. 563, l. 11.
Nouales, geogr., 1058. L. D. Mum. Dipl. 249, l. 39.—Id. 381.
Noudal, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.º, p. 2.ª, C. 202.
Nouelios, rio, 1100. L. B. Ferr. Dipl. 546.
Nouellas, geogr., 950. Doc. ap. sec. XIII. Dipl. 35.—S. 190.
Nouellitu, geogr., 1085. Doc. most. Arouca. Dipl. 388.
Nouoa, geogr., sec. XV. S. 164.—Id. 388.
Noura. Vidè **Daila.**

(*Cantinúa*).

A. A Cortesão.

Bibliographia

I

Boletim da Sociedade Archeologica «Santos Rocha», t. I, n.º 2, Figueira 1904:

Relatorio da gerencia de 1900-1901. Destaquemos a dedicação scientifica dos membros d'aquella Sociedade que realizaram uma excursão ao Algarve, da qual se publicam os substanciaes relatorios, sem onus algum para o cofre social, saindo todas as despesas da bolsa dos excursionistas.

Communicações: *Dolmens de Alcalar.*—O Sr. Dr. Santos Rocha redigiu a narração das explorações de dois monumentos da conhecida região archeologica de Alcalar, inventariando-os na mesma serie dos escavados pelo fallecido Estacio da Veiga; ficam assim designados por 8.º e 9.º monumentos. Este polyandrio dolmenico é dos mais importantes que temos para o estudo da paleoethnologia nacional. D'elle se fallará por muito tempo. O actual relatorio está feito com toda a minuciosidade, tendo merecido cuidadoso estudo os resultados d'esta exploração; só assim as theorias scientificas encontram base solida para se desenvolverem. O espolio dos monumentos n.ºs 1 a 7, está presentemente no Museu Ethnologico Português.

Materiaes para o estudo neolithico no concelho da Figueira, em que o Sr. P.e Belchior da Cruz, principalmente, nos dava uteis noticias de uma estação de fundos de cabanas no Monte Gordo.

Materiaes para o estudo da epoca do cobre em Portugal. — Contém o relatorio da exploração de cistas nas necropoles algarvias da Baralha e do Cerro de Bartolomeu Dias, onde foram encontrados aquelles vasos tão caracteristicos de fundo convexo e gargalo concavo. O Museu Ethnologico possue, alem de outros, os dois vasos da Donalda mencionados por Estacio. O fundo é internamente plano e um dos vasos tinha quatro mamillos sobre a aresta do bojo.

Estudo sobre um artefacto pre-romano de ouro descoberto no Algarve. — O Sr. Dr. Santos Rocha descreve uma notabilissima peça de ouro rebatido, com ornamentações de estilo micenense. É uma verdadeira joia de museu, pagina flagrante da historia das antigas relações, directas ou indirectas, entre a Iberia e as civilizações orientaes. O Sr. Director do Museu Ethnologico adquiriu, no Museu de Athenas, algumas reproducções galvanoplasticas de artefactos de ouro, do mesmo estilo, procedentes dos tumulos de Micenas. É patente a identidade.

O lagar luso-romano do valle de Marinho no Algarve, pelo Sr. P.e Belchior da Cruz; analogas obras encontrei na Beira-Baixa; tambem do Minho se descreveram já algumas.

Restos da Figueira antiga e seus arredores, pelo Sr. Ferreira Loureiro, que justos prantos solta sobre as ruinas architecturaes e ethnographicas, que os habitos de hoje irremediavelmente deixam em tudo. Nada mais anticsthetico, com effeito, do que esses enfileiramentos geometricos dos predios modernos, crivados de aberturas, e excogitados não por um criterio de engenheiro, mas pela insaciedade do senhorio, que fez estilo neste seculo. Em Lisboa ainda restam algumas poucas habitações de resaltos, cuja razão de ser me parece, porém, apreciarem-na mais os moradores que os transeuntes, como propõe o esclarecido autor do artigo.

N.º 3, Figueira 1906:

Relatorio da gerencia de 1901-1902, pelo Presidente da Direcção, Antonio dos Santos Rocha. Neste documento o incansavel archeologo compendia, em frase calorosa, os resultados das suas pacientes excavações e reconstituições do outeiro de Santa Olaia, onde, com singular felicidade, foi encontrar, sedimentados por camadas, os restos de populações preromanas.

As Communicações abrangem: *a*) *Notas sobre um caso de microcephalia*, por F. Nogueira de Carvalho; *b*) *Estação neolithica de Santa Olaia*, por A. Santos Rocha, onde, entre vario espolio, se encontrou um notavel alveolo de machado[1] e cabos de utensilios, tudo de chifre de veado; *c*) *As grutas de*

[1] *Bainha, estojo*, seria a traducção de *gaîne*. Como especialização technologica, talvez se pudesse adoptar o termo *vagina*. Alem d'estes, *alvado, boquilha, casulo, caixa, encaixe*, poderiam ser objecto de escolha. Alem d'estes, *cachimbo*, nome

Palmella, pelo P.e Belchior da Cruz († 1904): é a publicação do relatorio respectivo, que se conservava na Commissão Geologica, e do inventario do espolio d'estas grutas, que melhor se chamariam da Quinta do Anjo ou do Casal Pardo, illustrado com numerosos desenhos. No Museu Ethnologico ha um objecto de pedra semelhante ao da fig. 61, procedente de Obidos. É um seixo esferico deprimido; o sulco porém não é polido. Um illustre professor da universidade de Koenisberg, o Sr. Bezzenberger, que veio aqui estudar a nossa paleoethnologia, disse que tal objecto poderia ser de um jogo d'aquella epoca, jogo que na Allemanha ainda estava em uso com identico utensilio. Victor Gross (*Les Protohelvètes,* p. 51), descreve um analogo, referindo-se á mesma attribuição. Ainda de Sines temos outro calhau sulcado pelo plano do seu eixo maior; todavia este objecto será peso de rede; *f*) *Velho bronze dos arredores de Brenha,* por A. Santos Rocha. Se nos é permittido corroborar o parecer do eximio archeologo, acrescentaremos que a placa da Oliveirinha não poderá deixar de se considerar trabalho de arte visigotica; os exemplos d'este genero de representações animalescas são frequentes nas placas pertencentes aos cinturões d'aquella epoca, nas fibulas e noutras peças accessorias do vestuario. Attendendo á espessura minima do objecto, a classificação que mais verosimil se afigura, é a de uma chapa de enfeite do cinturão ou da correia de tiracollo. A presença de aneis ou argolas pela face posterior favorece esta interpretação. Verdade é que a peça se acha incompleta e que por isso não se deve excluir ainda outra hipothese: a de ser fragmento de uma d'aquellas placas caracteristicas do vestuario barbaro, quer do homem quer da mulher, das quaes pendia um jogo de seis ou sete pequenos utensilios de uso mais frequente na vida, — a tesoura, a pinça, o pente, a bolsa, o fusil, etc. Aquellas taes peças eram de bronze e «tinham a fórma redonda ou rectangular, com grosseiras representações de cruzes ou estrellas, de grifos, de serpentes enlaçadas ou outros animaes fantasticos». Não encontrei debuxo igual ao da chapa de Oliveirinha nos escritos d'esta especialidade; seria uma exigencia documental que não se justificaria. Para a capitulação de um objecto de arte, basta que o estilo da epoca se traduza nelle; e creio que naquelle de que me occupo, o genero ornamental é accentuadamente visigotico, embora de periodo mais recente, em que se revela já alguma penetração bizantina, como expõem os AA. Tambem nesta feição da arte barbara se encontram figuras de seres «difficeis de determinar». Propriamente a respeito dos artefactos visigoticos, diz Barrière-Flavy que algumas d'estas figuras tanto podem ser de cavallos, como de cães, de coelhos como de porcos. Feitas estas reflexões, talvez provisoriamente se possa aventurar a attribuição aos secs. VI-VII, d. C., da curiosa e rara placa da Oliveirinha; salvo melhor juizo. Conviria acaso pesquisar nas proximidades algum cemiterio contemporaneo, de onde a peça decerto

---

que se dá á peça fixa e furada dos gonzos das portadas, etc. Igualmente, *alveolo* parece adoptavel. Emfim, são incertezas que era bom que acabassem por iniciativa dos auctorizados, para pôr de parte a technologia estrangeira que humilha o nosso idioma.

provém. Não é de esperar que em Portugal ainda venham a ser descobertas necropoles dos barbaros, tão nutridas de bello espolio archeologico, como na Gallia são as dos francos e dos visigodos. Em compensação, talvez a cultura de caracter romano tenha cá penetrado muito pela epoca dos barbaros, deixando nesta vestigios geralmente considerados exclusivos da civilização anterior, como por exemplo mosaicos, mas que, na minha humilde opinião, pelo motivo ornamental se relacionam intimamente com os bronzes visigoticos. São elementos muito fugazes os que até agora nos proporciona a archeologia nacional, mas conveniente será ir quebrando, mesmo com hipotheses, o nosso tradicionalismo classico. Releve-me o generoso archeologo da Figueira esta tirada excessiva para uma simples noticia bibliographica.

A necropole da Moirama, nas vizinhanças de Celorico, por A. Santos Rocha. É a descrição de um curioso cemiterio todo de sepulturas rupestres. O que não é vulgar, é esta totalidade; ao resto, não são raras taes campas no norte e centro do pais, apparentemente insuladas ou em reduzidos grupos. No meu apagado sentir, estes polyandrios são medievaes e christãos; que a fórma trapezoidal exclue a epoca romana não me parece difficil prová-lo, bem como que essa configuração nos foi, como aliás na Hespanha e na Gallia, implantada pelos barbaros. A que seculo pertencem estas sepulturas de inhumação na rocha viva? Este agora é que é um problema, a que não se dá entre nós resposta precisa.

Foi decerto uma pratica determinada por certas condições sociaes, numa epoca em que aliás a fórma anthropoide das sepulturas já existia como predominante e era acatada. A tegula, o dolio ou olla e a pasta grosseira da ceramica não são antagonicos com o medievismo barbaro. Em todo o caso, um cemiterio com tão numerosos cofres abertos na rocha não é cousa vulgar. Nas proximidades não terão sido encontradas sepulturas coevas de tijolos e tegulas?

Necropole luso-romana de Molião, pelo mesmo. Sepulturas rectangulares, de alvenaria e tegulas, com vasilhas. Lembram algumas de Vianna do Alemtejo, de inhumação, descritas no *Arch. Port.*, IX, 293. Neste estudo se confirma o amor e escrupulo com que o A. realiza as suas investigações, operando muitas vezes pelas suas proprias mãos. Honra lhe seja.

Alguidar de typo mudejar encontrado em Buarcos, por A. Goltz de Carvalho. No Museu Ethnologico Português ha restos de analogos alguidares nos mostradores da secção arabica.

As barreiras ou trincheiras no casamento beirão, por A. Carlos Borges. Descreve S. Ex.ª um costume beirão de que encontra similares em outros paises, e filia-o numa especie de commemoração de antigos processos da conquista violenta da mulher pelo homem. São factos que os espiritos selectos sabem destacar pela sua significação, de entre os que não merecem um olhar sequer de observadores communs.

N.º 4, Figueira 1907:

Relatorio da gerencia de 1902-1903. Dá-se conta da intensiva laboração archeologica do Sr. Dr. Santos Rocha, principalmente no outeiro de

Santa Olaia, onde se tem exhumado os vestigios de uma civilização protohistorica relacionavel com a das margens do *Baetis* e portanto com a de outras afastadas regiões onde ella pôde já ser datada. Alegramo-nos com estes resultados tão uteis á historia ethnologica do português, como honrosos para a sapiencia nacional ali representada.

As grutas da Columbeira, pelo Sr. Dr. Santos Rocha; narração e estudo de algumas grutas do concelho de Obidos, já exploradas por Carlos Ribeiro, mas de que infelizmente não ficou relatorio, embora devesse constar de notas particulares e extraviadas do finado geologo.

Restos de dolmens em Santa Olaia, pelo mesmo. Caso curiosissimo do achado de ruinas de dois monumentos megalithicos entre as ruinas do povoado da epoca punica. A larga folha de explorações já realisadas pelo presidente e dedicado archeologo da Figueira, permitte-lhe fazer constantes comparações ethnographicas dentro do proprio fundo archeologico do seu museu.

Material para o estudo da idade do cobre em Portugal, pelo mesmo. É uma ponta de setta de cobre, procedente de Soure, de provavel sepultura de inhumação.

Os pequenos moinhos circulares de pedra nas estações prerromanas do Valle do Mondego, pelo mesmo. São perfeitamente acertadas as ponderações do Sr. Dr. Santos Rocha; o caracter dos pequenos moinhos é archaico e não romano. Nestas mesmas ideias abundei em 1903 n-*O Arch. Port.*, VIII, 108.

Restos da Figueira antiga, pelo Sr. Ferreira Loureiro. São notas curiosissimas acêrca de architectura civil, militar e religiosa da Figueira.

As carpideiras nos funeraes beirões, pelo Sr. Carlos Borges. O A., em primorosa dicção, estampa os quadros funebres que se desenrolam numa terra da Beira, desde a *exposição* de um cadaver até o seu descer á cova. Certamente que estas fórmas externas de sentimento fazem parte de uma liturgia ethnographica a que não se póde desobedecer «porque os outros podem reparar», razão que occulta a influencia irresistivel da tradição através das mais variadas epocas da historia. Não são estas as lagrimas do coração, que intimamente experimentam os confrangimentos da dor; são lagrimas estipendiadas por mercancia de valores ou de conveniencias; mas para o ethnographo, são curiosos e frios elementos de estudo, desde os mais primitivos funeraes até aos de hoje.

Fiação popular no concelho da Figueira, pelo Sr. Pedro Fernandes Thomás. Outro attrahente estudo dos processos de preparação do fio, quer para a tecelagem, quer para a cordoaria, ainda empregados, mas decadentes no concelho da Figueira. A roca é quasi o emblema de trabalho da mulher rural portuguesa, não sendo raro, no norte do país, encontrarem-se mulheres, andando seu caminho, de roca á cinta. As suas peças constituintes devem ter tambem, na Figueira, uma technologia propria que se deveria registar. A roca do Minho é muito ornamentada; hoje o seu fabrico é quasi especialidade das prisões. Recordo-me de me entristecer com nostalgia, quando, estudante em Coimbra, contemplava a roca desenjorcada das mulheres d'aquellas cercanias.

A. P.

II

Resenha das noticias archeologicas contidas em jornaes portugueses

Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses, 4.ª serie, t. XI, n.º 1.— *Casas memoraveis. Na casa de Petrarca.* Precedida de breves palavras, transcreve do n.º 272 do jornal *A Lueta,* a descrição da casa do grande poeta italiano do sec. XIV, na pequena povoação de Arquá, junto de Padua, descrição esta feita em correspondencia de Bolonha para aquelle jornal, por Manoel de Sousa Pinto.

Cruzeiros notaveis (continuação), por Sousa Viterbo. Descreve os cruzeiros da Labrugeira, na freguesia de Ventosa, concelho de Alemquer, de Venade em Caminha, de Bustello junto a Penafiel, de Chellas em Lisboa e os cruzeiros dos arredores de Evora. Com estampas.

A Infanta D. Maria e o seu hospital da Luz (continuação), por Victor Ribeiro. Com estampas.

Catalogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo, pelo socio effectivo Arthur Lamas. É a conclusão dos numeros anteriores e comprehende:

Medalhas Portuguesas, medalhas Brasileiras, medalhas da Santa Sé, Inglesas e de diversas nações[1].

Idem, n.º 2.— *Parecer da Secção de Archeologia com respeito á conservação e fórma como devem assinalar-se as casas memoraveis.* Depois de explicar a dificuldade que ha em estabelecer um criterio a que fique sobordinada a apreciação historica das personalidades illustres que assinalaram, com qualquer acto da sua vida, casas que, por esse motivo, convem conservar ou assinalar, explica a maneira como se organizaram tres listas ou notas de casas, por varios titulos memoraveis. Não apresenta, porém, essas listas como classificação definitiva, ou como desejo ou proposta de que fiquem sendo consideradas como dignas de serem incluidas na relação dos monumentos nacionaes, mas tão sómente como simples lembrança ou apontamento das que occorreram á memoria dos socios da respectiva secção. Seguem-se, depois, as listas das casas, divididas, como se disse, em tres grupos: 1.ª lista—Casas memoraveis já assinaladas, ou não, por lapides, e que merecem, pela grandeza das entidades a cuja memoria se prendem, ser consideradas como monumentos nacionaes; 2.ª lista—Casas já assinaladas por lapides e outras que por ventura poderão ser incluidas numa lista de monumentos de mais secundaria categoria: 3.ª lista—Casas a cuja historia anda vinculada a memoria de algum português illustre, e que bem merecem ser apontadas e recommendadas á consideração e estima da nação portuguesa. Está assinado este parecer por Mrg. Elviro dos Santos e por Victor Ribeiro, Presidente e Vice-Secretario da Secção de Archeologia.

Pelourinhos e cruzeiros notaveis (continuação). Extracto dos officios das Camaras Municipaes que responderam ao inquerito feito pela Associação.

Cruzeiros notaveis (continuação), por Sousa Viterbo. Com estampas. Descreve os cruzeiros da Atalaia em Aldegallega, de Villa Viçosa e de S. Marcos na freguesia de S. Silvestre, concelho de Coimbra.

---

[1] Fez-se separata com o titulo de *Catalogo das moedas e medalhas do Museu do Carmo,* Lisboa 1907, 81 pags. e 1 estampa.

Portugalia, fasciculo 3.º do tomo II.—*Estações pre-romanas da idade do ferro nas vizinhanças da Figueira*, por Antonio dos Santos Rocha Com estampas. No *preambulo*, comparando os descobrimentos archeologicos de Portugal com o que se tem escrito sobre as descobertas analogas de Espanha, Africa, Creta, etc., conclue que houve influencia das civilizações fenicia e punica em o nosso territorio. Entrando depois propriamente no assunto, póde avaliar-se a importancia d'esta sua primeira parte pela seguinte indicação dos capitulos e paragraphos em que o autor dividiu o seu estudo. *Parte 1.ª, S.ta Olaya.* I. Topographia e estatigraphia archeologica. Estação medieval. Estação luso-romana. 1.ª estação pre-romana da idade do ferro. 2.ª estação pre-romana da idade do ferro. 3.ª estação pre-romana da idade do ferro. Estação neolithica.—II. Os povoados pre-romanos. Disposição e architectura dos edificios.—III. Mobiliario metallico: 1.º, O ferro. 2.º, O cobre e bronze. 3.º, O chumbo.—IV. Ceramica: 1.º, Ceramica indigena. 2.º, Ceramica exotica trabalhada á roda. 3.º, Grandes vasos exoticos trabalhados á mão. 4.º, Modificações na ceramica de fabrico local sob a influencia dos modelos exoticos. 5.º, Confrontação de certos exemplares de ceramica com os de alguns oppidos de Entre-Douro-e-Minho e de outras estações de Portugal. 6.º, Peças de collar. 7.º, Fusaiolas. 8.º, Pesos de tear. 9.º, Pesos de rede.—V. Mobiliario de vidro, osso e pedra, e restos de cozinha: 1.º, O vidro. 2.º, O osso. 3.º, A pedra. 4.º, Restos de cozinha.—VI. A necropole.—VII. Nota sobre os restos humanos da necropole de Ferrestello. (Os seis primeiros capitulos d'este estudo estão assinados, como se disse, por Antonio dos Santos Rocha; o ultimo é subscrito por Ricardo Severo e Fonsecca Cardoso).

As arrecadas de ouro do castro de Laundos, por Ricardo Severo. Com estampas. Descrição de umas arrecadas de ouro encontradas dentro de um vaso de barro enterrado no alto do castro de Laundos, freguesia d'este nome, concelho de Povoa de Varzim.

Duas joias archaicas, por José Fortes: I *Collar de Valle da Malhada*. II. *Bracelete do Bairro*. Com estampas. Descrição de um collar de ouro, achado na freguesia de Rocas do Vouga, concelho do Sever do Vouga, e de um braceiete de ouro tambem, achado na freguesia do Bairro, concelho de Villa Nova de Famalicão. Não póde o autor determinar a epoca a que perteneem por terem sido «recolhidos accidentalmente por imperitos».

Necropoles lusitano-romanas de inhumação, por Ricardo Severo. Com estampas. Este estudo divide-se pela fórma seguinte: I. Cemiterio do Bairral (freg. de S.ta Leocadia, conc. de Baião). A necropole. As sepulturas. O espolio.—II. Cemiterio de Villa Verde (freg. de Bagunte, conc. de Villa do Conde). O espolio.—III. Considerações geraes.

Esconderijo morgeano da Carpinteira (Melgaço), por José Fortes. Descrição de mais um apparecimento de machados de bronze de duplo anel e dupla canelura.

Castros do concelho de Amarante, por J. de Pinho. Noticia dos castros denominados: Monte do Crasto (proximo do logar de Gião); Ladario (logar de Paredes); Crasto de Villa-Garcia (proximo do logar da Ponte Nova).

Casa e necropole lusitano-romana de Villarinho (Amarante), por José Fortes. Restos de uma casa e ceramica funeraria de differentes fórmas e por vezes pintada.

Achado de moedas romanas de Braga, por J. M. Bronzes do sec. IV

Noticias epigraphicas, por José Fortes. Fragmentos lapidares, com inscripções, de Adaúfe (Braga) e Roncal (Moncorvo), e uma lapide inteira do concelho de Lousada, que diz: D · M · S | SIIPTV | MANVS | POSIIT | MATRI | .

O Occidente, revista illustrada de Portugal e do estrangeiro, 30.º anno, 1907.— Extractos dos numeros de 20 de Abril e sqq. até 20 de Novembro inclusive.

A velha Lisboa (memorias de um bairro), por G. de Matos Sequeira. É a continuação dos numeros anteriores e occupa-se de: Fundação do noviciado dos jesuitas numa quinta, chamada do Monte Olivete, que lhes fôra doada por Fernão Telles de Menezes.—Lançamento da primeira pedra em 26 de Abril de 1603.—Descrição do edificio.—O noviciado.—A igreja. Prejuizos causados pelo terremoto no collegio do Monte Olivete.—A criação do collegio dos Nobres em 7 de Março de 1761.—O grande impulso dado á instrucção pelo Marquês de Pombal.—Os rendimentos do Collegio dos Nobres.—A Academia Real de Marinha, criada por lei de 5 de Agosto de 1775, foi provisoriamente estabelecida numa dependencia do collegio dos Nobres.—O abandono a que está reduzido o tumulo do fundador do noviciado jesuitico —Como acabou o Collegio dos Nobres. Controversias a que deu causa a sua extincção. Intervenção de Alexandre Herculano no assunto, etc., etc.

É, como se vê, uma serie de apontamentos, com indicações documentaes, que constituem um subsidio para a historia que um dia se tente fazer da cidade de Lisboa. Ahi encontra igualmente o ethnologo abundante copia de esclarecimentos para o estudo do antigo viver da sociedade portuguesa.

Illustração Portuguesa.—*Edição semanal da empresa «O Seculo».*—Extractos dos numeros 63 a 88, de 6 de Maio a 28 de Outubro de 1907.

Velhas biblias portuguesas. Succinta relação das primeiras biblias impressas em lingua portuguesa. Com estampas.

As inscripções indianas de Cintra. Reproduz em estampas as duas lapides de pedra com inscripções indianas existentes na quinta da Penha Verde em Cintra, dizendo como o distincto archeologo e official de marinha J. Herculano de Moura conseguiu a transcrição portuguesa duma dessas inscripções.

A Madre de Deus, um dos mais ricos museus de arte de Portugal por J. Com estampas. Rapida descrição da igreja d'este convento, indicando muito summariamente as preciosidades artisticas que encerra.

A arte egypcia. Uma conferencia do Sr. Conde de Penha Garcia. Com estampas. Interessantes notas sobre a escultura egypcia.

Uma casa de Pompeia [i. é. *Pompeios*]. Noticia, acompanhada de bellas estampas, de um recente descobrimento feito na celebre cidade, hoje em grande parte desobstruida das lavas do Vesuvio que durante tantos seculos a tiveram soterrada.

Serões, revista mensal illustrada.—Editada pela livraria Ferreira e Oliveira Lt.ª, de Lisboa. Extracto dos numeros de Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 1907:

Evora antiga. O mosteiro do Calvario, por A. F. Barata. Com estampas.

A architectura da Renascença em Portugal, por Albrecht Haupt. Parte II. O Pais. I. *Alcobaça.* Descreve, a largos traços, a igreja e annexos do mosteiro de Alcobaça. Com estampas. II. *A Batalha.* Rapida descrição geral do monumento, e mais especificadamente das capellas imperfeitas que classifica, se tivessem sido concluidas, como a primeira igreja tumular da peninsula. III. *Leiria.* Mostra-nos, em estampa e em breve descrição, um dos muitos

palacetes dos seculos XVI e XVII de que, em grande parte, é formada a cidade; indicando-nos depois, como principal monumento religioso, a igreja de S.ta Maria. IV. *Thomar.* Resenha historica da fundação e transformações da celebre matriz dos Templarios portugueses e depois da Ordem de Christo. Sua descrição. (Todos estes artigos são profusamente acompanhados de estampas).

A musica no Egypto, no tempo dos Faraós, por D. Josefina de Vasconcellos Abreu. Com estampas.

A fonte dos amores, por Mario Monteiro. Com estampas. Num artigo, documentado, mostra-se a sem-razão dos que attribuem á tragica morte de D. Inês de Castro a origem do nome dado á celebre fonte da quinta das Lagrimas, outrora «Quinta do Pombal». Diz-nos qual, em seu entender, é a verdadeira Fonte dos Amores

Alvaro de Azeredo.

O Archeologo Português — 1907

Registo bibliographico das permutas

Continuação. Vid. o *Arch. Port.,* XII 219

Atti della R. Accademia dei Lincei; 1906. Fasciculo 1. — *Foro romano. Esplorazione del sepolcreto,* por G. Boni. Sepulturas de cremação anteriores ao sec. VIII a. C., com caracteristicas cabaninhas de barro, etc. *Crani preistorici trovati nel Foro romano,* por A. Mosso, etc.

Fasciculo 2. — Entre outros: *Scavi nella necropoli di Barano,* etc., por Ettore Gabrici; de onde se retiraram vasos com ornamentações de circulos concentricos, de faixas com figurado archaico, etc., muito curiosos. Descrevem-se no mesmo artigo as ruinas de um amphitheatro, uma ara-omphalos ou symbolica, etc.

Fasciculo 3. — Avulta um garrafão ou balão de vidro, procedente de uma sepultura trapezoidal mas sem sinal christão; no Museu ha do espolio de Estacio da Veiga um recipiente identico, embora mutilado no gargalo.

Fasciculo 4. — Noticia das escavações em Pompeios desde 1902 (Dezembro) a Março de 1905. São curiosas duas fontes com o respectivo tanque; dir-se-hiam feitas nos nossos dias: inscripções; ceramica sarda, etc.

Fasciculo 5. — Da região de Veneza, em Este, uma laminazinha de osso graduada como as reguas de hoje: da Sicilia umas catacumbas pre-constantinianas, com arcosolios mono- e polysomos, e da Sardenha uma inscripção latina com onomastico indigena e o nome *Bacoru*.... que o A. confronta com *Bacurius,* de procedencia iberica e que tambem talvez se relacione com *Bocchori,* referido por E. Hübner (*Mon. Ling. Iber.*, p. 247) como das Baleares.

Fasciculo 6. — Descrevem-se mais catacumbas na Sicilia, em cuja architectura o Sr. P. Orsi vê influencias orientaes; uma lampada é muito semelhante a um exemplar algarvio que existe no Museu Ethnologico; do estilo da teia que dividia o recinto em duas secções, tambem possue o mesmo Museu um fragmento de placa marmorea, etc.

Fasciculo 7. — Continuação do relatorio acêrca das sepulturas do Foro romano, com bellas e minuciosas illustrações.

Fasciculo 8. — Descobrimento em Roma de dois notaveis sarcofagos do sec. IV; um com a frente singularmente ornamentada com volutas, caulicolos

e folhagens; o outro com a indicação de um cargo (*seriba senatus*) que continuou a existir em Roma até os ultimos tempos da idade media. De Pompeios, as photographias de uma fonte publica, representando a gargula uma cabeça de boi, e de uma rua secundaria, construida como os nossos antigos caminhos do norte, lageados de granito e ladeados de banquetas (a que na Beira Baixa ouvi dar o nome de *batorel* (*sic*), conhecendo-se as junta gastas pelo perpassar das rodas de vehiculos pesados. Alem d'isto, uma notavel urna cineraria de pedra, da epoca da decadencia, na qual a rica ornamentação tem motivos, que passaram para a arte dos primeiros tempos christãos, como a cratera, o ramo de vinha, a espiga de trigo, etc.

Fasciculo 9.—Resultados de escavações na Via Appia, em Pompeios, etc.

Fasciculo 10.—Achados em Ostia (fôrmas de pão para os *ludi publici*) e em Pompeios.

Fasciculo 11.—*Scavi archeologice fatti eseguire dalla direzione del Museo civico de Padova alle falde del Monte Rosso.* Descrevem-se restos de uma estação da epoca dos terramares mais antigos, na qual appareceram caeos ornamentados a cordões ou melhor a nervuras (como existem no Museu Ethnologico), fragmentos de madeira, sendo um d'elles antropomorpho como algumas das nossas placas de lousa. Neste numero admira-se uma estatu fragmentada de um *Discobolo,* dom do rei de Italia ao Museu Nacional. Emfim, uma inscripção latina relativa a israelitas.

Fasciculo 12.—Avulta e interessa-nos uma collecção de urnas cinerarias de pedra e de barro, procedentes da região de Veneza. Alem d'isto um machado de bronze, uma estatua de niobite, restos de muralhas gregas em Napoles, etc.

Bolleti de la Societat Arqueologica Luliana. Numeros de Janer, Fevrer, Mars, Abril e Maig de 1906.

Bulletino di Paletnologia italiana, 1906, n.º 1–5.—Materiali paletnologici dell' Isola di Capri: *Cerio, Bellini, Pigorini.* Tombe neolitiche in Taranto: *Quagliati.* Nuove ricerche nelle palafitte Varesine: *Castelfranco.* Oggetti di rame e di bronzo nella Lomellina: *Patroni.* Incisioni sopra monumenti preistorici nel Sulcis: *Taramelli,* etc.

N.º 6–9.—Vasi dell' Italia e dell' estero, con figure animali nell' interno e sugli orli: *Parabeni.* Le scoperte archeologiche del dott. C. Ross nella Valle della Vibrata e la civittà primitiva degli Abruzzi e delle Marche: *Colini,* etc.

N.º 10–12.—Le scoperte archeologiche, etc. Dolmen nel commune di Birori: *Taramelli.* Paletta primitiva italiea: *Ghirardini,* etc.

Rivista Archeologica Lombarda, 1906, Gennaio–Giugno. Varia.

Luglio–Dicembre.—La Torbiera di Coldrerio: *S. Baragiola.* Il Lare de Tormine: *Luca Beltrami.* Un nuovo Apophoretum ovvero tessera conviviale in bronzo ageminato: *Giovanni Pansa.* Frammento d'iscrizione romana: *Nogara.*

F. A. P.

Errata

N-*O Arch. Port.*, XII, 199, em vez de «Antigualhas *de Bujões*», deve ler-se «*de Matheus*».

VOLUME XII

INDICE ANALITICO

AÇOREAMENTO:

Da costa portuguesa: 154 a 156.

AMULETO:

De dente canino: 335.
Vid. *Placa.*

ANCORA:

Soterradas em Cacia: 145.

ANEL:

Sigillar romano: 367.

ANGOLA:

Vid. *Numismatica.*

ANTAS:

Em Vereia de Jalles (Trás-os-Montes): 31.
Anta da mamôa de Donai (Trás-os-Montes): 307.
De Barrocalinho e do Conde (Evora): 354.
Vid. *Registo bibliographico das permutas:* 253.

ANTHROPOLOGIA:

Vid. *Setubal* (*Antiguidades locaes*) e em especial *Ossos.*

ANTIGUIDADES LOCAES:

A) Alemtejo:

Ferreira do Alemtejo (lapide romana): 70.
Reguengos (sepulturas): 103.
S.ta Maria de Machêde; Evora (varia): 352.

B) Algarve:

Moncarapacho (figura de pedra): 245.
Benafim; Loulé (sepultura romana): 367.

C) Beira:

Agueda (castro): 138.
Anadia (castro): 138.
Azemeis (castros): 140.
Branca—Albergaria (logar de Cristellos): 143.
Cabeço de Vouga (ruinas): 136.
Cacia—Aveiro (vestigios antigos, ancoras, etc.): 144.
Castello Branco (inscripções romanas): 172.
Castello Novo—Fundão (inscripção romana): 178.
Coimbra (livro de *Horas*): 92, (milliario): 132.
Condeixa (lapide, moedas, camapheus, fivela, machados, etc.): 177.
Covilhã (sepulturas): 101.
Escallos de Cima (ara romana): 175.
Esgueira (navio soterrado): 155.
Esmoriz (castro de Ovil): 141; (barra antiga): 156.
Grijó (documentos): 149.
Ilhavo (antiga floresta): 136 e 155 (nota).
Macieira de Cambra (castro): 141.
Marnel (*civitas*): 139.
Mealhada (milliario): 132.
Ninho do Açor (ara): 177.
Ossella (castro): 140.
Romariz (castro): 141.
S.ta Maria de Fiães (castro): 141.
S. Gião (castello): 132 e 140.
S. Martinho e S. Tiago—Ovar (castro): 140.
Serem (*civitas*): 140.
Ul (castro): 140.
Vagos (cavername soterrado): 155.
Villa Velha de Rodam (inscripção romana): 177.
Vouga e Lamas de Vouga (castro): 139.

D) Entre-Douro-e-Minho:

Braga (o castello): 310.
Correlhã—Ponte de Lima (marco milliario): 37.
Estorãos—Ponte de Lima (ara romana): 37.
Guimarães (archivo da collegiada): 79.
Lamego (moedas romanas coloniaes): 24.
Moledo (moedas romanas coloniaes): 24.
Paderne—Melgaço (estela com figuras): 275.
Ponte de Lima (pergaminhos da Camara): 178 e 244.
Saia—Barcellos (lapides): 280.
Vairão—Villa do Conde (varia): 281.
Villa do Conde (a matriz): 76.
Vid. *Monumentos*.

E) Estremadura:

Almoçageme—Collares (casa rural): 99.
Campolide—Lisboa (exploração do silex): 338.
Lisboa (manuscritos): 94.
Lisboa (theatro romano): 102.
Praia das Maçãs—Collares (sepulturas): 100.
Praia de Santa Cruz—Torres Vedras (sepuleros romanos): 102.
Quinta do Anjo—Palmella (grutas sepuleraes): 210 e 320.
Setubal (estações prehistoricas): 206.
Vid. *Resenha das Noticias archeologicas contidas em jornaes portugueses:* 247 e 382.

F) Trás-os-Montes:

Alijó (objectos prehistoricos): 25.
Anciães (igreja antiga): 265.
Bragança e Chaves (pontes, milliarios, castros, etc.): 164–165.
Donai—Bragança (anta): 307.
Lamalonga—Torre de D. Chama (milliarios): 163.
Mateus—Villa Real (antigualhas varias e sepulturas): 199.
Mateus—Villa Real (lapide): 30.
Mouçós—Villa Real (inscripção): 29.
Nogueira—Bragança (castro): 309.
Rebordãos—Bragança (castello, pelourinho e janela): 309.
Rio Torto—Valpaços (moedas romanas coloniaes): 23.
Sacoias—Bragança (castro): 257.
Travanca—Chaves (ruinas): 260.
Tres Minas—Villa Pouca de Aguiar (lapides romanas): 26 e 31.
Val-de-Telhas—Mirandella (ara a Juppiter): 242.
Vereia de Jalles—Villa Pouca de Aguiar (lapide): 30.

G) India:

Archivos e museus: 32.

ARA:

Tres aras consagradas a I. O. M.: 26, 27 e 30.
Ara celtiberico-romana: 38.
Ara dedicada a JOVI · OPTIMO · M · CONS · : 176.
Ara dedicada a ARENTIAE ETARENTIO: 177.
Ara consagrada a Juppiter: 242.

ARCHEOLOGIA:

A) Nacional:

Prehistorica:

Objectos prehistoricos do concelho de Alijó: 25.
Estações prehistoricas dos arredores de Setubal:
Vivendas dispersas: 206.
Grutas sepuleraes da Quinta do Anjo: 210 e 320.

Figura de Moncarapacho: 245.
Cistas de Sacoias: 266.
Anta ou mamôa de Donai: 307.
Exploitation souterraine du silex à Campolide: 338.
Anta de Barrocalinho — Evora: 354.
Vid. *Numismatica, Figura,* e especies occorrentes como *Antas, Machados,* etc.

Protohistorica:

Genio Tiauranceaico: 43.
Geographia protohistorica da Lusitania (situação conjectural de Talabriga): 129.
O castro de Sacoias: 257.
Vid. *Epigraphia lusitano-romana,* como especies occorrentes *Castro* e *Castello,* e *Registo bibliographico das permutas:* 250 e 254.

Lusitano-romana:

Lapides com inscripções romanas do districto de Villa Real: 26.
Ara celtiberica da epoca romana: 36.
Lapide romana de Ferreira do Alemtejo: 70.
O theatro romano de Lisboa: 102.
Dois milliarios ineditos: 162.
Antigualhas de Mateus: 199.
Ara consagrada a Juppiter: 242.
Restos de *villa,* etc.: 352 e 354.
Sepulturas com espolio: 367.
Vid. *Archeologia estrangeira, Numismatica, Ruinas* e especies occorrentes, como *Sepulturas,* etc.
Vid. tambem *Registo bibliographico das permutas:* 256.

Arabica:

Vid. *Numismatica, Geographia.*

Medieval:

A matriz de Villa do Conde: 76.
Igreja de Anciães: 266.
Ponte sobre o Ave: 281.
Pontes medievaes: 144.
Vid. *Sepulturas, Architectura, Castello, Epigraphia, Estrada, Monumentos, Onomatologia, Pelourinho, Bibliographia* (247 e 377).

Portuguesa:

O Couto e mosteiro de Vairão: 281.
Vid. Especies occorrentes.

Indeterminada:

Sepulturas de Alforada: 103.

B) Estrangeira:

Excavações archeologicas em Numancia: 72 e 252.
Fouilles en Egypte: 75.
(Criptas funerarias artificiaes da Sardenha): 128.
Vid. *Protecção á Archeologia.*

ARCHITECTURA:

Casa rural: 99.
Portico do sec. XVII: 261.
Ruinas de um templo romanico: 266.
Construcção monastica dos secs. XVI e XVIII: 288.
Janela antiga de Robordãos: 309.
Mestre de *pedraria*, sec. XV: 362.
Vid. *Monumentos, Archeologia lusitano-romana, Ruinas, Registo bibliographico das permutas* e especies occorrentes como *Castello, Ponte*, etc.
Vid. tambem *Resenha das Noticias archeologicas:* 247 e 382, e *Registo bibliographico das permutas:* 249 e 251.

ARCHIVO:

Projecto de organização dos archivos e museus da India: 32.
Extracto do Archivo da Casa da Moeda: 60.
Extracto de Manuscritos da Biblioteca Nacional: 66.
Catalogo dos pergaminhos existentes no Archivo da Insigne e Real Collegiado de Guimarães: 79 e 355.
Os pergaminhos da Camara de Ponte de Lima: 178 e 244.
Do Cabido da Sé de Coimbra: 283.
Do Conselho de Guerra: 311.
Da Sé de Braga: 313.

ARTE NAVAL:

Restos de navios: 155.

ARTE PORTUGUESA:

Vieira Lusitano: 63 e 69.
Portugal e a Catalunha (Vasco Fernandes, João Paiva e Jorge Affonso): 95.
Movimento artistico (Vieira Portuense, Gran Vasco): 96.
Vid. *Archeologia medieval, Inventario.*

ARTE RELIGIOSA:

Vid. *Archivo* (de Guimarães), *Inventario, Architectura* e *Registo bibliographico das permutas:* 256.

ASSINATURA:

Assinar de cruz: 104.

BIBLIOGRAPHIA:

Sobre o artigo *Le fonti per la 2.ª guerra punica nella Spagna:* 127.
Sobre o livro de J. Déchelette: *La Peinture Corporelle et le Tatouage:* 244.
Sobre o *Boletim da Sociedade Archeologica «Santos Rocha»:* 375.
Registo bibliographico das permutas: 128, 249 e 383.
Resenha das noticias archeologicas contidas em jornaes portugueses: 245 e 380.

BIBLIOLOGIA:

Reproducção de um folheto do sec. XVIII: 306 e 307.

BIBLIOTHECAS:

Da Universidade: 92.
Da Ajuda: 94.
Vid. *Archivo.*

BIOGRAPHIA:

Novo additamento á noticia necrologica do Dr. Teixeira de Aragão: 104.
Julius Meili: 362.
Monsenhor Pereira Botto: 365.

BOTÕES:

Prehistoricos da Quinta do Anjo: 329 e 335.
Vid. *Rodela.*

BRASÃO:

De Agueda: 129 (nota).

BRONZE:

Figura de eavallo: 267.
Anel: 268.
Vid. *Bibliographia.*

CAMAPHEU:

Achado em Condeixa: 177.

CASA PORTUGUESA:

Em Almoçageme: 99.
Vid. *Resenha das noticias archeologicas:* 380.

CASTELLO:

Em Vercia de Jalles (Trás-os-Montes): 31.
Castello de Rebordãos: 309.
O castello de Braga em 1642: 310.
Castello de Vermoim: 280.
Castello de S. Gião: 143.

CASTROS:

Origem e explicação do termo: 138.
Varios da região de Entre-Vouga-e-Douro: 138.
Varios da região de Bragança: 164 e 165.
O castro de Sacoias: 257.
Castro do Boi: 285.
Civitas Albarelios: 285.
Castro de N. S.ª da Cabeça: 310.
Vid. *Castello.*
Vid. tambem *Resenha das noticias archeologicas:* 381.

CATALOGO:

Vid. *Archivo.*

CELTIBERICO:

Vid. *Epigraphia lusitano-romana.*

CERAMICA:

Portuguesa: 98.
Antiga: 200.
Prehistorica. (Vid. *Setubal*).
Ceramica arretina e indigena: 268 sgs.
Ceramica de castro: 310.
Das grutas da Quinta do Anjo: 328, 331 e 332.
Vasinho romano: 367.

CISTAS:

Em Sacoias: 267.

CIDADES ANTIGAS:

Vid. *Nomes.*

COBRE:

Gancho de cobre: 264.
Sovela de cobre: 331 e 338.
Vid. *Minas, Bibliographia.*

COLLECÇÃO:

Collecções monetarias: 19 e 20.

CONCHA:

Da Quinta do Anjo: 330.

CONTA:

De pedra do castro de Sacoias: 264.
De callaite da Quinta do Anjo: 329.
De conchas da Quinta do Anjo: 330.
De ribeirite da mesma origem: 331 e 333.
De azeviche da mesma origem: 334.
De marfim: 335.
Vid. *Ouro.*

DIPLOMATICA:

Vid. *Archivo, Inventario, Manuscritos, Assinatura.*

ENXÓ:

Das grutas da Quinta do Anjo: 327, 331, 332 e 337.

EPIGRAPHIA:

A) Lusitano-romana:

Lapides com inscripções romanas do districto de Villa-Real: 26.
Ara celtiberica da epoca romana: 38.
Lapide romana de Ferreira do Alemtejo: 70.
Duas inscripções romanas na praia de Santa Cruz: 102.
Referencia a uma inscripção do theatro romano em Lisboa: 103.
Inscripções romanas de Castello Branco: 172.
Pedra com inscripção: 200.
Estela sepulcral arcaica do Alto-Minho: 275.

B) Medieval:

Inscripção de Vairão: 282.

C) Portuguesa:

Na matriz de Sacoias: 261.
Numas ruinas de Anciães: 265 e 266.
Inscripção em versos latinos: 287.

D) Indeterminada:

Em Mancinhata: 140 (nota).

ERRATAS:

29 (elimine-se fig. 3.ª); 105, *fulão* e não *talão;* 199 (leia-se *Mateus* por *Bajões*); 276 (leia-se *são vulgares*); 281 (leia-se *aos da Saia e monumento*).
Observações a-*O Archeologo Português:* 243.
Errata (nome errado): 367.

ESTRADA:

Estrada real de Gaia a Coimbra: 133.
Romana de Eminio a Calem: 131.
Estradas mouriscas: 147 e 149.
Expressões que as designavam na idade media: 151.
Romana de Chaves a Astorga: 162.

ETHNOGRAPHIA:

Liturgia de origem pagã: 39.
Assinar de cruz: 104.
Bolos do Alemtejo: 243.
Vid. *Archivo* de (Guimarães), *Biographia,* e especies occorrentes.
Vid. tambem *Bibliographia:* 378 e 379.

ETHNOLOGIA:

Considerações acêrca dos Grovios: 49.
Celtas e Turdulos: 51.

ETYMOLOGIAS:

Cambra: 141 (nota).
Longroiva: 142 (nota 1).
Albergaria: 144.
Mourisca: 150.
Fundo da rua: 150.
Aveiro: 154.
Avelomar: 243.
Sacoias: 258.
Vairão: 284.

EXTRACTOS:

A) De jornaes:

De *O Heraldo* (de Nova Goa): 36.
Do *Diario de Noticias:* 75, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 201.
De *L'Antropologie:* 76.
Do *Seculo*: 100 e 101.

B) De archivos:

Vid. *Archivos.*

FACAS DE SILEX:

Das grutas da Quinta do Anjo: 326 e 331.

FIGURAS:

De pedra prehistorica: 245.
De bronze (cavallo): 267.
Em estela lusitano-romana: 275.
Em ceramica prehistorica: 332.
Duvidosa, de pedra: 354.

GEOGRAPHIA:

Arabica: 147.
Protohistorica da Lusitania:
Situação de Langobriga: 142 (nota).
Situação de Talabriga: 143.

GEOLOGIA:

Vid. *Açoreamento.*

GRUTAS PREHISTORICAS:

Vid. *Palmella* (antiguidades locaes).

HISTORIA PATRIA:

Vid. *Medalhistica, Archivo.*

INDIA:

Vid. *Antiguidades locaes.*

INSCULTURAS:

Còvinhas numa pedra: 271.

INVENTARIO:

O inventario dos bens nacionaes: 92.

LENDA:

Mouras encantadas: 209.
De sinos que tocam sem ninguem os tanger: 259.

LINGUA IBERICA:

Vid. *Epigraphia lusitano-romana.*

MACHADOS:

De pedra: 177 (nota), 209, 271, 308 e 331.

MAMÔA:

Chamada Tombeirinho: 307.
Vid. *Anta.*

MANUSCRITOS:

Os manuscritos da Real Bibliotcca da Ajuda: 94.
Vid. *Archivo.*

MAXIMAS:

De Gaston Paris: 31.
De A. Schulten: 351.
De Frey Amador Arraiz: 367.

MEDALHISTICA:

Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia Portuguesa: 52.
Medalha de D. Carlos I, commemorativa da acclamação, para galardoar serviçaes: 159.
Medalha commemorativa do casamento do Infante D. João, depois D. João VI, com D. Carlota Joaquina de Bourbon, e do da Infanta portuguesa D. Mariana Victoria com D. Gabriel de Hespanha: 289.
Vid. *Resenha das noticias archeologicas:* 246.

MILLIARIO:

Varios na estrada de Chaves a Astorga: 163 e 164–165.
Milliarios na via de Coimbra ao Porto: 132.
Na Correlhã (Ponte do Lima): 37.

MINAS:

Antigas de Entre-Vouga-e-Douro: 142.
Vid. *S.ta Maria de Machêde* (antiguidades locaes do Alemtejo).

MÓ:

Pedra, como caixa de rufo: 200.
Pedra, como queijo: 210.
De castro de Sacoias: 261.

MOSAICO:

Restos proximos a Evora: 352.

MOLLUSCOS:

Valvas d'elles: 210.
Vid. *Concha.*

MONUMENTOS:

Conselho dos Monumentos Nacionaes: 201.
Lista do Sr. Ramalho Ortigão: 201.

MOSTEIRO:

O couto e mosteiro de Vairão: 281.

MOUROS:

Estradas mouriscas: 149.

MUSEUS:

Ethnologico Português:
Existencias: 20, 27, 29, 30, 31, 37, 70, 105, 177, 199, 245, 251, 253, 254, 275, 277, 375, 376, 377, 378, 383 e 384.
e 277.
Acquisições: 105, 217, 342 e 366.
Chronica: 125.
Plano summario: 125.
Martins Sarmento: 26, 279 e 308.
Municipal de Bragança: 263.
Municipal do Porto: 19 e 281.
Numismatico da Biblioteca Nacional: 20.
Projecto de organização dos archivos e museus da India: 32.
Vid. *Numismatica* e *Archeologia estrangeira*.

NAVIOS:

Restos soterrados: 145.

NOMES:

A) De autores antigos:

Appiano: 73 e 157.
Estrabão: 51 e 152.
L. Floro: 37.
Plinio: 46 e 130.
Polybio: 73
Ptolemeu: 46.

B) De cidades antigas:

Aeminium: 42, 130 e sgs.
Calagurris Julia: 23.
Calem: 131.
Castulonensis: 45.
Celsa Augusta: 24.
Clun...: 29.
Clunia: 24.
Langobriga: 42, 130 (nota), 131 e 158 (nota).
Numancia: 72.
Talabrigensis (Talabrigâ): 38, 41 e 129.
Varias: (Conimbriga, Bracara, Olisippo, Pax Julia, Collippo, Eburobritium, Vacca (?), Calambria (?): 130 e sgs.
Vid. *Registo bibliographico das permutas:* 255.

C) De divindades:

Aratibrovir...: 174.
Arenciae: 177.
Arencio: 177.
Genio Tiauraneeaico: 38.
I. O. M.: 26, 27 e 30.
Jovi O. M. Conservator: 176.
Juppiter: 242.

D) De pessoas:

1.—Em inscripções lusitano-romanas:

Albina: 29.
Amanda: 27.
Amoenae: 172.
Ani? Avito: 29.
Anniae: 30.
Apanonis: 172.
Arqui: 38.
Avitae: 29.
Caenonis: 178.
Caio: 102.
Caio: 178.
Caius Heius Primus: 103.
Camala: 38.
C. Coune... aneus: 29.
Ciliae: 174.
Cilius Boute(?): 172.
Cl(audius): 178.
Cl. Severus: 178.
Cominiae: 178.
Comp. Arda: 276.
Comp. Vaio(?): 276.
Divoi (Div of?) ou Jonci: 175.
Flavi Nerri: 174.
Fortunata: 30.
Fusci: 29.
Julio: 102.
Jul. Rufina: 176.
L. Juli Dextri: 27.
Lubaeci, Luparei ou Jubaeci: 174.
Lucano: 172.
Maximae: 172.
Montanus: 177.
Paterni: 176.
...ra: 176.
...ensi: 176.

Pento Comp.: 276.
Prima: 27.
Publius Aelius Flaccinus: 243.
Pullin(us): 27.
Q. Junius: 70.
Quinto: 102.
Reburrus: 30 e 31.
Sabini: 177.
Sunua: 172 e 174.
Tangi...: 177.
Valerio: 102.

2.—Medievaes:

Domitria: 283.
Emilo (fern.): 283.
Gelvira Toirei: 285.
Manis Pallam(?): 282.
Pala: 284.
Romario: 283.
Valeriani: 284.
Veremundu: 282.
Vid. *Onomatologia.*

3.—De personagens historicas:

Decimo Junio Bruto: 157.
Scipião Emiliano: 72.

E) De rios antigos:

Durius: 152.
Muliadas: 152.
Tagus: 152.
Vacua: 152.

F) De pintores portugueses: 95.

Vid. *Arte portuguesa.*

NUCLEOS:

Das grutas da Quinta do Anjo: 327 e 331.

NUMISMATICA:

Materiaes para o estudo das moedas arabico-hispanicas em Portugal: 1.
Numismatica e archeologia (moedas romanas coloniaes achadas em Trás-os-Montes e Beira): 23.
Monetario Berlinês: 75.

O real preto: 164.
Achados de moedas: 177, 199 e 367.
Projecto de moeda de 20 réis para Angola: 195.
Moeda inedita de 2 cruzados de 1646: 271.
O vintem de *Philippus I*, rei de Portugal: 317.
Presumivel precursor prehistorico da moeda: 330.
Vendas sem moeda no see. xv: 359 e 361.
Vid. *Biographia, Collecção* e *Resenha das noticias archeologicas:* 246.

ONOMATOLOGIA:

Onomastico medieval português: 111, 226 e 368.

OSSOS:

A) Humanos:

Dos arredores de Setubal: 209.
Do castro de Saeoias: 268.
Da Quinta do Anjo: 330 e 336.
Do tunel do Rocio: 339.

B) Animaes:

Da Quinta do Anjo: 330 e 337.
Alfinete de osso: 336.

OURO:

Prehistorico da Quinta do Anjo: 329.
Placa de ouro da mesma origem: 335.

PEDRA:

Utensilios de pedra prehistoricos em Setubal e perto de Bragança: 207 sgs. e 308.
Com figura gravada: 245.
Objectos de pedra lascada das grutas da Quinta do Anjo: 326 e 331.
Objectos de pedra polida das mesmas: 327 e 332.
Insignias prehistoricas de pedra das mesmas: 327 e 332.
Prehistorica em forma de telha: 331.
Massettes et coins en basalte: 340.
Vid. *Seixo* e especies occorrentes, como *Figura,* etc.

PELOURINHO:

De Rebordãos: 309.
Vid. *Resenha das noticias archeologicas contidas em jornaes portugueses:* 245 sgs. e 380.

PERCUTOR:

Percutores de basalto: 340.

PERGAMINHOS:

Vid. *Archivo.*

PESOS:

De barro: 199.
De pedra: 270.

PINTURA:

Almagra destinada á pintura das grutas da Quinta do Anjo: 336.
Vid. *Arte portuguesa.*

PLACA:

Da Quinta do Anjo: 330, 331, 334 e 336.

PONTAS DE SETA OU FLECHA:

Das grutas da Quinta do Anjo: 326 e 332.

PONTE:

Pontes romanas em Valle de Telhas, Arquinho, Pedra, Conde de Ariães, Bragança, Gimonde: 164–165.
Ponte sobre o Ave: 281.
Pontes medievaes: 144.

PROTECÇÃO Á ARCHEOLOGIA:

Portaria relativa aos archivos da India e ás minas de Goa: 35.
Protecção aos trabalhos da Academia Real de Historia: 54.
Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e Institutos scientificos á Archeologia:
26. Excavações archeologicas em Numancia: 72.
27. Monetario Berlinês: 75.
28. Fouilles en Égypte: 75.
29. O exemplo de E. Piette: 204.
30. A respeito do Norte de Africa: 205.
31. La protection des monuments préhistoriques: 205.
32. Missão ethnographica na Oceania: 350.
Vid. *Castello* (de Braga).

QUESTIONARIO:

A sorte dos questionarios archeologicos: 313.

RELIGIÕES:

Vid. *Epigraphia lusitano-romana.*

RODELA:

Prehistorica da Quinta do Anjo: 329.

RUINAS:

Romanas: 31, 207, 260, 310 e 352.
De um subterraneo: 200.
Ruinas medievaes: 266.

SEIXO:

Seixos polidos da Quinta do Anjo: 338.
Vid. *Bibliographia:* 377.

SEPULTURAS:

Vazia com tampa lapidar: 28.
Um cemiterio: 100.
Sepulturas na Praia das Maçãs: 100 e 101.
Descobrimento de seis sepulturas medievaes e ossadas: 101.
Sepuleros romanos: 102.
Sepulturas de Alforada (Reguengos): 103.
Sepulturas de tijolos: 200.
Sepulturas ou carneiros trapezoidaes: 267.
Sepulturas rupestres: 267. Vid. *Bibliographia:* 378.
Sepultura de pedra e tijolo: 352.
Sepulturas e sarcophago: 354.
Sepultura romana: 367.
Vid. *Grutas prehistoricas.*

SILEX:

Exploitation souterraine du silex à Campolide, aux temps néolithiques: 338.
Vid. *Faca,* etc.

SUASTIKA:

Na igreja de Sacoias: 262.

TEGULA:

Com marca: 172 e 175.
De castros: 270 e 310.
Vid. *Ruinas.*

TIJOLOS:

Apparecimento de tijolos: 200.

TOPONIMIA:

Villas de origem romana: 207.
Vid. *Registo bibliographico das permutas.*

TORRE:

Vestigios em Cacia: 145.

INDICE DOS AUTORES

A. A. Cortesão:

Onomastico medieval português: 111, 226 e 368.

A. I. Marques da Costa:

Estações prehistoricas dos arredores de Setubal: 206 e 320.

Albino Pereira Lopo:

Dois miliarios ineditos: 162.
Antigualhas trasmontanas: 307.

Alvaro de Azeredo:

Resenha das noticias archeologicas contidas em jornaes portugueses: 245 e 380.

Arthur Lamas:

Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia Portuguesa: 52.
Medalha de D. Carlos I, commemorativa da acclamação, para galardoar serviçaes: 159.
Medalha commemorativa do casamento do Infante D. João, depois D. João VI, com D. Carlota Joaquina de Bourbon, e do da Infanta portuguesa D. Mariana Victoria com D. Gabriel de Hespanha: 289.
Noticia archeologica: 352.
Necrologia (Julius Meili): 362.

Felix Alves Pereira:

Ara celtiberica da epoca romana: 36.
A matriz de Villa do Conde: 76.
Sepulturas de Alforada: 103.
Registo bibliographico das permutas: 128, 249 e 383.
Geographia protohistorica da Lusitania (Situação conjectural de Talabriga) 129.
Protecção á archeologia: 204.

A sorte dos questionarios archeologicos: 313.
Monsenhor J. M. Pereira Botto: 365.
Bibliographia: 375.

Ferreira Braga:

Numismatica Portuguesa (O real preto): 164.

Ferreira (Monsenhor):

O couto e Mosteiro de Vairão: 281.

Francisco Manoel Alves:

O Castro de Sacoias: 257.

F. Tavares de Proença:

Inscripções romanas de Castello Branco: 172.

Henrique Botelho:

Numismatica e Archeologia: 23.
Antigualhas de Matheus: 199.

J. G. de Oliveira Guimarães (Abb.e):

Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães: 79 e 355.

José Leite de Vasconcellos (Dr.):

Lapide romana de Ferreira do Alemtejo: 70.
Assinar de cruz: 104.
Novo additamento á noticia necrologica do Dr. Teixeira de Aragão: 104.
Chronica (Plano summario do Museu Ethnologico Português): 125.
Bibliographia: 127 e 244.
Conselho dos Monumentos Nacionaes: 201.
Ara consagrada a Juppiter: 242.
Observações a-*O Archeologo Português* (I): 243.
Estela sepulcral arcaica do Alto Minho: 275.
Sepultura romana: 367.

M. F. de Vargas:

Materiaes para o estudo das moedas arabico-hispanicas em Portugal: 1.

M. J. da Cunha Brito:

Os pergaminhos da Camara de Ponte de Lima: 178.
Observações a-*O Archeologo Português* (II): 244.

Manoel Joaquim de Campos:

Acquisições do Museu Ethnologico Português: 105, 217 e 342.
Projecto de moeda de 20 réis para Angola: 195.
Moeda inedita de 2 cruzados de 1646: 271.
O vintem de Philippus I, rei de Portugal: 317.

Paul Choffat:

Exploitation souterraine du silex à Campolide, aux temps néolithiques: 338.

Pedro A. de Azevedo:

Projecto de organização dos archivos e museus da India: 32.
Miscellanea (I. Noticias varias): 92.
O Castello de Braga em 1642: 310.
Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e institutos scientificos á Archeologia: 356.

INDICE DAS GRAVURAS E ESTAMPAS

Paleoethnologia

Objectos de pedra polida (gravura a traço): 25.
Enxó prehistorica (gravura a traço): 26.
Utensilio de pedra polida (gravura a traço): 26.
Utensilio de rocha amphibolica (photogravura): 207.
Instrumento espatuliforme (photogravura): 209.
1.ª Gruta da Quinta do Anjo (duas lithographias): 216 e 217.
1.ª Gruta da Quinta do Anjo (photogravura): 216 e 217.
2.ª Gruta da Quinta do Anjo (duas lithographias a 2 côres): 216 e 217.
3.ª Gruta da Quinta do Anjo (duas lithographias a 2 côres): 216 e 217.
Pedra gravada de Moncarapacho (2 gravuras): 245.
Anel de bronze (zincogravura): 268.
Machadinho de fibrolite (zincogravura): 269.
Estrias de um machado de pedra (zincogravura): 270.
Mamoa de Donai (photogravura): 307.
I. 4.ª gruta da Quinta do Anjo (cinco lithographias): 338 e 339.
II. Estampa com a photogravura de 15 objectos da 1.ª gruta da Quinta do Anjo: 338 e 339.
III. Estampa com 4 photogravuras representativas de outros tantos objectos da 1.ª gruta da Quinta do Anjo: 338 e 339.
IV. Estampa com a photogravura de 12 objectos da mesma gruta: 338 e 339.
V. Adornos da mesma gruta (duas photogravuras): 338 e 339.
VI. Estampa com 11 lithographias respeitantes á mesma gruta: 338 e 339.
VII. Estampa com 8 photogravuras de objectos, 1.ª e 2.ª gruta: 338 e 339.
VIII. Estampa com 8 figuras de photogravura relativas á 1.ª, 2.ª e 3.ª grutas: 338 e 339.
IX. Estampa com 16 figuras de photogravura relativas á 3.ª gruta: 338 e 339.
X. Estampa com 15 figuras de photogravura relativas á 3.ª gruta: 338 e 339.
XI. Estampa com 8 figuras de photogravura relativas á 3.ª gruta: 338 e 339.
XII. Estampa com 3 figuras de photogravura relativas á 3.ª gruta: 338 e 339.
XIII. Estampa com 1 photogravura relativa á 3.ª gruta: 338 e 339.
XIV. Estampa com 1 photogravura de adornos encontrados na 3.ª gruta: 338 e 339.
XV. Estampa com 2 photogravuras de adornos encontrados da 3.ª gruta: 338 e 339.
XVI. Estampa com 7 figuras de photogravura relativas á 3.ª gruta: 338 e 339.
I. Photogravura da galeria de extracção do silex no sitio da Rabicha (Campolide): 342 e 343.

II. Photogravura da mesma galeria: 342 e 343.
III. 2 photogravuras de um percutor de basalto: 342 e 343.
IV. Esfera de quartzite da supradita galeria: 342 e 343.
Anta de Barrocalinho: 352.
Anta do Conde: 353.

Archeologia protohistorica

Typos de louça do castro de Sacoias (zincogravura e photogravura): 269.
Alfinete ou fusilhão metallico (chromo-lithographia): 270.
Cavallinho metallico (chromo-lithographia): 270 e 271.
Castello de Rebordãos (photogravura): 308.
Castro de N.ª Sr.ª da Cabeça (photogravura): 310.

Archeologia romana

Lapide funeraria (photogravura): 28.
Lapide funeraria (photogravura): 28.
Ara de I. O. M. (photogravura): 30.
Ara celtiberica da epoca romana: Tiauraneeaicus (photogravura): 37.
Cippo funerario da mesma epoca (photogravura): 71.
Dois marcos milliarios da via de Chaves a Astorga (gravura): 163.
Ara votiva da Beira Baixa (zincogravura): 177.
Louça do typo arretino (seis zincogravuras): 268.
Tejolo ornamentado (uma zincogravura): 269.
Estela de Paderne (zincogravura): 277.
Lapides de Saia (uma gravura): 280.
Pedra gravada de um *anulus*: 367.

Archeologia medieval

Inscripção de Vairão (photogravura): 288 e 289.

Architectura

Portico da igreja matriz de Villa do Conde (photogravura): 78.
Arco do côro da mesma igreja (photogravura): 79.
Casa antiga em Almoçageme (zincogravura): 99.
Ornato de uma estela trasmontana: 251.
Ornato de uma estela trasmontana: 252.
Frontispicio da igreja de Sacoias: 261.
Côro do convento de Vairão (photogravura): 288 e 289.
Portal do convento de Vairão (photogravura): 288 e 289.
Pelourinho de Rebordãos (photogravura): 308.
Janela antiga de Rebordãos (photogravura): 309.

Bibliologia

Fac-simile de um opusculo (zincogravura): 306 e 307.

Diplomatica

Tres *fac-similes* de assinaturas de cruz (zincogravura): 104.

Medalhistica

Medalha da fundação da Academia Real de Historia (photogravura): 68 e 69.
Medalha de Vespasiano, completa e modificada (photogravura): 68 e 69.
Projecto medalhistico de Vicira Lusitano (photogravura): 68 e 69.
Quadro com composições de Vicira Lusitano (photogravura): 68 e 69.
Outro projecto medalhistico de Vicira Lusitano (photogravura): 68 e 69.
Outro projecto medalhistico de Vicira Lusitano (photogravura): 68 e 69.
Outro projecto medalhistico de Vicira Lusitano (photogravura): 68 e 69.
Medalha de D. Carlos I: 162 e 163.
Modelo reduzido do diploma respectivo a esta medalha: 162 e 163.
Medalha do casamento de D. João VI (2 photogravuras): 306 e 307.
Quadro com o anverso e reverso da mesma medalha (1 photogravura): 306 e 307.

Numismatica

Real preto de D. João I (zincogravura): 165.
Real preto de D. Duarte (zincogravura): 166.
Real branco de D. Duarte (zincogravura): 167.
Real preto de D. Duarte (zincogravura): 167.
Real preto de D. Duarte (zincogravura): 167.
Real preto de D. Affonso V (zincogravura): 167.
Real branco de D. João I (zincogravura): 171.
Moeda de vintem para Angola (zincogravura): 195.
Cruzado de D. João IV (duas zincogravuras): 272.
Vintem de Filipe I (zincogravura): 317.
Vintem de D. Henrique (zincogravura): 319.

Topographia

Arca geographica dos topicos *Grov*. . . (zincogravura): 50.
Mappa das inscripções ibericas (zincogravura): 51.
Carta da região de Entre Mondego e Douro (lithographia): 158 e 159.
Carta indicativa do trajecto da via romana de Chaves a Astorga (lithographia a 2 côres): 164 e 165.
Esboço do terreno das grutas da quinta do Anjo (zincogravura): 211.
Esboço da carta dos arredores de Setubal (lithographia): 216.

LISTA

DAS

PESSOAS BENEMERITAS

DO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÈS

1907

1.—Pessoas que offereceram objectos gratuitamente

Henrique Botelho: 25, 27, 28, 30, 31 e 199.
Conde de Villa Real: 30.
José Fiuza da Rocha (P.e): 36.
Visconde de Ferreira do Alemtejo: 70, 222 e 224.
Pedro Ferreira: 105, 106, 224, 344 e 345.
D. Maria Guilhermina de Jesus: 105 e 106.
Pedro de Azevedo: 105, 218 e 344.
J. Gualdino Pires: 105.
Francisco Simões: 105.
Dionisio Augusto: 105.
Manoel Soares da Silva: 105.
Mario Abreu Marques: 105, 108 e 346.
Manoel Fernandes Junior: 105.
AntonioThomás Pires: 106 e 107.
Artur Lamas (Dr.): 106.
José Benedito Almeida Pessanha: 106 e 242.
Antonio Pereira de Sousa (Dr.): 106.
José Augusto Coelho Flor: 106.
Joaquim Correia Baptista: 106 e 110.
Fernando de Assis Pacheco: 106.
Antonio Bernardo da Costa: 106.
Manoel Mateus (Dr.): 106.
Harris: 106.
Cesar Pires: 106 e 224.
Manoel F. de Vargas (Conselheiro): 106.
Tito de Noronha: 106.
Alberto Collaço: 106 e 342.

Leão de Meyrelles: 107.
Christovam Brochado: 107.
Domingos de Mendonça e Silva: 107.
José Julio de Mascarenhas: 108.
José Francisco Villaça: 108.
José Paúlo: 108.
Jaime Leite de Vasconcellos Pereira de Mello: 108 e 342.
José Serafim dos Reis: 108.
Antonio Maria Garcia: 108.
Augusto José da Cunha (Conselheiro): 108.
Adelino Bahia: 108.
Francisco Maximiano Freire: 108.
Joaquim Antonio Rosado: 108.
Sousa Viterbo (Dr.): 108.
Felix Alvés Pereira: 110.
Max Verworn: 110.
Miguel Gomes: 110.
Leal (P.e): 110.
Tiago Floriano: 110.
Joaquim Nunes da Cunha: 110.
Marques da Costa (Capitão): 110.
Affonso Nunes Branco: 217.
Antonio José de Sousa Ribeiro: 218.
Herculano Pinto: 218.
Guilherme Clodomiro Gameiro: 218 e 224.
José de Almeida Carvalhaes: 218 e 344.
Francisco Cordovil Barahona: 218.
Joaquim dos Santos Coelho: 218.
Direcção Geral de Obras Publicas e Minas: 220.
José Augusto Tavares: 220, 221 e 344.
Simão Monteiro Levy: 220.
Filipe Celorico Drago: 220.
Manoel Joaquim de Campos: 220, 226 e 342.
Antonio Augusto de Aragão: 221.
Arthur de Sousa Raul: 221.
Antonio José de Sousa Ribeiro: 222.
José Saraiva de Miranda (P.e): 222 e 226.
José Alves Pereira: 222.
Junta de Parochia da Gemieira (Ponte do Lima): 222.
Junta de Parochia de Cendufe (Valdevêz): 222.
João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes (Dr.): 222.
Alvaro de Lemos: 222.
J. Villas (antiquario): 222.
Conde de Leiria: 224.
Alexandre Cabral Paes do Amaral: 224.
Manoel Domingues de Sousa Maia (P.e): 224.
D. José Pessanha: 224.
Antonio Lamas: 225.
J. Joaquim Nunes: 226.

Pio Rosado: 226.
Julio Mardel: 226.
Mesa da Misericordia de Obidos: 342.
José de Ascensão Valdez: 342.
Castro Almeida (Dr.): 343.
Rocha Peixoto: 344.
Affonso Branco: 344.
Alfredo Bensaude: 344.
Joaquim da Silveira (Dr.): 344.
Direcção do Caminho de Ferro do Sul: 345.
João da Gama Lobo Pimentel (Dr.): 345.
José Velladas da Silveira Bello: 345.
João Victorino da Silva Carvalho: 345.
Antonio Pereira da Nobrega: 346.
D. Bernarda Velladas: 346.
Joaquim Diogo Monte: 346.
José Romão Caeiro: 346.
Manoel Esteves (P.e): 346.
Antonio José de Pinho Junior (Dr.): 346.
D. Vicente Paredes y Guillen: 346.
Affonso Nunes Branco: 346.

2.—Pessoas que intervieram em offerecimentos ou acquisições

Manoel José da Cunha Brito (P.e): 37.
Jaime Leite de Vasconcellos Pereira de Mello: 105 e 107.
Celestino Beça: 242.
Antonio José de Pinho Junior (Dr.): 275.
Francisco Maria Botto (Commendador): 343.
Artur Mendes: 345.

EXPEDIENTE

O Archeologo Português publicar-se-ha mensalmente. Cada número será sempre ou quasi sempre illustrado, e não conterá menos de 16 paginas in-8.º, podendo, quando a affluencia dos assumptos o exigir, conter 32 paginas, sem que por isso o preço augmente.

PREÇO DA ASSIGNATURA

(Pagamento adeantado)

Anno.....	1$500 réis.
Semestre	750 »
Numero avulso.....	160 »

Estabelecendo este modico preço, julgamos facilitar a propaganda das sciencias archeologicas entre nós.

Toda a correspondencia á cêrca da parte litteraria d'esta revista deverá ser dirigida a J. Leite de Vasconcellos, para a Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Toda a correspondencia respectiva a compras e assignatura deverá, acompanhada da importancia em carta registada ou em vales de correio, ser dirigida ao Dr. Felix Alves Pereira, Museu Ethnologico, Belem (Lisboa).

Á venda nas principaes livrarias de Lisboa, Porto e Coimbra.

GETTY CENTER LINRARY
3 3125 00675 5215